

Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Sociologia e Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea:
uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de
periódicos, áreas e abordagens

Fernando Leite

Orientador: Prof. Dr. Renato Perissinotto

Curitiba

2015

Fernando Leite

O campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea:
uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de
periódicos, áreas e abordagens

Tese apresentada como requisito parcial para a
obtenção de grau de Doutor pelo Curso de Pós-
Graduação em Sociologia do Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Perissinotto

Curitiba

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o candidato **Fernando Baptista Leite**, em relação ao seu trabalho de tese intitulado "O CAMPO DA PRODUÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DE SEUS PRINCÍPIOS DE DIVISÃO A PARTIR DE PERIÓDICOS, ÁREAS E ABORDAGENS" é de parecer favorável à *aprovação* do acadêmico, habilitando-o ao título de Doutor em Sociologia, linha de pesquisa "Cidadania e Estado" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 09 de abril de 2015.



Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza




Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski



Prof. Dr. André Luiz Marenco dos Santos



Prof. Dr. Leonardo Avritzer



Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto
orientador e presidente

Agradecimentos

Agradeço o Prof. Renato Perissinotto, por uma orientação inestimável, precisa nos comentários e ponderada nas exigências. O Prof. Adriano Cotado, que muitas vezes atuou como um co-orientador, apontando novos caminhos, instigando novas soluções. Sem o apoio e o exemplo de ambos minha vida acadêmica não teria sido possível.

Presto meus agradecimentos ao Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política (NUSP), pelo ambiente de pesquisa e por seu papel na profissionalização da Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Em particular, Bruno Bolognesi, pelas sugestões valiosas e, com Lucas Massimo e Luiz Domingos, pela dedicação e importância na dinâmica do NUSP.

Ao Prof. Emerson Urizzi Cervi, por sua ajuda com as estatísticas.

Ao Prof. Álfio Brandenburg, por ter me dado minha primeira bolsa de pesquisa, abrindo portas para minha carreira como pesquisador.

Ao Prof. Timothy Power, da Universidade de Oxford, cuja orientação atenciosa e comentários sempre precisos espalharam contribuições por este trabalho. A todos os demais membros do Latin American Centre, em particular o Prof. Gilberto Estrada Harris, pelo ambiente caloroso e estimulante.

À minha mãe, Sandra Gutz, meu irmão, Carlos Henrique Gutz Leite, por estarem ao meu lado desde o início, e a Natália Romanovski, Guilherme Knopak, Pedro Medeiros e César Kohl pelas longas discussões e pela companhia insubstituível.

It is often difficult for the specialized disciplines to recognize
themselves with the naked eye.

– Max Weber

Sumário

Agradecimentos	iv
Lista de tabelas, gráficos e figuras	xii
Resumo	xix
<i>Abstract</i>	xx
Introdução	1
Capítulo I. Raízes	10
I.1. Delimitação do objeto e relações disciplinares na trajetória da Ciência Política	10
I.2. Modelos de atividade intelectual na Ciência Política	13
I.3. Modelos de atividade intelectual, visões disciplinares e grupos na Ciência Política brasileira	17
I.3.1. A influência do modelo humanístico: intelectuais e intérpretes do Brasil	17
I.3.2. Eruditos e polímatas no Brasil	18
I.3.3. Efeitos sobre a Ciência Política brasileira	21
I.4. A academia entre o humanismo e a ciência: tradições societais e cientistas sociais paulistas	22
I.4.1. “Sociologismo” e político em sentido lato	23
I.4.2. Efeitos sobre a Ciência Política brasileira	24
I.5. Ciência politológica: o eixo UFMG-Iuperj	25
I.5.1. Geração da visão politológico-científica	25
I.5.2. Política e ciência da política	26
I.5.3. A experiência na Flacso: cientificidade e conflito doméstico com a Sociologia	27
I.5.4. A consolidação de uma nova visão disciplinar: a experiência estadunidense e o conflito com as tradições humanísticas e societais	30
I.5.5. Efeitos sobre a Ciência Política brasileira	35
I.6. Conclusões	35

Capítulo II. Tradições disciplinares	36
II.1. Periódicos e áreas temáticas	36
II.1.1. Periódicos e áreas temáticas agregadas em classes	43
II.2. Oposição entre tradições disciplinares em periódicos e áreas	45
II.2.1. Estrutura geral	45
II.2.2. Estrutura principal: estatal e político-societal em áreas e periódicos	49
II.3. Oposições entre tradições disciplinares nas abordagens e periódicos	51
<i>Resumo</i>	57
II.4. O que é mais importante: áreas ou abordagens?	58
 Capítulo III. Tradições intelectuais	 59
<i>III.1. Natureza do objeto</i>	59
III.1.1. Na estrutura de áreas e periódicos	59
III.1.2. Em áreas e periódicos, com tradições disciplinares	63
III.1.3. Em abordagens e periódicos, com tradições disciplinares	66
III.1.4. Em áreas, abordagens e periódicos, com tradições disciplinares	69
<i>III.2. Estilos cognitivos</i>	73
III.2.1. Na estrutura de periódicos, áreas e abordagens	73
III.2.1.1. A cisão na tradição acadêmica: teoria teórica, teoria positiva	76
III.2.2. Científico-humanístico, empírico-teórico e tradições disciplinares	77
<i>III.3. Amplitude e escopo do argumento</i>	82
III.3.1. Singularidades no escopo e amplitude: regiões unidimensionais na estrutura	85
<i>Resumo</i>	87
 Capítulo IV. Cientificidade	 89
IV.1. Periódicos	90
IV.2. Áreas temáticas	94
IV.3. Abordagens nominais	97
IV.4. Tradições intelectuais	102
IV.5. Tradições e visões disciplinares	105

Capítulo V. Hierarquia	110
<i>V.1. Estratificação no Qualis</i>	110
V.1.1. Áreas temáticas	110
V.1.2. Abordagens nominais	112
V.1.3. Tradições disciplinares	114
V.1.4. Tradições intelectuais	116
V.1.5. Natureza do objeto	116
V.1.6. Natureza das evidências	117
V.1.7. Tipo de estatística utilizada	118
V.1.8. Hipótese e causalidade	118
V.1.9. Amplitude do argumento no Qualis	119
V.1.10. Escopo do argumento no Qualis	119
<i>V.2. Hierarquia da produção</i>	120
V.2.1. Indicador	120
V.2.1.1. Hierarquia dos periódicos (coeficiente de valor)	122
V.2.2. Áreas temáticas	122
V.2.3. Abordagens nominais	124
V.2.4. Tradições e visões disciplinares	127
V.2.5. Tradições intelectuais	128
V.2.6. Natureza do objeto e medidas de cientificidade	129
 Conclusões. Para onde vai a Ciência Política?	 131
 Apêndice 1. Conceitos	 138
1. Instituições e organizações	138
2. Posições e divisões	138
3. Campo	139
3.1. Autonomia e heteronomia	139
3.2. Campo acadêmico	140
3.3. Contínuo informal-formal e grau de “objetivação” dos capitais	141
3.4. Dominação	142
3.4.1. Como não reificar as posições dominantes?	143
3.4.1.1. Influência da hierarquia sobre a produção	143

Apêndice 2. Categorias de análise	144
1. Política institucional	144
1.1. Político, política	144
1.2. <i>Polity, politics, policy</i>	145
1.2.1. <i>Polity</i>	146
1.2.2. <i>Politics</i>	146
1.2.3. <i>Policy</i>	146
1.3. <i>Political society</i>	148
1.4. Estado	148
1.5. Sociedade civil	148
1.6. Eleições, eleitores e política institucional	148
1.7. Participação política e política institucional	149
1.8. Poder Judiciário e política institucional	149
1.9. Poder militar e política institucional	149
2. Abordagens teórico-metodológicas	150
2.1. Abordagens nominais	150
2.2. Autonomia e heteronomia do âmbito do objeto	151
2.2.1. A relatividade da autonomia/heteronomia	152
2.3. Perspectivas ou abordagens em uso	153
2.4. Distinção entre abordagem, teoria e método	153
2.5. Distinção entre abordagem e escola	154
2.6. Distinção entre escola e tradição	154
2.7. Classificação das abordagens nominais	155
2.7.1. Trabalhos sobre Ciência Política	155
2.7.2. Os trabalhos analisados	155
2.7.3. Lista das abordagens nominais e suas referências	155
2.7.3.1. Critério para falar em um neoinstitucionalismo	161
3. Áreas temáticas	161
4. Estilo cognitivo	166
5. Amplitude do argumento	167
6. Escopo do argumento	167
7. Pesquisa empírica	167

8. Natureza do objeto	168
9. Natureza das evidências	168
10. Âmbito do objeto	169
11. Âmbito determinante	169
12. Tradição disciplinar	170
13. Visão disciplinar	170
14. Cientificidade: tipo de estatística utilizada	171
15. Cientificidade: processo de investigação apresenta hipótese	171
16. Cientificidade: verificabilidade: hipótese é testada empiricamente	171
17. Cientificidade: causalidade	171
18. Procedimento	172

Apêndice 3. Análise de correspondência **173**

1. ANACOR	173
1.1. Parâmetros das dimensões	173
1.2. Parâmetros das categorias	175
2. HOMALS	176
2.1. Parâmetros das dimensões	176
2.2. Parâmetros das categorias	177
3. Como melhor interpretar as distâncias	177

Apêndice 4. Coordenadas das categorias **179**

1. Modelo 4. Tradições disciplinares, periódicos e áreas	179
2. Modelo 5. Tradições disciplinares, periódicos e áreas, sem <i>outliers</i>	180
3. Modelo 6. Tradições disciplinares, periódicos e abordagens	182
4. Modelo 7: Natureza do objeto, periódicos e áreas	183
5. Modelo 8: Natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas	184
6. Modelo 9: Natureza do objeto, tradições, periódicos e abordagens	185
7. Modelo 10: Natureza do objeto, tradições, periódicos, abordagens e áreas	186
8. Modelo 11. Periódicos, abordagens, áreas e estilos cognitivos	189
9. Modelo 12. Científico-humanístico, empírico-teórico e tradições disciplinares	190
10. Modelo 13. Amplitude e escopo do argumento com periódicos, áreas e abordagens	193

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação	196
1. Áreas temáticas nos periódicos	196
2. Abordagens nominais nos periódicos	200
3. Tradições disciplinares dos periódicos	202
4. Tradições disciplinares das áreas temáticas	203
5. Tradições disciplinares das abordagens	205
6. Natureza do objeto dos periódicos	206
7. Natureza do objeto das áreas temáticas	208
8. Natureza do objeto das abordagens nominais	209
9. Estilos cognitivos dos periódicos	211
10. Estilos cognitivos das áreas temáticas	213
11. Estilos cognitivos das abordagens nominais	215
12. Natureza do objeto em estilos cognitivos e tradições disciplinares	218
13. Associações entre estilos cognitivos e tradições disciplinares	220
14. Amplitude do argumento dos periódicos	222
15. Amplitude do argumento nas áreas temáticas	223
16. Amplitude do argumento nas abordagens nominais	225
17. Escopo do argumento nos periódicos	228
18. Escopo do argumento nas áreas temáticas	220
19. Escopo do argumento nas abordagens	230
20. Associação entre amplitude e escopo	233
 Referências	 234

Lista de tabelas, gráficos e figuras

Tabelas

Tabela 1. Parâmetros do universo de análise	6
Tabela 2. Modelo 1. Análise de correspondência entre periódicos e áreas temáticas: parâmetros das dimensões	36
Tabela 3. Modelo 1. Parâmetros das áreas temáticas	37
Tabela 4. Modelo 1. Parâmetros dos periódicos	38
Tabela 5. Modelo 2. Análise de correspondência entre áreas temáticas e periódicos: parâmetros das dimensões	40
Tabela 6. Modelo 2. Parâmetros das áreas temáticas	40
Tabela 7. Modelo 2. Parâmetros dos periódicos	41
Tabela 8. Modelo 3. Análise de correspondência entre periódicos e classes de áreas temáticas: parâmetros das dimensões	43
Tabela 9. Modelo 3. Análise de correspondência, classes de áreas temáticas e periódicos: parâmetros das classes de áreas	44
Tabela 10. Modelo 3. Parâmetros dos periódicos	44
Tabela 11. Modelo 4. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões	46
Tabela 12. Modelo 5. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e áreas, sem <i>outliers</i> : parâmetros das dimensões	49
Tabela 13. Tradições disciplinares das abordagens	51
Tabela 14. Modelo 6. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e abordagens: parâmetros das dimensões	54
Tabela 15. Resumo dos modelos	57
Tabela 16. Modelo 7. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões	59
Tabela 17. Modelo 8. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões	61
Tabela 18. Modelo 9. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, tradições, periódicos e abordagens: parâmetros das dimensões	65
Tabela 19. Modelo 10. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, tradições, periódicos, abordagens e áreas: parâmetros das dimensões	68
Tabela 20. Modelo 11. Correspondência múltipla entre estilos cognitivos, periódicos, abordagens e áreas: parâmetros das dimensões	72
Tabela 21. Modelo 12. Correspondência múltipla entre periódicos, abordagens, áreas temáticas, tradições intelectuais e visões de disciplina: parâmetros das dimensões	77

Tabela 22. Polos. Tradições intelectuais e tradições disciplinares	79
Tabela 23. Grupos específicos. Tradições intelectuais e tradições disciplinares	79
Tabela 24. Modelo 14. Correspondência múltipla entre periódicos, abordagens, áreas temáticas, amplitude e escopo do argumento: parâmetros das dimensões	81
Tabela 25. Resumo dos modelos: tradições disciplinares e tradições intelectuais	86
Tabela 26. Indicadores de cientificidade: periódicos	89
Tabela 27. Indicadores de cientificidade: áreas temáticas	93
Tabela 28. Indicadores de cientificidade: abordagens nominais	96
Tabela 29. Indicadores de cientificidade: tradições intelectuais	101
Tabela 30. Indicadores de cientificidade: tradições disciplinares	104
Tabela 31.1. Indicadores de cientificidade: visões disciplinares	107
Tabela 31.2. Indicadores de cientificidade: visões disciplinares	107
Tabela 32. Áreas temáticas por estrato Qualis	109
Tabela 33. Abordagens nominais por estrato Qualis	111
Tabela 34. Tradições disciplinares por estrato Qualis	113
Tabela 35. Tradições intelectuais por estrato Qualis	115
Tabela 36. Natureza do objeto por estrato Qualis	115
Tabela 37. Natureza das evidências por estrato Qualis	116
Tabela 38. Tipo de estatística utilizada por estrato Qualis	117
Tabela 39. Apresentação de hipótese, teste de hipótese e causalidade nos estratos Qualis	117
Tabela 40. Amplitude do argumento dos estratos Qualis	118
Tabela 41. Escopo do argumento dos estratos Qualis	118
Tabela 42. Modelo da hierarquia entre propriedades da produção	120
Tabela 43.1. Coeficiente de valor dos periódicos	121
Tabela 43.2. Coeficiente de valor dos periódicos	121
Tabela 44. Hierarquia das áreas temáticas	122
Tabela 45. Hierarquia das abordagens nominais	123
Tabela 46. Hierarquia das tradições disciplinares	126
Tabela 47. Hierarquia das visões de disciplina	127
Tabela 48. Hierarquia dos estilos cognitivos, agregados em tradições	127
Tabela 49. Hierarquia da natureza dos objetos e natureza das evidências	128
Tabela 50. Hierarquia: uso de estatística, apresentação de hipótese e argumentos causais	130

Tabela 51. Lista das abordagens nominais	155
Tabela 52. Áreas do Conhecimento, Ciência Política, Capes/CNPq (2012)	161
Tabela 53. Sobreposições e difusão entre ATs e “Áreas do Conhecimento” em Ciência Política	162
Tabela 54. Listagem das áreas temáticas, agrupadas em classes	165
Tabela 55. Modelo 4. Parâmetros das tradições disciplinares	179
Tabela 56. Modelo 4. Parâmetros dos periódicos	179
Tabela 57. Modelo 4. Parâmetros das áreas temáticas	180
Tabela 58. Modelo 5. Parâmetros das tradições disciplinares	179
Tabela 59. Modelo 5. Parâmetros dos periódicos	181
Tabela 60. Modelo 5. Parâmetros das áreas temáticas	181
Tabela 61. Modelo 9. Parâmetros das tradições disciplinares	182
Tabela 62. Modelo 9. Parâmetros dos periódicos	182
Tabela 63. Modelo 9. Parâmetros das abordagens nominais	182
Tabela 64. Modelo 7. Parâmetros da natureza do objeto	183
Tabela 65. Modelo 7. Parâmetros das áreas temáticas	183
Tabela 66. Modelo 7. Parâmetros dos periódicos	183
Tabela 67. Modelo 8. Parâmetros da natureza do objeto	184
Tabela 68. Modelo 8. Parâmetros das tradições disciplinares	184
Tabela 69. Modelo 8. Parâmetros dos periódicos	184
Tabela 70. Modelo 8. Parâmetros das áreas temáticas [código da área em colchetes]	185
Tabela 71. Modelo 9. Parâmetros da natureza do objeto	185
Tabela 72. Modelo 9. Parâmetros das tradições disciplinares	185
Tabela 73. Modelo 9. Parâmetros dos periódicos	186
Tabela 74. Modelo 9. Parâmetros das abordagens nominais	186
Tabela 75. Modelo 10. Parâmetros da natureza do objeto	187
Tabela 76. Modelo 10. Parâmetros das tradições disciplinares	187
Tabela 77. Modelo 10. Parâmetros dos periódicos	187
Tabela 78. Modelo 10. Parâmetros das abordagens	188
Tabela 79. Modelo 10. Parâmetros das áreas temáticas	188
Tabela 80. Modelo 11. Parâmetros dos periódicos	189
Tabela 81. Modelo 11. Parâmetros das áreas temáticas	189
Tabela 82. Modelo 11. Parâmetros das abordagens nominais	190
Tabela 83. Modelo 11. Parâmetros dos estilos cognitivos	190

Tabela 84. Modelo 12. Parâmetros dos periódicos	190
Tabela 85. Modelo 12. Parâmetros das abordagens nominais	191
Tabela 86. Modelo 12. Parâmetros das áreas	192
Tabela 87. Modelo 12. Parâmetros das tradições intelectuais	192
Tabela 88. Modelo 12. Parâmetros dos estilos cognitivos	192
Tabela 89. Modelo 12. Parâmetros das visões de disciplina	193
Tabela 90. Modelo 12. Parâmetros das tradições disciplinares	193
Tabela 91. Modelo 13. Parâmetros da amplitude do argumento	193
Tabela 92. Modelo 13. Parâmetros do escopo do argumento	193
Tabela 93. Modelo 13. Parâmetros dos periódicos	193
Tabela 94. Modelo 13. Parâmetros das abordagens	194
Tabela 95. Modelo 13. Parâmetros das áreas	194
Tabela 96. Áreas temáticas dos periódicos	196
Tabela 97. Distribuição das áreas, reunidas em classes, por periódico	198
Tabela 98. Distribuição das abordagens nos periódicos	200
Tabela 99. Tradições disciplinares dos periódicos	202
Tabela 100. Distribuição das áreas temáticas por tradição disciplinar	203
Tabela 101. Tradições disciplinares das abordagens	205
Tabela 102. Distribuição, natureza do objeto dos periódicos	206
Tabela 103. Distribuição, natureza do objeto das áreas temáticas	208
Tabela 104. Distribuição das abordagens nominais por natureza do objeto	209
Tabela 105. Distribuição dos periódicos por estilo cognitivo	211
Tabela 106. Distribuição das áreas temáticas por estilo cognitivo	213
Tabela 107. Proporções das abordagens nominais por estilo cognitivo	215
Tabela 108. Proporções dos estilos cognitivos, agregados em tradições intelectuais, por natureza do objeto	218
Tabela 109. Distribuição das tradições disciplinares, agregadas em visões de disciplina, por natureza do objeto	219
Tabela 110. Distribuição das visões de disciplina por natureza do objeto	220
Tabela 111. Proporções das tradições disciplinares, agregadas em visões de disciplina, por estilos cognitivos, agregados em tradições intelectuais	221
Tabela 112. Distribuição das visões disciplinares por tradições intelectuais	222
Tabela 113. Amplitude do argumento dos periódicos, com resíduos padronizados	222
Tabela 114. Amplitude do argumento das áreas temáticas	223

Tabela 115. Amplitude do argumento das abordagens	225
Tabela 116. Escopo do argumento dos periódicos	228
Tabela 117. Escopo do argumento das áreas temáticas	229
Tabela 118. Escopo do argumento das abordagens nominais	230
Tabela 119. A amplitude por escopo do argumento	233

Gráficos

Gráfico 1. Modelo 1. Gráfico fatorial das distâncias entre áreas temáticas e periódicos	39
Gráfico 2. Modelo 2. Gráfico fatorial das distâncias entre áreas temáticas e periódicos: duas primeiras dimensões	42
Gráfico 3. Modelo 2. Gráfico fatorial das distâncias entre áreas temáticas e periódicos: primeira e terceira dimensões	43
Gráfico 4. Modelo 3. Gráfico fatorial das distâncias entre classes de áreas e periódicos	45
Gráfico 5. Modelo 4. Gráfico fatorial das distâncias entre tradições disciplinares, periódicos e áreas	46
Gráfico 6. Modelo 4. Plotagem das tradições disciplinares	47
Gráfico 7. Modelo 4. Plotagem das áreas temáticas	47
Gráfico 8. Modelo 4. Plotagem dos periódicos	47
Gráfico 9. Modelo 4. Medidas de discriminação	48
Gráfico 10. Modelo 5. Gráfico fatorial das distâncias tradições disciplinares, periódicos e áreas, sem <i>outliers</i>	49
Gráfico 11. Modelo 5. Plotagem das tradições	50
Gráfico 12. Modelo 5. Plotagem dos periódicos	50
Gráfico 13. Modelo 5. Plotagem das áreas	50
Gráfico 14. Modelo 5. Medidas de discriminação	50
Gráfico 15. Modelo 6. Gráfico fatorial das distâncias entre tradições disciplinares, periódicos e abordagens	54
Gráfico 16. Modelo 6. Plotagem das tradições	54
Gráfico 17. Modelo 6. Plotagem dos periódicos	54
Gráfico 18. Modelo 6. Plotagem das abordagens	55
Gráfico 19. Modelo 6. Medidas de discriminação	57
Gráfico 20. Modelo 7. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, periódicos e áreas	60
Gráfico 21. Modelo 7. Plotagem das áreas	60
Gráfico 22. Modelo 7. Plotagem dos periódicos	60

Gráfico 23. Modelo 7. Medidas de discriminação para natureza do objeto, periódicos e áreas	61
Gráfico 24. Modelo 8. Medidas de discriminação	63
Gráfico 25. Modelo 8. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas	64
Gráfico 26. Modelo 8. Plotagem dos periódicos	64
Gráfico 27. Modelo 8. Plotagem das áreas	64
Gráfico 28. Modelo 8. Distribuição de casos “teóricos” e “empíricos” na correspondência entre natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas	65
Gráfico 29. Modelo 9. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, tradições, periódicos e abordagens	67
Gráfico 30. Modelo 9. Plotagem dos periódicos	67
Gráfico 31. Modelo 9. Plotagem das abordagens	67
Gráfico 32. Modelo 9. Medidas de discriminação	68
Gráfico 33. Modelo 10. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, tradições, periódicos, abordagens e áreas	70
Gráfico 34. Modelo 10. Áreas temáticas	71
Gráfico 35. Modelo 10. Periódicos	71
Gráfico 36. Modelo 10. Abordagens nominais	71
Gráfico 37. Modelo 10. Nuvem de casos	71
Gráfico 38. Modelo 10. Medidas de discriminação	74
Gráfico 39. Modelo 11. Gráfico fatorial das distâncias entre estilos cognitivos, periódicos, abordagens e áreas	75
Gráfico 40. Modelo 11. Estilos cognitivos	75
Gráfico 41. Modelo 11. Áreas temáticas	75
Gráfico 42. Modelo 11. Periódicos	75
Gráfico 43. Modelo 11. Abordagens nominais	75
Gráfico 44. Modelo 11. Medidas de discriminação	76
Gráfico 45. Modelo 12. Gráfico fatorial das distâncias	78
Gráfico 46. Modelo 12. Áreas temáticas	79
Gráfico 47. Modelo 12. Periódicos	79
Gráfico 48. Modelo 12. Abordagens nominais	79
Gráfico 49. Modelo 12. Tradições intelectuais	79
Gráfico 50. Modelo 12. Plotagem das tradições e visões disciplinares	50
Gráfico 51. Modelo 13. Medidas de discriminação	81

Gráfico 52. Modelo 14. Gráfico fatorial das distâncias entre periódicos, abordagens, áreas temáticas, amplitude do argumento e escopo do argumento	82
Gráfico 53. Modelo 14. Plotagem dos periódicos	83
Gráfico 54. Modelo 14. Plotagem das abordagens nominais	83
Gráfico 55. Modelo 14. Plotagem das áreas temáticas	83
Gráfico 56. Modelo 14. Medidas de discriminação	83

Figuras

Figura 1. Comparação dos fatores por dimensão entre os modelos 7 e 9	68
Figura 2. Modelo 10. Síntese da atuação dos fatores	72
Figura 3. Modelo 13. Síntese da atuação dos fatores	81
Figura 4. Modelo 14. Síntese da atuação dos fatores	86
Figura 5. Áreas temáticas e periódicos, duas primeiras dimensões: Revista de Sociologia e Política e “Recrutamento político, jurídico e burocrático”	178

Resumo

A Ciência Política brasileira é uma disciplina complexa, na qual convivem periódicos, áreas e abordagens por vezes diametralmente opostas. Boa parte da literatura destaca a diversidade do campo, prestando menos atenção à sua estratificação e aos princípios que organizam a produção. Ao mesmo tempo, as análises de campo até então efetuadas destacam oposições históricas sem reconstruir a estrutura da produção. Para suprir essas lacunas, analisa-se a produção acadêmica da Ciência Política brasileira delimitada pelos 23 periódicos nacionais da produção qualificada (A1, A2 e B1 no Qualis) durante o triênio 2010-2012. Usando técnicas de redução dimensional, a estrutura da produção é identificada e remetida aos fatores que organizam a produção e que, associados a mecanismos de estratificação, atuam como “princípios de divisão”. Para isso, parte-se das relações entre periódicos, áreas temáticas e abordagens teórico-metodológicas, mostrando-se que o campo está estruturado em torno de “tradições disciplinares” e “tradições intelectuais”. Entre as tradições disciplinares, a maior parte do campo divide-se entre tradições “estatais” (que lidam com algum órgão, aparelho ou instituição do Estado, exceto a política institucional), “politológicas” (que tratam da política institucional) e “societais” (que tratam de algum fenômeno político externo à política institucional ou tratam-na como um âmbito dependente), em torno dos quais orbitam tradições “econômicas” e “ideais”. A parte *mais importante* do campo, entretanto, divide-se entre as tradições politológicas e societais. Entre as tradições intelectuais, há uma grande oposição entre uma tradição “científica” e outra “humanística”. Essa oposição engloba oposições mais específicas: entre objetos empíricos e teóricos; métodos quantitativos e qualitativos; entre estilos cognitivos erístico e simbólico, de um lado, e literário e militante, de outro; e entre trabalhos mais e menos “científicos” (que empregam estatísticas mais sofisticadas, apresentam e testam hipóteses e envolvem argumentos causais). Oposições tradicionais envolvendo escopo (nomotético e idiográfico) e amplitude do argumento (agência ou estrutura) também organizam a produção. Além disso, demonstra-se que esses fatores atuam em conjunto com mecanismos de estratificação, atribuindo uma hierarquia à estrutura: as propriedades associadas às tradições politológicas e “científica” são mais valorizadas. Essa estrutura, por sua vez, dependeu da trajetória e das relações entre grupos de intelectuais, cientistas sociais e cientistas políticos e, também, de um processo mais amplo de diferenciação do conhecimento, baseado em modelos concorrentes de atividade intelectual, do qual faz parte a Ciência Política brasileira.

Palavras-chave: Ciência Política brasileira; produção acadêmica; tradições disciplinares; tradições intelectuais; modelos de atividade intelectual.

Abstract

Brazilian Political Science is a complex discipline, in which coexist journals, areas and approaches sometimes diametrically opposite. Much of the literature highlights the diversity of the field, taking less into account its stratification as well as the organizing principles of the production. Meanwhile, field analysis made until now emphasizes historical oppositions without reconstructing the structure of the production. To address these gaps, we analyze the academic production of Brazilian's Political Science through 23 national journals of the "qualified production" (A1, A2 and B1 strata in Qualis) during the 2010-2012 triennium. Using dimensional reduction techniques, the structure of the production is identified and referred to certain factors. The association of these factors to stratification mechanisms makes them act like "principles of division". In reference to the relations between journals, thematic areas and theoretical-methodological approaches, we show that the field is structured around "disciplinary traditions" and "intellectual traditions". In the former, most of the field is divided between "state" (which deals with some state apparatus, except institutional politics), "politological" (which deals with institutional politics) or "societal" traditions (which deal with political phenomena external to institutional politics or that treats it as a dependent order), around which orbits "economic" and "ideal" traditions. The *most* important part of the field, however, is divided between politological and societal traditions. As for intellectual traditions, there is a major opposition between a "scientific" and a "humanistic" tradition. This opposition comprises more specific ones such as empirical or theoretical objects; quantitative or qualitative methods; eristic and symbolic cognitive styles on one hand or literary and militant on the other, and between more or less "scientific" works (measured by usage of statistics discriminated by sophistication level, hypothesis presentation and testing, and presence of causal arguments). Traditional oppositions involving scope (nomothetic or idiographic) and range of the argument (action or structure) also organize the production. We also show that these factors operate jointly with stratification mechanisms, assigning a hierarchy to the structure: the properties associated with the politological and "scientific" traditions are more valued. Furthermore, this structure relied upon the trajectory and relations between groups of intellectuals, social scientists and political scientists and upon a more general process of the differentiation of knowledge based on historically concurring models of intellectual activity, of which Brazilian Political Science is part.

Keywords: Brazilian Political Science; academic production; disciplinary traditions; intellectual traditions; models of intellectual activity; principles of division.

Introdução

A Ciência Política brasileira contemporânea é uma disciplina diversa e recentemente tem atingido um expressivo grau de autonomia. Por um lado, multiplicam-se programas de pós-graduação específicos, destacados das demais ciências sociais. Desde 2000, o número de programas de mestrado e de doutorado mais que triplicou. Somente nos últimos seis anos foram fundados 21 programas – mais do que em todo o período de 1967 a 2006 (Marengo 2015, p. 13-14). Por outro, tem-se uma produção complexa e cada vez mais extensa, na qual, além da criação de periódicos especializados, proliferam-se e legitimam-se novas áreas temáticas e coexistem abordagens teórico-metodológicas por vezes diametralmente opostas.

O crescimento institucional e intelectual¹ de uma disciplina está ligado a um processo de *institucionalização* e *profissionalização*. Nesse sentido, faz todo o sentido que uma disciplina atualmente tão preocupada com instituições esteja também preocupada com sua própria institucionalização. A preocupação é legítima: assim como no campo político², a história e o arranjo das instituições de um campo acadêmico condicionam a prática que ali se desenrola e, assim, seu estado futuro.

Fundamentalmente, instituições têm um sentido cognitivo, normativo ou regulativo. No cognitivo trata-se de fornecer um quadro de percepção, definindo-se, pelo condicionamento, de que maneira as informações são interpretadas. No normativo, trata-se de indicar qual é o comportamento apropriado em uma dada situação, focando-se o papel da inculcação de crenças e valores nos agentes e, por meio deste prisma, analisando-se a eficácia e o funcionamento das normas. No regulativo, instituições são regras, a princípio formais ou informais, e seu propósito, semelhante ao normativo, é regular o comportamento dentro de seus confinamentos – sem contudo focar a inculcação de valores e geralmente referindo-se a constrangimentos explícitos à não conformidade. Organizações, por sua vez, podem ser entendidas como arranjos artificiais de regras e posições estatutárias que definem procedimentos previamente fixados, distinguidas por fronteiras delimitadas (aspecto formal e nominal) e, normalmente, dotadas de valoração específica dessas regras e posições, um *esprit de corps* (aspecto informal). O estabelecimento de uma disciplina institucionalizada depende do estabelecimento de um arranjo extenso de instituições e organizações em todos esses níveis, entre os quais uma nova *profissão* que, nas ciências sociais³ brasileiras, acabou

¹ O termo “intelectual” nas expressões “autonomia intelectual” e “produção intelectual” tem um sentido minimalista e refere-se à produção de ideias em regime de produção dotta, profissional ou semiprofissional – sem discriminar substantivamente esse conhecimento (“científico”, “filosófico”, “humanístico”, etc.). O mesmo se aplica quando se distingue entre as dimensões “intelectual” e “institucional” do campo: a primeira refere-se à dimensão simbólica, os sistemas de ideias, compostos por abordagens, teorias, métodos, argumentos, etc., produzidos em regime profissional ou semiprofissional; o segundo, ao arranjo institucional com o qual essas ideias estão intimamente relacionadas. Não há referência, portanto, à *figura* do “intelectual” ou aos estilos (como o “ensaio”) tipicamente associados a ela.

² Um campo é uma estrutura de posições, valores e produtos definidos em função de certa “espécie de capital” (também entendidos como princípios de divisão) e organizados em função da distribuição desse capital. Para uma definição e análise do campo político em particular, cf. Bourdieu (2011), onde também se descreve propriedades gerais dos campos.

³ Quando se emprega nomes de disciplinas em caixa baixa nos referimos a uma *prática* disciplinar específica. Quando elas são escritas em caixa alta, estamos nos referindo à *disciplina institucionalizada* com esse nome. Essa

andando lado a lado com autonomia acadêmica ou mesmo como condição de “cientificidade”⁴. Fatores endógenos, como tradições e formação acadêmica, e exógenos, como o contexto político e a origem social, costumam ser considerados na explicação da formação da disciplina.

A literatura sobre a Ciência Política brasileira costuma focar alguns desses aspectos e concentra-se em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Privilegiando fatores endógenos, Quirino (1994), Almeida (2001) e Peixoto (2001) descrevem a institucionalização do Departamento da Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), sua simbiose originária com as cátedras de Sociologia e a influência da tradição francesa sobre o modelo de atividade intelectual adotado e as abordagens teórico-metodológicas empregadas – contrastando com a influência da tradição estadunidense nos casos da Antropologia e da Ciência Política delineados em Peixoto (2001). Sem referir-se a regiões específicas, Marengo (2015) mede a institucionalização da Ciência Política contemporânea e avalia os efeitos, a seu ver positivos, dos mecanismos de avaliação do Sistema Capes⁵ sobre a situação institucional e a qualidade da produção da Ciência Política brasileira. Werneck Vianna et al. (1998) e Werneck Vianna, Carvalho e Burgos (1998)⁶ fazem uma geografia da produção universitária em ciências sociais, nas quais se expressa a guinada institucionalista e o campo relativamente restrito da Ciência Política à época, no alvorecer do desenvolvimento institucional identificado por Marengo (2015), Trindade (2007) e outros.

Privilegiando fatores exógenos, Arruda (2001) considera condições sociais, econômicas e políticas que influenciaram os cursos da Faculdade de Administração e Ciências Econômicas de Minas Gerais (FACE) e, assim, a carreira dos cientistas políticos mineiros que seriam decisivos na institucionalização da Ciência Política – e em codificar nesta uma forma específica de estudar fenômenos políticos. Buscando explicar o posicionamento intelectual da Ciência Política, Miceli (1990; 1993) sugere a influência do contexto político (Guerra Fria, radicalização ideológica) e da situação do campo acadêmico nacional durante as décadas de 1950 e 1970 (reforma universitária, proeminência marxista) na formação da disciplina – fatores sintetizados nos estímulos da Fundação Ford, que teria contribuído para “exportar” padrões estadunidenses de trabalho acadêmico, abordagens empiricamente orientadas e métodos quantitativos.

Considerando fatores endógenos e exógenos, Lamounier (1982) dá atenção à profissionalização da Ciência Política e considera as “condições institucionais” da atividade intelectual e a importância de uma tradição intelectual prévia de estudos políticos (o período

terminologia permite distinguir práticas douradas com apreciável grau de homogeneidade, protoinstitucionais, como as “ciências sociais brasileiras” do século XIX ou a “ciência política” de Maquiavel, e por aí vai.

⁴ O uso das aspas não tem qualquer intenção de atribuir um sentido pejorativo ao termo. Elas são empregadas para indicar que a definição de ciência não é consensual, havendo uma disputa em torno da definição legítima de ciência ou dos critérios de aferição de cientificidade.

⁵ Para uma análise do funcionamento e dos efeitos do Qualis sobre a estratificação do campo, cf. Leite e Codato (2013). Para uma crítica ao Qualis, cf. Rocha e Silva (2009).

⁶ Uma atualização desse estudo é especialmente interessante porque sua publicação precede imediatamente a expansão sistemática da Ciência Política brasileira.

pré-acadêmico chamado de “pensamento político brasileiro”⁷). Por sua vez, Trindade (2007) identifica a influência de tradições⁸ na formação de centros importantes de ciências sociais, e em Trindade (2012) analisa-se a trajetória de elites universitárias responsáveis pelo estabelecimento dos principais centros de ensino e pesquisa (sobretudo do eixo Rio-São Paulo, com exceção do Iuperj) considerando propriedades socioeconômicas (origem social), acadêmicas (locais de formação, posições no campo acadêmico) e contextuais (influência do contexto político, atuação de agências de fomento). Em abordagem semelhante, Forjaz (1997) analisa a institucionalização da Ciência Política focando o grupo de cientistas políticos mineiros e cariocas responsáveis pela fundação de cursos de pós-graduação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), no final da década de 1960, sugerindo a importância da “autonomia da política”, por eles propugnado, no estabelecimento da disciplina.

Agregando as abordagens de Miceli, Forjaz e Lamounier, Keinert e Silva (2010) analisam fatores responsáveis pelas disposições mentais que influenciaram a abordagem teórico-metodológica de mineiros e cariocas, segundo estes mais científica, focando a reapropriação do chamado “pensamento político brasileiro” para basear a noção da “autonomia da política” e uma visão mais positiva das instituições políticas brasileiras. Entre os fatores considerados está a formação na FACE, a influência das tradições intelectuais de Rio e Minas, da Ciência Política estadunidense e a concorrência com a sociologia paulista.

Mas faltam análises mais sistemáticas sobre a dimensão intelectual do campo, em particular sua produção. Reis (1997) e Soares (2005) avaliaram a qualidade da produção e defenderam mais rigor metodológico – posicionando-se em um conflito entre tradições intelectuais em prol do polo “científico” que, como veremos no quinto capítulo, é hoje dominante. No entanto, o propósito desses trabalhos foi antes identificar e dosar insuficiências do campo do que propriamente reconstruí-lo⁹.

Busca-se preencher essa lacuna inserindo a produção em um processo mais amplo de *autonomização* do campo. Nesse sentido, pode-se entender o processo de institucionalização como condição e força motriz do processo de autonomização de um campo acadêmico. Um campo é *autônomo* quando ele opera segundo princípios, forças e leis internas (um “nomos”)¹⁰. Delimitado por instituições e organizações particulares, ele produz bens específicos, tem seus próprios critérios de avaliação e hierarquização, e por aí vai. Vários

⁷ Para uma listagem exaustiva dos trabalhos associados ao pensamento político brasileiro, ver Santos (2002).

⁸ Uma *tradição* é um conjunto mais ou menos coeso de ideias e hábitos de pensamento historicamente persistentes. Fundamentalmente, constitui um conjunto de disposições mentais que fornece parâmetros gerais de interpretação do real. Uma *escola*, como a “escola sociológica paulista” ou a “escola de Michigan”, distingue-se de uma tradição por (i) ser mais localizada no tempo; (ii) ser mais localizada no campo intelectual e (iii) necessariamente envolver discipulado.

⁹ Uma pesquisa mais extensa está em curso no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), focando a evolução de propriedades metodológicas da produção acadêmica desde a institucionalização da disciplina, que basicamente confirma a proeminência de uma forma mais ortodoxa de tradição científica na Ciência Política brasileira contemporânea. Resultados preliminares podem ser conferidos em Oliveira e Nicolau (2014).

¹⁰ Para princípios gerais da autonomia dos campos, cf. Bourdieu (2011, p. 195-197 e p. 200-204; 1989, p. 68-72; 1992, p. 94-114) e Rigby (1993). Para os “princípios de divisão”, base da autonomia dos campos, cf. Bourdieu (1989, p. 133-136).

fatores podem contribuir para o crescimento da autonomia de um campo¹¹. Do ponto de vista institucional, há a criação de programas de pós-graduação específicos, o surgimento ou a consolidação de periódicos especializados em temas e objetos próprios da disciplina (inscritos em uma definição legitimada de “política”) e o estabelecimento e o funcionamento eficaz de associações profissionais. Na dimensão teórico-metodológica, desenvolvem-se teorias, métodos e abordagens ajustadas àqueles objetos, o que, nas tradições *politológicas* que definiram a Ciência Política, significou estudar a *política institucional*¹² e, em sua vertente *politicista*, tratá-la como um âmbito completamente autônomo. Objetos especificamente “políticos” (partidos, eleições, parlamentos) são abordados cada vez mais por teorias e métodos especificamente elaborados e adequados para estudá-los, como as abordagens institucionalistas.

Nesse sentido, os trabalhos mencionados, em particular Marengo (2015), mostram que, além de diversa, a Ciência Política já é um campo disciplinar relativamente autônomo – a proeminência da ciência política politológica¹³ aqui identificada suporta esse diagnóstico. Mas embora tratem de aspectos pertinentes à autonomização da Ciência Política, nenhum trabalho buscou efetivamente reconstruir seu *campo*. O termo é usado sem observar as exigências teóricas e metodológicas implicadas em seu emprego – em particular responder à questão dos princípios que organizam a produção. Análises focam áreas específicas¹⁴ ou, como é o caso das avaliações sobre a *qualidade* da produção, analisa-se a disciplina a partir de *uma* visão disciplinar específica, tomando uma propriedade particular como critério de definição da disciplina. As poucas análises que visam reconstruir o sistema de oposições, como Keinert e Silva (2010), focam os condicionantes exógenos da produção sem analisar a sua estrutura.

O emprego incompleto do conceito de campo produz distorções importantes, como é o caso da “pluralidade” presentemente identificada no “campo” da Ciência Política (Lessa 2010; 2011). Talvez diplomaticamente, explora-se o conceito até onde ele desvela *diferenças*, mas detém-se no instante em que ele desvelaria *desigualdades*.

O emprego rigoroso do conceito de campo não apenas revela a diversidade de uma disciplina (ou outro universo social qualquer), mas também desvela sua hierarquia, ou melhor, seus *princípios de divisão*¹⁵. Nesse sentido, uma abordagem “construtivista” corre o risco de ressaltar a existência de várias formas de conhecimento deixando de entrever que elas estão enredadas em conflitos para *imporem-se como legítimas*; que a variedade é produto

¹¹ Para uma especificação mais acurada de autonomia e heteronomia, consultar o Apêndice 1, Seção 3.1.

¹² Política institucional é o arranjo de organizações responsáveis pelo exercício legítimo do poder político (poder sobre as outras formas de poder) – incluindo as “instituições informais” em prática no interior desse arranjo. É demarcada pela competição pela posse de posições governamentais e pelo controle dos recursos sob a tutela do governo¹², bem como a deliberação em torno de sua aplicação em forma de políticas públicas. Baseia a tradição politológica. Para uma delimitação mais completa, cf. o Apêndice 2, Seção 1.

¹³ A disciplina está escrita em caixa baixa por referir-se a uma prática disciplinar específica.

¹⁴ Cf., por exemplo, o livro organizado por Martins e Lessa (2010), em que expoentes do campo descrevem a situação de algumas das áreas mais importantes – nove das 13, aliás, são politológicas. As entrevistas em Trindade (2012) complementam esse retrato com a perspectiva de acadêmicos de grande capital acadêmico.

¹⁵ O conceito é empregado apoiando-se sobretudo em Bourdieu (1984; 1988). Para mais detalhes, recomenda-se conferir o Apêndice 1, Seção 3.

de relações que, além de variedade, produzem uma *distribuição desigual de valor* e, inclusive, conflitos em torno dos *critérios de atribuição de valor*. Em outras palavras, produz *desigualdade*. Além de diversa, a Ciência Política é uma disciplina cindida (há oposições na diversidade) e estratificada (há desigualdade entre as posições).

É essa dimensão agonística da estrutura intelectual de uma disciplina que uma análise detida à “pluralidade” pode obscurecer. É comum que pluralidade, diversidade, multiplicidade e termos análogos envolvam uma insinuação prescritiva ou prospectiva de *igualdade* ou *justiça*: ao descrever um universo social como tal está-se a desejar um universo depurado de suas desigualdades – o que no entanto, ao ocultá-las, pode produzir o efeito contrário de conservá-las. O diagnóstico então é geralmente positivo e o estado de coisas, desejável. Isso, aliás, é particularmente relevante quando a aferição parte de detentores de posições de poder acadêmico e prestígio intelectual.

E qual seria a estrutura geral de um campo acadêmico? Há três dimensões principais: ideias, instituições e agentes. Eles estão enredados, hierarquizados e são interdependentes, podendo-se pensá-los como estruturas distintas e interligadas: intelectual, organizacional e de produtores¹⁶.

A estrutura intelectual é aqui delimitada pela *produção acadêmica*, a unidade de análise. Produção acadêmica é o processo que produz bens simbólicos por agentes vinculados a instituições e organizações acadêmicas, como artigos, trabalhos apresentados em congressos e livros. Tudo o que constitui artigos, trabalhos e livros, como ideias, argumentos, abordagens, teorias, métodos, etc., é produção acadêmica. Neste trabalho, a produção acadêmica compõe-se pelos artigos publicados nos periódicos nacionais A1, A2 e B1 listados no Qualis da área de Ciência Política e Relações Internacionais¹⁷ do triênio 2010-2012. Portanto, a unidade de observação são os artigos da “produção qualificada”.

Por que artigos? Os mecanismos que estruturam atualmente a produção, sobretudo o Qualis, tornaram artigos no principal veículo de produção ao tomá-los como principal critério de avaliação da produção de cientistas políticos e dos programas de pós-graduação, distribuindo recursos de acordo com a publicação em periódicos qualificados. Foram adotados os seguintes critérios para a escolha dos periódicos: (i) presença no Qualis de Ciência Política e Relações Internacionais, nos estratos A1, A2 ou B1, no triênio de 2010-2012; (ii) ser publicado no Scielo; (iii) ser nacional.

¹⁶ Identificar o campo da Ciência Política, em vez de definir o que é Ciência Política, também evita aderir a uma definição ontológica da disciplina e permite reconstruir as definições correntes que competem para defini-lo – e estratificá-lo da forma mais conveniente.

¹⁷ Idealmente também seriam analisadas referências bibliográficas historicamente relevantes e trabalhos apresentados no Encontro da ABCP e no Congresso da Anpocs. Além das óbvias limitações práticas de uma pesquisa individual, certos problemas inviabilizaram a análise dos trabalhos, como a indisponibilidade dos *papers*. Para mais detalhes, cf. Leite (2014). Pretende-se analisar livros em uma análise futura. É importante analisá-los na análise da trajetória da produção – em particular, são a principal referência da produção anterior à institucionalização da Ciência Política (em 1968), em especial do “pensamento político brasileiro”. Essa produção permite identificar formas (hoje) heterodoxas de Ciência Política, em particular as raízes das abordagens sociais e da heteronomia com a Sociologia, que marcou a Ciência Política entre as décadas de 1950 a 1970, como será visto no primeiro capítulo.

Introdução

Como a maior parte dos periódicos é interdisciplinar, nem todos os artigos são analisados. Sem lançar mão de uma definição arbitrária de Ciência Política, a escolha dos artigos – previamente filtrados pelo próprio campo ao serem publicados em periódicos listados no Qualis – seguiu os seguintes critérios: (i) vínculo institucional: ser vinculado a um programa de pós-graduação da área de Ciência Política, segundo a Capes; (ii) identificação subjetiva: incluir a Ciência Política como área de atuação no currículo Lattes; (iii) participação no Encontro da ABCP; (iv) participação em banca de doutorado em Ciência Política. A referência é o primeiro autor dos artigos. Não foram consideradas revisões de literatura, introduções, apresentações, resenhas, opiniões, entrevistas, homenagens, críticas e semelhantes.

Os critérios baseiam-se na produção de efeitos sobre o campo de produção através de veículos institucionalizados. Eles permitem contemplar temas e objetos de zonas fronteiriças, envolvendo formas mais heterodoxas de ciência política – que, não obstante, objetivamente fazem parte do campo e efetivamente produzem efeitos, têm eficácia simbólica sobre ele. Quem delimita a zona fronteira, quem define até onde vai a Ciência Política são os próprios cientistas políticos: por um lado, pela identificação subjetiva ou o vínculo institucional; por outro, pela legitimidade, concedida ao autor, para difundir ideias ou exercer poder sobre o campo de produção ao aceitá-lo no Encontro da ABCP ou em bancas de doutorado¹⁸. Esses parâmetros configuram o seguinte universo:

Tabela 1. Parâmetros do universo de análise

Periódico	Volumes	Números	Total de artigos	Artigos escolhidos	% artigos CP no periódico
Dados	3	6	83	45	54,2
Revista Brasileira de Ciências Sociais	-	9	85	29	34,1
Opinião Pública	3	6	59	59	100
Brazilian Political Science Review	3	6	30	26 ^a	86,6
Revista de Sociologia e Política	3	10	124	86	69,3
Lua Nova	-	9	66	31	59,1
Revista de Economia Política	3	12	128	10	7,8
Novos Estudos	-	9	78	25	32
Revista Brasileira de Ciência Política	-	8	81	74	91,3
Caderno CRH	3	11	124	27	21,7
Cadernos de Pesquisa	3	8	109	14	12,8
Cadernos Pagu	-	6	72	3	4,1
Ciência e Saúde Coletiva	3	33	782	52	6,6
Estudos Históricos	3	6	53	13	24,5
História (São Paulo)	3	6	102	7	6,8
Religião e Sociedade	3	6	56	9	16
Revista Estudos Feministas	3	9	127	16	12,6
Saúde e Sociedade	3	15	270	3	1,1
Sociedade e Estado	3	9	79	14	17,7
Sociologias	3	8	72	12	16,6
Estudos Avançados	3	9	199	3	1,5
Tempo Social	3	6	65	1	1,5
Ambiente e Sociedade	3	6	75	8	10,6
Totais			2 919	567	19,4

a. Os quatro artigos restantes são de Relações Internacionais.

¹⁸ A aceitação de acadêmicos vinculados a outros programas de pós-graduação é uma medida implícita da distância acadêmica e intelectual da Ciência Política em relação às disciplinas vizinhas – e de seu grau de autonomia/heteronomia em relação a elas.

A seleção tem uma implicação importante: como se está delimitando o universo de artigos contido nos periódicos, *a pesquisa não permite inferências sobre os periódicos como um todo*. Exceção é feita a *Opinião Pública*, em que foram considerados todos os artigos e, talvez, a *Brazilian Political Science Review* (quatro artigos de RI excluídos) e *Revista Brasileira de Ciência Política* (91,3%). Os periódicos são tratados como propriedades da produção, assim como áreas temáticas, abordagens nominais (neoinstitucionalismo, cultura política, marxismo)¹⁹, estilos cognitivos e por aí vai. Em outras palavras, *as inferências envolvendo periódicos restringem-se à produção de Ciência Política nesses periódicos*.

O conteúdo dos artigos foi analisado com categorias que descrevem propriedades eficazes da estrutura intelectual: periódicos, áreas temáticas, abordagens nominais, tradição disciplinar, estilo cognitivo, escopo e âmbito do argumento, entre outros²⁰.

Inicialmente, a pesquisa buscou verificar as seguintes hipóteses: a produção acadêmica se organizaria em torno de uma oposição *político-societal*, isto é, entre estudos que tratam da política institucional e estudos que tratam de objetos externos, de natureza societal, e outra *empírico-teórica*, isto é, estudos com objetos empíricos ou com objetos teóricos²¹.

Os resultados exigiram uma explicação um pouco mais complexa. A produção acadêmica organiza-se em função de *tradições disciplinares*²² e *tradições intelectuais*. Entre as tradições disciplinares, a *maior parte do campo* divide-se entre tradições “estatais” (que lidam com algum órgão, aparelho ou instituição do Estado, exceto a política institucional), “politológicas” (que tratam da política institucional) e “societais”. A parte *mais importante* do campo divide-se entre as tradições politológicas e societais: tradições que entendem a ciência política como uma ciência *da* política (sentido estrito) ou como uma ciência do poder, das desigualdades ou das formas de dominação (sentido amplo).

Entre as tradições intelectuais, há uma grande oposição entre uma tradição “científica” e outra “humanística”. Essa grande oposição engloba oposições mais específicas: entre objetos empíricos e teóricos; entre métodos quantitativos e qualitativos; entre estilos cognitivos erístico e simbólico, de um lado, e literário e militante, de outro²³; entre trabalhos mais e menos “científicos” (pesquisa empírica, emprego de estatística, apresentação e teste de hipótese e argumentos causais). Esses fatores combinam-se gerando uma estrutura multidimensional que explica boa parte da produção – e, constituindo tradições, são historicamente persistentes, regredindo até a gênese da Ciência Política institucionalizada e além.

Hierarquicamente, imperam as tradições politológicas e trabalhos de orientação “científica”. Quanto mais próximo da política institucional e quanto mais propriedades

¹⁹ Abordagens nominais são formas específicas de abordagens teórico-metodológicas – e estas não se reduzem a abordagens nominais. Para mais detalhes, consultar o Apêndice 2, Seção 2.1. Para a lista das abordagens nominais identificadas, consultar o Apêndice 2, Seção 2.7.3.

²⁰ As definições integrais são vistas no Apêndice 2, seções 2.7 a 17.

²¹ A definição de “empírico” e “teórico” pode ser consultada no Apêndice 2, Seção 9.

²² Tradições disciplinares são definidas em função do âmbito do objeto (política institucional, Estado, societal, etc.) e do âmbito dos fatores mobilizados para abordá-lo (*idem*). Para mais detalhes, cf. o Apêndice 2, Seção 12.

²³ Estilos cognitivos são formas de perceber, interpretar e apresentar informações, uma forma de compreensão (Kaplan 1964, p. 33) corrente nos campos intelectuais. Para mais detalhes, ver o Apêndice 2, Seção 4.

“científicas” forem assimiladas, mais valor (o uso de estatísticas mais sofisticadas, por exemplo, é um grande agregador de valor). O polo politológico e “científico” compõe uma visão de ciência política mais ortodoxa. Quanto menos politológica e “científica”, mais heterodoxa é a visão disciplinar e mais baixa sua posição na hierarquia intelectual. A estrutura assim se dispõe porque a definição do objeto e o modelo de atividade intelectual associadas às tradições politológicas e “científica” constituem os fatores de maior “inércia”, isto é, os princípios de divisão mais fortes.

Como essa estrutura se insere no processo de autonomização do campo? Defende-se que o campo se autonomizou em função do estabelecimento das tradições politológicas e “científica” (de vertente mais “positivista”). Por um lado, a tradição politológica justificou, contra a tradição societal então dominante, a institucionalização de uma disciplina dedicada sobretudo à política institucional. Por outro, a Ciência Política estabeleceu-se importando uma tradição intelectual associada a uma concepção mais ortodoxa de ciência. Metodologicamente, privilegiam-se abordagens empírico-quantitativas, causais, baseadas na apresentação e teste de hipóteses e preferencialmente nomotéticas. Essas propriedades referem-se à institucionalização de outro *modelo de atividade intelectual*, baseado na figura do *scholar* estadunidense, isto é, o acadêmico especialista e profissionalizado. Entre outras características, esse modelo é favorável à padronização de estilo e de linguagem e o favorecimento de artigos publicados em periódicos – opondo-se a uma concepção mais humanística marcada por forte vocação ensaística, preocupação estilística e apreço pela singularidade, concentrada no culto ao *autor*.

Esse estabelecimento dependeu da apreciação das tradições politológicas e “científica” originalmente associados à *prática* de grupos associados ao eixo UFMG-IUPERJ, e mais tarde USP, UFRGS e UFPE, disseminando-se a partir da década de 2000. Em outras palavras, os princípios de divisão atuantes no nível intelectual aqui perscrutados são institucionalizados através da prática dos cientistas políticos envolvidos no campo, condicionada por fatores exógenos bem explorados pela literatura já existente.

O trabalho organiza-se da seguinte forma. O primeiro capítulo é uma análise histórica, em que se identifica as raízes dos modelos de atividade intelectual e das visões disciplinares nos quais se inserem as tradições que hoje organizam o campo. Atendo-se ao presente, o segundo capítulo dedica-se às tradições disciplinares e o terceiro às tradições intelectuais. A partir da análise estatística das distâncias e relações entre periódicos, áreas e abordagens, identificam-se dimensões (tradições) responsáveis por determiná-las. Uma descrição pormenorizada, com medidas de associação e distribuição de frequências, é fornecida em apêndice. O quarto capítulo analisa e mede a “cientificidade” das principais categorias da produção, a partir de parâmetros ortodoxos hoje dominantes. O quinto capítulo dedica-se à hierarquia do campo, mostrando que as dimensões e tradições identificadas, sobretudo a politológica e “científica”, atuam como princípios de divisão, ao mesmo tempo determinando o conteúdo da produção e hierarquizando-a em função dessa visão disciplinar específica.

Além do propósito analítico, este trabalho busca ampliar a autoconsciência da disciplina e contribuir para melhores políticas acadêmicas. Cumpre sublinhar que todas as frações do campo podem ser beneficiadas, não apenas as mais privilegiadas. São essas as

Introdução

abordagens mais desejáveis? Aquela área não está sub-representada? É este periódico suficientemente científico? Há espaço para o polo idealista no *mainstream* da produção? Políticas públicas são suficientemente valorizadas? Há como conciliar politicismo e societalismo? É justa a hierarquia?

Embora acreditemos que uma eventual hegemonia do politicismo possa excluir objetos importantes do escopo de investigação e fatores relevantes do arranjo explicativo – em particular caso associada a certo formalismo – não é nossa intenção denunciar o estado de coisas. É claro, apesar do esforço aqui empreendido para produzir uma análise distanciada, é verdade que a consciência da estrutura de relações pode contribuir para o fortalecimento do *status quo*. Mas o mesmo é verdade para as posições mais periféricas: conhecer a estrutura do campo e seus mecanismos de estratificação é fundamental para dispor o estado de coisas do modo que se considera mais adequado. Esperamos que posições mais humanísticas, qualitativas, teóricas, sociais, estatais, idealistas, econômicas, entre outras, também se beneficiem deste trabalho.

I Raízes

As tradições disciplinares e intelectuais que hoje organizam o campo, em particular as oposições politológico-societal, empírico-teórico e científico-humanístico, constituem formas concorrentes de definir o objeto legítimo de investigação (definir “político”) e as abordagens mais adequadas para estudá-lo. Em outras palavras, constituem *visões disciplinares* concorrentes. Essas visões têm ligações históricas com certos grupos que, por meio de sua atividade intelectual, dos embates, das estratégias acadêmicas, definiram os parâmetros do campo no qual a Ciência Política se institucionalizaria, estruturando o campo de produção.

Esse processo é investigado a partir dos seguintes eixos: (i) relações entre os principais grupos envolvidos direta e indiretamente na *criação* da disciplina e, através delas, (a) as relações de influência e conflito com disciplinas vizinhas e (b) as relações entre modelos de atividade intelectual, idealmente tipificados nas figuras do *scholar* (cientistas mineiros e cariocas), do *acadêmico* (sociólogos da Universidade de São Paulo) e do *erudito-polímata* (intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e intelectuais precursores); (ii) fatores contextuais, como influências políticas, a atuação de agências de fomento e a reforma universitária de 1968. A articulação entre esses fatores alocou grupos e ideias organizados em visões disciplinares favoráveis ou desfavoráveis às tradições que hoje estruturam a produção.

O capítulo organiza-se da seguinte forma. Em primeiro lugar, aborda-se a relação entre a delimitação do objeto de estudo e relações com outras disciplinas na Ciência Política, tomando-se como referência comparativa o caso estadunidense. A seguir, a partir de suas raízes históricas, são descritos modelos de atividade intelectual, humanístico e científico, que, defende-se, atuaram e opuseram-se na Ciência Política brasileira. Passa-se então à análise das propriedades e relações entre as três principais visões e grupos: modelo humanístico e “intelectuais”, o modelo intermediário da “escola sociológica paulista” e o modelo “científico” e politológico de mineiros e cariocas vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj).

I.1. Delimitação do objeto e relações disciplinares na trajetória da Ciência Política

Certos parâmetros da trajetória da Ciência Política brasileira são homólogos aos da Ciência Política estadunidense. Lipset (1969) defende que a trajetória institucional e intelectual da Ciência Política dependeu de sua relação com outras ciências humanas. No âmago dessas relações há a questão da “autonomia da política”, isto é, se a política é ou não é um âmbito autorregulado, se tem em si as forças responsáveis por animá-la, ou se depende de variáveis externas, em particular de ordem psicológica, econômica ou societal.

A questão é fundamental, já que a dependência entre os âmbitos de objetos tende a justificar a dependência entre disciplinas – e, no limite, inibir o desenvolvimento de disciplinas novas. No mesmo sentido, a independência entre os âmbitos justifica a independência disciplinar, a autonomização intelectual e institucional do campo: reconhecer intelectualmente que um objeto

pertence a um âmbito autônomo justifica a criação, no plano institucional, de uma disciplina autônoma²⁴.

Toda ciência passou por esse processo. A Sociologia teve de defender a singularidade ontológica do “reino social” e sua irredutibilidade aos “reinos biológico” e “psicológico”. A Psicologia teve de justificar-se contra um reducionismo biológico que ainda hoje se manifesta na oposição entre “mente” e “cérebro” e no crescimento da neurociência. O mesmo ocorreu com a autonomização da “filosofia natural”, mais tarde “ciências empíricas”, em relação à Filosofia e à Teologia. Com o fortalecimento da Física, ciências como a Biologia e a Química envolvem-se em sérias contendas com o fisicalismo. Em outras palavras, o reconhecimento de um âmbito autônomo normalmente envolve conflitos, sobretudo com as disciplinas mais próximas das quais se está destacando.

Nesse sentido, de um lado estão os que tomam a política institucional (“a política”) como objeto privilegiado de estudo (tradição *politológica*) e, de outro, fenômenos políticos de outra ordem, em geral aderindo a definições amplas de poder (societal, econômica, ideal, etc.). Por sua vez, entre os que olham para a política institucional há os que a enxergam como um âmbito autônomo (*politicismo*) e os que a entendem como um âmbito heterônimo (*societalismo*, *economicismo*, etc.). Os primeiros casos de cada grupo estimulam o distanciamento disciplinar e os segundos envolvem proximidade ou promovem aproximação e, no limite, dependência²⁵. Além disso, a autonomização da Ciência Política dependeu de sua afirmação como *ciência*, combinando-se as tradições *politológica* e “científica”²⁶.

As relações disciplinares envolvidas no nascimento da Ciência Política estadunidense conferem-na desde cedo uma vocação *politológica* e estatista – porém eminentemente humanística. Entre o fim do século XIX até meados da década de 1920, é influenciada pela História, Filosofia e pelo Direito, sobretudo alemães. Havia departamentos específicos, uma nova categoria acadêmica profissional, mas a abordagem mobilizada provinha daquelas disciplinas. Os métodos²⁷ predominantes eram de caráter histórico e formalista, o estilo, o ensaístico. O âmbito do objeto, o Estado, oscilando entre a base formal do *government* e o corpo mais extenso de fenômenos políticos (tipicamente abordados pela tradição alemã), antecipa a vocação político-institucional da disciplina. Em outras palavras, ao contrário da tradição europeia, a centralização das atenções em torno da *democracia* delimita o âmbito do objeto às instituições do Estado, embora a disciplina dependesse teórico-metodologicamente de disciplinas externas. O foco ainda não é a política institucional propriamente dita, mas se está próximo dela.

²⁴ Lessa (2011, p. 26) fala em “pregnância entre a disciplina e seu objeto estrito”.

²⁵ Sobre a relação com a História, v. Jensen (1969); com a Sociologia, Greer (1969) e Sartori (1969); com a Economia, Mitchell (1969) e Olson (1969).

²⁶ Reitera-se que *o uso das aspas não guarda qualquer insinuação pejorativa*, tratando-se de reproduzir um fato do campo: a disputa em torno da concepção legítima de ciência, de sua nomeação e de aferição de cientificidade.

²⁷ Emprega-se o termo “método” no sentido atribuído por Kaplan (1964, p. 23): “Métodos são técnicas suficientemente gerais para tornarem-se comuns a todas as ciências ou a uma significativa parte delas. Alternativamente, são princípios filosóficos ou lógicos suficientemente específicos a ponto de poderem estar particularmente relacionados com a ciência, distinguida de outros afazeres humanos”. Tradução livre.

Aqui tem-se uma singularidade importante: nos Estados Unidos, o foco sobre instituições estatais, necessário à institucionalização da Ciência Política, ocorre em situação de dependência intelectual de outras disciplinas, no caso, humanísticas. O *projeto político* do qual a disciplina fez parte foi o fator de união: faz-se uma ciência da democracia estadunidense através de abordagens humanísticas europeias, promovendo uma Ciência Política institucionalmente autônoma mas intelectualmente dependente. Assim, *o foco da autonomização da Ciência Política estadunidense recairia sobre sua afirmação como ciência*. Sendo o determinante mais importante, ela poderia aproximar-se de outras disciplinas, sacrificando parcialmente sua autonomia, desde que a aproximação se convertesse em mais cientificidade. Com o neoinstitucionalismo, a partir da década de 1990, a disciplina poderia garantir autonomia em todas as frentes – não sendo coincidência sua proeminência na Ciência Política brasileira nos mesmos instantes de sua expansão e autonomização intelectual.

É assim que, após a fase institucionalista, em busca de cientificidade e em uma profunda transformação identitária, a Ciência Política inicialmente se aproxima da Psicologia, na chamada “behaviorist revolution” (Jensen 1969, p. 4-7). A nova abordagem dominante, o *behavioralism*, seria uma manifestação, na dimensão intelectual, de uma nova aproximação disciplinar. Paralelamente, os métodos de caráter histórico perdem força, a Filosofia e o ensaísmo são combatidos e, pelo menos explicitamente, passa-se a defender uma ciência valorativamente neutra. Tomam seus lugares os métodos quantitativos e o empirismo epistêmico; os artigos tornam-se os meios privilegiados de difusão; o estilo de trabalho dominante passa a ser o coletivo, baseado em redes de pesquisadores, reunidos em um sistema universitário altamente profissionalizado. O objeto da disciplina também muda: a “política” não era mais o Estado, mas o *comportamento* dos eleitores – estudos eleitorais e as pesquisas de opinião (*surveys*) tornam-se o novo foco analítico. Em outras palavras, para adquirir autonomia e identidade científica, a Ciência Política estadunidense abriria uma nova frente de heteronomia intelectual e se deslocaria à região suprajacente à política institucional – porém ainda circunscrita pelo regime democrático.

Entre as décadas de 1940 e 1950 o *behavioralism* seria a abordagem dominante (Somit & Tanenhaus 1967; Almond 1991). Com sua crise, durante a década de 1960, a Ciência Política fragmenta-se em abordagens concorrentes, competindo para tomar seu lugar e conferir uma nova *unidade* à disciplina. Para Lipset (1969) e outros autores, como Almond (1990, p. 13-31), nenhuma abordagem teve sucesso, estando a Ciência Política fragmentada em abordagens diametralmente opostas²⁸. As pretensões unificadoras são particularmente claras no caso da escolha racional e do novo institucionalismo associado a ela (Munck 2006, p. 17); unificação que, não alcançada, dá lugar à valorização desigual de áreas e abordagens, isto é, a *estratificação da diversidade* do campo. Assim, alguns cientistas políticos voltam-se para a Economia (escolha racional); para a Sociologia (teoria sistêmica, neoinstitucionalismo sociológico); outros novamente à História, acusando equívocos quanto ao estatuto epistemológico conferido aos métodos históricos (neoinstitucionalismo histórico). Outros, enfim, defendem a formulação de abordagens mais específicas às instituições políticas (neoinstitucionalismo político e de escolha racional).

²⁸ As polarizações são frequentemente identificadas e lamentadas. Cf. Ricci (1984) Easton (1985); Seideman & Harpham (1985); Farr (1988); Almond (1990; 1991) e Tobin Grant (2004), entre outros.

Adicionam-se à equação transfigurações de ordem política operantes durante a hegemonia do *behavioralism*. Compartilha-se a definição de “política” das abordagens politológicas: “político” é parte da política institucional. O foco é deslocado ao voto, afastando-se do núcleo do Estado, mas mantendo-se dentro do âmbito do *government* e, sobretudo, das instituições democráticas. Além disso, baseia-se em uma série de premissas e delimitações no desenho das pesquisas que assume a eficácia das “preferências” na conformação do processo decisório (Ricci 1984): como no universo liberal ideal, o “governo” é um reflexo das preferências individuais dos eleitores. O comprometimento é explícito durante a fase institucionalista, responsável, na verdade, pela justificação da própria disciplina (melhorar a democracia, educar os cidadãos) – isto é, o *comprometimento com a política como condição de existência da ciência da política*. O comprometimento também é claro nas fases sistêmica (a preocupação com a modernização dentro do arranjo político-social e em função dos valores das democracias ocidentais avançadas), culturalista (a preocupação com valores “cívicos”) e neo institucionalista (preocupação com o desempenho das instituições democráticas).

O mesmo *modus operandi* aplica-se à Ciência Política brasileira, mas com certas particularidades. Em primeiro lugar, ela precisa cumprir as duas tarefas: afirmar a tradição politológica, afastando-se da Sociologia, e a tradição científica, afastando-se das abordagens humanísticas. Aqui, a Ciência Política nasce enredada em um campo de ciências sociais baseado em abordagens holísticas centralizadas na sociologia francesa e no marxismo. Ambas são eminentemente humanísticas e baseadas em um modelo de atividade intelectual, e uma *figura*, um *habitus*, bastante distintos das ciências naturais tomadas como modelo pela Ciência Política.

1.2. Modelos de atividade intelectual na Ciência Política

Propriedades desenvolvidas ao longo de séculos de diferenciação entre modelos de atividade intelectual estão condensadas na Ciência Política brasileira. Em particular, há uma profunda oposição entre a tradição humanística e o uso de estatística (IV.4). Ela sintetiza o conflito entre tradições intelectuais na Ciência Política brasileira.

Embora não seja uma necessidade lógica, essa oposição é um fato histórico que, mais diretamente, remete ao processo de constituição dos campos acadêmicos na Europa, divididos entre “ciências naturais”, “exatas” e “humanidades”, sobretudo a partir do século XVIII. A tradição humanística contemporânea é herdeira de um modelo eminente durante os séculos XVI e XVII que seria institucionalizado, reformando-se o currículo das universidades (Burke 2000, p. 18-22; p. 81-115). O grupo associado a esse movimento autodenominou-se “humanistas” e opôs-se aos filósofos e teólogos por eles chamados de “escolásticos” (*scholastici*) (*idem*, p. 22). O novo currículo, chamado de “humanidades” (*studia humanitatis*), reforma a estrutura curricular em voga em grande parte das universidades europeias entre os séculos XV e XVI.

O currículo tradicional baseava-se no *trivium*, composto por Gramática, Lógica e Retórica, no *quadrivium*, composto por Aritmética, Geometria, Astronomia e Música, e nas “três filosofias”, Ética, Metafísica e “Filosofia Natural” – esta basicamente composta por estudos de física aristotélica (*idem*, p. 22 e p. 91). O sistema das “humanidades”, por sua vez, compôs-se por Gramática e Retórica (do *trivium*) acrescidas da Poesia, História e Ética (*idem*, p. 99). A oposição à filosofia escolástica inicialmente implica um destacamento entre filosofia e “humanidades”.

A polivalência, no entanto, *aprofunda-se* no período humanista, calcado no culto ao “conhecimento universal”, que permaneceria o paradigma dominante até a emergência do conhecimento especializado associado à revolução científica no período Iluminista, sobretudo a partir do século XVIII.

O ecletismo dos “humanistas” privilegiou as disciplinas hoje conhecidas como Letras e História (com certa atração pela *arte* da política) e, mais tarde, com a ascensão das ciências naturais, se reaproximaria da Filosofia, no atual modelo “filosofia, letras e artes” – donde o arcabouço e as disposições mentais que constituiriam variações modernas dos polímatas do século XVII, como o polígrafo veneziano (*poligrafo*): o *auteur* francês e sua inclinação especial pelas *lettres*; o *savant*, ecoado no século XX na figura francesa do “intelectual total” e toda a sua influência sobre as ciências sociais brasileiras; os mandarins alemães (*Gelbrte*) e os literatos (*letterati*) italianos, entre outros.

Além das disciplinas do novo currículo, os humanistas também se envolviam com as chamadas “disciplinas nobres”, como o Direito e, em menor grau, a Medicina (*idem*, p. 25-27 e p. 166) – encerrando uma espécie de *aristocracia cultural* composta pelas disciplinas do “Homem”, aliás por vezes autoconsciente, como manifesta a expressão “República das Letras” em voga no período renascentista.

A ascensão da ciência a partir do Iluminismo é um processo de autonomização e diferenciação da “Filosofia Natural”, que incorpora a legitimação e sofisticação das “artes práticas” (*ars*), do *folk knowledge*, que dariam origem a disciplinas como a Botânica, a Química e a Farmácia. Também ganham reconhecimento intelectual as “filosofias” ou “artes práticas” como a “economia” (*disciplina oeconomica*) e a própria “ciência política” (*scientia politica*, *Polizewissenschaft*) (*idem*, p. 100-101), apropriadas pelas disciplinas humanísticas.

Repare-se, entretanto, que o termo *scientia* referia-se a conhecimentos teóricos, a matérias filosóficas no sentido estrito do termo, enquanto *ars* referia-se ao conhecimento empírico, por sua vez baseado no conhecimento prático das classes operárias (artesãos, metalúrgicos, farmacêuticos, entre outros), que ocupava uma posição inferior nas hierarquias intelectual e social, aliás estritamente ligadas (*ibidem*). Assim, a emergência da ciência no sentido contemporâneo passa, num primeiro momento, pelo reconhecimento das *ars* como *scientia*, progressivamente agregando-se conhecimento empírico ao teórico – embora a orientação humanística e filosófica predominasse em ciências humanas como a *scientia politica* e a *Polizewissenschaft* que influenciariam a primeira fase da Ciência Política estadunidense (Almond 1991, p. 65, p. 79-81; Peters 1999, p. 6; Munck 2006, p. 1-4) – e seriam radicalmente combatidas a partir do *behavioralism*, que firmaria as raízes científicas da Ciência Política atual.

Ocorre que há uma forte oposição entre o modelo humanístico estabelecido no Renascimento e o modelo que se desenvolveu no Iluminismo – no qual se engendrariam as ciências empíricas – conduzindo a diferentes visões de mundo e às divisões disciplinares atuais que, por sua vez, retêm propriedades de seus precursores históricos. As diferenças vão desde formas distintas de lidar com a informação até a contrastes epistemológicos.

Na esteira do empirismo, durante o período Iluminista dissemina-se o princípio do fácil acesso à informação. A ordem alfabética (“princípio do dicionário”) substitui a organização temática nas enciclopédias (“princípio enciclopédico”), substituindo o conceito de “árvore de

conhecimento” preeminente no humanismo (Burke 2000, p. 184). Ganha prestígio e dissemina-se um novo modo de leitura, o “modo extensivo”, contrastando com o “modo intensivo” em voga no Renascimento, aos quais se associam toda uma gama de valores ligados à atividade intelectual:

One historian has claimed that a “reading revolution” took place in Germany in the later eighteenth century, in the sense of a shift from intensive to extensive reading. Another has described a more gradual and a more general shift “from intensive and reverent reading to a more extensive, nonchalant reading style”, the result of the proliferation and the consequent “*desacralization*” of the book. It was in the mid-eighteenth century that Dr. Johnson asked his interlocutor with his usual force, “Sir, do you read books through?” (Burke 2000, p. 179; sem grifos no original)²⁹.

A relação entre leitura extensiva e conhecimento empírico fica particularmente clara no contraste entre os métodos de trabalho de Montaigne, baseado na leitura intensiva preeminente no século XVI, e a leitura extensiva de Montesquieu, no século XVIII:

[...] the contrast of these neighbours is, among other things, a contrast between a sixteenth-century and an eighteenth-century manner of reading. Montaigne’s manner was intensive, allowing him to quote passages from memory (as the minor inaccuracies show), and it focused on moral exempla. Montesquieu by contrast often looked books up rather than reading them through, and he read with an eye for facts, including statistics (*idem*, p. 192)³⁰.

Em outras palavras, ainda sem negar o paradigma do “conhecimento universal” tem-se uma busca por dados específicos, a eminência dos “fatos” no campo intelectual, associada a uma leitura mais telegráfica, oposta ao modelo exegetico.

Outra expressão prática da valorização do dado empírico e do fortalecimento do conhecimento indutivo é a emergência da nota de rodapé. A atenção à evidência transfere-se para uma preocupação com as fontes das informações apresentadas, em particular entre “filósofos naturais” e “burocratas” (isto é, as “ciências práticas”) – parte do ideal do conhecimento imparcial e impessoal, mais tarde conhecido como “objetivo”. A nota de rodapé é a técnica tipográfica utilizada para cumprir essa função. Avanços de imprensa também permitem a publicação de tabelas e elementos visuais, rapidamente incorporados ao novo modelo de atividade intelectual:

[...] the use of parallel columns in chronological tables assisted the reader in the task of “synchronizing” different systems of time reckoning (Jewish, Christian, Muslim and so on), and thus revealing “anachronisms”. Parallel with the rise of statistics (above, 135) the increasing importance of tables of figures may be noted, whether the subject of the book is astronomy, history or political economy. Tables facilitated comparisons and contrasts. Diagrams and other illustrations, frequent in many kinds of treatise from the herbal to the drill manual, allowed readers to use books without

²⁹ “Um historiador afirmou que a ‘revolução da leitura’ ocorreu na Alemanha no final do século XVIII, no sentido de uma guinada de uma leitura intensiva para uma extensiva. Outro descreveu uma mudança mais gradual e geral de ‘uma leitura intensiva e reverenciosa a um estilo de leitura mais extensivo’, resultado da proliferação e da consequente ‘*dessacralização*’ do livro. Foi no meio do século XVIII que Dr. Johnson perguntou ao seu interlocutor, com sua assertividade usual, ‘Senhor, você lê os livros até o fim?’”. Tradução livre. Cumpre ressaltar, é claro, que esse modo de leitura não foi inventado no século XVIII, mas disseminou-se e ganhou prestígio a partir de então, conjugando-se com o modelo das ciências naturais.

³⁰ “O contraste entre esses vizinhos é, entre outras coisas, um contraste entre um modo de leitura do século XVI e do século XVIII. O modo de Montaigne era intensivo, permitindo-o citar passagens com a memória (como mostram pequenas imprecisões), e focava exemplos morais. Montesquieu, em contraste, frequentemente não perscrutava os livros e os lia à procura de fatos, incluindo estatísticas”. Tradução livre.

paying very much attention to the text. New reading skills or modes of literacy were increasingly required to make sense of maps, tables of figures and so on (*idem*, p. 184)³¹.

Entre as mudanças mais profundas tem-se a guinada do “estudo das palavras” para o “estudo das coisas”:

“Book-learning”, as it was sometimes called, was distinguished on occasion, even by members of the clerisy, from the knowledge of things. Comenius, for example, emphasized the importance of studying things rather than words, and a similar distinction already underlay the humanist criticism of the wordiness and the hair-splitting of scholastic philosophers, the “jargon of the schools”. Quantitative knowledge was distinguished from qualitative knowledge and was taken increasingly seriously. As Galileo famously declared, the book of nature is written in the language of mathematics (*idem*, p. 85-86)³².

Outras transformações importantes foram o fortalecimento do conhecimento de “específicos” e do “particular”, a princípio associado à Medicina, e a disseminação do termo “pesquisa” (*recherche, ricerca, research*) durante o século XVIII, associado a termos como “investigação”, derivado do Direito legal, e “experimento”, aplicado sobretudo no teste de leis (*idem*, p. 45). Em outras palavras, a ascensão do empirismo e a constituição do que mais tarde viria a ser conhecido como ciência está na base de todo esse processo.

É nessa orquestração que se inscreve a oposição histórica entre Estatística e História, paradigmática na Ciência Política. A estatística viria a combinar as necessidades da política prática com o rigor matemático. A raiz do termo *estatística* vem de *estado* – um fato etimológico fundado em necessidades do poder político: durante a década de 1660, Jean-Baptiste Colbert, ministro das finanças sob o reinado de Luís XIV, dirige o levantamento de uma série de informações quantitativas em áreas das mais diversas, de censos sobre as condições de vida da população francesa a relatórios sobre o número de árvores das florestas reais (como que expressando oficialmente a obsessão francesa pelo registro e sua atração por um Estado forte) (*idem*, p. 137). Inspirado em Colbert, Marshal Vauban, um nobre interessado em pesquisa quantitativa, utilizaria o termo *les statistiques* referindo-se a “palavras, informações úteis para homens de estado” (*ibidem*). Na década de 1680, Leibniz, filósofo e eminente matemático, recomendaria o uso de tabelas estatísticas no planejamento administrativo estatal, a que chamou de *Staatstafeln*, empregando o conhecimento estatístico então disponível (*idem*, p. 138). Desde então, “estatísticas” passariam a ser instrumentos fundamentais de administração e controle nos estados europeus, conscientemente tratadas como técnicas fundamentais para o exercício e a manutenção do poder.

³¹ “O uso de colunas paralelas em tabelas cronológicas assistia o leitor na tarefa de ‘sincronizar’ diferentes sistemas de contagem do tempo (judeu, cristão, muçulmano e por aí vai), assim revelando ‘anacronismos’. Em paralelo com a ascensão das estatísticas, a crescente importância de tabelas de números pode ser notada, quer o tema do livro seja astronomia, história ou economia política. Tabelas facilitaram comparações e contrastes. Diagramas e outras ilustrações, frequentes em muitos tipos de tratados, do manual herbário ao de perfuração, permitiram que leitores usassem os livros sem prestar muita atenção ao texto. Novas habilidades de leitura ou modos de alfabetização foram cada vez mais requeridos para compreender mapas, tabelas de números e daí em diante”. Tradução livre.

³² “‘Aprendizado bibliográfico’, como era às vezes chamado, era ocasionalmente distinguido, mesmo por membros do clero, do conhecimento das coisas. Comenius, por exemplo, enfatizou a importância de estudar coisas em vez de palavras, e uma distinção similar já fundamentava a crítica humanística do palavreado e o detalhismo excessivo dos filósofos escolásticos, o ‘jargão das escolas’. O conhecimento quantitativo foi distinguido do conhecimento qualitativo e foi levado cada vez mais a sério. Como Galileu famosamente declarou, o livro da natureza é escrito na linguagem da matemática”. Tradução livre.

Contudo, a abordagem doura da política, substancialmente filosófica, permaneceria insulada da estatística até sua incorporação pela Ciência Política estadunidense quando esta se insurge contra as abordagens praticadas na primeira fase da disciplina. Assim, em virtude da hegemonia da tradição humanística, a incorporação da estatística pelas ciências humanas esperaria pela adoção do positivismo lógico, alhures interpretada como uma intrusão naturalística em domínio humanístico, gerando conflitos epistemológicos pelo monopólio da definição de ciência, de um lado justificando-se a existência de uma ciência específica, distinta das ciências naturais e ao mesmo tempo irredutível às demais humanidades, de outro, defendendo-se que essa especificidade não seria incompatível com os métodos científicos ou a lógica matemática. Toda essa história parece se expressar nas estatísticas da produção, incorporada à Ciência Política brasileira contemporânea, um caso particular de um amplo e longo processo de diferenciação intelectual.

I.3. Modelos de atividade intelectual, visões disciplinares e grupos na Ciência Política brasileira

I.3.1. A influência do modelo humanístico: intelectuais e intérpretes do Brasil

O modelo humanístico foi proeminente entre os “intelectuais” brasileiros que dominaram o campo de estudos políticos de fins do século XIX até a década de 1950, período em que podemos dividir em duas fases: (i) livres-pensadores desvinculados de instituições acadêmicas, como Oliveira Vianna, Francisco de Oliveira, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Pontes Miranda, Victor Nunes Leal, entre outros, reunidos sob a alcunha do “pensamento político brasileiro”, proeminentes até a década de 1940³³; (ii) o círculo da *intelligentsia*³⁴ carioca, centralizada no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e corporificada nas carreiras e personalidades de intelectuais como Hélio Jaguaribe e Evaristo de Moraes Filho, durante as décadas de 1950 e 1960. Bolívar Lamounier define essa fase da seguinte forma:

Do ponto de vista das condições institucionais em que é produzido o conhecimento político, essa fase pode ser facilmente caracterizada como um trabalho isolado de *pensadores*; do ponto de vista da forma, pelo recurso a amplos ensaios histórico-sociológicos que visavam substanciar propostas de reforma constitucional. Era, pois, um trabalho essencialmente individual, sem apoio universitário e sem crítica acadêmica sistemática. (Lamounier 1982, p. 413; grifos no original).

Em outras palavras, refere-se a “modalidades de representação do mundo político e social tidas como pré-científicas” (Lessa 2011, p. 20-21), em particular pelas ciências sociais desenvolvidas na USP, a partir da década de 1950, e sobretudo pelos cientistas políticos do eixo UFMG-IUPERJ, a partir da de 1960 – e seu corolário, a visão disciplinar politológico-científica hoje dominante.

No plano analítico, em virtude de seu posicionamento normativo e os paralelos com o caso francês, esse pensamento considera instituições do Estado, lançando um precedente para as tradições politológicas que se estabeleceriam a partir da fundação da Ciência Política. Entre alguns focos de atenção tem-se “[...] centralização ou descentralização política, prerrogativas do Poder Moderador, reforma eleitoral, abolição, propriedade fundiária, papel das forças armadas e forma de governo, entre outros” (Lessa 2011, p. 30).

³³ Para um levantamento bibliográfico extensivo, consultar Santos (2002) e Villas Bôas (2007).

³⁴ Tem-se como referência o sentido atribuído por Martins (1987).

No entanto, não há enfoque sobre a *autonomia* dessas instituições, que estão enredadas em uma teia de fatores de ordens diversas, tratando-se, em geral, de uma tradição disciplinar híbrida (modulando estatal, societal e societalismo) associada a abordagens humanísticas.

[...] a tradição do ensaísmo brasileiro, fortíssima até os anos 1960, e ainda não de todo extinta, ao considerar temas de natureza política, o fez de um modo tal que narrativas históricas, literárias, filosóficas, sociológicas, econômicas e de outras extrações comparecessem à análise. “Autonomia”, nesse caso, implicava apenas o reconhecimento de um domínio de objetos a considerar, mas não a adesão a um saber distinto e independente das demais narrativas sobre a experiência histórica, cultural e social. (Lessa 2011, p. 27-28).

Assim, do ponto de vista dos atuais mecanismos de estratificação, esse pensamento ganha valor por envolver instituições políticas e perde valor por envolver fatores de âmbitos extrapolitológicos, além de não se conformar aos critérios de cientificidade mais ortodoxos hoje proeminentes, como será visto nos capítulos IV e V.

I.3.2. Eruditos e polímatas no Brasil

Em vez de *especialistas* ou *profissionais*, esses intelectuais são, antes de tudo, *eruditos*, *polímatas* ou “pensadores” a meio-caminho entre a Filosofia, as Letras e a política.

Poucos documentos são tão valiosos para esboçar o *habitus* desse grupo como a entrevista de Evaristo de Moraes Filho concedida a Hiro Barros Kumasaka e Luitgarde Barros, em 8 de março de 1988. A certa altura, a entrevista passa a versar sobre a história do antigo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordando as características, personalidade e destinos de alguns de seus quadros. Evaristo é indagado sobre Rui Coelho, enunciando, do estilo ao conteúdo, os alicerces dessa figura intelectual:

Luitgarde - No caso da resposta do professor Rui Coelho, trata-se então de um erudito e não de um professor. Não lhe parece?

Evaristo - Não. Nada impede que o professor seja um erudito ou que um erudito seja professor. Uma mesma pessoa pode fazer mais de um curso superior ou dedicar-se a mais de um campo de estudos, para não chegar àquele caso extremo do especialista, que sabe cada vez mais de cada vez menos... Eu próprio, para dar meu exemplo – sempre antipático, segundo Pascal... – fiz os cursos de Direito e de Filosofia. Nesses cursos tive oportunidade de estudar, não só filosofia propriamente dita, como: Psicologia, Lógica, Estética, Ética, Economia, Sociologia, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Didática Geral e Especial. O universo de interesses foi bem amplo (Kumasaka & Barros 1988a, p. 26).

Além do rol aristotélico de assuntos levantados, repare-se, por exemplo, a estratégica passagem “sempre antipático, segundo Pascal...”. Uma referência filosófica clássica é inserida em uma proposição subjetiva e antitética, demonstrando um misto de ironia e erudição, ressaltando-se a própria personalidade e assimilando capital simbólico. O *eu* associa-se à *excepcionalidade* – e a excepcionalidade adquire traços de *rebeldia*, catalisando-a. Propriedades muito valorizadas nesse modelo de atividade intelectual. Além de tornar explícita a sua antítese, a figura do *scholar* e o modelo das ciências naturais, a passagem também manifesta outra propriedade típica desse modelo: a alta exigência de recursos e distanciamento, de *scholê*, constituindo uma espécie de aristocratismos cultural, celebrado durante o período renascentista e parcialmente dissimulado no campo das ciências sociais. Isso esclarece como, até o estabelecimento de um campo *acadêmico* de ciências sociais em São Paulo e, mais tarde, com a profissionalização da Ciência Política desencadeada em

Minas e no Rio, boa parte dos autores de estudos políticos fossem formados em Direito e oriundos de famílias tradicionais³⁵.

Evaristo faz parte de uma tradição bastante extensa na história do campo intelectual. Um caso interessante é o de Peiresc (1580-1637), famoso polímata francês e referência do modelo humanístico durante o Renascimento³⁶:

A particularly well-documented case of an avid reader is that of the polymath Peiresc. Nicolas-Claude Fabri de Peiresc was a magistrate of extremely broad intellectual interests. Living in Provence a generation before the rise of the learned journal, Peiresc was dependent on an international network of friends for news of the Republic of Letters, of 'people of curiosity like us' (*gens curieux comme nous*) as he called them. His voluminous correspondence, much of which has been published, is stuffed with references to new books, editions of the fathers of the Church, a history of the Arabs, the latest treatise by Galileo, the Elsevier series of descriptions of Poland and other states, the anthologies of travelogues edited by Richard Hakluyt and Samuel Purchas, and, not least, newsletters or gazettes in manuscript or print, from Venice, Amsterdam, Rome and elsewhere.

Peiresc did not learn from books alone. He was also an enthusiastic collector of objects such as Roman coins and Egyptian mummies, which reminds us that knowledge could be acquired by a number of means and warns us not to place too much stress on reading alone (Burke 2000, p. 189-190)³⁷.

A maior parte dos “intelectuais” e “pensadores” referidos na produção douta, podendo-se aliás regredir até a Antiguidade, têm essa propriedade em comum – e ela é fundamental nesse modelo e para a afirmação intelectual daqueles que o encarnam: a erudição é o assimilador do capital simbólico mobilizado nas estratégias de distinção e afirmação no campo intelectual³⁸.

Há, contudo, uma guinada à especialização. Na análise da produção, veremos que o estilo literário opõe-se ao estilo acadêmico, eminentemente teórico-conceitual (III.2.2). Sem afastar-se dos horizontes do modelo humanístico, tem-se uma figura mais específica que, ainda eclética, é mais atraída por um estilo ensaístico de caráter teórico-conceitual e, disciplinarmente, pela Filosofia. Há mais unidade por parte da abordagem, baseada em sistemas filosóficos, que é, então, aplicada a objetos de disciplinas das mais diversas.

³⁵ Para as origens sociais dessa geração, cf. Kumasaka & Barros (1988a, p. 6-7 e segs.; 1988b, p. 1-7); Arruda (2001, p. 168-174); Miceli (2001, p. 103-132); Castro & Oliveira (2005, p. 178-182); Jackson (2007b, p. 34-37), entre outros.

³⁶ O próprio arranjo institucional do campo acadêmico de então favorecia o ecletismo, isto é, institucionalizava o ideal de “conhecimento universal”. Para mais detalhes, consultar Burke (2000, p. 91, p. 84-85, p. 190 e p. 189-190).

³⁷ “Um caso particularmente bem documentado de um leitor ávido é o do polímata Peiresc. Nicolas-Claude Fabri de Peiresc foi um magistrado de interesses intelectuais extremamente amplos. Vivendo em Provença uma geração antes do ascensão das revistas douts, Peiresc dependia de uma rede internacional de amigos por notícias da República das Letras, ‘pessoas curiosas como nós’ (*gens curieux comme nous*), como ele as chamava. Sua volumosa correspondência, a maior parte já publicada, é cheia de referências a novos livros, edições dos padres eclesiásticos, uma história dos árabes, o último tratado de Galileu, a série Elsevier de descrições da Polônia e outros estados, as antologias de diários de viagem editados por Richard Hakluyt e Samuel Purchas e, não menos importante, informativos ou gazetas impressas ou manuscritas, de Veneza, Amsterdã, Roma e alhures.

Peiresc não aprendeu apenas com livros. Também foi um colecionador entusiástico de objetos como moedas romanas e múmias egípcias, o que nos lembra que o conhecimento podia ser adquirido por vários meios e nos adverte a não enfatizar muito somente a leitura”. Tradução livre.

³⁸ Note-se que o mecanismo é o mesmo quando a erudição tem objetos “populares” como referência, como em boa parte das apropriações intelectualistas de atributos de grupos subalternos.

Hélio Jaguaribe é a personificação desse tipo. Forma-se em Direito, inscrevendo-se no padrão de cientistas sociais da primeira metade do século XX, oriundos de classes dominantes. Intelectualmente, começa marxista, assimila o historicismo neokantiano e, finalmente, a “teoria crítica”, que o permite reunir marxismo e historicismo (Kumasaka & Barros 1988b, p. 3). Representa e defende uma visão de ciência social indiferenciada, entre a Economia, Sociologia, Filosofia e política, e concomitantemente à imagem de Sartre, a figura do intelectual total engajado, em uma simbiose de cultura e projeto político.

Nesse sentido, funda em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), reformulado em 1955, então Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), cujo quadro de intelectuais seria responsável pela elaboração e difusão do “desenvolvimentismo” original, além de vários estudos teóricos em várias áreas das Ciências Sociais e da Economia (Jaguaribe 1979). Assim como o caso de Evaristo, algumas passagens expressam um tipo ideal materializado:

Hiro - Mas o senhor exerceu Direito, isso é que espantou nessa entrevista.

Hélio Jaguaribe - É verdade. Veja bem, a colocação é incorreta. Deveria dizer que, no período que procedeu meu ingresso à Universidade, eu ainda não tinha uma preocupação com consciência social. Comecei a vida intelectual pensando que iria ser escritor e voltaria um pouco para a poesia e para a coisa literária. No final da adolescência esse interesse transformou-se em interesse filosófico. Confesso que, no fundo, eu sou um filósofo e espero voltar a uma cogitação filosófica nos anos de minha velhice. Mas, circunstâncias várias, problemas no Brasil, desafio da compreensão de por que nós funcionamos mal (como quem nasce em uma família de loucos tem tendência para ser psiquiatra, quem nasce em sociedade subdesenvolvida e está angustiado com isso, tem tendência à ciência social), isso me levou, a partir da minha formação jurídica - que, naquele tempo, muito mais que hoje, era muito sociológica - a entrar na ciência social. Mas eu tinha a preocupação de ter uma vida não miserável e poder combinar uma vida razoável, de classe média, com uma vida intelectual. Então, a advocacia me abriu esse caminho. Comecei minha carreira prática com a advocacia. [...] Isso me permitiu, nesse tempo, financiar meus projetos, a revista “Cadernos do Nosso Tempo”. Isso me deu, enfim, essa entrada na vida pública (Kumasaka & Barros 1988b, p. 25-26).

E falando da relação do “intelectual” com a política:

Qual é a possibilidade do intelectual de ser ouvido pelo militante se ele se torna um concorrente do militante, disfarçado de intelectual? Não tem sentido. E as pessoas não são tolas e tudo que é falso não vinga. Eu sustentava, então: “Somos intelectuais, um intelectual pensa e propõe”. Propõe, defende tal tese, mas não disputa cargo, não pretende ser eleito. Ele está propondo uma influência prática, mas desinteressadamente. É isso que torna possível um diálogo válido entre um político militante e um intelectual. Mas esse pessoal, disfarçado de intelectual, quer ser deputado, quer ser ministro. É razoável que o pretendam, mas não pensem fazê-lo como titular de uma magistratura intelectual (*idem*, p. 12).

Essa concepção tem como principal dimensão do trabalho intelectual a orientação “transformadora” da teoria, isto é, *práxis*. O intelectual dedica-se “desinteressadamente” às ideias (à “teoria”) para propor cursos de ação – que ele, contudo, não deve levar a cabo. A simbiose entre teoria e prática, porém, não é isenta de ambiguidades, em particular em face da influência do intelectualismo, mantendo-se a *práxis* flanqueada pela teoria teórica.

Luitgarde - Professor, do que eu ouvi, seria um equívoco eu entender que toda a sua apropriação do conhecimento do mundo tem sido pela via teórica?

Hélio Jaguaribe - Bem, evidentemente o conhecimento teórico, o saber teórico, só se pode obter por via teórica. Não nos façamos ilusões. Nenhuma praticidade conduz a níveis superiores de

elaboração, sem prévia armação teórica. Portanto, da praticidade corrente à teoria dos quanta existe um intervalo da cultura, da praticidade corrente à Einstein existe um intervalo de cultura, e assim por diante. A praticidade corrente não conduz a níveis superiores de abstração. É uma ingenuidade do pragmatismo supor isso. Mas, de outra parte, o homem puramente teórico fica sem o “feedback” da experiência prática” (*idem*, p. 5).

Luitgarde e Hiro - E como o senhor encara uma afirmação que tem sido feita, geralmente pelo pessoal intelectual do Rio, de que era um intelectual só com intenção de influenciar decisões, mas não preocupado com a institucionalização da prática científica?

Hélio Jaguaribe - Isso depende... O ISEB teve de tudo. Eu, pessoalmente, inclusive, sou extremamente interessado em filosofia, tenho uma parcela da minha obra dedicada exclusivamente à filosofia. Tenho um grande interesse em teoria social, em teoria do desenvolvimento. Meu livro *Desenvolvimento Político e Desenvolvimento Econômico* é um livro totalmente teórico. Meu estudo *Introdução à Sociedade não Repressiva* é um livro teórico. Minha produção teórica é grande, não sou de nenhuma maneira infenso à teoria. Mas, por outro lado, essa minha angústia de contribuir para a modificação da sociedade me leva a achar que tem tantas pessoas que estão na vida teórica pura, que há suficiente espaço para aqueles que pensam a realidade contemporânea e a problemática teórica com uma certa vista à transformação social” (*idem*, p. 18).

Observa-se que Jaguaribe não se refere à pesquisa empírica em nenhum momento: o trabalho do intelectual trata de teoria e gera teoria. O contato com a realidade é sempre “prática”, isto é, atividade política, de “transformação do mundo”, guiada pela teoria. Mas como o intelectual não é quem pratica a teoria – a atividade política é ofício do militante – o contato com o mundo empírico é distanciado: o “cientista social” observa os resultados de um teste feito à distância. Assim, a validade do conhecimento não envolve a verificação empírica sistemática, entregando-se à capacidade de abstração do analista. Nessa visão, as “ciências sociais” se distinguem da Filosofia por uma especificação na dimensão do objeto (a “sociedade”) e pela orientação política da “teoria”.

I.3.3. Efeitos sobre a Ciência Política brasileira

Entre os vários efeitos exercidos sobre o campo da Ciência Política, pode-se destacar:

- (i) Criou antecedentes para o estabelecimento das tradições politológicas e estatais;
- (ii) Inibiu a institucionalização e a autonomia acadêmica das ciências sociais e, assim, da Ciência Política;
- (iii) Estimulou o desenvolvimento de abordagens linguístico-ideais na Ciência Política contemporânea;
- (iv) Foi condição para as áreas contemporâneas de teoria política e história das ideias;
- (v) Criou uma cultura de intervenção política que, sob premissas e abordagens distintas, encontraria eco nas tradições politológicas e societais, inclusive na USP, UFMG e IUPERJ;
- (vi) Estabeleceu a figura do intelectual brasileiro, inserindo-se na tradição humanística do pensamento ocidental.

Na produção acadêmica contemporânea, o modelo humanístico atua nas regiões que orbitam sobretudo o estilo cognitivo literário, também exercendo influência em torno dos estilos acadêmico e militante (III.2.2). Também atuam nas abordagens e áreas que lidam com objetos linguístico-ideais³⁹ e nos estudos societais e, dentro do estilo erístico, em parte dos trabalhos que

³⁹ Um fato de natureza linguística, sem fazer parte de uma teoria. Para mais detalhes, consultar o Apêndice 2, Seção 8.

utilizam métodos qualitativos. Compõe uma visão de ciência política em sentido amplo: hibridismo no âmbito do objeto, mobilizando fatores geralmente extrapolitológicos.

I.4. A academia entre o humanismo e a ciência: tradições societais e cientistas sociais paulistas

A segunda visão refere-se à tradição societal estabelecida nas cátedras de Política e de Sociologia, na USP, entre as décadas de 1940, com a missão francesa, e de 1960, com o estabelecimento do grupo baseado na cátedra presidida por Florestan Fernandes, além do grupo de cientistas sociais marxistas estabelecido na Unicamp no decorrer da década de 1970 (Quirino 1994; Arruda 2001; Peixoto 2001; Trindade 2007).

O modelo uspiiano opôs-se aos intelectuais precursores ao defender uma cultura intelectual mais “acadêmica”, institucionalizando as ciências sociais e estimulando a autonomia da produção, que passa a responder aos imperativos dos pares, institucionalmente destacados de campos externos e integrados em um campo a princípio autossuficiente. Além disso, acusaria o comprometimento político dos intelectuais cariocas, que se entende ter inibido a institucionalização das ciências sociais no Brasil (Miceli 2001). Assim, temas como a construção do Estado nacional, a “questão nacional” ou o subdesenvolvimento são associados aos comprometimentos políticos desses intelectuais, negando, em um só tempo, posicionamentos políticos, leques temáticos e abordagens teórico-metodológicas em favor de objetos e abordagens típicos da sociologia durkheimiana. Favoreceu-se uma sociologia distante dos temas políticos apreciados pela Ciência Política e, mais tarde, um marxismo que permaneceria pouco receptivo às instituições políticas e sistematicamente oposto ao modelo “científico” defendido por cientistas políticos e ao próprio modelo uspiiano em voga durante seu período funcionalista.

Intelectualmente, tratou-se de um caso intermediário entre os extremos humanístico e científico. Há indicações de preeminência da cultura humanística – agora cultivada dentro de um campo acadêmico que lhe garantiria certa autonomia e exigiria maior profissionalização e mais rigor no tratamento dos conceitos, na conduta intelectual e na formação de seus quadros. Antes de banir o estilo literário, a reflexão teórica ou o ensaio, tratou-se de defender e garantir a autonomia do pensamento social – sem negar o modelo humanístico que, muito pelo contrário, predominou na cátedra de Política (Quirino 1994) e mesmo alhures, até Florestan Fernandes assumir a cátedra de Sociologia I, em 1954, permanecendo uma sociologia eminentemente literária em Sociologia II (Arruda 2001, p. 168; Pulici 2007; 2008). O processo de autonomização acadêmica das ciências sociais nessa instituição envolveu a importação de abordagens da sociologia francesa apropriada de forma mais “científica” ou mais humanística neste ou naquele docente. Essa apropriação polarizada reflete a situação da própria sociologia na França: a escola durkheimiana declina entre a I e a II guerras, fortalecendo-se abordagens mais literárias e filosóficas (Lepenies 1996).

Ainda que a sociologia “científica” de Florestan, que agregava estilo cognitivo acadêmico (discussão rigorosa de conceitos e reflexão teórica sistemática) e erístico (argumentos estruturados em torno de evidências empíricas), não atingisse as exigências de “cientificidade” do empirismo anglo-saxão propugnado na Ciência Política que se institucionalizaria a partir de 1967, os cientistas políticos chocam-se com o reposicionamento teórico-metodológico e político de Sociologia I em

torno do marxismo, sob a égide da apropriação teórico-exegética de José Arthur Giannotti (Arruda 2001, p. 203-209).

O engajamento político estende-se à USP, embora ainda sem exercer influência sobre o campo político, ao contrário dos isebianos, privilegiados pela proximidade geográfica e social com as elites políticas (Miceli 2001, p. 113-114). O processo de “conversão” ao modelo humanístico centrado na figura do intelectual francês se consuma quando, liderados por Giannotti, um grupo de estudos dedicado à obra marxiana estabelece-se de forma independente de Florestan, inspirado em reinterpretações filosóficas das “obras de infância”, sobretudo por Lukács, Sartre e Goldman, modificando radicalmente o modelo de atividade intelectual e as abordagens associadas à cátedra de Sociologia I (Arruda 2001, p. 205-206). Uma concepção societal de “político” ganha corpo, encontrando respaldo no marxismo que se estabeleceria na Unicamp em torno de Décio Saes, Álvaro Bianchi e Armando Boito Jr., estendendo-se além da década de 1970.

Quanto à figura associada ao modelo de produção intelectual, o modelo uspiano oscila entre a figura do polímata e do *scholar* – este corporificado na figura de Florestan. O modelo humanístico é cultivada em personagens como Antônio Cândido, Ruy Coelho, Azis Simão e Lourival Gomes Machado (Arruda 2001, p. 168) – já dentro da cultura intelectual francesa pós-durkheimiana, mais etnográfica e centrada nas letras. Em outras palavras, a USP insere a cultura humanística do pensamento social em um campo acadêmico que fornece subsídios para seu cultivo, agora com mais independência de elites sociais e econômicas: constrói-se um arranjo institucional acadêmico e garante-se sustento material à atividade intelectual que, no caso de Florestan, passa a ser mais propriamente um *trabalho*. Ao mesmo tempo, esse campo acadêmico também favorece o florescimento de ciências sociais mais “científicas”, embora aquém dos critérios de cientificidade instituídos no eixo UFMG-IUPERJ.

I.4.1. “Sociologismo” e político em sentido lato

A proeminência da sociologia nas ciências sociais brasileiras, francesa na USP e estadunidense na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), inibiu o estudo de temas políticos (Lamounier 1982, p. 417; Forjaz 1997; Arruda 2001, p. 166-167). Quando certa concepção de “político” entra no universo de questões legítimas, a política institucional permaneceria relegada ao segundo plano. Isso manteve temas propriamente políticos associados ao Direito, em particular o direito constitucional, público e do trabalho, atribuindo certo formalismo à análise das instituições.

Essa situação mudaria durante a década de 1960, em função de dois processos relacionados: o crescimento da importância de temas políticos no campo acadêmico associado à radicalização ideológica no campo político. Em um primeiro movimento, vão surgindo temas como a dominação de classe inspiradas por uma concepção holista de “político”, cada vez mais marxista. A seguir, em reação a essa abordagem, retoma-se o Estado e a política institucional emerge como um objeto legítimo, demarcando-se a Ciência Política.

O caso de Florestan está no centro do primeiro movimento. Questões envolvendo desigualdade e justiça social passam a constituir as principais preocupações do grupo de sociólogos ligados à cátedra de Florestan Fernandes. Depois de instituir uma cultura mais “científica” na USP em seu período funcionalista, progressivamente aproxima-se de Marx e de Weber até, finalmente, elaborar uma espécie de sociologia aplicada profundamente preocupada com os problemas

socioeconômicos que afligiam o país (Arruda 1995, p. 175-181). O marxismo torna-se a abordagem de maior influência e, juntamente com os novos temas de estudo, manifesta-se um deslocamento vigoroso de uma sociologia mais gnosiológica e culturalista em direção a uma sociologia econômica e política. A formação dos projetos de pesquisa “A empresa industrial em São Paulo” e o ambicioso “Economia e sociedade no Brasil” (Jackson 2007a, p. 122), entre outros, são ilustrativos, bem como a produção subsequente a 1961, quando Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni defendem suas teses de doutorado, retomando o foco sobre problemas estruturais da sociedade brasileira (Arruda 1995, p. 200-206). A emergência de um marxismo eminentemente filosófico com José Arthur Giannotti, na USP, e de um marxismo estruturalista na Unicamp, com Décio Saes, sacramenta estudos de fenômenos políticos entendidos em sentido amplo, contribuindo para o estabelecimento da tradição societal na Sociologia e na própria Ciência Política.

I.4.2. Efeitos sobre a Ciência Política brasileira

Um dos principais efeitos foi inibir o estudo da política institucional e a concomitante institucionalização da Ciência Política. Nesse sentido, o caso brasileiro assemelha-se ao italiano. Pasquino (1982) sugere a heteronomia intelectual da Ciência Política em relação à Sociologia como uma das principais causas da fraqueza das áreas e abordagens dedicadas à política institucional, inibindo a institucionalização da Ciência Política. A carreira de Sartori é mencionada por exemplificar a relação entre o foco sobre instituições políticas e autonomia da Ciência Política (*idem*; Arruda 1995, p. 167) – também encontrando paralelo no caso brasileiro, em que o grupo de cientistas políticos mineiros e cariocas elegem como objeto legítimo e ressaltam a autonomia da política institucional justificando a autonomização da Ciência Política brasileira.

Outro efeito importante foi instalar tradições societais na Ciência Política. As disciplinas permanecem institucionalmente próximas em virtude da organização do campo acadêmico baseado no conceito de ciências sociais, estimulando o florescimento societal na Ciência Política: (i) as disciplinas permanecem agremiadas nos cursos de graduação; (ii) a Ciência Política permanece dependente da Anpocs – só em meados da década de 1990 a ABCP passaria a atuar efetivamente, tornando-se capaz de influenciar a estrutura da produção. Isso permite a migração de sociólogos e de temáticas e abordagens sociológicas para o campo da Ciência Política. A proximidade institucional também favorece o intercâmbio intelectual – permitindo inclusive o influxo de influências filosóficas disseminadas nas ciências sociais. Assim, diferentes definições de “político” se estabelecem na Ciência Política. A disciplina reagiria dirigindo os mecanismos de estratificação para privilegiar as tradições politológicas e “científica” e fundando programas de pós-graduação específicos, resguardando e estimulando sua autonomia.

Os seguintes efeitos são também dignos de nota:

- (i) Ao mesmo tempo em que inibiu a autonomização da Ciência Política, estabeleceu um campo acadêmico relativamente autônomo, sem o qual ela não existiria;
- (ii) Introduziu um modelo mais profissionalizado de atividade intelectual e, ao mesmo tempo, reproduziu elementos do modelo humanístico mais tarde incorporados à Ciência Política;
- (iii) A tradição societal estimulou a incorporação de abordagens sociológicas bastante diversas na Ciência Política, como interacionismo simbólico, memória e imaginário, praxiológica, entre outras.

I.5. Ciência politológica: o eixo UFMG-IUPERJ

A visão favorável a uma Ciência Política institucional e intelectualmente autônoma foi forjada na trajetória do grupo de cientistas políticos mineiros e cariocas responsáveis pela fundação de programas de pós-graduação em Ciência Política na UFMG e no IUPERJ⁴⁰, então estendendo-se a outros centros importantes, como UFRGS (1973), USP (1974) e UFPE (1982), disseminando-se no decorrer dos anos 1990⁴¹.

Deslocados no campo das ciências sociais e influenciados por um modelo estadunidense de Ciência Política, os cientistas políticos mineiros e cariocas mostram-se mais sensíveis à política institucional e introduzem uma concepção mais ortodoxa (“positivista”) de ciência, entrando em choque com o formalismo jurídico, o “sociologismo” e o caráter “pré-científico” de boa parte das ciências sociais brasileiras, reunindo, assim, tradição politológica e “científica” em uma visão disciplinar que destacaria e institucionalizaria a Ciência Política no Brasil, catalisando a autonomia institucional e intelectual e semeando os princípios de divisão que hoje estruturam o campo.

I.5.1. Geração da visão politológico-científica

Entre 1959 e 1968, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Antônio Octávio Cintra, Amaury de Sousa, Simon Schwartzman, Renato Boschi, entre outros, graduam-se em Sociologia e Política na Faculdade de Administração e Ciências Econômicas (FACE) da UFMG, faculdade esta originalmente elaborada com vistas à formação de elites responsáveis por modernizar a economia mineira. O curso é carregado de disciplinas jurídicas e econômicas, além da presença de estatística e matemática, o que era incomum nos cursos vinculados a faculdades de Filosofia (Arruda 2001, p. 307-318), enquanto as matérias sociológicas baseavam-se na sociologia francesa, agora sob a proeminência de Gurvitch (Veiga 1987, p. 15), possivelmente predispondo a posterior adesão a métodos quantitativos e a crítica ao “sociologismo” reinante nas ciências sociais de então.

O interesse dos mineiros pela política institucional desenvolve-se desde cedo, em particular por estudos partidários e eleitorais (Oliveira, Ferreira & Castro 1998, p. 364). Em primeiro lugar, o curso é atravessado por uma tensão entre motivações técnicas e militância política, apropriadas diferentemente por grupos distintos. Veiga (1987, p. 13-15) identifica três deles. O primeiro, intelectualmente mais vinculado ao marxismo e à “sociologia do conhecimento”, é militante e contrário aos princípios técnicos do curso. O segundo, também mais próximo da sociologia, em particular de orientação weberiana, defende uma conciliação entre militância e trabalho acadêmico.

O terceiro grupo refere-se aos futuros cientistas políticos mineiros, que se distingue dos demais pelo foco no trabalho acadêmico autônomo e compõe os principais quadros do sistema de bolsas da FACE. De caráter altamente competitivo e semiprofissionalizado, o regime de bolsas exerce um forte estímulo para a profissionalização da carreira acadêmica (Arruda 2001, p. 304;

⁴⁰ Entre alguns de seus principais expoentes, tem-se: Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Antônio Octávio Cintra, Simon Schwartzman, Amaury de Sousa, Edmundo Campos Coelho, Eli Diniz, Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, Teotônio dos Santos, Vinicius Caldeira Brandt, Herbert José de Souza, Ivan Ribeiro, Elcio Saraiva, Maurício Cadaval, José Murilo de Carvalho e Vilmar Faria.

⁴¹ Para uma listagem dos programas de pós-graduação fundados até 2005, consultar Trindade (2007, p. 163). Para dados atualizados e detalhes sobre a expansão da pós-graduação, ver Marengo (2015).

Oliveira, Ferreira & Castro 1998, p. 359-363; Miceli 1993, p. 59), predispondo os cientistas mineiros a adotarem o modelo do *scholar* estadunidense. Ao mesmo tempo, a influência de uma cultura técnica gera preocupações temáticas distintas do “sociologismo” então praticado, favorecendo a atenção sobre as instituições políticas. O regime de bolsas, a cultura técnica e afinidades relativas à origem social de “classe média” gerariam uma forte coesão e autoconsciência (Keinert e Silva 2010, p. 79 e p. 83). Há, assim, uma negação da militância e de uma sociologia distanciada de temas propriamente políticos. Tudo isso contribuiu ao desenvolvimento de disposições que floresceriam com a pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e nos Estados Unidos, agregando tradição politológica e “científica” em um único modelo.

Em segundo lugar, o crescente interesse por instituições políticas é incitado pelo confronto profissional com o grupo de Orlando de Carvalho, da Faculdade de Direito, editor da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), na qual já na década de 1950 são publicados trabalhos sobre partidos e eleições, mas na Faculdade de Direito (Lamounier 1982, p. 416). Sob a óptica do direito constitucional, esses trabalhos são acusados de “formalistas” e “conservadores” pelos futuros cientistas políticos (Forjaz 1997, p. 15-16; Arruda 2001, p. 329)⁴², ao mesmo tempo em que, não obstante, chamam sua atenção à política institucional⁴³, assimilando mais uma inclinação que pouco depois favoreceria uma abordagem politológica: oposição à militância, ao “sociologismo” e ao formalismo jurídico e interesse pela política institucional e por abordagens mais “científicas”.

I.5.2. Política e ciência da política

O afastamento da militância não quis dizer que os cientistas políticos mineiros não se desinteressassem pela intervenção. Ao contrário de Veiga (1987), Forjaz (1997, p. 11) e Keinert e Silva (2010, p. 86-87) sugerem que as motivações técnicas do curso também teriam incitado certa atração pela intervenção⁴⁴. Ocorre que mais tarde, com a experiência na Flacso e nos EUA, esse interesse passaria a ser cultivado *através* da atividade científica – isto é, tratar-se-ia de fornecer diagnósticos “realistas” sobre os mecanismos da democracia brasileira, no intuito de melhorá-los (Keinert & Silva 2010, p. 95), modelo este compatível com o do “politólogo técnico” que emergiria internacionalmente a partir da década de 1990, associado ao neoinstitucionalismo e ao comprometimento com a democracia (Lessa 2011, p. 47).

¹³ Além de diferenças de abordagem, o conflito com o grupo de Orlando também envolveu uma competição por posições institucionais em um campo profissional em formação e ainda restrito, ligada à apropriação de temáticas relativamente próximas (Forjaz 1997, p. 13 e p. 15-16, em especial as declarações de Bolívar Lamounier). Mais tarde, Lamounier reconheceria a contribuição e a influência do trabalho de Orlando para a Ciência Política (*idem*). Nesse sentido, também faz uma curiosa observação, sugerindo que, não fosse o conflito profissional oriundo da competição entre a Faculdade de Direito e a de Economia e Administração, provavelmente o grupo de cientistas políticos mineiros seria um “grupo de advogados” (*idem*, p. 16).

⁴³ Nesse sentido, Lamounier (1982, p. 417-418) reconhece afinidades entre o neoinstitucionalismo e a abordagem de Orlando.

⁴⁴ Talvez as duas interpretações não sejam incompatíveis. Enquanto Veiga (1987) refere-se especificamente ao período de graduação na FACE, Forjaz (1997) e Keinert e Silva (2010) referem-se também ao período de pós-graduação, quando há a referida simbiose entre intervenção e ciência, havendo talvez mais uma diferença cronológica entre os diagnósticos do que um contraste substantivo. Há também heterogeneidade no grupo, com Fábio Wanderley Reis demonstrando uma posição mais acadêmica e Bolívar Lamounier mais receptividade à intervenção.

Forjaz (1997) e Keinert e Silva (2010) sugerem que o interesse pela intervenção política foi um dos fatores a aproximar mineiros e cariocas, apesar do afastamento destes em relação às ciências sociais cariocas e ao ISEB, passando-se a favorecer a atividade acadêmica mais autônoma e uma abordagem mais “positiva” com a política, na esteira do “politólogo técnico” já aludido. Essa transfiguração de interesse pela política como vocação em interesse pela política como objeto científico é bem exemplificado na aproximação entre mineiros e cariocas e sua atuação sistemática para o estabelecimento de uma abordagem mais “científica” de estudo da política institucional.

Os nossos contatos intelectuais, que procuravam acentuar mais a análise política, eram no Rio de Janeiro. O eixo era Minas-Rio. As revistas de Minas, a Brasileira de Estudos Políticos e a Brasileira de Ciências Sociais tentavam publicar gente do país inteiro, mas quem atraía mais a atenção era o pessoal do ISEB. Como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, que tinham muito o que dizer enquanto cientistas políticos (Lamounier *apud* Forjaz 1997, p. 13).

O contexto político também favoreceu o “retorno do Estado” como tema privilegiado de estudo. Por um lado, insere-se na radicalização ideológica que, na tradição societal, em particular o marxismo, favorece a emergência de uma definição ampla de “político”. Por outro, o estabelecimento de um Estado autoritário combina-se com o fortalecimento da uma opção normativa pró-democracia por parte do grupo de mineiros e cariocas. Seu posicionamento político amalgama-se com seu posicionamento intelectual: entender “cientificamente” os mecanismos institucionais do Estado autoritário para descobrir como estabelecer a democracia. Além disso, o comprometimento com a democracia por meio do estudo de seu “contexto real” é uma marca da Ciência Política estadunidense (Lessa 2011, p. 47) que provavelmente influenciou a abordagem de mineiros e cariocas, ao lá doutorarem-se.

Por fim, outro importante aspecto dessa amálgama entre intervenção política e ciência da política em mineiros e cariocas é a associação entre sua intervenção política e a concepção das instituições políticas como entidades autônomas: a *intervenção está ligada à defesa intelectual da autonomia da política*, mostrando que as instituições políticas podem ser eficazes a despeito de constrangimentos societais. O foco sobre a autonomia da política institucional está ligado à orientação normativa de implementar instituições representativas em um meio social desfavorável⁴⁵.

I.5.3. A experiência na Flacso: cientificidade e conflito doméstico com a Sociologia

O contato com a Ciência Política estadunidense através da pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) é decisiva para o estabelecimento de uma visão

⁴⁵ Keinert e Silva (2010) mostram como mineiros e cariocas fazem uma apropriação específica do “pensamento político brasileiro”, elaborando uma nova “interpretação do Brasil” com uma visão mais positiva do papel do Estado, capaz de resistir a problemas endêmicos da “formação social brasileira”, ressaltando-se em particular a obra de Victor Nunes Leal. Essa nova interpretação consubstanciaria a ideia de autonomia da política e, ao mesmo tempo, a defesa das instituições políticas democráticas. Esse argumento encontra suporte empírico na estrutura de produção acadêmica, em que áreas e abordagens associadas ao “pensamento político brasileiro” – um misto de tradições societais e estatais – são geralmente mais valorizadas do que as demais áreas e abordagens não politológicas, mas menos do que áreas e abordagens politológicas e “científicas”. Por esse mesmo motivo, estudos com objetos linguístico-ideias (hoje proeminentes nos estudos sobre história do pensamento político brasileiro) são mais valorizados do que estudos empíricos qualitativos – mas menos que estudos empírico quantitativos (V.2.6).

disciplinar centrada nas tradições politológicas e “científica”, já estabelecida nos Estados Unidos⁴⁶. A atuação no campo das ciências sociais com o objetivo de transformar a estrutura da produção inicia-se ao retorno da Flacso, quando se estabelece uma oposição sistemática às tradições societais e humanísticas. Antes de destacar-se institucionalmente da Sociologia e fundar o Departamento de Ciência Política (DCP), mineiros atuam ainda dentro do curso de Sociologia e Política. Fábio Wanderley Reis e Antônio Octávio Cintra retornam da Flacso em 1963 e 1964 como professores da FACE.

Quando retornam, os dois jovens e talentosos professores passam a liderar a modernização das ciências sociais em Belo Horizonte. A perspectiva predominante no curso de Sociologia e Política da FACE, até então, era o da tradição francesa, sob a inspiração de Gurvitch, o principal autor nas disciplinas introdutórias de Sociologia. O elenco de disciplinas sociológicas era complementado por Sociologia do Desenvolvimento, Sociologia do Conhecimento e Sociologia Brasileira. A modernização do curso de Sociologia e Política implicou aposentar a tradição européia, pelo menos nas disciplinas básicas, e introduzir o aparato teórico-metodológico da tradição anglo-saxã, principalmente, a norte-americana. Autores como Peter Heintz, Galtung, Blalock, Popper são reiteradamente utilizados para consubstanciar a perspectiva da “sociologia científica” (Veiga 1987, p. 15).

Em outras palavras, há um posicionamento teórico-metodológico fundado no empirismo epistêmico, em particular o positivismo lógico⁴⁷. O efeito da influência dessa concepção de conhecimento é particularmente nítida nas palavras de Antônio Octávio Cintra:

E a Flacso foi, literalmente, uma lavagem cerebral... a gente já estava predisposta... realmente era uma orientação muito da Sociologia norte-americana. Então, nós voltamos muito imbuídos daquilo tudo... Muito neo-positivismo... essa foi uma grande influência (Arruda 2001, p. 321).

José Murilo de Carvalho:

Ele [Johan Galtung, discípulo de Paul Lazarsfeld e professor na Flacso] vinha para recrutar. Fui entrevistado por ele para ir para a Flacso e fui aceito, mas sem bolsa, porque não consegui resolver uma equação, imagino que bastante simples, que ele me mandou resolver na entrevista. Minha álgebra não foi suficiente... Sem bolsa, como eu não tinha dinheiro, não pude ir. Isso já mostra o estilo de orientação deles, particularmente do Galtung: uma orientação muito matemática, muito quantitativa, que tinha muito a ver com a ciência social norte-americana. O único gancho que esse tipo de estudo encontrou na Faculdade de Ciências Econômicas foi via estudos eleitorais. Isso já existia lá, Orlando de Carvalho tinha isso na Revista Brasileira de Estudos Políticos, e por aí não houve um corte significativo. Mas do ponto de vista geral houve uma mudança importante, que na época, inclusive, gerou debate. Eu me lembro de um artigo do Antônio Octávio Cintra que se chamava “Sociologia: ciência fática”. Wanderley Guilherme dos Santos, que então estava no Iseb, respondeu com muita ênfase, como lhe é próprio. Posteriormente Wanderley também foi para os Estados Unidos, mas certamente havia um conflito bastante grande entre a nova orientação e o que se praticava em São Paulo e no Rio de Janeiro, particularmente no Iseb (Oliveira, Ferreira & Castro 1998, p. 362).

Nesses termos, é como se a experiência na Flacso desenvolvesse disposições formadas durante a graduação, direcionando mineiros a uma adesão mais completa e sistemática a uma visão mais ortodoxa de tradição científica. Além disso, repare-se como, durante a experiência na Flacso,

⁴⁶ “De Minas, foram Fábio Wanderley, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amauri de Souza. Do Rio, Wanderley Guilherme, César Guimarães, Carlos Hasenbalg. Posteriormente, foram também Renato Boschi, Elisa Reis, Olavo Brasil, os três de Minas” (José Murilo de Carvalho *apud* Oliveira, Ferreira & Castro 1998, p. 365).

⁴⁷ No sentido especificado por Kaplan (1964, p. 36).

essa tradição está associada à Sociologia. *Cientificidade vem antes do afastamento da Sociologia*. A guinada decisiva para a Ciência Política ocorreria durante e após o doutoramento nos Estados Unidos, quando o empirismo epistêmico amalgama-se com tradições politológicas.

Repare-se que Gurvitch foi docente na cátedra de Política na USP, em 1947 e que, com Arbousse-Bastide e outros, contribuiu para conferir um caráter “sociologizante” aos estudos políticos na USP (Quirino 1994). As preocupações temáticas eram parecidas: o problema do conhecimento, desenvolvimento e leitura dos clássicos, praticando-se algo entre uma concepção societal de poder e sociologia pura. É como se a estrutura do conflito mais tarde travado em nível nacional fosse antecipada no meio da UFMG durante a década de 1960: uma sociologia humanística infensa à política institucional, um marxismo societal e teoricamente orientado e futuros cientistas políticos implantando uma disciplina politológica e “científica”. Essa estrutura fica mais clara depois da criação do Departamento de Ciência Política, quando os quadros mais “científicos” da FACE migram para a Ciência Política: o leque de abordagens que permanecem e se estabelecem no curso de Sociologia e Política manifesta a sociologia humanística então dominante. Veiga (1987, p. 25) descreve a situação da seguinte forma:

Os cursos de Metodologia quantitativa praticamente desaparecem mas não chegam a ser substituídos por outro enfoque metodológico sério até o final dos anos 70. Discute-se uma dialética de algibeira e um marxismo pouco profundo que, em lugar de ampliar o espaço para a reflexão crítica seria, alimentou dogmatismos entre o corpo discente.

A geração de professores [...] percebe esses problemas mas também tem sérias restrições à perspectiva neo-positivista e ao estrutural-funcionalismo. O desejo de diversificação das perspectivas teórico-metodológicas conduz à abertura para a produção européia, e o marxismo, o estruturalismo e, posteriormente, a fenomenologia, passam a ocupar lugar significativo no elenco de preocupações dos jovens professores de sociologia. Em 1973 este grupo inicia seus cursos de doutorado: França e Inglaterra são os centros mais procurados. Nos EEUU busca-se cursos de doutorado onde o predominante não fosse o estrutural-funcionalismo nem os métodos quantitativos. Nesse momento o grupo começa a se desprovincianizar.

O que se estabelece durante a década de 1970 é o retrato da tradição societal instituída em outros centros, como na própria USP e, mais tarde, Unicamp: análise do Estado, classes sociais, capitalismo, marginalidade urbana, configuração do tecido urbano, cultura popular (*idem*, p. 26), isto é, temáticas em curso nos grupos de trabalho de congressos como da SBS, Anpocs e ABCP – dos mais societais aos mais politológicos. Por sua vez, os eixos dos cursos de metodologia expressam um claro deslocamento em direção aos polos humanístico e teórico-conceitual:

A temática descrita [...] deixa entrever o fio condutor das preocupações metodológicas desse grupo: a importância da *epistemologia* das ciências sociais, as exigências epistemológicas do objeto, o papel da *teoria* na construção do objeto, recusa ao *dogmatismo* de qualquer ordem, a afirmação de *não neutralidade* das técnicas e da importância de se adotar uma estratégia de pesquisa *flexível e diversificada* para abordar a *complexidade* da realidade empírica. Preservado o rigor e a seriedade, *quase tudo é permitido*, pois se reconhece que a ampliação do conhecimento envolve *rupturas*. (Veiga 1987, p. 29; sem grifos no original).

Os termos grifados fornecem uma espécie de mapa mental dos valores, pelo menos declarados, de boa parte dos cursos de ciências sociais até hoje.

I.5.4. A consolidação de uma nova visão disciplinar: a experiência estadunidense e o conflito com as tradições humanísticas e societais

O doutoramento nos Estados Unidos é o prolongamento lógico da experiência na Flacso. Lá doutoram-se Fábio Wanderley Reis (University of Harvard), Wanderley Guilherme dos Santos (Stanford University), Simon Schwartzman (University of California, Berkeley), Antonio Octávio Cintra (Massachusetts Institute of Technology), Bolívar Lamounier (University of California, Los Angeles), Renato Boschi (University of Michigan), Gláucio Ary Dillon Soares (Washington University St. Louis) e José Murilo de Carvalho (Stanford University), para mencionar alguns. Com a exceção de Gláucio, que se doutora em Sociologia, todos o fazem em Ciência Política.

A experiência nos Estados Unidos sintetiza disposições assimiladas desde a graduação. Em primeiro lugar, há uma identificação com um modelo de atividade intelectual baseado na figura do *scholar*, no trabalho coletivo, valorização de periódicos, leitura extensiva, atenção à evidência, rigor empírico, entre outras propriedades típicas do modelo científico. Em segundo lugar, desenvolve-se uma formação epistemológica mais sólida dentro dos parâmetros do positivismo lógico e aprende-se métodos quantitativos ainda inéditos no Brasil. Além disso, tem-se contato com abordagens que privilegiam a política institucional, operando um refinamento teórico apropriado às necessidades intelectuais e aos anseios políticos do grupo: tem-se métodos e teorias “científicas”⁴⁸ sobre a política institucional, cujo principal traço distintivo em relação à sociologia política praticada no Brasil seria estudar e, ao fazê-lo, considerar fatores internos ao abordar temas como a transformação no sistema de governo (*i.e.*, as causas e as bases politológicas do autoritarismo), elaboração de políticas públicas, estrutura do sistema partidário, determinantes do comportamento político, entre outros.

Autoconsciente e mobilizado para instituir abordagens mais “científicas” e temáticas propriamente políticas no campo das ciências sociais, o grupo não se encaixa no espaço acadêmico estabelecido. Em primeiro lugar, a estrutura intelectual estabelecida responde a princípios diametralmente opostos – e os grupos a ela associados posicionam-se de forma antitética (societais, humanísticos, teóricos, ensaísticos, polímatas) enquanto, ao mesmo tempo, monopolizam as instituições de ensino e pesquisa e controlam as associações profissionais. Em segundo, ainda não existe a posição do cientista político profissional. Assim, o choque com a estrutura estabelecida e as possibilidades de inserção acadêmica e de produção intelectual abertas pelo terreno ainda inexplorado da Ciência Política autônoma no Brasil estimula o grupo mineiro-carioca a fundar e ocupar um espaço institucional dedicado à Ciência Política – e a defini-la em função de sua visão disciplinar. As tradições politológicas são particularmente adequadas: tem-se, afinal, um objeto específico, autônomo e favorável à defesa da democracia. Com a tradição científica e o modelo do *scholar*, também se combateria o “obscurantismo” nas ciências sociais.

É assim que o Departamento de Ciência Política é fundado em 1967, seguindo-se a criação do primeiro mestrado em Ciência Política, em 1969. À falta de um aporte financeiro e das possibilidades institucionais de expansão exigidos para acomodar todo o grupo (Arruda 2001, p.

⁴⁸ Reforça-se que as aspas não guardam insinuação pejorativa. A abordagem deste trabalho concorda em larga medida com essa orientação epistemológica, mas reconhece que nas ciências sociais, e na Ciência Política, ainda há um conflito em torno do monopólio da definição legítima de ciência.

321 e p. 362-365), boa parte emigra para o Iuperj. No decorrer da década de 1970, transferem-se Simon Schwartzman, José Murilo de Carvalho, Elisa Reis, Olavo Brasil de Lima Jr., Bolívar Lamounier, Edmundo Campos Coelho e Eli Diniz. Fábio Wanderley Reis permanece na UFMG e dirige o crescimento da Ciência Política em Minas, enquanto Wanderley Guilherme dos Santos dirige o Iuperj, ao qual também se filiam Carlos Hasenbalg e Gláucio Ary Dillon Soares. O Iuperj fundaria seu curso de mestrado em 1969.

A inserção institucional do grupo de mineiros e cariocas foi facilitada pela reforma do sistema universitário brasileiro e o vigoroso programa de expansão da pós-graduação, em que as ciências sociais, antes pouco consideradas pelas agências governamentais de fomento, passariam a ganhar mais espaço, tanto no CNPq, que em 1964 passara a ser a instituição responsável por formular a política científico-tecnológica nacional, como na Capes.

É também na segunda metade da década de 1960 que a Fundação Ford, tendo em vista o cenário político internacional de escalada da influência acadêmica e política do marxismo, implantaria um amplo projeto de financiamento às ciências sociais na América Latina e, em particular, no Brasil (Miceli 1990; 1993; 2001; Reis 1993). Desconfiada das tendências ideológicas da Sociologia, a Fundação Ford investe na Ciência Política e a Antropologia, em especial por tratarem-se, então, de disciplinas pouco institucionalizadas no Brasil. Tratou-se de uma oportunidade para exportar modelos estadunidenses de atividade intelectual e suas afinidades político-ideológicas (Miceli 1990; 1993) a campos acadêmicos incipientes, embora não tenha exercido pressão para influenciar os grupos e instituições financiados⁴⁹, em parte, como sugere Miceli, pela orientação mais “liberal” do escritório latino-americano, distinto da matriz mais “conservadora”⁵⁰. Os filtros ideológicos atuam logo no instante da seleção, excluindo os casos normativamente mais radicais.

Assim, a Ford não só financiou os doutoramentos de vários integrantes do grupo mineiro-carioca, como suas iniciativas institucionais, investindo no Departamento de Ciência Política da UFMG e no Iuperj, além de financiar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) (criado em 1969), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec, em 1976) e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp 1980), para mencionar os principais⁵¹. Sem a expansão da pós-graduação, o apoio da Fundação Ford e o próprio cenário político internacional – do qual depende a ação da Fundação –, o eixo UFMG-Iuperj provavelmente enfrentaria mais dificuldades para estabelecer-se, possivelmente atrasando a institucionalização da Ciência Política e o estabelecimento das tradições politológicas e “científica”.

Agora em nível nacional, sucedem intensos conflitos entre a visão politológico-científica de mineiros e cariocas, de um lado, e tradições societais e humanísticas, de outro, em particular concentradas no marxismo praticado pela “escola paulista”. Além do marxismo, também seriam criticadas orientações muito “sociologizantes”, como o funcionalismo e o estruturalismo franceses.

⁴⁹ Veja-se, por exemplo, o caso do Cedec, um centro de pensamento de esquerda, criado e sustentado com o financiamento da Ford.

⁵⁰ Uma análise dedicada à atuação da Fundação Ford pode ser consultada em Faria e Costa (2006).

⁵¹ Para mais detalhes sobre os valores envolvidos, consultar Forjaz (1997).

Com o marxismo, o maior problema é de natureza epistemológica, considerado anticientífico. Com a sociologia francesa, o maior problema é o distanciamento da política institucional.

Funda-se, em 1961, a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (atente-se ao título), parte das iniciativas institucionais dos mineiros e o principal veículo no qual passariam a posicionar-se intelectualmente (Arruda 2001, p. 338-339 e p. 354-356). O conteúdo temático, a distribuição disciplinar e os posicionamentos teórico-metodológicos publicados na *Revista* sintetizam a dinâmica acadêmica e intelectual das ciências sociais em Minas, a trajetória dos cientistas políticos mineiros e prenuncia sua militância intelectual a partir de 1966⁵². Em meio às dificuldades do DCP, a *Revista* encerra suas atividades em 1966 (*idem*, p. 321)⁵³, quando o centro do movimento desloca-se para o Iuperj e no mesmo ano é criado o principal veículo de posicionamento acadêmico-intelectual do grupo, o periódico com o sugestivo nome *Dados*, fortalecendo-se o aporte institucional da visão disciplinar propugnada pelo grupo.

O conflito com a sociologia praticada na USP já se manifesta nos últimos números da *Revista*, quando os posicionamentos tornam-se mais fortes. Em defesa da tradição “científica”:

A idéia de totalidade, como a encontramos desenvolvida e utilizada na produção sociológica brasileira mais recente, e na forma pela qual tem curso nas discussões que se dão no ambiente universitário ligado às ciências sociais, parece ter como fonte próxima as teses de Gurvitch e/ou as teses marxistas. Haveria, também, uma certa correlação entre o recurso heurístico à “totalidade”, “método dialético” e os “métodos intensivos” ou “qualitativos” de coleta de evidências (Antônio Octávio Cintra *apud* Arruda 2001, p. 356).

Conceitos como o de “interesse objetivo de classe” (contraposto ao interesse empírico ou fenomênico), de “falsa consciência de classe” e “alienação”, de “lógica do processo histórico” etc., podem revelar-se efetivos ou não em nível supra-científico de indagação. Não cabe aqui discuti-lo. No nível propriamente científico parecem paralisar a investigação sociológica na tarefa de sempre confirmar qualquer que seja o comportamento da realidade social, as previsões decorrentes do nível essencial, dos inobserváveis. [...] se não se aceita o próprio método da ciência, e se foge ao âmbito do conhecimento científico, recusando-se o critério da auto-correção do conhecimento pela experiência controlada e comunicável, a solução só pode vir de pressupostos mais ou menos irracionais: o argumento de autoridade, o dogma de classe ou de nação etc. (*idem*, p. 356-357).

Arruda sintetiza o argumento de Antonio Octavio Cintra: “Os procedimentos inerentes ao saber empírico são, assim, contrapostos a concepções, como a marxista, que pressupõem a *negação da experiência* como forma mais legítima para construção do conhecimento” (Arruda 2001, p. 357; sem grifos no original).

Referindo-se a um “certo marxismo”, Wanderley Guilherme dos Santos faz eco às objeções de Antonio Octavio Cintra:

Dada a influência incontestável que o marxismo exerce na produção latino-americana é oportuno assinalar que, entre os entraves ao conhecimento sobre política na América Latina, encontra-se uma variante escolástica do marxismo caracterizada, exatamente como o positivismo do século passado, pelo onanismo conceitual, pela obsessão definicional, pelo fanatismo do dogma. Ao lado da produção marxista de boa qualidade que, juntamente com outras correntes, tem contribuído para o avanço do conhecimento sobre a realidade política latino-americana, amontoam-se

⁵² Para uma análise aprofundada do contexto e da produção da *Revista*, consultar Arruda (2001, p. 322-360).

⁵³ Em 1986, a Anpocs passaria a publicar um periódico com o mesmo nome.

volumes e mais volumes, ensaios, revistas e opúsculos estritamente ocupados em decifrar o verdadeiro sentido dos ensinamentos do mestre, em esclarecer conceitos e em distribuir passes de entrada para o círculo dos iluminados e verdadeiros marxistas (Santos 1980, p. 25).

No que se refere à tradição societal, Wanderley Guilherme dos Santos acusa a falta de trabalhos que considerem a política institucional:

A busca por um entendimento mais globalizante, menos parcelado, da realidade política é uma característica visível na produção latino-americana. Escassos são os trabalhos de peso que, ocupados somente com uma dimensão apenas do sistema político – seja por exemplo o sistema partidário, o papel do legislativo ou as políticas governamentais –, não procurem de alguma forma referi-los à sociedade global a fim de que ganhem pleno sentido e inteligibilidade” (*idem*, p. 18).

Dirigindo-se ao alvo principal, a USP, Bolívar Lamounier segue no mesmo sentido, criticando tanto o predomínio da tradição societal nos estudos políticos (o que é extensível ao marxismo), como a relativa escassez deles:

Não se trata aqui de discutir o acerto ou não dessa orientação geral dos estudos sociológicos da USP. Afirma-se apenas que ela teve como consequência um *sociologismo* às vezes exagerado, na medida que [*sic*] não dirigia a atenção aos temas propriamente políticos, ou político-institucionais. Esta impressão é confirmada por um rápido levantamento da produção de ciências sociais da USP. De 37 teses de doutoramento apresentadas durante o período de 1945 a 1964, [n]o máximo 13 poderiam ser classificadas como estudos de Ciência Política. Dessas 13, duas tratam dos empresários; três versam sobre relações de trabalho e sindicatos; duas sobre educação e movimentos estudantis; uma sobre movimentos messiânicos; duas sobre crescimento econômico e intervenção estatal; três sobre a história do pensamento político. Como se vê, nenhuma focalizou os partidos políticos, em que pese a riqueza, hoje reconhecida da experiência pluripartidária iniciada em 1945; nenhuma tratou do sistema eleitoral então adotado, de suas transformações e implicações, ou dos padrões de comportamento eleitoral; e nem mesmo do papel dos militares ou da estrutura das instituições militares. A leitura sobre partidos e representação política dos anos cinquenta foi quase toda produzida nas escolas de Direito ou por pesquisadores isolados, freqüentemente fora do eixo São Paulo-Rio. O próprio fenômeno do *ademarismo* e do *janismo*, paulista por excelência, embora chamasse imediatamente a atenção dos jornalistas e de alguns sociólogos fora de São Paulo, não foi abordado pela sociologia paulista até meados dos anos sessenta (Lamounier 1982, p. 417-418; grifos no original).

Não se trata somente de uma oposição teórico-metodológica, mas uma discordância que alcança diferenças mais fundamentais entre modelos de atividade intelectual:

Por uma série de motivos que não nos cabe agora analisar, a sociologia brasileira busca ainda o rigor científico necessário ao seu progresso e à sua eficácia. *O gosto pelo ensaísmo e o divórcio entre a pesquisa empírica e as sistematizações teóricas têm prejudicado ambos os momentos do trabalho científico*. Já é hora, portanto, constatada a deficiência, de se tentar contribuir para superá-la. No nível teórico essa superação pode ser tentada abandonando-se a pretensão de construir esquemas conceituais muito amplos, desvinculados de toda possibilidade de pesquisa empírica comprobatória, para se tentar a formulação de teorias específicas sobre aspectos mais modestos da realidade social. Tecnicamente, abandonar as teorias gerais para concentrar esforços na elaboração de “teorias de alcance médio (Vilmar Faria *apud* Arruda 2001, p. 358; sem grifos no original).

Referindo-se aos trabalhos “Empresário industrial e desenvolvimento econômico”, de Fernando Henrique Cardoso, “Raízes sociais do populismo em São Paulo”, de Francisco Weffort e “A crise do pensamento sociológico”, de Octávio Ianni, Fábio Wanderley Reis direcionaria, entre outras, a seguinte crítica, bastante ilustrativa:

Não se trata de guerra à dialética, não se trata sequer de defesa do funcionalismo como “enfoque” especial que é: trata-se de propugnar um compromisso mais sério com padrões que orientem o trabalho dos estudiosos dos fenômenos sociais em um sentido em que tal trabalho possa ser fonte de conhecimentos e não reiteração indefinida de princípios gerais (Arruda 2001, p. 358).

Um debate interno ao grupo de mineiros e cariocas expressa a importância da questão da “autonomia do político” e do foco sobre a política institucional, ao mesmo tempo em que mostra que ela não era consensual. Nesse sentido, Simon Schwartzman representa uma posição mais ortodoxa, enquanto Gláucio Ary Dillon Soares, sociólogo, mostra-se mais favorável à consideração de objetos e fatores sociais em seus trabalhos. Os seguintes trechos, retirados de entrevista de Gláucio a Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo é esclarecedora:

[Gomes e D’Araujo] - *Sociedade e política no Brasil*, ao sair, causou certo impacto na academia. Era uma primeira sistematização do processo eleitoral no Brasil durante um longo período.

[Gláucio] – Era sociologia política.

[Gomes e D’Araujo] - E aí veio o livro da Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil*, em 1976. Enquanto você estudava partidos e eleições, ela estudava partidos e governo.

[Gláucio] - Sim. Antes de ler, encontrei com Simon Schwartzman, e ele disse: “É contra a gente!” Simon também me criticava muito por ser pela sociologia política. Ele tendia a privilegiar o político na explicação do político. Àquela altura já tinha publicado São Paulo e o Estado Nacional, com a história das coalizões entre o Sul e Minas contra São Paulo. O que a Maria do Carmo dizia era: “Olha, vocês esqueceram os partidos. Tem partido aí”. E a verdade é que nós esquecemos os partidos, sim. Mas ela não escreveu isso em um sentido hostil, simplesmente afirmou isso, e era verdade. [...]

Como disse há pouco, quem foi muito crítico com o *Sociedade e política no Brasil* foi o próprio Simon, mas pessoalmente, verbalmente. Mandeí o livro para o Antônio Otávio Cintra [sic], que é um fantástico crítico, para o Simon e para mais alguém para que fizessem comentários, e o do Simon foi que se devia explicar o político muito mais pelo político. “Pára com esse negócio de urbanização, industrialização, classe”. Acho que Simon estava negando o passado marxista dele, uma negação que começou na Flacso, porque por um tempo ele se entusiasmou com a perspectiva do Peter Heintz. O problema com o Olavo foi o detalhe de que a unidade de análise não devia ser aquela, enquanto Simon dizia que o enfoque estava errado. Não podia ser sociologia política e afirmar que era ciência política (Soares *apud* Gomes & D’Araujo 2008, p. 340-341).

Tendo-se estabelecida a nova ciência, alguns retomariam interesses intelectuais relegados a um segundo plano nos estágios iniciais da disciplina. Wanderley Guilherme dos Santos, por exemplo, publicaria trabalhos como *Discurso sobre o Objeto, uma Poética do Social* (1990)⁵⁴, tratando de problemas clássicos de ontologia (donde as caixas altas), *O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral* (2007) e ensaios como “Intelectuais e propósitos: a riqueza que nada compra” (2008). Além disso, a tradição humanística não chegou a ser expurgada do eixo UFMG-IUPERJ e esteve presente na Ciência Política de orientação mais ortodoxa que se estabeleceu na USP a partir da década de 1970:

Se tomarmos o exemplo do Departamento de Ciência Política da UFMG, centro que possui forte tradição de pesquisa empírica, encontraremos na reflexão de um de seus fundadores – Fábio Wanderley Reis – presença clara de um diálogo com temas da Filosofia Política contemporânea. O IUPERJ, nesse aspecto, caracterizou-se pela presença de cursos obrigatórios em Teoria Política — clássica, moderna e contemporânea —, a par de cursos mais afinados com orientação, digamos,

⁵⁴ Para uma exposição do argumento de Santos, consultar Araújo (2013).

mais científica. Os cursos por Wanderley Guilherme dos Santos, ao fim dos anos 1970 no IUPERJ, ao mesmo tempo que introduziam textos tais como *A lógica da ação coletiva*, de Mancur Olson Jr., contemplavam autores tais como Étienne de La Boétie e sua reflexão, realizada no século XVI, sobre o tema “servidão voluntária”. A Ciência Política desenvolvida na Universidade de São Paulo (USP), na altura da década de 1970 – e mesmo na de 1980 –, manteve vínculos tradicionais com os campos da Filosofia, da História, da Sociologia e dos estudos sobre o Pensamento Político Brasileiro. Uma cultura científica com tinturas mais positivas afirmar-se-á a partir dos anos 1990, com a incorporação de questões postas pelo neoinstitucionalismo, em grande medida um desdobramento mais recente da virada implantada pelos “pioneiros” do behaviorismo dos anos 1950 (Lessa 2011, p. 40).

Também se voltariam contra vícios da Ciência Política contemporânea como o uso indiscriminado e ritualístico do teste de significância da hipótese nula⁵⁵ ou manifestações de cientistas políticos como Jairo Nicolau, criticando-se o foco excessivo em técnicas de pesquisa nos cursos de metodologia, o “metodologismo”, sem abordar alicerces teóricos da pesquisa. Isso significa que, *sem aplicá-la monoliticamente*, mineiros e cariocas *semearam alicerces* de uma visão disciplinar mais ortodoxa que se expandiria exponencialmente junto com a disciplina a partir da década de 1990 – e que provavelmente tem sido a principal força dessa expansão.

I.5.5. Efeitos sobre a Ciência Política brasileira

Entre os principais efeitos dessa visão disciplinar, vale destacar:

- (i) Ao fundar os primeiros programas de pós-graduação específicos, dá início à autonomização institucional e intelectual da Ciência Política;
- (ii) É a raiz dos atuais mecanismos de estratificação, que favorecem (i) o estudo da política institucional, (ii) seu tratamento como âmbito autônomo e (iii) uma visão mais ortodoxa de ciência, composta por estudos empíricos, métodos quantitativos, sofisticação estatística, apresentação e teste de hipótese e causalidade;
- (iii) Dissemina e define um modelo de atividade intelectual e uma identidade profissional centrados na figura do *scholar* estadunidense.

I.6. Conclusões

Mostrou-se que a produção acadêmica dependeu de um conflito entre visões de ciência política, a saber, uma humanística, associada à figura do polímata; uma societal, posicionada entre os modelos humanístico e científico; e outra politológico-científica, relativa à figura do *scholar*. As oposições estiveram vinculadas às trajetórias de grupos capazes de institucionalizar suas visões e abordagens, e essas trajetórias, por sua vez, dependeram das relações de proximidade e distanciamento com outras disciplinas, com o campo intelectual e com o campo político. Cada visão produziu efeitos distintos sobre a autonomização da Ciência Política, desestimulando-a ou favorecendo-a, instituindo modelos de atividade intelectual e estimulando o estabelecimento de certas áreas e abordagens na produção da Ciência Política contemporânea. Em outras palavras, foram responsáveis por gerar a estrutura identificada nos capítulos seguintes.

⁵⁵ Fábio Wanderley Reis, palestra proferida no 32º Encontro da Anpocs, realizado em Caxambu, 2008. Usado em estatística, o valor *sig* faz parte do teste de significância da hipótese nula (*nule hypothesis significance testing*, NHST) e indica a probabilidade de se obter os resultados dada a hipótese nula (*i.e.*, identificar relações quando elas não existem). O NHST é empregado para generalizar inferências relativas a uma amostra para toda a população e seu uso indiscriminado colhe críticas na comunidade científica (cf., por exemplo, Gliner, Leech & Morgan 2002).

II

Tradições disciplinares

O capítulo demonstra o papel das tradições disciplinares na estruturação do campo de produção. Em primeiro lugar, o campo é reconstruído identificando-se um espaço relacional de distâncias e oposições entre categorias. A análise toma três categorias como eixos: periódicos, áreas temáticas e abordagens nominais. Começa-se identificando microcosmos, que são então depurados, revelando-se a estrutura principal. A seguir, são identificadas as dimensões e os fatores responsáveis por determiná-la, dispondo e discriminando as categorias segundo certas propriedades, como estatal, politológico, societal e por aí vai. A principal técnica empregada é análise de correspondência, particularmente adequada à análise de campo. Utilizou-se análise de correspondência simples ou binária para duas variáveis (ANACOR) e múltipla para mais de duas variáveis (HOMALS)⁵⁶.

II.1. Periódicos e áreas temáticas

Parte-se da relação entre as duas categorias mais institucionalizadas no campo de produção, periódicos e áreas temáticas. O primeiro passo consiste em processar todas as categorias, identificando-se “outliers” que, cumprindo com o contingente mínimo de quatro casos (Geer 1993), são interpretados como microcosmos do campo de produção. Os parâmetros do modelo são os seguintes:

Tabela 2. Modelo 1. Análise de correspondência entre periódicos e áreas temáticas: parâmetros das dimensões

Dimensão	Singular Value	Inércia	Proporção de inércia		Confidence Singular Value	
			Responsável por	Cumulativo	Desvio Padrão	Correlação 2
1	,893	,798	,268	,268	,070	,022
2	,680	,462	,155	,424	,029	
3	,532	,283	,095	,519		
4	,517	,267	,090	,609		
5	,460	,211	,071	,680		
6	,439	,193	,065	,744		
7	,371	,138	,046	,791		
8	,346	,120	,040	,831		
9	,315	,099	,033	,864		
10	,309	,095	,032	,897		
11	,275	,076	,026	,922		
12	,243	,059	,020	,942		
13	,227	,052	,017	,959		
14	,193	,037	,013	,972		
15	,167	,028	,009	,981		
16	,151	,023	,008	,989		
17	,118	,014	,005	,993		
18	,091	,008	,003	,996		
19	,074	,006	,002	,998		
20	,058	,003	,001	,999		
21	,045	,002	,001	1.000		
22	,014	,000	,000	1.000		
Total		2,974	1.000	1.000		

⁵⁶ Para uma melhor interpretação dos dados, recomenda-se consultar o Apêndice 3 para um breve esclarecimento sobre os conceitos e premissas implicados nessa técnica.

II. Tradições disciplinares

O modelo identificou 22 dimensões atuando na discriminação das categorias⁵⁷. As três primeiras apresentam valores interpretáveis. A seguir, confere-se os escores das categorias de cada variável nas dimensões do modelo, bem como suas contribuições para a inércia de *cada* dimensão. Começamos com as áreas temáticas:

Tabela 3. Modelo 1. Parâmetros das áreas temáticas⁵⁸

Área temática	Massa	Escore na dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		Do ponto para a inércia da dimensão		Da dimensão para a inércia do ponto		
					1	2	1	2	Total
Estudos eleitorais e partidos políticos	,071	,101	,809	,108	,001	,068	,006	,293	,299
Atitudes e cultura política	,053	-,048	,568	,092	.000	,025	,001	,126	,127
Comunicação política e opinião pública	,035	-,128	,874	,063	,001	,040	,008	,293	,301
Instituições participativas	,028	-,133	,330	,080	,001	,005	,006	,026	,032
Estudos do Legislativo	,014	-,144	,751	,017	.000	,012	,015	,320	,335
Relações Executivo-Legislativo	,014	-,120	,762	,020	.000	,012	,009	,279	,288
Relações intergovernamentais	,009	-,166	,396	,098	.000	,002	,002	,010	,012
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	,028	-,134	,604	,028	,001	,015	,016	,253	,269
Sistemas governamentais	,016	-,147	,252	,053	.000	,001	,006	,013	,019
Instituições governamentais específicas	,002	-,160	1,054	,033	.000	,003	,001	,041	,042
Análise do processo decisório	,012	-,132	,934	,046	.000	,016	,004	,158	,162
Governo, burocracia e políticas públicas	,216	-,168	-1,470	,338	,007	,685	,016	,937	,953
Estudos do poder local	.000
Estrutura e transformação do Estado	,042	-,151	,431	,089	,001	,012	,010	,060	,069
Política e economia	,035	-,173	-,040	,203	,001	.000	,005	.000	,005
Recrutamento político, jurídico e burocrático	,034	-,120	,339	,036	,001	,006	,012	,073	,084
Classes e grupos de interesse	,018	,003	-,120	,047	.000	.000	.000	,004	,004
Movimentos, organizações e atores coletivos	,074	-,100	-,109	,081	,001	,001	,008	,007	,016
Revoluções e conflitos civis	,005	-,183	-,255	,157	.000	,001	,001	,001	,002
Segurança pública	,034	-,159	,215	,053	,001	,002	,014	,020	,034
Política, Direito e Judiciário	,012	-,146	,357	,044	.000	,002	,005	,024	,030
Religião e política	,016	7,415	-,207	,782	,979	,001	,999	,001	,999
Teoria política democrática	,069	-,155	,485	,055	,002	,024	,027	,198	,225
Teoria política clássica	.000
Teoria política moderna	,023	-,144	,921	,059	,001	,029	,007	,223	,230
Teoria política contemporânea	,051	-,156	,413	,041	,001	,013	,027	,146	,174
História das ideias	,025	-,109	-,004	,175	.000	.000	,001	.000	,001
Metodologia	,019	-,129	,685	,041	.000	,013	,007	,152	,160
Pensamento político brasileiro	,021	-,097	,172	,079	.000	,001	,002	,005	,008
Ensino e pesquisa em CP e RI	,002	-,067	1,212	,015	.000	,004	.000	,116	,117
Total	1.000			2,974	1.000	1.000			
Normalização simétrica.									

⁵⁷ O número máximo de dimensões é igual ao número de categorias da variável com menos categorias, menos um (Pestana e Gagueiro 2005, p. 200; para a demonstração matemática, cf. Jambu 1991, p. 191 e segs.). Neste caso, há 23 periódicos e 30 áreas temáticas, portanto o número máximo de dimensões é de 22. Normalmente, retém-se as duas ou três primeiras dimensões para análise, as demais respondendo por irregularidades virtualmente impossíveis de interpretar (Bourdieu 1988, p. 81).

⁵⁸ Consultar o Apêndice 3, Seção 1.2 para maiores esclarecimentos sobre os parâmetros das categorias, sobretudo as instruções para identificar relações e oposições.

A principal categoria do modelo é, de longe, “religião e política”, que polariza completamente a produção na primeira dimensão, ao ponto de, sozinha, defini-la.

“Governo, burocracia e políticas públicas” polariza a segunda dimensão. Analisando-se suas coordenadas nessa dimensão, ela opõe-se a “análise do processo decisório”, “teoria política moderna” e “comunicação política e opinião pública”. Contudo, essas três áreas respondem muito pouco pela inércia da dimensão (8,5% somadas; sendo a contribuição também muito próxima de suas massas). Isso significa que essa oposição não é forte o suficiente para determinar a dimensão – que se estrutura em torno da *distância ou proximidade* de “Governo, burocracia e políticas públicas” em relação aos demais.

Tabela 4. Modelo 1. Parâmetros dos periódicos⁵⁹

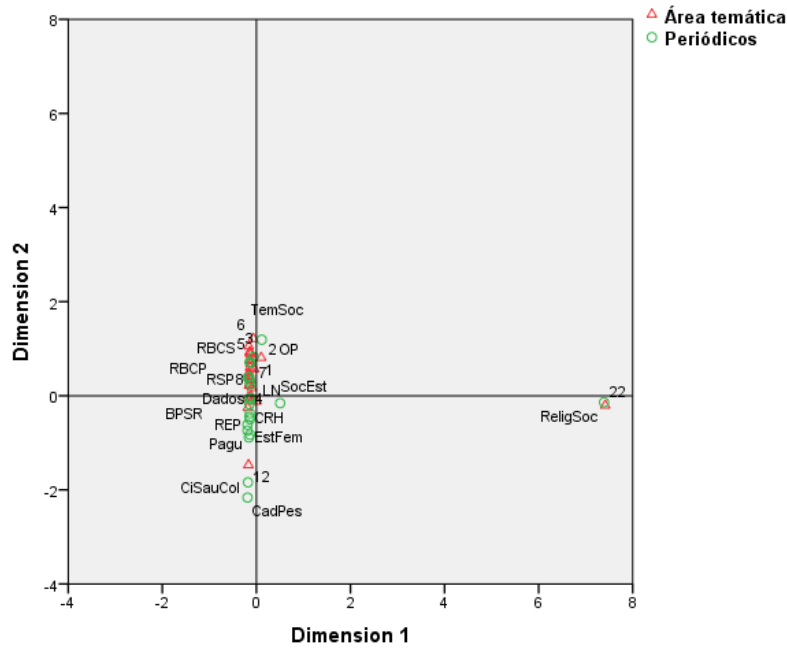
Periódico	Massa	Escore na dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		Do ponto para a inércia da dimensão		Da dimensão para a inércia do ponto		
					1	2	1	2	Total
Dados	,080	-,127	,240	,061	,001	,007	,019	,051	,070
RBCS	,051	-,143	,717	,120	,001	,039	,008	,149	,157
OP	,104	-,060	,824	,191	,000	,104	,002	,251	,253
BPSR	,046	-,131	-,080	,071	,001	,000	,010	,003	,013
RSP	,152	-,153	,403	,086	,004	,036	,037	,196	,234
LN	,055	-,142	,324	,139	,001	,008	,007	,028	,035
REP	,018	-,190	-,614	,178	,001	,010	,003	,025	,029
NE	,044	-,128	-,047	,050	,001	,000	,013	,001	,014
RBCP	,131	-,119	,707	,150	,002	,096	,011	,296	,306
CRH	,048	-,149	-,452	,059	,001	,014	,016	,112	,128
CadPes	,025	-,188	-2,163	,090	,001	,170	,009	,874	,882
Pagu	,005	-,190	-,740	,126	,000	,004	,001	,016	,017
CiSauCol	,092	-,179	-1,840	,236	,003	,458	,011	,894	,905
EstHis	,023	-,140	-,060	,063	,001	,000	,006	,001	,007
História	,012	-,146	-,183	,207	,000	,001	,001	,001	,002
ReligSoc	,016	7,390	-,139	,777	,972	,000	,998	,000	,999
EstFem	,027	-,159	-,887	,037	,001	,031	,016	,379	,396
SauSoc	,005	-,137	-,828	,029	,000	,005	,003	,085	,088
SocEst	,025	,505	-,158	,066	,007	,001	,086	,006	,092
Socios	,021	-,140	-,372	,076	,000	,004	,005	,026	,031
EstAv	,005	-,183	,386	,092	,000	,001	,002	,006	,008
TemSoc	,002	,114	1,191	,023	,000	,004	,001	,073	,074
AmbSoc	,014	-,135	-,501	,046	,000	,005	,005	,052	,057
Total	1.000			2,974	1.000	1.000			
Normalização simétrica.									

Analogamente à área “religião e política”, *Religião e Sociedade* (ReligSoc) define a primeira dimensão e polariza-se em relação a todos os demais periódicos. Veja-se, aliás, como a maioria dos demais periódicos têm escores negativos e contribuições irrisórias à inércia da dimensão.

⁵⁹ **RBCS** – Revista Brasileira de Ciências Sociais; **OP** – Opinião Pública; **BPSR** – Brazilian Political Science Review; **RSP** – Revista de Sociologia e Política; **LN** – Lua Nova; **REP** – Revista de Economia Política; **NE** – Novos Estudos; **RBCP** – Revista Brasileira de Ciência Política; **CRH** – Caderno CRH; **CadPes** – Cadernos de Pesquisa; **CiSauCol** – Ciência e Saúde Coletiva; **EstHis** – Estudos Históricos; **ReligSoc** – Religião e Sociedade; **EstFem** – Revista Estudos Feministas; **SauSoc** – Saúde e Sociedade; **SocEst** – Sociedade e Estado; **Socios** – Sociologias; **EstAv** – Estudos Avançados; **TemSoc** – Tempo Social; **AmbSoc** – Ambiente e Sociedade.

Há uma dupla oposição operando na segunda dimensão. Em primeiro lugar, *Cadernos de Pesquisa* (CadPes) e, em menor grau, *Ciência e Saúde Coletiva* (CiSauCol), definem 62,8% da variância da segunda dimensão e opõem-se em relação aos demais periódicos. Em segundo lugar, há uma oposição entre *Estudos Feministas* e *Opinião Pública* – uma forma mais heterodoxa contra outra mais ortodoxa de Ciência Política. A seguir, confere-se o gráfico com a representação visual das distâncias, combinando-se todos os parâmetros apresentados:

Gráfico 1. Modelo 1. Gráfico fatorial das distâncias entre áreas temáticas e periódicos



A origem dos eixos é o centro de gravidade de todos os pontos, a partir dos quais eles variam. Quanto mais distante da origem, maior a variância da categoria em questão e maior sua contribuição para a inércia geral do modelo. Em outras palavras, são possíveis núcleos de oposição, havendo alguma propriedade, na categoria, que gera uma oposição na estrutura. O gráfico apresenta um padrão de “partição” (Jambu 1991, p. 223), indicando a presença de um subconjunto, a área “religião e política” e o periódico *Religião e Sociedade*, que polariza a produção entre si e o resto (primeira dimensão). Há outra oposição esboçando-se na segunda dimensão, com “Governo, burocracia e políticas públicas” (12), *Cadernos de Pesquisa* (CadPes) e *Ciência e Saúde Coletiva* (CiSauCol), que se polarizam em relação ao resto.

Nos casos de padrão de partição, quando um dos subconjuntos concentra um número pequeno de casos, como é o caso do polo religioso, é recomendável tratá-los como *outliers* e rodar um novo teste sem essas categorias, de modo a investigar estruturas subjacentes⁶⁰. Isso não invalida a distância dessas categorias em relação às demais, embora não autorize inferir que o campo esteja estruturado em função dessa oposição. Assim, rodou-se um novo teste com uma linha de corte de dez casos⁶¹.

⁶⁰ Por esse motivo, a tabela dos escores e das contribuições específicas de cada categoria foi omitida.

⁶¹ Essa solução exclui *Cadernos Pagu* (três casos), *História* (sete casos), *Saúde e Sociedade* (três casos), *Estudos Avançados* (três casos), *Tempo Social* (um caso) e *Ambiente e Sociedade* (oito casos), além de *Religião e Sociedade*. Quanto às áreas, foram excluídas “relações intergovernamentais”⁶¹ (cinco casos), “revoluções e conflitos civis” (três casos), “instituições governamentais específicas” (um caso) e “ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais” (um caso), perfazendo um mínimo de 1% dos casos, além de “religião e política”.

II. Tradições disciplinares

Tabela 5. Modelo 2. Análise de correspondência entre áreas temáticas e periódicos: parâmetros das dimensões

Dimensão	Singular Value	Inércia	Proporção de inércia		Confidence Singular Value			
			Responsável por	Cumulativo	Desvio padrão	Correlação		
						2	3	4
1	,688	,474	,287	,287	,030	,123	,009	,067
2	,491	,241	,146	,433	,036		,386	,299
3	,480	,231	,140	,573				,531
4	,433	,187	,113	,686				
5	,344	,118	,071	,758				
6	,314	,099	,060	,818				
7	,289	,084	,051	,868				
8	,254	,065	,039	,907				
9	,224	,050	,030	,938				
10	,198	,039	,024	,961				
11	,167	,028	,017	,978				
12	,137	,019	,011	,990				
13	,101	,010	,006	,996				
14	,076	,006	,004	1.000				
15	,028	,001	.000	1.000				
Total		1,736	1.000	1.000				
Qui-quadrado total: 921,746 Sig: .000 660 graus de liberdade.								

Tem-se um quadro mais complexo, com quatro dimensões que contribuem mais de 10% à inércia. As correlações entre a segunda, terceira e quarta dimensões são superiores a 0,25 e convencionalmente reteríamos somente a primeira e a segunda e descartaríamos a terceira e a quarta, mas optou-se por reter as três primeiras – tomando-se o cuidado de focar um caso particular da terceira, um microcosmo.

Tabela 6. Modelo 2. Parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Massa	Escore na dimensão			Inércia	Contribuição						
		1	2	3		Do ponto à inércia da dimensão			Da dimensão à inércia do ponto			
						1	2	3	1	2	3	Total
Estudos eleitorais e partidos políticos	,073	,754	,971	-,328	,088	,060	,139	,016	,322	,380	,043	,745
Atitudes e cultura política	,053	,645	,813	,434	,089	,032	,072	,021	,173	,196	,055	,423
Comunicação política e opinião pública	,036	,881	,660	-,307	,060	,041	,032	,007	,324	,130	,028	,482
Instituições participativas	,027	,496	,857	,345	,062	,010	,040	,007	,073	,155	,024	,252
Estudos do Legislativo	,015	,686	,272	-,436	,017	,010	,002	,006	,293	,033	,083	,409
Relações Executivo-Legislativo	,015	,711	,964	-,311	,020	,011	,029	,003	,269	,353	,036	,658
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	,031	,545	,461	-,496	,027	,013	,013	,016	,234	,120	,135	,489
Sistemas governamentais	,017	,211	,400	-,564	,053	,001	,006	,011	,010	,025	,050	,085
Análise do processo decisório	,013	,859	,594	-,224	,049	,014	,010	,001	,139	,047	,007	,193
Governo, burocracia e políticas públicas	,221	-1,480	,277	-,021	,346	,704	,035	.000	,966	,024	.000	,990
Estudos do poder local	,013	,364	-1,369	1,273	,043	,003	,051	,045	,028	,284	,240	,553
Estrutura e transformação do Estado	,044	,390	-,855	-,067	,079	,010	,065	.000	,058	,198	,001	,257
Política e economia	,036	-,158	-1,463	-2,712	,198	,001	,158	,555	,003	,192	,647	,842
Recrutamento político, jurídico e burocrático	,036	,303	-,118	-,099	,035	,005	,001	,001	,065	,007	,005	,076
Classes e grupos de interesse	,019	-,091	,009	,885	,048	.000	.000	,031	,002	.000	,148	,151

II. Tradições disciplinares

Movimentos, organizações e atores coletivos	,074	-,008	-,185	,804	,057	,000	,005	,100	,000	,022	,409	,431
Segurança pública	,034	,272	-,530	,296	,039	,004	,020	,006	,044	,120	,037	,201
Política, Direito e Judiciário	,023	,435	-,835	-,443	,040	,006	,032	,009	,075	,196	,054	,325
Teoria política democrática	,074	,459	-,574	,245	,051	,023	,050	,009	,210	,234	,042	,486
Teoria política moderna	,025	,851	,146	-,445	,058	,026	,001	,010	,212	,004	,040	,256
Teoria política contemporânea	,055	,378	-,473	-,003	,038	,011	,025	,000	,143	,160	,000	,304
História das ideias	,019	,113	-,1006	,925	,033	,000	,039	,034	,005	,284	,235	,525
Metodologia	,021	,631	,881	-,085	,042	,012	,033	,000	,138	,192	,002	,332
Pensamento político brasileiro	,023	,191	-,1739	,1,512	,078	,001	,141	,109	,007	,437	,324	,768
Total	1.000				1,651	1.000	1.000	1.000				

Normalização simétrica.

Sem “religião e política”, a estrutura da segunda dimensão reproduz-se agora na primeira: “governo, burocracia e políticas públicas” é uma categoria que polariza a produção, contribuindo em 70,4% à inércia da dimensão. Sem uma oposição específica, existe uma margem de distanciamento e aproximação em relação a políticas públicas.

Já na segunda há oposições determinando a dimensão. De um lado, tem-se “estudos eleitorais e partidos políticos”, “atitudes e cultura política”, “instituições participativas”, “relações Executivo-Legislativo”. De outro, “estudos do poder local”, “estrutura e transformação do Estado”, “política, Direito e Judiciário”, “história das ideias” e “pensamento político brasileiro”. Na terceira dimensão uma categoria se destaca: “economia e política” concentra 55,5% da inércia. Como visto, há uma correlação de ,386 entre a segunda e a terceira dimensões, pequena, mas não desprezível (Tabela 5). Como medida de segurança, atemo-nos ao caso extremo. Assim, considerando a inércia e os escores dessa área, é seguro inferir que “política e economia” distancia-se do resto e o faz em uma dimensão própria – mas essa dimensão é menos importante na determinação da estrutura geral.

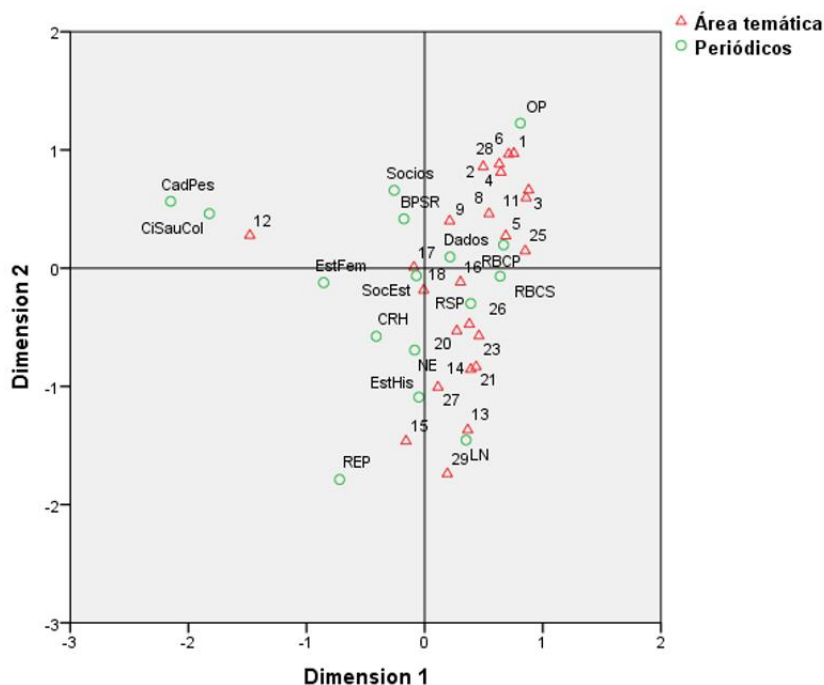
Tabela 7. Modelo 2. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Massa	Escore na dimensão			Inércia	Contribuição						
		1	2	3		Do ponto à inércia da dimensão			Da dimensão à inércia do ponto			
						1	2	3	1	2	3	Total
Dados	,086	,215	,095	-,311	,060	,006	,002	,017	,045	,006	,066	,117
RBCS	,052	,639	-,068	-,188	,090	,031	,000	,004	,161	,001	,010	,172
OP	,111	,810	1,226	,124	,187	,105	,339	,004	,268	,438	,004	,710
BPSR	,046	-,175	,417	-,772	,050	,002	,016	,057	,019	,078	,261	,358
RSP	,160	,390	-,299	-,126	,081	,035	,029	,005	,207	,087	,015	,310
LN	,059	,350	-1,454	1,265	,140	,011	,255	,197	,036	,438	,324	,797
REP	,019	-,719	-1,788	-3,493	,186	,014	,124	,485	,036	,161	,600	,797
NE	,048	-,085	-,693	-,373	,050	,001	,047	,014	,005	,224	,063	,292
RBCP	,141	,668	,196	-,230	,147	,092	,011	,016	,295	,018	,024	,338
CRH	,052	-,410	-,577	,860	,060	,013	,035	,079	,099	,140	,305	,545
CadPes	,027	-2,150	,565	-,044	,094	,179	,017	,000	,905	,045	,000	,949
CiSauCol	,099	-1,823	,461	,100	,246	,479	,043	,002	,924	,042	,002	,968
EstHis	,025	-,049	-1,091	,294	,066	,000	,060	,004	,001	,219	,016	,235
EstFem	,029	-,855	-,122	,449	,040	,030	,001	,012	,364	,005	,070	,439
SocEst	,025	-,070	-,064	1,246	,069	,000	,000	,080	,001	,001	,267	,269
Socios	,023	-,258	,658	,704	,084	,002	,020	,024	,013	,058	,065	,136
Total	1,000				1,651	1,000	1,000	1,000				

Normalização simétrica.

A estrutura da primeira dimensão atesta a força – e a relativa autossuficiência⁶² – de estudos dedicados a políticas públicas (o que se manifesta em sua concentração em periódicos interdisciplinares). Na segunda dimensão, agora *Opinião Pública* contrasta claramente com *Lua Nova*. Prosseguindo com a exceção aberta à terceira dimensão, *Revista de Economia Política* polariza o eixo⁶³.

Gráfico 2. Modelo 2. Gráfico fatorial das distâncias entre áreas temáticas e periódicos: duas primeiras dimensões⁶⁴



A nuvem de pontos mostra o destacamento do polo de políticas públicas e, *sobretudo*, sugere um contínuo entre [*Lua Nova*, Pensamento político brasileiro, Estudos do poder local, História das ideias] e [*Opinião Pública*, Estudos eleitorais, Relações Executivo-Legislativo, Instituições participativas, Metodologia, Atitudes e cultura política]. Parece haver uma oposição subjacente: o grau em que os elementos estão mais ou menos próximos da política institucional e mais ou menos próximos de “teórico” ou “empírico”.

⁶² Um dos principais critérios de autossuficiência de uma área é a existência de periódicos específicos. Assim, áreas insuladas podem ser especificadas como autossuficientes ou não. O polo econômico (*Revista de Economia Política*, a área “política e economia” e a abordagem neodesenvolvimentista) e o polo de políticas públicas (*Ciência e Saúde Coletiva*, *Cadernos de Pesquisa* e “governo, burocracia e políticas públicas”), que aparecem orbitando a estrutura central nos modelos nos quais são considerados, são relativamente autossuficientes por estarem apoiados em periódicos especializados.

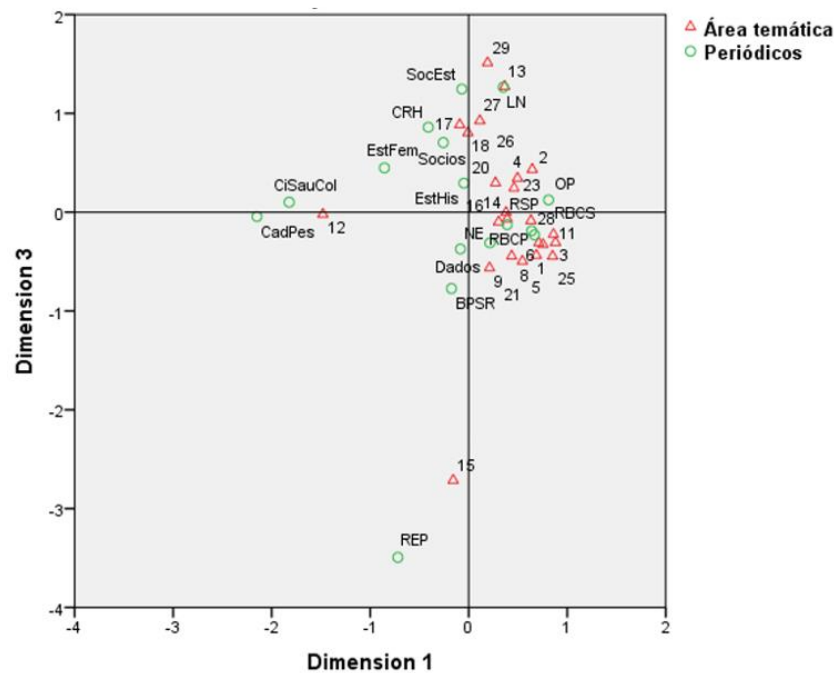
⁶³ Há a oposição de *Lua Nova*, embora seja menos significativa do que as demais oposições dada a violação do limite “seguro” de confiabilidade.

⁶⁴ Áreas temáticas: 1. Estudos eleitorais e partidos políticos; 2. Atitudes e cultura política; 3. Comunicação política e opinião pública; 4. Instituições participativas; 5. Estudos do Legislativo; 6. Relações Executivo-Legislativo; 7. Relações intergovernamentais; 8. Sistemas eleitorais e sistemas partidários; 9. Sistemas governamentais; 10. Instituições governamentais específicas; 11. Análise do processo decisório; 12. Governo, burocracia e políticas públicas; 13. Estudos do poder local; 14. Estrutura e transformação do Estado; 15. Política e economia; 16. Recrutamento político, jurídico e burocrático; 17. Classes sociais e grupos de interesse; 18. Movimentos, organizações e atores coletivos; 19. Revoluções e conflitos civis; 20. Segurança pública; 21. Política, direito e judiciário; 22. Religião e política [omitido]; 23. Teoria política democrática; 24. Teoria política clássica; 25. Teoria política moderna; 26. Teoria política contemporânea; 27. História das ideias; 28. Metodologia; 29. Pensamento político brasileiro.

II. Tradições disciplinares

O gráfico da primeira e terceira dimensões, a seguir, apresenta o insulamento do polo econômico:

Gráfico 3. Modelo 2. Gráfico fatorial das distâncias entre áreas temáticas e periódicos: primeira e terceira dimensões



Aqui delineiam-se três microcosmos do campo: polo religioso (*Religião e Sociedade* e “política e religião”), polo de políticas públicas (*Cadernos de Pesquisa*, *Ciência e Saúde Coletiva* e “governo, burocracia e políticas públicas”) e polo econômico (*Revista de Economia Política* e “política e economia”). O polo religioso e o econômico, embora insulados, são autossuficientes.

II.1.1. Periódicos e áreas temáticas agregadas em classes

A agregação das áreas em classes ressalta as divisões temáticas dos periódicos e sintetiza as oposições observadas no modelo anterior⁶⁵:

Tabela 8: Modelo 3. Análise de correspondência entre periódicos e classes de áreas temáticas: parâmetros das dimensões

Dimensão	Singular Value	Inércia	Proporção de inércia		Confidence Singular Value		
			Responsável por	Cumulativo	Desvio Padrão	Correlação	
						2	3
1	,519	,270	,549	,549	,034	,137	,039
2	,401	,161	,327	,876	,042		,057
3	,246	,061	,124	1.000	,042		
Total		,491	1.000	1.000			

Qui-quadrado: 261,309 | Sig: .000 | 66 graus de liberdade.

⁶⁵ Distribuições e medidas de associação podem ser conferidos no Apêndice 5, Seção 1.

II. Tradições disciplinares

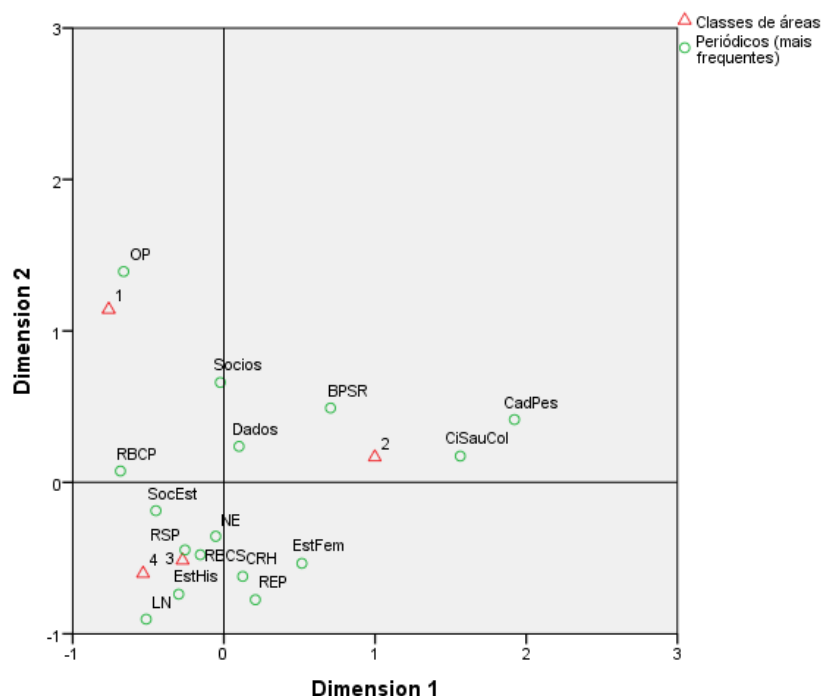
Tabela 9. Modelo 3. Parâmetros das classes de áreas

Classe de área	Massa	Escore na dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		Do ponto para a inércia da dimensão		Da dimensão para a inércia do ponto		Total
					1	2	1	2	
[1] Comunicação, representação e comportamento político	,186	-,762	1,142	,153	,208	,605	,366	,634	1.000
[2] Instituições políticas	,331	,998	,166	,176	,635	,023	,975	,021	,996
[3] Estado e sociedade civil	,267	-,273	-,515	,070	,038	,176	,148	,404	,552
[4] Teoria, métodos e ideias	,216	-,534	-,602	,092	,119	,195	,349	,341	,690
Total	1.000			,491	1.000	1.000			
Normalização simétrica.									

Tabela 10. Modelo 3. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Massa	Escore na dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		Do ponto para a inércia da dimensão		Da dimensão para a inércia do ponto		
					1	2	1	2	Total
Dados	,085	,100	,237	,002	,002	,012	,186	,808	,994
RBCS	,055	-,156	-,478	,013	,003	,031	,053	,381	,434
OP	,111	-,663	1,392	,112	,094	,536	,227	,772	,999
BPSR	,049	,705	,491	,020	,047	,029	,639	,239	,878
RSP	,162	-,258	-,446	,018	,021	,080	,302	,698	1.000
LN	,058	-,514	-,903	,032	,030	,119	,252	,600	,851
REP	,019	,208	-,775	,021	,002	,028	,020	,217	,237
NE	,047	-,054	-,356	,005	,000	,015	,015	,514	,529
RBCP	,139	-,685	,075	,040	,126	,002	,844	,008	,852
CRH	,051	,125	-,621	,009	,002	,049	,048	,920	,968
CadPes	,026	1,922	,415	,053	,187	,011	,949	,034	,983
CiSauCol	,098	1,563	,173	,127	,460	,007	,976	,009	,985
EstHis	,024	-,299	-,738	,015	,004	,033	,074	,346	,420
EstFem	,028	,516	-,535	,007	,014	,020	,532	,442	,974
SocEst	,026	-,450	-,187	,009	,010	,002	,310	,041	,351
Socios	,023	-,024	,660	,008	,000	,024	,001	,500	,501
Total	1.000			,491	1.000	1.000			
Normalização simétrica									

Gráfico 4. Modelo 3. Gráfico fatorial das distâncias entre classes de áreas e periódicos



No primeiro eixo, na fração positiva, as categorias são mais próximas a políticas públicas e, na fração negativa, mais distantes – mas não há uma oposição forte o suficiente para determinar a dimensão. No segundo eixo, as posições dispõem-se em função da oposição entre *Opinião Pública* e *Lua Nova*. Esta é relativamente próxima das áreas de “Estado e sociedade civil” e de “Teoria, métodos e ideias”, que se opõem a “Comunicação, representação e comportamento político”, relativamente próxima de *Opinião Pública*.

As classes de áreas são claramente demarcadas – e há grande proximidade relativa entre “Estado e sociedade civil” e “Teoria política e história das ideias”. Isso sugere que as oposições entre tradições estão operando subjacentes à proximidade/distanciamento de políticas públicas, cristalizando-se na oposição entre *Opinião Pública* e *Lua Nova*, antecipando a oposição entre tradições disciplinares e entre tradições intelectuais.

II.2. Oposição entre tradições disciplinares em periódicos e áreas

II.2.1. Estrutura geral

Em larga medida, áreas e periódicos estruturam-se em função de tradições disciplinares. Para verificá-lo, elaborou-se uma análise de correspondência múltipla (HOMALS ou MCA) relacionando periódicos, áreas temáticas e tradições disciplinares⁶⁶. Além de identificar as relações, o objetivo é verificar se as tradições disciplinares determinam a estrutura. Em primeiro lugar, serão consideradas todas as categorias, verificando se há estrutura sem deixar de considerar os *outliers*. Essa é a estrutura geral. A seguir, os *outliers* são depurados, apresentando-se a estrutura principal.

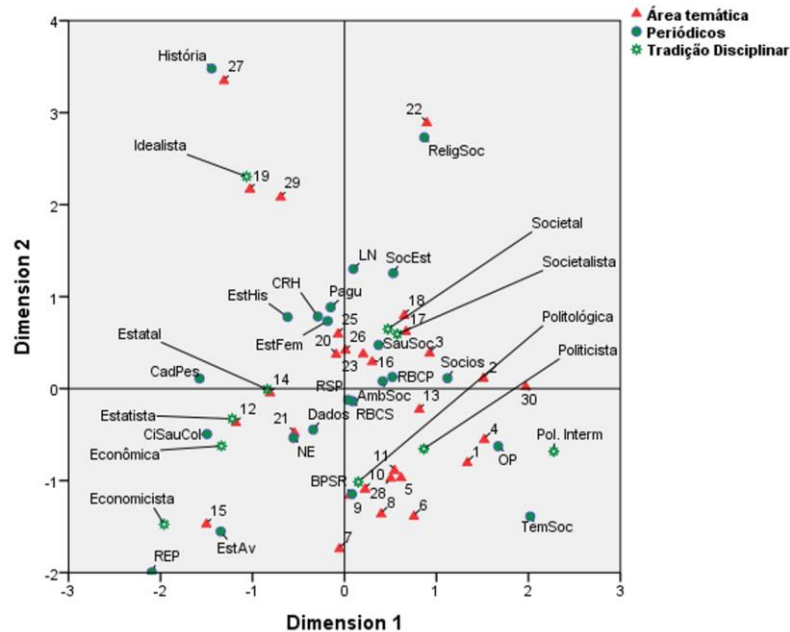
⁶⁶ As tradições são definidas no Apêndice 2, Seção 12.

Tabela 11. Modelo 4. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,782	2,088	,696
2	,770	2,054	,685
Total		4,142	1,381
Média	,776	2,071	,690

Normalização simétrica.

Os parâmetros das dimensões indicam ampla variância inteligível e alta capacidade explicativa por parte das duas primeiras dimensões. O alfa de Cronbach, por sua vez, indica que a confiabilidade dos dados é alta⁶⁷. A estrutura geral é a seguinte:

Gráfico 5. Modelo 4. Gráfico fatorial das distâncias entre tradições disciplinares, periódicos e áreas⁶⁸

Áreas e periódicos dispõem-se associados a tradições disciplinares. Em primeiro lugar, tem-se os seguintes extremos: (i) o periódico *História*, as áreas⁶⁹ “história das ideias”, “pensamento político brasileiro” e a tradição idealista (o polo idealista); (ii) *Opinião Pública* e politológico intermediário; (iii) *Revista de Economia Política* e economicista (o polo econômico). Ao centro, isto é, a parte maior da produção, tem-se um triângulo, no qual periódicos e áreas agregam-se em torno (i) das tradições politológica e politicista; (ii) estatal e estatista e (iii) societal e societalista. Embora sejam predominantemente societais, *Religião e Sociedade* e

⁶⁷ Existem implicações importantes envolvendo as medidas de inércia na correspondência múltipla que, a olho nu, não são interpretáveis, bem como um equívoco recorrente quanto ao sentido do alfa de Cronbach, medida de confiabilidade frequentemente confundida com a “capacidade explicativa” do modelo (i.e., sua inércia ou *eigenvalue*). Para mais detalhes, consultar o Apêndice 3, Seção 2.1 e Tavakol & Dennick (2011).

⁶⁸ A correspondência múltipla também fornece coordenadas para as categorias, que podem ser verificadas no Apêndice 4. Em vez delas, além do gráfico fatorial, utilizaremos “medidas de discriminação” para interpretar a estrutura. Para mais detalhes, cf. o Apêndice 3, Seção 2.1 e os resultados das medidas de discriminação a seguir.

⁶⁹ “Revoluções e conflitos civis” tem apenas três casos na produção, sendo provavelmente espúria sua associação com “idealista”. Contudo, sabe-se, obviamente, que é uma área composta por abordagens históricas. Teve-se um caso na *Revista de Sociologia e Política* (RSP) e outro em *História*, o que faz sentido, embora não estatisticamente. Os editores-chefes da RSP, cujas carreiras partiram do estruturalismo marxista, deslocam-se a uma abordagem mais weberiana, aproximando-se de problemas de natureza histórica, sobretudo ligados à transformação do Estado e, enfim, a uma abordagem mais politológica, tangendo elites políticas. O periódico replica esse ecletismo com sua posição central no plano – embora as raízes ainda se manifestem em sua relativa proximidade com “societal” e “societalismo”.

“religião e política” afastam-se do núcleo societal-societalista por algum fator indeterminado e, por isso, não são contemplados por nenhuma tradição, consistindo um universo à parte.

Para melhor visualização, as variáveis foram plotadas separadamente – embora permaneçam em relação:

Gráfico 6. Modelo 4. Plotagem das tradições disciplinares

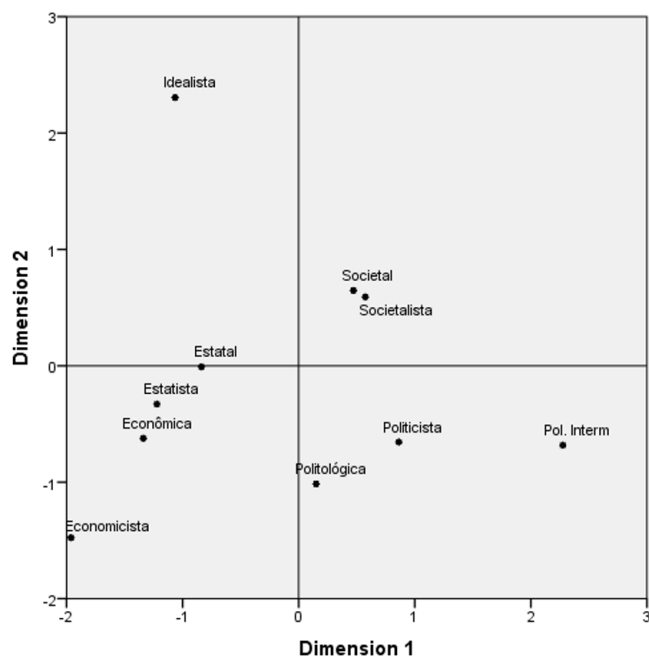


Gráfico 7. Modelo 4. Plotagem das áreas temáticas

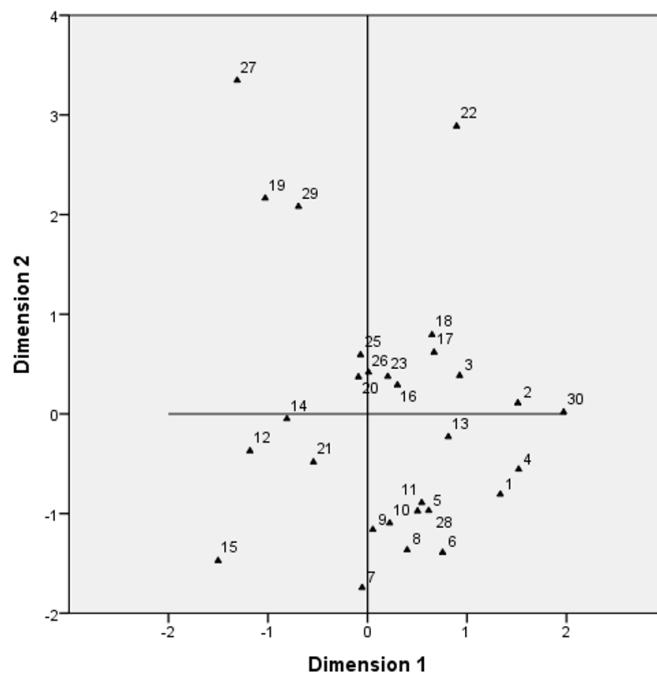
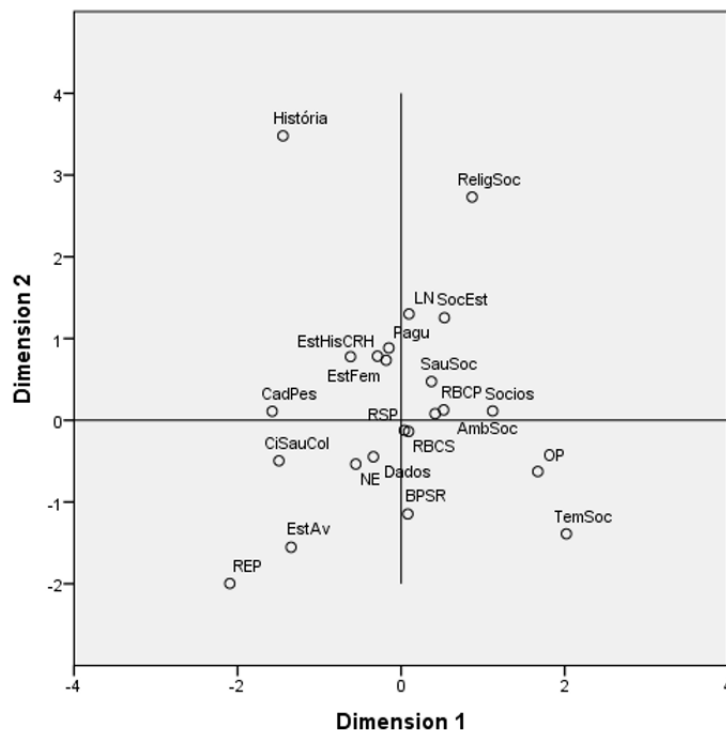


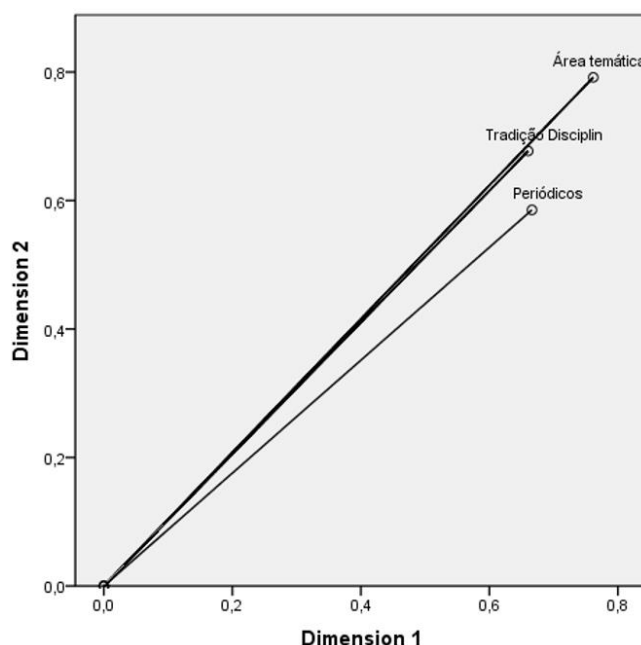
Gráfico 8. Modelo 4. Plotagem dos periódicos



O significado das dimensões depende dos *atributos* assimilados às categorias que mais contribuem para determinar as dimensões (maior contribuição à inércia total). É uma inferência que se faz a partir do *conteúdo* das categorias: esse conteúdo também caracteriza a dimensão. Na análise de campo, ele se transforma em propriedades eficazes, responsáveis por estruturá-lo em função de relações e oposições entre essas propriedades. A estatística não nos diz *qual* é esse conteúdo, mas diz que ele provavelmente está estruturando o campo.

Em primeiro lugar, os gráficos mostram haver uma estrutura, e que é uma estrutura heterogênea, na qual competem várias propriedades para definir as dimensões. Há como medir essa contribuição? HOMALS fornece uma medida para verificar o impacto de cada variável sobre cada dimensão, as medidas de discriminação, mencionadas há pouco. Trata-se de um conceito semelhante à contribuição à inércia, que nos diz, em uma escala de 0 a 1, o grau em que a variável está discriminando os casos. Quanto mais uma variável discrimina os casos, (i) sabemos que *há* uma estrutura e (ii) sabemos que ela está determinando essa estrutura. Veja-se os resultados para o Modelo 4:

Gráfico 9. Modelo 4. Medidas de discriminação



Tem-se altos valores de discriminação⁷⁰. As três variáveis estão discriminando os casos e definindo as dimensões. Mas enquanto áreas e periódicos possuem inúmeras características, a variável “tradições disciplinares” tem características específicas, e sabemos quais são elas. Sabe-se também, pelas medidas, que a discriminação de áreas e periódicos está ligada à discriminação das tradições – elas pontuam em ambas as dimensões. Isso significa que as *n* características de áreas e periódicos dependem das características das tradições. Tradições disciplinares determinam fortemente a estrutura de áreas e periódicos⁷¹.

⁷⁰ Alto entre 0,6 e 0,8 e muito alto acima de 0,8.

⁷¹ A equação, é claro, é bidirecional, envolve interdependência, não se tratando, portanto, de uma relação causal – que foi, no entanto, *atinada* na análise histórica.

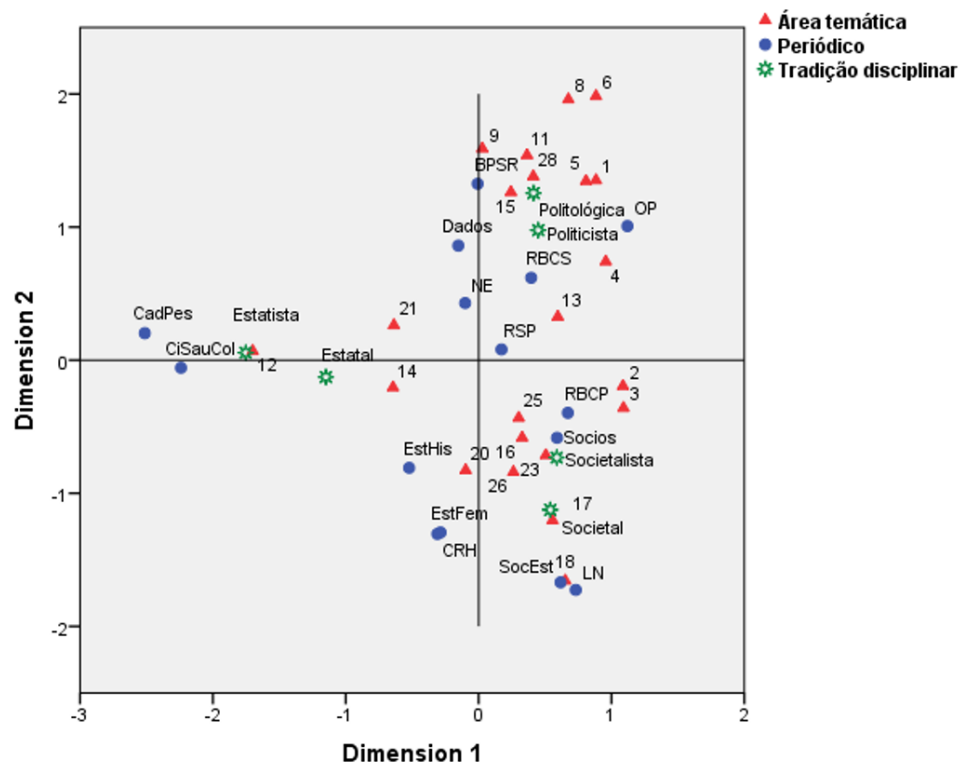
II.2.2. Estrutura principal: estatal e político-societal em áreas e periódicos

Sabemos que áreas e periódicos estão organizando-se associados a tradições disciplinares. Qual seria a estrutura, caso depurássemos o campo de seus microcosmos? Seria importante a oposição político-societal? Há algo mais? Seguindo o mesmo procedimento do Modelo 2 (Seção I.1), foram excluídos os *outliers* e os casos menos frequentes⁷².

Tabela 12. Modelo 5. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e áreas, sem *outliers*: parâmetros das dimensões

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,773	2,064	,688
2	,730	1,947	,649
Total		4,012	1,337
Média	,752	2,006	,669
Normalização simétrica.			

Gráfico 10. Modelo 5. Gráfico fatorial das distâncias tradições disciplinares, periódicos e áreas, sem *outliers*⁷³



⁷² Das áreas, foram excluídas: “relações intergovernamentais”, “instituições governamentais específicas”, “revoluções e conflitos civis”, “religião e política”, “história das ideias”, “pensamento político brasileiro” e “ensino e pesquisa em CP e RI”. Dos periódicos, foram excluídos: *Revista de Economia Política*, *Cadernos Pagu*, *História, Religião e Sociedade*, *Saúde e Sociedade*, *Estudos Avançados*, *Tempo Social*, *Ambiente e Sociedade*. Das tradições disciplinares foram excluídas: “econômica”, “economicismo” e “idealista”. “Politológico intermediário” foi assimilada a “politológico”, sem prejuízo aos resultados.

⁷³ Áreas temáticas: 1. Estudos eleitorais e partidos políticos; 2. Atitudes e cultura política; 3. Comunicação política e opinião pública; 4. Instituições participativas; 5. Estudos do Legislativo; 6. Relações Executivo-Legislativo; 8. Sistemas eleitorais e sistemas partidários; 9. Sistemas governamentais; 11. Análise do processo decisório; 12. Governo, burocracia e políticas públicas; 13. Estudos do poder local; 14. Estrutura e transformação do Estado; 15. Política e economia; 16. Recrutamento político, jurídico e burocrático; 17. Classes sociais e grupos de interesse; 18. Movimentos, organizações e atores coletivos; 20. Segurança pública; 21. Política, Direito e judiciário; 22. Religião e política; 23. Teoria política democrática; 25. Teoria política moderna; 26. Teoria política contemporânea; 27. História das ideias; 28. Metodologia.

A estrutura principal manifesta-se mais claramente: na primeira dimensão, tem-se a oposição entre tradições estatais e periódicos quase exclusivamente dedicados a políticas públicas (CadPes e CiSauCol), de um lado, e o *mainstream* do campo, composto pela oposição político-societal⁷⁴. Na segunda dimensão, tem-se a oposição político-societal.

A polarização entre o polo estatal e o resto é maior do que a polarização entre as tradições politológicas e societais – e por isso aparece na primeira dimensão. É uma espécie de microcosmo que orbita o sistema principal. O modelo ressalta, ao mesmo tempo, a importância e o relativo insulamento dessas categorias. A concentração da maior parte das categorias dentro do contínuo político-societal demonstra que esta oposição estrutura o *mainstream* do campo.

Gráfico 11. Modelo 5. Plotagem das tradições

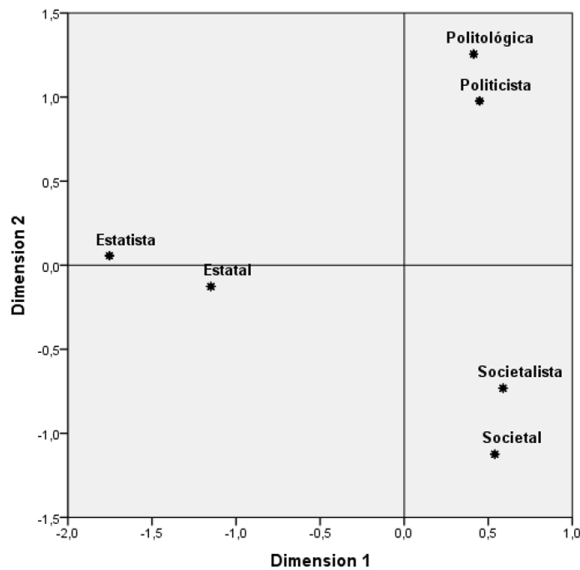


Gráfico 12. Modelo 5. Plotagem dos periódicos

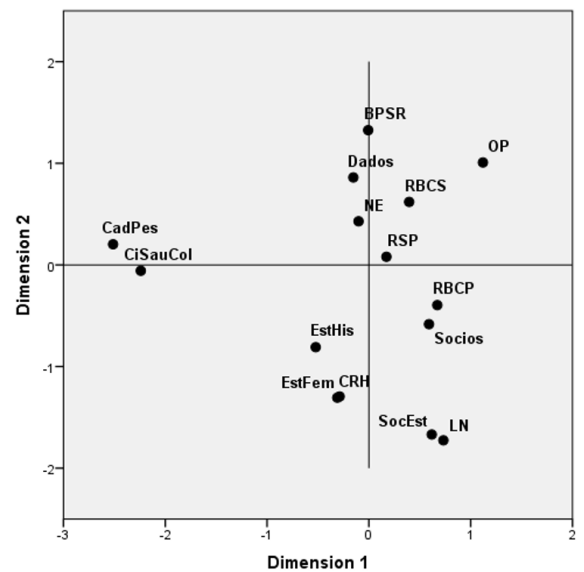


Gráfico 13. Modelo 5. Plotagem das áreas

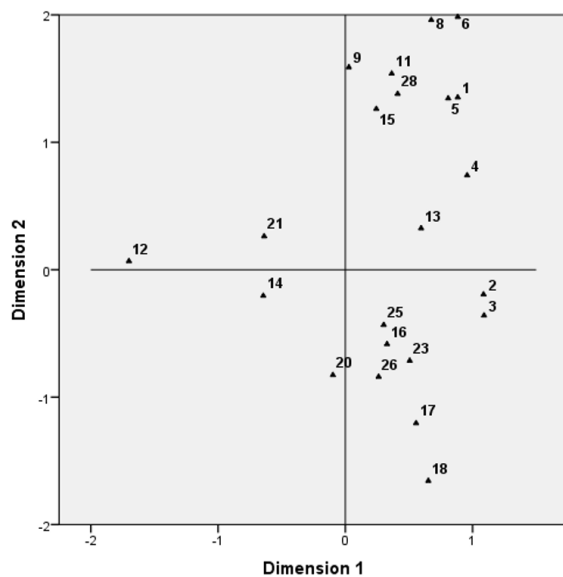
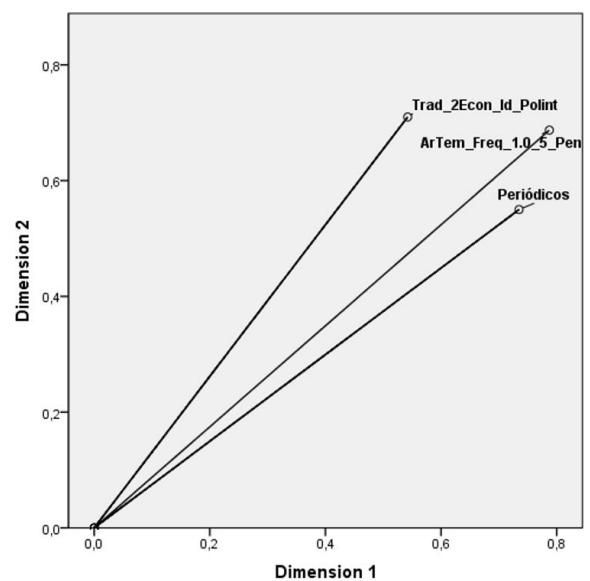


Gráfico 14. Modelo 5. Medidas de discriminação



⁷⁴ A expressão “oposição político-societal” inclui todas as tradições politológicas e societais, inclusive o politicismo e o societalismo.

Com a estrutura principal claramente evidente, as tradições disciplinares (Trad...) ganham proeminência na determinação da segunda dimensão, estabelecendo a oposição político-societal. Seriam as tradições também eficazes em uma estrutura envolvendo abordagens? Essa questão é explorada a seguir.

II.3. Oposições entre tradições disciplinares nas abordagens e periódicos

A distribuição das frequências das tradições disciplinares das abordagens nominais⁷⁵ revela algumas peculiaridades importantes que ajudam a caracterizar tanto tradições como abordagens. Isso vai auxiliar a interpretação das correspondências. Vamos nos ater a elas brevemente, para então apresentar o modelo de correspondência.

Tabela 13. Tradições disciplinares das abordagens, com resíduos padronizados e medidas de associação (N entre parêntesis)

	Politicista	Politológica	Interm.	Estatal	Estatista	Societal	Societalista	Econômica	Economicista	Idealista
Ciência Política										
Neoinstitucionalismo pol. (67)	7,5% -,1	58,2% 6,8	0,0% -1,6	1,5% -1,9	29,9% 4,1	1,5% -4,3	1,5% -1,6	0,0% -1,2	0,0% -1,3	0,0% -2,0
Neoinstit. escolha racional (37)	2,7% -1,1	89,2% 9,2	0,0% -1,2	5,4% -,6	0,0% -2,1	2,7% -3,1	0,0% -1,6	0,0% -,9	0,0% -1,0	0,0% -1,5
Neoinstit. histórico (18)	5,6% -,3	27,8% -,7	0,0% -,8	5,6% -,4	33,3% 2,6	11,1% -1,5	5,6% -,2	0,0% -,6	11,1% 2,2	0,0% -1,1
Cultura política (21)	4,8% -,5	4,8% -1,6	28,6% 5,9	0,0% -1,3	0,0% -1,6	57,1% 2,2	4,8% -,3	0,0% -,7	0,0% -,7	0,0% -1,1
Comportamentalismo (10)	50,0% 4,8	0,0% -1,4	30,0% 4,3	0,0% -,9	0,0% -1,1	10,0% -1,2	10,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -,8
Redes (8)	0,0% -,8	12,5% -,5	12,5% 1,3	0,0% -,8	25,0% 1,0	37,5% -,4	12,5% -,7	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Análise de elites (23)	17,4% 1,7	4,3% -1,7	4,3% -,2	13,0% -,8	17,4% -,7	13,0% -1,5	30,4% 4,5	0,0% -,7	0,0% -,8	0,0% -1,2
Jurisprudência política (7)	14,3% -,6	14,3% -,4	0,0% -,5	14,3% -,6	57,1% 3,4	0,0% -1,5	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7
Empirismo politológico (27)	25,9% 3,4	29,6% 1,1	0,0% -1,0	7,4% -,1	11,1% -,2	11,1% -1,8	3,7% -,6	3,7% -,6	7,4% 1,5	0,0% -1,3
Informacional (11)	9,1% -,2	18,2% -,2	36,4% 5,6	0,0% -,9	0,0% -1,2	18,2% -,7	18,2% 1,5	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -,8
Feminismo (27)	3,7% -,8	3,7% -1,9	0,0% -1,0	3,7% -,8	0,0% -1,8	66,7% 3,4	22,2% 3,2	0,0% -,8	0,0% -,8	0,0% -1,3
Teoria política liberal (6)	0,0% -,7	33,3% -,7	0,0% -,5	0,0% -,7	33,3% 1,5	16,7% -,6	16,7% 1,0	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,6
Deliberacionismo (12)	25,0% 2,1	0,0% -1,6	8,3% -,8	8,3% -,0	0,0% -1,2	58,3% 1,8	0,0% -,9	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,9
Participativismo (14)	7,1% -,1	14,3% -,5	14,3% 2,1	0,0% -1,1	0,0% -1,3	57,1% 1,8	7,1% -,1	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,9
Maquiaveliana (9)	11,1% -,4	11,1% -,6	0,0% -,6	0,0% -,9	33,3% 1,8	44,4% -,8	0,0% -,8	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Contratualismo (4)	0,0% -,6	0,0% -,9	0,0% -,4	25,0% 1,2	25,0% -,7	50,0% -,7	0,0% -,5	0,0% -,3	0,0% -,3	0,0% -,5
Multiculturalismo (7)	0,0% -,7	0,0% -1,2	0,0% -,5	0,0% -,8	14,3% -,2	85,7% 2,7	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7
Sociologia Política										
Marxista (24)	4,2% -,6	4,2% -1,8	0,0% -,9	8,3% -,0	8,3% -,5	45,8% 1,4	0,0% -1,3	8,3% 2,1	20,8% 5,5	0,0% -1,2
Modernização (13)	0,0% -,5	0,0% -,8	0,0% -,3	33,3% 1,5	0,0% -,6	66,7% 1,1	0,0% -,4	0,0% -,3	0,0% -,3	0,0% -,4
Organizações (29)	3,4% -,7	10,3% -,7	3,4% -,5	17,2% -,8	13,8% -,2	44,8% 2,7	6,9% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7

⁷⁵ Para a distinção entre *abordagem nominal* e *abordagem teórico-metodológica*, conferir o Apêndice 2, Seção 2.1.

II. Tradições disciplinares

	Politicista	Politológica	Interm.	Estatal	Estatista	Societal	Societalista	Econômica	Economicista	Idealista
	-8	-1,2	-1	1,7	,3	1,4	,1	-8	-9	-1,3
Atores sociais (10)	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	,3	-1,4	-6	-9	-2	2,3	,4	-5	-5	-8
Praxiológica (22)	0,0%	0,0%	4,5%	4,5%	9,1%	50,0%	22,7%	0,0%	0,0%	9,1%
	-1,3	-2,1	,2	-6	-4	1,7	3,0	-7	-8	,6
Interacionista (6)	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	83,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	-7	-1,1	-5	,7	-9	2,4	-6	-4	-4	-6
Etnometodol. (13)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	92,3%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%
	-1,0	-1,6	-7	-1,0	-1,3	4,1	,2	-5	-6	-9
Teoria crítica (6)	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	-7	-1,1	-5	2,2	-9	1,6	-6	-4	-4	-6
Memória-imagin. político (7)	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	42,9%	14,3%	0,0%	0,0%	28,6%
	-7	-1,2	-5	,6	-9	,6	,8	-4	-4	2,4
Sociologia Histórica										
Histórico-interpretativa (18)	5,6%	0,0%	0,0%	22,2%	5,6%	44,4%	0,0%	5,6%	0,0%	16,7%
	-3	-1,9	-8	2,1	-8	1,1	-1,1	1,0	-7	1,8
Tipos ideais (9)	11,1%	0,0%	0,0%	66,7%	11,1%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	,4	-1,4	-6	6,2	-1	-1,0	-8	-4	-5	-7
Estruturalista (4)	25,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	1,2	-9	-4	1,2	-7	-2	1,4	-3	-3	-5
Historiográfica (10)	10,0%	10,0%	10,0%	0,0%	30,0%	20,0%	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
	,3	-7	1,0	-9	1,6	-6	,4	-5	-5	,5
Economia Política										
Instit. econômico (4)	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	25,0%	25,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%
	-6	-9	-4	1,2	,7	-2	-5	3,1	-3	-5
(Neo)desenvolvimentismo (14)	0,0%	21,4%	0,0%	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	35,7%	35,7%	0,0%
	-1,0	,1	-7	-1,1	-5	-2,1	-1,0	8,6	7,6	-9
Linguístico-interpretativas										
Hermenêutica (5)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	80,0%
	-6	-1,0	-4	-6	-8	-4	-6	-3	-4	6,6
Contextualismo linguístico (1)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	88,9%
	-8	-1,4	-6	-9	-1	-1,7	-8	-4	-5	10,0
História conceitual (7)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	-7	-1,2	-5	-8	-9	-1,5	-7	-4	-4	10,0
Análise discurso/conteúdo (11)	9,1%	18,2%	0,0%	27,3%	18,2%	9,1%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	,2	-2	-6	2,2	,6	-1,3	1,5	-5	-5	-8
Pós-moderna (14)	0,0%	0,0%	0,0%	7,1%	0,0%	57,1%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%
	-1,0	-1,7	-7	-1	-1,3	1,8	-1,0	-5	-6	4,4
Qui-quadrado: 1 356,179 V de Cramer: .516 Sig. (2-sided): .000 414 graus de liberdade.										
Nota: as seguintes abordagens foram omitidas, pelo N pequeno: (i) escolha racional: politológica (1); estatista (1) e societal (1); (ii) sistêmica: societal (1) e econômica (1); (iii) pluralismo: politicista (2) e politológica (1); (iv) <i>accountability</i> : politicista (1) e politológica (1); (v) <i>interest group theory</i> : politológica (1) e economicista (1); (vi) pragmatismo: politológica (1) e societal (1); (vii) teorias da modernização: estatal (1) e societal (2); (viii) teoria da dependência: econômico (1); (ix) semiológica: societal (1); (x) constitucionalismo: estatista (3).										

As abordagens de sociologia política parecem ignorar a política institucional. A maior proporção está em teoria das organizações, composta por 17,1% de tradições politológicas. As abordagens interacionista, etnometodológica, teoria crítica e memória-imaginário político *não tem sequer um caso* que envolva a política institucional. A abordagem praxiológica, em particular, apresenta desvio de -2,1 para “politológica”, repelindo-a, associada a desvio de 3,0⁷⁶ para “societalista”, atraindo-a, expressando oscilar entre evitar a política institucional e tratá-la como um âmbito heterônomo, dependente de fatores sociais.

⁷⁶ Os resíduos padronizados, uma espécie de medida de associação, são considerados significativos acima de 1,9. Para referir-se a eles, usa-se as expressões “desvio”, “concentração”, “atrair” e “repelir”.

As abordagens de Ciência Política são, em geral, mais ecléticas. As exceções são o neoinstitucionalismo político e o de escolha racional, que atraem fortemente instituições políticas (6,8 e 9,2) (e estatais, no caso do primeiro, com 4,1) e repelem fortemente objetos sociais (-4,3 e -3,1).

O *neoinstitucionalismo de escolha racional* é a abordagem mais identificada com uma definição estrita de ciência política: define-se por objetos politológicos e ignora ou repele os demais. Também é o caso de parte do *neoinstitucionalismo político*, dividido entre um neoinstitucionalismo de tradição estatal, geralmente empregado em estudos de políticas públicas⁷⁷, e um neoinstitucionalismo politológico. Mais eclético, o *neoinstitucionalismo histórico*, bem menos presente no campo, atrai estudos estatistas (2,6) e economicistas (2,2), de certa forma expressando sua influência weberiana e marxista.

Entre as abordagens politológicas intermediárias, note-se como *cultura política* atrai societal (2,2), enquanto o *comportamentalismo* atrai politicista (4,8), expressando, ao mesmo tempo, a singularidade deste comportamentalismo que, ao contrário do *behavioralism* original, destaca fatores comportamentais especificamente vinculados à política institucional, sem no entanto fazer concessões a fatores sociais e culturais, como cultura política, que, lembremos, é uma ramificação influenciada pelo estrutural-funcionalismo dominante na sociologia anglo-saxã (Jensen 1969).

Além do *feminismo*, as abordagens mais teóricas são eminentemente sociais – à exceção de *teoria política liberal*, expressando como, normativamente, a distância da política institucional está ligada a um posicionamento normativo e uma concepção distinta de democracia: as abordagens vinculadas a formas alternativas de participação política são mais sociais. Por sua vez, a sociologia histórica é mais eclética e eminentemente estatal, algo parecido com o *neoinstitucionalismo histórico*, também havendo maior presença da tradição idealista. *Histórico-interpretativa* é a abordagem que mais agrega propriedades heterodoxas, em um ecletismo anti-politológico. As abordagens de economia política e as linguístico-interpretativas constituem microcosmos com suas tradições correlatas.

Assim como as áreas, abordagens parecem discriminar-se em função de tradições disciplinares e, para verificá-lo, foi feito um modelo exclusivo. Os periódicos incluídos foram os mais frequentes, isto é, com no mínimo dez casos (2,7% do total), também excluídos os *outliers* *Revista de Economia Política*, *Estudos Históricos* e *Caderno CRH*. Para as abordagens, foram incluídas as com no mínimo dez casos (1,8% do total). As tradições consideradas foram estatal, estatismo, politológico, politicista, societal e societalista, excluindo-se idealismo, econômico e economicismo. Politológico intermediário foi assimilado a politológico, sem prejuízo aos resultados.

⁷⁷ Para mais detalhes sobre esse tipo de neoinstitucionalismo, aplicado ao próprio campo acadêmico, cf. Kirshbaum, Porto e Ferreira (2004).

II. Tradições disciplinares

Tabela 14. Modelo 6. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e abordagens: parâmetros das dimensões⁷⁸

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,789	2,108	,703
2	,709	1,897	,632
Total		4,005	1,335
Média	,751	2,003	,668

Gráfico 15. Modelo 6. Gráfico fatorial das distâncias entre tradições disciplinares, periódicos e abordagens

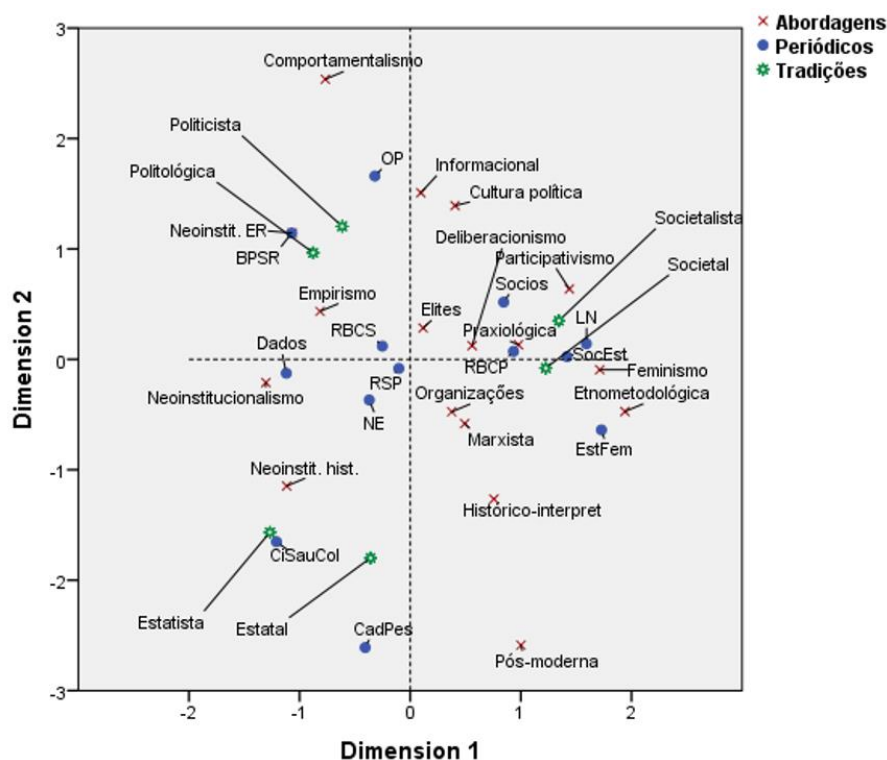


Gráfico 16. Modelo 6. Plotagem das tradições

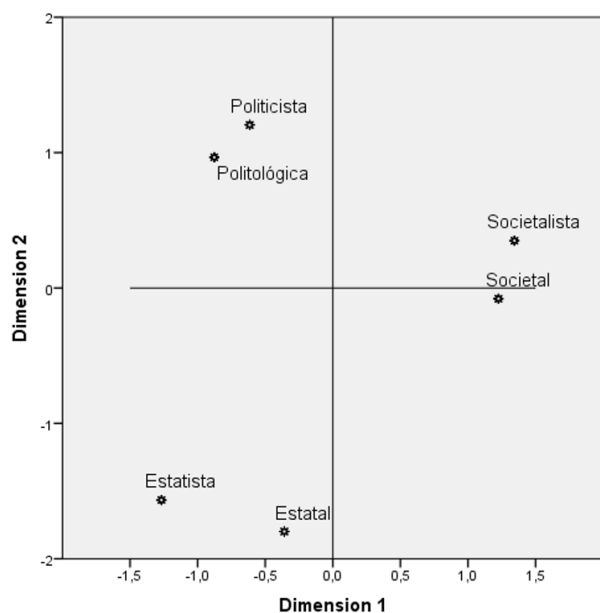
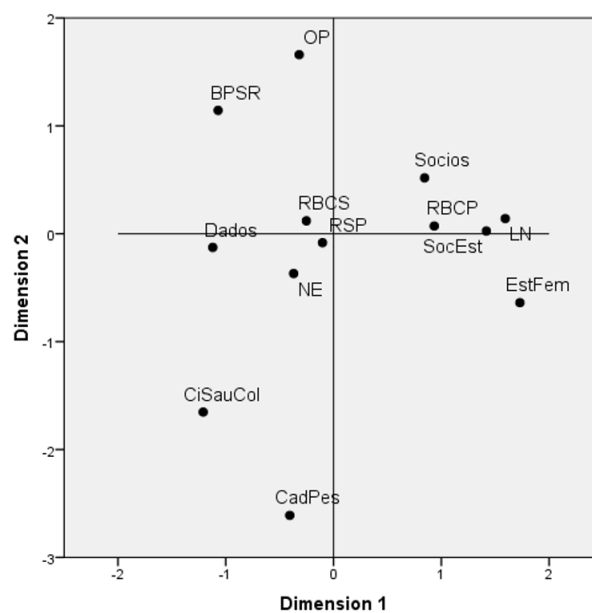
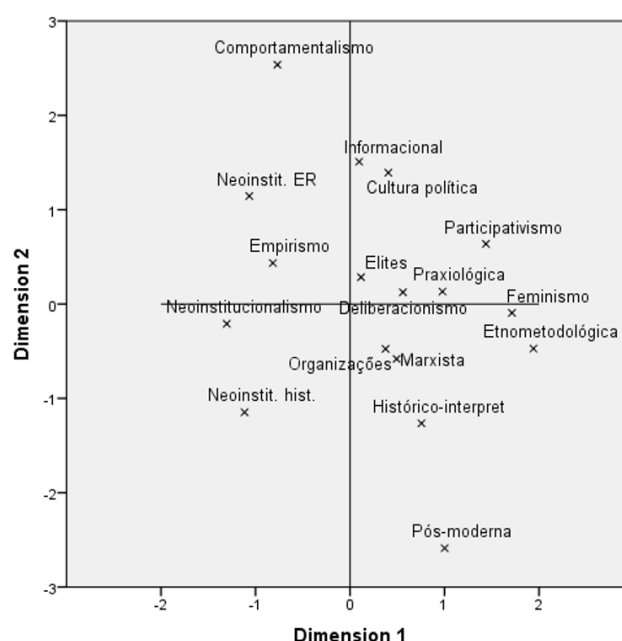


Gráfico 17. Modelo 6. Plotagem dos periódicos



⁷⁸ A distribuição de frequências e medidas de associação das tradições disciplinares nas abordagens podem ser consultados no Apêndice 5, Seção 5. A tradição societal predomina na produção. A normalização é simétrica.

Gráfico 18. Modelo 6. Plotagem das abordagens



Na primeira dimensão, o polo societal-societalista, concentrado à direita no gráfico, ao longo da primeira dimensão, opõe-se ao polo politológico-politicista, na diagonal superior esquerda, e ao estatal-estatista, na diagonal inferior esquerda. Na segunda dimensão, o polo estatal-estatista opõe-se ao politológico-politicista. Tem-se, assim, três polos gerando a estrutura.

Essa estrutura de oposições é homóloga ao modelo das áreas, no sentido de que o polo estatal-estatista representa políticas públicas (com *Ciência e Saúde Coletiva* e *Cadernos de Pesquisa*), estando relativamente destacado da estrutura principal, baseada na oposição politológica-societal. Veja-se como o polo estatal-estatista é mais ou menos equidistante aos dois polos opostos, nos quais se concentram a maior parte das categorias, semelhante ao padrão de partição visto na estrutura das áreas (II.2.2).

Além disso, o neoinstitucionalismo de escolha racional (neoinstitucionalismo ER) sobrepõe-se a *Brazilian Political Science Review*, que formam o polo politicista-politológico, junto do empirismo politológico⁷⁹. O neoinstitucionalismo também é atraído pelo polo estatista, por sua presença em *Ciência e Saúde Coletiva*, isto é, o neoinstitucionalismo político envolve instituições da política institucional e também instituições estatais, em especial agências responsáveis pela implementação de políticas. Sendo mais próximo de “estatista” (âmbito estatal tratado autonomamente) do que de “estatal” (estatal e fatores híbridos), reforça-se a tendência em ressaltar a autonomia das instituições.

Assim, há dois empregos do institucionalismo, um principal, aplicado à política institucional, associado a *Dados*, e outro aplicado às instituições do Estado, em particular estudos de políticas públicas – tendência que se aprofunda no neoinstitucionalismo histórico, indo ao encontro da tradição da Ciência Política estadunidense, em que o conceito de *path dependence* é muito aplicado na reconstrução da trajetória de políticas públicas (Amenta & Ramsey 2010, p. 23).

⁷⁹ O empirismo politológico submete dados politológicos autoevidentes a testes estatísticos. Para definições e referências das abordagens nominais, conferir o Apêndice 2, Seção 2.7.3.

O comportamentalismo, posicionado na diagonal superior esquerda, representa uma forma politológica específica, “intermediária”, que no modelo foi assimilada a politológico. Por ainda manter-se relativamente distante de politológico, o comportamentalismo pede por uma tradição específica – e representa isoladamente essa tradição. Mas não se trata de um *outlier*. É relativamente próximo de *Opinião Pública*, e aqui muito bem representado (Tabela 13), e relativamente próximo da abordagem informacional – de certa forma, o comportamentalismo tornou parte da Ciência Política receptiva a fatores psicológicos e psicossociais, o que pode explicar o crescimento de abordagens cognitivistas na Ciência Política estadunidense. Sua distância do centro, no entanto, indica seu relativo isolamento.

A posição de cultura política, entre o comportamentalismo e a tradição societalista, expressa muito bem a formação de seus autores principais, originalmente comportamentalistas, como Gabriel Almond, que sob influência do estrutural-funcionalismo parsoniano passam a ter contato com Weber, atribuindo uma orientação mais sociológica ao psicologismo do comportamentalismo original e sua espécie de delírio cientificista, expressado no “átomo do comportamento observável” da nova *Political Science* (Almond 1991, p. 65-71), que vai sendo progressivamente modificado por atitudes e inclinações comportamentais norteadas por valores e convenções culturais – isto é, secciona-se em um culturalismo subjetivista chamado de “cultura política”. Por esse motivo está mais próximo do *mainstream*, ao contrário do comportamentalismo.

Veja-se, também, como as variantes mais críticas de teoria política democrática, como o participativismo e o deliberacionismo, são abordagens societais, baseadas em autores desvinculados do *mainstream* da Ciência Política empiricamente orientada, inclusive de forte inclinação sociológica, como Habermas. Feminismo e etnometodológica são as abordagens mais societais. *Lua Nova*, *Sociedade e Estado* e *Estudos Feministas* completam o extremo societal.

Veja-se como a abordagem praxiológica, embora de inclinação societal, aproxima-se da origem do gráfico, indicando que seu arranjo teórico-metodológico eventualmente considera fatores politológicos. Contudo, apesar da declarada “autonomia relativa” do campo político, nos estudos reais acaba-se por se privilegiar objetos e fatores societais.

Mas é elites a mais politológica das abordagens originalmente societais. Sua posição é também icônica do processo de diferenciação entre sociologia política e ciência política, em que se aproxima da tradição politológica à medida que passa a estudar elites propriamente políticas, em uma espécie de acesso à fração mais valorizada da disciplina⁸⁰.

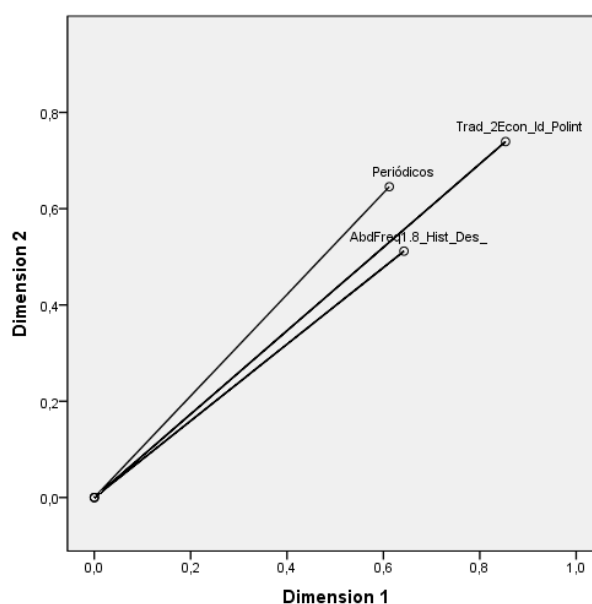
Já a abordagem pós-moderna, na diagonal inferior direita, é um *outlier* e não se encaixa em nenhum grupo. Caso tratássemos da Sociologia, provavelmente haveria mais proximidade entre feminismo e pós-moderna – e isso mostra que, na Ciência Política, *o feminismo está mais vinculado à tradição de pensamento democrático, estando mais distante das orientações teóricas dos pensadores pós-modernos*.

Quanto às medidas de discriminação, as três variáveis contribuem para ambas as dimensões, formando a oposição tripartite observada:

⁸⁰ Não é coincidência a abordagem de elites valer mais do que as abordagens sociológicas, como veremos no Capítulo V, Seção V.2.3.

II. Tradições disciplinares

Gráfico 19. Modelo 6. Medidas de discriminação



Resumo

Os modelos podem ser assim resumidos:

Tabela 15. Resumo dos modelos. Periódicos, áreas, abordagens nominais e tradições disciplinares

Modelo	Variáveis	Fatores 1ª dimensão	Fatores 2ª dimensão	Microcosmos Outliers
1	(a) Periódicos (b) Áreas	(i) Polo religião ⁸¹ x outros	(i) Polo políticas públicas ⁸² x outros	- Polo religioso
2	(a) Periódicos (b) Áreas (mais frequentes)	(i) Polo políticas públicas x outros	(i) <i>Opinião Pública</i> , "Estudos eleitorais e partidos políticos" e "Atitudes e comportamento político" x <i>Lua Nova</i> e "Pensamento político brasileiro" ⁸³	- Polo econômico ⁸⁴
3	(a) Periódicos (mais frequentes) (b) Classes de áreas	(i) Instituições políticas x outros	(i) "Comportamento político" x "Estado e sociedade civil" e "Teoria, métodos e ideias" ⁸⁵	
4	(a) Periódicos (b) Áreas (c) Tradições disciplinares	(i) Polo econômico x outros (<i>outlier</i>) (ii) Estatal x político-societal	(i) Grupo idealismo x outros (ii) Societal x político	- Polo econômico - Polo religioso - Polo idealista ⁸⁶ - <i>Tempo Social</i>
5	(a) Periódicos (mais freq.) (b) Áreas (mais freq.) (c) Tradições disciplinares	(i) Polo políticas públicas + estatal x outros	(i) Político x societal	
6	(a) Periódicos (mais freq.) (b) Abordagens (mais freq.) (c) Tradições disciplinares	(i) Político x societal	(i) Estatal x politológico	- Abordagem pós-moderna

⁸¹ Composto pelo periódico *Religião e Sociedade* e a área "religião e política".

⁸² Composto por *Ciência e Saúde Coletiva*, *Cadernos de Pesquisa* e "governo, burocracia e políticas públicas", associado às tradições estatal e estatismo. É importante lembrar que a *área* de políticas públicas não se reduz ao *polo* de políticas públicas, isto é, estudos de políticas públicas associados a *Cadernos de Pesquisa*, *Ciência e Saúde Coletiva*, estatal e estatismo.

⁸³ Categorias estruturam-se implicitamente segundo oposições político-societal e empírico-teórico/ideal.

⁸⁴ Composto pela *Revista de Economia Política*, a área "política e economia" e a tradição economicista. Constitui a terceira dimensão do modelo: grupo econômico x outros.

⁸⁵ Categorias estruturam-se implicitamente segundo oposições político-societal e empírico-teórico/ideal.

⁸⁶ Composto pela tradição idealista, *História* e as áreas "história das ideias" e "pensamento político brasileiro". A associação com "revoluções e conflitos civis" é pouco significativa, dada o N muito pequeno dessa área (3).

II.4. O que é mais importante: áreas ou abordagens?

Tanto aqui como nos Estados Unidos trabalhos sobre a produção da Ciência Política tendem a concentrar-se ou em áreas ou em abordagens teórico-metodológicas (incluindo-se, eventualmente, abordagens nominais). Qual seria mais importante na organização do campo?

Grant (2004) apresenta uma análise da produção da Ciência Política estadunidense na qual a “estrutura organizacional” da disciplina é mais importante do que divisões teórico-metodológicas, isto é, entre abordagens “soft” (humanísticas, filosóficas) e “hard” (científicas, quantitativas) que, a seu ver, dominava os diagnósticos sobre a Ciência Política desse país⁸⁷. No caso, a estrutura organizacional corresponde às seções da American Political Science Association (APSA). No caso brasileiro, seu equivalente mais próximo seriam as Áreas Temáticas (ATs) dos Encontros da ABCP. Em outras palavras, áreas temáticas seriam mais importantes do que abordagens na estruturação do campo⁸⁸.

Ora, é lógico que em uma disciplina altamente institucionalizada como a Ciência Política estadunidense as áreas temáticas, como “American Politics” e “Comparative Politics”, sejam mais eficazes do que abordagens na estruturação do campo *em sua dimensão institucional*, já que os objetos de estudo, a raiz das áreas temáticas, são, provavelmente, a categoria mais institucionalizado do campo de produção. Ao tomar como referência as filiações dos cientistas políticos às seções da APSA, Grant (*idem*) toma essas divisões institucionais como substrato para elaborar um retrato da dimensão institucional da Ciência Política estadunidense. Nessas circunstâncias, o modelo, é claro, destacará divisões temáticas – que, na produção acadêmica, referem-se aos objetos de estudo. As *maneiras de abordar* esses objetos são relegadas a um segundo plano.

É importante aproveitar esse ponto para atentar a uma confusão frequente, que consiste em não identificar o nível de objetividade de áreas temáticas e abordagens na estrutura de um campo acadêmico: os objetos/temas definem *recortes* institucionalizados de investigação, enquanto as abordagens, dentro daqueles recortes, influenciam a *visão* que se terá dos objetos.

As duas coisas, é claro, estão interligadas: certos objetos e temas estão associados a certas abordagens, como estudos eleitorais e métodos quantitativos, relações intergovernamentais e neoinstitucionalismo, atitudes e cultura política ou feminismo e movimentos sociais. A concepção do objeto, aliás, depende de abordagens e tradições que, em função do choque e do intercâmbio de ideias e da atuação de influências exógenas, delimitam o objeto que, por sua vez, vai ganhando corpo, influência e persistência até definir novas fronteiras institucionalizadas no campo de produção.

Por isso, as áreas estão mais vinculadas à dimensão organizacional da disciplina (instituições objetivadas), enquanto as abordagens mais se referem à dimensão intelectual, cognitiva (instituições incorporadas). Por esse mesmo motivo, é mais fácil, metodologicamente, identificar e reconstruir as áreas – assim como é mais fácil identificar e medir instituições formais do que instituições informais.

⁸⁷ Esse esquema foi originalmente proposta por Almond (1990).

⁸⁸ Isso também faz mais sentido no caso estadunidense, em que as seções da APSA, mais institucionalizadas, exercem mais influência sobre o campo de produção.

III

Tradições intelectuais

Este capítulo demonstra o papel das tradições intelectuais na estruturação do campo de produção. Assim como no capítulo anterior, o campo é reconstruído identificando-se um espaço relacional de distâncias e oposições entre categorias. A seguir, são identificadas as dimensões e os fatores responsáveis por determiná-lo.

A análise toma como base e aprofunda a estrutura recém-identificada, incorporando variáveis que compõem tradições intelectuais. Em primeiro lugar, inclui-se a *natureza do objeto*, medindo a influência da oposição empírico-teórico. A seguir, são incluídos os *estilos cognitivos* (literário, acadêmico, erístico, simbólico e militante), as principais categorias usadas para distinguir as tradições científica e humanística. Por último, considera-se o *escopo do argumento* (nomotético-idiográfico) e sua *amplitude* (agente-estrutura)⁸⁹.

III.1. Natureza do objeto

III.1.1. Na estrutura de áreas e periódicos

Um objeto é empírico quando se estuda um observável direto ou indireto e teórico quando o objeto são termos que fazem referência a teoria (geralmente conceitos). Foram considerados empíricos os constructos operacionalizados mediante evidências empíricas, isto é, dados oriundos da observação de objetos tangíveis⁹⁰. Um objeto linguístico-ideal é uma construção linguística, como um discurso ou um texto, passível de observação direta ou indireta através de métodos interpretativos ou de análise de conteúdo.

É importante enfatizar que um trabalho ser empírico não quer dizer que não esteja baseado em teoria, que não implique a construção de teorias ou que seja destituído de propósitos ou implicações nomotéticas. Em outras palavras, não equivale a *empiricismo*, no sentido de uma abordagem infensa a considerações teóricas, limitada à descrição dos dados imediatos da experiência.

As quantificações do modelo são as seguintes⁹¹:

Tabela 16. Modelo 7. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões⁹²

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,778	2,077	,692
2	,588	1,644	,548
Total		3,721	1,244
Média	,694	1 860	,620
Normalização simétrica.			

⁸⁹ Para definições mais precisas consultar o Apêndice 2, Seções 5 e 6.

⁹⁰ Para mais detalhes, conferir o Apêndice 2, Seções 8 e 9.

⁹¹ Para frequências e associações entre natureza do objeto e periódicos e áreas, cf. Apêndice 5, Seções 6 e 7.

⁹² As coordenadas das categorias de cada variável podem ser consultadas no Apêndice 4, Seção 4.

Em primeiro lugar, o alfa da segunda dimensão é inferior a .70, enquanto as medidas de discriminação (Gráfico 23) são bastante elevadas para as duas variáveis que contribuem à segunda dimensão ($>0,8$). Isso indica a existência de mais de um fator determinando a segunda dimensão – e, como veremos, é este o caso. O *eigenvalue* e a inércia do modelo são expressivos.

Gráfico 20. Modelo 7. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, periódicos e áreas⁹³

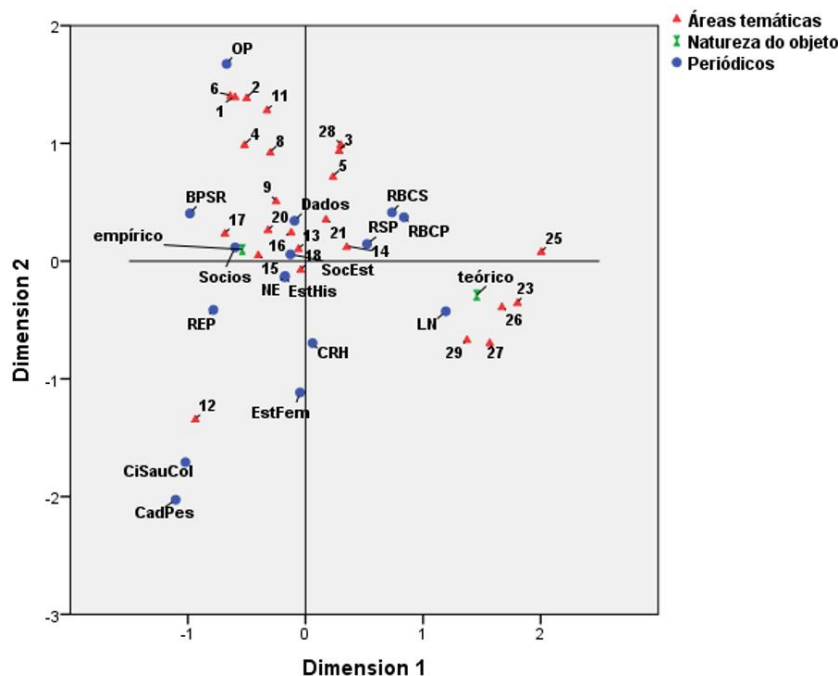


Gráfico 21. Modelo 7. Plotagem das áreas

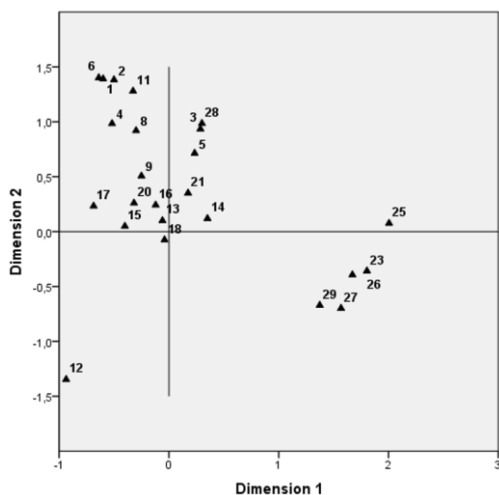
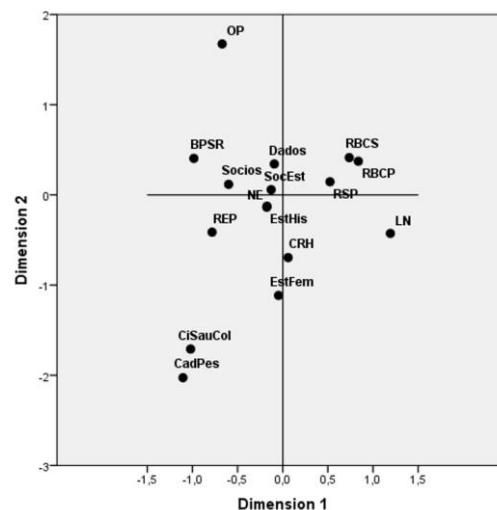


Gráfico 22. Modelo 7. Plotagem dos periódicos



⁹³ Áreas temáticas: 1. Estudos eleitorais e partidos políticos; 2. Atitudes e cultura política; 3. Comunicação política e opinião pública; 4. Instituições participativas; 5. Estudos do Legislativo; 6. Relações Executivo-Legislativo; 7. Relações intergovernamentais; 8. Sistemas eleitorais e sistemas partidários; 9. Sistemas governamentais; 10. Instituições governamentais específicas; 11. Análise do processo decisório; 12. Governo, burocracia e políticas públicas; 13. Estudos do poder local; 14. Estrutura e transformação do Estado; 15. Política e economia; 16. Recrutamento político, jurídico e burocrático; 17. Classes sociais e grupos de interesse; 18. Movimentos, organizações e atores coletivos; 19. Revoluções e conflitos civis; 20. Segurança pública; 21. Política, direito e judiciário; 22. Religião e política [omitido]; 23. Teoria política democrática; 24. Teoria política clássica; 25. Teoria política moderna; 26. Teoria política contemporânea; 27. História das ideias; 28. Metodologia; 29. Pensamento político brasileiro.

Os gráficos mostram um grupo, teórico, no quadrante direito, e os demais, empíricos, próximos ao centro e no quadrante esquerdo. A nuvem de pontos associada a empírico é mais próxima do centro, indicando seu estabelecimento como *mainstream*⁹⁴. A oposição é mais forte do lado teórico, isto é, mais forte da periferia em relação ao centro.

A oposição entre empírico e teórico segue uma lógica análoga à oposição de um grupo *outsider* em relação ao grupo estabelecido. Ao estabelecer-se, ao transformar-se em norma, o grupo dominante diminui sua oposição em relação a seus adversários, enquanto mantém-se ou aumenta a oposição por parte dos grupos subalternos. Detendo a maior parte dos recursos em jogo (em parte por definir quais são eles), a posição dominante estabelece naturalmente uma inércia (no sentido sociológico do termo), fazendo com que as “regras do jogo” lhes favoreçam, naturalmente resistindo às investidas dos grupos subalternos e, assim, sem precisar mobilizar-se da mesma forma para modificar a estrutura – ou simplesmente para não serem excluídos dela. Tudo se passa como se a dinâmica do campo funcionasse de acordo com uma moeda e um câmbio favoráveis à posição dominante, não sendo necessário investir quantidade equivalente de energia e recursos para ocupar a posição desejada. Por outro lado, no contrafluxo, as posições periféricas têm de investir mais para lidar com uma economia que lhes é desfavorável, aturando inclusive os prejuízos morais associados às posições subalternas.

Mas há uma espécie de equilíbrio desigual que pode ser atingido: *o estabelecimento de uma das frações também pode implicar o insulamento da fração periférica, atenuando as oposições*. Isso envolve certa aceitação de sua posição, por parte dos dominados, desde que lhes sejam garantidos um volume mínimo de espaço e recursos. Assim, *a distância estatística pode significar oposição ativa por parte do grupo periférico – ou seu insulamento*. Como veremos nas medidas de discriminação, a contribuição das áreas para a primeira dimensão é bastante expressiva, atestando, tacitamente, a força da oposição dos objetos teóricos em relação ao resto do campo – bem como o relativo insulamento e autossuficiência da teoria democrática. Assim, retomando a metáfora, por um lado há posições teóricas ativamente opostas ao fluxo; por outro, há um núcleo teórico, representado sobretudo pelas áreas de teoria democrática, que fincaram nodos ou desvios nas margens do fluxo principal, garantindo-lhes um espaço próprio, uma espécie de porto seguro.

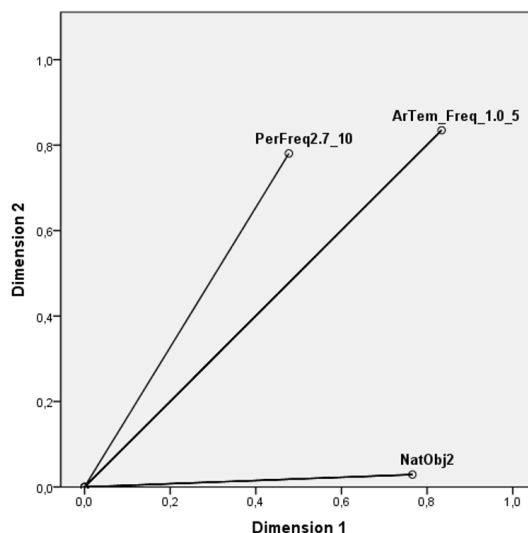
Analogamente à estrutura de áreas, periódicos e tradições disciplinares (Capítulo II, Seção II.2), a segunda dimensão é estruturada em função da proximidade/distanciamento em relação ao polo de políticas públicas, que é estatal e empírico⁹⁵, representado no gráfico pelos periódicos *Ciência e Saúde Coletiva* e *Cadernos de Pesquisa*.

Os fatores e dimensões podem ser assim sintetizados:

⁹⁴ Objetos empíricos envolvem 73,7% da produção; teóricos, 22,6%. Consultar o Apêndice 5, Seção 6. Oliveira e Nicolau (2014, p. 12) chegaram a resultados semelhantes.

⁹⁵ Cf. Apêndice 5, Seções 3, 4, 6 e 7.

Gráfico 23. Modelo 7. Medidas de discriminação para natureza do objeto, periódicos e áreas



A oposição empírico-teórica (natureza do objeto, “NatObj2”) define a primeira oposição, e as demais variáveis dispõem-se no campo em função dessa variável. Em outras palavras, *a variável “natureza do objeto” é, ela própria, um fator que determina uma dimensão* – a primeira, isto é, a mais importante na explicação da variância observada e, assim, na determinação da estrutura do campo. Áreas temáticas discriminam-se e contribuem para determinar ambas as dimensões. Periódicos definem e discriminam-se mais a segunda.

Mas quais seriam os fatores que através da variável “periódicos” determinam a segunda dimensão?

Sabe-se que são as características assimiladas às categorias que atuam como fatores, contribuindo para determinar a dimensão – e, assim, para a discriminação de todas as categorias do modelo. Sabe-se também que as áreas determinam em grande medida a segunda dimensão. Como os periódicos discriminam-se mais nessa dimensão, as áreas são um importante fator nos periódicos. Por sua vez, observando-se os periódicos, sabe-se que há uma oposição entre políticas públicas e os demais: a correspondência entre periódicos e áreas (II.1) confirma que os periódicos estão se estruturando pelo distanciamento/proximidade de políticas públicas, e entre estas e *Opinião Pública*. E como já sabemos que áreas e periódicos discriminam-se em função de tradições disciplinares – estatal no polo das políticas públicas, político-social no *mainstream* – tradições intelectuais provavelmente também estão discriminando os periódicos. *Periódicos discriminam-se, em primeiro lugar, em função de áreas e tradições e, em segundo, pela natureza do objeto (empírico ou teórico).*

Isso também esclarece o alfa de .588 na segunda dimensão. Há certa justaposição conceitual entre áreas temáticas e tradições disciplinares: ambas são largamente definidas pelo âmbito do objeto (societal, política institucional, estatal, ideal), havendo certa redundância entre periódicos e áreas temáticas quando tomados como fatores, já que as tradições, o fator latente, discrimina ambas. Parte dos dois fatores que constituem a dimensão são, na verdade, um fator latente comum.

É oportuno, afinal, incluir natureza do objeto e tradições disciplinares em um único modelo e verificar sua influência sobre a estrutura de áreas e periódicos.

III.1.2. Em áreas e periódicos, com tradições disciplinares

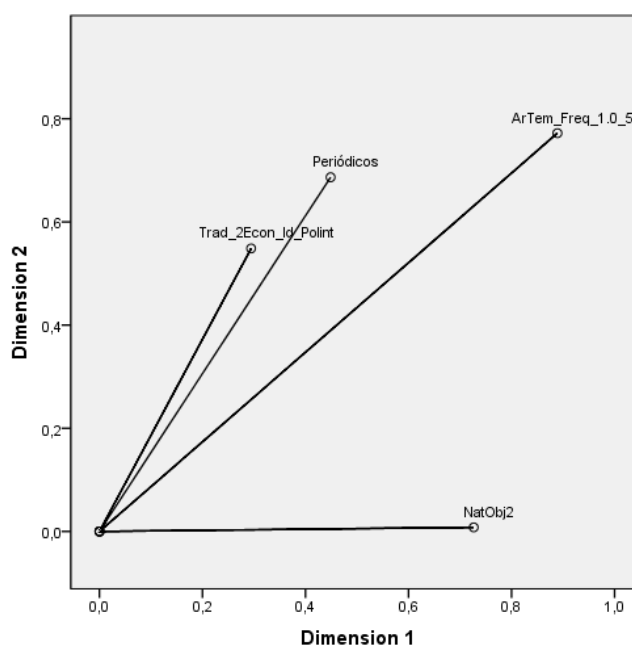
À exceção da exclusão da *Revista de Economia Política*, os parâmetros são os mesmos do modelo anterior, com a inclusão das tradições disciplinares. Os resultados são os seguintes:

Tabela 17. Modelo 8. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões⁹⁶

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,769	2,364	,591
2	,671	2,012	,503
Total		4,375	1,094
Média	,724 ^a	2,188	,547

Normalização simétrica.

Gráfico 24. Modelo 8. Medidas de discriminação



A natureza do objeto (NatObj2) novamente confunde-se com a primeira dimensão. A novidade são as tradições disciplinares (Trad...), que se deslocam à segunda dimensão – explicitando o fator latente que operava no modelo anterior. Periódicos e áreas temáticas (ArTem...) são as variáveis que mais discriminam ambas as dimensões. Grande parte dessa discriminação está associada às tradições disciplinares e a natureza do objeto. Em outras palavras, parte da variância de periódicos e áreas temáticas independe de ambos, como é esperado. Veja-se a atuação desses fatores na estruturação do campo:

⁹⁶ O alfa da segunda dimensão fica um pouco abaixo do patamar considerado ideal (Tavakol & Dennick 2011, p. 53). Os valores foram maiores do que do teste anterior entre natureza do objeto, áreas e periódicos, já que agora as tradições foram incluídas no modelo. O modelo tem ampla variância inteligível (medida pelo *eigenvalue*) e as duas primeiras dimensões explicam 25% dessa variância (1 094 de 4 375), algo entre 70% a 80% com inércia ajustada, com base em Glynn (no prelo, p. 164-166). As coordenadas de cada categoria podem ser consultadas no Apêndice 4, Seção 5.

III. Tradições intelectuais

Gráfico 25. Modelo 8. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas⁹⁷

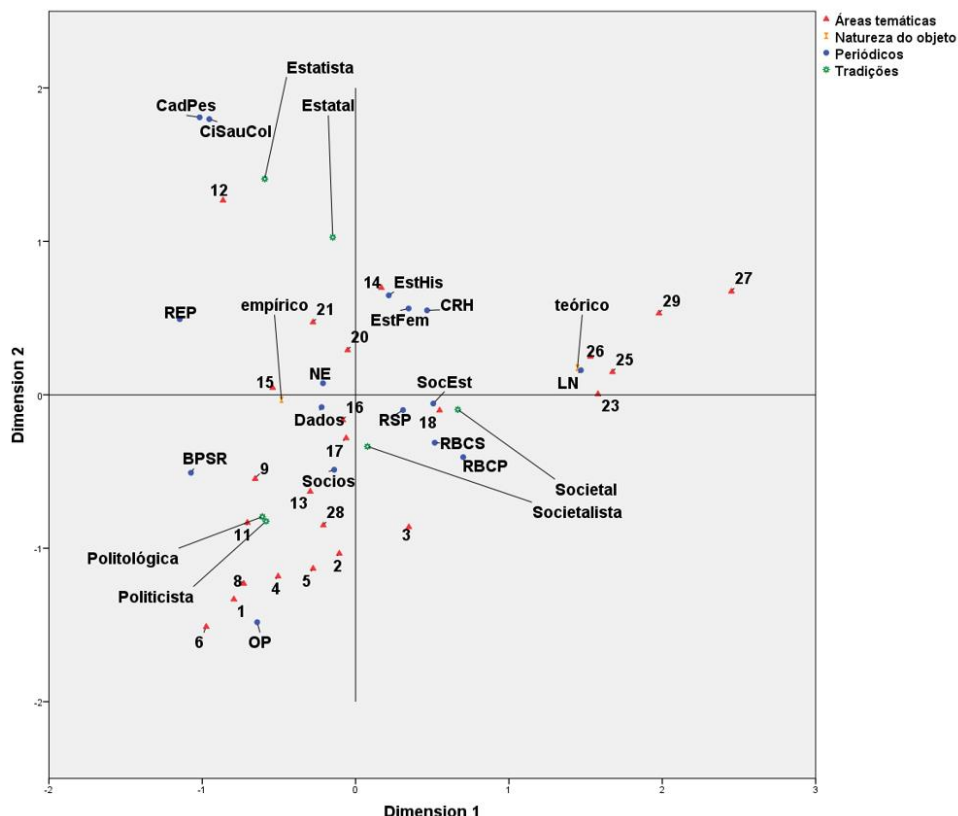


Gráfico 26. Modelo 8. Plotagem dos periódicos

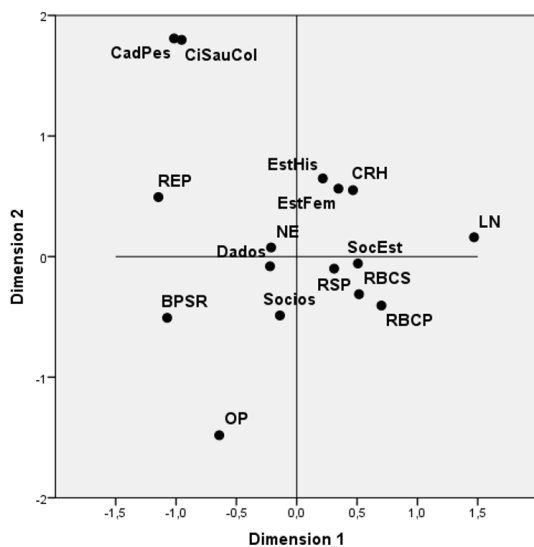
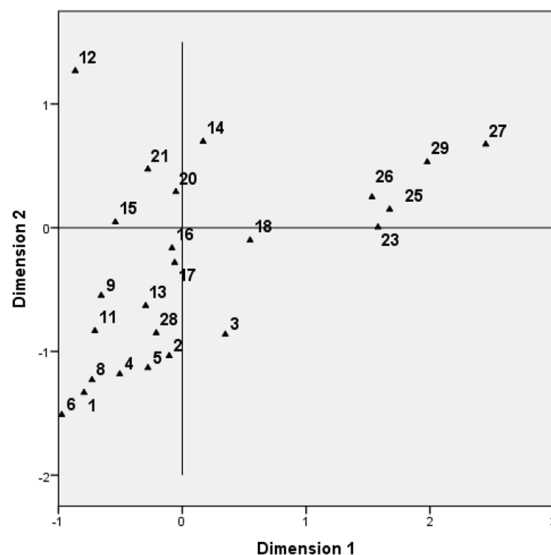


Gráfico 27. Modelo 8. Plotagem das áreas



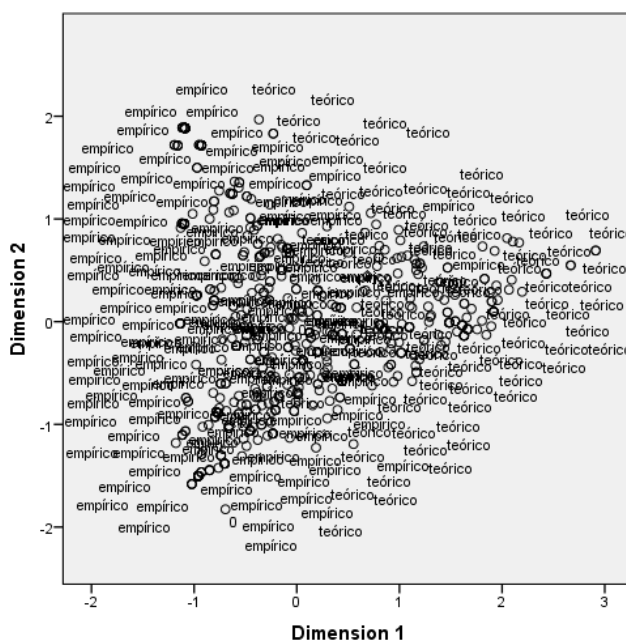
⁹⁷ Áreas temáticas: 1. Estudos eleitorais e partidos políticos; 2. Atitudes e cultura política; 3. Comunicação política e opinião pública; 4. Instituições participativas; 5. Estudos do Legislativo; 6. Relações Executivo-Legislativo; 7. Relações intergovernamentais; 8. Sistemas eleitorais e sistemas partidários; 9. Sistemas governamentais; 10. Instituições governamentais específicas; 11. Análise do processo decisório; 12. Governo, burocracia e políticas públicas; 13. Estudos do poder local; 14. Estrutura e transformação do Estado; 15. Política e economia; 16. Recrutamento político, jurídico e burocrático; 17. Classes sociais e grupos de interesse; 18. Movimentos, organizações e atores coletivos; 19. Revoluções e conflitos civis; 20. Segurança pública; 21. Política, direito e judiciário; 22. Religião e política [omitido]; 23. Teoria política democrática; 24. Teoria política clássica; 25. Teoria política moderna; 26. Teoria política contemporânea; 27. História das ideias; 28. Metodologia; 29. Pensamento político brasileiro.

Como no modelo anterior, demonstra-se que, embora relevante, a oposição entre empírico e teórico depende do insulamento das áreas de teoria política.

Diferentemente da oposição político-societal, que atravessa o campo, a oposição empírico-teórico é uma oposição entre uma parcela dominante, um *mainstream*, e uma subárea destacada, o polo teórico. Por ser “teórico” a determinar a oposição, “empírico” está mais próximo da origem.

Esses resultados podem ser comparados à estrutura da Ciência Política estadunidense identificada por Tobin Grant (2004, p. 24), na qual a seção *political philosophy*, da APSA, ocupa uma região à parte. Uma boa forma de visualizar a oposição é por meio da nuvem de pontos, mostrando a dispersão de todos os casos (artigos), rotulados com sua respectiva categoria (objeto empírico ou teórico):

Gráfico 28. Modelo 8. Distribuição de casos “teóricos” e “empíricos” na correspondência entre natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas



Veja-se como os pontos “teóricos” são deslocados do centro, produzindo um desvio no campo com um número relativamente reduzido de elementos: oposição por uma minoria.

Outro ponto a ser destacado é que *a divisão empírico-teórico reproduz-se dentro das áreas sociais*: o fato das áreas de teoria política serem eminentemente sociais faz com que o ponto que representa a tradição societal aproxime-se do polo teórico. Essa oposição entre áreas sociais empíricas e áreas sociais teoricamente orientadas é clara nas áreas de teoria política, posicionadas à direita no gráfico, e as áreas sociais empiricamente orientadas, como “recrutamento político...” (16) e “segurança pública” (20), à esquerda.

Em outras palavras, os princípios de divisão interagem. Empírico-teórico atua dentro das tradições disciplinares. De oposições isoladas, como politológico x societal, empírico x teórico, tem-se interações, como societal empírico x societal teórico – até o extremo, quando as oposições se multiplicam, como politológico-empírico x societal-teórico.

Além disso, a determinação da primeira dimensão pela variável “natureza do objeto” produz uma espécie de anomalia na estrutura da segunda dimensão, quando comparado ao

Modelo 5, sem essa variável (I.2.2, Gráfico 5): lá, a oposição político-societal distribuíva claramente as categorias na segunda dimensão e o subgrupo estatal-estatista era um microcosmo que se opunha em relação aos demais em uma dimensão exclusiva (a primeira). Agora, com a oposição empírico-teórica definindo a primeira dimensão, a segunda dimensão condensou ambas as oposições de tradições disciplinares em um só eixo.

Isso reforça o que já foi dito a respeito do polo de políticas públicas (CadPes, CiSauCol, “Governo, burocracia e políticas públicas”, estatal e estatismo): ele é importante no campo, mas constitui um universo à parte – assim como o polo teórico.

Por fim, a área “história das ideias” (número 29, Gráfico 27) é um *outlier* que corresponde a objetos linguístico-ideais, uma categoria de natureza do objeto omitida do modelo. “Pensamento político brasileiro”, com certa proximidade com “teórico”, também está associado a objetos linguístico-ideais⁹⁸. Trata-se do polo linguístico-ideal.

III.1.3. Em abordagens e periódicos, com tradições disciplinares

O teste seguinte demonstrou que natureza do objeto e tradições disciplinares também discriminam abordagens nominais. Os seguintes parâmetros foram utilizados: periódicos e abordagens mais frequentes ($\geq 2,7\%$ e $\geq 1,8\%$ dos casos, respectivamente). A abordagem historiográfica, um *outlier*, foi excluída. O (neo)desenvolvimentismo compõe o polo econômico já visto na estrutura de áreas, que engloba a *Revista de Economia Política* (I.2.1, Modelo 2), também excluído do modelo. A natureza do objeto foi restrita a empírico e teórico, excluindo-se linguístico-ideal. Linguístico-ideal forma um grupo com as abordagens história conceitual, contextualismo linguístico (excluídas pelo critério de frequência), a área “história das ideias” e *Estudos Históricos*. Este periódico não foi excluído do modelo por estar associado à tradição estatal, compondo a estrutura principal. Os resultados são os seguintes⁹⁹:

Tabela 18. Modelo 9. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, tradições, periódicos e abordagens: parâmetros das dimensões¹⁰⁰

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,743	2,259	,565
2	,598	1,814	,453
Total		4,073	1,018
Média	,679	2,036	,509
Normalização simétrica.			

⁹⁸ Consultar o Apêndice 5, Seção 7.

⁹⁹ A distribuição de frequências e medidas de associação podem ser consultadas no Apêndice 5, Seção 7 que, entre outros detalhes, mostra que as áreas de teoria política são eminentemente teóricas – identificando uma tradição societal e teórica dentro da Ciência Política.

¹⁰⁰ O alfa aumenta quando adicionamos as tradições disciplinares ao modelo, isto é, quando elas são explicitadas, deixando de ser um fator latente. No caso das áreas, o alfa da segunda dimensão aumentou de .588 (III.1.1, Tabela 16) para .671 (III.1.2, Tabela 17). No entanto, no modelo atual, relativo às abordagens e já contando com as tradições disciplinares, o valor de .598 é inferior ao das áreas com os mesmos parâmetros. Isso indica que a sobreposição entre tradições disciplinares e abordagens é maior ou há algo mais, não identificado, interferindo na interação entre periódicos, abordagens e tradições na segunda dimensão. Ainda assim, os valores de discriminação validam o alfa “razoável”. Os demais valores são semelhantes e a inércia é expressiva.

III. Tradições intelectuais

Gráfico 29. Modelo 9. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, tradições, periódicos e abordagens

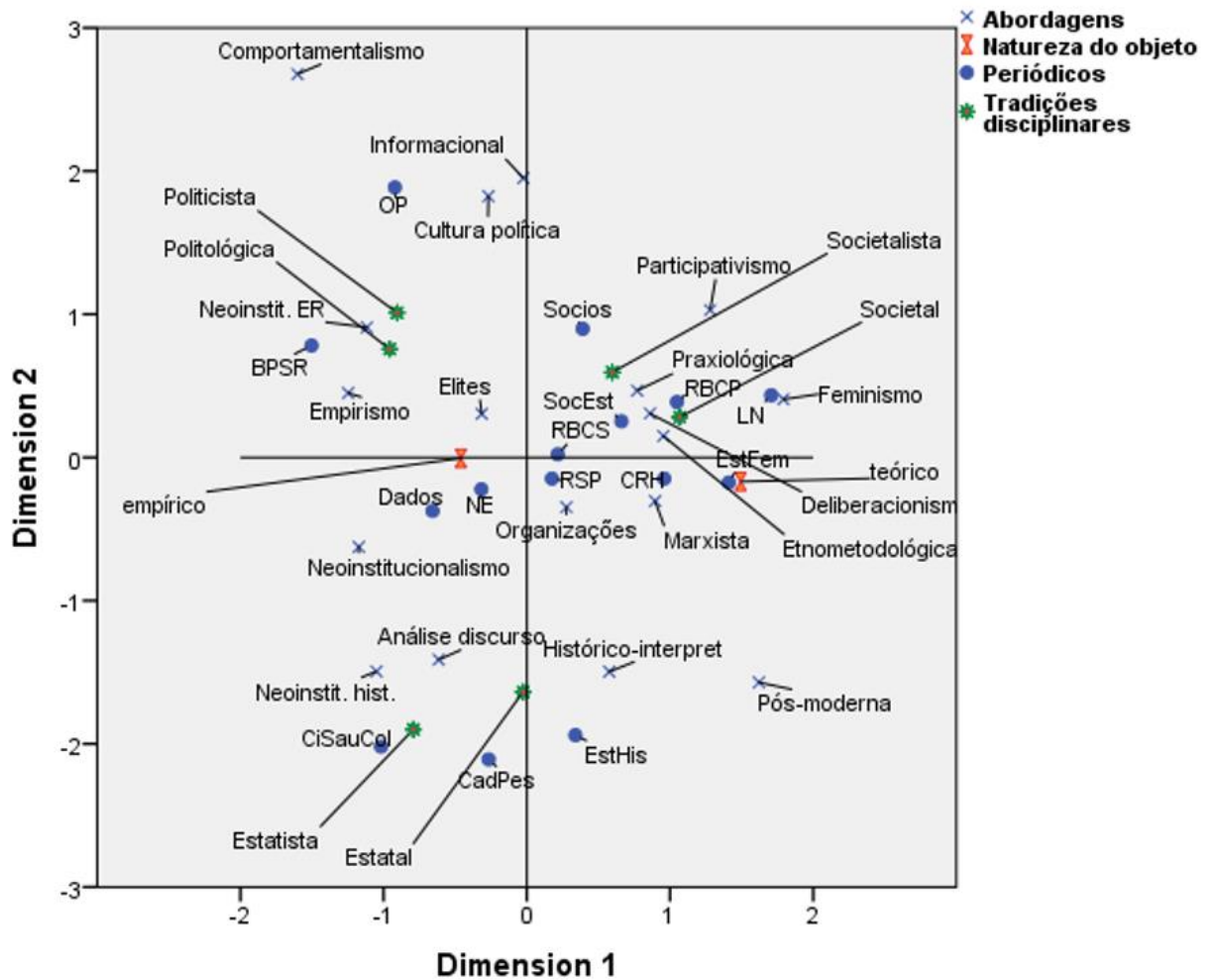


Gráfico 30. Modelo 9. Plotagem dos periódicos

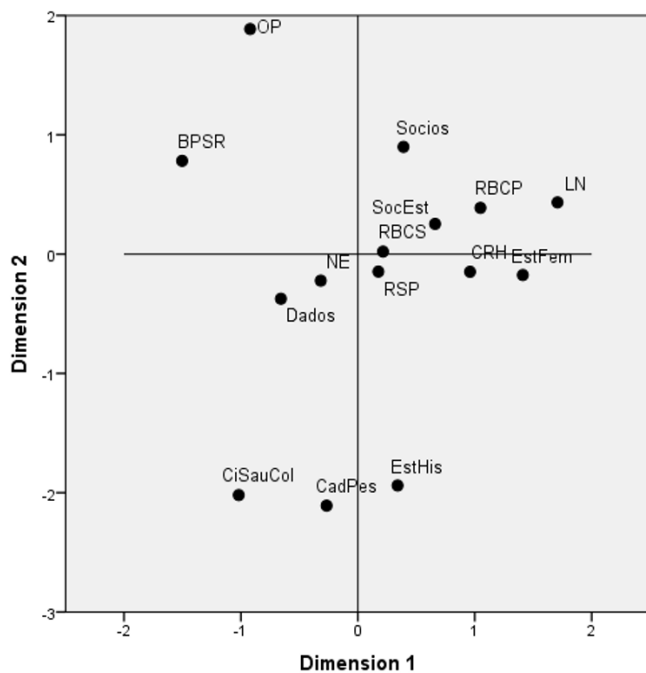
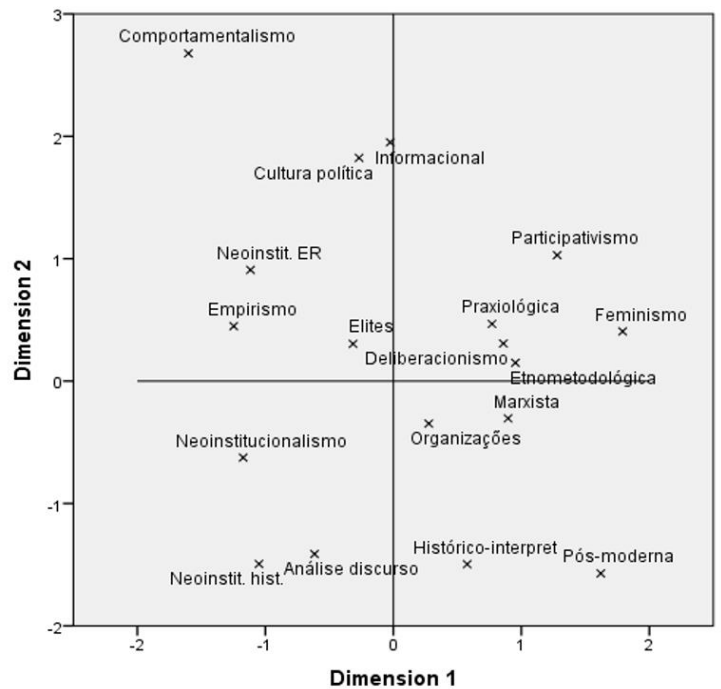


Gráfico 31. Modelo 9. Plotagem das abordagens

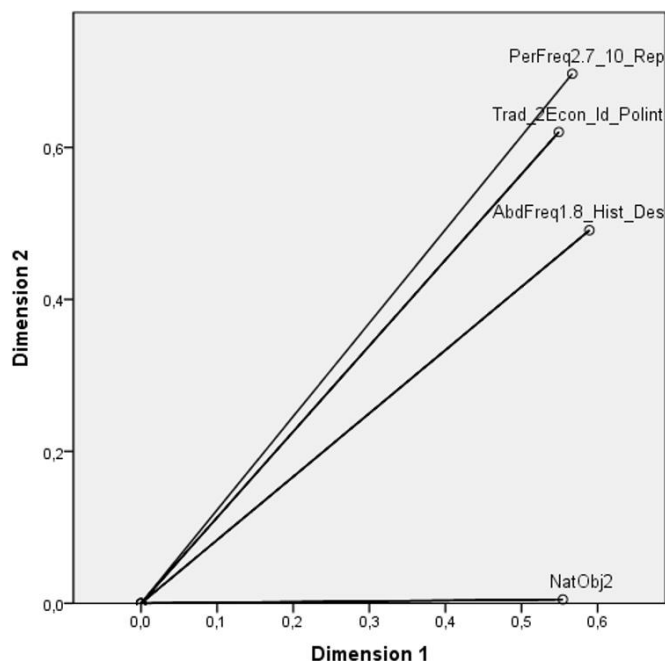


Ressaltam-se os seguintes grupos:

- Correspondência com empírico:
 - (a) Politológico intermediário: *Opinião Pública*, comportamentalismo, cultura política e informacional;
 - (b) Politicista-politológico: *Brazilian Political Science Review*, neoinstitucionalismo de escolha racional e empirismo politológico;
 - (c) Estatal: *Ciência e Saúde Coletiva*, neoinstitucionalismo histórico, análise de discurso;
 - (d) Entre o Estado e a política institucional: *Dados* e neoinstitucionalismo;
 - (e) Entre a política institucional e societal: elites.
- Receptividade a objetos teóricos:
 - (a) Estatal, *Cadernos de Pesquisa*, *Estudos Históricos*, histórico-interpretativa;
 - (b) Societalista-societal, *Sociedade e Estado*, *Revista Brasileira de Ciência Política*, praxiológica, participativismo.
- Correspondência com teórico:
 - (a) Societal: *Estudos feministas*, *Lua Nova*, marxismo, feminismo e deliberacionismo.

No centro, sem correspondências específicas, tem-se *Novos Estudos*, *Revista de Sociologia e Política* e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. A seguir, são discriminadas as dimensões:

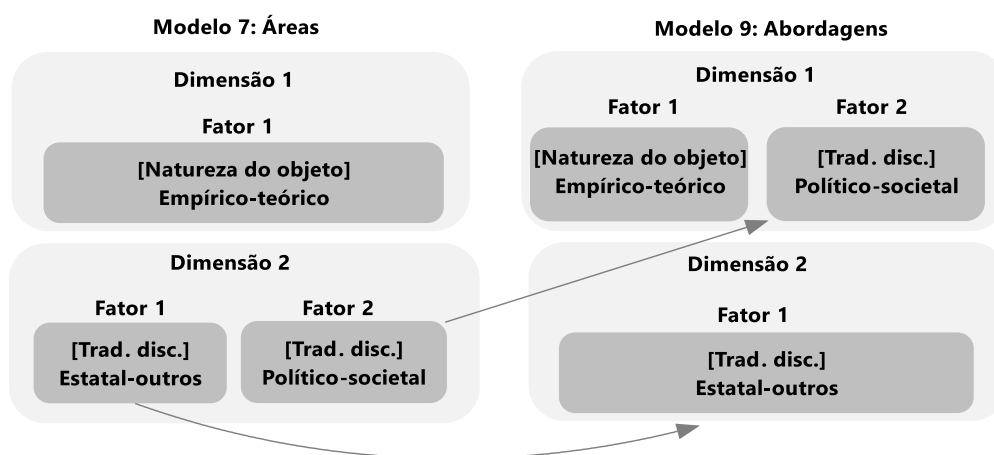
Gráfico 32. Modelo 9. Medidas de discriminação



Há uma diferença importante ante a estrutura de áreas: aqui, as tradições atuam em ambas as dimensões. A *primeira* é a oposição político-societal (t_2) combinada com empírico-teórico (n), enquanto a *segunda* é estatal-demaís (t_1). Nas áreas (III.1.2, Gráfico 24), a primeira dimensão é mais claramente discriminada pela oposição empírico-teórica, enquanto as tradições concentram-se na segunda. Mas há uma semelhança importante: a segunda dimensão é marcada pela oposição entre estatal-demaís (t_1), agora exclusivamente. A Figura

1, a seguir, resume e compara os fatores atuantes em cada dimensão do Modelo 7 e do Modelo 9:

Figura 1. Comparação dos fatores por dimensão entre os modelos 7 e 9



III.1.4. Em áreas, abordagens e periódicos, com tradições disciplinares

A existência de dimensões comuns entre áreas e abordagens abre a possibilidade de um modelo unificado. Os critérios de inclusão são semelhantes aos dos modelos 7 (áreas) e 9 (abordagens): (i) periódicos: pelo menos 2,7% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que dez casos; abordagens: pelo menos 1,8% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que dez casos; (ii) área temática: pelo menos 1% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que cinco casos; (iii) abordagens: pelo menos 1,8% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que cinco casos; (iv) tradições: politológica, politicista, politológico intermediário, estatal, estatista, societal e societalista; (v) natureza do objeto: empírico e teórico, excluindo-se o *outlier* linguístico-ideal. Os *outliers* que superaram a linha de corte, sendo especificamente excluídos, foram: tradições econômica e economicismo e idealismo. A agregação de todas as variáveis discriminou melhor os fatores e dimensões, assim, as abordagens historiográfica e (neo)desenvolvimentismo, *outliers* dos modelos precedentes, fizeram parte da estrutura principal no modelo unificado, tendo sido incluídos. As quantificações são as seguintes:

Tabela 19. Modelo 10. Correspondência múltipla entre natureza do objeto, tradições, periódicos, abordagens e áreas: parâmetros das dimensões

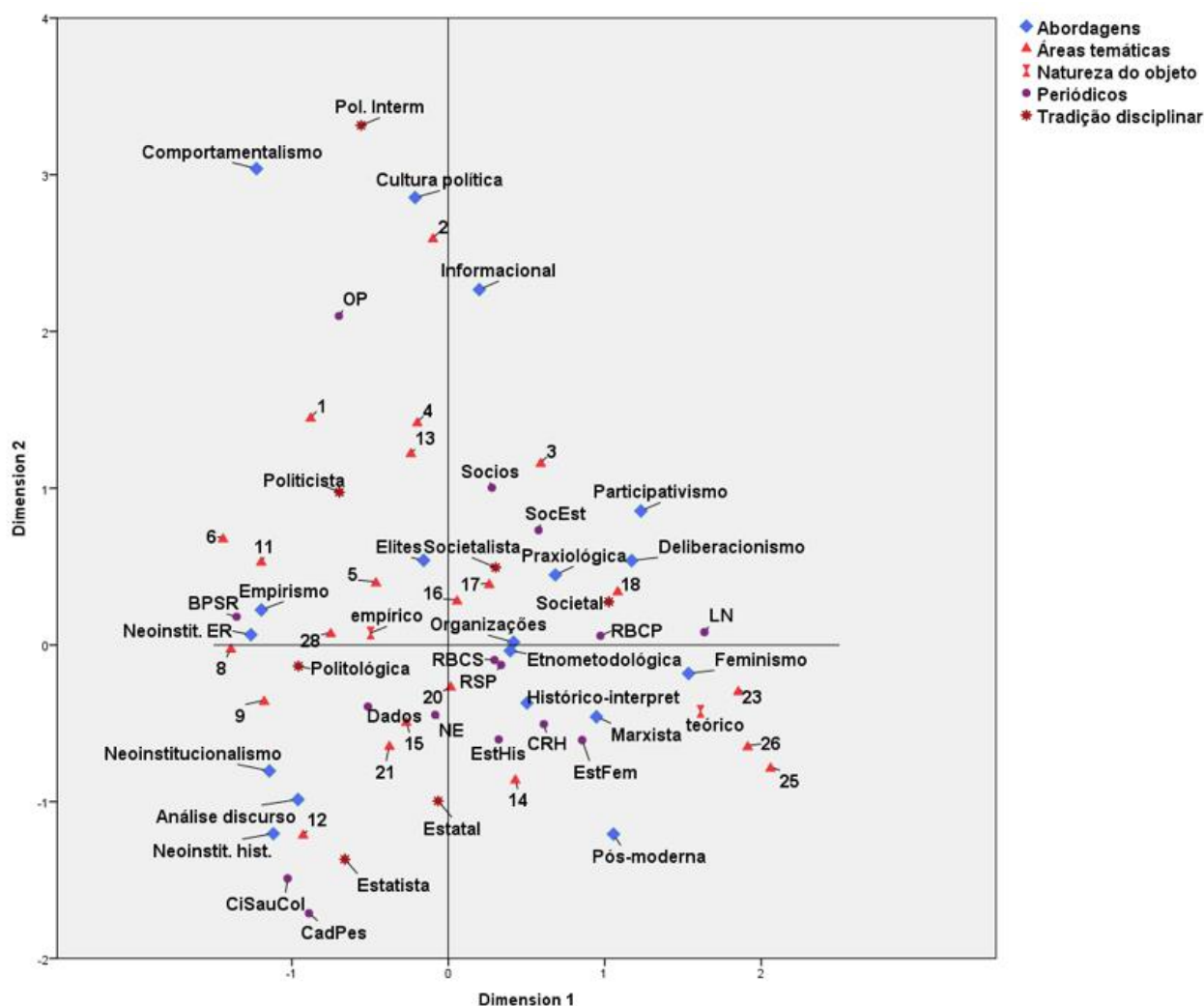
Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,818	2,892	,578
2	,761	2,555	,511
Total		5,447	1,089
Média	,791	2,724	,545

Normalização simétrica.

O alfa de ambas as dimensões fica acima de .700, sem superar o limite ideal de .900. Os valores são superiores aos dos modelos de áreas e abordagens separadamente, indicando melhor “confiabilidade” que, neste caso, significa maior discriminação dos fatores entre as

variáveis. A variância total inteligível é bastante ampla, 5 497, e as duas primeiras dimensões explicam 20% dela (1 099), algo em torno de 75% com valores corrigidos¹⁰¹.

Gráfico 33. Modelo 10. Gráfico fatorial das distâncias entre natureza do objeto, tradições, periódicos, abordagens e áreas



Decompondo-se o gráfico, tem-se:

¹⁰¹ Para mais detalhes, cf. o Apêndice 3, Seção 2.1, em particular Glynn (no prelo, p. 164-166).

III. Tradições intelectuais

Gráfico 34. Modelo 10. Áreas temáticas

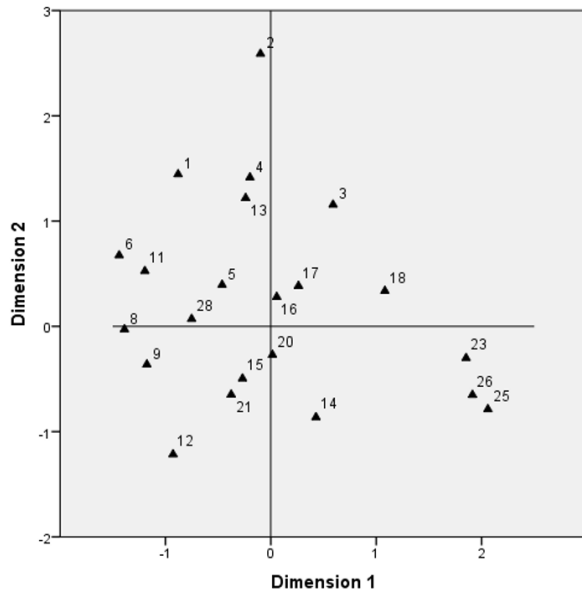


Gráfico 35. Modelo 10. Periódicos

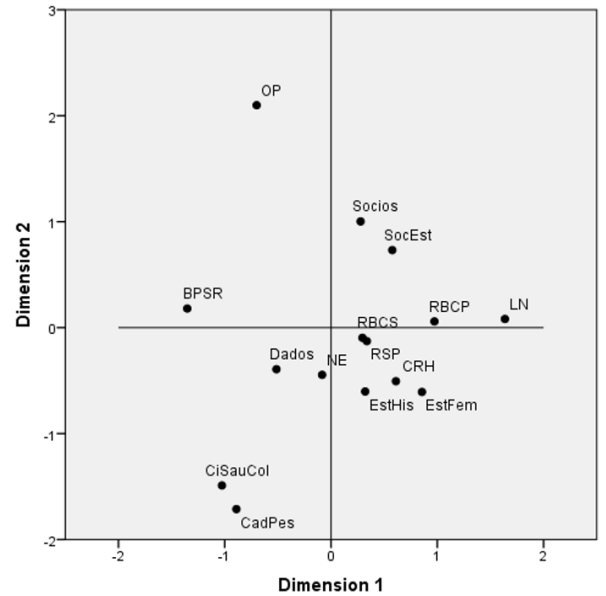


Gráfico 36. Modelo 10. Abordagens nominais

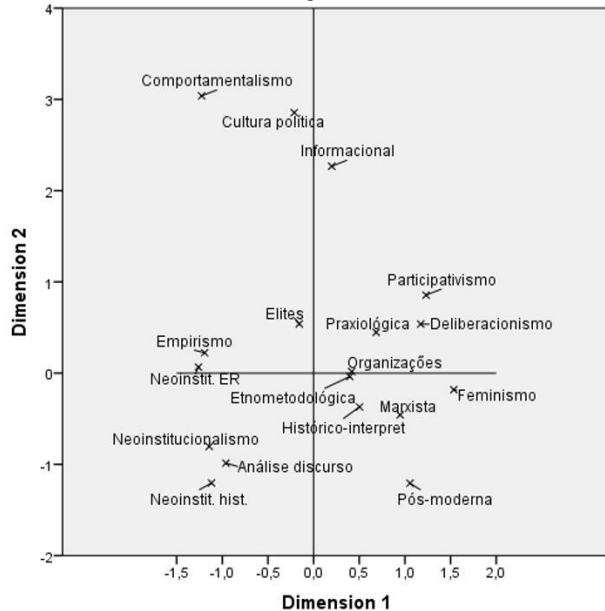


Gráfico 37. Modelo 10. Nuvem de casos

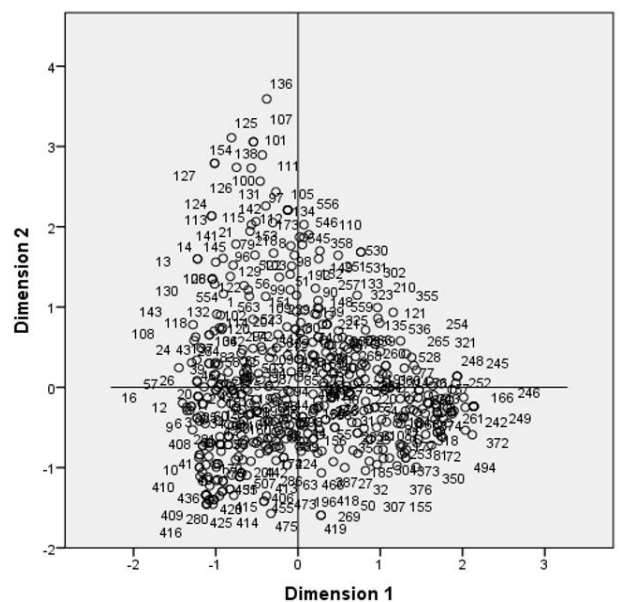
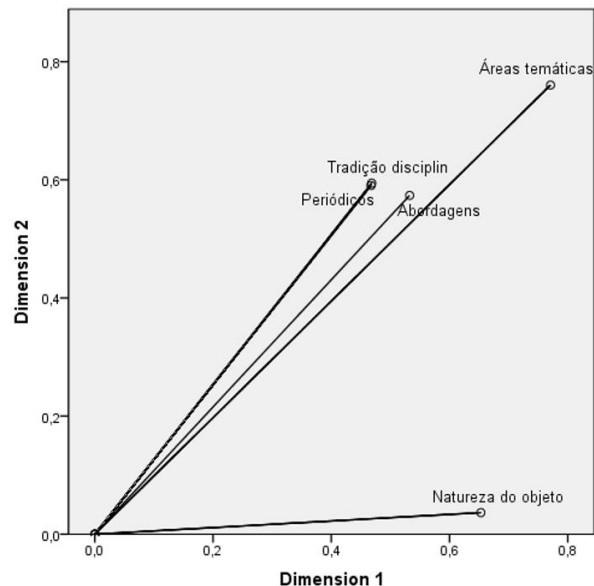


Gráfico 38. Modelo 10. Medidas de discriminação

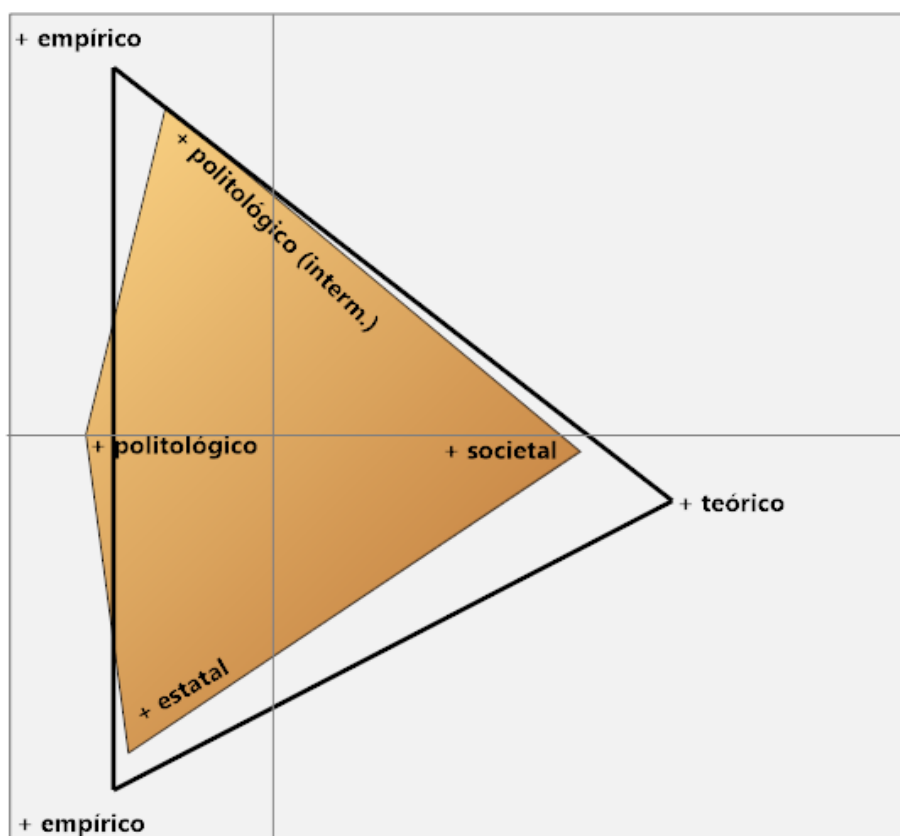


As áreas são a variável que mais discrimina o campo. Parte da contribuição das áreas não são cobertas pelas tradições e natureza do objeto, que cobrem a maior parte da discriminação dos periódicos e das abordagens. Isso significa que há mais diversidade do ponto de vista das áreas e parte dessa diversidade não correspondeu às categorias das demais variáveis. Apesar disso, o modelo identificou dimensões que estão efetivamente estruturando o campo.

Nesse sentido, viu-se no Modelo 7 (tradições e natureza do objeto em *áreas temáticas* e periódicos), que os fatores de cada variável correspondem a dimensões diferentes: a primeira é mais discriminada pela natureza do objeto, com a oposição empírico-teórico (n); a segunda pelas tradições, com estatal contra o resto (t_1) e político-societal (t_2). Já o Modelo 9 (*abordagens nominais*), é mais contraintuitivo: a primeira dimensão agrega tradições e natureza do objeto: a oposição político-societal (t_2) combinada com empírico-teórico (n); a segunda é discriminada somente com estatal-outros (t_1). O modelo unificado seguiu a lógica do Modelo 9.

A atuação das tradições disciplinares e empírico-teórico na estrutura de áreas, abordagens e periódicos pode ser assim sintetizada:

Figura 2. Modelo 10. Síntese da atuação dos fatores



III.2. Estilos cognitivos

Estilos cognitivos são a principal categoria utilizada para definir as tradições humanística e científica e, assim, identificar seus efeitos sobre a estrutura da produção. O núcleo da tradição humanística são os estilos “literário” e “militante” e, da científica, os estilos “erístico” e “simbólico” (este fundamentalmente matemático). Há uma terceira tradição, “acadêmica”, composta pelo estilo homônimo, de orientação conceitual¹⁰².

III.2.1. Na estrutura de periódicos, áreas e abordagens

Para verificar se estilos cognitivos estruturam o campo, foi elaborado um teste de correspondência múltipla incluindo, em um único modelo, periódicos, áreas, abordagens e estilos cognitivos¹⁰³. Seguindo os parâmetros dos modelos que testam a eficácia da natureza do objeto e das tradições disciplinares, os critérios de escolha foram: (i) periódicos mais frequentes: pelo menos 2,7% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que dez casos; (ii) área temática: pelo menos 1% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que cinco casos; (iii) abordagens: pelo menos 1,8% dos casos, *i.e.*, igual ou mais que cinco casos.

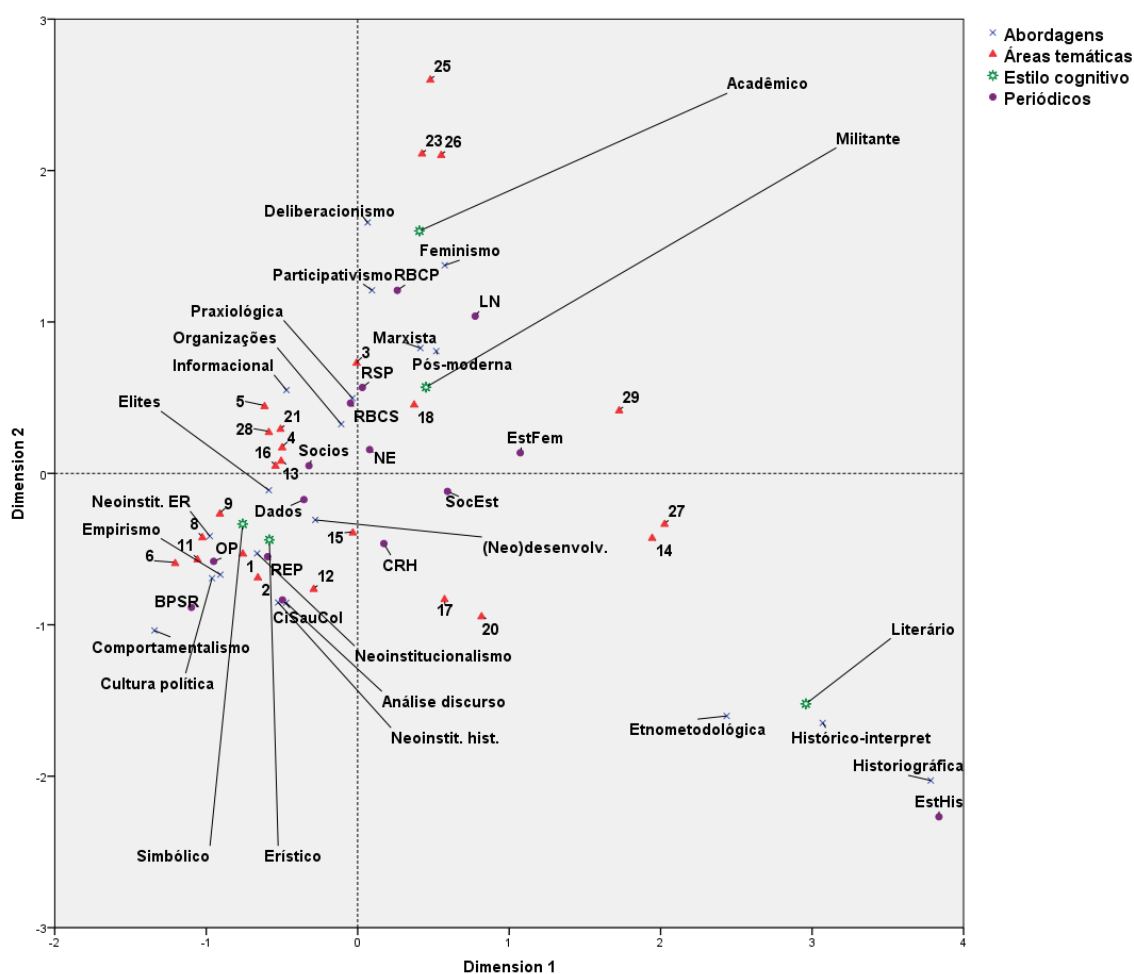
Tabela 20. Modelo 11. Correspondência múltipla entre estilos cognitivos, periódicos, abordagens e áreas: parâmetros das dimensões

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,830	2,651	,663
2	,804	2,519	,630
Total		5,170	1,292
Média	,817	2,585	,646
Normalização simétrica.			

Tem-se alfas elevados em ambas as dimensões, assim como valores de variância total inteligível (*eigenvalue*) e parcela dessa variância explicada pelas duas primeiras dimensões (inércia), com 25%, algo em torno de 80% com valores ajustados.

¹⁰² Para uma especificação mais detalhada, consultar o Apêndice 2, Seção 4. Cf. também Kaplan (1964, p. 33).

¹⁰³ Recomenda-se consultar a distribuição de estilos cognitivos em áreas, abordagens e periódicos no Apêndice 5, Seções 9 a 11.

Gráfico 39. Modelo 11. Gráfico fatorial das distâncias entre estilos cognitivos, periódicos, abordagens e áreas¹⁰⁴

Tem-se um subgrupo destacado, o polo literário, opondo-se à nuvem central. Na primeira dimensão o polo literário opõe-se aos demais, na segunda, à tradição acadêmica. Na segunda dimensão, as tradições erística e simbólica opõem-se à tradição militante e, sobretudo, acadêmica. Abordagens de ciência política mais tradicionais e áreas dedicadas a instituições políticas e a atitudes agrupam-se com os estilos mais “científicos” – erístico e simbólico. Mais ecléticas, abordagens de sociologia política e áreas mais societárias, em especial de “Estado e sociedade civil” posicionam-se mais ao centro.

Áreas e abordagens mais dedicadas a teoria política (normativa, “filosófica”) compõem o polo acadêmico (teórico-ensaístico), opõem-se aos grupos mais “científicos”. Em outro extremo tem-se o polo literário, composto por abordagens históricas e interpretativas. Trata-se de um microcosmo. *Repare-se como não há áreas discriminadas neste polo.*

¹⁰⁴ Áreas temáticas: 1. Estudos eleitorais e partidos políticos; 2. Atitudes e cultura política; 3. Comunicação política e opinião pública; 4. Instituições participativas; 5. Estudos do Legislativo; 6. Relações Executivo-Legislativo; 7. Relações intergovernamentais; 8. Sistemas eleitorais e sistemas partidários; 9. Sistemas governamentais; 10. Instituições governamentais específicas; 11. Análise do processo decisório; 12. Governo, burocracia e políticas públicas; 13. Estudos do poder local; 14. Estrutura e transformação do Estado; 15. Política e economia; 16. Recrutamento político, jurídico e burocrático; 17. Classes sociais e grupos de interesse; 18. Movimentos, organizações e atores coletivos; 19. Revoluções e conflitos civis; 20. Segurança pública; 21. Política, direito e judiciário; 22. Religião e política [omitido]; 23. Teoria política democrática; 24. Teoria política clássica; 25. Teoria política moderna; 26. Teoria política contemporânea; 27. História das ideias; 28. Metodologia; 29. Pensamento político brasileiro.

Repare-se também que há um claro contraste com outra abordagem histórica, o neoinstitucionalismo histórico: quanto mais politológico, mais tende-se ao estilo erístico.

As áreas “pensamento político brasileiro” (29), “história das ideias” (27) e “estrutura e transformação do Estado” (14), que se opõem ao polo “científico”, são atraídas pelos estilos acadêmico, militante e literário, e pendem levemente a este, apresentando uma combinação de propriedades heterodoxas. O caso do marxismo é mais complexo. Embora atraia-se pelos estilos acadêmico e militante, há subdivisões claras, havendo um marxismo mais militante, outro mais acadêmico e outro mais erístico, como pode ser verificado na distribuição das frequências e nas medidas de associação, que também expressam a cisão epistemológica das áreas e abordagens mais sociológicas (Apêndice 5, Seção 11). Decompondo-se o gráfico, tem-se:

Gráfico 40. Modelo 11. Estilos cognitivos

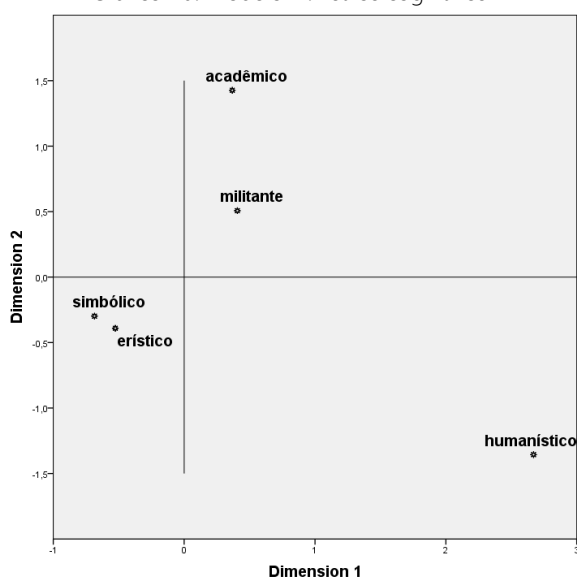


Gráfico 41. Modelo 11. Áreas temáticas

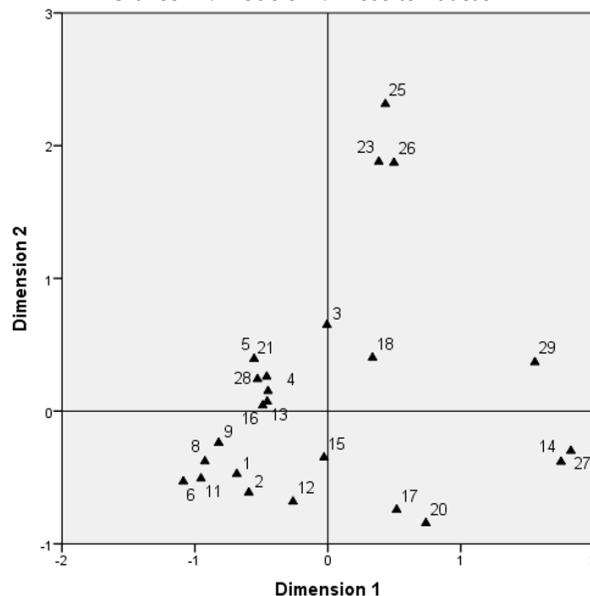


Gráfico 42. Modelo 11. Periódicos

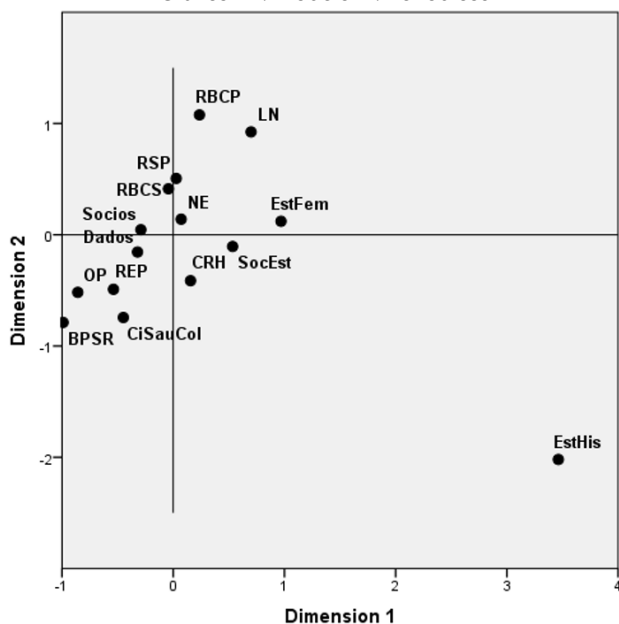
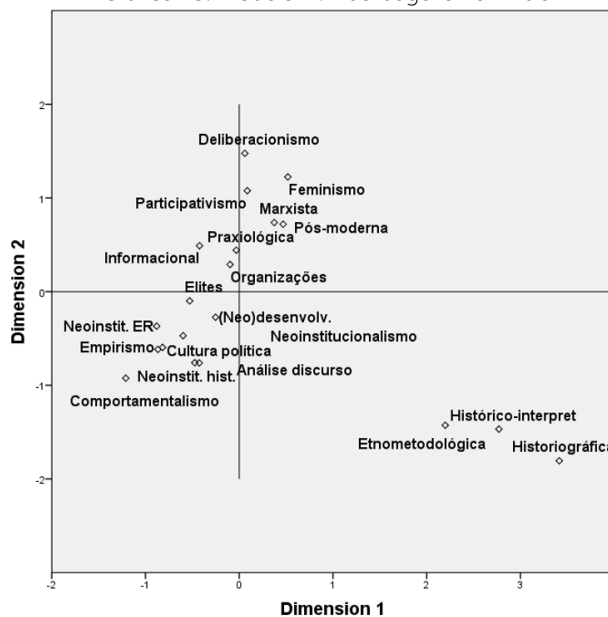
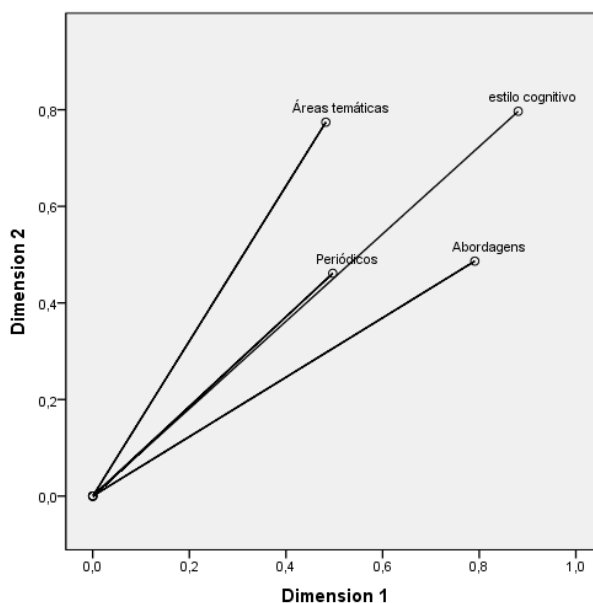


Gráfico 43. Modelo 11. Abordagens nominais



As medidas de discriminação são as seguintes:

Gráfico 44. Modelo 11. Medidas de discriminação



Todas as variáveis contribuem ativamente a ambas as dimensões. As áreas temáticas contribuem mais à segunda, na qual se ressalta a oposição entre as áreas de teoria política (associadas à tradição acadêmica) e as demais. Cumpre notar que a estrutura não sofre grandes alterações, mesmo com a forte atuação dos estilos cognitivos. Em outras palavras, *estilos cognitivos atuam em áreas, abordagens e periódicos de forma parecida como quando se tem tradições disciplinares e natureza do objeto* (empírico, teórico) *no modelo*. Isso sugere sinergia entre esses fatores.

Por um lado, certos estilos cognitivos são empregados no estudo de objetos de tal ou qual natureza, havendo correspondência, sobretudo, entre o estilo acadêmico e objetos teóricos, de um lado, e o estilo erístico e objetos empíricos, de outro. Em larga medida, a natureza do objeto está *conceitualmente* assimilada aos estilos cognitivos, havendo, portanto, sobreposição¹⁰⁵.

Por outro lado, tradições disciplinares parecem *interagir* com estilos cognitivos sem alterar substancialmente a estrutura. As tradições politológicas parecem gravitar ao redor dos estilos erístico e simbólico – ou melhor, parecem *definir-se* por esses estilos, exibindo, assim, forte influência de uma tradição “científica”. A tradição societal parece demonstrar certa atração pelos estilos acadêmico e literário, exibindo ser mais “humanística”.

III.2.1.1. A cisão na tradição acadêmica: teoria teórica, teoria positiva

Olhando para a tradição acadêmica, poderíamos nos perguntar qual é o sentido de sua oposição. Parte da produção “acadêmica” pode estar funcionalmente integrada com a “científica” – uma ciência, afinal, também é composta por trabalhos teórico-conceituais que, sem aplicar seu esquema a um objeto empírico, informa pesquisas em outros trabalhos (Figueiredo Filho & Silva Júnior 2010; Perissinotto 2010; Rezende 2012; Santos 2012, entre outros). Esse é o propósito de boa parte dos trabalhos metodológicos na Ciência Política – 54,5% deles são acadêmicos (Apêndice 5, S. 10). Os 45,5% de trabalhos erísticos terminam por atestar a orientação empírica da reflexão metodológica, havendo, inclusive, valores elevados de “cientificidade” (Capítulo IV, S. IV.2), e forte orientação nomotética (Apêndice 5, S. 18), expressando o vínculo a uma concepção mais

¹⁰⁵ Recomenda-se conferir a caracterização mais detalhada da natureza do objeto dos estilos cognitivos no Apêndice 5, Seção 12.

ortodoxa de ciência dentro do estilo acadêmico. A composição dessa área parece retratar a relação entre os estilos acadêmico e erístico na ciência política politológica. Já a tradição acadêmica *na teoria política* é estritamente teórica, e a teoria política é predominantemente societal (Apêndice 5, S. 4).

Uma das virtudes heurísticas das tradições intelectuais é incorporar a natureza do objeto e projetar o caso particular, aqui, a Ciência Política brasileira contemporânea, na história do pensamento ocidental. Nesse sentido, o estilo acadêmico é historicamente mais próximo da tradição humanística em virtude da aproximação entre a Filosofia e as disciplinas humanísticas durante o período iluminista, em função da autonomização e do estabelecimento das ciências naturais (Burke 2000). Dentro dessa ampla orientação humanística, uma cultura intelectual filosófico-literária permeava a sociologia francesa (Lepenies 1996) quando esta influencia as ciências sociais brasileiras no seu momento de institucionalização, durante a década de 1950, favorecendo o ensaio, cujo formato adotado aqui, em consonância com o praticado na França e na Alemanha, poderia ser muito bem considerado um estilo cognitivo (Waizbort 2006, p. 35-37), isto é, como caso particular de tradição humanística praticado nas ciências sociais. Segue-se a hegemonia marxista calcada entre um “novo” e um “velho” Marx que reproduz o próprio deslocamento deste autor, entre a Filosofia, a História e a Economia, movimentos análogos à própria sociologia paulista posteriormente ao período funcionalista.

Um tira-teima seria especificar o estilo acadêmico com uma nova variável, medindo se a discussão teórico-conceitual está ou não orientada para a aplicação empírica, então fracionando o estilo acadêmico e incorporando a teoria empiricamente orientada à tradição científica (provavelmente algo entre 15 a 20% do estilo acadêmico). Isso excedeu os limites deste trabalho. Persiste, no entanto, que há uma tradição acadêmica no campo, posicionada entre as tradições humanística e científica, enraizada, no caso particular da Ciência Política brasileira, na prática intelectual associada à cátedra de Política da USP, com seu foco sobre a “leitura dos clássicos”, de “pensadores eminentes” (Quirino 1994, p. 348) (atenção ao substantivo: *pensadores*) e sua orientação filosófica e sociológica (*idem*, p. 337); no marxismo proeminente nas décadas de 1960 e 1970, cuja orientação teórica suplantaria o empirismo funcionalista anglo-saxão praticado na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP); e, em menor grau, nos estudos funcionalistas realizados nos primórdios da cátedra de Sociologia presidida por Florestan Fernandes.

III.2.2. Científico-humanístico, empírico-teórico e tradições disciplinares

Os resultados mostram que tradições disciplinares e intelectuais podem interagir determinando boa parte da estrutura do campo de produção¹⁰⁶, possibilitando incluir tradições disciplinares e intelectuais em um modelo unificado.

Em primeiro lugar, agregamos os estilos cognitivos nas tradições científica, humanística e acadêmica. As tradições disciplinares podem ser agregadas em visões disciplinares, com base em uma oposição corrente no campo: “ciência política” (tradições politológicas e estatismo) e “sociologia política” (tradições societais e estatal). As tradições intelectuais são complementadas pela natureza do objeto, isto é, pela oposição entre estudos empíricos e teóricos.

Os parâmetros, portanto, são os seguintes. As variáveis ativas são (i) periódicos, (ii) abordagens nominais, (iii) áreas temáticas, (iv) tradições intelectuais e (v) visões disciplinares. Estilos cognitivos (vi), precursores das tradições intelectuais, e tradições disciplinares (vii), precursores das visões disciplinares, foram adicionados como variáveis suplementares, evitando colineariedade.

¹⁰⁶ Para a distribuição e associações entre tradições disciplinares e estilos cognitivos, consultar o Apêndice 5, Seção 13.

III. Tradições intelectuais

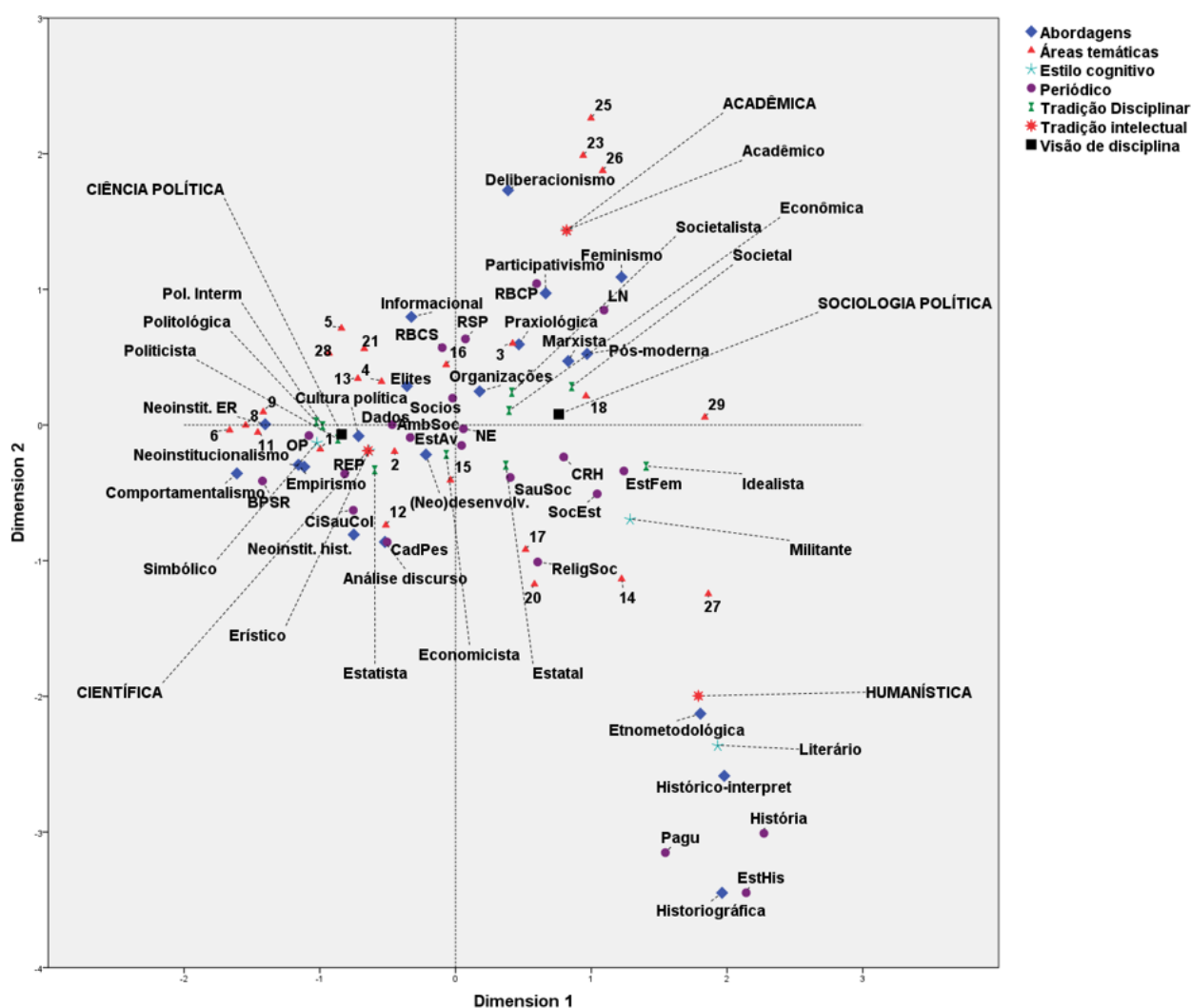
Assim como em modelos anteriores, as abordagens e áreas são as mais frequentes. Todos os periódicos foram incluídos, não havendo *outliers*¹⁰⁷.

Tabela 21. Modelo 12. Correspondência múltipla entre periódicos, abordagens, áreas temáticas, tradições intelectuais (estilos cognitivos) e visões de disciplina (tradições disciplinares): parâmetros das dimensões

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,821	2,913	,583
2	,739	2,445	,489
Total		5,358	1,072
Média	,783	2,679	,536

Normalização simétrica.

Gráfico 45. Modelo 12. Gráfico fatorial das distâncias



¹⁰⁷ O limite mínimo para um teste de correspondência múltipla é de três casos. *Tempo Social*, com um caso, viola esse limite – tendo sido tratado como um elemento suplementar (sem influência sobre a quantificação das dimensões).

Gráfico 46. Modelo 12. Áreas temáticas¹⁰⁸

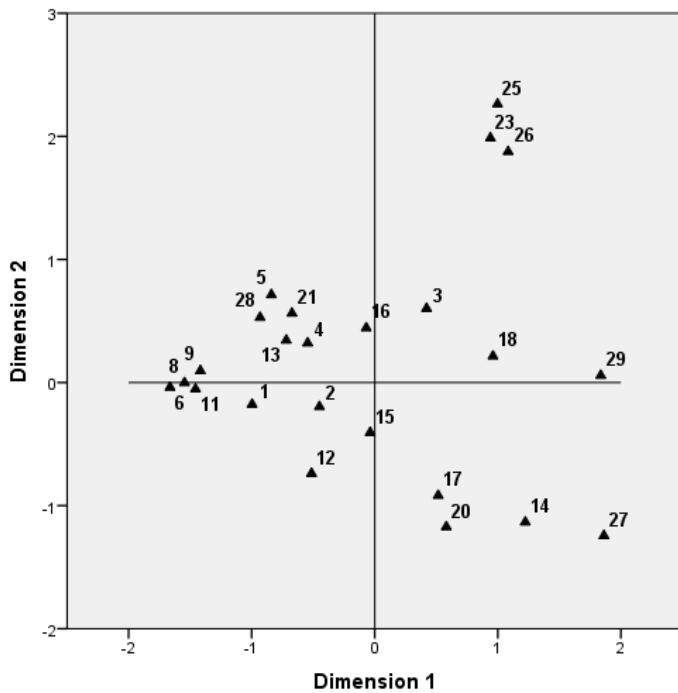


Gráfico 47. Modelo 12. Periódicos

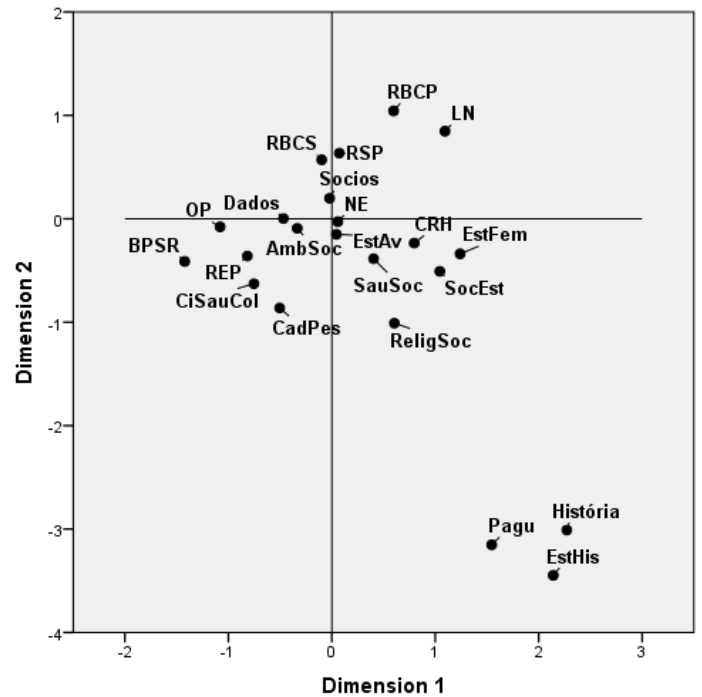


Gráfico 48. Modelo 12. Abordagens nominais

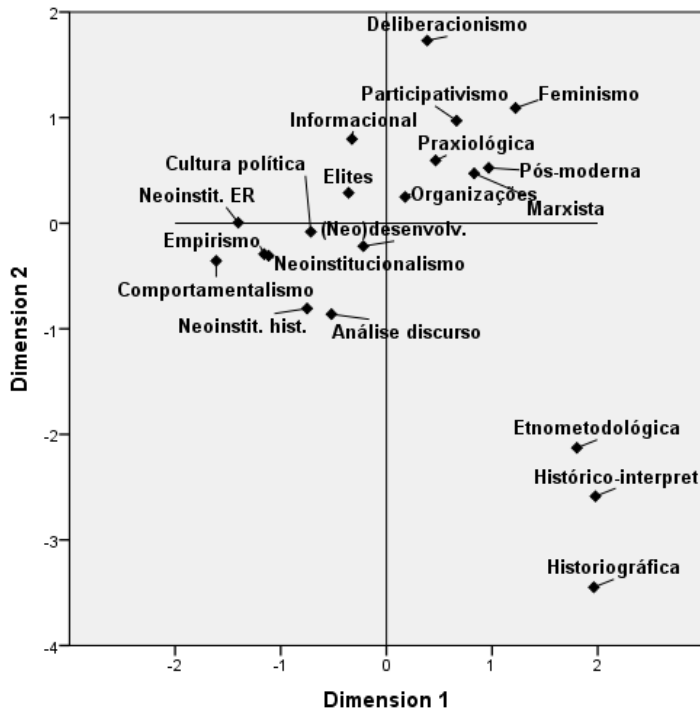
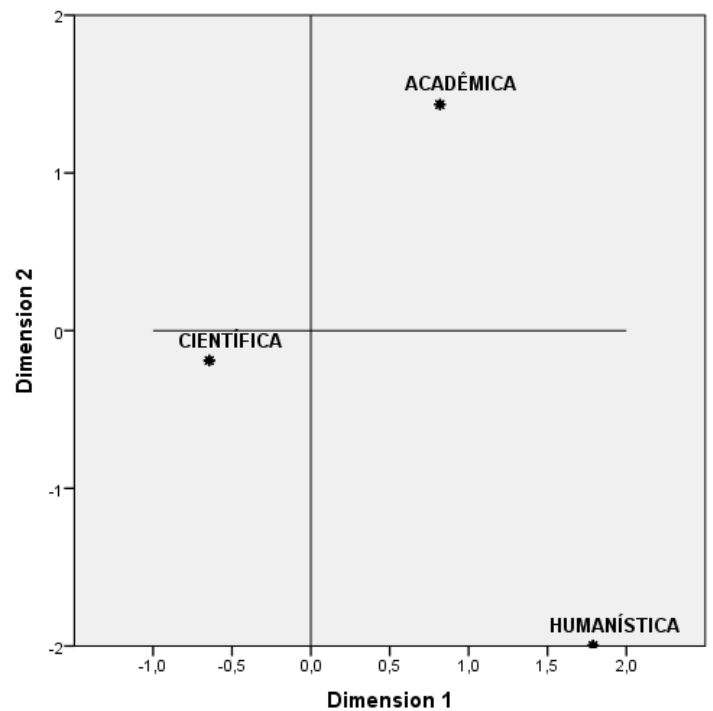


Gráfico 49. Modelo 12. Tradições intelectuais

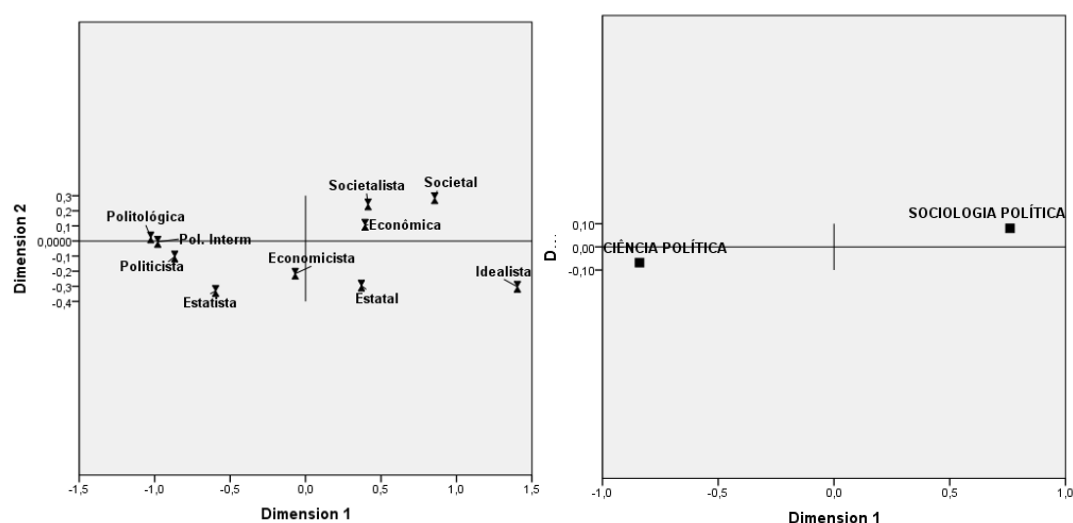


¹⁰⁸ Áreas temáticas: 1. Estudos eleitorais e partidos políticos; 2. Atitudes e cultura política; 3. Comunicação política e opinião pública; 4. Instituições participativas; 5. Estudos do Legislativo; 6. Relações Executivo-Legislativo; 8. Sistemas eleitorais e sistemas partidários; 9. Sistemas governamentais; 11. Análise do processo decisório; 12. Governo, burocracia e políticas públicas; 13. Estudos do poder local; 14. Estrutura e transformação do Estado; 15. Política e economia; 16.

Recrutamento político, jurídico e burocrático; 17. Classes sociais e grupos de interesse; 18. Movimentos, organizações e atores coletivos; 20. Segurança pública; 21. Política, Direito e judiciário; 22. Religião e política; 23. Teoria política democrática; 25. Teoria política moderna; 26. Teoria política contemporânea; 27. História das ideias; 28. Metodologia; 29. Pensamento político brasileiro.

III. Tradições intelectuais

Gráfico 50. Modelo 12. Plotagem das tradições e visões disciplinares



Tem-se os seguintes polos:

Tabela 22. Polos. Tradições intelectuais e tradições disciplinares

Tradição intelectual	Tradição disciplinar	Abordagens nominais	Áreas temáticas	Periódicos
Acadêmica	Societal	- Deliberacionismo - Feminismo - Participativismo	- Teoria política democrática - Teoria política moderna - Teoria política contemporânea	- <i>Lua Nova</i> - <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>
Humanística	Idealista Societal	- Etnometodológica - Histórico-interpretativa - Historiográfica	- História das ideias	- <i>Cadernos Pagu</i> - <i>História</i> - <i>Estudos Históricos</i>
Científica	Politológicas Estatista	- Comportamentalismo - Neoinstitucionalismo - Empirismo politológico - Cultura política	- Estudos eleitorais e partidos políticos - Atitudes e cultura política - Relações Executivo-Legislativo - Sistemas eleitorais e sistemas partidários - Sistemas governamentais - Análise do processo decisório - Instituições participativas - Estudos do Legislativo - Política, Direito e Judiciário - Estudos do poder local - Metodologia	- <i>Opinião Pública</i> - <i>Brazilian Political Science Review</i> - <i>Dados</i> - <i>Revista de Economia Política</i> - <i>Ciência e Saúde Coletiva</i> - <i>Ambiente e Sociedade</i>

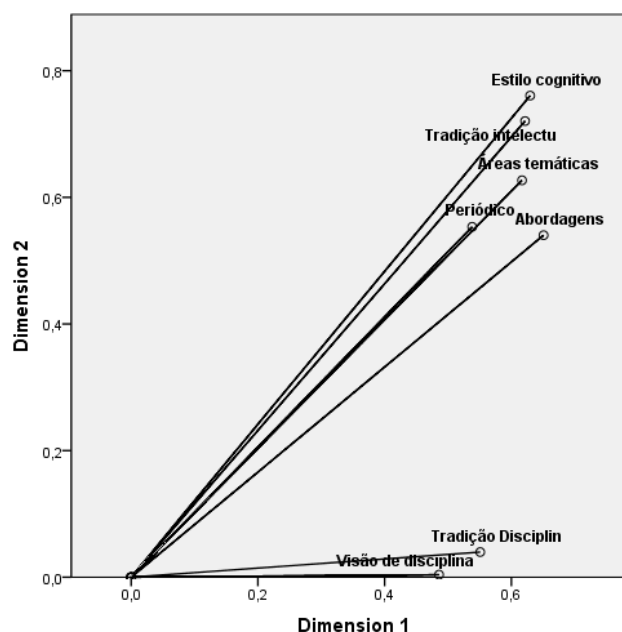
Há grupos posicionados entre os polos, entre os quais podemos destacar:

Tabela 23. Grupos específicos. Tradições intelectuais e tradições disciplinares

Tradição intelectual	Tradição disciplinar	Abordagens nominais	Áreas temáticas	Periódicos
Entre humanística e acadêmica [+estilo cognitivo militante]	Idealista			- <i>Estudos Feministas</i> - <i>Sociedade e Estado</i>
Tendendo à acadêmica	Societal	- Marxista - Pós-moderna	- Movimentos, organizações e atores coletivos	- <i>Cadernos Pagu</i> - <i>História</i> - <i>Estudos Históricos</i>
Entre humanística e científica			- Religião e política	- <i>Religião e Sociedade</i>
Entre acadêmica e científica	Politológica Societal		- Recrutamento político, jurídico e burocrático	- <i>Revista de Sociologia e Política</i> - <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i>
Ao centro	Economicista	- (Neo)desenvolvimentismo		- <i>Sociologias</i> - <i>Novos Estudos</i> - <i>Estudos Avançados</i>

As medidas de discriminação são as seguintes:

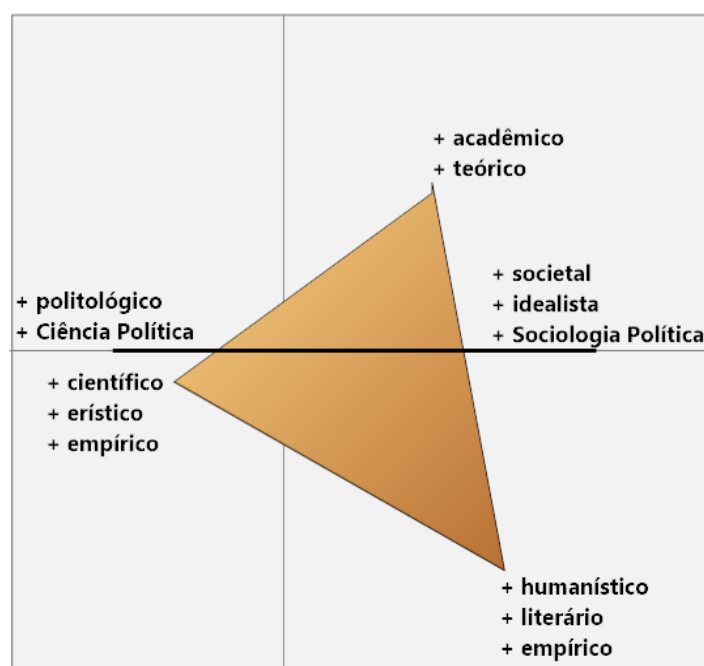
Gráfico 51. Modelo 13. Medidas de discriminação



Na primeira dimensão as posições distribuem-se em função da oposição entre as tradições disciplinares idealista e societal e a “sociologia política”, de um lado, e as tradições politológicas e a “ciência política”, de outro.

Na segunda dimensão as posições distribuem-se em função da oposição entre as tradições intelectuais acadêmica, humanística e científica e entre os estilos cognitivos acadêmico, literário e erístico. Os objetos tornam-se mais empíricos à medida que nos aproximamos do polo científico-erístico e humanístico-literário e, logicamente, mais teóricos aproximando-se do polo acadêmico. Os fatores podem ser assim sintetizados¹⁰⁹:

Figura 3. Modelo 13. Síntese da atuação dos fatores



¹⁰⁹ Mais detalhes sobre a distribuição e associações entre tradições disciplinares e intelectuais podem ser consultadas no Apêndice 5, Seção 13.

III.3. Amplitude e escopo do argumento

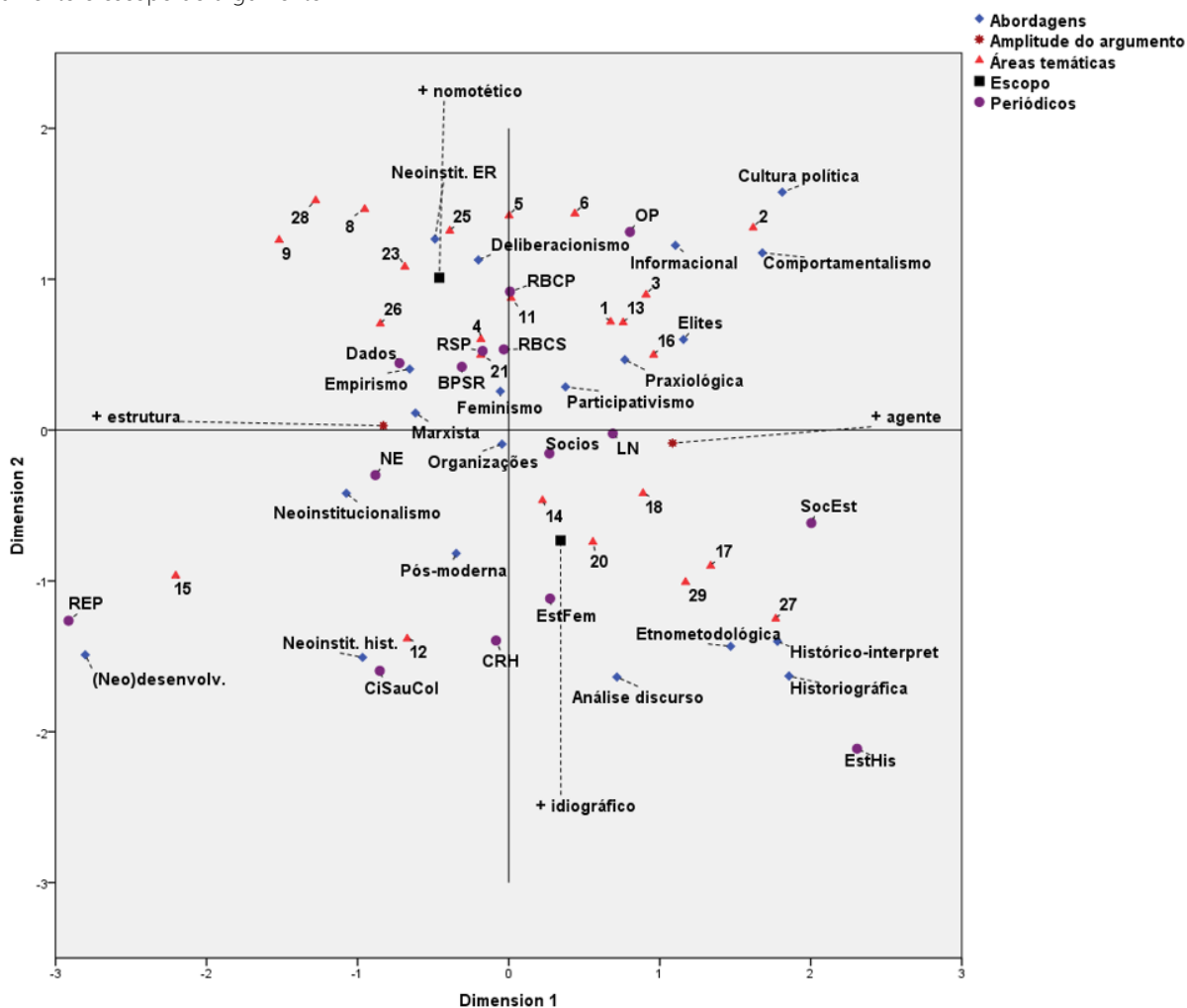
Outras importantes tradições na história das ciências sociais referem-se à amplitude do argumento, estrutura (“objetivismo”) ou agência (“subjativismo”), e ao escopo, nomotético ou idiográfico. Se aplicável, os artigos foram classificados em “mais estrutura” ou “mais agência” e “mais nomotético” ou “mais idiográfico”¹⁰. Descobriu-se que essas tradições de fato contribuem à estrutura da produção, como mostra o modelo a seguir.

Tabela 23. Modelo 14. Correspondência múltipla entre periódicos, abordagens, áreas temáticas, amplitude do argumento e escopo do argumento: parâmetros das dimensões

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,728	2,394	,479
2	,718	2,350	,470
Total		4,744	,949
Média	,723	2,372	,474

Normalização simétrica

Gráfico 52. Modelo 14. Gráfico fatorial das distâncias entre periódicos, abordagens, áreas temáticas, amplitude do argumento e escopo do argumento



¹¹⁰ A definição de cada categoria pode ser vista no Apêndice 2, Seções 5 e 6.

Gráfico 53. Modelo 14. Periódicos

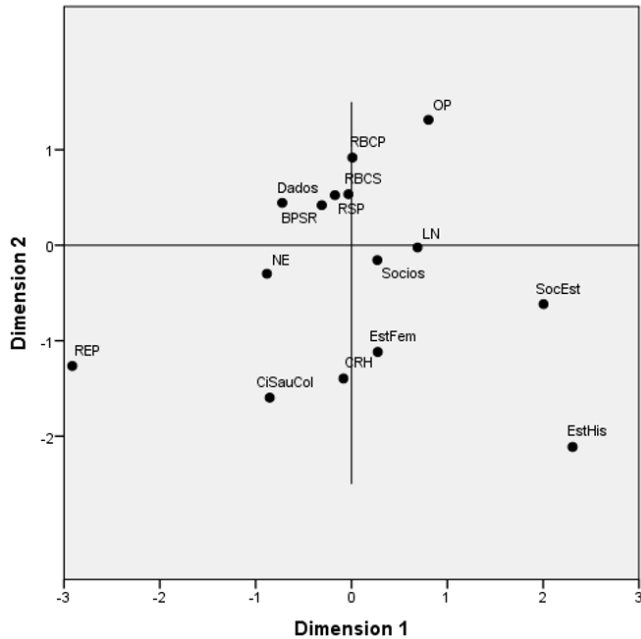


Gráfico 54. Modelo 14. Abordagens nominais

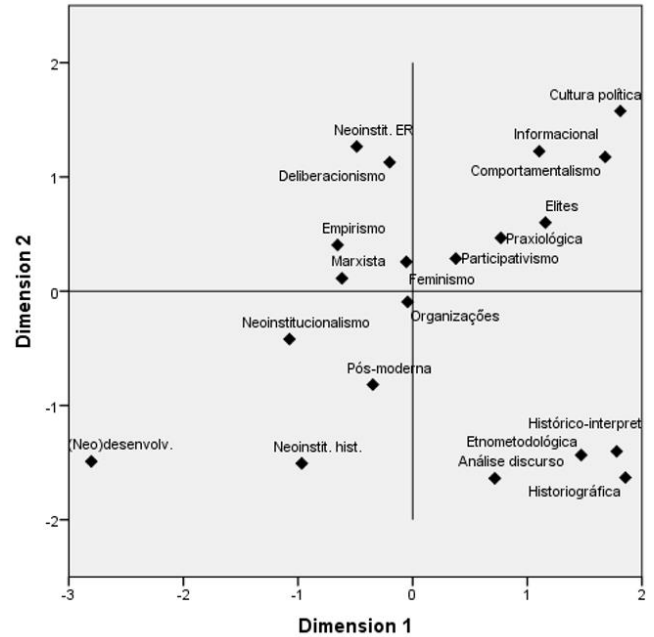


Gráfico 55. Modelo 14. Áreas temáticas

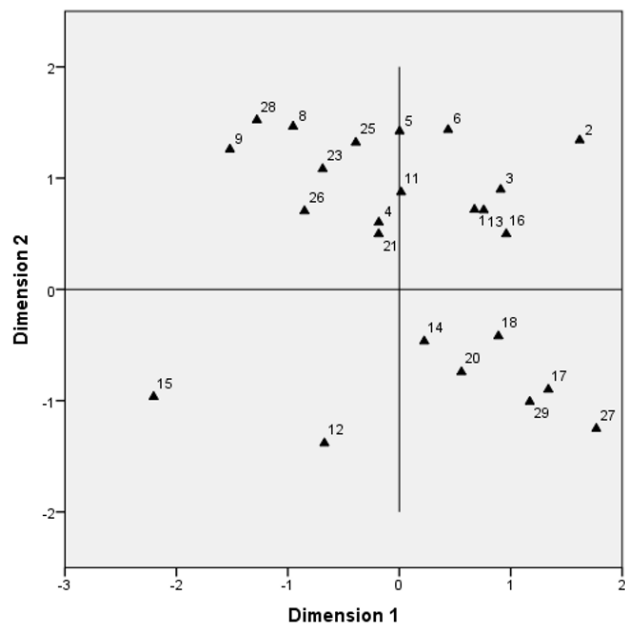
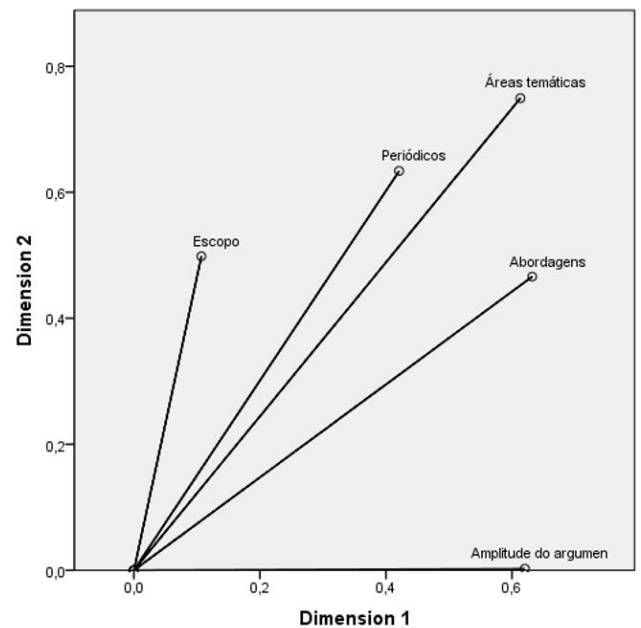


Gráfico 56. Modelo 14. Medidas de discriminação



Escopo e amplitude atuam de forma simétrica no campo. Na primeira dimensão, o campo se estrutura em função da proximidade com agência (+) e estrutura (-) e, na segunda, em função de nomotético (+) e idiográfico (-).

Quanto à *amplitude*, a oposição entre subjetivismo e objetivismo é mais clara nas abordagens mais importantes do ponto de vista histórico, como comportamentalismo, cultura política, pluralismo, escolha racional, os neoinstitucionalismos e a abordagem sistêmica. Considerando seus trabalhos clássicos¹¹¹, as quatro primeiras têm orientação mais subjetivista e as duas últimas mais objetivista, o que se reproduziu no universo analisado. O

¹¹¹ Consultar as referências destacadas no Apêndice 2, Seção 2.7.3.

neoinstitucionalismo de escolha racional (51,5% subjetivista e 48,6% objetivista) é um caso intermediário e de certa forma manifesta essa dupla orientação em seu nome, embora não necessariamente implique simbiose. Os estudos distinguem-se entre aqueles que abordam os efeitos institucionais sobre os cálculos e aqueles que focam o comportamento racional dados certos constrangimentos. O neoinstitucionalismo político foca o funcionamento autônomo das instituições, embora também privilegie formas mais cristalizadas de instituição, isto é, arranjos de regras, afastando-se do neoinstitucionalismo normativo original (Peters 1999) e sua concepção mais sociológica de instituição.

Uma interpretação para a maior oposição subjetivista é a proeminência atual dos neoinstitucionalismos e o claro contraste de suas premissas em relação à cultura política, o que se manifesta no âmbito dos objetos (neoinstitucionalismos focando o núcleo da política institucional, cultura política o ambiente suprajacente) e nos fatores mobilizados no argumento (cultura política considerando fatores sociais, culturais, negados pelo neoinstitucionalismo político e, sobretudo, de escolha racional). Repare-se como as abordagens mais sociológicas geralmente também se baseiam em argumentos culturalistas, isto é, em padrões comportamentais definidos por normas, crenças, símbolos ou injunções socialmente estabelecidas, ou seja, em variações do conceito de cultura. Tem-se, portanto, uma oposição entre argumentos culturalistas, baseados em instituições definidas pela tradição sociológica, e argumentos político-institucionais, definidos pela tradição politicista.

Quanto ao *escopo*, cumpre destacar que embora uma concepção mais ortodoxa de ciência favoreça a orientação nomotética, os estudos mais idiográficos na Ciência Política brasileira geralmente não são o tipo de estudo do chamado “método idiográfico”, de orientação humanística. Os trabalhos não raramente apresentam hipótese (33,4%), as quais 60,6% são testadas, envolvem argumentos causais (43,4%) e estatística (36,2%). Uma adesão mais deliberada e sistemática ao que se entende por método idiográfico emerge nos periódicos mais humanísticos, como *Estudos Históricos*, *História* e *Estudos Feministas*. Nesse sentido, um bom exemplo é a área “governo, burocracia e políticas públicas”. A análise de resíduos padronizados (Apêndice 5, Seção 18) indica fortes desvios de 3,4 para idiográfico (forte atração) e -4,1 para nomotético (forte repulsão), tratando-se da maior polarização da produção. Não obstante, a área mais idiográfica é uma das mais erísticas e dirige-se ao estudo de problemas empíricos de políticas de governo, muitas vezes, aliás, de natureza técnica. Variantes humanísticas dispersam-se nas áreas mais sociais.

Note-se também como as áreas de teoria política (23, 25 e 26) orbitam de perto o ponto nomotético: ecoando a tradição da “filosofia política” baseada nos clássicos, dirige-se à generalização teórica, muito diferente da filosofia relativista dominante na Sociologia ou na Antropologia. Na Ciência Política brasileira, estudos com objetos empíricos podem ser nomotéticos ou idiográficos, mas objetos teóricos tendem a ser nomotéticos. Isso expressa a ambição da construção de leis, o ideal de equiparar-se às ciências naturais. Nesse sentido, boa parte dos estudos idiográficos politológicos tendem a organizar-se de forma cumulativa, agregando evidências de casos concretos para fazer generalizações empíricas¹¹². Além de

¹¹² O próprio foco do neoinstitucionalismo sobre instituições formais é um exercício de empirismo básico, envolvendo também uma relação muito próxima entre neoinstitucionalismo, democracia, formalismo e empirismo. Isso será desenvolvido nas conclusões.

muitas vezes provar rigorosamente o óbvio, parece tratar-se uma espécie de acumulação primitiva de conhecimento “científico”, visando construir um arcabouço seguro, empiricamente testado, de proposições fundamentais sobre o universo político, a partir do qual, espera-se, possam ser elaboradas generalizações mais ambiciosas. Boa parte da Ciência Política brasileira deseja colocar o caso particular a serviço da generalização.

III.3.1. Singularidades no escopo e amplitude: regiões unidimensionais na estrutura

O modelo contém singularidades importantes. Tome-se como exemplo as abordagens nominais. Elas são discriminadas mais na primeira dimensão (amplitude do argumento, .632), e menos na segunda (escopo, .466). Já periódicos são mais discriminados na segunda (.634) do que na primeira (.421). Isso significa que *a variação na primeira dimensão (amplitude) fará mais sentido para abordagens, enquanto a variação na segunda (escopo) fará mais sentido para periódicos*. Em outras palavras, há mais chances de que uma abordagem A esteja pontuando de forma significativa apenas na primeira dimensão e que um periódico X esteja pontuando de forma significativa apenas na segunda. Assim, por exemplo, uma abordagem pode aparecer no eixo nomotético, embora seja mais idiográfica: suas coordenadas só fazem sentido na dimensão da amplitude (estrutura ou agência), e não do escopo.

Tome-se como exemplo o comportamentalismo. Embora pontue bastante tanto na primeira como na segunda dimensões (está na diagonal superior direita do gráfico), essas coordenadas só fazem sentido para a primeira, referente a amplitude: sua correspondência com agência faz mais sentido do que a sugerida correspondência com nomotético. Também é o caso do neoinstitucionalismo de escolha racional, que aparece no quadrante negativo da primeira dimensão, denotando proximidade com estrutura, quando sabemos que não existe associação. Já sua pontuação no escopo faz todo sentido, já que é a abordagem mais nomotética de todas. A mesma lógica aplica-se aos periódicos.

No entanto, essas incongruências não ocorrem com todas as abordagens ou periódicos: como a *variável* abordagem também discrimina-se na primeira dimensão (.466, nas medidas de discriminação), algumas *categorias* de abordagens, *i.e.*, abordagens específicas, se posicionarão de forma mais significativa nesse eixo. As medidas de discriminação nos indicam a extensão em que os fatores de cada dimensão são eficazes na determinação das categorias da variável *tomadas conjuntamente*, assim, os fatores podem ser eficazes em algumas categorias, mas não em todas.

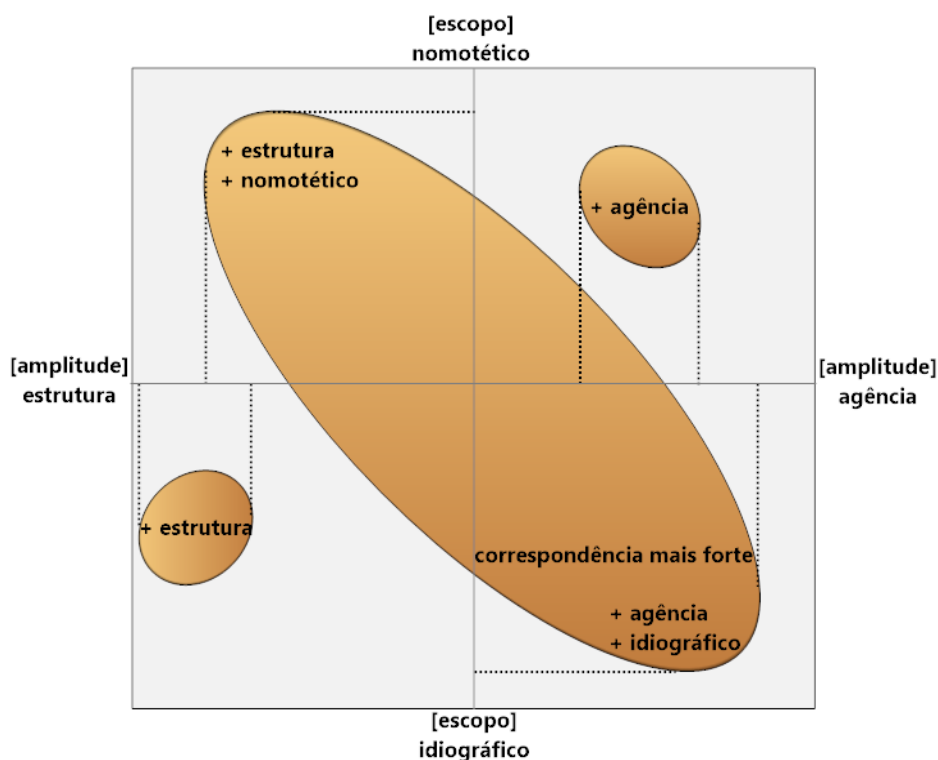
Como identificar essas especificidades?

Quanto mais distante uma categoria específica esteja das categorias que representam os *fatores* (os pontos nomotético/idiográfico e estrutura/agência), maiores as chances de não serem afetados por elas. No caso do comportamentalismo, sua distância de “nomotético”. No neoinstitucionalismo de escolha racional, sua distância de “estrutura”.

Esse risco é menor nas áreas, já que elas cobrem toda a discriminação em ambas as dimensões, havendo maior correspondência entre ambos os eixos (Gráfico 56).

Considerando essas circunstâncias, a atuação dos fatores pode ser assim sintetizada:

Figura 4. Modelo 14. Síntese da atuação dos fatores



Apenas a amplitude do argumento atua nos núcleos isolados nas diagonais superior direita e inferior esquerda. É como se houvesse uma região unidimensional no campo. Trata-se de um microcosmo. A elipse central é um contínuo que combina dois fatores, amplitude e escopo, indo, em um extremo, de estrutural-nomotético, ao outro, agência-idiográfico – no qual a correspondência é mais forte (isto é, menores as chances de que uma categoria aqui posicionada não pontue em ambas as dimensões)¹¹³.

Ainda assim, reforça-se que, caso queira-se perscrutar categorias em particular, é importante referir-se às medidas de associação, neutralizando o risco de a categoria em vista, posicionada na nuvem central, variar apenas em função de um dos fatores. *É um cuidado que deve ser tomado quando se interpreta como preditor uma variável que tem valores de discriminação inferiores aos das variáveis tomados resultantes.*

¹¹³ As associações entre escopo e amplitude podem ser consultadas no Apêndice 5, Seção 20.

Resumo

Verificou-se, no decorrer deste capítulo, que fatores relativos a tradições intelectuais exercem efeito organizador sobre o campo de produção. Esses fatores referem-se a quatro ordens: natureza do objeto, estilos cognitivos, amplitude e escopo do argumento. As principais oposições são entre objetos empíricos e teóricos, entre estilos científicos e humanísticos, entre argumentos mais estruturais e mais subjetivistas e entre argumentos mais nomotéticos e mais idiográficos.

Viu-se que as tradições intelectuais interagem com tradições disciplinares formando uma estrutura complexa. O argumento desenvolvido nos dois últimos capítulos partiu identificando microcosmos e, então, desvelando a estrutura principal. Os três eixos foram periódicos, áreas e abordagens. Identificou-se a atuação de tradições em cada um, separadamente, e, a seguir, em conjunto, conduzindo a modelos unificados, que provaram a atuação conjunta dos principais fatores. Cumpre, assim, resumir os principais achados:

Tabela 25. Resumo dos modelos: tradições disciplinares e tradições intelectuais

Modelo	Variáveis	Fatores 1ª dimensão	Fatores 2ª dimensão	Outliers Microcosmos
Tradições disciplinares				
1	(a) Periódicos (b) Áreas	(i) Polo religião ¹¹⁴ x outros	(i) Polo políticas públicas ¹¹⁵ x outros	- Polo religião
2	(a) Periódicos (b) Áreas (mais frequentes)	(i) Polo políticas públicas x outros	(i) <i>Opinião Pública</i> , “Estudos eleitorais e partidos políticos” e “Atitudes e comportamento político” x <i>Lua Nova</i> e “Pensamento político brasileiro” ¹¹⁶	- Polo econômico ¹¹⁷
3	(a) Periódicos (freq.) (b) Classes de áreas	(i) Instituições políticas x outros	(i) “Comportamento político” x “Estado e sociedade civil” e “Teoria, métodos e ideias” ¹¹⁸	
4	(a) Periódicos (b) Áreas (c) Tradições disciplinares	(i) Polo econômico x outros (ii) Estatal x político-societal	(i) Polo idealista x outros (ii) Societal x político	- Polo econômico - Polo religião - Polo idealismo ¹¹⁹ - <i>Tempo Social</i>
5	(a) Periódicos (freq.) (b) Áreas (freq.) (c) Tradições disciplinares	(i) Polo políticas públicas + estatal x outros	(i) Político x societal	
6	(a) Periódicos (freq.) (b) Abordagens (freq.) (c) Tradições disciplinares	(i) Político x societal	(i) Estatal x político	- Pós-moderna (abordagem) ¹²⁰
Tradições intelectuais				
7	(a) Periódicos (freq.) (b) Áreas (freq.) (c) Natureza do objeto	(i) Empírico x teórico	(i) Polo políticas públicas x <i>Opinião Pública</i> , “Estudos eleitorais e partidos	- Linguístico-ideal (natureza do objeto)

¹¹⁴ Composto pelo periódico *Religião e Sociedade* e a área “religião e política”.

¹¹⁵ Composto por *Ciência e Saúde Coletiva*, *Cadernos de Pesquisa* e “governo, burocracia e políticas públicas”.

¹¹⁶ Categorias estruturam-se implicitamente segundo oposições político-societal e empírico-teórico/ideal.

¹¹⁷ Composto pela *Revista de Economia Política*, a área “política e economia” e a tradição economicista. *Constitui a terceira dimensão do modelo: grupo economia política x outros*.

¹¹⁸ Categorias estruturam-se implicitamente segundo oposições politológico-societal e empírico-teórico/ideal.

¹¹⁹ Composto pela tradição idealista, *História* e as áreas “história das ideias” e “pensamento político brasileiro”. A associação com “revoluções e conflitos civis” é pouco significativa, dada o N muito pequeno dessa área (3).

¹²⁰ Inclusão nos modelos não afetou a estrutura, sendo mantido.

III. Tradições intelectuais

		políticos" e "Atitudes e comportamento político"	
8	(a) Periódicos (freq.) (b) Áreas (freq.) (c) Tradições disciplinares (d) Natureza do objeto	(i) Empírico x teórico	(i) Estatal x outros (ii) Político x societal - História das ideias - Pensamento político brasileiro (áreas)
9	(a) Periódicos (freq.) (b) <i>Abordagens</i> (freq.) (c) Tradições disciplinares (d) Natureza do objeto	(i) Político x societal (ii) Empírico x teórico	(i) Estatal x outros - Pós-moderna (abordagem)
10	(a) Periódicos (freq.) (b) <i>Abordagens</i> (freq.) (c) <i>Áreas</i> (freq.) (d) Tradições disciplinares (e) Natureza do objeto	(i) Empírico-teórico (ii) Político-societal	(i) Estatal-outros - Abordagem pós-moderna
11	(a) Periódicos (b) Áreas (freq.) (c) Abordagens (freq.) (d) Periódicos (e) Estilos cognitivos	(i) Literário x Erístico-simbólico	(i) Erístico-simbólico x Acadêmico-militante
12	(a) Periódicos (b) Áreas (freq.) (c) Abordagens (freq.) (d) Tradições disciplinares (d ₂) Visões de disciplina (e) Estilos cognitivos (e ₂) Tradições intelectuais	(i) Humanístico x científico: Literário, militante e acadêmico x Erístico-simbólico (ii) Ciência política x sociologia política: Político-estatista x Societal, econômico, estatal e idealista	(i) Literário x Acadêmico
13	(a) Periódicos (b) Áreas (freq.) (c) Abordagens (freq.) (d) Amplitude do argumento (e) Escopo do argumento	(i) Agente x estrutura	(i) Nomotético x idiográfico
Nota: "estatal" inclui estatismo; "político" inclui politicismo; "societal" inclui societalismo.			

IV

Cientificidade

O estilo erístico, núcleo da tradição científica, implica uma concepção ampla de cientificidade, na qual coexistem propriedades humanísticas fora do estilo literário. Enquanto o estilo erístico é uma especificação bastante ampla de tradição científica, o estilo literário é uma especificação mais estrita de tradição humanística. Assim, tradição científica pode ser especificada com critérios mais ou menos ortodoxas de cientificidade. De fato, os estratos mais privilegiados do campo correspondem a maiores valores de cientificidade segundo uma concepção mais “positivista”: mais “cientificidade” corresponde a mais capital acadêmico. Nesse sentido, os capítulos IV e V demonstrarão que a “cientificidade” consiste tanto em um leque de propriedades substantivas como em um critério de estratificação. Cumpre, portanto, descrevê-la e verificar quais são as frações mais ou menos “científicas” – distinguindo-se melhor o científico e o humanístico no campo.

Os critérios são os seguintes, dos mais básicos aos mais ortodoxos: (i) objeto empírico; (ii) pesquisa empírica¹²¹; (iii) apresentação de hipótese; (iv) teste de hipótese; (v) natureza das evidências (quanti, quali, híbridas, bibliográficas); (vi) tipo de estatística empregada e (vii) causalidade. Os dados foram levantados para periódicos, áreas, abordagens, tradições disciplinares e tradições intelectuais.

¹²¹ “Objeto empírico” e “pesquisa empírica” são variáveis independentes, diferentemente de “apresentação de hipótese” e “teste de hipótese”, na qual teste de hipótese é uma porção dos trabalhos que apresentam hipótese. É claro, uma pesquisa empírica necessariamente tem um objeto empírico, assim, o percentual de pesquisa empírica nunca será maior que o de objetos empíricos.

IV. Cientificidade

IV.1. Periódicos

Tabela 26. Indicadores de cientificidade. Distribuição dos periódicos, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas) (N entre parêntesis)

	Objeto é empírico	É pesquisa empírica	Natureza das evidências					Tipo de estatística					Apresenta hipótese	Hipótese apresentada é testada	Argumento verifica/me de causalidade
			Não apresenta	Quanti	Quali	Híbridas	Bibliog.	Não usa	Frequência simples	Univariada	Bivariada	GLM			
Dados (45)	80,0%	77,8%	0,0%	33,3%	26,7%	20,0%	20,0%	46,7%	24,4%	2,2%	6,7%	20,0%	44,4%	94,4%	71,1%
	,6	,8	-,6	1,7	-,7	,5	-1,0	-1,2	,6	,0	1,7	1,3	,8	1,6	1,9
RBCS (29)	59,3%	55,2%	0,0%	17,9%	25,0%	14,3%	42,9%	64,3%	17,9%	3,6%	0,0%	14,3%	37,9%	72,7%	58,6%
	-,8	-,8	-,5	-,4	-,7	-,4	1,5	,2	-,3	,4	-,9	,2	,0	,3	,6
Opin. Publica (59)	94,9%	94,9%	0,0%	59,3%	16,9%	18,6%	5,1%	22,0%	22,0%	1,7%	15,3%	39,0%	64,4%	65,9%	64,4%
	2,0	2,5	-,7	6,2	-2,1	,3	-3,3	-3,8	,3	-,3	5,9	5,5	3,4	,1	1,5
BPSR (26)	96,2%	96,2%	0,0%	57,7%	11,5%	26,9%	3,8%	19,2%	34,6%	3,8%	3,8%	38,5%	65,4%	94,1%	88,5%
	1,4	1,8	-,5	3,9	-1,9	1,2	-2,3	-2,7	1,6	,5	,4	3,6	2,3	1,5	2,7
Rev. Soc. Pol. (86)	67,1%	62,8%	1,2%	15,1%	23,3%	27,9%	32,6%	58,8%	22,4%	2,4%	0,0%	15,3%	47,7%	59,5%	53,5%
	-,6	-,6	,3	-1,3	-1,5	2,4	,9	-,3	,4	,0	-1,5	,6	1,5	-,4	,4
Lua Nova (31)	51,6%	51,6%	0,0%	12,9%	32,3%	6,5%	48,4%	80,6%	9,7%	0,0%	0,0%	9,7%	29,0%	66,7%	35,5%
	-1,4	-1,1	-,5	-1,1	,0	-1,4	2,2	1,4	-1,3	-,8	-,9	-,5	-,8	,1	-1,2
REP (10)	70,0%	70,0%	0,0%	40,0%	10,0%	20,0%	30,0%	20,0%	50,0%	10,0%	0,0%	20,0%	40,0%	50,0%	100,0%
	-,1	,1	-,3	1,2	-1,3	,2	,1	-1,7	2,1	1,6	-,5	,6	,1	-,4	2,2
Novos Est. (25)	62,5%	48,0%	4,0%	20,0%	16,0%	24,0%	36,0%	60,0%	36,0%	0,0%	0,0%	4,0%	24,0%	83,3%	56,0%
	-,6	-1,2	1,7	-,2	-1,5	,8	,8	-,1	1,7	-,8	-,8	-1,3	-1,1	,6	,4
RBCP (74)	47,2%	45,9%	2,7%	10,8%	23,0%	12,2%	51,4%	79,7%	12,2%	2,7%	0,0%	5,4%	33,8%	66,7%	41,9%
	-2,5	-2,3	1,7	-2,0	-1,5	-1,0	3,9	2,0	-1,6	,2	-1,4	-1,8	-,5	,1	-1,1
CRH (27)	66,7%	59,3%	0,0%	3,7%	55,6%	7,4%	33,3%	88,9%	7,4%	0,0%	0,0%	3,7%	37,0%	20,0%	33,3%
	-,3	-,5	-,5	-2,0	2,1	-1,2	,6	1,8	-1,5	-,8	-,8	-1,3	,0	-1,8	-1,3
Cad. Pesq. (14)	92,9%	85,7%	0,0%	7,1%	78,6%	7,1%	7,1%	85,7%	7,1%	0,0%	0,0%	7,1%	28,6%	0,0%	14,3%
	,9	,8	-,4	-1,2	3,0	-,9	-1,5	1,2	-1,1	-,6	-,6	-,6	-,5	-1,6	-1,9
Pagu (3)	66,7%	66,7%	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	33,3%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	60,0%	0,0%
	-,1	,0	-,2	-,8	1,0	-,7	,2	,9	-,8	-,3	-,3	-,6	-1,1	-,1	-1,2
Ci. Sau. Col. (52)	90,4%	78,8%	0,0%	15,4%	48,1%	26,9%	9,6%	57,7%	28,8%	7,7%	1,9%	3,8%	9,6%	66,7%	38,5%
	1,5	1,0	-,7	-1,0	1,9	1,7	-2,5	-,3	1,3	2,6	-,3	-1,8	-3,3	,0	-1,2

IV. Cientificidade

Est. Históricos (13)	92,3% ,8	92,3% 1,1	0,0% -,3	0,0% -1,7	92,3% 3,8	0,0% -1,5	7,7% -1,4	100,0% 1,8	0,0% -1,6	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -1,3	23,1% -,9	100,0% ,4	0,0% -2,6
História (7)	85,7% ,0	71,4% ,6	0,0% -,2	0,0% -1,2	71,4% 1,8	0,0% -1,1	28,6% ,1	100,0% 1,3	0,0% -1,2	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -1,0	14,3% -1,0	25,0% -1,0	0,0% -1,9
Relig. Soc. (9)	100,0% 1,0	77,8% ,4	0,0% -,3	0,0% -1,4	88,9% 2,9	11,1% -,4	0,0% -1,6	88,9% 1,1	11,1% -,6	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -1,1	44,4% ,3	0,0% -,8	66,7% ,7
Est. Fem. (15)	75,0% ,1	62,5% -,3	0,0% -,4	18,8% -,3	50,0% 1,2	6,3% -1,1	25,0% -,2	75,0% ,7	25,0% ,4	0,0% -,6	0,0% -,7	0,0% -1,4	6,3% -2,0	50,0% -,3	31,3% -1,1
Saúde e Soc. (3)	100,0% ,6	100,0% ,7	0,0% -,2	33,3% ,4	66,7% 1,0	0,0% -,7	0,0% -,9	66,7% ,1	33,3% ,5	0,0% -,3	0,0% -,3	0,0% -,6	66,7% ,8	100,0% ,8	66,7% ,4
Soc. Estado (14)	69,2% -,1	64,3% -,2	7,1% 2,5	21,4% ,0	28,6% -,3	14,3% -,3	28,6% ,1	64,3% ,1	28,6% ,7	0,0% -,6	7,1% 1,0	0,0% -1,4	28,6% -,5	25,0% -1,0	50,0% ,0
Sociologias (12)	66,7% -,2	50,0% -,7	0,0% -,3	8,3% -1,0	50,0% 1,0	8,3% -,7	33,3% ,4	75,0% ,6	25,0% ,3	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -1,3	33,3% -,2	25,0% -1,0	58,3% ,4
Estudos Av. (3)	33,3% -,8	33,3% -,7	0,0% -,2	0,0% -,8	33,3% ,0	0,0% -,7	66,7% 1,3	100,0% ,9	0,0% -,8	0,0% -,3	0,0% -,3	0,0% -,6	0,0% -1,1		100,0% 1,2
Tempo Soc. (1)	0,0% -,9	0,0% -,8	0,0% -,1	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,4	100,0% 1,4	100,0% ,5	0,0% -,5	0,0% -,2	0,0% -,2	0,0% -,4	0,0% -,6		0,0% -,7
Ambiente Soc. (8)	50,0% -,7	50,0% -,6	0,0% -,3	12,5% -,6	25,0% -,4	12,5% -,3	50,0% 1,2	62,5% ,0	25,0% ,3	0,0% -,4	0,0% -,5	12,5% ,0	50,0% ,6	25,0% -1,0	50,0% ,0
Proporção na produção total	72,3%	67,7%	0,9%	21,7%	32,7%	17,1%	27,6%	61,2%	20,5%	2,3%	2,7%	13,1%	37,6%	64,4%	50,6%

Natureza do objeto: Qui-quadrado: 83,997 | V de Cramer: .387 | Sig. (2-sided): .000 | 22 graus de liberdade.

Pesquisa empírica: Qui-quadrado: 78,161 | V de Cramer: .371 | Sig. (2-sided): .000 | 22 graus de liberdade.

Natureza das evidências: Qui-quadrado: 245,523 | V de Cramer: .329 | Sig. (2-sided): .000 | 88 graus de liberdade.

Tipo de estatística: Qui-quadrado: 208,602 | V de Cramer: .272 | Sig. (2-sided): .000 | 110 graus de liberdade.

Apresenta hipótese: Qui-quadrado: 68,615 | V de Cramer: .348 | Sig. (2-sided): .000 | 22 graus de liberdade.

Testa hipótese: Qui-quadrado: 43,996 | V de Cramer: .348 | Sig. (2-sided): .000 | 19 graus de liberdade.

Causalidade: Qui-quadrado: 68,615 | V de Cramer: .460 | Sig. (2-sided): .000 | 11 graus de liberdade.

Nota: Os periódicos com N inferior a três foram incluídos na tabela, mas não foram ressaltados.

Entre os periódicos mais ortodoxos tem-se *Opinião Pública* e *Brazilian Political Science Review*: quase totalidade de trabalhos empíricos (todas pesquisas); predomínio de trabalhos quantitativos e com forte atração por esse tipo de evidência; repelem evidências bibliográficas; atraem trabalhos com estatística e repelem não uso de estatística, a maior parte deles empregando alguma técnica baseada no *General Linear Model* (GLM) e mostrando forte atração por essas técnicas; predomina a apresentação de hipótese, com forte associação; a hipótese é testada na maior parte dos casos e também predominam argumentos causais.

Dados também orienta-se nesse sentido, embora com valores um pouco menores. Predominam os trabalhos empíricos (80%), a maior parte pesquisas (77,8%), quantitativos (33,3% e 20% híbridos) e estatísticos (53,3%), há expressivo contingente de GLM (20%) e de apresentação de hipóteses (44,4%), tem-se o maior percentual de hipóteses testadas (94,4%) e o terceiro maior de argumentos causais (71,1%, com desvio de 1,9). Apesar disso, *Dados* parece menos “científico” em comparação com os resultados de uma análise feita entre 2004 e 2008 (Leite 2010), o que pode expressar uma mudança no corpo editorial e as próprias transformações do IUPERJ, que disseminou e originalmente estabeleceu-se com métodos quantitativos nas ciências sociais brasileiras, defendendo abordagens mais empíricas ao nomear seu periódico. Essa tradição se mantém, mas há mais ecletismo metodológico. A seguir, fechando o grupo dos periódicos mais “científicos”, tem-se a *Revista de Economia e Política*, que se destaca pelo maior percentual de trabalhos com argumentos causais (100%), com forte desvio (2,2), com maiores percentuais de evidências quantitativas (40% estritamente quanti e 20% híbridos) e de uso de estatística (apenas 20% não usam) em relação a *Dados*.

A *Revista de Sociologia Política* é um caso interessante. É empiricamente orientada, há valores relativamente altos de apresentação e teste de hipóteses e de argumentos causais – e, o mais interessante, um predomínio de evidências qualitativas (23,3%) e híbridas (27,9%) combinado com um 15,3% de GLM, um valor expressivo dado o uso ainda restrito desse tipo de estatística. Seu ecletismo parece expressar a trajetória de seus fundadores e a aproximação com as tradições politológicas em curso na Ciência Política recém-institucionalizada da UFPR. Nesse sentido, acredita-se que a *Revista de Sociologia e Política* irá tornar-se mais “científica”, afastando-se da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Novos Estudos* e *Sociedade e Estado*, onde há um ecletismo permeado por maior presença de valores associados às tradições acadêmica e humanística (evidências quali e bibliográficas, menor contingente de apresentação de hipótese e de causalidade). Esses quatro periódicos são o *grupo intermediário*, mais eclético.

Há também um grupo de periódicos empiricamente orientados nos quais predominam evidências qualitativas, que se dividem em dois subgrupos. O primeiro distingue-se por apresentar certo volume de trabalhos com hipótese, teste de hipótese e causalidade – embora em grau relativamente baixo (por volta de 20% a 30%). O segundo, o mais humanístico da produção, com baixíssimo volume nesses indicadores de cientificidade, expressando oposição entre quali e demais critérios de cientificidade.

No primeiro subgrupo, *Religião e Sociedade* é o mais empírico (100% e 77,8% pesquisas), o mais qualitativo (88,9%), o que mais apresenta hipótese (44,4%) e com um percentual expressivo de argumentos causais (66,7%). A seguir, aparece *Cadernos de Pesquisa* (92,9% empírico, 85,7% pesquisas; 78,6% de trabalhos qualitativos; 28,6% de trabalhos com hipótese, embora nenhuma delas testadas e 14,3% de argumentos causais). *Ciência e Saúde Coletiva*, o terceiro mais empírico (90,4% empírico, 78,8% pesquisas), é o mais eclético dos periódicos mais qualitativos: predomina quali (48,1%), mas há 15,4% de trabalhos quantitativos e 26,9% híbridos. Há mais argumentos causais em relação a *Cadernos de Pesquisa* (38,5%), mas menos trabalhos com hipótese (9,6%), embora 66,7% sejam testadas. A seguir, tem-se *Estudos Feministas* (75% de trabalhos empíricos e 62,5% pesquisas), o menos qualitativo dos periódicos com essa orientação metodológica, com 50% quali e 6,3% híbridos, com os demais valores semelhantes a *Ciência e Saúde Coletiva*. *Caderno CRH* é um pouco menos empírico (66,7%, com 59,3% de pesquisas). Sua proporção de estudos qualitativos é um pouco maior que *Estudos Feministas* (55,6% e 7,4% híbridos), ressaltando-se por ter percentuais mais homogêneos nos demais indicadores (37% dos trabalhos com hipótese, das quais 20% testadas, e 33,3% com argumentos causais). *Sociologias* é o periódico com menor percentual de trabalhos empíricos do subgrupo (66,7%, com 50% de pesquisas). É um pouco mais qualitativo que *Estudos Feministas* (50% com 8,3% híbridos) e ressalta-se por ter um percentual de argumentos causais de 58,3%, equivalente a periódicos intermediários como *RBCS* ou *RSP*.

O segundo subgrupo compõe-se por *Estudos Históricos* e *História*. *Estudos Históricos* é o terceiro periódico mais empírico da produção (92,3%, todos pesquisas) e o mais qualitativo (92,3% com desvio de 3,8), com ausência de estatística. Há 23,1% de trabalhos que apresentam hipótese, todas elas testadas. Nenhum trabalho apresentou argumentos causais, também repelidos (-2,6). *História* segue o mesmo padrão, com valores um pouco menores.

No último grupo tem-se *Lua Nova* (51,6 e 51,6%) e *Revista Brasileira de Ciência Política* (47,2% e 45,9%), os menos empiricamente orientados. Em ambos predominam as evidências bibliográficas (48,4% e 51,4%, respectivamente), havendo desvio estatisticamente significativo (2,2 e 3,9). Também são mais qualitativos do que quantitativos (respectivamente, 32,3% e 23% quali contra 12,9% e 10,8% quanti). Ambos publicam poucos artigos com estatística (80,6% e 79,7% não apresentam), havendo desvio positivo na *RBCP* (2,0), isto é, repelindo o uso de estatística. Os percentuais de causalidade e apresentação e teste de hipótese, entre 29% e 66,7%, são um pouco superiores aos dos periódicos qualitativos e inferiores aos dos periódicos intermediários.

Em suma, os periódicos mais “científicos” tendem a ser quantitativos e, além disso, os de maior sofisticação estatística. Os periódicos mais qualitativos, também geralmente empíricos, são menos “científicos” nos demais indicadores. Há, inclusive, certa oposição nos periódicos de orientação histórica, quando quali se inscreve na tradição humanística. *Em outras palavras, a oposição entre tradições científica e humanística reproduz-se mais claramente dentro de critérios de cientificidade* – inclusive dentro dos próprios trabalhos empíricos: qualitativo é mais humanístico e opõe-se a quantitativo e aos demais critérios de cientificidade, mais ortodoxos. Os critérios de cientificidade indicam uma oposição entre concepções de conhecimento.

IV.2. Áreas temáticas

Tabela 27. Indicadores de cientificidade. Distribuição das áreas temáticas, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas) (N entre parêntesis)¹²²

	Objeto é empírico	É pesquisa empírica	Natureza das evidências					Tipo de estatística					Hip.	Teste Hip.	Causal.
			Não apresenta	Quanti	Quali	Híbridas	Bibliog.	Não usa	Frequência simples	Univariada	Bivariada	GLM			
Comunicação, representação e comportamento político															
Estudos eleitorais e partidos políticos (40)	94,9%	90,0%	2,5%	52,5%	22,5%	17,5%	5,0%	32,5%	17,5%	2,5%	15,0%	32,5%	62,5%	80,8%	72,5%
	1,7	1,7	1,1	4,2	-1,1	,1	-2,7	-2,3	-,4	,1	4,8	3,4	2,6	1,0	1,9
Atitudes e cultura política (30)	90,0%	86,7%	0,0%	76,7%	13,3%	0,0%	10,0%	23,3%	13,3%	0,0%	10,0%	53,3%	70,0%	85,7%	80,0%
	1,1	1,3	-,5	6,4	-1,8	-2,3	-1,8	-2,6	-,9	-,8	2,5	6,1	2,9	1,2	2,3
Comunicação política e op. pub. (20)	68,4%	65,0%	5,0%	20,0%	25,0%	20,0%	30,0%	60,0%	25,0%	0,0%	0,0%	15,0%	45,0%	66,7%	45,0%
	-,2	-,2	2,0	-,2	-,6	,3	,2	-,1	,4	-,7	-,7	,2	,5	,1	-,4
Instituições Participativas (16)	87,5%	81,3%	0,0%	25,0%	31,3%	31,3%	12,5%	43,8%	43,8%	0,0%	6,3%	6,3%	50,0%	37,5%	50,0%
	,7	,7	-,4	,3	-,1	1,4	-1,2	-,9	2,0	-,6	,9	-,8	,8	-,9	,0
Instituições políticas															
Estudos do Legislativo (8)	75,0%	75,0%	0,0%	25,0%	0,0%	50,0%	25,0%	25,0%	50,0%	0,0%	0,0%	25,0%	87,5%	42,9%	62,5%
	,1	,2	-,3	,2	-1,6	2,2	-,1	-1,3	1,8	-,4	-,5	,9	2,3	-,7	,5
Relações Executivo-Legislativo (8)	100,0%	100,0%	0,0%	50,0%	25,0%	25,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	12,5%	37,5%	62,5%	100,0%	87,5%
	,9	1,1	-,3	1,7	-,4	,5	-1,5	-1,3	,3	-,4	1,7	1,9	1,1	1,0	1,5
Relações intergovern. (5)	100,0%	100,0%	0,0%	40,0%	20,0%	40,0%	0,0%	20,0%	20,0%	20,0%	0,0%	40,0%	60,0%	100,0%	100,0%
	,7	,9	-,2	,9	-,5	1,2	-1,2	-1,2	,0	2,6	-,4	1,7	,8	,8	1,5
Sistemas eleitorais e sist. partidários (16)	87,5%	87,5%	0,0%	56,3%	0,0%	31,3%	12,5%	12,5%	37,5%	0,0%	12,5%	37,5%	56,3%	100,0%	93,8%
	,7	1,0	-,4	3,0	-2,3	1,4	-1,2	-2,5	1,5	-,6	2,4	2,7	1,2	1,3	2,4
Sistemas governam. (9)	77,8%	77,8%	0,0%	44,4%	0,0%	33,3%	22,2%	44,4%	22,2%	22,2%	0,0%	11,1%	66,7%	83,3%	77,8%
	,2	,4	-,3	1,5	-1,7	1,2	-,3	-,6	,1	3,9	-,5	-,2	1,4	,6	1,1
Instit. governam. específicas (1)	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		100,0%
	,3	,4	-,1	-,5	1,2	-,4	-,5	,5	-,5	-,2	-,2	-,4	-,6		,7
Análise do processo decisório (7)	100,0%	100,0%	0,0%	14,3%	42,9%	42,9%	0,0%	42,9%	14,3%	28,6%	0,0%	14,3%	42,9%	75,0%	85,7%
	,9	1,0	-,2	-,4	,5	1,6	-1,4	-,6	-,4	4,6	-,4	,1	,2	,3	1,3
Governo, burocracia e políticas públicas (122)	88,5%	82,8%	0,0%	16,4%	46,7%	25,4%	11,5%	57,4%	28,7%	4,9%	0,8%	8,2%	27,9%	55,9%	46,7%
	2,1	2,0	-1,0	-1,3	2,7	2,2	-3,4	-,5	2,0	1,9	-1,2	-1,5	-1,8	-,6	-,6
Estudos poder local (7)	100,0%	100,0%	0,0%	14,3%	57,1%	28,6%	0,0%	71,4%	28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	28,6%	50,0%	42,9%

¹²² **Natureza do objeto:** Qui-quadrado: 232,642 | V de Cramer: .645 | Sig. (2-sided): .000 | 28 graus de liberdade. **Pesquisa empírica:** Qui-quadrado: 208,512 | V de Cramer: .607 | Sig. (2-sided): .000 | 28 graus de liberdade. **Natureza das evidências:** Qui-quadrado: 437,094 | V de Cramer: .440 | Sig. (2-sided): .000 | 112 graus de liberdade. **Tipo de estatística:** Qui-quadrado: 347,391 | V de Cramer: .351 | Sig. (2-sided): .000 | 140 graus de liberdade. **Apresenta hipótese:** Qui-quadrado: 85,598 | V de Cramer: .389 | Sig. (2-sided): .000 | 28 graus de liberdade. **Testa hipótese:** Qui-quadrado: 43,996 | V de Cramer: .457 | Sig. (2-sided): .000 | 25 graus de liberdade. **Causalidade:** Qui-quadrado: 127,616 | V de Cramer: .475 | Sig. (2-sided): .000 | 28 graus de liberdade. Nota: as áreas com N < 3 foram incluídas na tabela, mas não foram ressaltadas.

IV. Cientificidade

	,9	1,0	-,2	-,4	1,1	,7	-1,4	,3	,5	-,4	-,4	-1,0	-,4	-,3	-,3
Estado e sociedade civil															
Estrutura e transf. Estado (24)	56,5%	50,0%	4,2%	0,0%	50,0%	4,2%	41,7%	95,8%	4,2%	0,0%	0,0%	0,0%	20,8%	75,0%	54,2%
	-,9	-1,1	1,7	-2,3	1,5	-1,5	1,3	2,2	-1,8	-,7	-,8	-1,8	-1,3	,3	,2
Política e economia (20)	70,0%	70,0%	0,0%	25,0%	15,0%	30,0%	30,0%	40,0%	45,0%	0,0%	5,0%	10,0%	25,0%	40,0%	80,0%
	-,1	,1	-,4	,3	-1,4	1,4	,2	-1,2	2,4	-,7	,6	-,4	-,9	-,7	1,8
Recrutamento polít., juríd. e buroc. (19)	94,7%	94,7%	0,0%	36,8%	21,1%	36,8%	5,3%	26,3%	52,6%	0,0%	0,0%	21,1%	47,4%	88,9%	63,2%
	1,2	1,4	-,4	1,4	-,9	2,1	-1,9	-1,9	3,1	-,7	-,7	1,0	,7	,9	,8
Classes e grupos de interesse (10)	100,0%	90,0%	0,0%	30,0%	60,0%	10,0%	0,0%	60,0%	30,0%	0,0%	0,0%	10,0%	60,0%	50,0%	50,0%
	1,0	,9	-,3	,6	1,5	-,5	-1,7	,0	,7	-,5	-,5	-,3	1,2	-,4	,0
Movimentos, organiz. e atores coletivos (40)	73,2%	61,9%	2,4%	7,1%	57,1%	7,1%	26,2%	85,4%	14,6%	0,0%	0,0%	0,0%	26,2%	54,5%	28,6%
	,1	-,5	1,0	-2,0	2,8	-1,6	-,2	2,0	-,8	-1,0	-1,0	-2,3	-1,2	-,4	-2,0
Revoluções e conflitos civis (3)	66,7%	66,7%	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	33,3%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
	-,1	,0	-,2	-,8	1,0	-,7	,2	,9	-,8	-,3	-,3	-,6	-1,1		-1,2
Segurança pública (19)	89,5%	89,5%	0,0%	5,3%	57,9%	26,3%	10,5%	68,4%	21,1%	0,0%	0,0%	10,5%	47,4%	25,0%	47,4%
	,9	1,1	-,4	-1,5	1,9	1,0	-1,4	,4	,0	-,7	-,7	-,3	,7	-1,0	-,2
Política, Direito e Judiciário (12)	75,0%	66,7%	0,0%	33,3%	16,7%	25,0%	25,0%	41,7%	33,3%	0,0%	0,0%	25,0%	41,7%	16,7%	91,7%
	,1	,0	-,3	,9	-1,0	,7	-,2	-,9	1,0	-,5	-,6	1,1	,2	-1,5	2,0
Religião e política (9)	100,0%	77,8%	0,0%	0,0%	88,9%	11,1%	0,0%	88,9%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	44,4%	50,0%	55,6%
	1,0	,4	-,3	-1,4	3,0	-,4	-1,6	1,1	-,6	-,5	-,5	-1,1	,3	-,3	,2
Teoria, métodos e ideias															
Teoria política democrática (39)	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	0,0%	0,0%	2,6%	97,4%	2,6%	0,0%	0,0%	0,0%	17,9%	16,7%	17,9%
	-5,0	-4,9	1,1	1,1	-2,9	-3,6	-2,2	2,9	-2,5	-,9	-1,0	-2,3	-2,0	-1,5	-2,9
Teoria política moderna (13)	23,1%	15,4%	0,0%	0,0%	0,0%	23,1%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	23,1%	50,0%	46,2%
	-2,1	-2,3	-,3	-,3	-1,7	-,6	-1,5	1,8	-1,6	-,5	-,6	-1,3	-,9	-,3	-,2
Teoria política contemporânea (29)	10,3%	6,9%	0,0%	0,0%	3,4%	6,9%	0,0%	96,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,9%	0,0%	17,2%
	-3,9	-4,0	-,5	-,5	-2,1	-2,4	-2,2	2,4	-2,4	-,8	-,9	-2,0	-2,7	-1,1	-2,5
História das ideias (14)	69,2%	71,4%	0,0%	0,0%	0,0%	64,3%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%	50,0%	7,1%
	-,1	,2	-,4	-,4	-1,7	2,1	-1,6	1,8	-1,6	-,5	-,6	-1,3	-1,0	-,3	-2,3
Metodologia (11)	45,5%	45,5%	0,0%	0,0%	36,4%	0,0%	9,1%	45,5%	9,1%	9,1%	0,0%	36,4%	63,6%	60,0%	72,7%
	-1,0	-,9	-,3	-,3	1,0	-1,9	-,6	-,7	-,8	1,5	-,5	2,1	1,4	-,1	1,0
Pensamento político brasileiro (12)	54,5%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	54,5%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	41,7%	40,0%	8,3%
	-,7	-,8	-,3	-,3	-1,5	1,3	-1,4	1,7	-1,6	-,5	-,6	-1,3	,2	-,7	-2,1
Ensino e pesquisa em CP e RI (1)	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
	,3	,4	-,1	-,1	-,5	1,2	-,4	,5	-,5	-,2	-,2	-,4	-,6		-,7
Proporção total	72,3%	67,8%	0,9%	0,9%	21,8%	32,6%	17,2%	61,2%	20,6%	2,3%	2,7%	13,1%	37,6%	64,4%	50,7%

As áreas mais “científicas” são “estudos eleitorais e partidos políticos” e “atitudes e cultura política” (da classe *comunicação, representação e comportamento político*), seguidas por “estudos do Legislativo”, “relações Executivo-Legislativo”, “relações intergovernamentais”, “sistemas eleitorais e sistemas partidários” e “sistemas governamentais” (da classe *instituições políticas*), seguidas por “recrutamento político, jurídico e burocrático” e “classes e grupos de interesse” (*Estado e sociedade civil*).

Embora menos que quanti, há mais presença de evidências de natureza qualitativa e híbridas entre as áreas de instituições políticas em relação às áreas de comportamento político, fruto da maior presença do neoinstitucionalismo associado aos estudos de políticas públicas nas primeiras. “Sistemas eleitorais e sistemas partidários” é a mais quantitativa das áreas de instituições (56,3% com desvio de 3,0), também repelindo estudos qualitativos (nenhum caso). Essas são as áreas que mais predominam nos periódicos A1 e A2 (V.1.1). “Governo, burocracia e políticas públicas”, o núcleo do polo de políticas públicas das análises de correspondência (II.2.2 e segs.) ressalta-se por ter forte orientação empírica associada a evidências qualitativas e híbridas, sem no entanto ignorar estatística, atraindo frequência simples e técnicas univariadas, empregadas nos 16,4% de trabalhos quantitativos e em 25,4% dos híbridos.

As áreas de “Estado e sociedade civil” são mais heterogêneas, embora também predomine a orientação empírica. As principais diferenças são o crescimento de evidências qualitativas e diminuição relativa dos indicadores de cientificidade. Os maiores contrastes em relação às áreas de comportamento e instituições políticas são “movimentos, organizações e atores coletivos”, que repele evidências quantitativas, atrai qualitativas e repele estatística, e “estrutura e transformação do Estado”, que repele evidências quantitativas e estatística. “Movimentos...” apresenta percentuais menores nos demais índices de cientificidade (26,2% com hipótese, das quais 54,4% testadas; 28,6% de argumentos casuais). “Religião e política” é a área mais qualitativa (88,9% dos casos e desvio de 3,0) e também uma das menos estatísticas (88,9% dos trabalhos não usam).

As maiores oposições ficam por conta das áreas teóricas, “teoria política democrática”, “moderna” e “contemporânea”, em relação às áreas de comportamento e instituições políticas. Todas repelem objetos, pesquisas, evidências empíricas e estatística e definem-se por evidências bibliográficas. Os percentuais de causalidade e apresentação e teste de hipótese são geralmente baixos, à exceção de “teoria política moderna”, com 46,2% de argumentos causais.

Veja-se como esses indicadores aumentam em “metodologia”, uma espécie de subdivisão metodológica das áreas e abordagens politológicas e “científicas”. É expressivo o fato desta área ser 36,4% quantitativa, nada qualitativa e ter 36,4% de GLM – isto é, *todos* os trabalhos quantitativos empregaram GLM – indicando a proeminência metodológica dos métodos quantitativos nas frações mais valorizadas da disciplina.

IV. Cientificidade

IV.3. Abordagens nominais

Tabela 28. Indicadores de cientificidade. Distribuição das abordagens nominais, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas) (N entre parêntesis)

	Objeto é empírico	É pesquisa empírica	Natureza das evidências					Tipo de estatística					Hip.	Teste Hip.	Causal.
			Não apresenta	Quanti	Quali	Híbridas	Bibliog.	Não usa	Frequência simples	Univariada	Bivariada	GLM			
Ciência Política															
Neoinstit. (67)	83,3%	80,6%	1,5%	20,9%	31,3%	29,9%	16,4%	47,8%	29,9%	4,5%	3,0%	14,9%	40,3%	66,7%	71,6%
	1,1	1,3	,5	-,1	-,2	2,5	-1,7	-1,4	1,7	1,2	,2	,4	,4	,1	2,4
Neoinstit. escolha racional (37)	94,6%	91,9%	0,0%	51,4%	10,8%	32,4%	5,4%	18,9%	27,0%	8,1%	0,0%	45,9%	64,9%	91,3%	91,9%
	1,6	1,8	-,6	3,9	-2,3	2,2	-2,6	-3,3	,9	2,3	-1,0	5,5	2,7	1,6	3,5
Neoinstit. histórico (18)	94,4%	83,3%	0,0%	0,0%	94,4%	0,0%	5,6%	94,4%	5,6%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	33,3%	61,1%
	1,1	,8	-,4	-2,0	4,6	-1,8	-1,8	1,8	-1,4	-,6	-,7	-1,5	-1,4	-,7	,6
Cultura política (21)	90,5%	90,5%	0,0%	76,2%	9,5%	4,8%	9,5%	19,0%	19,0%	4,8%	14,3%	42,9%	76,2%	80,0%	90,5%
	1,0	1,3	-,4	5,4	-1,9	-1,4	-1,6	-2,5	-,2	,7	3,3	3,8	2,9	,8	2,6
Escolha racional (3)	100,0%	100,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	100,0%	66,7%
	,6	,7	-,2	,4	,0	,7	-,9	-,6	1,8	-,3	-,3	-,6	-,1	,4	,4
Sistêmica (2)	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%
	-,4	-,3	-,1	-,7	,4	-,6	,6	,7	-,6	-,2	-,2	-,5	,3	-,8	,0
Pluralismo (3)	100,0%	100,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	0,0%	33,3%	33,3%	0,0%	0,0%	33,3%	100,0%	66,7%	100,0%
	,6	,7	-,2	,4	,0	,7	-,9	-,6	,5	-,3	-,3	1,0	1,8	,0	1,2
Comportament. (10)	100,0%	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	80,0%	90,0%	88,9%	90,0%
	1,0	1,2	-,3	5,3	-1,8	-1,3	-1,7	-2,5	-1,4	-,5	3,4	5,8	2,7	,9	1,8
Redes (8)	85,7%	75,0%	12,5%	12,5%	37,5%	25,0%	12,5%	62,5%	37,5%	0,0%	0,0%	0,0%	12,5%	100,0%	62,5%
	,4	,3	3,5	-,6	,2	,5	-,8	,0	1,1	-,4	-,5	-1,0	-1,2	,4	,5
Accountability (2)	50,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%
	-,4	-,3	-,1	,9	-,8	-,6	,6	-,2	-,6	-,2	-,2	1,4	-,9	-,8	,0
Análise de elites (23)	91,3%	91,3%	0,0%	39,1%	26,1%	26,1%	8,7%	31,8%	40,9%	0,0%	4,5%	22,7%	60,9%	85,7%	65,2%
	1,1	1,4	-,5	1,8	-,6	1,0	-1,7	-1,8	2,1	-,7	,5	1,2	1,8	1,0	1,0
Jurisprudência política (7)	100,0%	85,7%	0,0%	42,9%	28,6%	28,6%	0,0%	28,6%	42,9%	0,0%	0,0%	28,6%	57,1%	100,0%	100,0%
	,9	,6	-,2	1,2	-,2	,7	-1,4	-1,1	1,3	-,4	-,4	1,1	,8	,9	1,8
Interest group theory (2)	100,0%	100,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%		100,0%
	,5	,6	-,1	,9	-,8	1,1	-,7	-1,1	,9	-,2	-,2	1,4	-,9		1,0
Empirismo (27)	96,3%	96,3%	0,0%	81,5%	0,0%	14,8%	3,7%	7,4%	29,6%	14,8%	11,1%	37,0%	70,4%	88,9%	74,1%
	1,5	1,8	-,5	6,7	-3,0	-,3	-2,4	-3,6	1,0	4,3	2,7	3,4	2,8	1,3	1,7
Informacional (11)	63,6%	63,6%	0,0%	18,2%	0,0%	45,5%	36,4%	36,4%	36,4%	0,0%	0,0%	27,3%	81,8%	40,0%	63,6%
	-,3	-,2	-,3	-,3	-1,9	2,3	,6	-1,1	1,2	-,5	-,5	1,3	2,4	-1,0	,6
Feminismo (27)	44,4%	40,7%	0,0%	7,4%	29,6%	7,4%	55,6%	85,2%	11,1%	0,0%	0,0%	3,7%	7,4%	0,0%	7,4%

IV. Cientificidade

	-1,7	-1,7	-5	-1,6	-3	-1,2	2,8	1,6	-1,1	-8	-8	-1,3	-2,6	-1,1	-3,2
Teoria política liberal (6)	20,0%	16,7%	16,7%	0,0%	0,0%	16,7%	66,7%	83,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%
	-1,4	-1,5	4,1	-1,1	-1,4	,0	1,8	,7	-2	-4	-4	-9	-8	-8	-1,7
Deliberacionismo (12)	41,7%	41,7%	0,0%	8,3%	16,7%	16,7%	58,3%	83,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%
	-1,2	-1,1	-3	-1,0	-1,0	,0	2,0	1,0	-3	-5	-6	-1,3	-7	-1,4	-2,5
Participativismo (14)	42,9%	42,9%	0,0%	14,3%	7,1%	21,4%	57,1%	57,1%	28,6%	0,0%	0,0%	14,3%	14,3%	100,0%	28,6%
	-1,3	-1,1	-4	-6	-1,7	,4	2,1	-2	,7	-6	-6	,1	-1,4	,6	-1,2
Pragmatismo (2)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
	-1,2	-1,2	-1	-7	-8	-6	2,0	,7	-6	-2	-2	-5	-9		-1,0
Maquiaveliana (9)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		44,4%
	-2,6	-2,5	-3	-1,4	-1,7	-1,2	4,1	1,5	-1,4	-5	-5	-1,1	-1,8		-3
Contratualismo (4)	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	75,0%	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%		25,0%
	-1,1	-1,6	-2	-9	-1,1	,4	1,8	,4	,2	-3	-3	-7	-4		-7
Multiculturalismo (7)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
	-2,3	-2,2	-2	-1,2	-1,5	-1,1	3,7	1,3	-1,2	-4	-4	-1,0	-1,6		-1,9
Sociologia Política															
Marxista (24)	47,8%	41,7%	0,0%	13,0%	26,1%	8,7%	52,2%	79,2%	16,7%	0,0%	0,0%	4,2%	33,3%	37,5%	58,3%
	-1,4	-1,6	-5	-9	-6	-1,0	2,2	1,1	-4	-7	-8	-1,2	-3	-9	,5
Modernização (13)	66,7%	66,7%	0,0%	33,3%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%	100,0%	33,3%
	-1	,0	-2	,4	-1,0	,7	,2	-6	1,8	-3	-3	-6	,8	,6	-4
Organizações (29)	72,4%	69,0%	0,0%	10,3%	37,9%	24,1%	27,6%	69,0%	27,6%	0,0%	0,0%	0,0%	34,5%	40,0%	48,3%
	,0	,1	-5	-1,3	,5	,9	,0	,5	,8	-8	-9	-1,9	-3	-1,0	-2
Atores sociais (10)	70,0%	50,0%	0,0%	0,0%	60,0%	10,0%	30,0%	90,0%	10,0%	0,0%	0,0%	0,0%	30,0%	33,3%	10,0%
	-1	-7	-3	-1,5	1,5	-5	,1	1,2	-7	-5	-5	-1,1	-4	-7	-1,8
Praxiológica (22)	71,4%	59,1%	4,5%	13,6%	27,3%	27,3%	27,3%	59,1%	31,8%	0,0%	4,5%	4,5%	45,5%	50,0%	63,6%
	,0	-5	1,8	-8	-4	1,1	,0	-1	1,2	-7	,5	-1,1	,6	-6	,9
Interacionista (6)	66,7%	66,7%	0,0%	16,7%	33,3%	16,7%	33,3%	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	50,0%	50,0%
	-2	,0	-2	-3	,0	,0	,3	,2	,7	-4	-4	-9	-2	-3	,0
Etnometodol. (13)	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	38,5%	40,0%	7,7%
	1,2	1,4	-3	-1,7	4,2	-1,5	-1,9	1,8	-1,6	-5	-6	-1,3	,1	-7	-2,2
Teoria crítica (6)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
	-2,1	-2,0	-2	-1,1	-1,4	-1,0	3,4	1,2	-1,1	-4	-4	-9	-1,5		-1,7
Memória-imagin. Político (7)	42,9%	57,1%	0,0%	0,0%	42,9%	0,0%	57,1%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	28,6%	0,0%	14,3%
	-9	-3	-2	-1,2	,5	-1,1	1,5	1,3	-1,2	-4	-4	-1,0	-4	-1,1	-1,4
Sociologia Histórica															
Histórico-interpretativa (18)	88,9%	88,9%	0,0%	0,0%	88,9%	0,0%	11,1%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	66,7%	11,1%
	,8	1,1	-4	-2,0	4,2	-1,8	-1,3	2,1	-1,9	-6	-7	-1,5	-1,4	,0	-2,4
Tipos ideais (9)	66,7%	55,6%	0,0%	0,0%	66,7%	0,0%	33,3%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	50,0%	55,6%

IV. Cientificidade

	-2	-4	-3	-1,4	1,8	-1,2	,3	1,5	-1,4	-5	-5	-1,1	-8	-3	,2
Estruturalista (4)	100,0%	50,0%	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%		100,0%
	,7	-4	-2	-9	,6	1,6	-1,0	,4	,2	-3	-3	-7	-4		1,4
Historiográfica (10)	90,0%	90,0%	0,0%	0,0%	90,0%	0,0%	10,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	50,0%	10,0%
	,7	,9	-3	-1,5	3,2	-1,3	-1,1	1,6	-1,4	-5	-5	-1,1	-9	-3	-1,8
Economia Política															
Instit. econômico (4)	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	75,0%	25,0%	0,0%	50,0%	0,0%	25,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0	100,0%
	,7	,8	-2	-9	1,5	,4	-1,0	-3	-9	3,0	-3	,7	-1,2	,0	1,4
(Neo)desenvolvim. (14)	50,0%	35,7%	0,0%	7,1%	14,3%	28,6%	50,0%	57,1%	42,9%	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%	0,0%	92,9%
	-1,0	-1,5	-4	-1,2	-1,2	1,0	1,6	-2	1,8	-6	-6	-1,4	-1,0	-1,4	2,2
Teoria da dependência (1)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	-9	-8	-1	-5	-6	-4	1,4	,5	-5	-2	-2	-4	1,0	-8	,7
Linguístico-interpretativas															
Hermenêutica (5)	40,0%	20,0%	0,0%	0,0%	40,0%	0,0%	60,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	100,0%	0,0%
	-8	-1,3	-2	-1,0	,3	-9	1,4	1,1	-1,0	-3	-4	-8	-6	,4	-1,6
Contextualismo linguístico (9)	77,8%	66,7%	0,0%	0,0%	77,8%	0,0%	22,2%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,4%	33,3%	11,1%
	,2	,0	-3	-1,4	2,4	-1,2	-3	1,5	-1,4	-5	-5	-1,1	,3	-7	-1,7
História conceitual (7)	100,0%	85,7%	14,3%	0,0%	71,4%	0,0%	14,3%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0	14,3%
	,7	,6	3,8	-1,2	1,8	-1,1	-7	1,2	-1,1	-4	-4	-9	-1,6	,0	-1,4
Análise de conteúdo (11)	100,0%	100,0%	0,0%	18,2%	45,5%	36,4%	0,0%	45,5%	36,4%	9,1%	9,1%	0,0%	45,5%	80,0%	9,1%
	1,1	1,3	-3	-3	,7	1,5	-1,7	-7	1,2	1,5	1,3	-1,2	,4	,4	-1,9
Pós-moderna (14)	42,9%	28,6%	0,0%	0,0%	42,9%	0,0%	57,1%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%	0,0%	21,4%
	-1,3	-1,8	-4	-1,7	,7	-1,5	2,1	1,9	-1,7	-6	-6	-1,4	-1,0	-1,4	-1,5
Semiológica (1)	100,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%		0,0%
	,3	,4	-1	-5	1,2	-4	-5	,5	-5	-2	-2	-4	-6		-7
Direito															
Constitucionalismo (3)	66,7%	66,7%	0,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	100,0%	66,7%
	-1	,0	-2	-8	,0	,7	,2	,1	,5	-3	-3	-6	-1	,4	,4
Proporção na produção total	72,3%	67,7%	0,9%	21,7%	32,7%	17,1%	27,6%	61,2%	20,5%	2,3%	2,7%	13,1%	37,6%	64,4%	50,6%

Pesquisa empírica: Qui-quadrado: 186,669 | V de Cramer: .574 | Sig. (2-sided): .000 | 46 graus de liberdade.

Natureza das evidências: Qui-quadrado: 541,187 | V de Cramer: .488 | Sig. (2-sided): .000 | 184 graus de liberdade.

Tipo de estatística: Qui-quadrado: 379,044 | V de Cramer: .409 | Sig. (2-sided): .000 | 184 graus de liberdade.

Apresenta hipótese: Qui-quadrado: 130,079 | V de Cramer: .479 | Sig. (2-sided): .000 | 46 graus de liberdade.

Testa hipótese: Qui-quadrado: 71,151 | V de Cramer: .585 | Sig. (2-sided): .000 | 36 graus de liberdade.

Causalidade: Qui-quadrado: 225,427 | V de Cramer: .631 | Sig. (2-sided): .000 | 46 graus de liberdade.

Nota: as abordagens com N < 3 foram incluídas na tabela, mas não foram ressaltadas.

As abordagens mais “científicas” são comportamentalismo, cultura política, neoinstitucionalismo de escolha racional, elites, jurisprudência política e neoinstitucionalismo político.

Elites é a abordagem mais eclética do ponto de vista da natureza das evidências, e por isso a menos “científica” do grupo, dados os percentuais menores de evidências quantitativas e de estatística (inclusive de estatística mais sofisticada), embora ainda predominem. Jurisprudência política segue o mesmo padrão, sendo mais causal (100% dos casos, mas há de se considerar o $N=7$). Ressalte-se o neoinstitucionalismo político, também eclético, no qual predominam evidências qualitativas (31,3%), mas onde as evidências híbridas, com percentual parecido (29,9%), sofrem atração na magnitude de 2,5. Agregando quanti e quali às evidências híbridas, tem-se evidências quantitativas em 50,8% dos casos e qualitativas em 61,2%. Há valores razoáveis de apresentação e teste de hipótese (40,3%, das quais 66,7% testadas) e expressivos de causalidade (71,6%, com desvio de 2,4).

Mas é o neoinstitucionalismo de escolha racional a abordagem institucionalista mais “científica”, com grande maioria de trabalhos empíricos (94,6%), pesquisas (91,9%), amplo uso de estatística, 45,9% de GLM (com fortíssima atração de 5,5), apresentação de hipótese e teste de hipótese (64,9% e 91,3%) e argumentos causais (91,9%, com desvio de 3,5).

As abordagens mais ortodoxas são o comportamentalismo, cultura política e o empirismo politológico. A homogeneidade do comportamentalismo impressiona: todos os trabalhos empíricos, pesquisas, quantitativos, estatísticos, 80% com GLM, 90% com hipóteses, das quais 88,9% testadas e 90% de argumentos causais. Embora não seja predominantemente nomotético (Apêndice 5, Seção 19), como defenderia a visão mais ortodoxa de ciência, tem-se um possível reflexo do *behavioralism* original. Curiosamente, cultura política, cujos autores principais, como Gabriel Almond, formam-se dentro dos cânones do *behavioralism* (Jensen 1969, p. 7), conserva grande parte do posicionamento epistemológico dos mestres: há o mesmo padrão, mas com valores um pouco mais modestos (por influência do culturalismo sociológico?). Esse padrão também se reflete no empirismo politológico.

Às abordagens empíricas “positivistas” opõem-se as abordagens empíricas mais qualitativas – que são também mais sociológicas (etnometodológica e atores sociais), sócio-históricas (histórico-interpretativa, historiográfica, neoinstitucionalismo histórico, tipos ideais) ou histórico-linguísticas (contextualismo linguístico e história conceitual).

Etnometodologia é uma espécie de equivalente qualitativo do empirismo quantitativo comportamentalista: todos os casos empíricos, todos pesquisas, totalmente qualitativa e não há um caso de estatística. Também há apenas 7,7% de argumentos causais – mas há um percentual não desprezível de 38,5% de trabalhos que apresentam hipótese, incorporando parcialmente um tradicional critério de cientificidade. Atores sociais mantém esse padrão, mas com valores humanísticos mais modestos.

As abordagens históricas aprofundam a oposição, mantendo o viés qualitativo, agora associado a valores ínfimos de causalidade e apresentação e teste de hipóteses, sobretudo história conceitual (nenhuma hipótese e 14,3% de argumentos causais), à exceção dos 44,4% de trabalhos com hipótese do contextualismo linguístico.

A seguir, tem-se abordagens mais ecléticas e um pouco menos empíricas do que as mais “científicas”. Entre elas, há abordagens com certo predomínio qualitativo (redes, praxiológica, interacionista, modernização) ou de evidências híbridas (informacional, organizações). A abordagem informacional destaca-se com valores de apresentação de hipótese (81,8% e desvio de 2,4), teste (40%) e causalidade (63,6%) semelhantes às abordagens mais “científicas”. Distingue-se destas por ser menos empiricamente orientada e pelo predomínio do hibridismo (45,5% e desvio de 2,3). As demais apresentam valores razoáveis de causalidade e apresentação e teste de hipóteses. Veja-se como *as abordagens sociológicas predominam nesse estrato e são intermediárias em uma escala de “menos” a “mais científico”*.

Por fim, tem-se as abordagens teoricamente orientadas, que se dividem entre o marxismo, com valores razoáveis de causalidade (58,3%) e não desprezível de apresentação de hipótese (33,3%), o feminismo, com valores razoáveis de objetos e pesquisa empírica (44,4% e 40,7%), e as demais, com valores de baixos a irrisórios (pós-moderna, participativismo, contratualismo, deliberacionismo, multiculturalismo e teoria crítica).

O marxismo é um caso peculiar. Há predomínio teórico, mas um valor razoável de estudos empíricos (47,8% de objetos empíricos e 41,7% de pesquisas). Há predomínio e atração de evidências bibliográficas (52,2% e desvio de 2,2), mas há 13% de evidências quantitativas, 26,1% qualitativas e 8,7% híbridas. Há pouco uso de estatística (79,2% dos trabalhos não usam), embora GLM tenha sido aplicado em 4,2% dos casos. E tem-se certa orientação causal, com 58,3% de argumentos dessa natureza. Em outras palavras, *existe um marxismo teórico, predominante, e um marxismo mais “científico”*.

O feminismo é outro caso interessante. Em um aspecto, está no extremo oposto de uma visão mais ortodoxa de ciência, com valores irrisórios de apresentação de hipótese (7,4% e desvio de -2,6), teste de hipótese (nenhum caso) e causalidade (7,4% e desvio de -3,2). Por outro lado, embora predominem trabalhos teóricos, há um contingente razoável de objetos empíricos (44,4%) e pesquisas (40,7%), neste aspecto assemelhando-se com o marxismo. Assim como o marxismo, evidências bibliográficas predominam (55,6% com desvio de 2,8), mas há 29,6% de trabalhos qualitativos, 7,4% de trabalhos quantitativos e 7,4% híbridos, havendo aplicação de GLM em 3,7% dos casos. Isto é: há um *feminismo teórico*, predominante, um *feminismo empírico* e qualitativo razoavelmente estabelecido, e um *feminismo mais “científico”*, residual, permeável a evidências quantitativas, hipóteses e causalidade. Em outras palavras, *é como se o marxismo e o feminismo invertessem a estrutura do campo em seu espaço acadêmico-intelectual específico: o “científico” é periférico, o acadêmico-humanístico é o mainstream*.

A partir dos critérios dominantes de cientificidade, o multiculturalismo e a teoria crítica, totalmente teóricos, bibliográficos, sem presença de estatística, hipótese e causalidade estão no extremo negativo do campo. São os maiores polos de oposição, distantes da política institucional, mais sociais, mais teóricos e mais bibliográficos.

IV.4. Tradições intelectuais

Tabela 29. Indicadores de cientificidade. Distribuição das tradições intelectuais, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	Objeto é empírico	É pesquisa empírica	Natureza das evidências					Tipo de estatística					Hip.	Teste Hip.	Causal.
			Não apresenta	Quanti	Quali	Híbridas	Bibliog.	Não usa	Frequência simples	Univariada	Bivariada	GLM			
Humanística (66)	85,1%	79,4%	1,5%	1,5%	79,4%	2,9%	14,7%	95,6%	4,4%	0,0%	0,0%	0,0%	16,2%	45,5%	14,7%
	1,2	1,2	,5	-3,6	6,7	-2,8	-2,0	3,6	-2,9	-1,3	-1,3	-3,0	-2,9	-,8	-4,2
Acadêmica (146)	8,4%	4,1%	1,4%	1,4%	6,9%	0,0%	90,3%	97,9%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	22,6%	11,1%	37,0%
	-9,0	-9,3	,6	-5,3	-5,4	-5,0	14,4	5,6	-5,1	-1,8	-2,0	-4,4	-2,9	-3,5	-2,3
Científica (353)	96,0%	91,8%	0,6%	34,0%	34,3%	26,9%	4,2%	39,5%	31,5%	3,7%	4,3%	21,0%	47,9%	74,1%	63,2%
	5,2	5,5	-,6	4,9	,5	4,4	-8,3	-5,2	4,6	1,7	1,8	4,1	3,2	1,6	3,3
Proporção na produção	72,3%	67,7%	0,9%	21,7%	32,7%	17,1%	27,6%	61,2%	20,5%	2,3%	2,7%	13,1%	37,6%	64,4%	50,6%

Natureza do objeto: Qui-quadrado: 395,442 | V de Cramer: .840 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade.

Pesquisa empírica: Qui-quadrado: 368,043 | V de Cramer: .806 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade.

Natureza das evidências: Qui-quadrado: 437,094 | V de Cramer: .440 | Sig. (2-sided): .000 | 112 graus de liberdade.

Tipo de estatística: Qui-quadrado: 192,056 | V de Cramer: .412 | Sig. (2-sided): .000 | 10 graus de liberdade.

Apresenta hipótese: Qui-quadrado: 43,199 | V de Cramer: .276 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade.

Testa hipótese: Qui-quadrado: 42,179 | V de Cramer: .450 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade.

Causalidade: Qui-quadrado: 68,198 | V de Cramer: .347 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade.

A presente seção discrimina os estilos cognitivos, agregados em tradições específicas (“científica”, “humanística” e “acadêmica”) em função dos critérios de cientificidade. Em outras palavras, discrimina visões distintas de atividade intelectual em função dos critérios dominantes.

Em primeiro lugar, há uma oposição aguda entre as tradições humanística, acadêmica e científica no que se refere ao percentual de objetos e pesquisa empírica. A tradição acadêmica, por definição eminentemente teórico-conceitual, repele-os fortemente. Repare-se que o V de Cramer é de .840, uma associação altíssima, sobretudo considerando-se o rigor dessa técnica de associação quando há mais de duas categorias. Esses resultados inspiram cautela porque sugerem sobreposição conceitual entre as variáveis, inflando a covariância observada – enquanto as inferências associadas a essas técnicas pressupõem que as variáveis são entidades independentes. Logicamente, é este o caso: a distinção entre empírico e teórico faz parte da definição dos estilos cognitivos. Esses dados, neste caso, servem apenas como um teste de confiabilidade dos constructos.

Dadas essas condições, *importa mais a diferença para o que ficou de fora: os objetos não empíricos*. Assim, os percentuais mostram casos excepcionais, como discussões metodológicas envolvendo objetos empíricos na tradição acadêmica e objetos linguístico-ideais estudados fora da tradição humanística, incorporados à tradição científica. A tradição humanística concentra objetos linguístico-ideais, donde o percentual um pouco menor de objetos e pesquisa empírica em relação à tradição científica.

Mas tem-se algumas distinções importantes na natureza das evidências. A tradição humanística é empírica e qualitativa. Já na tradição científica há uma distribuição homogênea de quanti e quali. Em outras palavras, *há um qualitativo associado à tradição humanística, literário, e outro à tradição científica, erístico – e a oposição parte do quali humanístico, de forma análoga à oposição entre objetos teóricos e empíricos, que parte dos teóricos* (III.1.1). Isso demonstra a situação periférica do quali humanístico. Assim sucede porque a tradição científica é predominante (ocupa a maior parcela do campo) e, sua vertente mais ortodoxa, dominante (define os estratos superiores).

Há também 14,7% de evidências bibliográficas na tradição humanística, indicando a existência de ensaios – objeto empírico tratado bibliograficamente – e de trabalhos teóricos. Há uma pequena sobreposição entre as tradições acadêmica e humanística, embora ainda se repilam. Isso tinha ficado implícito nas análises de correspondência (III.2.2).

O segundo aspecto de diferenciação e oposição envolve o uso de estatística, que coloca as tradições humanística e acadêmica em oposição à científica. Veja-se que, aqui, não há oposição *em princípio* entre uso de estatística e a tradição acadêmica – estudos teóricos poderiam envolver estatística, mas geralmente não é o caso (exceção feita à área de “metodologia”, embora ainda aqui a discussão teórica esteja usualmente ancorada em constructos ou observáveis, cf. IV.2).

A divisão entre tradições intelectuais continua na apresentação de hipótese e causalidade: a tradição humanística repele hipótese (16,2% e desvio de -2,9), assim como a acadêmica (22,5% e desvio de -2,9), enquanto a tradição científica a atrai (47,9% e desvio de 3,2) – caso a concepção mais “positivista” definisse toda a tradição científica do campo, esses valores seriam maiores. Os valores de argumentos causais seguem o mesmo sentido, havendo forte concentração negativa na tradição humanística (14,7% e desvio de -4,2) e concentração positiva na tradição científica (63,2% com desvio de 3,3). A tradição acadêmica, eminentemente nomotética, tem 37% e desvio de -2,3.

Por fim, tem-se também um resultado interessante. A tradição científica aqui delineada é particular à Ciência Política brasileira contemporânea: partindo das características gerais dos estilos erístico e simbólico, desenha-se uma tradição com valores de cientificidade específicos. Tomada em conjunto, essa tradição difere parcialmente da mais ortodoxa das concepções, na qual predominariam evidências quantitativas e ainda mais GLM, hipóteses e causalidade. Ela corresponde a essa concepção nos critérios mais básicos, objeto e pesquisa empírica; pontua um pouco abaixo do “ideal” nos critérios intermediários (hipótese) e mais rigorosos (causalidade) e diverge parcialmente na natureza das evidências (divisão igualitária entre quali e quanti).

Em outras palavras, a Ciência Política contempla a concepção de ciência que incorpora atributos humanísticos ao estilo erístico – a questão do “sentido da ação”, expressada nas evidências qualitativas; ela associa uma propriedade fundamental da ciência “positiva” (o estilo erístico) a evidências e métodos qualitativos. Entretanto, como será visto no próximo capítulo, as propriedades mais ortodoxas predominam nos periódicos mais importantes. A fração científica mais ortodoxa, embora não *predomine* no campo, é a mais *valorizada*, definindo os critérios de “cientificidade” em função dos quais as demais frações se distinguem.

IV.5. Tradições e visões disciplinares

Tabela 30: Indicadores de cientificidade. Distribuição das tradições disciplinares, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	Objeto é empírico	É pesquisa empírica	Natureza das evidências				Tipo de estatística					Apresenta hipótese	Hipótese apresentada é testada	Argumento verifica/me de causalidade
			Quanti	Quali	Híbridas	Bibliog.	Não usa	Freq. simples	Univariada	Bivariada	GLM			
Politicista (44)	81,8% ,7	79,5% 1,0	47,7% 3,7	18,2% -1,7	15,9% -,2	18,2% -1,2	40,9% -1,7	22,7% ,3	2,3% ,0	9,1% 2,6	25,0% 2,2	54,5% 1,8	76,0% ,7	61,4% 1,0
Politológica (116)	82,5% 1,3	78,4% 1,4	33,6% 2,7	17,2% -2,9	30,2% 3,4	17,2% -2,1	37,1% -3,3	29,3% 2,1	5,2% 2,0	3,4% ,5	25,0% 3,5	56,0% 3,2	75,8% 1,1	75,0% 3,7
Pol. Interm (21)	95,2% 1,2	95,2% 1,5	52,4% 3,0	33,3% ,1	9,5% -,8	4,8% -2,0	33,3% -1,6	19,0% -,2	0,0% -,7	9,5% 1,9	38,1% 3,2	57,1% 1,5	46,2% -,8	76,2% 1,6
Estatual (46)	73,3% ,1	63,0% -,4	13,0% -1,3	37,0% ,5	21,7% ,8	26,1% -,2	65,2% ,3	26,1% ,8	0,0% -1,0	6,5% 1,6	0,0% -2,5	26,1% -1,3	50,0% -,6	45,7% -,5
Estatista (69)	79,7% ,7	73,9% ,6	10,1% -2,1	42,0% 1,4	27,5% 2,1	20,3% -1,2	60,9% ,0	26,1% 1,0	5,8% 1,9	0,0% -1,4	7,2% -1,3	29,0% -1,2	80,0% ,9	49,3% -,2
Societal (172)	57,9% -2,2	54,1% -2,2	13,4% -2,4	36,6% ,9	7,6% -3,0	41,9% 3,6	78,9% 3,0	13,5% -2,0	0,6% -1,5	1,2% -1,2	5,8% -2,6	26,2% -2,4	50,0% -1,2	33,1% -3,2
Societalista (37)	81,1% ,6	78,4% ,8	29,7% 1,0	29,7% -,3	21,6% ,7	18,9% -1,0	51,4% -,8	21,6% ,1	0,0% -,9	0,0% -1,0	27,0% 2,3	45,9% ,8	70,6% ,3	56,8% ,5
Econômica (12)	45,5% -1,0	25,0% -1,8	9,1% -,9	27,3% -,3	9,1% -,6	54,5% 1,7	83,3% 1,0	16,7% -,3	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -1,3	33,3% -,2	25,0% -1,0	66,7% ,8
Economicista (15)	66,7% -,3	66,7% ,0	26,7% ,4	26,7% -,4	13,3% -,4	33,3% ,4	53,3% -,4	33,3% 1,1	6,7% 1,1	0,0% -,6	6,7% -,7	20,0% -1,1	33,3% -,7	86,7% 2,0
Idealista (35)	69,7% -,2	65,7% -,1	0,0% -2,8	65,7% 3,4	0,0% -2,4	31,4% ,4	100,0% 2,9	0,0% -2,6	0,0% -,9	0,0% -1,0	0,0% -2,1	31,4% -,6	50,0% -,6	8,6% -3,5
Proporção na produção	72,3%	67,7%	21,7%	32,7%	17,1%	27,6%	61,2%	20,5%	2,3%	2,7%	13,1%	37,6%	64,4%	50,6%

Natureza do objeto: Qui-quadrado: 38,764 | V de Cramer: .263 | Sig. (2-sided): .000 | 9 graus de liberdade.

Pesquisa empírica: Qui-quadrado: 44,545 | V de Cramer: .280 | Sig. (2-sided): .000 | 9 graus de liberdade.

Natureza das evidências: Qui-quadrado: 144,491 | V de Cramer: .253 | Sig. (2-sided): .000 | 36 graus de liberdade.

Tipo de estatística: Qui-quadrado: 153,599 | V de Cramer: .233 | Sig. (2-sided): .000 | 45 graus de liberdade.

Apresenta hipótese: Qui-quadrado: 43,731 | V de Cramer: .278 | Sig. (2-sided): .000 | 9 graus de liberdade.

Testa hipótese: Qui-quadrado: 19,046 | V de Cramer: .303 | Sig. (2-sided): .000 | 9 graus de liberdade.

Causalidade: Qui-quadrado: 90,987 | V de Cramer: .401 | Sig. (2-sided): .000 | 9 graus de liberdade.

Proximidade com a política institucional está associada a maiores valores de “cientificidade”. A orientação empírica (objeto empírico e pesquisa empírica inversamente proporcionais a evidências bibliográficas), é maior nas tradições disciplinares mais próximas da política institucional.

Entre as tradições politológicas, a mais empiricamente orientada é a intermediária (95,2% de objetos e pesquisas empíricas e apenas 4,8% de evidências bibliográficas, com desvio de -2,1). Em todas predominam e há atração por evidências quantitativas. A politicista é a mais estritamente quantitativa, com 47,7% e desvio de 3,7, o maior entre as politológicas. A politológica vem a seguir (33,6% quanti e desvio de 2,7) que, embora repila evidências estritamente qualitativas (17,2% e desvio de -2,9), atrai híbridas (30,2% e 3,4). Em outras palavras, a tradição politológica tem um contingente menor e também repele trabalhos apenas com evidências qualitativas (17,2% e -2,9), mas estas aparecem significativamente quando combinadas com evidências quantitativas no mesmo trabalho (30,2% e 3,4 para evidências híbridas). A politológica intermediária, também fortemente quantitativa (52,4% com desvio de 3,0), é a menos hostil a evidências qualitativas (33,3%).

As três são as que mais empregam estatística, também havendo concentração estatisticamente significativa de trabalhos com GLM. Tem-se os maiores valores de apresentação de hipótese (em torno de metade da produção de cada tradição) e valores expressivos de causalidade (entre 61,4% e 76,2%, atrás apenas do economicismo). A tradição politológica ainda apresenta concentração significativa (desvio de 3,2) para apresentação de hipótese e para argumentos causais (desvio de 3,7).

As tradições estatal e estatista, associadas ao polo de políticas públicas, têm valores mais modestos de cientificidade e, em particular, distinguem-se das tradições politológicas por serem predominantemente qualitativas. Ambas apresentam o mesmo padrão: produção predominantemente empírica, pouco inferior às politológicas (73,3% de objetos e 63% de pesquisas empíricas na tradição estatal; 79,7% e 73,9% na estatista); proeminência qualitativa (37% na tradição estatal e 42% na tradição estatista); uso relativamente baixo, embora não desprezível, de estatística (na estatal, 65,2% não usam; na estatista, 60,9%), predominando frequência simples (26,1%); apresentação relativamente baixa de hipótese (26,1% e 29%, respectivamente) e razoável de causalidade (45,7% e 49,3%), havendo divergência no teste de hipóteses (estatista testou 80% das hipóteses apresentadas, estatal testou 50%). A tradição estatista também se resalta por seu hibridismo, com 27,5% de trabalhos e desvio de 2,1. Ao mesmo tempo, repele trabalhos estritamente quantitativos, com desvio de -2,1.

Em geral, *a tradição societal tem os menores valores de cientificidade, ao lado da econômica*. Embora ainda predominantes, tem-se o menor contingente de objetos e pesquisa empírica (57,9% e 54,1%), com concentração negativa em ambos os casos (-2,2); baixo contingente quantitativo (13,4%) com concentração negativa (-2,4); repele-se o uso de estatística (78,9% dos trabalhos não usam, com desvio de 3,0) e GLM (5,8% com desvio de -2,6) e, considerados em conjunto, tem-se os menores valores de apresentação, teste de hipótese e causalidade (26,2%, 50% e 33,1%). Entre os trabalhos empíricos, note-se que 36,6% são qualitativos. Em outras palavras, *há uma tradição societal*

empiricamente orientada qualitativa, outra quantitativa e outra teoricamente orientada, esta última associada a teoria política.

Rodando-se testes específicos, verificou-se que a estrutura do campo reproduz-se na tradição societal, no sentido de que a porção quantitativa apresenta mais hipótese (82,6%) e causalidade (78,3%) do que a qualitativa (25,4% e 27%, respectivamente) – isto é, *há uma oposição entre tradições científica, humanística e acadêmica na tradição societal*. As duas últimas predominam, incorrendo nos menores índices de cientificidade. Como é esperado, a fração acadêmica da tradição societal é permeada por abordagens e áreas de teoria política (III.1.1; III.2.2; Apêndice 5, S. 4), cujos principais autores são filósofos críticos à democracia representativa, preocupados com formas alternativas de participação e de promoção de justiça social, frequentemente informados e até atuantes no pensamento sociológico, como Iris Marion Young, Nancy Fraser, Carole Pateman e sobretudo Jürgen Habermas. Em outras palavras, *do ponto de vista do âmbito do objeto, parte da teoria política está mais próxima da sociologia política do que da ciência política em sentido estrito*.

Já o societalismo que, lembremos, toma a política institucional como objeto mas trata-a como um âmbito dependente de fatores sociais, tem orientação empírica equivalente às tradições politológicas. *Trata-se de uma sociologia política bastante distinta da societal*. Além de eminentemente empírica, é metodologicamente eclética, havendo proporções semelhantes de evidências quantitativas, qualitativas, híbridas e bibliográficas – isto é, o societalismo é mais quantitativo do que a tradição societal e menos do que as tradições politológicas. Esse ecletismo mantém-se no uso de estatística (51,4% dos trabalhos não usam) – polarizado entre 21,6% de trabalhos com frequência simples e 27% de GLM. O contingente de GLM, aliás, equivale ao das tradições politológicas, havendo inclusive atração. Os contingentes razoáveis de apresentação de hipótese (45,9%), teste de hipótese (70,6%) e argumentos causais (56,8%) são os mais elevados fora das tradições politológicas.

Nesse sentido, impressiona como a tradição científica ganha força, dentro da própria sociologia política, quando a política institucional é o objeto de estudo. O societalismo aproxima-se das tradições politológicas em dois sentidos: o primeiro, logicamente, por estudar o mesmo âmbito de objeto; o segundo, pela orientação científica associada ao estudo desse âmbito. E diverge em um sentido fundamental: trata a política institucional como um âmbito heterônomo. Como será visto no capítulo V, por um lado isso agrega mais valor ao societalismo (cientificidade), por outro, subtrai (heteronomia da política).

O mesmo princípio aplica-se à tradição econômica (que estuda um objeto de âmbito econômico, externo à política institucional) e à economicista (política institucional dependente de fatores econômicos). O economicismo é mais empírico (66,7%), relativamente mais quantitativo (26,7% contra 9,1%), menos bibliográfico (33,3% contra 54,5%) e mais causal (86,7%), embora apresente menos hipótese (20% contra 33,3%). Já a tradição econômica é eminentemente ensaísta: a proporção relativamente baixa de apresentação de hipótese (33,3%) e seu teste (25%), e a grande disparidade entre objeto empírico (45,5%) e pesquisa empírica (25%), sugere a existência de ensaios – aproximadamente metade dessa tradição.

Ao lado da tradição societal, *a idealista é a que mais inverte os desvios das áreas politológicas*. A orientação empírica, que é predominante (69,7% objetos e 65,7% pesquisas) e posicionada entre a

societal e as áreas politológicas, é específica, já que se tratam de objetos linguístico-ideias tratados como empíricos (donde o núcleo idealista como um universo destacado nas análises de correspondência). Não há evidências quantitativas, com desvio de -2,8, predomínio de 65,7% de evidências qualitativas, com desvio de 3,4. Também não há evidências híbridas, o que reforça a proeminência da orientação estritamente qualitativa. Não há uso de estatística e o percentual de apresentação de hipótese é o menor (8,6% com desvio de -3,5). A exceção fica por conta da apresentação de hipótese, que é razoável (31,4%). Em outras palavras, junto da tradição societal, trata-se de outra concepção de ciência e de Ciência Política – mas difere da societal ao constituir uma tradição linguístico-ideal, isto é, um humanismo específico. A seguir, tem-se os dados para as visões de disciplina.

Tabela 31.1. Indicadores de cientificidade. Distribuição das visões disciplinares, com resíduos padronizados e medidas de associação

	Objeto é empírico	É pesquisa empírica	Natureza das evidências				
			Não apresenta	Quanti	Quali	Híbridas	Bibliog.
Sentido estrito (261)	86,0%	78,8%	0,8%	31,2%	25,6%	25,2%	17,2%
	1,5	1,9	,0	2,6	-2,2	2,4	-2,8
Sentido amplo (306)	69%	59,2%	0,8%	15,7%	36,1%	12,2%	35,3%
	-1,5	-1,9	,0	-2,5	2,0	-2,4	2,8
Proporção na produção	72,3%	67,7%	0,9%	21,7%	32,7%	17,1%	27,6%

Tabela 31.2. Indicadores de cientificidade. Distribuição das visões disciplinares, com resíduos padronizados e medidas de associação

	Tipo de estatística					Hip.	Teste Hip.	Causal.
	Não usa	Frequência simples	Univariada	Bivariada	GLM			
Sentido estrito (261)	44,0%	26,4%	4,4%	4,0%	21,2%	48,4%	73,3%	65,6%
	-3,0	1,6	2,1	0,9	2,8	2,5	,9	3,0
Sentido amplo (306)	72,9%	15,8%	0,4%	2,0%	7,8%	29,0%	54,9%	38,8%
	3,0	-1,8	-2,1	-0,9	-2,8	-2,5	-1,2	-2,9
Proporção na produção	61,2%	20,5%	2,3%	2,7%	13,1%	37,6%	64,4%	50,6%

Natureza do objeto: Qui-quadrado: 22,763 | V de Cramer: .212 | Sig. (2-sided): .000 | 1 grau de liberdade.

Pesquisa empírica: Qui-quadrado: 22,600 | V de Cramer: .212 | Sig. (2-sided): .000 | 1 grau de liberdade.

Natureza das evidências: Qui-quadrado: 44,720 | V de Cramer: .268 | Sig. (2-sided): .000 | 4 graus de liberdade.

Tipo de estatística: Qui-quadrado: 49,240 | V de Cramer: .312 | Sig. (2-sided): .000 | 5 graus de liberdade.

Apresenta hipótese: Qui-quadrado: 23,651 | V de Cramer: .204 | Sig. (2-sided): .000 | 1 grau de liberdade.

Testa hipótese: Qui-quadrado: 6,781 | V de Cramer: .188 | Sig. (2-sided): .012 | 1 grau de liberdade.

Causalidade: Qui-quadrado: 36,267 | V de Cramer: .268 | Sig. (2-sided): .000 | 1 grau de liberdade.

A visão em sentido estrito, identificada como ciência política, compõe-se pelas três tradições politológicas acrescidas ao estatismo. A visão em sentido amplo, identificada com a sociologia política, compõe-se pelas tradições societal, societalista e estatal. Os resultados sintetizam oposições históricas entre formas de estudar fenômenos políticos, hoje agregadas em um único campo acadêmico institucionalizado. Variáveis associadas a uma concepção de cientificidade mais ortodoxa predominam e são atraídos pela ciência política, enquanto na sociologia política, mais eclética, predomina e há atração por uma concepção de cientificidade mais heterodoxa, permeada pelo humanismo e por uma tradição teoricamente orientada.

A visão em sentido estrito, que identifica o fenômeno político com a política institucional, define a disciplina como área de conhecimento autônomo. *Esse poder de definição também confere*

monopólio de nomeação – donde chamar de ciência política a visão de sentido estrito, e de sociologia política a de sentido amplo.

Essa definição, por sua vez, depende de atribuição de valores diferenciais a certas características da produção, sendo maior o valor das mais convenientes aos grupos dominantes. Além da política institucional (dimensão do objeto), a principal delas, tem-se os critérios de cientificidade (dimensão da abordagem).

Em outras palavras, as variáveis aqui elencadas para medir a cientificidade também constituem propriedades que, através dos mecanismos formais (e possivelmente informais) de estratificação, distinguem e hierarquizam o campo. Assim, *as predominâncias e desvios associados à visão estrita (ciência política) expressam o que é mais valorizado e o que está definindo a disciplina*: orientação empírica, evidências quantitativas, uso de estatística, GLM, apresentação e teste de hipótese e causalidade – entre outros não contemplados aqui. Assim, *as próprias categorias “ciência política” e “sociologia política” são indicadores da atuação, e magnitude, de princípios de divisão*. Trataremos deles no último capítulo.

V

Hierarquia

Os capítulos anteriores mostraram a complexidade da produção acadêmica, refletida em uma estrutura multidimensional. Viu-se como essas relações envolvem oposições estatísticas que, no mundo real, correspondem a oposições de ordem intelectual, afetadas por fatores endógenos e exógenos atuantes na história do campo. Este capítulo explora a *distribuição de valor* assimilada à estrutura. Foi mencionado que as tradições politológicas e a tradição “científica” concentram mais valor, ou melhor, atualmente determinam os critérios de avaliação que distribuem o valor acadêmico responsável por *distinguir* as categorias. O Qualis é o ponto de partida, mostrando-se como se distribuem as principais categorias da produção nos estratos da produção qualificada. A seguir, a hierarquia é calculada a partir de um indicador envolvendo, além do Qualis, critérios como o fator de impacto e o grau de identificação com a Ciência Política.

V.1. Estratificação no Qualis

O Qualis faz parte de um sistema de avaliação da pós-graduação administrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹²³. Parte importante da avaliação refere-se à quantidade e à qualidade das publicações. A qualidade é medida a partir de um sistema de avaliação de periódicos, denominado Sistema Qualis, no qual cada área de conhecimento distribui os periódicos nacionais e estrangeiros nos seguintes estratos: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Já faz algum tempo que a “produção qualificada” na área de Ciência Política é definida como aquela publicada em periódicos A1, A2 e B1¹²⁴. Em outras palavras, as notas dos programas dependem da estratificação do Qualis – e essas notas, além de atribuir prestígio aos programas, distribuem recursos. Por esses motivos, é importante analisar a distribuição das principais categorias do campo na estratificação do Qualis, começando com as áreas temáticas.

V.1.1. Áreas temáticas

Tabela 32. Áreas temáticas por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Comunicação, representação e comportamento político				
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	50,0% 3,5	12,5% -1,8	37,5% -1,1
Atitudes e cultura política	30	53,3% 3,4	23,3% -4	23,3% -2,0
Comunicação política e opinião pública	20	30,0% ,6	15,0% -1,0	55,0% ,4
Instituições participativas	10	31,3% ,6	18,8% -6	50,0% ,0
Instituições políticas				
Estudos do Legislativo	8	50,0%	37,5%	12,5%

¹²³ Para uma análise do Qualis e sua eficácia na estratificação do campo de produção, cf. Leite e Codato (2010).

¹²⁴ O Qualis também classifica livros em quatro níveis: L1 a L4, sendo L3 e L4 as “obras de maior relevância no desenvolvimento científico da área e na formação de mestres e doutores” (Capes 2009a).

V. Hierarquia

		1,5	,6	-1,5
Relações Executivo-Legislativo	8	20,0%	60,0%	20,0%
		-,2	1,4	-,9
Relações intergovernamentais	5	50,0%	31,3%	18,8%
		2,2	,3	-1,7
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	44,4%	33,3%	22,2%
		1,3	,4	-1,2
Sistemas governamentais	9	100,0%	0,0%	0,0%
		1,6	-,5	-,7
Análise do processo decisório	7	85,7%	14,3%	0,0%
		3,4	-,6	-1,9
Governo, burocracia e políticas públicas	122	7,4%	14,8%	77,9%
		-3,7	-2,6	4,5
Estudos do poder local	7	14,3%	57,1%	28,6%
		-,5	1,5	-,8
Estado e sociedade civil				
Estrutura e transformação do Estado	24	20,8%	20,8%	58,3%
		-,3	-,6	,6
Política e economia	20	15,0%	55,0%	30,0%
		-,8	2,4	-1,2
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	15,8%	42,1%	42,1%
		-,7	1,3	-,5
Classes e grupos de interesse	10	20,0%	0,0%	80,0%
		-,2	-1,6	1,4
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	11,9%	23,8%	64,3%
		-1,5	-,4	1,4
Segurança pública	19	21,1%	42,1%	36,8%
		-,2	1,3	-,8
Política, Direito e Judiciário	12	16,7%	83,3%	0,0%
		-,5	3,8	-2,4
Religião e política	9	0,0%	0,0%	100,0%
		-1,5	-1,6	2,2
Teoria, métodos e ideias				
Teoria política democrática	39	15,4%	48,7%	35,9%
		-1,0	2,6	-1,2
Teoria política moderna	13	23,1%	15,4%	61,5%
		,0	-,8	,6
Teoria política contemporânea	29	13,8%	34,5%	51,7%
		-1,1	,8	,2
História das ideias	14	21,4%	21,4%	57,1%
		-,2	-,4	,4
Metodologia	11	63,6%	18,2%	18,2%
		2,7	-,6	-1,5
Pensamento político brasileiro	12	16,7%	41,7%	41,7%
		-,5	1,0	-,4
Totais		23,5%	27%	49,5%

Qui-quadrado: 197,669 | V de Cramer: .418 | Sig. (2-sided): .000 | 56 graus de liberdade.

Nota: As seguintes áreas foram excluídas da tabela, pelo N pequeno: "instituições governamentais específicas" (A1, um caso); "revoluções e conflitos civis" (A2, um caso; B1, dois casos) e "ensino e pesquisa em CP e RI" (A1, um caso).

Há uma clara divisão entre as áreas de *comunicação, representação e comportamento político* e de *instituições políticas*, concentradas nos estratos A1 e A2, e as áreas de *Estado e sociedade civil* e *teoria política, métodos e ideias*, concentradas no estrato B1.

Nas duas primeiras, a exceção é “comunicação política e opinião pública” (55% em B1); nas duas últimas, as exceções são “política e economia” (55% em A2), “segurança pública” (42,1% em A2), “política, Direito e Judiciário” (83,3% em A2) e “teoria política democrática (48,7% em A2). O primeiro caso explica-se pelo contingente expressivo da tradição societal (Apêndice 5, Seção 4). “Política e economia” é predominantemente econômica e economicista, compondo o polo de economia política (I.1, Gráfico 3), sustentado pela *Revista de Economia Política* (Apêndice 5, Seção 1), um periódico A2.

“Segurança pública” e “política, Direito e Judiciário” são as áreas mais valorizadas entre as societais e estatais e parte de seu valor independe de sua tradição disciplinar, remetendo a seus objetos particulares¹²⁵. Também distinguindo-se por seu objeto particular, teoria política democrática é mais valorizada do que as demais áreas teóricas por tratar da *democracia*, um objeto de estudo privilegiado como, aliás, expressam as áreas institucionalistas que, em geral, focam a política institucional sob regime democrático (*political society*). Ao mesmo tempo, por ser teórica seu Qualis é inferior ao das áreas de instituições políticas, de orientação empírico-quantitativas, mais valorizada pelos critérios de cientificidade mais ortodoxos hoje proeminentes.

V.1.2. Abordagens nominais

Tabela 33. Abordagens nominais por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Ciência Política				
Neoinstitucionalismo político	67	20,9% -,4	28,4% ,2	50,7% ,1
Neoinstitucionalismo de escolha racional	37	45,9% 2,8	27,0% ,0	27,0% -1,9
Neoinstitucionalismo histórico	18	33,3% ,9	11,1% -1,3	55,6% ,4
Cultura política	21	57,1% 3,2	23,8% -,3	19,0% -2,0
Comportamentalismo	10	70,0% 3,0	30,0% ,2	0,0% -2,2
Redes	8	0,0% -1,4	0,0% -1,5	100,0% 2,0
Elites	23	30,4% ,7	39,1% 1,1	30,4% -1,3
Jurisprudência política	7	28,6% ,3	71,4% 2,3	0,0% -1,9
Empirismo politológico	27	40,7% 1,9	14,8% -1,2	44,4% -,4
Informacional	11	45,5% 1,5	18,2% -,6	36,4% -,6
Feminismo	27	0,0% -2,5	25,9% -,1	74,1% 1,8
Teoria política liberal	6	50,0%	16,7%	33,3%

¹²⁵ Isso implica que os objetos também constituem, em si mesmos, princípios de divisão que, portanto, não se reduzem às tradições disciplinares e tradições intelectuais. Isso fica claro no Modelo 7 (III.1.2, Gráfico 24), nos quais parte da discriminação das áreas não é contemplada pelos demais princípios de divisão. Havendo uma relação entre contribuição à discriminação do campo (isto é, à sua estrutura) e contribuição como princípio de divisão, decorre que parte da hierarquia é explicada por particularidades dos objetos de estudo, independentemente dos princípios de divisão gerais.

V. Hierarquia

		1,3	-,5	-,6
Deliberacionismo	12	16,7% -,5	33,3% ,4	50,0% ,0
Participativismo	14	0,0% -1,8	42,9% 1,1	57,1% ,4
Maquiaveliana	9	0,0% -1,5	0,0% -1,6	100,0% 2,1
Contratualismo	4	0,0% -1,0	25,0% -,1	75,0% ,7
Multiculturalismo	7	42,9% 1,1	42,9% ,8	14,3% -1,3
Sociologia Política				
Marxista	24	20,8% -,3	20,8% -,6	58,3% ,6
Organizações	29	13,8% -1,1	41,4% 1,5	44,8% -,4
Atores sociais	10	0,0% -1,5	20,0% -,4	80,0% 1,4
Praxiológica	22	27,3% ,4	27,3% ,0	45,5% -,3
Interacionista	6	33,3% ,5	33,3% ,3	33,3% -,6
Etnometodológica	13	7,7% -1,2	7,7% -1,3	84,6% 1,8
Teoria crítica	6	16,7% -,3	0,0% -1,3	83,3% 1,2
Memória-imaginário político	7	14,3% -,5	28,6% ,1	57,1% ,3
Sociologia Histórica				
Histórico-interpretativa	18	11,1% -1,1	27,8% ,1	61,1% ,7
Tipos ideais	9	0,0% -1,5	22,2% -,3	77,8% 1,2
Estruturalista	4	50,0% 1,1	0,0% -1,0	50,0% ,0
Historiográfica	10	0,0% -1,5	10,0% -1,0	90,0% 1,8
Economia Política				
Institucionalismo econômico	4	0,0% -1,0	50,0% ,9	50,0% ,0
(Neo)desenvolvimentismo	14	14,3% -,7	50,0% 1,7	35,7% -,7
Linguístico-interpretativas				
Hermenêutica	5	20,0% -,2	40,0% ,6	40,0% -,3
Contextualismo	9	33,3% ,6	44,4% 1,0	22,2% -1,2
História conceitual	7	28,6% ,3	42,9% ,8	28,6% -,8
Análise conteúdo	11	0,0% -1,6	18,2% -,6	81,8% 1,5
Pós-moderna	14	7,1% -1,3	0,0% -1,9	92,9% 2,3
Indeterminado	15			
Qui-quadrado: 192,260 V de Cramer: ,412 Sig. (2-sided): ,000 92 graus de liberdade.				

Nota: As seguintes abordagens foram excluídas da tabela, pelo N pequeno: (i) escolha racional (A2, um caso; B1, dois casos); (ii) sistêmica (B1, três casos); (iii) pluralismo (A1, A2 e B1, um caso cada); (iv) teorias da *accountability* (A1 e A2, um caso cada); (v) *interest group theory* (A2, dois casos); (vi) pragmatismo (A1 e A2, um caso cada); (vii) teorias da modernização (A2, três casos); (viii) teoria da dependência (B1, um caso); (ix) semiológica (A1, um caso); (x) constitucionalismo (A1, dois casos; B1, um caso).

Abordagens não politológicas, teóricas e humanísticas tendem a concentrar-se no estrato B1. Abordagens politológicas, empíricas e científicas tendem a concentrar-se nos estratos A1 e A2.

A princípio, poder-se-ia esperar que o neoinstitucionalismo político tivesse um contingente maior de ocorrências em A1 e A2. Mas há dois neoinstitucionalismos: um propriamente politológico, corrente nas áreas de instituições políticas, e outro estatista, associado à área de “governo, burocracia e políticas públicas”: 85% dos trabalhos neoinstitucionalistas de tradição estatista são B1, proporção que cai a 35,9% nos politológicos. Como se sabe, a área de políticas públicas é um microcosmo importante, com um volume expressivo, mas é menos valorizada que as áreas politológicas, da mesma forma que o neoinstitucionalismo associado a ela. Já o neoinstitucionalismo politológico segue o de escolha racional e concentra-se em A1 e A2.

V.1.3. Tradições disciplinares

Tabela 34. Tradições disciplinares por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Politicista	44	43,2% 2,7	22,7% -5	34,1% -1,5
Politológico	116	31,0% 1,7	36,2% 1,9	32,8% -2,6
Politológico intermediário	46	61,9% 3,6	19,0% -7	19,0% -2,0
Estatista	69	17,4% -8	23,9% -4	58,7% 9
Societal	21	14,5% -1,5	24,6% -4	60,9% 1,3
Societalista	172	18,6% -1,3	22,7% -1,1	58,7% 1,7
Econômica	37	5,4% -2,3	32,4% 6	62,2% 1,1
Economicista	12	25,0% 1	0,0% -1,8	75,0% 1,3
Idealista	15	20,0% -3	46,7% 1,5	33,3% -9
Total	35	20,0% -4	31,4% 5	48,6% -1
Total	567	23,5%	27,0%	49,6%

Qui-quadrado: 64,274 | V de Cramer: .244 | Sig. (2-sided): .000 | 18 graus de liberdade.

As tradições politológicas são as mais privilegiadas pelo Qualis. Politicismo e politológico intermediário concentram-se no estrato A1 (43,2% e desvio de 2,7; 61,9% e 3,6). A distribuição da tradição politológica é homogênea, mas há concentração negativa de B1 (-2,6), apesar da proporção

de 32,8% (em outras palavras, estatisticamente espera-se haver mais B1 na tradição politológica para que não haja concentrações significativas).

No outro extremo tem-se o societalismo: apenas 5,4% em A1, com desvio de -2,3, e 62,2% em B1. Na tradição societal, onde também predomina B1 (58,7%), há maior proporção de trabalhos em A1 (18,6%), embora ainda restrita. Veja-se que as proporções de A1 são maiores em todas as outras tradições que abordam âmbitos externos à política institucional. Em outras palavras, *no Qualis, prefere-se que se estude outra coisa a tratar a política institucional como um âmbito de fenômenos heterônomo*. No Qualis, respeitar a autonomia da política institucional é tão importante quanto ser “científico”.

Outro caso de heteronomia político-institucional é o economicismo, tradição de economia política sustentada pela *Revista de Economia Política*, onde há predomínio de A2. Embora relativamente valorizada, a economia política é um núcleo destacado e restrito, como mostrado pelas análises de correspondência (III.2.2), transferindo uma quantidade apreciável de valor acadêmico àqueles que conseguirem publicar nesse periódico¹²⁶. Isso envolve certa heteronomia em relação à Economia: a região interdisciplinar mais valorizada a envolve, embora a maior frente de heteronomia ainda seja a Sociologia.

As tradições estatal e estatista têm rendimento homólogo ao da tradição societal. O estatismo, em particular, concentra parte expressiva da produção da área de políticas públicas (Apêndice 5, Seção 4) e, com *Cadernos de Pesquisa* e *Ciência e Saúde Coletiva*, constitui o polo de políticas públicas. A área “governo, burocracia e políticas públicas”, é claro, não se concentra completamente nesse polo, havendo também expressiva fração politológica (21,3%) – que é a mais valorizada da área. Apesar disso, embora bastante atuante no campo, a área de políticas públicas é menos valorizada que as áreas de instituições políticas. Isso se explica por não lidar com a política institucional e concentrar menos valores de cientificidade (IV.1).

A tradição idealista (objetos linguístico-ideais), outro polo destacado da estrutura principal, tem um rendimento levemente inferior ao economicismo e um pouco superior às tradições estatais ou societais. Provavelmente o relativo prestígio dos estudos sobre clássicos do pensamento político brasileiro, em particular sob o contextualismo linguístico e a história dos conceitos, reflita no Qualis. Isso faz sentido dada a valorização da tradição de pensamento político brasileiro por parte dos grupos diretamente envolvidos na institucionalização da ciência política em sentido estrito (Keinert e Silva 2010; Lamounier 1982).

Embora o campo privilegie as tradições politológicas, cumpre destacar que não há grandes desigualdades entre as demais tradições. No Qualis, o campo está claramente dividido entre politológicas e as demais.

¹²⁶ O funil é mais estreito, mas talvez também tenha-se como opção a *Revista de Economia e Política*, A2, que durante o triênio consultado teve 3,5% de economicismo, ou *Dados*, A1, com 6,7% (Apêndice 5, Seção 3).

V.1.4. Tradições intelectuais

Tabela 35. Tradições intelectuais por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Humanística	68 (12%)	5,9% -3,0	13,2% -2,2	80,9% 3,7
Acadêmica	146 (25,7%)	18,5% -1,2	35,6% 2,0	45,9% -,6
Científica	353 (62,3%)	28,9% 2,1	26,1% -,3	45,0% -1,2
Totais	567	23,5%	27,0%	49,6%
Qui-quadrado: 39,156 V de Cramer: .186 Sig. (2-sided): .000 4 graus de liberdade.				

A já constatada oposição entre a tradição humanística e a científica agora ganha valores desiguais: a proporção do humanismo no estrato A1 é quase insignificante (5,9%), com forte desvio negativo (-3,0) e proeminente no estrato B1 (80,9%), com forte desvio positivo (3,7). Também tem-se repulsão no estrato A2.

A desvalorização da tradição humanística tornou a tradição científica praticamente consensual entre os estratos mais importantes da produção. Assim, pouco mais da metade desta concentra-se nos estratos A1 (28,9%) e A2 (26,1%) e pouco menos em B1 (45%). Apesar disso, ainda há concentração significativa em A1 (2,1), isto é, há mais casos científicos em A1 do que se esperaria caso a distribuição fosse homogênea.

A tradição acadêmica decresce de A1 a B1 e é atraída por A2 – mas há um detalhe: a produção acadêmica A2 corresponde a “teoria política democrática”. E mesmo a restrita porção de acadêmico em A1 corresponde em larga medida a “metodologia”, expressando a alta seletividade do estrato superior no que diz respeito à tradição acadêmica e sua adequação aos valores e princípios de divisão dominantes da Ciência Política: *democracia e ciência*.

V.1.5. Natureza do objeto

Como visto na Seção IV.5, a tradição científica baseia-se no estilo erístico, que, por sua vez, não se reduz a uma tradição científica mais ortodoxa, “positivista”. Por esse motivo, tem-se variáveis que especificam concepções de ciência, como as medidas de “cientificidade”. Parte-se da natureza do objeto:

Tabela 36. Natureza do objeto por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Empírico	418	25,4% ,8	24,6% -,9	50,0% ,1
Teórico	128	16,4% -1,6	33,6% 1,4	50,0% ,1
Linguístico-ideal	21	23,5% ,5	27,0% ,6	49,6% -,7
Totais	567	23,5%	27,0%	49,6%
Qui-quadrado: 7,406 V de Cramer: .081 Sig. (2-sided): .116 4 graus de liberdade.				

A produção é predominantemente empírica (73,7%) e distribui-se igualmente entre o estrato B1 e os estratos A1 e A2, o que contribui para não haver associação significativa entre

natureza do objeto e Qualis. *Isso significa que, no Qualis, a orientação empírica estabeleceu-se como referência, de modo a não mais aumentar o valor de trabalhos empíricos.* Cumpre ressaltar a diferença entre os estudos teóricos em A1 (16,4%) e B1 (50%). Os periódicos A1 são bem menos teóricos que os B1, mas a diferença não é suficiente para gerar concentrações significativas. Em outras palavras, *o campo funciona garantindo que a parcela de estudos teóricos seja restrita – é mais difícil publicar trabalhos teóricos – mas os trabalhos teóricos publicados não são sistematicamente excluídos do estrato superior.* A estratificação atinge sistematicamente a natureza das evidências, especialmente úteis para distinguir os trabalhos empíricos.

V.1.6. Natureza das evidências

As orientações empírica e teórica são melhor especificadas com a natureza das evidências. Os dados são os seguintes:

Tabela 37. Natureza das evidências por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Quantitativas	123	44,7% 4,9	29,3% ,5	26,0% -3,7
Qualitativas	185	16,1% -2,1	18,3% -2,3	65,6% 3,1
Híbridas	97	24,7% ,3	36,1% 1,7	39,2% -1,5
Bibliográficas	157	15,4% -2,1	30,1% ,7	54,5% ,9
Não apresenta	5	0,0% -1,1	20,0% -,3	80,0% 1,0
Totais	567	23,5%	27,0%	49,6%
Qui-quadrado: 69,891 V de Cramer: .248 Sig. (2-sided): .000 8 graus de liberdade.				

Embora esteja estabelecida a orientação empírica, há uma divisão aguda, e valorização desigual, entre evidências quantitativas e qualitativas.

Em primeiro lugar, as evidências qualitativas concentram-se no estrato B1 (65,6% e desvio de 3,1) e são repelidas pelos estratos A1 (26% e -3,7) e A2 (18,3% e -2,3). A distribuição das evidências quantitativas é menos desigual, porém, caso fosse normal, haveria bem menos evidências dessa natureza em A1 e bem mais em B1, donde quanti ser fortemente atraído (4,9) e quali fortemente repelido (-3,7). As evidências híbridas distribuem-se de forma mais homogênea.

Já nas bibliográficas tem-se outra polarização. Há predomínio em B1 (54,5%) e concentração negativa em A1 (-2,1). Evidências bibliográficas são empregadas em estudos teóricos (78,2% dos casos) e em ensaios que abordam objetos empíricos apoiando-se em referências bibliográficas (22,8%). Em outras palavras, *do ponto de vista da natureza das evidências, nas referências bibliográficas objetos teóricos (na forma do ensaio teórico) e empíricos (ensaio empírico) são combinados e, então, tem-se concentração negativa em A1 e predominância em B1.*

Por fim, é importante ressaltar que há mais evidências qualitativas no campo, embora as quantitativas predominem nos estratos A1 e A2, fornecendo indícios da existência de uma elite, de uma tradição intelectual *dominante* que não é *predominante*.

V.1.7. Tipo de estatística utilizada

Também há estratificação no tipo de estatística utilizada, que distingue as técnicas aplicadas às evidências quantitativas. Os valores são os seguintes:

Tabela 38. Tipo de estatística utilizada por estrato Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	A1 (N=133)	A2 (N=153)	B1 (N=281)
Frequência simples	116	25,0% ,3	31,0% ,8	44,0% -,9
Univariada	13	23,1% ,0	30,8% ,3	46,2% -,2
Bivariada	15	80,0% 4,5	6,7% -1,5	13,3% -2,0
GLM	74	48,6% 4,5	37,8% 1,8	13,5% -4,4
Não usa estatística	349	15,2% -3,2	24,1% -1,0	60,7% 3,0
Totais	567	23,5%	27,0%	49,6%
Qui-quadrado: 91,107 V de Cramer: .283 Sig. (2-sided): .000 8 graus de liberdade.				

As formas mais sofisticadas, bivariada e GLM, predominam e são fortemente atraídas pelo estrato A1, enquanto são repelidas por B1.

GLM também apresenta valores razoáveis no estrato A2 (37,8%), embora não se atinja concentração significativa (1,8). Trabalhos que não usam estatística, por sua vez, seguem o padrão inverso: aumentam à medida que decresce o estrato, havendo forte repulsa por A1 (-3,2) e atração por B1 (3,0). Em um campo onde o uso de estatística (ainda) não é predominante (61,6% não usa) e o emprego das estatísticas mais sofisticadas ainda é relativamente restrito (por volta de 15%, bivariada e GLM), a estratificação observada de certa forma recompensa uma parte ainda restrita da produção – e isso pode indicar uma tendência futura do campo, ao estimular os novos quadros a optarem por abordagens mais valorizadas.

Nesse sentido, os fatores de estratificação combinam-se, apontando ao cume: política institucional, democracia, empírico, quantitativo, estatística, GLM – concentrando-se em certas abordagens nominais altamente valorizadas, como o neoinstitucionalismo de escolha racional.

V.1.8. Hipótese e causalidade

Tabela 39. Apresentação de hipótese, teste de hipótese e causalidade nos estratos Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação (*profile* das linhas)

	N	Apresenta hipótese (N=213)	Hipótese apresentada é testada (N=134)	Verifica/mede causalidade (N=287)
A1	133	51,9% 2,7	74,3% 1,0	65,4% 2,4
A2	153	46,4% 1,8	68,7% ,4	58,8% 1,4
B1	281	26,0% -3,2	50,7% -1,4	39,1% -2,7
Totais		37,6%	64,4%	50,6%

O Qualis privilegia critérios de cientificidade como apresentação de hipótese, teste de hipótese e causalidade.

Em primeiro lugar, cumpre destacar que a maior parte da produção (74%) não apresenta hipótese e mesmo no estrato A1 há praticamente um empate. No entanto, considerando-se que 74% da produção não apresenta hipótese, se a distribuição fosse normal haveria menos trabalhos com hipótese em A1 e mais em B1. Em outras palavras, faltam hipóteses na produção e A1 concentra boa parte delas. Por isso, há atração entre o estrato A1 e apresentação de hipótese (expressada pelo desvio de 2,7) e repulsão em B1 (desvio de -3,2). Teste de hipótese também predomina nos estratos superiores e decrescem de A1 a B1, embora sem concentrações significativas. O mesmo padrão se repete na verificação/mensuração de causalidade, agora com desvio de 2,4 em A1 e -2,7 em B1.

V.1.9. Amplitude do argumento no Qualis

Embora trabalhos mais estruturais predominem entre os periódicos A1 e A2, não há associações entre argumentos mais estruturais ou mais subjetivistas e o Qualis dos periódicos: ambos distribuem-se de forma mais ou menos homogênea entre os estratos.

Tabela 40. Amplitude do argumento dos estratos Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação

Estrato	N	+ Estrutura (Objetivismo)	+ Agência (Subjetivismo)
A1	132	56,4% ,1	43,6% -,1
A2	152	58,0% ,3	42,0% -,4
B1	278	54,5% -,3	45,5% ,3
Totais	567	55,9%	44,1%
Qui-quadrado: ,509 V de Cramer: ,030 Sig. (2-sided): ,775 2 graus de liberdade.			

V.1.10. Escopo do argumento no Qualis

Ao contrário da amplitude do argumento, no escopo há associação significativa com o Qualis dos periódicos, como pode-se ver na Tabela 41, a seguir:

Tabela 41. Escopo do argumento dos estratos Qualis, com resíduos padronizados e medidas de associação

Estrato	N	+ Nomotético	+ Idiográfico
A1	132	56,1% 2,7	43,6% -2,3
A2	152	49,3% 1,6	50,7% -1,4
B1	278	29,1% -3,1	70,9% 2,6
Totais	567	40,9%	59,1%
Qui-quadrado: 32,941 V de Cramer: ,242 Sig. (2-sided): ,000 2 graus de liberdade			

Exceção deve ser feita ao comportamentalismo, cultura política e neoinstitucionalismo de escolha racional, bem como de suas áreas correlatas, de alto rendimento. A associação entre o escopo nomotético e o estrato A1 pode ser interpretado como outro sentido em que o campo atribui mais valor a um critério mais ortodoxo de cientificidade.

V.2. Hierarquia da produção

V.2.1. Indicador

A combinação entre as propriedades de tradições disciplinares e tradições intelectuais e sua associação a mecanismos de estratificação determinam o campo de produção. Essa determinação ocorre em dois níveis. Em primeiro lugar, determina o conteúdo intelectual da produção. Em segundo, determina o valor atribuído a esse conteúdo, a partir dos mecanismos de estratificação mais eficazes (geralmente os mais institucionalizados, como o Qualis).

Como isso ocorre?

O conteúdo da produção compõe-se por inúmeras propriedades e algumas delas definem dimensões que distinguem os elementos mais institucionalizados do campo (periódicos, áreas, abordagens nominais etc.). Os mecanismos de estratificação atribuem valores a essas propriedades – consequentemente atribuindo valor às dimensões que estruturam o campo. Assim, as dimensões passam a constituir *princípios de divisão*, produzindo bens (artigos, livros, *papers* e seu conteúdo) com atributos diferentes e desigualmente valorizados.

O Qualis é, atualmente, o mecanismo de estratificação mais eficaz do campo (Leite & Codato 2013; Marengo 2015). O fator de impacto, por sua vez, é um mecanismo mais sutil de atribuição de valor, baseado na razão entre citações concedidas e recebidas. Quanto mais um artigo é citado, mais supõe-se que tenha gerado impacto sobre a produção – isto é, mais contribui-se para influenciar a estrutura do campo. O reconhecimento intelectual está tacitamente associado às citações. Quando positivo, o reconhecimento converte-se em *prestígio*.

Tendo-se em mãos os mecanismos de estratificação, pode-se calcular o valor atribuído aos periódicos e, por meio dele, às categorias da produção. Isso envolve o postulado da transferência de capital (Bourdieu 1984, p. 125-168) entre produtos culturais e seus veículos de difusão. Aqui, os produtos são os artigos, as categorias são atributos intelectuais e os veículos são os periódicos. Os periódicos transferem aos artigos o valor que lhes foi previamente atribuído pelos mecanismos de estratificação. A hierarquia/valor dos artigos, portanto, depende da hierarquia/valor dos periódicos. Na análise de campo, investidas de valor, essas categorias atuam como *propriedades*, isto é, atributos que estruturam o campo.

Como calcular o valor de uma categoria?

O Qualis e o fator de impacto podem ser interpretados como medidas de “densidade”, isto é, a quantidade de valor investido em cada unidade da categoria, em um determinado periódico. Ou seja, periódicos são *coeficientes de valor*. Esses coeficientes representam o “peso” dos periódicos.

Há um detalhe importante. Boa parte da produção da Ciência Política brasileira ainda ocorre em periódicos interdisciplinares, alguns bastante ecléticos, como *Ciência e Saúde Coletiva*, e outros vinculados a outras disciplinas, como *História*. Isso implica especialmente o fator de impacto. *Ciência e Saúde Coletiva*, por exemplo, tem um fator de impacto bem maior do que *Opinião Pública* (0,519 contra 0,350) – mas esse valor está largamente associado a outras disciplinas, enquanto *Opinião Pública* é um periódico especificamente de Ciência Política. Assim, caso não discriminemos o grau de vínculo disciplinar a apreciação será distorcida ao importar artificialmente avaliações que

dizem respeito a outros campos. Desse modo, é preciso ponderar o fator de impacto com a proporção de trabalhos que são de Ciência Política.

O coeficiente de valor do periódico (sua densidade) é, portanto, a soma entre o valor do Qualis e a média aritmética entre o fator de impacto e a proporção de artigos de Ciência Política no periódico em questão.

O coeficiente é então multiplicado pelo número de casos (o volume) que a categoria ocupa no periódico. Repete-se o procedimento para todos os periódicos nos quais aparece essa categoria. Somando-se os resultados, tem-se a *medida geral de valor*, que mede a quantidade total de valor concentrado por categoria.

Além do valor geral, outra importante medida da hierarquia da produção é o *valor relativo*. O valor relativo mede quanto valor é concentrado em *cada caso* de uma categoria. É uma espécie de valor *per capita* e é calculado dividindo-se o valor geral da categoria pelo seu número de ocorrências na produção. Em outras palavras, o valor relativo é a média dos valores específicos que a categoria assume em cada periódico. Valores relativos acima de 1,200 são considerados altos; entre 1,000 e 1,199 são considerados medianos e valores inferiores a 1,000 são considerados baixos. Tomados em conjunto, o valor geral e o valor relativo são medidas do *capital acadêmico* associado à produção. O indicador pode ser assim sintetizado:

Tabela 42. Modelo da hierarquia das propriedades da produção

Valor geral da categoria [V _c]	= Soma dos valores específicos [V _e] da categoria em todos periódicos considerados: V_c = ΣV_e
Valor específico da categoria [V _e]	= Número de casos no periódico [n] x Coeficiente de valor do periódico [C]: V_e = n . C
Coeficiente de valor [C]	= Soma entre o valor do estrato Qualis do periódico [Q] e a média aritmética entre o fator de impacto [F _i] e proporção de artigos de Ciência Política no periódico: C = Q + ($\frac{Fi+CP}{2}$)
Valor relativo da categoria [V _r]	= Razão entre valor geral da categoria e o total de casos da categoria na produção analisada: $\frac{V_c}{n}$
Parâmetros	Q: A1 = 1 A2 = 0,75 B1 = 0,5 Fi: SciELO (Scientific Electronic Library Online): 2011-2012* SJR (SCImago Journal and Country Ranking): 2005-2012

* Fator de impacto em um período de dois anos tendo como base o ano de 2013 (exceto para *Brazilian Political Science Review* em que foi tomado como base o ano de 2014).

A fonte escolhida para calcular o fator de impacto foi o SciELO (2011-2012). O SJR não foi utilizado porque vários periódicos não foram indexados pelo SCImago. No entanto, para os periódicos com dados disponíveis, o SJR (2005-2012) não altera substantivamente os resultados. Os valores atribuídos aos estratos Qualis são os utilizados pelo Comitê de Área de Ciência Política e Relações Internacionais na avaliação dos programas de pós-graduação.

Repare-se, por fim, que há certa margem de redundância na fórmula, já que o fator de impacto é considerado para distinguir periódicos A1 e A2 (Capes 2013b, p. 25). Contudo, a redundância é irrisória, já que o critério é “SJR maior que 0.30” para A1 e, para A2, bastando haver indexação pelo SJR ou JCR. Nessas condições, supor que o fator de impacto está coberto pelo Qualis equivale a abrir mão de uma escala de razão em prol de uma escala ordinal – e uma bastante genérica, composta por “maior” ou “menor que x”. É preciso considerar o fator de impacto integralmente porque ele contempla uma parcela de valor menos contemplada pelo Qualis.

V.2.1.1. Hierarquia dos periódicos (coeficiente de valor)

O coeficiente de valor dos periódicos, do maior ao menor, é o seguinte:

Tabela 43.1. Coeficiente de valor dos periódicos

	OP	Dados	RBCS	BPSR	LN	RSP	RBCP	REP	CiSauCol	NE	CRH	SocEst	EstHis
Estrato	A1	A1	A1	A2	A2	A2	B1	A2	B1	B1	B1	B1	B1
Q	1	1	1	0,75	0,75	0,75	0,5	0,75	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fi	0,3500	0,3636	0,3559	0,0952	0,3182	0,1875	0,2075	0,1772	0,5190	0,2609	0,1505	0,1875	0,114*
CP	1	0,542	0,341	0,866	0,591	0,693	0,913	0,078	0,066	0,320	0,217	0,177	0,245
C_v	1,675	1,452	1,348	1,230	1,204	1,190	1,060	0,878	0,792	0,790	0,684	0,682	0,679

* O fator de impacto de *Estudos Históricos* não foi computado pelo SciELO. Para não zerar o coeficiente, usou-se o SJR, que só computou o fator de impacto de 2000 a 2005. Foi tirada uma média desse período. O valor equivale ao fator de impacto de *História*.

Tabela 43.2. Coeficiente de valor dos periódicos

	CadPes	ReligSoc	SauSoc	EstFem	Socios	AmbSoc	Pagu	História	TemSoc	EstAv
Estrato	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1	B1
Q	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fi	0,2250	0,1875	0,3284	0,2069	0,1667	0,2037	0,1837	0,101**	0,1064	0,0947
CP	0,128	0,160	0,011	0,126	0,166	0,106	0,041	0,068	0,015	0,015
C_v	0,676	0,674	0,670	0,666	0,666	0,655	0,612	0,584	0,561	0,555

** Indisponível no SciELO. Usado o SJR para 2012.

O capital acadêmico de uma área deve ser interpretado com o valor geral (V_c) e relativo (V_r) conjuntamente, da mesma forma que se utiliza PIB e PIB *per capita* na interpretação da riqueza de um país¹²⁷.

As magnitudes dessas medidas são as seguintes: (i) valor relativo máximo que uma categoria poderia ter é igual ao coeficiente de valor do periódico mais valioso (*Opinião Pública*, 1,675) – na hipótese de concentrar toda a sua produção neste periódico. Inversamente, a mínima corresponde ao coeficiente do periódico menos valioso (*Ambiente e Sociedade*, 0,555). Hipoteticamente, o maior valor geral que uma categoria poderia ter é de 823,284 – valor arbitrário que corresponde à concentração de toda a produção do campo (567 artigos) no periódico mais valioso. O menor valor possível é de 0,555 e consistiria em concentrar uma ocorrência no periódico menos valioso.

Com o coeficiente em mãos, a fórmula é aplicada para qualquer categoria que se deseja determinar a hierarquia. *Cabe então retornar às análises de correspondência e às medidas de associação e verificar os valores das categorias que determinam dimensões*. Investidos de valor, os determinantes das dimensões do campo acabam também determinando os valores do campo – isto é, constituem-se em princípios de divisão no sentido estrito do termo. Pode-se assim desvelar a estrutura do campo.

V.2.2. Áreas temáticas

A fórmula destacada acima foi aplicada às categorias mais importantes, começando pelas áreas temáticas. Os resultados são os seguintes:

¹²⁷ Norbert Elias, aliás, explicitamente usa os “estados soberanos” como metáfora para descrever o comportamento de departamentos acadêmicos, em seu estabelecimento e luta por recursos (Elias *apud* Burke 2000, p. 33).

Tabela 44. Hierarquia das áreas temáticas

Área temática	N	V _c	Posição	V _r	Posição
Comunicação, representação e comportamento político					
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	51,772	2º	1,29	6º
Atitudes e cultura política	30	37,529	5º	1,25	7º
Comunicação política e opinião pública	20	24,358	8º	1,22	9º
Instituições participativas	16	16,524	13º	1,03	19º
Instituições políticas					
Estudos do Legislativo	8	9,943	22º	1,24	8º
Relações Executivo-Legislativo	8	11,147	20º	1,39	2º
Relações intergovernamentais	5	5,553	26º	1,11	14º
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	21,121	9º	1,32	5º
Sistemas governamentais	9	11,184	19º	1,35	4º
Análise do processo decisório	7	10,036	21º	1,43	1º
Governo, burocracia e políticas públicas	122	102,919	1º	0,84	24º
Estudos do poder local	7	7,951	24º	1,14	12º
Estado e sociedade civil					
Estrutura e transformação do Estado	24	24,865	7º	1,04	18º
Política e economia	20	20,214	12º	1,01	20º
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	20,686	10º	1,09	15º
Classes e grupos de interesse	10	9,403	23º	0,94	22º
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	40,157	4º	0,96	21º
Segurança pública	19	20,588	11º	1,08	16º
Política, Direito e Judiciário	12	14,679	16º	1,22	10º
Religião e política	9	6,074	25º	0,67	25º
Teoria, métodos e ideias					
Teoria política democrática	39	44,577	3º	1,14	13º
Teoria política moderna	13	15,008	14º	1,15	11º
Teoria política contemporânea	29	31,100	6º	1,07	17º
História das ideias	14	12,897	17º	0,92	23º
Metodologia	11	14,976	15º	1,36	3º
Pensamento político brasileiro	12	12,339	18º	1,03	19º
Nota: As seguintes áreas foram excluídas da classificação, pelo N pequeno: “instituições governamentais específicas” (um caso); “revoluções e conflitos civis” (três casos) e “ensino e pesquisa em CP e RI” (um caso). Há também um caso indeterminado, totalizando o universo de 567 casos.					

Em termos relativos, as áreas mais valiosas são as institucionais – embora, caso tomadas individualmente, concentrem uma parcela relativamente restrita do capital acadêmico do campo. Tomadas em conjunto, as áreas institucionais politológicas agregam 12,8% (76,93) do capital acadêmico mensurado. Cumpre sublinhar o caso de “governo, burocracia e políticas públicas” que, embora frequentemente trate de instituições, é eminentemente estatal, também mobilizando mais variáveis de natureza híbrida (político-sociais), estando mais distante da política institucional. *Proximidade com a política institucional, incluindo variantes “intermediárias”, como as eleições, tende a agregar valor acadêmico.* Repare-se como a terceira área mais valiosa, “metodologia”, tem laços muito fortes com as áreas institucionais, o que se expressa por seu politologismo e, ao mesmo tempo, seus altos valores de cientificidade e sua forte orientação nomotética.

Uma explicação para a situação das áreas institucionais politológicas são suas condições de acesso, em particular quando combinadas com o neoinstitucionalismo de escolha racional, com os mais elevados índices de cientificidade (IV.3), privilegiando-se técnicas como estatísticas de GLM. Trata-se de uma fração restrita e altamente valiosa, uma elite.

Tendo-se ressaltado a divisão entre políticas públicas e as demais áreas institucionais, cumpre notar que instituições políticas concentram 30% do capital acadêmico mensurado. As áreas de comportamento político vêm a seguir, ressaltando-se por concentrarem, juntas, 21,8% do valor geral, também apresentando valores relativos expressivos. Comportamento político e instituições associam grande volume de capital com elevado rendimento *per capita*.

O capital acadêmico cai à medida que nos deslocamos em direção ao societalismo e às áreas mais teóricas. Não obstante, as áreas de “Estado e sociedade civil” concentram, juntas, 26,2% do valor geral e as três áreas teóricas acrescidas a “pensamento político brasileiro” concentram 17,7%. Em outras palavras, por seu volume, essa parcela do campo – a maioria – concentra quantidade expressiva de capital, embora valha menos do que as áreas de instituições e de comportamento político.

Os microcosmos do campo, que definem oposições alternativas, também são pouco valorizados, ocupando as últimas posições: “política e economia” (elemento do polo econômico) (1,01 e 21º lugar); “religião e política” (polo religioso) (0,67 e 26º lugar) e “história das ideias” (polo idealista) (0,92 e 24º lugar). Em outras palavras, distância do *mainstream* também implica menor valor acadêmico, comprovando a maior eficácia dos princípios de divisão principais (como politicismo e societalismo) ressaltados nas análises de correspondência.

V.2.3. Abordagens nominais

Tabela 45. Hierarquia das abordagens nominais

Abordagem	N	V _c	Posição	V _r	Posição
Ciência Política					
Neoinstitucionalismo político	67	69,325	1º	1,035	18º
Neoinstitucionalismo de escolha racional	37	45,986	2º	1,243	6º
Neoinstitucionalismo histórico	18	18,048	10º	1,003	19º
Cultura política	21	27,584	5º	1,314	3º
Comportamentalismo	10	15,088	12º	1,509	1º
Análise de redes	8	5,698	31º	0,712	36º
Análise de elites	23	27,365	6º	1,190	11º
Jurisprudência política	7	8,518	23º	1,217	9º
Empirismo politológico	27	33,130	3º	1,227	7º
Informacional	11	14,274	13º	1,298	4º
Feminismo	27	25,648	7º	0,950	23º
Teoria política liberal	6	7,562	26º	1,260	5º
Deliberacionismo	12	13,227	14º	1,102	15º
Participativismo	14	13,076	15º	0,934	25º
Maquiaveliana	9	9,540	20º	1,060	16º
Contratualismo	4	3,454	36º	0,864	28º
Multiculturalismo	7	9,342	21º	1,335	2º
Sociologia Política					

V. Hierarquia

Marxista	24	24,854	9º	1,036	17º
Teoria das organizações	29	28,356	4º	0,978	22º
Atores sociais	10	7,876	24º	0,788	33º
Praxiológica	22	25,454	8º	1,157	13º
Interacionista	6	7,314	29º	1,219	8º
Etnometodológica	13	11,220	18º	0,863	29º
Teoria crítica	6	5,084	32º	0,847	31º
Memória-imaginário político	7	6,848	30º	0,978	21º
Histórico-interpretativa	18	16,877	11º	0,938	24º
Sociologia Histórica					
Tipos ideais	9	7,497	28º	0,833	32º
Estruturalista	4	4,630	34º	1,158	12º
Historiográfica	10	7,510	27º	0,751	35º
Economia Política					
Institucionalismo econômico	4	3,692	35º	0,923	26º
(Neo)desenvolvimentismo	14	12,865	16º	0,919	27º
Linguístico-interpretativas					
Hermenêutica	5	4,992	33º	0,998	20º
Contextualismo linguístico	9	10,784	19º	1,198	10º
História conceitual	7	7,745	25º	1,106	14º
Análise de conteúdo	11	8,562	22º	0,778	34º
Pós-moderna	14	11,892	17º	0,849	30º

Nota: As seguintes abordagens foram excluídas da classificação, pelo N pequeno: "escolha racional" (3); "sistêmica" (2); "pluralismo" (3); "teorias da *accountability*" (2); "interest group theory" (2); "pragmatismo" (2); "teorias da modernização" (2); "teoria da dependência" (1); "semiológica" (1) e "constitucionalismo" (3). Há também 15 casos indeterminados, totalizando o universo de 567 casos.

Abordagens atitudinais e institucionalistas são as mais importantes na Ciência Política brasileira contemporânea. As abordagens institucionalistas predominam na produção, concentrando a maior quantidade de capital, enquanto as atitudinais (comportamentalismo, cultura política e informacional) são as de maior valor relativo.

Aqui a atuação de *Opinião Pública* é fundamental – hoje o periódico mais valorizado do campo, o que implicou, em relação a 2004-2008, quando era A2 (Leite 2010, p. 58), uma valorização das abordagens e áreas ligadas a atitudes e comportamento político. Em outras palavras, a ascensão de *Opinião Pública* diminuiu a proeminência das abordagens institucionalistas, havendo uma bipolarização entre as posições dominantes¹²⁸.

Mas além de predominarem, as abordagens institucionalistas disseminam-se pela produção e são menos dependentes de um periódico – em particular o neoinstitucionalismo político. Neste caso, sua maior extensão envolve uma diferenciação interna, que explica seu menor valor relativo entre as abordagens mais importantes: há um neoinstitucionalismo de variante politológica (politicista inclusive), predominante nos periódicos mais valorizados, sobretudo em *Brazilian Political Science Review*, equivalente, em valor relativo, ao neoinstitucionalismo de escolha racional, e

¹²⁸ As abordagens atitudinais talvez estejam crescendo no campo. Oliveira e Nicolau (2014, p. 13) documentaram o crescimento do "comportamentalismo" nos últimos anos, tomando-se como referência os periódicos historicamente mais importantes.

outro estatal-estatista, aplicado em estudos sobre burocracia e políticas públicas, sustentado por *Cadernos de Pesquisa* e *Ciência e Saúde Coletiva* – periódicos, aliás, até aqui nunca considerados nos estudos sobre a Ciência Política. Ao considerá-los, o neoinstitucionalismo político ganha volume e bifurca-se na dimensão do objeto. Em outras palavras, o neoinstitucionalismo politológico, mais ligado à Ciência Política, é tão valioso quanto o neoinstitucionalismo de escolha racional que, aliás, também se concentra nos periódicos próprios da disciplina. O empirismo politológico também compõe a elite do campo e expressa o valor que é assimilado ao associar-se neopositivismo e tradição politológica.

Em termos relativos, casos dignos de nota são o multiculturalismo (valor relativo de 1,335, o 2º maior), teoria política liberal (1,260, 5º), interacionismo (1,219, 8º) e contextualismo linguístico (1,198, 10º), embora provavelmente pese o número restrito de casos, sendo os três primeiros sustentados por dois casos em periódicos A1 e um caso em A2. O valor relativo é muito afetado por um N pequeno – reforçando a importância de interpretar o valor relativo em conjunto com o geral. O caso do contextualismo linguístico é diferente por ser aplicado nos estudos linguístico-ideais (ao lado de história conceitual e da hermenêutica), sendo, hoje, a abordagem mais importante do polo idealista.

Em sentido contrário, ressalta-se o caso do feminismo, que concentra quantidade expressiva de capital bruto (3,1% do total, 7º) associado a baixo rendimento (0,950, 23º). Há aqui uma peculiaridade. O feminismo tem um periódico exclusivo, *Estudos Feministas*, que, sozinho, sustenta 50% da abordagem, percentual só excedido pelo (neo)desenvolvimentismo, sustentado pela *Revista de Economia Política* (60%). Mas o feminismo é bem mais extenso (4,8% contra 2,5% da produção), é escasso nos periódicos A1 e A2 – e, de orientação societal, faz parte da estrutura principal do campo. Assim, por um lado, o feminismo foi incorporado à Ciência Política; por outro, é relativamente desvalorizado nela.

É uma situação parecida com a do marxismo – que sofreu um acentuado declínio se comparado ao período 2004-2008 (*idem*, p. 58), fato notável para uma abordagem que já chegou a ser dominante. Nesse sentido, é expressiva a ausência de *Crítica Marxista* (B2) entre os periódicos da “produção qualificada”, embora o marxismo seja menos dependente de um periódico específico (um pouco menos extenso, é mais difuso que o feminismo). A nosso ver, a proximidade do feminismo com as discussões de teoria democrática é decisiva. Pesa contra o marxismo seu distanciamento intelectual (e político) em relação à democracia, dando espaço ao crescimento do multiculturalismo, do feminismo e da área de atores coletivos entre as abordagens intelectualmente heterodoxas e normativamente “críticas”. Apesar disso, o marxismo ainda tem um rendimento maior (1,036, 17º) por ser mais publicado em periódicos tradicionais como a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* e *Lua Nova* – isto é, por sua importância histórica.

Outro caso de concentração expressiva de capital bruto associada a baixo rendimento é a teoria das organizações: tem o quarto maior valor geral com um capital relativo de 0,978, o 22º da produção. A nosso ver, isso se explica pela concorrência com o neoinstitucionalismo, favorecido pela preeminência das tradições politológicas no campo. A abordagem de sociologia política mais importante é a praxiológica (valor geral de 0,030, 8º da produção, com valor relativo de 1,157, 13º), baseada nos trabalhos de Pierre Bourdieu sobre o campo político e conceitos como capital social

– embora, na prática, oscile entre ignorar a política institucional (é 50% societal) ou a tratá-la como dependente de fatores sociais (é 22,7% societalista, com desvio de 3,0).

Em suma, a distribuição de capital privilegia abordagens politológicas e abordagens empírica e quantitativamente orientadas, privilegiando uma tradição científica mais ortodoxa. É a partir de então que os valores associados às categorias passam a indicar princípios de divisão que explicam os valores associados aos periódicos, áreas e abordagens vistos até aqui.

V.2.4. Tradições e visões disciplinares

Tabela 46. Hierarquia das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	N	V _c	Posição	V _r	Posição
Politicista	44	53,200	4º	1,209	2º
Politológica	116	136,178	2º	1,174	3º
Politológica Intermediária	21	29,717	8º	1,415	1º
Estatista	46	44,014	5º	0,957	9º
Societal	69	67,174	3º	0,974	8º
Societalista	172	174,711	1º	1,016	5º
Econômica	37	37,510	6º	1,014	6º
Economicista	12	11,457	10º	0,955	10º
Idealista	15	15,392	9º	1,026	4º
	35	34,883	7º	0,997	7º

A divisão entre as tradições politológicas e as demais, vista no decorrer da análise, atua em periódicos, áreas, abordagens e demais propriedades da produção. Essa divisão também se reproduz na hierarquia entre tradições – e mostra a proeminência das tradições politológicas no campo. Seus valores relativos correspondem aos coeficientes dos periódicos A1 e A2 mais valiosos. Juntas, também concentram a maior quantidade de valor geral. Esse rendimento é transferido a áreas, abordagens e demais propriedades filiadas, privilegiando-as no campo de produção.

Viu-se que, estatisticamente, as oposições mais fortes partem de microcosmos: polo econômico e polo idealista opondo-se à estrutura principal formada pela oposição estatal-demaís e, enfim, politológico-societal. As regiões mais distantes são também menos valiosas. A maior concentração de capital está entre as tradições politológicas, de um lado, e a societal e societalista, de outro, com 76,3% do capital acadêmico mensurado, e a maior parte do campo está estruturado em função dessa oposição e competindo pelos valores em jogo nesta região.

A tradição societal concentra uma riqueza bruta expressiva, mas com um rendimento *per capita* relativamente baixo – o que é decisivo para privilegiar proponentes das tradições politológicas entre as instâncias detentoras do poder acadêmico (coordenação de área, liderança na ABCP e Anpocs e coordenação dos programas de pós-graduação mais prestigiados).

Um corolário interessante a se provar é o aumento das chances de sucesso acadêmico proporcionalmente a um maior valor relativo, não apenas favorecendo o prestígio intelectual, mas aumentando as chances de ocupar posições de poder acadêmico¹²⁹. Nesse sentido, a hierarquia

¹²⁹ Uma forma de prová-lo seria analisar a produção e a trajetória acadêmica dos ocupantes das principais posições acadêmicas no campo, como coordenadores de área, diretores das associações e coordenadores dos programas de pós-graduação, usando um modelo de regressão logística com o valor relativo como preditor e a ocupação dessas posições como resultante. Embora fundamental, esse corolário extrapolou os limites deste trabalho.

atual manifesta e reforça o estabelecimento das tradições politológicas como definidoras da Ciência Política como disciplina autônoma, que se iniciou com as fundações dos programas de pós-graduação da UFMG (1967) e do IUPERJ (1969) e expandiu-se e fortaleceu-se com os programas da UFRGS (1973), USP (1974) e UFPE (1982), sendo a Unicamp (1984) um dos primeiros posicionamentos heterodoxos, sociais sobretudo, já no campo institucionalmente autônomo da Ciência Política. Hoje, todos os programas classificados como 6 e 7 na Capes poderiam ser considerados como fundamentalmente politológicos.

Agregando as tradições em visões disciplinares, sentido estrito, mais identificada com a ciência política, e sentido amplo, com a sociologia política, tem-se:

Tabela 47. Hierarquia das visões de disciplina

Visão de disciplina	N	V _c	V _r
Sentido estrito (ciência política)	250	286,269	1,145
Sentido amplo (sociologia política)	255	256,235	1,004
Outras	35	61,732	1,000

Os demais princípios de divisão, como empírico-teórico e quanti-quali, inscrevem-se em oposições entre tradições intelectuais.

V.2.5. Tradições intelectuais

Assim como na análise das correspondências, em primeiro lugar os estilos cognitivos são agregados em tradições “científica”, “humanística” e “acadêmica” e, a seguir, a “cientificidade” é melhor especificada.

Tabela 48. Hierarquia dos estilos cognitivos, agregados em tradições

Tradição intelectual	N	V _c	V _r
Científica	353	387,791	1,098
Acadêmica	146	159,621	1,093
Humanística	68	56,824	0,835

A tradição científica (erístico e simbólico) concentra mais da metade do capital acadêmico mensurado, mas seu rendimento é equivalente à tradição acadêmica. A humanística (literário e militante) concentra bem menos capital tanto em termos gerais como em relativos. Isso confirma a desvalorização de uma concepção humanística de conhecimento no campo, herança do modelo anglo-saxão de ciência social instituído sistematicamente na Ciência Política estadunidense a partir da década de 1920.

Isso também marca uma clara diferença em relação às demais ciências sociais no Brasil, baseadas no modelo humanístico e oscilante entre as figuras históricas do acadêmico especialista e do erudito-polímata. Tudo isso foi encontrado nos estudos políticos no Brasil em um espaço tão curto quanto as décadas de 1950 e 1960: pode-se mencionar a cultura intelectual de grupos como o filiado ao ISEB, monoliticamente incorporada no polivalente Hélio Jaguaribe, a forte orientação filosófico-literária dos fundadores das ciências sociais na USP e a cultura “científica”, baseada na figura do acadêmico especialista, de cientistas políticos como Fábio Wanderley Reis e Wanderley Guilherme dos Santos.

Mas por que a tradição científica tem o mesmo rendimento da tradição acadêmica? O estilo erístico engloba uma concepção ampla de cientificidade, envolvendo duas orientações

metodológicas distintas e presentemente opostas no campo: : abordagens baseadas em evidências quantitativas e baseadas em qualitativas – oposição que reproduz, dentro do estilo erístico, a oposição entre uma visão mais e outra menos “positivista” ciência. Há proximidade entre quanti e uma ciência mais ortodoxa e entre quali e uma ciência mais humanística. Essa afinidade é identificada nos mecanismos de estratificação, em que evidências qualitativas têm um rendimento semelhante à tradição humanística, enquanto as quantitativas são mais valorizadas, como será visto na próxima seção. Em outras palavras, o escore de 1,098 é uma espécie de média entre os rendimentos atribuídos às evidências quanti (visão mais “positivista”) e quali (mais humanística). A tradição acadêmica, com rendimento médio, equivale a essa média, isto é, é mais valorizada do que a humanística mas menos do que a tradição científica mais ortodoxa. Essas diferenças são melhor especificadas nas seções seguintes.

V.2.6. Natureza do objeto e medidas de cientificidade

Tabela 49. Hierarquia da natureza dos objetos e natureza das evidências

Natureza do objeto	N	V _c	V _r	Evidências*	N	V _c	V _r
Empírico	418	443,996	1,062191	Quanti	123	154,899	1,259341
Teórico	128	137,417	1,07357	Híbridas	97	109,001	1,123722
Linguístico-ideal	21	22,823	1,08681	Quali	186	175,673	0,944478
				Bibliográficas	156	159,881	1,024878
* Os cinco casos que não apresentaram evidências não foram computados.							

Indo ao encontro do auferido nas análises de correspondência (III.1.1; III.1.4), objetos empíricos estabeleceram-se como o *mainstream* do campo de modo que “ser empírico”, por si mesmo, não garante mais rendimento – é preciso que se aborde esses objetos levantando evidências quantitativas. *Considerando-se o rendimento dos objetos teóricos e linguístico-ideais, pode-se inclusive inferir que trabalhos empíricos podem ser penalizados caso não empreguem evidências quantitativas.*

Em primeiro lugar, evidências qualitativas (0,944), com baixo rendimento, valem menos do que objetos teóricos (1,073) e linguístico-ideais (1,086), de rendimento médio. Em segundo lugar, veja-se que o rendimento das *evidências bibliográficas* (1,024) é inferior ao dos *objetos teóricos* (1,073), embora 78,2% dos trabalhos com evidências bibliográficas sejam teóricos. Isto é: os 20,5% de objetos empíricos com evidências bibliográficas (ensaios empíricos) puxam para baixo o rendimento das evidências bibliográficas. *Objetos empíricos perdem valor quando associados a evidências qualitativas ou bibliográficas e ganham quando associados a evidências quantitativas ou híbridas.* Nesse sentido, a menor valorização de evidências qualitativas manifesta a desvalorização da tradição humanística (que é 79,4% qualitativa, cf. Seção IV.4) e da fração qualitativa da tradição científica em sentido amplo, discriminada pelo estilo erístico (34,3% qualitativa).

A oposição empírico-teórica é modulada por oposições entre tradições intelectuais e concepções de conhecimento. A tradição científica, por sua vez, divide-se entre uma concepção mais ortodoxa de ciência, de orientação quantitativa, de maior rendimento, e outra mais humanística, de orientação qualitativa, de menor rendimento. Assim, a distribuição de valor segue as seguintes orientações, do maior ao menor rendimento: (i) empírico e quantitativo; (ii) teórico e bibliográfico; (iii) empírico e qualitativo; (iv) empírico e bibliográfico.

Estatística, apresentação de hipótese e causalidade também são mais valorizadas no campo:

Tabela 50. Hierarquia: uso de estatística, apresentação de hipótese e argumentos causais

Tipo de estatística	N	V _c	V _r	Hipótese	N	V _c	V _r	Causalidade	N	V _c	V _r
Bivariada	15	22,135	1,475	Apresenta	213	249,025	1,169	Apresenta	287	325,167	1,132
GLM	74	98,097	1,325	Não apresenta	354	355,211	1,003	Não apresenta	280	279,069	0,996
Univariada	13	14,251	1,096								
Frequência simples	116	125,477	1,081								
Não usa	349	344,276	0,986								

Trabalhos que empregam estatística têm um rendimento superior a trabalhos sem estatística, e esse rendimento aumenta em função do grau de complexidade. Estatística bivariada e GLM compõem uma elite no campo, ainda relativamente restrita e altamente valiosa – e devem constituir um *benchmark* para o qual a Ciência Política se dirigirá à medida que se tornar mais matemática; o passo seguinte deverá ser a ampliação do estilo simbólico. Apresentação de hipótese e argumentos causais também são apreciados, embora com um rendimento menor do que as estatísticas mais sofisticadas e ainda não predominando de modo a controlar a maior parte do capital acadêmico mensurado. Tomados diacronicamente, é provável haver um movimento de expansão da visão mais ortodoxa desde a fundação da disciplina¹³⁰.

Em suma, a concepção mais ortodoxa de ciência – erística, empírica, quantitativa, estatística, hipotética e causal – é a mais valorizada no campo, expressando o sucesso da ciência política implantada em fins da década de 1960. Apesar disso, a maior parte do *campo* da Ciência Política não adere a essa concepção. O campo é dirigido por uma elite detentora de propriedades ainda restritas e altamente valorizadas, capaz de definir a disciplina e dirigir seu futuro.

¹³⁰ Utilizando categorias um pouco diferentes, os achados de Oliveira e Nicolau (2014) parecem sustentar essa hipótese.

Conclusões

Para onde vai a Ciência Política?

A análise da produção retratou a riqueza e a complexidade da produção da Ciência Política brasileira, permeada por periódicos, áreas e abordagens bastante diversas. Parte dessa complexidade é explicada pela combinação entre tradições disciplinares e intelectuais. O campo compõe-se por microcosmos que orbitam a estrutura principal: (i) polo econômico, (ii) polo idealista, (iii) polo religioso e (iv) políticas públicas. Há uma importante tradição, a estatal, responsável por aproximadamente um quinto da produção qualificada, porém destacada do *mainstream* e concentrada em periódicos interdisciplinares e dedicados sobretudo a estudos envolvendo políticas públicas. No *mainstream*, tem-se a oposição entre periódicos, áreas e abordagens associadas às tradições societais e associados às tradições politológicas.

As tradições politológicas estão mais próximas da tradição científica, isto é, dos estilos erístico e simbólico, e de maiores valores de “cientificidade”. As tradições societais são mais ecléticas: há um conjunto mais humanístico, baseado no estilo literário, composto por abordagens, áreas e periódicos de orientação histórica e interpretativa, evidências qualitativas e baixos índices de “cientificidade”, um conjunto mais teórico, baseado no estilo acadêmico, composto sobretudo por áreas e abordagens ligadas à teoria política, e um conjunto mais erístico. O polo idealista oscila entre esses dois centros de gravidade.

Ao mesmo tempo, a produção é rigorosamente estratificada: a *diferença* também envolve *distinção*. Tomar a política institucional como objeto e, sobretudo, tratá-la como um âmbito autônomo agrega mais valor. Assim, por exemplo, o neoinstitucionalismo de escolha racional tem mais valor do que abordagens societais como o marxismo. Ao contrário, estudar objetos externos à política institucional ou tomá-la como um âmbito heterônomo agrega menos valor.

Esses fatores combinam-se com o grau de “cientificidade”: quanto mais próximo de uma concepção mais ortodoxa de ciência, maior tende a ser o valor assimilado. Assim, estilos erístico e simbólico, pesquisa empírica, estatísticas mais sofisticadas, presença e teste de hipótese e argumentos causais agregam valor. Nesse sentido, tradições societais associadas aos estilos literários, militante e acadêmico e a baixos valores de “cientificidade” – isto é, uma orientação mais humanística – compõe a fração menos valorizada da produção qualificada.

Mais valor acadêmico deve converter-se em maiores chances de publicação nos periódicos mais importantes e, provavelmente, compor os programas mais bem posicionados na Capes.

Essas diferenças e distinções dependem da influência de tradições e modelos de atividade intelectual no campo de produção, por sua vez relacionadas às trajetórias de grupos capazes de institucionalizar suas visões disciplinares.

Mais dispersos e menos mobilizados, tem-se “intelectuais” mais próximos de um modelo humanístico que remete aos tempos renascentistas. Esse modelo é responsável pelas áreas e abordagens que orbitam os estilos literário, militante e acadêmico e está vinculada a tradições não politológicas, como a estatal, a societal e a idealista, aderindo a uma concepção de “político” em

sentido amplo. Os proponentes dessa visão tendem a um *habitus* historicamente construído em torno da figura do polímata; tendem a preferir livros como principal meio de publicação, e mesmo a cultivá-los, dentro da apreciação literária do *auteur*; a ser menos favoráveis à especialização temática e teórico-metodológica; a critérios “objetivos” de avaliação (como o Qualis); favorecem um *ethos* intelectual mais aristocrático e intervenção política nos parâmetros de uma *intelligentsia*.

Mais mobilizados, tem-se os “cientistas sociais” baseados no modelo da USP, que lapidam e fortalecem as tradições societais e estimulam a disseminação do estilo erístico, além de conservar propriedades humanísticas do período anterior e ampliar a autonomia do campo acadêmico. Nesse sentido, oriunda sobretudo da heteronomia com a Sociologia, a visão societal oscila entre os extremos humanístico e científico, assim como entre o erudito e o *scholar*, com certo desvio ao polo humanístico. Apresenta relativa proximidade entre o estilo erístico, ao mesmo tempo em que há repulsa por métodos quantitativos, atração por métodos qualitativos e valores intermediários nos demais critérios ortodoxos de cientificidade. Tem como consequência manter vagas as fronteiras entre “sociologia política” e “ciência política”, e é responsável pela forte presença de abordagens e temas tipicamente sociológicos na produção da Ciência Política, como classes, elites, trabalho e movimentos sociais. Em outras palavras, ela favorece a heteronomia intelectual da Ciência Política em relação à Sociologia.

Igualmente mobilizados foram os “cientistas políticos” mineiros e cariocas do eixo UFMG-IUPERJ, responsáveis pela introdução de tradições politológicas associadas a uma tradição científica mais ortodoxa, baseada na figura do *scholar* estadunidense e em um modelo de atividade intelectual associado às ciências naturais. Nesse sentido, a visão politológico-científica, intrinsecamente associada à autonomização institucional e intelectual da Ciência Política, define-se pela proximidade com a política institucional e por uma visão de ciência dentro dos parâmetros do empirismo epistêmico, do pragmatismo e do positivismo lógico. Favorece também a especialização e a profissionalização da atividade intelectual e estabeleceu-se no campo em estrito comprometimento com a democracia, que por vezes levou (e ainda leva) quadros opostos a criticá-la por restringir-se às instituições políticas “liberais”. Esse comprometimento tem uma dimensão normativa (deseja-se que a democracia prospere) e intelectual (acredita-se que as instituições políticas têm autonomia), comprometimento que esteve na base e justificou a autonomização da Ciência Política. Essa visão também é mais favorável a critérios objetivos de avaliação, como o Qualis ou a indexação de periódicos em bases internacionais. Nesse mesmo sentido, é a visão mais valorizada pelos mecanismos atuais de estratificação: a Ciência Política valoriza mais o que lhe é próprio.

Essas abordagens têm muito a dizer sobre o futuro. Nesse sentido, gostaríamos de chamar a atenção a alguns riscos envolvidos no sucesso recente da disciplina.

Em particular, a associação entre empirismo, democracia e neoinstitucionalismo pode produzir uma espécie de oficialismo e, caso não sejam tomados certos cuidados, pode excluir objetos relevantes dos horizontes da disciplina e ocultar fatores explicativos – até mesmo sem sair da política institucional. Essas exclusões podem reificar-se institucionalmente e compartimentalizar a disciplina, excluindo previamente certas questões e explicações possíveis.

Em primeiro lugar, como notou Lessa (2011, p. 48), a atenção à democracia vai dando lugar à atenção às instituições democráticas estabelecidas. Ignorando-se fatores exógenos e sua

historicidade, incorre-se em um “oficialismo ontológico” que insula e justifica as instituições democráticas estabelecidas. Além disso, esse oficialismo tem outra característica: ele se baseia em *instituições formais*. O universo informal – institucionalizado, inclusive, e dentro da própria política institucional – torna-se opaco, até mesmo invisível. A necessidade de autonomização só contribuiria para mantê-los ocultos ou em segundo plano, respaldada por problemas metodológicos clássicos, como as dificuldades de definir precisamente e medir rigorosamente as instituições informais.

O foco sobre instituições formais depende do neoinstitucionalismo, em particular sua vertente de escolha racional e sua concepção de instituição como *regras* que, adaptadas à política institucional e às limitações metodológicas já aludidas, incorrem em oficialismo.

Viu-se que instituições podem ser arranjos de regras, normas ou valores formais ou informais que condicionam ou constroem o comportamento. Ocorre que *regras* geralmente referem-se a constrangimentos mais cristalizados do que *normas*. No neoinstitucionalismo de escolha racional isso é exaltado, anexando-se um sentido sociologicamente associado às organizações: regras são o “produto de acordos explícitos instituídos por alguma autoridade, e elas implicam sanções”¹³¹ (Tuomela *apud* Hodgson 2006, p. 5). Implicitamente no emprego de “norma” e “regra” há um contínuo entre o grau de formalização dos condicionantes do comportamento que fica particularmente claro na distinção de Helmke (2004, p. 727): normas são “self-enforcing” e regras são “enforced by a third party”. Pois “third party” é geralmente uma organização, uma estrutura regimentada, “fixada, hierarquizada e centralizada”, nos termos de Gurvitch (1955, p. 10), como uma organização burocrática ou uma instituição do Estado. Quando aplicados às instituições políticas, a simplicidade, o rigor e a verificabilidade das abordagens de escolha racional, uns de seus maiores trunfos, favoreceram o estudo das instituições mais explícitas, mais concisas, mais facilmente identificáveis e definíveis – isto é, mais formais. Quanto mais tácitas, ambíguas e difusas, isto é, quanto maior sua natureza sócio-cognitiva, *normativa*, maior é a dificuldade de interpretação e formulação de um arranjo logicamente coeso de injunções precisas, necessário para a construção do modelo.

Fundamentalmente, o risco de formalismo está na adesão estrita às exigências do empirismo epistêmico quando se aborda fenômenos coletivos de difícil mensuração, como instituições informais ou formas implícitas de capital. Faltam métodos para defini-los e medi-los rigorosamente. Trata-se do problema clássico de determinar a natureza e de operacionalizar termos coletivos, quando as fronteiras entre “observável indireto” e “constructo” ou “teórico” ficam enevoadas. Quanto menor essa capacidade, maiores as chances de que, para evitar a reificação de termos abstratos, acabe-se por restringir-se à camada “oficial” do mundo político ou do universo social. Donde a simbiose entre empirismo e individualismo metodológico anglo-saxões e a recorrência de parte das ciências sociais a abordagens menos “positivistas”.

Nessas circunstâncias, estudar o mais visível e mais facilmente mensurável favorece a construção de modelos com mais variância explicada, isto é, modelos melhores, o que publica

¹³¹ “Rules are the product of explicit agreement brought about by some authority, and they imply sanctions”.

artigos. Melhores, é claro, dentro de um universo previamente delimitado, explicando-se mais variância de uma extensão previamente reduzida de variação.

Tomando-se como referência o caso estadunidense, Helmke e Levitsky (2004, p. 725) sugerem que, apesar da “guinada institucionalista” em *comparative politics*, as “regras informais” ainda permanecem “periféricas” na área. Nesses termos, (i) foca-se instituições formais porque é mais fácil medi-las e/ou (ii) o *mainstream* acredita que as instituições formais “contam mais”. Neste caso, aposta-se que o fenômeno político tenha tal grau de estruturação ou objetivação de modo a ser determinado por sua dimensão formal. Não seja este o caso e a Ciência Política estará ignorando fatores importantes e tratando como invisíveis fenômenos que deveriam ser abordados. Helmke e Levitsky (*idem*) mostram, no entanto, a extensão da influência dos fenômenos informais sobre o comportamento político, até mesmo suplantando as instituições formais. Eventualmente, estas podem não constituir “incentivos” reais ao comportamento, como quando normas informais de atribuição permitem que o poder Executivo exceda a autoridade formalmente prescrita ao presidente (*idem*, p. 725-726). No limite, as instituições formais podem *contradizer* o comportamento real determinado informalmente, como no caso da proibição da pena de morte no Brasil e a prática corrente de execuções policiais, com a conivência tácita da corporação (*idem*, p. 726). Os efeitos de instituições informais estendem-se a regras eleitorais e, mais fundamentalmente, influenciam resultados institucionais, bem como a própria constituição das instituições formais, estendendo-se a áreas como a política legislativa, judicial, a organização partidária, financiamento de campanha, mudança de regime, federalismo, administração pública e o desenho do Estado (*ibidem*).

Ora, é natural que uma abordagem foque ou reconstrua a fração do real mais adequada a ela, mas tem-se um problema quando, em um contexto de *afirmação disciplinar*, em particular *como ciência*, essas abordagens acabem sendo confundidas com a própria cientificidade. Assim, não empregar seu arranjo teórico, seus métodos – e seus *objetos* e *temas* – acaba por, na prática, significar “menos científico” ou mesmo “não científico”, pré-julgando seu valor heurístico e restringindo suas possibilidades científicas no campo.

Assim, por exemplo, dadas as dificuldades de controle e mensuração das abordagens culturalistas ou dos métodos histórico-comparativos, pode-se negá-los o estatuto de científicos e, seguindo a trajetória de “cientifização” da disciplina, podem, como outros na mesma situação, ser progressivamente insulados, assim ignorando-se (i) que métodos científicos poderiam ser empregados¹³², (ii) a interação e eventual complementariedade entre variáveis de âmbitos distintos e (iii) o desenvolvimento de técnicas que permitam a mensuração dos fenômenos mais difusos e informais que constituem em larga medida os objetos dessas abordagens.

Reconhecê-lo, aliás, equivale a aceitar que não há uma singularidade “ontológica” nesses objetos que os torne *em princípio* inescrutáveis pelos métodos científicos.

Assim, a confusão entre certas abordagens e o estatuto de cientificidade em um contexto de grandes limitações metodológicas, como as envolvidas nas fronteiras entre o formal e o informal e na mensuração de termos coletivos e de instituições objetivadas apenas até o nível simbólico, aumenta as chances de se acusar como “pouco” ou “não científico” aquilo que, na verdade, ainda

¹³² Como mostra Perissinotto (2013) para o caso das abordagens histórico-interpretativas.

não se consegue abordar cientificamente. Apesar dos avanços, consistentes e em curso, a aversão atual à dimensão mais recôndita dos fenômenos políticos, e aos fenômenos mais ocultos propriamente ditos, expressa as limitações científicas da disciplina.

O risco, afinal, é de cientificismo e de um “metodologismo” exagerado, operando *contra* a cientificidade da Ciência Política. Há inúmeros sintomas práticos. Além da já aludida “significância estatística” e seu efeito quase mágico de garantia de cientificidade, tem-se, por exemplo, um uso automatizado e indiscriminado dos termos “variável dependente” e “variável independente” quando não cabe o seu uso. Em primeiro lugar, referem-se a desenhos de pesquisa experimentais, quando há controle sobre as variáveis. Em segundo, exigem que os efeitos sejam observados *antes* e *depois* da atuação de uma variável sobre a outra. Em terceiro, são equivocadamente confundidos com técnicas matematicamente bidirecionais (como os testes de regressão) e que, por este motivo, só autorizam inferências causais com observações diacrônicas¹³³: causalidade são padrões de covariância observados ao longo do tempo (Field 2013, p. 15). Na prática, essa confusão, interessada, acaba transformando causalidade em uma premissa assimilada e confundida com a técnica que se está empregando – um emprego que eventualmente assume ares de militância.

Esse cientificismo faz parte do imaginário e do arcabouço de valores de muitos cientistas políticos, em particular os jovens, e compõe um leque de *signos distintivos*. A causalidade, por exemplo, não apenas é valorizada pelos mecanismos objetivos de estratificação – é também um *valor em si* que atribui capital simbólico que, no campo acadêmico, assume a forma de prestígio. Assim, embora o senso comum repita o mantra “correlação não é causação”, frequentemente se esquece que covariância padronizada, como os testes de regressão, também não é. Assim como a Economia há duas décadas, a Ciência Política descobriu o *general linear model* e o cultiva como uma espécie de passagem a outro patamar de cientificidade, produzindo uma fronteira fictícia entre técnicas de regressão e o “resto”. Esse imaginário então desdobra-se produzindo uma série de confusões basais. Estatísticas funcionais tornam-se “inferenciais”, em oposição às “descritivas”, quando ser ou não inferencial refere-se ao desenho de pesquisa (trabalhar ou não com uma amostra); ou quando – esta é uma das prediletas – “inferencial” tacitamente equivale a “explicação”, confundindo-se uma propriedade relativa ao desenho de pesquisa com uma propriedade de ordem lógica (um argumento causal).

Esses e outros vícios baseiam-se em uma necessidade de afirmação, ao mesmo tempo institucional e identitária: ser ciência, ser científico. Dirigindo-se por essa necessidade, busca-se, em operações ritualísticas, assimilar os atributos associados à cientificidade e denunciar sua falta na concorrência. Quando *ser uma ciência* é transformado em uma espécie de capital, a cientificidade torna-se um artifício simbólico para acumular capital acadêmico e prestígio intelectual. Esse cientificismo, é claro, é uma característica de ciências imaturas e, na verdade, conspira contra o progresso da disciplina dentro dos parâmetros das ciências empíricas.

Dito isso, é necessário ressaltar que a Ciência Política afirma-se como ciência em um campo intelectual ainda fortemente influenciado por uma “filosofia da ciência” bastante hostil a ela – e estratégica para a afirmação de disciplinas eminentemente humanísticas, como a Sociologia e,

¹³³ Por esse motivo, a literatura frequentemente recomenda o uso dos termos *predictor* e *outcome variable*, que não implicam causalidade.

especialmente, a Antropologia, em conflito com as pretensões “positivistas” de suas origens: para justificar independência das Letras, da Filosofia e da História, busca-se afirmar-se como uma “outra ciência” – que, além de outra, é uma *antítese* de princípios e valores científicos tradicionais. Esse ambiente epistemologicamente hostil provavelmente gerou um sentimento de insulamento por parte da Ciência Política e estimulou seu ímpeto por mais cientificidade, o que ao mesmo tempo impulsionou avanços e incitou cientificismo.

Também se ressalte que os estudos politológicos, em particular institucionalistas, claramente negociam uma linguagem comum, condição fundamental para a cumulatividade científica, e, para isso, busca basear-se em referenciais seguros. Analisar rigorosamente o mais visível é uma forma de garantir que as extrapolações teóricas estejam ancoradas em observáveis, resguardando a base empírica da disciplina e formando uma plataforma para o eventual estudo de objetos de natureza mais fugidia. O incipiente mas crescente diálogo com ciência cognitiva, em curso nos Estados Unidos, pode ser interpretado como um sintoma desse processo de tornar palpável o que hoje parece coisa das ciências do “espírito”. “Provar o óbvio” é uma forma de construir um conjunto de proposições seguras e procedimentos metodológicos sistematicamente validados, necessários à cumulatividade.

Por fim, outro processo de exclusão prematura pode estar sendo aplicado às tradições sociais. Assim, caso progrida a separação institucional entre sociologia política e ciência política, correspondendo, na dimensão intelectual, ao fracionamento dos objetos e dos fatores mobilizadas em suas análises, pode-se acabar isolando explicações complementares em disciplinas distintas e, sem receptividade intelectual e abertura de canais de comunicação e intercâmbio de ideias em um ambiente institucional desfavorável, arrisca-se produzir prejuízos científicos consideráveis. Um exemplo é quando o que “não é ciência política” exercer influência real sobre a política – isto é, quando a realidade não for suficientemente politológica como deseja a disciplina que se apropriou intelectualmente dela. Essa realidade abnegada estará imersa nos *confounds*, no “ruído” estatístico, no que não é ciência política, previamente excluído dos modelos.

Mas é o amadurecimento em curso que pode, depois do destacamento, fazer a Ciência Política fertilizar-se com outras disciplinas sem o risco de dependência ou de perda de cientificidade. Pode ser este o caso com as instituições informais. Assim como afirmam Helmke e Levitsky (2004, p. 734):

Comparative politics research on informal institutions is still at an incipient stage. Advances are likely on several fronts, ranging from abstract formal modeling to ethnographic studies to survey research. New insights will come from a variety of disciplines, including anthropology, economics, law, sociology, and political psychology. Hence, it is essential to promote a broad and pluralistic research agenda that encourages fertilization across disciplines, methods, and regions. Given the range of areas in which informal rules and organizations matter politically, it is essential that political scientists take the real rules of the game seriously— whether they are written into parchment or not¹³⁴.

¹³⁴ “A pesquisa de política comparada sobre instituições informais ainda está em um estágio incipiente. Avanços são prováveis em várias frentes, de modelagem formal abstrata a estudos etnográficos e pesquisa de *survey*. Novos *insights* virão de uma variedade de disciplinas, incluindo antropologia, economia, direito, sociologia e psicologia política. Assim, é essencial promover uma agenda de pesquisa ampla e pluralista que encoraje a fertilização entre disciplinas, métodos

Em outras palavras, a Ciência Política poderá tornar-se *mais* científica ao incorporar métodos interdisciplinares e considerar fatores associados a outros âmbitos.

Por enquanto, a Ciência Política converge às tradições politológicas e ao empirismo, solidificando-se como ciência. Isso passará pela elaboração de novos métodos e conceitos para dominar objetos ainda difusos, como instituições informais, neutralizando o risco de reificação sem restringir-se à observação direta. Por enquanto, o afastamento de propriedades associadas à tradição humanística, como o estilo literário e o ensaísmo, deve continuar. O estilo simbólico e o uso mais intensivo de matemática provavelmente ganharão importância, e a teoria formal, ainda incipiente no Brasil, deverá desenvolver-se, talvez gerando um novo foco de confronto com a “teoria normativa”, assim como, nos Estados Unidos, *political philosophy* e *political theory* são áreas opostas. Nesse sentido, os cursos e o treinamento em metodologia deverão tornar-se ainda mais importantes e cada vez mais intensivos. Esse processo pode associar-se à criação de cursos de graduação específicos, aprofundando-se a profissionalização e a autonomia da disciplina. Nesse sentido, no que concerne à Ciência Política, a ABCP deverá ganhar cada vez mais força, sobrepondo-se à Anpocs, que no médio prazo talvez se torne anacrônica. Resta saber qual será a relação com as tradições societais: haverá uma sociologia política na Ciência Política institucionalizada? Haverá diálogo?

Esse esclarecimento é necessário sobretudo às frações periféricas da disciplina: encontrarão boas condições ou mesmo sucesso, ou seria melhor buscar disciplinas vizinhas? Haverá uma região interdisciplinar dentro do campo da Ciência Política? Ela será valorizada? Esclarecê-lo pode não só salvar carreiras, mas desenvolver o conhecimento com divisões mais racionais e democráticas.

e regiões. Dada a extensão de áreas em que regras informais e organizações importam politicamente, é essencial que os cientistas políticos levem as regras reais do jogo à sério – estejam escritas em pergaminhos ou não”. Tradução livre.

Apêndice 1. Conceitos

A pesquisa operacionaliza alguns conceitos sociológicos. A especificação de sentido foi dirigida à operacionalização no caso empírico. Não se tem, portanto, o intuito de ser exaustiva, tampouco exegetica.

1. Instituições e organizações

Uma instituição é um arranjo de regras, normas ou valores formais ou informais. Esses arranjos condicionam ou constroem o comportamento de indivíduos e grupos. Organizações são instituições compostas (i) por posições hierarquizadas responsáveis pelo exercício de funções especializadas; (ii) um estatuto ou equivalente e (iii) por regras e procedimentos formalizados. Além disso, têm nomes e fronteiras claras, como programas de pós-graduação ou agências de fomento. Organizações também são dotadas de condutas ou procedimentos não escritos, porém institucionalizados em um nível prático.

2. Posições e divisões

A pesquisa baseia-se na teoria dos campos¹³⁵. Seu elemento fundamental é o conceito de “posição”. Posição tem uma dimensão social e simbólica. Em primeiro lugar, indica um *local* em uma estrutura de relações sociais. Esse local expõe seu ocupante a uma miríade de situações, como a educação em uma instituição universitária de elite ou periférica, que confere certo *valor* ao ocupante, na forma do reconhecimento da posse de certos recursos (expressões de “espécies de capital”), como títulos escolares, dinheiro, habilidades intelectuais e por aí vai. Esses valores podem ser explícitos, tanto mais quanto mais formalizado é o arranjo institucional no qual a posição se insere, como por exemplo a estrutura do Qualis. Essas categorias, valores e hierarquias são ajustados a expectativas normativas intersubjetivas.

O pertencimento a posições mais elevadas na hierarquia em questão (escolar, cultural, mercadológica, jurídica, estética, etc.) aumenta as chances de que os estímulos e constrangimentos associados à posição confirmem esquemas cognitivos mais propícios a gerar práticas mais valorizadas (como artigos notórios), segundo os princípios de avaliação e julgamento socialmente estabelecidos. Isso desvela a dinâmica sócio-cognitiva, quase tautológica, associada à posição. Os constrangimentos associados à posição exigem certas condutas e estimulam o desenvolvimento de certas capacidades, construindo esquemas cognitivos (“categorias de percepção”) apropriados às exigências do campo. Esses esquemas, por sua vez, envolvem “categorias de apreciação”, por meio das quais o agente atribui sentido e valor às coisas, como abordagens ou áreas temáticas.

Posição é um conceito próximo de “classe teórica”. As posições mais estabelecidas se expressam em *termos*, sendo de mais fácil identificação, como “professor adjunto”, “cientista político”, “intelectual”, “acadêmico”, etc. Também existem posições mais tácitas, geralmente desacompanhadas de um substantivo próprio, sendo necessário elaborar constructos para identificá-las. No campo acadêmico muitas vezes as posições são mais

¹³⁵ As principais referências são: Bourdieu (1984; 1989b; 1989c; 1996; 2011) e Ribgy (1993).

tácitas, como aquelas definidas em função da abordagem teórico-metodológica e das áreas temáticas às quais os agentes estão mais ou menos vinculados.

Divisão refere-se às fronteiras entre posições. As divisões estão mais ou menos implícitas nas maneiras como duas ou mais posições, em particular grupos, estão relacionados. Como as posições definem-se antiteticamente, as fronteiras geralmente envolvem *oposições* – expressadas pela influência de um grupo sobre a maneira como outro grupo se define, pensa e age e na natureza dessa influência. Uma divisão, portanto, geralmente envolve uma oposição entre posições, manifestadas pela oposição entre agentes, na qual são mobilizadas estratégias simbólicas para acumular a maior quantidade dos valores em jogo – ou transformá-los da forma mais conveniente.

3. Campo

É uma estrutura de posições, valores e produtos, inclusive simbólicos, definidos em função de certa espécie de capital e organizados em função da distribuição desse capital. Bourdieu (1988, p. 11) define esses princípios como as “propriedades que são pertinentes, efetivas e responsáveis por gerar os lucros específicos garantidos pelo campo”. O campo é perpassado por lutas pelo acúmulo dessas propriedades ou sua transformação. Além disso, é delimitado pela extensão em que suas propriedades são “eficazes”, isto é, reconhecidas. Ele existe até onde seus capitais são atuantes, eficazes, como o capital acadêmico e os capitais intelectuais (e suas propriedades específicas, como empregar uma abordagem nomotética ou idiográfica), atuantes nos campos acadêmicos. Assim, para delimitar o campo identifica-se suas instituições e organizações, os grupos que os povoam e o tipo de produção, buscando, a seguir, desvelar sua espécie de capital, bem como sua distribuição¹³⁶.

3.1. Autonomia e heteronomia

Campos podem relacionar-se, opor-se e influenciar-se mutuamente, da mesma forma que grupos. Nessas relações, um campo é *autônomo* quando ele opera segundo princípios internos, isto é, segundo uma espécie de capital que lhe é específica, peculiar, segundo forças e leis endógenas (um “nomos”). Isso implica que ele é definido internamente, que produz bens específicos, que tem seus próprios critérios de avaliação e hierarquização, e por aí vai. Isso geralmente implica distanciamento ou opacidade em relação aos demais campos, como o campo da matemática, para mencionar um caso extremo.

Eventualmente, a relação entre campos pode constituir-se ou transformar-se em uma relação de *heteronomia*. Um campo é heterônomo quando lhe é imposta leis de um campo externo, tornando-o *dependente* e, no limite, redutível ao campo dominante. Isso significa que as relações estabelecidas e os bens produzidos são determinados por fatores externos, como quando um campo acadêmico ou intelectual politiza-se ao ponto de as relações e oposições internas seguirem oposições do campo político, bem como sua lógica de militância e cooptação partidárias, como quando um método é julgado por parecer alguma espécie de

¹³⁶ A dimensão propriamente simbólica do campo pode se estender além de seu arranjo organizacional – até onde seus produtos culturais forem reconhecidos, o que inclui outros campos e regiões mais distantes do espaço social.

manifestação do imperialismo de tal ou qual país, ou uma oposição virtuosa a ele, em vez de seu valor heurístico, coesão lógica e demais atributos propriamente intelectuais ou científicos.

Um dos principais indicadores de heteronomia é a eficácia, no interior do campo heterônomo, do veredito dos especialistas ou proponentes de campos externos, como caso a Ciência Política reconhecesse as definições de seu objeto por sociólogos, economistas, juristas, políticos, e por aí vai. A autonomia ou a heteronomia de um campo acadêmico parte de dimensões aparentemente tão distantes, como a situação social que une os produtores aos consumidores, e atinge as práticas mais rotineiras e fundamentais, como a maneira de pensar ou de conduzir um estudo sobre um objeto de interesse – é o caso de disciplinas acadêmicas baseadas na figura do erudito, construído em torno do ideal do grande pensador, enraizado em condições de isolamento escolástico e num *ethos* aristocrático, ou na figura do *scholar* construído em torno do ideal do especialista moderno¹³⁷.

3.2. Campo acadêmico

O campo acadêmico é uma composição de subcampos, delimitados por disciplinas acadêmicas. Uma disciplina acadêmica é uma área institucionalizada do conhecimento, composta por organizações de ensino e pesquisa. Um campo acadêmico faz parte de um campo mais amplo, de “produção cultural”, ou seja, campos definidos e dedicados à produção de bens simbólicos, em geral definidos antiteticamente, sobretudo em oposição ao campo econômico. O campo acadêmico, em particular a fração das humanidades, pode relacionar-se com outras instâncias do campo de produção cultural, como o campo jornalístico, o campo literário, a *intelligentsia* e intelectuais independentes, eventualmente reunidos sob o “campo intelectual”. Além disso, o campo acadêmico está mais ou menos vinculado ao campo político, e um campo nacional interage com campos internacionais. É assim que Leca (1982), tendo como referência a Ciência Política francesa, propõe uma agenda de pesquisa que, além da estrutura interna da disciplina, envolveria a análise da interação do campo da Ciência Política com o campo intelectual nacional, com o campo político e com o campo internacional da disciplina – com os quais a Ciência Política francesa manteria uma relação de heteronomia.

Embora o desenho de pesquisa varie em função da situação particular da disciplina – supõe-se, por exemplo, que a Ciência Política brasileira esteja hoje mais autônoma em relação ao campo intelectual do que a francesa no início da década de 1980 – além de sua estrutura interna, poderíamos abordar a relação da Ciência Política brasileira com o campo político, como, por exemplo, os efeitos que a polarização entre o comunismo e a democracia liberal teve sobre a constituição e a orientação teórico-metodológica da Ciência Política brasileira, através, por exemplo, da atuação da Fundação Ford e, sobretudo, a redemocratização e o fortalecimento das tradições politológicas, focadas nas instituições políticas; poderíamos estudar também a influência da *intelligentsia* brasileira sobre a formação do leque de interesses de pesquisa originários, como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); poderíamos também analisar também a interação e as influências com o campo intelectual e ciências sociais de outros países, como a influência das ciências sociais

¹³⁷ Pode-se mencionar a resistência para fazer referências, de um lado, e, de outro, a produção baseada nela, com todas as suas implicações nefastas sobre o estilo e o ideal de singularidade. Seria possível imaginar Aristóteles a submeter-se às convenções da ABNT ou de Harvard?

na França e na Alemanha, com sua guinada filosófica e “crítica”, envolvendo sua oposição às ciências sociais praticadas nos Estados Unidos, e, é claro, a influência das ciências sociais deste país, entre outras possibilidades.

Bourdieu (1988, p. 48-49) identifica dois tipos gerais de capitais responsáveis pela estruturação do campo acadêmico: capitais relativos à “hierarquia social”, envolvendo “capital herdado” (títulos escolares, *pedigrees* culturais), capital econômico e capital político, e capitais relativos à “hierarquia propriamente cultural”, correspondente ao “capital de autoridade científica ou renome intelectual”. Esses dois princípios subdividem-se em várias espécies de capital. Bourdieu menciona o “capital de poder acadêmico”¹³⁸, “capital de poder científico”¹³⁹, “capital de prestígio científico”¹⁴⁰, “capital de renome intelectual”¹⁴¹ e “capital de poder político ou econômico”¹⁴². No caso particular da Ciência Política, sem maiores problemas é possível medir capitais acadêmicos e intelectuais de origem institucional disponíveis no currículo Lattes e nos sítios da ABCP, Capes e CNPq, como o Qualis dos periódicos, titulação, grau Capes do programa de pós-graduação, bolsa de produtividade PQ e vínculo em conselho editorial. A análise da produção, foco deste trabalho, focou o Qualis e o fator de impacto.

3.3. Contínuo informal-formal e grau de “objetivação” dos capitais

As propriedades que estruturam o campo variam em seu grau de objetivação: alguns são mais claros, assumindo um estado formal, e outros mais implícitos, correntes nas relações, nos sistemas de classificação e nos atos de conhecimento e reconhecimento.

The frontier between the institutionalized properties, which are therefore identifiable in official documents, and properties which are not objectified, or mostly not, is relatively fluid, and is bound to change according to situations and periods (any particular scientific criterion, a socio-professional category, for instance, can become a political criterion in certain political conjunctures) [...]. (Bourdieu 1988, p. 9).

Assim, nesse contínuo, tem-se espécies formais, “oficiais”:

thus one moves through decreasing degrees of objectification, from the *formal titles* used when introducing oneself (for example, on official letterheads, identity cards, visiting cards,

¹³⁸ “Membership of the Institute, of the Universities Consultative Committee (CCU), tenure of positions such as dean or director of UER [Unit of Education and Research * university institute], director of institute, etc. (membership of board of examiners for the national competitive examinations, for entrance to the ENS, for the *agrégation*, etc., which was used for the enquiry in the arts faculties only, could not be taken into account for the whole set of the faculties because of the non-comparability of the positions concerned)” (Bourdieu 1988, p. 40).

¹³⁹ “Direction of a research unit, of a scientific review, teaching in an institution of training for research, membership of the directorate of the CNRS, of committees of the CNRS, of the Higher Council for Scientific Research” (*ibidem*).

¹⁴⁰ “Membership of the Institute, scientific distinctions, translations into foreign languages, participation in international congresses (the number of mentions in the *Citation Index*, too variable from faculty to faculty, was not usable, nor was the editorship of scientific reviews or collections)” (*ibidem*).

¹⁴¹ “Membership of the Académie Française and mention in *Larousse*, appearances on television, writing for newspapers, weeklies or intellectual reviews, publication in paperback, membership of editorial committees of intellectual reviews” (*ibidem*).

¹⁴² “Mention in *Who's Who*, membership of ministerial cabinets, of planning committees, teaching in ‘establishment’ schools [ENA, Polytechnique, HEC, etc.] decorations of various kinds” (*ibidem*). Estatísticas sobre os capitais mencionados podem ser conferidas em Bourdieu (*idem*, p. 43-47).

etc.) such as university posts ('professor at the Sorbonne'), or *positions of power or authority* ('dean' or 'member of the Institute*'), which *official terms of reference*, known and recognized by all, are often associated with terms of address ('professor*', 'dean*', etc.) [...]. (*ibidem*; sem grifos no original).

Espécies institucionalizadas:

properties which are little used in official classifications of ordinary existence, although they are institutionalized, like the direction of a laboratory, membership of the University Supreme Council or of examiners' boards for *concours* [...]. (*ibidem*).

E espécies informais, implícitas:

finally to all those indices, often impenetrable for the foreigner, which define what is called "prestige", that is, one's position in strictly intellectual or scientific hierarchies (*ibidem*).

Repare-se que as espécies informais têm uma natureza mais puramente simbólica, sócio-cognitiva ou intersubjetiva; envolvem os “esquemas práticos e implícitos” que governam os atos de conhecimento e reconhecimento e servem de base para o processo de objetivação, como quando uma concepção particular de valor da produção intelectual – por exemplo, a especialização ou a produtividade – é recompensada por certos critérios objetivados de reconhecimento, como com um maior nível no Qualis.

É preciso considerar tudo isso ao medir capitais – porque é mais intuitivo (e mais fácil) identificar os capitais mais objetivados, em particular os formais, que são os mais aparentes, mas por isso mesmo podem ocultar formas mais sutis, porém eficazes na estruturação do campo. As espécies mais objetivadas fornecem referenciais claros para o analista, e para capturar as mais implícitas é comum ter de se construir indicadores com base em variáveis latentes (fatores em análises de correspondência ou análise fatorial). Nesse sentido, seria interessante fazer um *survey* pedindo para que os respondentes atribuíssem valores a propriedades que se acredita estruturarem o campo, como “Os artigos deveriam ser o principal meio de difusão da produção acadêmica” (indo de acordo com os indicadores oriundos de espécies mais objetivadas) ou “O conhecimento especializado é preferível ao conhecimento de vários assuntos” e “É preferível ser bem instruído metodologicamente do que eclético teoricamente”, abordando dimensões mais sutis de estruturação. Não foi possível realizar esse estudo, mas buscou-se abordar formas mais sutis usando-se propriedades substantivas da produção acadêmica como indicadores de oposições tácitas, como combinar a natureza do objeto (empírico, teórico ou linguístico-cognitivo) e a natureza das evidências (observáveis (quali, quanti) ou bibliográficas) como indicador da oposição empírico-teórico, ou o estilo cognitivo (literário, erístico ou militante, por exemplo) como indicadores da oposição entre a figura do erudito e do *scholar* na constituição da Ciência Política, associados ao Qualis, um critério formal, e o fator de impacto.

3.4. Dominação

Certa posição ou categoria (como uma orientação teórico-metodológica) é dominante quando ela (i) ocupa as posições superiores na hierarquia da produção e (ii) quando ela se institucionaliza, determinando os princípios que geram essa hierarquia, os mecanismos de classificação ou estratificação. Em outras palavras, quando ela *define a disciplina*. É comum orientações teórico-metodológicas terem o projeto claro de definir ou unificar a disciplina, como abordagens como o *behavioralism*, a escolha racional e, agora, o neoinstitucionalismo, no contexto da Ciência Política estadunidense. A abordagem

dominante, portanto, envolve uma ordem acadêmica, além de propriamente intelectual, que define a disciplina e é determinante na definição de seu futuro.

Nesse sentido, é necessário ressaltar que não há *necessariamente* uma orientação teórico-metodológica dominante – embora parece ter sido o caso em períodos da trajetória da Ciência Política. Além disso, é preciso insistir que *não se toma predominância, importância, influência ou dominação como mais qualidade*. O que se está dizendo é que, em função dos princípios de divisão e dos mecanismos de estratificação correntes no campo, essa é estrutura e a hierarquia resultantes. Esses princípios e mecanismos são objeto de discussão e conflito dentro do campo. Aliás, não há correspondência necessária entre eficácia heurística ou consistência lógica e a institucionalização ou a maior valorização de uma abordagem. Não só pode haver divisões epistemológicas fundamentais, como a hierarquia é influenciada por uma série de estratégias, uma espécie de política acadêmica relativamente independente do embate puramente intelectual, para não falar dos modismos e dos jogos de distinção que também acometem o campo acadêmico.

3.4.1. Como não reificar as posições dominantes?

Um dos problemas de tomar como referência as propriedades mais institucionalizadas é o risco de reificar as visões dos grupos dominantes, institucionalizadas nessas propriedades. Esse risco é agravado por razões metodológicas – é mais fácil identificar e medir as propriedades mais institucionalizadas, como o Qualis. Por esse motivo, ao medirmos somente essas propriedades, corre-se o risco de obscurecer visões periféricas. Então, pode-se ter uma pesquisa metodologicamente afinada *justamente* por ignorar visões e princípios de divisão periféricos ou subalternos.

Uma das principais formas de evitar esse risco é tratar as propriedades identificadas como produtos de uma competição em torno da definição das propriedades legítimas. Procede-se verificando se os estratos mais desvalorizados não correspondem a visões alternativas sobre quais deveriam ser as propriedades legítimas. Caso afirmativo, procede-se reconstruindo-se a trajetória dos conflitos em torno da definição dessas propriedades. Nesta pesquisa, abordamos os conflitos entre grupos acadêmicos na constituição da Ciência Política brasileira segundo a lógica das interações de autonomia/heteronomia entre campos, inferindo que esses conflitos produziram as oposições identificadas na análise da produção – e a hierarquia entre elas.

3.4.1.1. Influência da hierarquia sobre a produção

Ao institucionalizarem-se e hierarquizarem o campo, certos princípios de divisão podem influenciar o que é desejável pesquisar ou produzir. Ao hierarquizar os atributos intelectuais que compõem a produção (como certa abordagem, método ou área), hierarquiza-se também os agentes que exibem esses atributos. Assim, as hierarquias estabelecidas interagem com as escolhas intelectuais, influenciando a probabilidade de sucesso no campo acadêmico. Por isso, a hierarquia influencia as escolhas teórico-metodológicas dos agentes influenciando o futuro intelectual do campo – estimulando adesão aos atributos mais valorizados ou, especialmente em caso de desajuste, a oposição a eles.

Apêndice 2. Categorias de análise

1. Política institucional

Política institucional é a principal categoria analítica desta pesquisa e cumpre especificá-la mais detalhadamente. Parte-se da seguinte definição: política institucional é o arranjo de organizações responsáveis pelo exercício legítimo do poder político (poder sobre as outras formas de poder) – incluindo as “instituições informais” em prática no interior desse arranjo. É demarcada pela competição pela posse de posições governamentais e pelo controle dos recursos sob a tutela do governo¹⁴³, bem como a deliberação em torno de sua aplicação em forma de políticas públicas.

O termo distingue o “político” e o “societal” no campo de produção da Ciência Política brasileira. Acredita-se que essa divisão faz parte dos fatores que organizam atualmente o campo e, por esse motivo, usa-se um termo que reproduz essa divisão. A seguir, a política institucional será delimitada em função de conceitos-chave da Ciência Política.

1.1. Político, política

Os termos “político” e “política” devem sobretudo à obra de Aristóteles. Já ali a disciplina é associada ao Estado, ao regime e aos seus praticantes, os políticos ou homens de estado, embora não se reduza à “política como exercida na atividade política cotidiana, como a aprovação de decretos”¹⁴⁴ (Miller 2012, p. 3).

Em Aristóteles, *politikos* traduz-se por “político” e é “aquilo que diz respeito à *polis*” (*idem*, p. 2). Em inglês, o termo foi vertido como *political*. Por sua vez, *politikê epistêmê* é a ciência do político, isto é, a ciência da *polis*, tendo sido traduzido para *political science*. Por fim, *politikê* é a abreviação de *politikê epistêmê*, em inglês traduzido por *politics*.

Veja-se que, no inglês, há uma confusão entre *political* e *politics* ao referir-se à ciência do político. Enquanto no grego o termo *politikê* é o mesmo, tanto na forma abreviada como na extensa (*politikê epistêmê*), no inglês *politics* tornou-se *political science*, em vez de *science of politics*. Como hoje tende-se a associar *politics* ao Estado ou à política oficial (a *política*, em português), *political science*, a “ciência do político”, parece fazer mais sentido. Isso, contudo, esconde a confusão de que era *politics* que se referia à ciência do político e era o *political* que se referia à *polis*. Provavelmente, essa ambiguidade baseou-se no fato de Aristóteles referir o “político” à *polis*, uma “comunidade de animais políticos”, que tem por objetivo (*causa final*) a “boa vida”, definida por uma “constituição” (*causa formal*) que é, por sua vez, estabelecida, na prática, por um legislador (*nomothetês*) e governada por um soberano (*causas eficientes*) (*idem*, p. 4-5). Um conjunto de princípios com o objetivo de organizar a vida comunitária, envolvendo recursos e relações sociais, levado a cabo por homens de estado. Isto é: ao que hoje se

¹⁴³ Governo é o arranjo de organizações e agências responsáveis pelo controle e direção do aparelho estatal. O governo, tomado abstratamente, tem as seguintes propriedades: (i) exercício do poder político; (ii) alocação pública de recursos; (iii) resolução de conflitos; (iv) controle dos instrumentos que exercem a autoridade estatal. (Heywood 2007, p. 19). A política institucional é um componente do governo. Ela define os parâmetros do exercício de cada uma de suas propriedades.

¹⁴⁴ Traduções de trechos em língua estrangeira são de responsabilidade do autor.

entende por um regime. Por isso, a “ciência do político”, as “ciências políticas”, o estudo erudito de fenômenos associados aos termos “político” ou “política”, estão historicamente associados ao *Estado* ou ao *governo* – e não a estruturas de dominação ou relações de força de ordem societal – e essa carga histórica faz da *Political Science* mais uma *Science of Politics*.

Repare-se que a *polis* contempla dimensões “societais”, como unidades familiares, classes sociais e recursos materiais – incluídos em suas “causas materiais”. Nesse sentido, sendo a “ciência do político” uma ciência da *polis*, ela poderia, em princípio, tomar fenômenos “societas” como objeto – investigando, por exemplo, como as “causas materiais” relacionam-se com as demais “causas”, isto é, os fenômenos políticos por excelência. Contudo, Aristóteles privilegia os fenômenos propriamente políticos ao definir o problema fundamental de sua ciência do político em termos de “qual a forma constitucional que o legislador deveria estabelecer e [...] para a realização de qual fim” (*idem*, p. 6). Ele tem em mente a realização da “boa vida” e entende que a organização política de uma formação social é o principal (senão o único) meio pelo qual ela pode ser alcançada. Essa questão normativa – qual a melhor forma de governo – permeia a Ciência Política contemporânea e faz com que ela se defina a partir das dimensões propriamente políticas da *polis*, constituindo o que aqui se chama por uma ciência política em sentido estrito, politológica e estatista.

Mas até onde vai o “societal”? Veja-se como a tradição politológica pujante em Aristóteles, que influenciaria diretamente os precursores diretos da Ciência Política contemporânea, como Maquiavel e Hobbes, depende da interpretação de sua ontologia do homem como um “animal político”, que faz da *polis* eminentemente uma comunidade *política*. Mas, como se sabe, também é lugar comum falar de Aristóteles e seu animal *social*. Pode simplesmente tratar-se de uma confusão entre “social” e “político” na passagem da *polis* ao *political*, quando a mesma contém as tais “causas materiais”, eminentemente sociais e econômicas. Seguindo nesse sentido, o foco recairia sobre outras dimensões da *polis*, conduzindo a tradições de pensamento mais heterodoxas do ponto de vista estritamente político, desaguando, milênios mais tarde, em cursos de sociologia prescrevendo *O Espírito das Leis* e, de ciência política, *O Príncipe*. Além disso, temos uma tradição que usa o materialismo aristotélico contra o idealismo alemão – e seu fundo platônico (Marx) – e uma tradição sociológica neokantiana (Durkheim, Weber), ambos mais interessados do que a tradição de pensamento “político” pelas “causas materiais” e “espirituais” da *polis* – entendida, enfim, como comunidade *social*.

Partindo desse esquema, *política institucional* envolve as seguintes “causas”: formal (a constituição, as regras, o arranjo formal) e eficiente (o legislador, o governante). Ela também engloba o meio de atuação do *cidadão* aristotélico – e as delimitações e exclusões que Aristóteles inclui em seu conceito de cidadão demarcam a fronteira entre a política institucional e o societal. Essa zona fronteira é identificada como uma forma politológica “intermediária”, que engloba eleitores e formas institucionalizadas de participação política, como será melhor esclarecido na Seção 12.

1.2. *Polity, politics, policy*

A tríade conceitual *polity*, *politics* e *policy* é talvez a forma mais tradicional de composição do fenômeno político na Ciência Política contemporânea. Do mais ao menos abstrato, partir-se-á desses conceitos para especificar a política institucional.

1.2.1. *Polity*

Em geral, o termo *polity* tem dois sentidos, mais ou menos relacionados: (i) a forma da *polis*; (ii) um regime específico. Como forma, *polis* é uma comunidade (*koinônia*) de animais políticos, portanto, uma comunidade política. As quatro “causas” da *polis* são a “causa material” (pessoas, famílias, recursos materiais, etc.), a “causa formal”, a “causa eficiente” e a “causa final”. *Politeia* refere-se à causa formal, isto é, a constituição (Barker 1946, p. 101-113). É o aspecto formal da comunidade política que constitui, atribui forma, *organiza* a dimensão material da *polis*.

Uma definição mais específica de *polity* refere-se a um “governo” ou “regime” particular. Tratar-se-ia de um modelo misto, combinando elementos da democracia, oligarquia e aristocracia (Coby 1988, p. 906; Miller 2012, p. 6-11), segundo Aristóteles a melhor “constituição”, “forma de governo” ou “regime” em função de condições não ideais, isto é, recursos humanos e materiais insuficientes para instituir-se a constituição ideal, uma “aristocracia” (no sentido aristotélico do “governo dos melhores”) (*idem*, p. 9-15).

As definições não são excludentes, porque como forma de governo específica a *polity* é uma manifestação particular de *causa formal*, de constituição, ajustada a condições materiais (*causa material*) disponíveis. Por esses motivos, quando a *politeia* refere-se à forma de governo particular, é traduzida como *polity*; quando se refere à *ideia* de constituição, de regime ou governo *em geral*, simplesmente como *politeia* (Lord *apud* Nichols 1992, p. 63).

Ambos os sentidos de *polity* compõem a política institucional.

1.2.2. *Politics*

Parte-se da seguinte definição:

Politics, in the broadest sense, is the activity through which people make, preserve and amend the general rules under which they live (Heywood 2007, p. 33).

A partir dela, pode-se delinear pelo menos quatro sentidos: (i) como “arte de governo e das atividades do Estado”; (ii) como atividade pública concernindo a administração de questões coletivas; (iii) como meio não violento de resolução de conflitos (compromisso e consenso); (iv) como produção, controle e distribuição de recursos socialmente valiosos (*idem*, p. 33-34).

Esses sentidos inscrevem-se entre dois polos, um que foca o *governo* e outro que foca as *relações de força* através das várias dimensões do mundo social, envolvendo relações econômicas, sociais e culturais. Repare-se como a primeira concepção confunde-se com o primeiro extremo: *politics* é o que ocorre *no interior* do governo. Há uma *fronteira* que separa o “político” do resto do mundo social. O quarto sentido, por sua vez, confunde-se com o segundo polo: o “político” está disperso pelo mundo social e amalgamado a outras dimensões, sendo o governo um dos núcleos de poder. O segundo e o terceiro também vão além das fronteiras do governo, mas conservam a noção clássica da *polis*, envolvendo a *administração pública* e uma concepção mais consensual do que agonística do “político”¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Perceba-se que essas diferenças estão na base do conflito entre visões de Ciência Política, que, a nosso ver, é uma dimensão que estrutura o campo. A palavra “política”, em português, refere-se ao primeiro sentido de

A política institucional inscreve-se no primeiro sentido: *arte de governo, instituições do Estado*.

1.2.3. Policy

Policy geralmente alude a um aspecto performático e um aspecto formal. Quanto ao aspecto performático:

[...] policy is better understood as the linkage between intentions, actions and results. At the level of intentions, policy is reflected in the stance of government – what government says that it will do. At the level of actions, policy is reflected in the behaviour of government – what government actually does. At the level of results – the impact of government upon the larger society (Heywood 2007, p. 31).

Isto é: envolve (i) atividade com vistas à transformação de um estado presente de coisas e (ii) um complexo de inclusão e coordenação de medidas em um projeto unificado. O aspecto performático envolve os *outputs* do processo decisório, produto da atividade da política institucional com vistas a afetar a esfera “societal”, gerando, a seguir, um *feedback*. Tem-se, em síntese, as seguintes propriedades. Quanto ao aspecto formal:

To designate something as a policy implies that a formal decision has been made, giving official sanction to a particular course of action. Public policy can therefore be seen as the formal or stated decisions of government bodies (*idem*, p. 31).

Isto é: aquela atividade é sancionada formalmente. *Policy*, assim entendida, faz parte da política institucional: (i) políticas públicas e (ii) intenções e ações do governo que afetam o âmbito societal. Faz-se, contudo, uma exclusão: *a implementação de policy, mediante agências governamentais, é considerada de âmbito estatal*. A política elabora, o Estado implementa.

Tem-se também, é claro, uma perspectiva mais “societal”. Nessa concepção, *policy* transcende a esfera governamental e adquire um sentido mais abstrato. Palonen (2003), por exemplo, entende *policy* como “politics as activity”, ressaltando o aspecto performático e ressaltando sua dimensão teleológica:

A policy refers to a direction of activities, to a line, project, plan, program, or doctrine. Policy has, thus, a teleological connotation, an orientation toward the future, which is considered to be a priority over the present state of affairs as well as the activity itself.

The construction of a policy signifies the inclusion and coordination of different acts, moves or measures, through which they are turned into the relative unity of activities, into a policy (*idem*, p. 175).

Destaca-se o aspecto normativo:

In addition, policy has a normative character as a criterion in the selection of what should be realized among possible futures. [...] a policy presupposes a criterion of judgment that regulates the inclusion and exclusion of activities, types and degrees of coordination, and so on (*ibidem*).

E adiciona-se uma condição, que distingue uma *policy* de qualquer projeto ou curso de ação sistemático por meio de uma exigência nominalista, que implica uma tomada de consciência e um grau mínimo de:

politics, exprimindo a proeminência dessa concepção entre as concepções correntes. Além disso, a tradição politológica, em particular o politicismo, ecoa a tradição que vincula o político às causas eficientes da *polis*.

[...] we can call a policy a complex of inclusion and coordination of measures into a project unified with a name, such as “the Paasikivi-Kekkonen line” (*ibidem*).

E assim os movimentos sociais, as ações dos sindicatos, os programas da federação das indústrias, ideologias políticas, entre outros, seriam *policy*. *Essas categorias não fazem parte da política institucional. Policy faz parte da política institucional quando tem origem na polity, no governo em particular, no sentido acima descrito (irredutível ao poder Executivo ou à coalização governamental).*

1.3. Political society

Political society é uma concepção mais específica do “político”, agregando certos elementos de *polity*, *politics* e *policy*. É (i) o espaço de representação de interesses, (ii) a “arena” onde esses interesses são agregados em políticas específicas e (iii) o espaço em que agentes competem por posições no governo. Seus elementos principais são o sistema partidário e a legislatura. Seus principais atores são os partidos políticos e os políticos eleitos. Sua função principal é a agregação de interesses e a geração de políticas. Nesse sentido, a sociedade política é o âmbito no qual *policy* é elaborada. *Political society é uma forma de política institucional típica de regimes democráticos.*

1.4. Estado

Utiliza-se a seguinte definição de Estado, inspirada em Weber:

The state can most simply be defined as a political association that establishes sovereign jurisdiction within defined territorial borders and exercises authority through a set of permanent institutions. (Heywood 2007, p. 39).

Materialmente, o Estado é composto por uma rede de burocracias, por instituições “políticas”, militares e legais que exercem os princípios de soberania e autoridade que o definem, ressaltando-se o exercício irrestrito de poder (“político”, militar, econômico, simbólico, entre outros). *Política institucional é parte do Estado, inscrevendo-se em sua dimensão política legal.*

1.5. Sociedade civil

Entende-se sociedade civil como uma esfera de ação constituída por poderes distintos do poder político. Tradicionalmente, refere-se à “esfera privada”, ao âmbito dos grupos sociais e das associações que podem influenciar a tomada de decisão e, conseqüentemente, as políticas públicas, sem ocupar uma posição formal na sociedade política. Assim, associações como grupos de pressão, Organizações Não-Governamentais (ONGs), movimentos sociais e organizações como as federações e os sindicatos influenciam a política institucional – mas seus membros não fazem parte dela caso não ocupem uma posição formal no sistema partidário. Caso filiem-se a um partido político tem-se uma interseção entre a sociedade civil e a sociedade política. Pelos mesmos motivos, agentes da sociedade civil são considerados algo exterior à política institucional. Assim, do ponto de vista politológico, objetos e fatores localizados na “sociedade civil” são tratados como “societais”.

1.6. Eleições, eleitores e política institucional

Eleições são parte da política institucional. O “comportamento eleitoral” é considerado parte da política institucional desde que se restrinja ao voto. Cultura política,

fatores comportamentais e similares podem ser mobilizados como fatores, ou “variáveis independentes”, desde que o *objeto* seja o voto. Esses objetos, suprajacentes ao governo, compõem uma forma politológica chamada de “intermediária”. É a região suprajacente da política institucional, com ligação direta com o meio societal. Objetos suprajacentes ao voto, como a cobertura midiática de eleições ou atitudes do eleitorado, são considerados algo externo à política institucional.

1.7. Participação política e política institucional

Formas de participação não representativas são consideradas parte da política institucional caso sejam regimentadas e legalmente vinculadas a uma instituição do Estado. Incluem-se formas de participação direta como os “orçamentos participativos”, conselhos municipais, plebiscitos, mecanismos de *accountability*, entre outros, identificados como uma forma “intermediária” de tradição politológica, como veremos na Seção 12.

1.8. Poder Judiciário e política institucional

Entende-se o poder Judiciário como uma instituição estatal destacada da política institucional. A função de adjudicação, dentro do Estado moderno, é distinguida das funções executiva e legislativa e, institucionalmente, constitui uma organização de caráter, em princípio, técnico. Portanto, tribunais, interpretação de leis e demais objetos não são considerados política institucional, embora eventualmente acabem por exercer funções tipicamente políticas.

Constituições são tomadas como objetos político-jurídicos – portanto, estudos constitucionais são codificados como objetos estatais, distintos da política institucional. A *elaboração* de uma constituição, através do processo decisório, é tratado como política institucional. O mesmo princípio aplica-se à elaboração de leis.

Estudos de “judicialização da política” ou “politização da justiça” envolvem *influência* entre o poder Judiciário e política institucional. Esses trabalhos são considerados política institucional caso seus objetos (i) estejam circunscritos pela política institucional e (ii) a justiça seja um fator de influência.

1.9. Poder militar e política institucional

O poder militar institucionalizado, entendido como arranjo de organizações responsáveis pelo exercício da violência física, são instituições do Estado. Não compõem a sociedade política, dependem da *polity* e são estranhos à *politics*, em virtude de negarem, por definição, o princípio da resolução pacífica de conflitos de interesses. Mas essa distinção nem sempre é óbvia. O poder militar aplica-se à função governamental de “resolução de conflitos”. Contudo, como é óbvio, eles não *compõem* o governo, eles são um *recurso de poder* (exercício da violência física) sob o controle de um governo. Dito isso, sua delimitação em relação ao governo depende do regime. Numa ditadura militar, por exemplo, o poder militar passa a dirigir o governo. Isso significa que o poder militar *controla* o poder político e, dessa forma, *politizou-se*. Ele deixou de ser apenas um recurso de poder sob a tutela do governo, apropriando-se dele.

O que isso tem a ver com a política institucional? Desde que o governo militar componha-se de agentes que competem, mediante regras e procedimentos

institucionalizados, pelo controle dos recursos de poder sob a tutela do governo, eles são considerados como parte da política institucional. Pode-se ainda considerar elementos políticos como fatores determinantes – mas a não ser que o poder militar seja a “variável dependente”, o objeto continua exterior à política institucional e, neste caso, estamos operando em uma definição de Ciência Política em sentido amplo, nos deslocando em direção ao “político” como forma ou estrutura de poder ou dominação.

O mesmo raciocínio aplica-se à interação da política institucional com as demais instituições do Estado: o objeto que depende desses fatores deve estar inscrito na política institucional.

2. Abordagens teórico-metodológicas

Uma abordagem teórico-metodológica é uma composição de fatos cognitivos (ideias) e ocorrências linguísticas (palavras, termos, expressões)¹⁴⁶. Esses elementos são diretamente expressados em textos (artigos, *papers*, livros, etc.), podendo, assim, ser indiretamente observados ao nos referirmos diretamente à sua expressão escrita, tomados como dados da experiência. Substantivamente, uma abordagem refere-se (i) a um conjunto de ideias a respeito de um objeto, (ii) a procedimentos mobilizados para estudá-lo e (iii) a atributos, fatores ou variáveis que o analista supõe, deduz ou infere ao estudar o objeto.

A definição do objeto e a maneira de abordá-lo guardam afinidades entre si e a maneira como ele é abordado e, em um primeiro momento, definido, condiciona a interpretação ou as inferências que se farão dele, a *visão* que se terá dele. Por exemplo, o objeto “comportamento” explicado em função de esquemas cognitivos institucionalizados (“cultura”) abre um leque de fatores e uma articulação possível de conceitos, teorias e métodos, como avaliar os efeitos de um tipo de cultura política sobre o desempenho das instituições democráticas, o que conduz a proposições muito diferentes, e mesmo opostas, de caso analise-se o desempenho das mesmas instituições por meio da eficácia de seu arranjo interno de regras – ou, mais fundamentalmente, caso se defina instituições como arranjos de regras em vez de arranjos de normas.

Além disso, uma abordagem também tem um caráter social. Além de coletiva, isto é, um fenômeno linguístico-cognitivo mais ou menos regular, uma abordagem tem certo grau de *eficácia social*, no sentido de condicionar os esquemas cognitivos em função de um conjunto pré-definido de objetos, conceitos, teorias e métodos que o analista incorpora em sua prática. Trata-se de um fenômeno intelectual relativamente institucionalizado.

2.1. Abordagens nominais

As abordagens são frequentemente trazidas à consciência e classificadas, muitas vezes em *ismos*, identificando posições na estrutura intelectual do campo. Uma abordagem culturalista, por exemplo, pode estudar a cultura política de uma nação ou de um grupo específico, os comportamentos dos eleitores ou dos políticos eleitos, as opiniões políticas de grupos da sociedade civil, pode estudar fenômenos midiáticos, etc. O mesmo aplica-se a

¹⁴⁶ “At any rate, that theories are symbolic means that they do not share the ineluctability of fact. Every fact is sufficient unto itself: it is just what it is. Now a theory, like any symbol, may also be taken as a matter of fact, a datum for the history of ideas or the sociology of knowledge” (Kaplan 1964, p. 296).

abordagens institucionalistas, racionalistas, marxistas, etc. Afinidades entre a definição e a abordagem ao objeto geram padrões, permitindo abstrair propriedades recorrentes e elaborar *constructos de abordagens*, isto é, *abordagens nominais*: “neoinstitucionalismo”, “marxismo”, “pluralismo”, e por aí vai.

Dito isso, uma abordagem teórico-metodológica vai além da abordagem nominal. *As abordagens não se reduzem às abordagens nominais*. Abordagens nominais são *constructos* que especificam conjuntos de objetos, conceitos e métodos mais ou menos coesos, relativamente persistentes e dotados de um grau mínimo de legitimidade. Elas são abordagens abstraídas em uma classe, em uma operação análoga à construção teórica da “classe operária” ou da “classe dos intelectuais”; são classes recortadas em função de propriedades afins, ancoradas na história intelectual do campo. Em outras palavras, abordagens nominais são uma (importante) forma de especificar a abordagem teórico-metodológica dos trabalhos.

A distinção é importante porque, nesta pesquisa, são reconstruídas as abordagens dos trabalhos e uma das dimensões (a principal) dessa reconstrução é a abordagem nominal. Ela descreve *parte* do conteúdo das abordagens dos trabalhos. Além disso, a abordagem dos trabalhos é especificada com categorias como escopo, propósito, natureza do objeto, natureza das evidências, por aí vai. A abordagem nominal é então relacionada a essas variáveis que ajudam a especificá-la. *Regularidades estatísticas entre abordagens nominais e essas categorias descrevem abordagens teórico-metodológicas*.

2.2. Autonomia e heteronomia do âmbito do objeto

Um objeto é ou comporta-se de determinada forma em função da existência de certos atributos ou pela atuação de certos fatores. Em função de uma natureza comum, os vários objetos pertencem a certa ordem ou âmbito de fenômenos, como quando nos referimos à “política”, ao “social”, à “cultura”, ao “psíquico” e por aí vai. Esse é o *âmbito do objeto*. Ao analisar-se um objeto, pode-se descrevê-lo ou explicá-lo a partir de propriedades *internas* ou *externas* a esse âmbito. No primeiro caso, o âmbito do objeto é tratado como um universo autônomo; ele é independente, autorregulado, autodeterminado, irreduzível. Por exemplo, quando se explica o funcionamento das instituições políticas em função de seu arranjo de regras: um elemento da política institucional é explicado por fatores político-institucionais; o objeto é explicado mobilizando-se fatores pertencentes ao mesmo âmbito ao qual ele pertence, a fatores da mesma natureza. Neste caso, diz-se que o âmbito ao qual o objeto pertence foi tratado como um *âmbito autônomo*.

Por outro lado, um objeto pode ser descrito ou explicado em função de propriedades ou fatores de âmbitos *externos*. Esses fatores exógenos, do âmbito *A*, interagem com o objeto, pertencente ao âmbito *B*, impondo-se de modo a conferir-lhe atributos estranhos. Propriedades externas transformam-se em propriedades internas. O objeto *depende* de fatores externos. Neste caso, o âmbito ao qual o objeto pertence foi tratado como dependente, *heterônomo*. Ciências tendem a distinguir-se e estabelecer-se identificando âmbitos distintos das pré-existentes e justificando sua autonomia demonstrando-se a autonomia do novo âmbito, o que equivale a não o explicar ou reduzi-lo aos âmbitos das outras ciências. Em outras palavras, a autonomia no nível intelectual é condição para a autonomia no nível acadêmico-institucional o que, por sua vez, estimula a especialização do conhecimento.

2.2.1. A relatividade da autonomia/heteronomia

Um âmbito é autônomo ou heterônimo sempre *em relação* a outro âmbito. Isso quer dizer que se pode ser autônomo em relação a um e heterônimo em relação a outro. Da mesma maneira, uma disciplina, especialmente nos momentos iniciais de sua institucionalização, quando seu grau de autonomia é menor, pode ser autônoma em relação a uma disciplina e heterônoma em relação a outra. Por exemplo, durante as décadas de 1950 e 1960, nas cátedras de Sociologia da USP, os estudos políticos no Brasil eram heterônimos, intelectualmente e institucionalmente, em relação à Sociologia (Quirino 1994, p. 340-345); dependiam de abordagens sociológicas, das divisões de áreas da Sociologia e de seus programas de pós-graduação. Na UFMG e alhures, dependiam do Direito (Lamounier 1982, p. 417; Santos 1980, p. 16). Por outro lado, essa mesma “ciência política” era autônoma em relação à Psicologia ou à Etnologia.

Veja-se que a autonomia é uma medida de distância acadêmica e intelectual e quando é muito grande constitui um fato autoevidente, soando absurdas as comparações, como a autonomia daquela “ciência política” em relação à Física ou à Biologia. Quanto maior a distância, mais parece absurda a redutibilidade ou dependência a disciplinas externas: explicar a intenção de voto pela maior ativação de tais ou quais receptores neurais ainda parece menos absurdo do que referi-las às leis da Física – e por isso as comparações entre disciplinas de grandes áreas distintas, com ciências humanas e naturais, são percebidas como heresias.

Dito isso, é possível que algumas abordagens tratem objetos de um âmbito como absolutamente heterônimos em relação a tal ou qual âmbito, como quando se aplicam formas radicais de economicismo a objetos culturais ou formas radicais de psicologismo a objetos sociais. Em geral, esses casos extremos ocorrem quando se aplica uma abordagem ajustada a objetos de um âmbito *A* para abordar objetos de âmbito *B*. Esse procedimento é paralelo ao estudo, por uma disciplina, de um objeto estranho a ela, e em ambos os casos pode-se incorrer em um tipo falacioso de reducionismo. Esses casos são comuns em disciplinas pouco autônomas, tanto no caso de uma apropriação a partir de uma disciplina externa (*e.g.*, psicólogos e biólogos explicando o comportamento social durante o século XIX) como a partir de dentro, dada a escassez de abordagens próprias, adequadas à especificidade do objeto, como o organicismo na sociologia, também no século XIX, ou o historicismo na Ciência Política estadunidense e o societalismo na Ciência Política brasileira.

Como visto na análise da produção, é comum que as abordagens mais identificadas com a disciplina tratem o âmbito de seus objetos como uma entidade autônoma. Nesse sentido, argumenta-se que as disciplinas, mediante certas abordagens (geralmente as dominantes), tendem a conferir mais autonomia a seus objetos porque isso justifica sua independência acadêmica. As fronteiras lógicas no campo das ideias justificam o estabelecimento de fronteiras sociais no campo acadêmico, contribuindo para legitimar a disciplina no campo acadêmico nacional e internacional – o que implica diretamente a distribuição de recursos, prestígio e poder¹⁴⁷. Na Ciência Política brasileira, as abordagens mais valiosas são aquelas que tratam e atribuem autonomia à política institucional, e a visão

¹⁴⁷ Disso decorre que as divisões do campo acadêmico não correspondem a divisões lógicas intrínsecas aos objetos estudados e tampouco são plenamente justificáveis cientificamente ou por razões puramente intelectuais.

disciplinar dominante definiu seu objeto a partir dela, opondo-se e distinguindo-se da tradição societal predominante nos estudos políticos (na “sociologia política”) até então.

2.3. Perspectivas ou abordagens em uso

A apropriação de uma abordagem teórico-metodológica em um trabalho particular (inclusive abordagens nominais), a *perspectiva* de um autor, é uma *abordagem em uso*. Distingue-se de uma abordagem de forma análoga a que uma “concepção” distingue-se de um “conceito”. Uma concepção é um sentido tomado singularmente, enquanto um conceito é uma família de concepções (Kaplan 1964, p. 49). Ambos, contudo, baseiam-se no mesmo substrato, o sentido. Analogamente, abordagens e perspectivas compartilham o mesmo substrato: um objeto definido de certa forma e uma maneira de abordá-lo, geralmente envolvendo teorias, conceitos e/ou métodos. Ambas são “teórico-metodológicas”. A diferença é que uma abordagem é uma *família de perspectivas*.

Por serem mais ou menos afins entre si, as perspectivas podem ser classificadas sob uma abordagem. Quanto mais próxima do constructo é a perspectiva de um trabalho, mais facilmente classificável ela é. O grau em que uma perspectiva aproxima-se de uma abordagem depende da instrução do analista (e, assim, de sua posição e trajetória no campo), bem como do objeto estudado. Em função da instrução e do objeto, pode-se combinar elementos de abordagens distintas e, no limite, a combinação pode constituir algo de difícil (ou impossível) classificação. A relação do analista com um campo de ideias não é homogênea, o que abre a possibilidade de desajuste. Quanto maior o desajuste, maior a probabilidade de agregar-se propriedades heterogêneas na perspectiva individual. Isso tem duas consequências importantes: (i) nem todas as perspectivas existentes fazem parte de uma abordagem e (ii) perspectivas podem conjugar abordagens. Todos possuem ou adotam uma perspectiva construída em relação às abordagens correntes mas não *necessariamente* se encaixam em uma abordagem específica¹⁴⁸ – para não falar em abordagens nominais. Além disso, a apropriação individual tem uma dimensão instintiva, prática, e também pode ser consciente¹⁴⁹.

2.4. Distinção entre abordagem, teoria e método

Viu-se que uma abordagem consiste em um conjunto de ideias, objetos, métodos e fatores de preferência que o analista aplica instintiva ou deliberadamente em sua prática intelectual. Envolve uma forma de definir o objeto e meios de abordá-lo. Uma *teoria*, por sua vez, é um sistema de termos abstratos (conceitos) que não têm referência imediata a um observável ou um dado da percepção, mas a outros termos abstratos. O sentido de cada conceito depende de sua articulação com uma gama de outros conceitos, implicando “sentido sistêmico” e, por isso, “abertura de sentido” (Kaplan 1964, p. 57). Envolve conjuntos de proposições conectadas logicamente, das quais se pode derivar proposições. Quando

¹⁴⁸ Esse é um dos motivos de certos trabalhos serem tão ecléticos (ou obscuros) de modo a ser impossível classificá-los em um só rótulo. Esses casos geraram células em branco no banco de dados – 15 dos 567 trabalhos analisados (2,6%).

¹⁴⁹ Neste caso tomando a forma de rótulos, inclusive abordagens nominais espontaneamente construídas, podendo cumprir a função de delimitar divisões acadêmico-intelectuais, estabelecer facções ou distribuir vantagens ou prejuízos simbólicos, como “positivista”, “marxista”, “pós-moderno”, “quali”, “quanti”, etc., no contexto das ciências sociais.

confrontadas com os dados da percepção, envolvem afirmações internamente consistentes que podem explicar fenômenos em uma variedade de contextos (Peters 1999, p. 12).

Métodos são “técnicas e princípios de meia-escala”, a meio caminho entre técnicas particulares e princípios filosóficos gerais. Portanto, por um lado, métodos consistem em técnicas “suficientemente gerais de modo a serem comuns a todas as ciências, ou a parte significativa delas”; por outro, por “princípios lógicos e filosóficos suficientemente específicos de modo a relatarem especialmente à ciência, como distinguida de outros empreendimentos e interesses humanos” (Kaplan 1964, p. 23).

Uma abordagem *geralmente* mobiliza métodos e técnicas e *frequentemente* envolve teorias. Por exemplo, o neoinstitucionalismo de escolha racional frequentemente apoia-se na teoria dos jogos e aplica explicitamente alguns de seus postulados. A aplicação de teorias, contudo, não é uma condição necessária para a existência de uma abordagem – isso é especialmente verdade quanto mais empiricamente orientada é a abordagem. Dito isso, *toda* teoria implica ou constitui ela própria uma abordagem, porque toda teoria envolve uma percepção acerca de objetos e reconstrói uma lógica que os descreve, isto é, aborda-os de uma determinada forma. Uma teoria pode até englobar várias abordagens. Barrington Moore Jr., em *Origens sociais da ditadura e da democracia*, implicitamente apresenta uma teoria da modernização informada pelo marxismo e pelo pensamento weberiano. Guillermo O'Donnell elaborou uma teoria que também se vale de elementos do marxismo e de Weber, bem como elementos das teorias da dependência e da modernização¹⁵⁰.

Por fim, embora sejam testáveis as teorias (pelo menos as empiricamente orientadas), o *valor científico* ou *intelectual* de uma abordagem tende a ser julgado e reavaliado em função do teste das teorias e/ou das avaliações dos estudos inspirados por ela, além de fatores extra-intelectuais eventualmente em curso, como a influência do contexto político ou os jogos de distinção entre grupos.

2.5. Distinção entre abordagem e escola

Uma “escola” é uma abordagem propugnada por um grupo autoconsciente e relativamente coeso de acadêmicos. Contém as seguintes propriedades: (i) um grupo estabelece-se no campo acadêmico em função de uma *tomada de posição* deliberada, no sentido de demarcar posições; (ii) essa tomada de posição dá-se através da abordagem; (iii) existe uma *estrutura*, ao mesmo tempo acadêmica e intelectual, baseada na formação de discípulos; (iv) a coesão do grupo, portanto, depende da coesão da abordagem.

2.6. Distinção entre escola e tradição

Uma *tradição* é um conjunto mais ou menos coeso de ideias e hábitos de pensamento historicamente persistentes. Fundamentalmente, constitui um conjunto de disposições mentais que fornece parâmetros gerais de interpretação do real. Repare-se que uma tradição equivale a uma escola, como a “escola sociológica paulista” ou a “escola de Michigan”, que se distingue-se por (i) ser mais localizada no tempo, (ii) ser mais localizada no campo intelectual ou científico e (iii) necessariamente envolver discipulado.

¹⁵⁰ Consultar, em particular, O'Donnell (1999).

2.7. Classificação das abordagens nominais

2.7.1. Trabalhos sobre Ciência Política

A lista de abordagens foi construída com apoio na bibliografia sobre a Ciência Política. Usou-se o próprio campo como referência para produzir as categorias usadas para analisá-lo. O ponto de partida foram manuais, como *A New Handbook of Political Science* (Goodin & Klingemann 1991) e *Politics* (Heywood 2007). Combinou-se as categorias propostas nos manuais com trabalhos mais substantivos sobre a disciplina, focando-se a história das ideias. Assim, por exemplo, combinou-se trabalhos específicos sobre abordagens da área, como “The Theoretical Core of the New Institutionalism” (Immergut 1998) e sobre a história da disciplina, como Brandão (2005), Dryzek, Farr e Leonard (1995), Easton (1985), Farr e Seidelman (1993), Finifter (1983), Feres Jr. (2000), Forjaz (1997), Lamounier (1982), entre outros.

2.7.2. Os trabalhos analisados

A lista das abordagens foi revista e adaptada ao conteúdo dos trabalhos analisados. Isso foi feito em duas etapas: em primeiro lugar, em uma dissertação que analisou 364 artigos, extraídos de *Dados*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Brazilian Political Science Review*, *Lua Nova*, *Opinião Pública* e *Revista de Sociologia e Política*, entre 2004 e 2008 (Leite 2010). Essa lista foi revisada com os diagnósticos, manuais e artigos teóricos sobre abordagens do campo. Em segundo lugar, a codificação foi revisada um punhado de vezes, à medida que alterações foram sendo feitas. Procedeu-se assim para conseguir identificar abordagens ausentes nas referências consultadas. É um procedimento necessário porque, além da distância cronológica e as diferenças do contexto acadêmico e intelectual (como referências da Ciência Política estadunidense analisando-se a produção brasileira), os diagnósticos e a história escrita da disciplina tendem a apresentar as abordagens mais estabelecidas.

Ao produzir uma classificação atual, ajustada à produção, identificam-se as ideias frescas, correntes, filtradas por sua conformação à identidade da disciplina (objeto e fatores determinantes legítimos; teorias e métodos consagrados) e às exigências de um periódico, e não pelos pontos de vistas de acadêmicos mais ou menos legitimados. Esse procedimento permite uma classificação mais dinâmica, melhor ajustada ao fluxo real de ideias, objetos, teorias, métodos e argumentos em voga no instante da análise.

2.7.3. Lista das abordagens nominais e suas referências

A lista apresenta abordagens nominais com pelo menos uma ocorrência. Em cada abordagem, apresenta-se algumas referências. As referências fornecem um *núcleo* conceitual, em torno do qual se estende uma esfera de objetos, teorias e métodos mais ou menos ligados a esse núcleo. Espera-se (i) haver proximidade conceitual e/ou (ii) proximidade bibliográfica entre as referências bibliográficas dos trabalhos classificados e as referências da lista.

Embora todas as abordagens listadas sejam parte do campo de produção da Ciência Política, elas foram agrupadas na tentativa de discriminar abordagens mais vinculadas a tal ou qual orientação disciplinar. Considerou-se o contexto das referências para inferir essas distâncias. A seguir, na pesquisa empírica, as abordagens foram descritas identificando-se as proximidades disciplinares efetivas no contexto da Ciência Política brasileira.

Tabela 51. Lista das abordagens nominais

Abordagem	Referências
Neoinstitucionalismo político ¹⁵¹	March e Olsen (2008) [1984], Linz (1994), Peters (1999; 2000), Shugart (2005), Amenta e Ramsey (2010).
Neoinstitucionalismo de escolha racional	Shepsle (1989), Ostrom (1990), Tsebelis (1990a; 1990b), Shepsle e Weingast (1995), Weingast (2002).
Neoinstitucionalismo histórico	Hall (1986), Steinmo, Thelen e Longstreth (1992), Skocpol (1985), Ragin (1987), Goldstone (2003), Hacker (1998).
Cultura política	Inkeles (1950; 1959), Almond e Verba (1963), Verba e Nie (1972), Verba e Ahmed (1973), Putnam (1973; 1993), Inglehart (1977, 1990), Barnes e Kaase (1979), Schlozman e Verba (1979), Verba (1987), Schlozman, Verba e Brady (1995).
Escolha racional	Downs (1957), Olson (1965), Elster (1989), Petracca (1991), Fiorina (1996), Ferejohn e Pasquino (2001).
Sistemas	Easton (1953; 1965), Almond (1956), Almond e Coleman (1960), Deutsch (1963).
Pluralismo	Dahl (1972), Polsby (1960), Rokkan (1966), Olsen (1983).
	Merriam (1925), Lasswell (1936).
Comportamentalismo	Inclui estudos que medem o impacto de variáveis associadas à <i>percepção individual</i> sobre fenômenos políticos, como o comportamento eleitoral. Inclui estudos que buscam reconstruir <i>intenções</i> mediante observações comportamentais ¹⁵² . Inclui estudos que analisam o impacto de variáveis psicológicas e cognitivas sobre o comportamento eleitoral (Marcus 2003; Brader 2007; Western 2007).
Redes sociais	Laumann e Knoke (1987), Wellman e Berkowitz (1988), Emybayer e Goodwin (1994), Thompson

¹⁵¹ Optou-se por fragmentar o “neoinstitucionalismo” em três correntes, neoinstitucionalismo político, neoinstitucionalismo de escolha racional e neoinstitucionalismo histórico. O “neoinstitucionalismo sociológico” foi desagregado em suas abordagens originais: teoria das organizações, corporativismo e redes sociais, listadas como Sociologia Política. O “neoinstitucionalismo sociológico” é, na verdade, uma alcunha dada, no contexto da Ciência Política estadunidense, à aplicação daquelas abordagens – por sociólogos – a temas relacionados à política institucional. Como o contexto era do “retorno das instituições”, “neoinstitucionalismo sociológico” foi uma forma de nomear aquelas abordagens a partir das preocupações correntes nesse contexto específico.

¹⁵² Uma orientação mais sociológica, que foca *atitudes* e *valores*, é parte da abordagem da cultura política.

Apêndice 2. Categorias de análise

	(2003), Scherer-Warren (2005), Scott (2005), Hanneman e Riddle (2005), Marques (2006). Inclui “redes sociotécnicas” (Callon 1999; Latour 2005).
Teorias da <i>accountability</i>	Romm (2001), Frink e Klimonski (2004), Chapman e Hunt (2006), Bergsteiner (2012).
Análise de elites	Mosca (1939), Wright-Mills (1956; 1963), Michels (1959).
Jurisprudência política	Shapiro (1993). Envolve análise processual e trabalhos de judicialização da política.
Interest Group Theory	Garceau (1958), McFarland (2010).
Empirismo politológico	Nicolau (2004; 2005); Santos (2004), Terron e Soares (2010). Inclui estudos de geografia eleitoral.
Informacional	Krehbiel (1991), Dahlberg (2001), Salter (2004), Landa e Meirowitz (2009). Envolve teorias das redes digitais e ecologia dos meios de comunicação. Envolve estudos que tratam “informação política” como fator determinante do comportamento.
Liberal-pluralista	Variação de teoria democrática identificada em Miguel (2005) ¹⁵³ . Inclui minimalismo (Przeworski, Stokes & Manin 1999; Schumpeter 1962) e interpretativismo legal (Dworkin 2000).
Deliberacionismo	Habermas (1984; 1997), Cohen (1989), Fishkin 1995), Dryzek (2000).
Participativismo	Avritzer (2002), Barber (1984), Mansbridge (1980), Pateman (1970), Fung (2004), Bohman (1996).
Pragmatismo	Peirce (1905), Dewey (1937), citados em Pogrebinschi (2010).
Multiculturalismo	Variação de teoria democrática identificada em Miguel (2005) ¹⁵⁴ .

¹⁵³ “A democracia liberal-pluralista, denominação que amalgama as posições mais ‘descritivas’ dos sistemas políticos ocidentais, para a qual a realização do projeto democrático passa sobretudo pela vigência de um conjunto de liberdades cidadãs, competição eleitoral livre e multiplicidade de grupos de pressão, que se envolvem em coalizões e barganhas, cada qual tentando promover seus interesses. A ideia de ‘governo do povo’ é esvaziada, na medida em que aos cidadãos comuns cabe, sobretudo, formar o governo, mas não governar” (Miguel 2005, p. 7-8).

¹⁵⁴ “O *multiculturalismo* ou a política da diferença, cujo fundamento é a afirmação das características distintivas dos diversos grupos presentes na sociedade nacional, entendidas como irreduzíveis a uma identidade única e

Apêndice 2. Categorias de análise

	Tem-se como exemplos Honneth (1995), Philips (1995), Gutmann (1996), Young (2000; 2001), Fraser e Honneth (2003), Urbinati e Warren (2008).
Maquiaveliana	Discussão de ideias e da obra de Maquiavel e sua aplicação para o estudo de temas contemporâneos.
Contratualismo	Abordagem de teoria política moderna, incluindo Hobbes, Locke, Descartes e Kant, rediscutido e atualizado na obra de Rawls. Para um panorama, cf. Chiappin e Leister (2007; 2010).
Marxismo	Trabalhos inscritos na tradição marxista, envolvendo autores como K. Marx, F. Engels, V.I. Lênin, L. Trotsky, R. Luxemburgo, A. Gramsci, G. Lukács, L. Althusser, N. Poulantzas, G. Therborn, entre outros. Toma-se Gramsci (Thomas 2009) como principais referências para o “marxismo cultural” baseado em conceitos de “ideologia”, “hegemonia” e formas simbólicas de dominação e Althusser (Motta e Serra 2014) como principal expoente do marxismo “estruturalista”.
Modernização	Lerner (1958), Lipset (1960), Huntington (1968), Santos (1967), Cardoso e Faletto (1970), Deutsch (1961). Inclui teoria da dependência.
Organizações	Meyer e Rowan (1977), Powell e DiMaggio (1991), Giddens (1991). Para um panorama, cf. Amenta e Ramsey (2010, p. 15-21).
Atores sociais	Touraine (1987, 1995), Tilly (2000), Habermas (1989).
Corporativismo	Schmitter (1974), Berger (1981), Wiarda (1997), Cortes e Gugliano (2010). Corrente paralela às teorias da organização, mais específica ao contexto de corporações.
Praxiológica	Elias (1965; 1991), Bourdieu (1980; 1984; 2011). Estudos que focam ação dependente de estruturas sociais incorporadas. Inclui teoria dos campos e estudos envolvendo a institucionalização de lutas simbólicas.
Compreensiva-Interacionista	Weber (1968), Goffman (1970; 1974). Estudos envolvendo ação imbuída de sentido, confrontada com expectativas e papéis sociais.

fontes legítimas de ação política. A ruptura com a perspectiva liberal é profunda, na medida em que grupos – e não só indivíduos – são considerados sujeitos de direitos” (*idem*, p. 8). Cf. também o panorama presente em Maia (2012).

Apêndice 2. Categorias de análise

Etnometodológica	Garfinkel (1967; 2002), Boltanski (2004). Estudos descritivos da experiência subjetiva. Estudos etnográficos são incluídos nesta categoria.
Memória-Imaginário político	Halbwachs (1968), Pollak (1989).
Teoria crítica	Trabalhos informados pela “Escola de Frankfurt”, incluindo Habermas. Para um panorama, cf. Calhoun (1995).
Feminismo	Classifica-se como “feminista” a abordagem que toma como objeto a desigualdade entre gêneros ou relações de poder envolvendo categorias de gênero. Esses objetos são estudados à luz de (i) direitos legais e políticos, normalmente em diálogo com teoria democrática ¹⁵⁵ ; (ii) relações entre capitalismo e subordinação de gênero; (iii) divisões político-sociais entre gêneros; (iv) a sociedade patriarcal; (v) formas alternativas de construção de gênero ¹⁵⁶ . No contexto da Ciência Política contemporânea, as principais referências são Young (1990; 2000) e Fraser (1989; 2003, com Axel Honneth) ¹⁵⁷ . Para um panorama, cf. Biroli (2013).
Pós-moderna	Autores “pós-estruturalistas”, como Michel Foucault, e “pós-modernos” como Jacques Derrida, Jacques Lacan, Gilles Deleuze e outros. Inclui “teoria do discurso”.
Sociologia Histórica	
Interpretativa	Chartier (1990), citado em Mulhall e Morais (1998).
Tipos ideais ¹⁵⁸	Weber (1949), Rogers (1969), Mouzelis (1986), Bendix (1996), citados em Mulhall e Morais (1998).
Estrutural	Davies (1962), Brinton (1965), Gurr (1970), Paige (1975), Trimberger (1978), Skocpol (1979), Tilly (1981), Ragin (1992); Rueschemeyer, Stephens e Stephens (1992), Kiser e Schneider (1994), citados em Mulhall e Morais (1998).

¹⁵⁵ Para um resumo dessa literatura e uma discussão mais substantiva, cf. Biroli (2013) e o número 36 da *Revista de Sociologia e Política*, dedicado a várias abordagens de “Teoria Política Feminista”. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-447820100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 jun. 2014.

¹⁵⁶ Além dos manuais de sociologia, a principal referência para mapear esses tópicos é Chesler (1997).

¹⁵⁷ Young, Fraser e Honneth são também consideradas na variante “multiculturalista” de teoria democrática.

¹⁵⁸ Há sobreposição entre o neoinstitucionalismo histórico e a abordagem dos tipos ideais. Alguns neoinstitucionalistas históricos aplicam conceitos e procedimentos que se assemelham com a metodologia envolvida nos “tipos ideais” (*i.e.*, têm inspiração weberiana). O principal critério de distinção é a presença de *instituições* como variáveis dependentes ou independentes, de *path dependence* e presença de questões como quais as causas da permanência ou de transformação de instituições políticas ou políticas públicas específicas.

Apêndice 2. Categorias de análise

Historiográfica	Braudel (1979), Knight (1986). Interpretação, narração e descrição pormenorizada do passado. Da perspectiva das ciências sociais, ocuparia o extremo idiográfico no contínuo ontológico idiográfico-nomotético.
Institucionalismo econômico	North (1990), Eggertsson (1996), Przeworski (2012). Pode envolver estudos históricos, como North e Thomas (1973), citados em Mulhal e Morais (1998).
Econometria	Aplicação da matemática e métodos estatísticos para interpretar dados econômicos, de alguma forma relacionados à política institucional.
(Neo)Desenvolvimentismo	Trabalhos sobre o papel da intervenção estatal no desenvolvimento econômico nacional. Pode ser interpretado como uma versão periférica do keynesianismo em voga nos países ocidentais centrais a partir da crise de 1929. A principal referência são os trabalhos de Celso Furtado, como “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (Furtado 1961). Além disso, envolve trabalhos que focam o papel do conhecimento, inovação, competição em novos modelos desenvolvimentistas, como em Burlamaqui (2010).
Hermenêutica	Heidegger (1962), Ricoeur (1984-1988), Dilthey (1996), Schleiermacher (1998), Gadamer (2004).
Contextualismo linguístico	Pocock (1962; 1972), Dumm (1968) e Skinner (1969; 1996; 2002), citados em Silva (2010).
História conceitual ¹⁵⁹	Rothacker (1920), Richter (1969), Brunner (1972), Kosellack (1979; 1989).
Semiológica	Barthes (1964), Jakobson (2001), Saussure (2004).
Análise de discurso	Johnson e Johnson (2000). Mediante análise de documentos ou de entrevistas, o conteúdo dos “discursos” é codificado em função de certas categorias, a partir das quais se fazem inferências, podendo-se utilizar métodos estatísticos.
Formalismo	Kelsen (1960), Fuller (1977).
Constitucionalismo	Schmitt (1921). Para um panorama, cf. Waluchow (2007).

¹⁵⁹ Para diferenças entre contextualismo linguístico e história conceitual, cf. Olesen (2011), comparando as abordagens de Quentin Skinner e Reinhart Koselleck.

2.7.3.1. Critério para falar em um neoinstitucionalismo

Existem variantes de neoinstitucionalismo e coloca-se a questão de se há pontos em comum suficientes para agregá-los em uma só categoria.

Há convergência suficiente para falar em um neoinstitucionalismo. Peters (1999, p. 141) fala em “pontos analíticos fundamentais”, mencionando, por exemplo: (i) considera-se o papel de fatores estruturais na determinação do comportamento e de processos políticos; (ii) instituições promovem mais regularidade no comportamento humano, tornando-o mais previsível; (iii) instituições moldam ou constroem o comportamento individual, reduzindo incertezas.

Contudo, há também diferenças substanciais, como: (i) a composição dos fatores estruturais, ou a definição de instituição, que atuam sobre o comportamento e influenciam os processos políticos podem consistir em valores e normas, regras ou sistemas de ideias e símbolos; (ii) algumas definições focam a fixidez, outras a mutabilidade das instituições; (iii) diferença entre aquelas que definem instituições como objetos mais ou menos concretos (regras e valores, por exemplo) (*ibidem*).

Solução: em função da importância dessa abordagem na Ciência Política atual e das considerações acima, optou-se por codificar separadamente as seguintes variantes: neoinstitucionalismo político, neoinstitucionalismo de escolha racional e neoinstitucionalismo histórico. O “neoinstitucionalismo sociológico” foi especificado em suas abordagens sociológicas originais, como teoria das organizações.

3. Áreas temáticas

Áreas temáticas são conjuntos mais ou menos institucionalizados de objetos de pesquisa afins. São o principal fator de organização da produção, tanto em sua dimensão intelectual como em sua dimensão acadêmico-institucional. Elaborou-se uma lista de áreas temáticas em função (i) das “Áreas do Conhecimento” da Capes/CNPq¹⁶⁰; (ii) das “Áreas Temáticas” (ATs) da ABCP¹⁶¹ e (iii) do conteúdo dos trabalhos analisados. A seguir, confere-se as Áreas do Conhecimento.

Tabela 52. Áreas do Conhecimento, Ciência Política e Relações Internacionais, Capes/CNPq (2012)

Teoria política
Teoria política clássica
Teoria política medieval
Teoria política moderna
Teoria política contemporânea
Estado e governo
Estrutura e transformação do Estado
Sistemas governamentais comparados
Relações intergovernamentais

¹⁶⁰ “Tabela de Áreas de Conhecimento”, Capes, 2012. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em 30 maio 2014.

¹⁶¹ “Áreas temáticas”, ABCP, 2012. Disponível em <http://www.cienciapolitica.org.br/encontros/8o-encontro-abcp/areas-tematicas/>. Acesso em 30 maio 2013.

Apêndice 2. Categorias de análise

Estudos do poder local
Instituições governamentais específicas
Comportamento político
Estudos eleitorais e partidos políticos
Atitude e ideologias políticas
Conflitos e coalizões políticas
Comportamento legislativo
Classes sociais e grupos de interesse
Políticas públicas
Análise do processo decisório
Análise institucional
Técnicas de antecipação
Política internacional
Política externa do Brasil
Organizações internacionais
Integração internacional, conflito, guerra e paz
Relações internacionais, bilaterais e multilaterais

Fonte: Capes (2012).

Em primeiro lugar, há justaposição e mesmo difusão entre as áreas e as ATs. Verificando os títulos dos trabalhos apresentados no 8º Encontro da ABCP, alocados em subtemas (as “sessões” de cada AT), poderíamos encaixá-los nas seguintes áreas:

Tabela 53. Sobreposições e difusão entre ATs e “Áreas do Conhecimento” em Ciência Política

Área Temática ABCP	Subtemas (“Sessões”)	Áreas Capes/CNPq
Comunicação política e opinião pública	<ul style="list-style-type: none"> • Mídia e eleições • Imagem pública, comunicação institucional e imaginário social • Debate político e opinião pública • Jornalismo e política • Internet e dinâmicas políticas • Internet e participação política 	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento político • Estudos eleitorais e partidos políticos • Atitude e ideologias políticas • Política externa do Brasil
Cultura política e democracia	<ul style="list-style-type: none"> • Atitudes políticas: corrupção, políticas públicas e eleições • Apoio ao regime: legitimidade e qualidade da democracia • Valores políticos: confiança, associativismo, tolerância • Deliberação e participação • Instituições e comportamento político • Teoria política e cultura 	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento político • Atitude e ideologias políticas • Comportamento político • Estudos eleitorais e partidos políticos
Eleições e Representação Política	<ul style="list-style-type: none"> • Partidos e sistemas partidários • Instituições, geografia e conexão eleitoral • Competição política, estratégias e recursos • Dimensões da representação e participação política • Eleições, democratização e comportamento político • Elites, carreira política e políticas públicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos eleitorais e partidos políticos • Comportamento político • Comportamento legislativo • Atitude e ideologias políticas
Ensino e pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Análise, previsão e normatividade • Caminhos da institucionalização dos cursos de CP e RI 	Não se encaixa

Apêndice 2. Categorias de análise

	<ul style="list-style-type: none"> Experiências e reflexões sobre o ensino de CP e RI Dilemas e perspectivas das disciplinas de RI e CP 	
Estado e políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> Instituições, burocracias e políticas públicas Financiamento das políticas Municípios e políticas públicas Políticas de combate à pobreza e às desigualdades Internacionalização das políticas públicas e políticas comparadas Políticas públicas e seus ciclos 	<ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas Estrutura e transformação do Estado Estudos do poder local
Instituições Políticas	<ul style="list-style-type: none"> A política da Constituição de 1988 Governos, oposições e reforma do Estado na América Latina A presidência e o Poder Executivo no Brasil Rel. Executivo-Legislativo e prod. leg. nos estados Os secretariados estaduais: formação e estabilidade Eleições e rotação de elites no Brasil/debates teóricos de política comparada 	<ul style="list-style-type: none"> Estado e governo Instituições governamentais específicas Relações intergovernamentais Análise institucional Conflitos e Coalizões Políticas
Participação Política	<ul style="list-style-type: none"> Participação e processos de mobilização na AL Participação, planejamento e representação de interesses Instituições participativas no Brasil Determinantes da participação Teoria da representação e da participação 	<ul style="list-style-type: none"> Atitude e ideologias políticas Estado e governo Estudos do poder local
Política e Economia	<ul style="list-style-type: none"> Perspectivas sobre o desenvolvimento Brasil e o cenário internacional Questões setoriais – política e economia 	<p>Pouco respaldo. Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas Relações internacionais, bilaterais e multilaterais Política Externa do Brasil
Política, Direito e Judiciário	Sessões não têm títulos	<p>Pouco respaldo. Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> Estado e governo Classes sociais e grupos de interesse Política externa do Brasil
Relações Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> Aspectos estratégicos na Governança Global Dilemas e prioridades da Política Externa Brasileira A integração da América do Sul: evolução recente, desafios e perspectivas Energia, cooperação internacional e projeção de poder do Brasil Estados Unidos, China e as dinâmicas de poder na ordem internacional contemporânea 	<ul style="list-style-type: none"> Política externa do Brasil Integração internacional, conflito, guerra e paz Relações internacionais, bilaterais e multilaterais Organizações internacionais

Apêndice 2. Categorias de análise

	<ul style="list-style-type: none"> História, Teorias e dinâmicas políticas: novos conceitos, novos atores e implicações para o Brasil 	
Segurança pública e segurança nacional	<ul style="list-style-type: none"> Políticas Públicas, Cidadania e Polícia Homicídios, Crimes, Vitimização por Homicídios e Outras Violências Políticas de Segurança Pública Segurança Nacional, Relações Internacionais, Estudos Comparados Polícia, Judiciários e Prisões Ordem Social e Segurança Nacional 	<p>Pouco respaldo. Envolve:</p> <ul style="list-style-type: none"> Políticas públicas Estado e governo
Teoria política	<ul style="list-style-type: none"> Justiça e igualdade Realismo, romantismo e ceticismo no pensamento político moderno Liberalismo, republicanismo e o conceito de liberdade Pensamento político brasileiro Estado, soberania e representação Marxismo, pós-marxismo e teoria crítica 	<ul style="list-style-type: none"> Teoria política contemporânea Teoria política moderna Estrutura e transformação do Estado Classes sociais e grupos de interesse

Fontes: Capes (2012); ABCP (2012).

Para citar alguns, a AT “política e economia” não tem respaldo na Capes e poderia difundir-se entre “conflitos e coalizões políticas”, “política externa do Brasil”, “políticas públicas” e “Estado e governo”. A área “conflitos e coalizões políticas” encontra-se difusa em áreas como “política internacional”, “instituições políticas” e “política e economia”. A área “Comportamento político” é demasiado genérica e pouco significativa nas ATs, que se organizam em torno de áreas mais específicas. O mesmo aplica-se a “política internacional”. Perceba-se também a influência mais clara de abordagens teórico-metodológicas na distinção dos temas, nas ATs. Supõe-se que as defasagens e, em particular, a falta de correspondências entre as ATs e as áreas da Capes indiquem a (esperada) maior inércia, ou mesmo obsolescência, das últimas.

Para atenuar o anacronismo e tornar a classificação de áreas mais próxima da produção concreta, tomou-se como referência a comparação das ATs com as áreas e fez-se ajustes em função da análise dos artigos publicados nos periódicos *Dados*, *Revista Brasileira de ciências Sociais*, *Brazilian Political Science Review*, *Novos Estudos*, *Opinião Pública* e *Revista de Sociologia e Política*, durante 2004 e 2008, apresentada em dissertação de mestrado (Leite 2010). A listagem das áreas deve ser reajustada à medida que se amplia o âmbito ou o período de análise. Essa solução busca levar em consideração o dinamismo da produção real e, ao mesmo tempo, incorporar certa inércia para tornar inteligíveis padrões e elementos comuns. Tendo isso em mente, a lista atual compõe-se pelas seguintes áreas:

Tabela 54. Listagem das áreas temáticas, agrupadas em classes¹⁶²

Comunicação, representação e comportamento político	[1]
Estudos eleitorais e partidos políticos	1
Atitudes e cultura política	2
Comunicação política e opinião pública	3
Instituições participativas ¹⁶³	4
Instituições políticas	[2]
Estudos do Legislativo	5
Relações Executivo-Legislativo	6
Relações intergovernamentais	7
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	8
Sistemas governamentais	9
Instituições governamentais específicas	10
Análise do processo decisório	11
Governo, burocracia e políticas públicas	12
Estudos do poder local	13
Estado e sociedade civil	[3]
Estrutura e transformação do Estado	14
Política e economia	15
Recrutamento político, jurídico e burocrático	16
Classes sociais e grupos de interesse	17
Movimentos, organizações e atores coletivos	18
Revoluções e conflitos civis	19
Segurança pública	20
Política, direito e judiciário	21
Religião e política	22
Teoria, métodos e ideias	[4]
Teoria política medieval	23
Teoria política clássica	24
Teoria política moderna	25
Teoria política contemporânea	26
História das ideias	27
Metodologia	28
Pensamento político brasileiro	29
Ensino e pesquisa em CP e RI	30

Nota: Foram ressaltadas as áreas não discriminadas pela Capes ou na ABCP.

¹⁶² As seguintes áreas de Relações Internacionais foram listadas, porém excluídas da análise final: “Integração regional e internacional”; “Conflitos, guerra e paz”; “Organizações internacionais”; “Política externa do Brasil”; “Relações internacionais, bilaterais e multilaterais”; “Direito internacional”; “Teorias de RI”.

¹⁶³ A área de “instituições participativas” foi alocada nessa área, em vez de em “instituições políticas”, porque se inscreve na tradição de estudos de participação política, do comportamento político de agentes sociais, como em Francisco Marques, “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais”. Tomou-se como referência a classificação da ABCP.

4. Estilo cognitivo

É a forma de perceber, interpretar e apresentar informações, uma forma de compreensão (Kaplan 1964, p. 33) corrente nos campos intelectuais. Kaplan (*idem*, p. 259) descreve seis tipos, próprios ou adjacentes ao domínio científico: literário, acadêmico, erístico, simbólico, postulacional e formal. Ajustando a tipologia ao contexto desta pesquisa, optou-se por codificar os seguintes estilos: (1) *literário*, (2) *acadêmico*, (3) *erístico*, (4) *simbólico* e (5) *militante*.

O estilo literário tem como principais faculdades cognitivas a compreensão e a interpretação e tem como questão fundamental *qual é o sentido*. Envolve as seguintes características: (i) tende a ocupar-se de indivíduos, pessoas particulares ou conjuntos de eventos, estudos de caso, descobertas clínicas, etc.; (ii) uma sequência comportamental ou uma articulação de eventos são reveladas de modo a ter certa significância; (iii) uma pessoa, um movimento ou uma cultura são interpretados, geralmente nos termos dos propósitos e perspectivas específicos dos atores, em vez de categorias abstratas e gerais do esquema explanatório do analista (*ibidem*). O estilo literário é *humanístico*, no sentido de ter como propósito a compreensão do sentido da ação e das percepções codificadas em significantes culturalmente contextualizados.

O estilo acadêmico envolve fundamentalmente a ideação, a conjectura e a especulação. Tem as seguintes características: (i) é mais abstrato e geral do que o estilo literário; (ii) há mais precisão na especificação do sentido dos termos; (iii) termos adquirem um caráter técnico e sistemático (*ibidem*). Isto é, ele é eminentemente conceitual.

O estilo erístico tem como principal faculdade a explicação e *o que é* como questão central. Distingue-se do literário e do acadêmico ao interessar-se fundamentalmente pela *prova* de proposições específicas. Nesse sentido, apresenta as seguintes características: (i) dados tornam-se importantes; (ii) distinguem-se mais claramente proposições de conteúdo empírico; (iii) dá-se atenção a “relações dedutivas” e “derivações lógicas de proposições previamente estabelecidas ou explicitamente assumidas”; (iv) definições são frequentes e (v) exibe-se mais “consciência do que se pensa ser os cânones do ‘método científico’” (*idem*, p. 259-260).

O estilo simbólico apresenta maior grau de formalização e a matemática cumpre um papel fundamental. Nesse sentido, (i) o objeto é conceptualizado em função de termos matemáticos; (ii) notações específicas são introduzidas; (iii) os símbolos são submetidos a “transformações matematicamente padronizadas”; (iv) a mensuração é importante e provê conteúdo às formas matemáticas (*idem*, p. 260). Dito isso, não se trata de um estilo formal ou postulacional puro – o conteúdo empírico é fundamental, não se focando demonstrações matemáticas. A matemática não é a finalidade, mas o meio de abordar objetos empíricos.

O estilo militante funda-se nas faculdades de criticar, propor, arquitetar; em *dirigir o que é* ou *transformar no que deve ser*. É, antes de tudo, um argumento em favor da transformação ou conservação de um estado de coisas. Possui as seguintes características: (i) orienta-se para a proposta de planos de ação; (ii) envolve a articulação de forças ou recursos para dispor e constituir as coisas do modo que se considera mais adequado; (iii) realiza ou apropria-se de considerações de fato (como os produtos dos estilos analíticos), para propor o plano de ação.

Cada estilo está mais ou menos vinculado a certas tradições intelectuais e a certas figuras nos campos de produção douda, como, por exemplo, o polímata e o *scholar* e todos os estilos aqui delineados fazem parte do campo da Ciência Política brasileira. A variável testa a hipótese da oposição entre orientações disciplinares mais teóricas ou empíricas e o choque entre tradições intelectuais e as figuras do erudito e do *scholar* na Ciência Política brasileira.

5. Amplitude do argumento

Variável binária composta por *agência*¹⁶⁴ ou *estrutura*. Verifica a qual extremo está mais próxima a articulação entre objeto e fatores, dentro da oposição clássica agência (subjetivismo)-estrutura (objetivismo). Quanto maior o caráter coletivo, mais amplos e sistêmicos os termos utilizados para descrever o objeto, mais estrutural ele é; inversamente, quanto mais dependentes da ação, individual ou de um grupo ou organização concreta, mais próximos da agência¹⁶⁵. Compõe tradições intelectuais: objetivismo e subjetivismo.

6. Escopo do argumento

Variável binária composta por *nomotético* ou *idiográfico*. Avalia a qual extremo o argumento está mais próximo, dentro da oposição nomotético-idiográfico, também típica das ciências sociais. Quanto mais nomotético, mais as inferências realizadas inclinam-se à generalização; quanto mais idiográfico, mais as conclusões inclinam-se ao delineamento de especificidades. Também são consideradas tradições intelectuais.

O escopo não se confunde com a amplitude. Por exemplo, um estudo de amplitude mais estrutural pode delinear uma articulação específica de fatores institucionais: uma instituição governamental, como os Departamentos Administrativos do Estado Novo, podem produzir *outputs* determinados por um arranjo particular de regras, condutas informais e procedimentos administrativos (Codato 2008). Além disso, um trabalho pode ter um escopo nomotético ainda que não consiga efetivamente fazer generalizações; *julga-se A ou B em função da intenção, não dos resultados*. Por esse motivo fala-se em *inclinação*.

7. Pesquisa empírica

Variável *dummy* que distingue se o texto *é uma pesquisa empírica* ou *não é uma pesquisa empírica*. Isto é: se o objeto é um observável e se são *construídos* dados para medi-lo ou caracterizá-lo. Não basta apresentar dados, como citar estatísticas de tal ou qual referência – é preciso elaborá-los mediante observação e aplicação de métodos específicos.

8. Natureza do objeto

Podendo ser (1) *empírico*, (2) *teórico* ou (3) *linguístico-ideal*.

Para definir “empírico” e “teórico”, partiu-se das definições de “termos” apresentadas em Kaplan (1964, p. 58-59): se os termos se referem à observação direta ou indireta; se fazem referência a observáveis; se fazem referência a teoria. Procedeu-se extraíndo o objeto de dentro dos “termos”. Assim:

¹⁶⁴ Toma-se “agente” como sinônimo de “ator” ou “sujeito”, dada a semelhança de escala.

¹⁶⁵ Atente-se que “estrutura” não se confunde com a abordagem estruturalista: pode-se mobilizar fatores estruturais em estudos que focam atores ou a ação de grupos. Um trabalho cuja amplitude é mais estrutural não é necessariamente um estudo estruturalista.

- (i) No “termo referente a observação direta” ou “indireta”, há, obviamente, um objeto, observável direta ou indiretamente em função de suas características e das capacidades técnicas disponíveis;
- (ii) Um constructo é um “termo que faz referência a um objeto”. Perceba-se: não se trata de um observável, mas de uma *construção mental que faz referência a observáveis*. “Estado”, “governo”, “cultura”, “sociedade”, “instituições”, etc., são exemplos de constructos;
- (iii) Um objeto teórico é o próprio “termo que faz referência a teoria”. *O objeto é o próprio termo teórico*, geralmente um conceito. Termos teóricos fazem referência a outros termos teóricos. Seu sentido depende da concatenação entre os vários termos, havendo elevado sentido sistêmico e alto grau de abstração.

Constructos e observáveis diretos e indiretos são considerados empíricos. Quanto mais empirista a filosofia da ciência em prática, menos um constructo tende a ser considerado um objeto empírico. Escolheu-se fazê-lo dada a natureza ainda difusa dos objetos nas Ciências Políticas. Caso contrário, não se poderia definir “governo”, “Estado”, “instituições”, etc. como objetos empíricos.

(iv) Por fim, acrescentou-se “linguístico-ideal”, indicando objetos que, apesar de sua natureza linguístico-cognitiva, não fazem parte de um sistema teórico, como por exemplo ideias ou percepções sobre a democracia, em oposição, por exemplo, ao conceito de democracia em Schumpeter, um termo teórico. Objetos dessa natureza são típicos de abordagens como a história dos conceitos, o contextualismo linguístico e a hermenêutica.

9. Natureza das evidências

Evidências são dados que consubstanciam ou suportam proposições. Guiados por um método, observamos e mensuramos o objeto ou reconstruímos suas características. As evidências podem ser: (1) *quantitativas*; (2) *qualitativas*; (3) *híbridas (quantitativa e qualitativa)* e (4) *bibliográficas*. Considera-se a possibilidade de o trabalho (5) *não apresentar evidências*. As evidências são *quantitativas* quando se usa linguagem matemática para levantar dados a respeito do objeto e *qualitativas* quando se reconstrói propriedades dos objetos através do idioma, da predicação.

Evidências quantitativas e qualitativas são consideradas *evidências empíricas*. Além disso, para serem consideradas como tais, são obtidas de fontes primárias ou secundárias. Referências bibliográficas só são consideradas evidências empíricas caso sejam um intermediário para dados quantitativos ou qualitativos, como quando aludimos a dados apresentados em um determinado trabalho – isto é, dados obtidos por uma fonte secundária.

Um dos principais indicadores para avaliar se um trabalho tem orientação empírica ou teórica é a combinação entre a “natureza do objeto” e a “natureza das evidências”: objeto empírico e evidências empíricas perfazem uma abordagem eminentemente empírica – o que não quer dizer, é claro, que descurem ou sejam desguarnecidos de teoria, bem como desprovidos de propósitos teóricos. Além disso, um objeto empírico pode ser discutido mediante referências bibliográficas, como em ensaios bibliográficos. Um objeto teórico e

evidências bibliográficas indicam uma abordagem eminentemente teórica, isto é, baseada em teoria e dirigida para a exploração de termos teóricos e a produção de conceitos.

Existe o caso excepcional de objetos linguístico-ideais em função dos quais se mobiliza evidências “empíricas”. Por exemplo, um *texto*, tomado como objeto *linguístico*, pode ser acessado diretamente mediante sua leitura e interpretação, podendo até ser codificado e processado estatisticamente (embora isso seja raro na Ciência Política). No mesmo sentido, ideias ou um pensamento podem ser observados indiretamente, através de seus registros escritos. A natureza linguístico-ideal dessa categoria de objetos facilmente os confunde com objetos teóricos, obscurecendo o processo indireto de observação.

10. Âmbito do objeto

Codifica-se a “localização” do objeto, o âmbito ao qual ele pertence, entre os quais: *política institucional*; *estatal*; *societal* e *econômico*. Contempla-se formas híbridas como *político-societal* e *político-econômico*, e uma mais exótica, *linguístico-ideal*.

Societal refere-se a fenômenos ou fatos de caráter social externos à política institucional e ao Estado (definidos nas seções 1 e 1.4), como agregados de indivíduos ou grupos ocupantes de papéis ou posições sociais; associações e organizações; sistemas de símbolos, valores ou representações, entre outros. *Econômico* refere-se à distribuição de recursos financeiros ou materiais em uma dada formação social, agregado, organização ou instituição. *Linguístico-ideal* refere-se às construções, projeções ou representações da mente que assumem formas linguísticas¹⁶⁶.

Essas categorias aplicam-se aos objetos empíricos, teóricos e ideais. No caso dos objetos empíricos o procedimento é autoevidente: os objetos estão em algum lugar, de modo que identificamos o âmbito desse lugar. Os objetos teóricos, por sua vez, são tratados como referenciais de algo. Esse “algo” é a referência para se definir o âmbito do objeto. Assim, por exemplo, termos teóricos podem abstrair elementos da política institucional, neste caso codificando-se, como âmbito, a política institucional; ou podem referir-se ao âmbito estatal ou a elementos sociais, e por aí vai.

11. Âmbito determinante

Indica a origem do âmbito de fatores que atua sobre o objeto de análise (nos estudos causais, o âmbito da “variável independente”). Podem estar *dentro da política institucional* ou fora dela. Estando fora, distingue-se *estatal*, *societal* ou *econômico*. Contempla-se formas híbridas, *político-societal* e *político-econômico*, e uma forma mais exótica, *linguístico-ideal*.

12. Tradição disciplinar

A variável é composta pelas seguintes categorias: *politológica*; *politológica intermediária*; *politicista*; *estatal*; *estatista*; *societal*; *societalista*; *econômica*; *economicista* e *idealista*. Baseia-se na combinação entre as variáveis “âmbito do objeto” e “âmbito determinante”.

Politológica é tomar a política institucional como âmbito do objeto, animado ou determinado por fatores políticos combinados com fatores de outro âmbito, sem no entanto

¹⁶⁶ Uma manifestação linguística de caráter coletivo, irreduzível, dentro da tradição objetivista das Ciências sociais, é considerada cultural e, portanto, *societal*.

implicar dependência. *Politicismo* é tomar a política institucional como âmbito e tratá-la como um âmbito totalmente autônomo, determinada estritamente por fatores internos. Objetos imediatamente suprajacentes à política institucional e diretamente articulados a ela, como o comportamento dos eleitores, a avaliação subjetiva das instituições políticas e a participação institucionalizada de atores cívicos¹⁶⁷ são codificados como uma forma politológica intermediária. *Estatat* é tomar algum órgão ou dimensão estatal como objeto, subtraída a política institucional e *estatismo* é tratá-lo como um âmbito autônomo. *Societal* é estudar um objeto de âmbito societal, incluindo o “poder” e formas de dominação, mobilizando-se fatores de âmbitos diversos. *Societalismo* é tratar a política institucional como dependente de fatores sociais¹⁶⁸. Analogamente, *econômica* é estudar um objeto de âmbito econômico e *economicista* é tratar a política institucional como dependente de fatores econômicos. *Idealismo*, por sua vez, consiste em tomar objetos linguístico-ideais como objeto ou tratá-los como determinantes.

Em outras palavras, politológico mede o grau em que se estuda a política institucional; politicismo mede o grau de autonomia concedida à política institucional; societal mede o grau em que se estuda fenômenos externos, de caráter societal (e, dependendo do contexto, a medida em que se ignora a política institucional). Societalismo é a principal medida de heteronomia da política institucional.

Além disso, há uma semelhança e uma diferença substanciais entre politicismo, societalismo e economicismo: por um lado, todos têm a política institucional como objeto; por outro, o politicismo trata-a como um âmbito autônomo, o societalismo e o economicismo como um âmbito heterônomo. Além disso, cumpre notar que as tradições politológicas (inclusive intermediária), societal e econômica referem-se exclusivamente ao objeto, enquanto politicismo, societalismo e economicismo envolvem também a abordagem ao objeto, especificando interação entre fatores que subordinam a política institucional.

13. Visão disciplinar

Sintetiza âmbito e tradição em duas visões de disciplina: *sentido estrito (ciência política)* e (2) *sentido amplo (sociologia política)*. A primeira é a ciência política politológica, politicista e estatista. A segunda é estatal, societal e societalista.

Embora estejam discriminadas por alcunhas disciplinares, todas as visões fazem parte do *campo* da Ciência Política e competem para defini-lo, definindo assim a disciplina. Embora em processo de separação, a sociologia política *ainda* faz parte do campo da Ciência Política, em fluxo em seus programas de pós-graduação, seus congressos e periódicos. Essa nomenclatura procura reproduzir a maneira como as tradições são reconhecidas no campo.

¹⁶⁷ Como exposto na especificação do termo política institucional (Seção 1), o voto é considerado parte da política institucional.

¹⁶⁸ É importante ressaltar essa diferença para a tradição societal: o societalismo toma a política institucional como objeto. Além disso, Lamounier (1982, p. 417) usa o termo “sociologismo” em um sentido semelhante ao que aqui é especificado por “societal” – mas ali se faz referência a abordagens sociológicas, a um tratamento sociológico de objetos sociais, enquanto “societal” refere-se exclusivamente ao objeto, envolvendo abordagens não necessariamente sociológicas – algumas abordagens de teoria política, por exemplo, são largamente sociais (embora a sociologia ecoe ao fundo, como o deliberacionismo habermasiano).

14. Cientificidade: tipo de estatística utilizada

Caso o trabalho use métodos estatísticos, codifica-se as seguintes possibilidades: *frequência simples*; *univariada*; *bivariada* e *GLM*. *Frequência simples* e *estatística univariada* envolvem o que se chama de *summary statistics*, como medidas de tendência central (média, mediana), dispersão (quartis, percentis), variabilidade (variância, desvio padrão, *boxplot*) e análises morfológicas (como *skewness*, *kurtosis* e histogramas). *Estatística bivariada* compõe-se de medidas de interação entre variáveis, como testes de correlação¹⁶⁹. *GLM* responde por *General Linear Model*, o modelo linear que fundamenta a maior parte de estatísticas funcionais, como análise de regressão, análise de variância e covariância (ANOVA e ANCOVA), entre outros. Não foram identificados trabalhos que empregassem análise bayesiana ou técnicas multivariadas.

15. Cientificidade: processo de investigação apresenta hipótese

Variável *dummy*. O critério de codificação é (i) se o texto menciona a palavra “hipótese”, articulada a uma ou mais proposições; (ii) se o resumo apresenta uma proposição clara, envolvendo o objeto de análise, a partir da qual se estrutura um argumento. A apresentação de hipótese é uma característica fundamental do conhecimento científico em sentido mais ortodoxo, do estilo cognitivo associado a propósitos “científicos”.

16. Cientificidade: verificabilidade: hipótese é testada empiricamente

Variável *dummy*. Uma hipótese é testada (i) caso sejam apresentadas evidências empíricas e (ii) as evidências ligam-se à hipótese e devem corroborá-la ou refutá-la¹⁷⁰. Parte da suposição, verificada em pesquisa, de que a apresentação de uma hipótese nem sempre está acompanhada de seu teste efetivo, como em ensaios ou quando se tem como objetivo a própria elaboração de hipóteses.

17. Cientificidade: causalidade

Variável *dummy* que identifica se o argumento verifica ou mede relações de causa e efeito entre duas ou mais variáveis. Não basta apresentar suposições ou considerações causais – o argumento precisa estruturar-se na demonstração, prova ou refutação de relações causais. Para verificá-lo, o procedimento consistiu em (i) ler o resumo em busca de relações causais claras; (ii) buscar pelas palavras “variável”, “fator”, “causa”, “efeito”, “impacto”, “determina”, “produz”, “resultado” e “processo” (inclusive variações morfológicas), no corpo do texto, reconstruindo o argumento no qual essas palavras se inserem e (iii) avaliar se os dados inferem causalidade da covariância observada. Ressalta-se que argumentos baseados em métodos qualitativos também podem ser causais, como na aplicação de métodos comparativos em estudos históricos (Perissinotto 2013). Por fim, não se julga se o estudo estabelece relações válidas de causa e efeito, mas se tem o *propósito* de fazê-lo¹⁷¹.

¹⁶⁹ Esses testes podem ou não ser inferenciais, isto é, generalizações a partir de uma amostra.

¹⁷⁰ Uma exigência mais forte, que reforçaria o indicador nesse sentido, seria adicionarmos um critério de refutabilidade: caso as evidências corroborem a hipótese, também deve ser possível refutá-la. Por motivos práticos, não foi possível operacionalizar esse critério.

¹⁷¹ Para um panorama dos procedimentos de elaboração de argumentos causais usando métodos qualitativos, cf. Maxwell (2004).

18. Procedimento

O procedimento de codificação dos dados foi o seguinte: lê-se o resumo, as palavras-chave, a introdução e a conclusão. A introdução e a conclusão são lidos em busca das categorias não identificadas no título, resumo e palavras-chave. Por exemplo, para verificar se o trabalho tem orientação nomotética, procura-se por inferências nas conclusões. Caso haja dúvida recorre-se ao corpo do texto, em particular para identificar a abordagem, norteando-se pela bibliografia de referência e pelas palavras-chave (como “instituições políticas” e neoinstitucionalismo, “ideologia” e marxismo, “recrutamento” e análise de elites). Além disso, recorre-se ao corpo do texto em busca dos dados que se encontram necessariamente nessa região, como a natureza das evidências (quanti, quali, bibliográficas). O grau de atenção da leitura da introdução e da conclusão dependem do grau de dificuldade imposto pela classificação. Em geral, a codificação de cada artigo levou entre 10 a 20 minutos.

Os dados foram coletados e organizados usando o programa Excel, versão 2013, e processados pelo pacote estatístico SPSS, versão 21. Alguns gráficos foram elaborados com o programa Smart Draw, versão 12.

Apêndice 3. Análise de correspondência

Uma forma de reconstruir o campo das áreas e periódicos e de melhor visualizar as relações e distâncias entre suas categorias é fazer de uma análise de correspondência. A análise de correspondência (ANACOR, e sua variante “múltipla”, HOMALS, aplicada a relações entre mais de duas variáveis) é um método estrutural dirigido à investigação de variáveis “latentes” que permite identificar se há dependência entre variáveis, localizar grupos homogêneos e determinar as dimensões que discriminam casos e categorias (Geer 1993, p. 18-21; Pestana & Gagueiro 2005, p. 200). Para isso, baseia-se no conceito de homogeneidade de variância, assim como demais técnicas baseadas no *Principal Component Analysis* (Geer 1993, p. 21; Jambu 1991). A técnica estabelece “centros de gravidade”, que representam o centro dos escores das categorias de uma variável em função de uma determinada dimensão. Cada dimensão tem uma *inércia*, isto é, a proporção explicada da variância total observada. Por sua vez, *cada categoria e, portanto, cada variável, contribui para essa inércia*. Em outras palavras, *contribui para determinar as dimensões que a discriminam*.

Esses princípios são adequados à teoria dos campos, que supõe que os elementos do campo relacionam-se de modo a determinar os princípios que governam suas relações e suas respectivas posições no campo¹⁷². O modelo coloca as categorias de uma variável em relação com categorias de outras variáveis e, ao mesmo tempo, entre as categorias da própria variável, e mede suas contribuições para as dimensões que melhor explicam a variância observada.

1. ANACOR

1.1. Parâmetros das dimensões

Foram utilizadas duas variantes de análise de correspondência, binária (ANACOR) e múltipla (HOMALS). Quanto à primeira, tem-se o seguinte *output*, extraído do Modelo 1:

Modelo 1. Análise de correspondência entre periódicos e áreas temáticas: parâmetros das dimensões¹⁷³

Dimensão	Singular Value	Inércia	Proporção de inércia		Confidence Singular Value	
			Responsável por	Cumulativo	Desvio Padrão	Correlação 2
1	,893	,798	,268	,268	,070	,022
2	,680	,462	,155	,424	,029	
3	,532	,283	,095	,519		
4	,517	,267	,090	,609		
5	,460	,211	,071	,680		
6	,439	,193	,065	,744		
7	,371	,138	,046	,791		
8	,346	,120	,040	,831		
9	,315	,099	,033	,864		
10	,309	,095	,032	,897		
11	,275	,076	,026	,922		

¹⁷² Para um exemplo clássico de aplicação em um estudo sociológico, cf. Bourdieu (1988, p. 81).

¹⁷³ O número máximo de dimensões possíveis é igual ao número de categorias da variável com menos categorias, menos um (Pestana e Gagueiro 2005, p. 200; para a demonstração matemática, cf. Jambu 1991, p. 191 e segs.). Neste caso, há 23 periódicos e 30 áreas temáticas, portanto o número máximo de dimensões é de 22. Normalmente, retém-se as duas ou três primeiras dimensões para análise, sendo as demais respondendo por irregularidades virtualmente impossíveis de interpretar (Bourdieu 1988, p. 81).

12	,243	,059	,020	,942
13	,227	,052	,017	,959
14	,193	,037	,013	,972
15	,167	,028	,009	,981
16	,151	,023	,008	,989
17	,118	,014	,005	,993
18	,091	,008	,003	,996
19	,074	,006	,002	,998
20	,058	,003	,001	,999
21	,045	,002	,001	1.000
22	,014	,000	,000	1.000
Total	2,974	1.000	1.000	

O *singular value* apresenta a “correlação canônica” máxima entre as categorias das variáveis, para cada dimensão. Esse valor é a base para o cálculo da inércia de cada dimensão (Geer 1993, p. 52)¹⁷⁴. A inércia de cada dimensão é o quadrado do *singular value*, expressando a contribuição de cada dimensão para a variância total observada (Pestana & Gagueiro 2000, p. 360). Esse valor de inércia é também chamado de *eigenvalue*. A variância total pode ser maior que 1, como em nosso caso, em que a variância total é de 2,974. Repare-se que *essa não é variância explicada* – é um valor que representa a dispersão de cada eixo fatorial (Jambu 1993, p. 189). Matematicamente, a inércia é igual à soma das massas das categorias multiplicada pelo quadrado de suas distâncias em relação ao centroide, em que as distâncias são distâncias euclidianas ponderadas. Como as distâncias dos pontos em relação ao centroide (a média ponderada das massas, ou o “centro de gravidade”) é uma medida de dispersão, *a inércia é uma medida da dispersão total do modelo. Quanto maior a variância total, maior tende a ser a complexidade dos atributos e fatores interagindo*.

Os valores apresentados pelo modelo são bastante expressivos. A magnitude do *singular value* pode ser interpretada semelhante ao *r* de Pearson (Pestana e Gagueiro 2005, p. 200), embora mais se assemelhe a “correlações canônicas”¹⁷⁵. Os valores de inércia indicam ampla variação nos dados e as três primeiras dimensões explicam aproximadamente metade dessa variação. Adiante, em “proporção de inércia”, *o quociente entre a inércia de cada dimensão e a inércia total fornece a proporção de variância explicada pela dimensão (ibidem)*. Em outras palavras, trata-se da decomposição da inércia total em cada dimensão. Por exemplo, a primeira dimensão responde por 26,8% da variância total de 2,974 (Greenacre 2007, p. 203).

O *xiz* da questão é, então, interpretar adequadamente a dimensão – caso a interpretação seja adequada, teremos explicado 26,8% da estrutura representada pelo modelo. As duas primeiras dimensões explicam 42,4% da variância observada, e as três, 51,9% (proporção de inércia cumulativa)¹⁷⁶. As proporções de inércia de cada dimensão não podem ser interpretadas isoladamente: importa pouco se tem-se uma dimensão que explica

¹⁷⁴ Para sua fundamentação matemática, cf. Greenacre (2007). Para uma exposição mais simplificada, Geer (1993, p. 52-53).

¹⁷⁵ Muito baixo de 0 a .20; baixo de .21 a .40; médio de .41 a .60; alto de .61 a .80 e muito alto de .81 a 1. Pestana e Gagueiro (2005) enganam-se ao afirmarem que o *singular value* “equivale” ao *r* – equivale, na verdade, a “correlações canônicas” (Geer 1993, p. 52-53; Greenacre 2007, p. 203 e 210; Tibshirani 2013) aplicadas a conjuntos de variáveis, embora a interpretação das magnitudes seja semelhante.

¹⁷⁶ As proporções das linhas e colunas, componente do *output* do ANACOR no SPSS, aqui, a proporção das áreas nos periódicos, já foram apresentadas na distribuição das frequências, sendo portanto omitidas.

90% de um modelo com baixa inércia total. É preciso interpretá-las em conjunto com a inércia total. Em geral, seleciona-se as duas ou três primeiras dimensões para interpretação (Bourdieu 1988, p. 8; Pestana e Gagueiro 2005, p. 204)¹⁷⁷.

O *confidence singular value* compõe-se por duas medidas de confiabilidade: (i) o desvio padrão (relativo ao *singular value*), que auxilia na mensuração da precisão relativa de cada dimensão e (ii) a correlação entre as dimensões, no caso, entre a primeira e a segunda dimensões – é recomendável que seja inferior a 0,25 (*ibidem*). Os resultados apresentam alto grau de confiabilidade.

1.2. Parâmetros das categorias

A seguir, o modelo fornece parâmetros para as categorias das variáveis envolvidas, com valores para conceitos como “massa” e “inércia”, fundamentais para a interpretação adequada dos resultados. Tomando-se o Modelo 1 como referência, tem-se o seguinte:

Modelo 1. Análise de correspondência entre periódicos e áreas temáticas: parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Massa	Escore na dimensão		Inércia	Contribuição				
		1	2		Do ponto para a inércia da dimensão		Da dimensão para a inércia do ponto		Total
					1	2	1	2	
Estudos eleitorais e partidos políticos	,071	,101	,809	,108	,001	,068	,006	,293	,299
Atitudes e cultura política	,053	-,048	,568	,092	,000	,025	,001	,126	,127
Comunicação política e opinião pública	,035	-,128	,874	,063	,001	,040	,008	,293	,301
Instituições participativas	,028	-,133	,330	,080	,001	,005	,006	,026	,032
Estudos do Legislativo	,014	-,144	,751	,017	,000	,012	,015	,320	,335
Relações Executivo-Legislativo	,014	-,120	,762	,020	,000	,012	,009	,279	,288
Relações intergovernamentais	,009	-,166	,396	,098	,000	,002	,002	,010	,012
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	,028	-,134	,604	,028	,001	,015	,016	,253	,269
Sistemas governamentais	,016	-,147	,252	,053	,000	,001	,006	,013	,019
Instituições governamentais específicas	,002	-,160	1,054	,033	,000	,003	,001	,041	,042
Análise do processo decisório	,012	-,132	,934	,046	,000	,016	,004	,158	,162
Governo, burocracia e políticas públicas	,216	-,168	-1,470	,338	,007	,685	,016	,937	,953
Estudos do poder local	,000
Estrutura e transformação do Estado	,042	-,151	,431	,089	,001	,012	,010	,060	,069
Política e economia	,035	-,173	-,040	,203	,001	,000	,005	,000	,005
Recrutamento político, jurídico e burocrático	,034	-,120	,339	,036	,001	,006	,012	,073	,084
Classes e grupos de interesse	,018	,003	-,120	,047	,000	,000	,000	,004	,004
Movimentos, organizações e atores coletivos	,074	-,100	-,109	,081	,001	,001	,008	,007	,016
Revoluções e conflitos civis	,005	-,183	-,255	,157	,000	,001	,001	,001	,002
Segurança pública	,034	-,159	,215	,053	,001	,002	,014	,020	,034
Política, Direito e Judiciário	,012	-,146	,357	,044	,000	,002	,005	,024	,030
Religião e política	,016	7,415	-,207	,782	,979	,001	,999	,001	,999
Teoria política democrática	,069	-,155	,485	,055	,002	,024	,027	,198	,225

¹⁷⁷ Jambu (1991, p. 213-214) apresenta regras específicas para a seleção das dimensões a serem analisadas, embora no máximo três dimensões sejam retidas para análise em todas as situações apresentadas. Nosso exemplo é parecido com o caso estudado por Jambu (*idem*, p. 264), onde tem-se 21 dimensões, a primeira com *eigenvalue* [inércia] de .429 e responsável por 21,4% da inércia total, a segunda com .348-17,4%, a terceira com .251-12,5%, a quarta com .195-9,7%, a quinta com .152-7,6%, etc., escolhendo-se as duas primeiras para interpretação. Nosso critério é reter as dimensões cujas inércias sejam superiores a .200 e graus de correlação iguais ou inferiores a .250 (*confidence singular value*), observando-se o limite de três dimensões.

Teoria política clássica	.000
Teoria política moderna	,023	-,144	,921	,059	,001	,029	,007	,223	,230
Teoria política contemporânea	,051	-,156	,413	,041	,001	,013	,027	,146	,174
História das ideias	,025	-,109	-,004	,175	.000	.000	,001	.000	,001
Metodologia	,019	-,129	,685	,041	.000	,013	,007	,152	,160
Pensamento político brasileiro	,021	-,097	,172	,079	.000	,001	,002	,005	,008
Ensino e pesquisa em CP e RI	,002	-,067	1,212	,015	.000	,004	.000	,116	,117
Total	1.000			2,974	1.000	1.000			
Normalização simétrica.									

A “massa” de cada categoria corresponde à sua proporção em relação ao total, na distribuição de frequências, e é usada para determinar o centroide, uma média ponderada das distâncias entre os pontos. A inércia do ponto é sua distância em relação a esse centroide, medida pelo qui-quadrado. A inércia total é a soma das massas multiplicadas pelo quadrado das distâncias entre os pontos e o centroide. Em outras palavras, *a inércia do ponto apresenta sua contribuição à inércia total do modelo* – e por esse motivo as categorias determinam as dimensões, determinando a estrutura do modelo. Assim, conduzimos a análise verificando quais pontos mais contribuem para a inércia da dimensão: aqueles cuja *contribuição para à inércia da dimensão* é superior à sua *massa*¹⁷⁸. A lógica é: contribui-se mais do que seu peso para determinar a variância. A contribuição de cada categoria está na coluna “contribuição”, em “do ponto para a inércia da dimensão”. As categorias que cumprem com essas condições foram ressaltadas em negrito. Seleccionadas as categorias, verificamos suas coordenadas em cada dimensão, na coluna “escore na dimensão”, e verificamos as atrações e oposições.

2. HOMALS

2.1. Parâmetros das dimensões

Tomando-se como base os parâmetros do Modelo 4, tem-se:

Modelo 4. Correspondência múltipla entre tradições disciplinares, periódicos e áreas: parâmetros das dimensões

Dimensão	Alfa de Cronbach	Variância explicada	
		Total (Eigenvalue)	Inércia
1	,782	2,088	,696
2	,770	2,054	,685
Total		4,142	1,381
Média	,776	2,071	,690
Normalização simétrica.			

Analogamente ao ANACOR, HOMALS apresenta valores *eigenvalue*, que medem a variância inteligível, e um valor de inércia que, aqui, mede a parcela *explicada* dessa variância pelas dimensões do modelo. O *singular value* está contido nos valores de inércia.

Há uma ausência, as medidas de confiabilidade (correlação entre as dimensões), substituídas por uma novidade, o alfa de Cronbach. Alfa é uma medida de confiabilidade que mede o grau em que itens de um teste são “intercorrelacionados” (Tavakol & Dennick 2011, p. 53). Quando esse grau é elevado, acredita-se que o teste esteja medindo um mesmo

¹⁷⁸ Há exceções envolvendo a diferença da razão entre a massa e a contribuição à inércia. Por exemplo, uma categoria com 11% da produção e contribuição de 10,8% é mais importante do que uma com massa de 2% e contribuição de 2,1%. Essas distorções, contudo, são neutralizadas na representação visual das distâncias, agregando todas as relações.

conceito ou construto. O coeficiente varia de 0 a 1 e um coeficiente igual ou acima de .70 é considerado bom, respeitando-se um limite máximo de .90, já que valores muito elevados podem sugerir redundância entre as variáveis (*idem*, p. 54). Valores entre .50 e .60 são considerados pobres e entre .60 e .70, aceitáveis. Contudo, o teste é geralmente aplicado para a avaliação da confiabilidade de *escalas* (Field 2013, p. 710-713), o que não é nosso caso: estamos reconstruindo os fatores que determinam as dimensões que estruturam o campo. Pode haver mais de um fator concorrendo em uma dimensão – e neste caso, o alfa pode acusar um valor inferior a .70. Com as *medidas de discriminação* é possível verificar o grau em que cada variável contribui para cada dimensão. Assim, é possível identificar os fatores que concorrem para determiná-la. Nesse caso, um alfa de Cronbach inferior a .70 pode ajudar-nos a identificar a concorrência. Portanto, o modelo será validado usando-se Cronbach em conjunto com as medidas de discriminação e, caso o valor de alfa de uma determinada dimensão seja inferior a .70, será exigido que concorram variáveis com valores de discriminação superiores a .60 na mesma dimensão. Valores de alfa inferiores a .50 são descartados, independentemente dos valores de discriminação.

A vantagem de processar mais de duas variáveis, no entanto, tem um preço, tornando não interpretáveis os valores inerciais. Segundo Glynn (no prelo, p. 136), isso ocorre porque os escores calculados “seriam subestimam a quantidade de variação acuradamente medida”, fornecendo resultados “necessariamente ‘ruins’”. Um resultado “ruim” significa inferior a 75%, somando-se as duas primeiras dimensões. Em nosso caso, o *output* indica uma inércia explicada equivalente a 33,3% (690 de 2 071), o que é um valor elevado para a técnica, que frequentemente gera valores inferiores a 20% (*idem*, p. 164). Correções foram propostas por alguns autores, em especial Greenacre (2006), o principal proponente contemporâneo do método, em uma nova versão denominada “joint multiple correspondence analysis”. A versão incorporada ao SPSS 21, no entanto, é anterior (Greenacre 1984). Na literatura consultada (Glynn, no prelo, p. 164-166), valores inerciais, para as duas dimensões, de 18,8% foram ajustados para 70,4% na nova versão. Embora não tenhamos tido acesso a ela, todos os modelos de correspondência múltipla aqui apresentados superam os 20%, rendendo valores ajustados semelhantes às soluções de correspondência binária (ANACOR).

2.2. Parâmetros das categorias

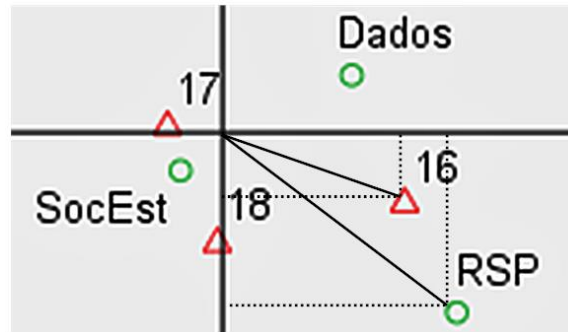
O *output* da correspondência múltipla não fornece as medidas de contribuição de cada categoria, apenas suas coordenadas – mas a contribuição está implícita nas coordenadas do centroide: quanto maiores as coordenadas, maior a contribuição da categoria em questão para a inércia, isto é, maior sua contribuição para a determinação das dimensões e, como corolário, às oposições. Então, essa falta é compensada ao usarmos as coordenadas das categorias em conjunto com as medidas de discriminação, que especificam quais variáveis mais contribuem para determinar as dimensões.

3. Como melhor interpretar as distâncias

A melhor forma de interpretar as distâncias entre pontos é considerar dois parâmetros: em primeiro lugar, *a diferença entre seus ângulos* e, em segundo, *a diferença da distância, de cada um, em relação à origem* (Bourdieu 1988, p. 81). Esses parâmetros permitem traduzir as relações matemáticas em representações visuais intuitivas, sem grandes prejuízos ao rigor.

Assim, por exemplo, observe-se o triângulo 16, (“recrutamento político, jurídico e burocrático”) e o círculo RSP (*Revista de Sociologia e Política*), em excerto do Gráfico 2:

Figura 5. Áreas temáticas e periódicos, duas primeiras dimensões: *Revista de Sociologia e Política* e “Recrutamento político, jurídico e burocrático”



O ângulo da RSP em relação a ao triângulo 18 (“movimentos, organizações e atores coletivos”) é de aproximadamente 45 graus e próximo de 20 em relação a “recrutamento político” (triângulo 16), enquanto a diferença das distâncias é muito parecida. Combinando os critérios, RSP é mais próxima de “recrutamento político”. Aplicando o mesmo princípio, a proximidade entre SocEst (*Sociedade e Estado*) e “classes sociais e grupos de interesse” (17) e “movimentos, organizações e atores coletivos” (18) é ainda maior. Tomando o cuidado de não isolar os pontos em suas comparações específicas (estão em relação com todos os demais), e de que o princípio de mensuração das distâncias está sendo determinado pelos atributos dos pontos extremos (que mais contribuem para determinar as dimensões), pode-se perscrutar visualmente as distâncias a partir desses critérios.

Apêndice 4. Coordenadas das categorias

1. Modelo 4. Tradições disciplinares, periódicos e áreas

Tabela 55. Modelo 4. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	,862	-,655
Politológica	116	,150	-1,015
Estatal	46	-,839	-,008
Estatista	69	-1,221	-,329
Pol. intermediária	21	2,275	-,682
Societal	172	,472	,647
Societalista	37	,574	,592
Econômica	12	-1,338	-,623
Economicista	15	-1,962	-1,476
Idealista	35	-1,065	2,305
Normalização simétrica			

Tabela 56. Modelo 4. Parâmetros dos periódicos

Periódicos	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,340	-,446
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	,091	-,137
Opinião Pública	59	1,671	-,627
Brazilian Political Science Review	26	,081	-1,146
Revista de Sociologia e Política	86	,039	-,123
Lua Nova	31	,096	1,300
Revista de Economia Política	10	-2,095	-1,997
Novos Estudos	25	-,554	-,536
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,521	,127
Caderno CRH	27	-,289	,784
Cadernos de Pesquisa	14	-1,576	,110
Cadernos Pagu	3	-,150	,885
Ciência e Saúde Coletiva	52	-1,494	-,495
Estudos Históricos	13	-,618	,778
História	7	-1,445	3,479
Religião e Sociedade	9	,867	2,731
Revista Estudos Feministas	16	-,183	,735
Saúde e Sociedade	3	,370	,474
Sociedade e Estado	14	,530	1,255
Sociologias	12	1,119	,113
Estudos Avançados	3	-1,345	-1,553
Tempo Social	1	2,020	-1,389
Ambiente e Sociedade	8	,415	,080
Normalização simétrica.			

Tabela 57. Modelo 4. Parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	1,334	-,807
[2] Atitudes e cultura política	30	1,511	,110
[3] Comunicação política e op. pub.	20	,926	,384
[4] Instituições participativas	16	1,519	-,556
[5] Estudos do Legislativo	8	,614	-,971
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	,755	-1,390
[7] Relações intergovernamentais	5	-,054	-1,743
[8] Sistemas eleitorais e sist. Partidários	16	,399	-1,364
[9] Sistemas governamentais	9	,053	-1,161
[10] Instit. governam. Específicas	1	,224	-1,095
[11] Análise do processo decisório	7	,545	-,891
[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-1,180	-,371
[13] Estudos do poder local	7	,813	-,229
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	-,809	-,048
[15] Política e economia	20	-1,502	-1,474
[16] Recrutamento pol., jur. e bur.	19	,301	,291
[17] Classes e grupos de interesse	10	,669	,618
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	,648	,794
[19] Revoluções e conflitos civis	3	-1,028	2,165
[20] Segurança pública	19	-,091	,370
[21] Política, Direito e Judiciário	12	-,543	-,484
[22] Religião e política	9	,896	2,887
[23] Teoria política democrática	39	,204	,376
[24] Teoria política clássica	13	-,070	,593
[25] Teoria política moderna	29	,010	,418
[26] Teoria política contemporânea	14	-1,310	3,346
[27] História das ideias	11	,503	-,976
[28] Metodologia	12	-,694	2,080
[29] Pensamento político brasileiro	1	1,971	,019
Normalização simétrica.			

2. Modelo 5. Tradições disciplinares, periódicos e áreas, sem outliers

Tabela 58. Modelo 5. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	,448	,977
Politológica	137	,413	1,256
Estatal	46	-1,150	-,127
Estatista	69	-1,753	,056
Societal	172	,539	-1,124

Societalista	37	,588	-,732
Normalização simétrica.			

Tabela 59. Modelo 5. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,153	,861
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	,396	,619
Opinião Pública	59	1,120	1,008
Brazilian Political Science Review	26	-,007	1,325
Revista de Sociologia e Política	86	,172	,080
Lua Nova	31	,732	-1,726
Novos Estudos	25	-,101	,429
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,672	-,396
Caderno CRH	27	-,311	-1,306
Cadernos de Pesquisa	14	-2,513	,203
Ciência e Saúde Coletiva	52	-2,241	-,057
Estudos Históricos	13	-,523	-,809
Estudos Feministas	16	-,287	-1,294
Sociedade e Estado	14	,617	-1,669
Sociologias	12	,591	-,583
Normalização simétrica.			

Tabela 60. Modelo 5. Parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	1
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	,883	1,352
[2] Atitudes e cultura política	30	1,086	-,194
[3] Comunicação política e opinião pública	20	1,090	-,359
[4] Instituições participativas	16	,957	,741
[5] Estudos do Legislativo	8	,808	1,345
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	,883	1,984
[7] Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	,675	1,960
[8] Sistemas governamentais	9	,028	1,589
[11] Análise do processo decisório	7	,364	1,539
[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-1,701	,067
[13] Estudos do poder local	7	,596	,325
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	-,645	-,205
[15] Política e economia	20	,243	1,262
[16] Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	,328	-,583
[17] Classes sociais e grupos de interesse	10	,556	-1,204
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	,652	-1,656
[20] Segurança pública	19	-,098	-,826
[21] Política, direito e judiciário	12	-,638	,263
[23] Teoria política democrática	39	,506	-,715
[25] Teoria política moderna	13	,302	-,434
[26] Teoria política contemporânea	29	,261	-,840
[28] Metodologia	11	,411	1,380
Normalização simétrica.			

3. Modelo 6. Tradições disciplinares, periódicos e abordagens

Tabela 61. Modelo 9. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	-,615	1,205
Politológica	137	-,877	,965
Estatista	46	-,359	-1,799
Societal	69	-1,268	-1,566
Societalista	172	1,225	-,079
Normalização simétrica.	37	1,343	,349

Tabela 62. Modelo 9. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-1,121	-,127
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	-,252	,120
Opinião Pública	59	-,319	1,660
Brazilian Political Science Review	26	-1,071	1,144
Revista de Sociologia e Política	86	-,102	-,083
Lua Nova	31	1,593	,141
Novos Estudos	25	-,371	-,368
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,934	,072
Cadernos de Pesquisa	14	-,406	-2,610
Ciência e Saúde Coletiva	52	-1,209	-1,653
Estudos Feministas	16	1,729	-,639
Sociedade e Estado	14	1,417	,025
Sociologias	12	,845	,518
Normalização simétrica.			

Tabela 63. Modelo 9. Parâmetros das abordagens nominais

Abordagem nominal	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Neoinstitucionalismo	69	-1,304	-,210
Neoinstit. ER	36	-1,066	1,145
Neoinstit. hist.	17	-1,116	-1,147
Cultura política	21	,406	1,392
Comportamentalismo	10	-,768	2,537
Elites	23	,117	,284
Empirismo	27	-,816	,434
Feminismo	28	1,714	-,094
Deliberacionismo	12	,559	,124
Participativismo	14	1,438	,637
Marxista	25	,493	-,582
Organizações	29	,375	-,475
Praxiológica	20	,978	,132
Etnometodológica	13	1,941	-,473
Histórico-interpret.	18	,756	-1,265
Informacional	11	,096	1,508
Pós-moderna	14	1,001	-2,588
Normalização simétrica.			

4. Modelo 7: Natureza do objeto, periódicos e áreas

Tabela 64. Modelo 7. Parâmetros da natureza do objeto

Natureza do objeto	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Empírico	416	-,537	,099
Teórico	148	1,457	-,288
Normalização simétrica.			

Tabela 65. Modelo 7. Parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	-0,599	1,39
[2] Atitudes e cultura política	30	-0,501	1,382
[3] Comunicação política e opinião pública	20	0,286	0,934
[4] Instituições participativas	16	-0,519	0,984
[5] Estudos do Legislativo	8	0,234	0,714
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	-0,639	1,401
[8] Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	-0,3	0,92
[9] Sistemas governamentais	9	-0,251	0,506
[11] Análise do processo decisório	7	-0,327	1,279
[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-0,936	-1,346
[13] Estudos do poder local	7	-0,059	0,101
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	0,351	0,119
[15] Política e economia	20	-0,402	0,049
[16] Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	-0,121	0,242
[17] Classes sociais e grupos de interesse	10	-0,686	0,232
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	-0,041	-0,076
[20] Segurança pública	19	-0,319	0,26
[21] Política, direito e judiciário	12	0,174	0,351
[23] Teoria política democrática	39	1,803	-0,359
[25] Teoria política moderna	13	2,005	0,075
[26] Teoria política contemporânea	29	1,671	-0,393
[27] História das ideias	14	1,567	-0,699
[28] Metodologia	11	0,3	0,985
[29] Pensamento político brasileiro	12	1,373	-0,672
Normalização simétrica.			

Tabela 66. Modelo 7. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,093	,343
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	,736	,413
Opinião Pública	59	-,671	1,674
Brazilian Political Science Review	26	-,984	,405
Revista de Sociologia e Política	86	,523	,145
Lua Nova	31	1,193	-,427
Revista de Economia Política	10	-,783	-,413
Novos Estudos	25	-,174	-,126
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,837	,373
Caderno CRH	27	,060	-,695
Cadernos de Pesquisa	14	-1,104	-2,026
Ciência e Saúde Coletiva	52	-1,021	-1,709

Estudos Históricos	13	-,177	-,137
Estudos Feministas	16	-,046	-1,115
Sociedade e Estado	14	-,128	,058
Sociologias	12	-,599	,117
Normalização simétrica.			

5. Modelo 8: Natureza do objeto, tradições disciplinares, periódicos e áreas

Tabela 67. Modelo 8. Parâmetros da natureza do objeto

Natureza do objeto	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Empírico	416	-,558	-,036
Teórico	148	1,659	,199
Normalização simétrica			

Tabela 68. Modelo 8. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	-,698	-,945
Politológica	137	-,693	-,950
Estatal	46	-,182	1,223
Estatista	69	-,680	1,699
Societal	172	,750	-,113
Societalista	37	,066	-,377
Normalização simétrica.			

Tabela 69. Modelo 8. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,259	-,097
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	,584	-,365
Opinião Pública	59	-,762	-1,730
Brazilian Political Science Review	26	-1,237	-,597
Revista de Sociologia e Política	86	,351	-,117
Lua Nova	31	1,676	,187
Novos Estudos	25	-,225	,043
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,791	-,476
Caderno CRH	27	,517	,658
Cadernos de Pesquisa	14	-1,186	2,172
Ciência e Saúde Coletiva	52	-1,113	2,161
Estudos Históricos	13	,246	,749
Estudos Feministas	16	,376	,680
Sociedade e Estado	14	,556	-,058
Sociologias	12	-,184	-,565
Normalização simétrica.			

Tabela 70. Modelo 8. Parâmetros das áreas temáticas [código da área em colchetes]

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	-935	-1,554
[2] Atitudes e cultura política	30	-,147	-1,210
[3] Comunicação política e opinião pública	20	,377	-1,006
[4] Instituições participativas	16	-,598	-1,389
[5] Estudos do Legislativo	8	-,331	-1,329
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	-1,131	-1,778
[8] Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	-845	-1,453
[9] Sistemas governamentais	9	-,765	-,633
[11] Análise do processo decisório	7	-833	-,956
[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-1,001	1,527
[13] Estudos do poder local	7	-,351	-,744
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	,184	,826
[15] Política e economia	20	-,345	-,299
[16] Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	-,118	-,173
[17] Classes sociais e grupos de interesse	10	-,098	-,323
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	,608	-,116
[20] Segurança pública	19	-,077	,356
[21] Política, direito e judiciário	12	-,281	,600
[23] Teoria política democrática	39	1,805	,001
[25] Teoria política moderna	13	1,914	,179
[26] Teoria política contemporânea	29	1,749	,289
[27] História das ideias	14	2,813	,776
[28] Metodologia	11	-,257	-,988
[29] Pensamento político brasileiro	12	2,264	,611
Normalização simétrica.			

6. Modelo 9: Natureza do objeto, tradições, periódicos e abordagens

Tabela 71. Modelo 9. Parâmetros da natureza do objeto

Natureza do objeto	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Empírico	416	-,461	,046
Teórico	148	1,493	,025
Normalização simétrica			

Tabela 72. Modelo 9. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	-,906	1,010
Politológica	137	-,958	,757
Estatista	69	-,792	-1,899

Societal	172	1,067	,281
Societalista	37	,596	,594
Normalização simétrica.			

Tabela 73. Modelo 9. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	- ,658	-,374
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	,215	,022
Opinião Pública	59	- ,921	1,886
Brazilian Political Science Review	26	-1,503	,782
Revista de Sociologia e Política	86	,176	-,147
Lua Nova	31	1,707	,434
Novos Estudos	25	-,317	-,222
Revista Brasileira de Ciência Política	74	1,048	,388
Caderno CRH	27	,959	-,148
Cadernos de Pesquisa	14	-,267	-2,108
Ciência e Saúde Coletiva	52	-1,019	-2,019
Estudos Históricos		,340	-1,940
Estudos Feministas	16	1,411	-,176
Sociedade e Estado	14	,661	,253
Sociologias	12	,391	,899
Normalização simétrica.			

Tabela 74. Modelo 9. Parâmetros das abordagens nominais [código da abordagem em colchetes]

Abordagem nominal	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Neoinstitucionalismo	69	-1,173	-,625
[2] Neoinstitucionalismo E.R.	36	-1,116	,909
[3] Neoinstitucionalismo hist.	17	-1,050	-1,494
[4] Cultura política	21	-,268	1,824
[8] Comportamentalismo	10	-1,602	2,677
[11] Elites	23	-,315	,304
[14] Empirismo	27	-1,248	,449
[15] Feminismo	28	1,791	,406
[17] Deliberacionismo	12	,859	,307
[18] Participativismo	14	1,280	1,029
[29] Marxista	25	,896	-,305
[32] Organizações	29	,277	-,348
[34] Praxiológica	20	,771	,467
[36] Etnometodológica	13	,954	,149
[37] Histórico-interpret.	18	,576	-1,497
[49] Análise discurso	10	-,616	-1,413
[50] Informacional	14	-,024	1,951
[52] Pós-moderna	11	1,621	-1,571
Normalização simétrica.			

7. Modelo 10: Natureza do objeto, tradições, periódicos, abordagens e áreas

Tabela 75. Modelo 10. Parâmetros da natureza do objeto

Natureza do objeto	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Empírico	416	-,496	,076
Teórico	148	1,612	-,424
Normalização simétrica			

Tabela 76. Modelo 10. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	-,696	,975
Politológica	116	-,959	-,135
Politológica intermediária	21	-,557	3,315
Estatal	46	-,065	-,996
Estatista	69	-,661	-1,367
Societal	172	1,026	,276
Societalista	37	,302	,494
Normalização simétrica.			

Tabela 77. Modelo 10. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,514	-,393
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	,295	-,097
Opinião Pública	59	-,699	2,099
Brazilian Political Science Review	26	-1,353	,180
Revista de Sociologia e Política	86	,338	-,128
Lua Nova	31	1,637	,082
Novos Estudos	25	-,084	-,446
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,972	,058
Caderno CRH	27	,610	-,505
Cadernos de Pesquisa	14	-,890	-1,712
Ciência e Saúde Coletiva	52	-1,027	-1,490
Estudos Históricos	13	,322	-,603
Estudos Feministas	16	,855	-,607
Sociedade e Estado	14	,577	,732
Sociologias	12	,278	1,003
Normalização simétrica.			

Tabela 78. Modelo 10. Parâmetros das abordagens

Abordagem	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Neoinstitucionalismo	69	-1,143	-,804
Neoinstit. ER	36	-1,261	,065
Neoinstit. hist.	17	-1,118	-1,204
Cultura política	21	-,212	2,855
Comportamentalismo	10	-1,226	3,039
Elites	23	-,157	,540
Empirismo	27	-1,194	,223
Feminismo	28	1,535	-,182
Deliberacionismo	12	1,172	,538
Participativismo	14	1,231	,855
Marxista	25	,947	-,458
Organizações	29	,417	,017
Praxiológica	20	,684	,447
Etnometodológica	13	,396	-,038
Histórico-interpret.	18	,503	-,370
Análise discurso	11	-,961	-,986
Informacional	11	,198	2,267
Pós-moderna	14	1,055	-1,207
Normalização simétrica.			

Tabela 79. Modelo 10. Parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	-,880	1,445
[2] Atitudes e cultura política	30	-,098	2,589
[3] Comunicação política e opinião pública	20	,591	1,156
[4] Instituições participativas	16	-,198	1,415
[5] Estudos do Legislativo	8	-,462	,394
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	-1,439	,674
[8] Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	-1,389	-,029
[9] Sistemas governamentais	9	-1,176	-,362
[11] Análise do processo decisório	7	-1,195	,526
[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-,928	-1,216
[13] Estudos do poder local	7	-,239	1,219
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	,429	-,864
[15] Política e economia	20	-,269	-,496
[16] Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	,056	,279
[17] Classes sociais e grupos de interesse	10	,262	,384
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	1,082	,336
[20] Segurança pública	19	,015	-,271
[21] Política, direito e judiciário	12	-,376	-,648
[23] Teoria política democrática	39	1,853	-,300
[26] Teoria política contemporânea	29	1,913	-,652
[28] Metodologia	11	-,751	,071
Normalização simétrica.			

8. Modelo 11. Periódicos, abordagens, áreas e estilos cognitivos

Tabela 80. Modelo 11. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,321	-,155
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	-,043	,413
Opinião Pública	59	-,858	-,518
Brazilian Political Science Review	26	-,990	-,788
Revista de Sociologia e Política	86	,338	-,128
Lua Nova	31	,699	,925
Novos Estudos	25	-,537	-,490
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,071	,140
Caderno CRH	27	,236	1,077
Cadernos de Pesquisa	14	,156	-,413
Ciência e Saúde Coletiva	52	-,448	-,744
Estudos Históricos	13	3,462	-2,020
Estudos Feministas	16	,969	,121
Sociedade e Estado	14	,534	-,106
Sociologias	12	-,290	,045

Normalização simétrica.

Tabela 81. Modelo 11. Parâmetros das áreas temáticas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	-,685	-,474
[2] Atitudes e cultura política	30	-,595	-,614
[3] Comunicação política e opinião pública	20	-,007	,649
[4] Instituições participativas	16	-,450	,151
[5] Estudos do Legislativo	8	-,555	,393
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	-1,087	-,530
[8] Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	-,925	-,378
[9] Sistemas governamentais	9	-,821	-,239
[11] Análise do processo decisório	7	-,954	-,508
[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-,262	-,682
[13] Estudos do poder local	7	-,456	,072
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	1,754	-,382
[15] Política e economia	20	-,029	-,350
[16] Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	-,490	,043
[17] Classes sociais e grupos de interesse	10	,517	-,742
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	,336	,403
[20] Segurança pública	19	,737	-,843
[21] Política, direito e judiciário	12	-,460	,259
[23] Teoria política democrática	39	,383	1,879

[25] Teoria política moderna	13	,432	2,314
[26] Teoria política contemporânea	29	,497	1,871
[27] História das ideias	14	1,828	-,299
[28] Metodologia	11	-,529	,241
[29] Pensamento político brasileiro	12	1,557	,368
Normalização simétrica.			

Tabela 82. Modelo 11. Parâmetros das abordagens nominais

Abordagem	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Neoinstitucionalismo	69	-,600	-,471
Neoinstit. ER	36	-,881	-,369
Neoinstit. hist.	17	-,474	-,760
Cultura política	21	-,868	-,617
Comportamentalismo	10	-1,211	-,924
Elites	23	-,529	-,099
Empirismo	27	-,818	-,596
Feminismo	28	,518	1,224
Deliberacionismo	12	,060	1,476
Participativismo	14	,085	1,078
Marxista	25	,373	,737
Organizações	29	-,098	,290
Praxiológica	20	-,032	,443
Etnometodológica	13	2,198	-1,427
Histórico-interpret.	18	2,770	-1,468
Historiográfica	10	3,414	-1,807
(Neo)desenvolvimentismo	14	-,253	-,274
Análise discurso	11	-,426	-,761
Informacional	11	-,424	,490
Pós-moderna	14	,468	,719
Normalização simétrica.			

Tabela 83. Modelo 11. Parâmetros dos estilos cognitivos

Estilo cognitivo	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Literário	53	2,670	-1,356
Acadêmico	146	,368	1,426
Erístico	345	-,526	-,391
Simbólico	8	-,685	-,298
Militante	15	,407	,507
Normalização simétrica.			

9. Modelo 12. Científico-humanístico, empírico-teórico e tradições disciplinares

Tabela 84. Modelo 12. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	-,467	,003
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	-,098	,570
Opinião Pública	59	-1,080	-,077

Brazilian Political Science Review	26	-1,422	-,412
Revista de Sociologia e Política	86	,072	,635
Lua Nova	31	1,094	,847
Revista de Economia Política	10	-,817	-,360
Novos Estudos	25	,058	-,028
Revista Brasileira de Ciência Política	74	,597	1,043
Caderno CRH	27	,796	-,235
Cadernos de Pesquisa	14	-,504	-,863
Cadernos Pagu	3	1,545	-3,152
Ciência e Saúde Coletiva	52	-,753	-,628
Estudos Históricos	13	2,140	-3,448
História	7	2,271	-3,010
Religião e Sociedade	9	,604	-1,010
Estudos Feministas	16	1,240	-,339
Saúde e Sociedade	3	,403	-,386
Sociedade e Estado	14	1,044	-,508
Sociologias	12	-,022	,198
Estudos Avançados	3	,044	-,151
Ambiente e Sociedade	8	-,334	-,092
Normalização simétrica.			

Tabela 85. Modelo 12. Parâmetros das abordagens nominais

Abordagem	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Neoinstitucionalismo	69	-1,115	-,308
Neoinstit. ER	36	-1,402	,006
Neoinstit. hist.	17	-,750	-808
Cultura política	21	-,715	-,081
Comportamentalismo	10	-1,611	-,357
Elites	23	-,358	,287
Empirismo	27	-1,157	-,293
Feminismo	28	1,223	1,091
Deliberacionismo	12	,386	1,731
Participativismo	14	,664	,971
Marxista	25	,830	,472
Organizações	29	,177	,249
Praxiológica	20	,466	,595
Etnometodológica	13	1,803	-2,128
Histórico-interpret.	18	1,979	-2,587
Historiográfica	10	1,963	-3,448
(Neo)desenvolvimentismo	14	-,218	-,218
Análise discurso	11	-,521	-862
Informacional	11	-,326	,797
Pós-moderna	14	,969	,524
Normalização simétrica.			

Tabela 86. Modelo 12. Parâmetros das áreas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	- ,997	-,177
Atitudes e cultura política	30	-,449	-,196
Comunicação política e opinião pública	20	,421	,601
Instituições participativas	16	-,545	,320
Estudos do Legislativo	8	- ,840	,713
Relações Executivo-Legislativo	8	-1,664	-,038
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	-1,546	-,002
Sistemas governamentais	9	-1,417	,096
Análise do processo decisório	7	-1,457	-,054
Governo, burocracia e políticas públicas	122	-,514	-,739
Estudos do poder local	7	-,719	,343
Estrutura e transformação do Estado	24	1,223	-1,135
Política e economia	20	-,037	-,406
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	-,069	,444
Classes sociais e grupos de interesse	10	,515	- ,918
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	,960	,214
Segurança pública	19	,581	-1,173
Política, direito e judiciário	12	-,673	,563
Teoria política democrática	39	,940	1,986
Teoria política moderna	13	,998	2,262
Teoria política contemporânea	29	1,084	1,875
História das ideias	14	1,862	-1,245
Metodologia	11	- ,932	,529
Pensamento político brasileiro	12	1,836	,057
Normalização simétrica.			

Tabela 87. Modelo 12. Parâmetros das tradições intelectuais

Tradição intelectual	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Humanística	68	1,788	-1,997
Acadêmica	146	,818	1,434
Científica	353	- ,644	-,189
Normalização simétrica.			

Tabela 88. Modelo 12. Parâmetros dos estilos cognitivos

Estilo cognitivo	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Literário	53	1,928	-2,367
Acadêmico	146	,819	1,434
Erístico	345	- ,635	-,190
Simbólico	8	-1,018	-,131
Militante	15	1,285	-,698
Normalização simétrica.			

Tabela 89. Modelo 12. Parâmetros das visões de disciplina

Estilo cognitivo	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Sentido estrito: Ciência Política	261	- ,840	-,068
Sentido amplo: Sociologia Política	306	,760	,080
Normalização simétrica.			

Tabela 90. Modelo 12. Parâmetros das tradições disciplinares

Tradição disciplinar	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Politicista	44	- ,867	-,103
Politológica	116	-1,026	,024
Politológica intermediária	46	,370	-,296
Estatual	69	-,596	-,331
Estatista	21	- ,979	-,006
Societal	172	,855	,283
Societalista	37	,414	,242
Econômica	12	,394	,107
Economicista	15	-,069	-,217
Idealista	35	1,404	-,303
Normalização simétrica.			

10. Modelo 13. Amplitude e escopo do argumento com periódicos, áreas e abordagens

Tabela 91. Modelo 13. Parâmetros da amplitude do argumento

Natureza do objeto	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
+ Estrutura	314	- ,830	,029
+ Agência	248	1,085	-,086
Normalização simétrica			

Tabela 92. Modelo 13. Parâmetros do escopo do argumento

Escopo do argumento	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
+ Nomotético	230	-,459	1,016
+ Idiográfico	332	,344	- ,732
Normalização simétrica			

Tabela 93. Modelo 13. Parâmetros dos periódicos

Periódico	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Dados	45	- ,723	,444
Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	-,032	,534
Opinião Pública	59	,803	1,313
Brazilian Political Science Review	26	-,310	,420
Revista de Sociologia e Política	86	-,173	,524

Lua Nova	31	,689	-,024
Novos Estudos	10	-2,914	-1,264
Revista Brasileira de Ciência Política	25	-,883	-,298
Caderno CRH	74	,009	,918
Cadernos de Pesquisa	53	-,084	-1,396
Ciência e Saúde Coletiva	43	-,853	-1,596
Estudos Históricos	13	2,307	-2,112
Estudos Feministas	16	,274	-1,117
Sociedade e Estado	14	2,004	-,616
Sociologias	12	,269	-,156
Normalização simétrica.			

Tabela 94. Modelo 13. Parâmetros das abordagens

Abordagem	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
Neoinstitucionalismo	69	-1,075	-,419
Neoinstit. ER	36	-,488	1,266
Neoinstit. hist.	17	-,967	-1,507
Cultura política	21	1,811	1,577
Comportamentalismo	10	1,679	1,174
Elites	23	1,157	,600
Empirismo	27	-,655	,404
Feminismo	28	-,055	,257
Deliberacionismo	12	-,201	1,128
Participativismo	14	,376	,286
Marxista	25	-,617	,113
Organizações	29	-,044	-,093
Praxiológica	20	,769	,467
Etnometodológica	13	1,470	-1,434
Histórico-interpret.	18	1,779	-1,401
Historiográfica	10	1,856	-1,631
(Neo)desenvolv.	14	-2,803	-1,490
Análise discurso	10	,716	-1,638
Informacional	14	1,104	1,225
Pós-moderna	11	-,347	-,818
Normalização simétrica.			

Tabela 95. Modelo 13. Parâmetros das áreas

Área temática	Frequência	Coordenadas do centroide	
		Dimensão	
		1	2
[1] Estudos eleitorais e partidos políticos	40	,674	,718
[2] Atitudes e cultura política	30	1,618	1,341
[3] Comunicação política e opinião pública	20	,909	,897
[4] Instituições participativas	16	-,184	,602
[5] Estudos do Legislativo	8	,002	1,422
[6] Relações Executivo-Legislativo	8	,438	1,435
[7] Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	-,953	1,465
[8] Sistemas governamentais	9	-1,520	1,259
[11] Análise do processo decisório	7	,016	,874

Apêndice 4. Coordenadas das categorias

[12] Governo, burocracia e políticas públicas	122	-,672	-1,383
[13] Estudos do poder local	7	,758	,713
[14] Estrutura e transformação do Estado	24	,224	-,466
[15] Política e economia	20	-2,204	-,965
[16] Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	,959	,498
[17] Classes sociais e grupos de interesse	10	1,337	-,900
[18] Movimentos, organizações e atores coletivos	42	,889	-,420
[20] Segurança pública	19	,557	-,742
[21] Política, direito e judiciário	12	-,185	,498
[23] Teoria política democrática	39	-,687	1,082
[25] Teoria política moderna	13	-,390	1,320
[26] Teoria política contemporânea	29	-,850	,704
[27] História das ideias	14	1,768	-1,252
[28] Metodologia	11	-1,278	1,522
[29] Pensamento político brasileiro	12	1,171	-1,008
Normalização simétrica.			

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

1. Áreas temáticas nos periódicos

Tabela 96. Áreas temáticas dos periódicos (%), com medidas de associação [N entre colchetes]

	A1				A2				B1												
	N	Dados [45]	RBCS [29]	OP [59]	BPSR [26]	RSP [86]	LN [31]	REP [10]	NE [25]	RBCP [74]	CRH [27]	CadPes [14]	CiSauCol [52]	EstHis [13]	História [7]	ReligSoc [9]	EstFem [15]	SocEst [14]	Socios [12]	AmbSoc [8]	% total
Comunicação, representação e comportamento político																					
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	11,1	3,4	23,7	11,5	2,3			12,0	13,5						11,1					7,1
Atitudes e cultura política	30	4,4	6,9	20,3	7,7	3,5	6,5							7,7				21,4	8,3	25,0	5,3
Comunicação política e op. pub.	20	4,4		6,8		3,5				13,5					14,3						3,5
Instituições. participativas	10	2,2		6,8		3,5				2,7	3,7								25,0	25,0	2,8
Instituições políticas																					
Estudos do Legislativo	8		3,4	1,7	3,8	3,5				2,7											1,4
Relações Executivo-Legislativo	8	2,2		5,1	3,8	2,3				1,4											1,4
Relações intergovernamentais	5		3,4		7,7	1,2															0,9
Sistemas eleitorais e sist. partidários	16	8,9	3,4	5,1	7,7	3,5			4,0	2,7											2,8
Sistemas governamentais	9																				
Instit. governam. Específicas	1		3,4																		0,2
Análise do processo decisório	7	2,2	10,3	3,4		1,2															1,2
Governo, burocracia e políticas públicas	122	15,6	3,4	1,7	26,9	8,1	3,2	30,0	20,0	4,1	29,6	100,0	86,5	15,4	14,3		46,7	14,3	25,0	37,5	21,6
Estudos do poder local	7			1,7		1,2	9,7		4,0		3,7										1,2
Estrutura e transf. Estado	24	8,9	3,4			3,5	6,5		16,0	6,8				30,8							4,2

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

	N	Dados [45]	RBCS [29]	OP [59]	BPSR [26]	RSP [86]	LN [31]	REP [10]	NE [25]	RBCP [74]	CRH [27]	CadPes [14]	CiSauCol [52]	EstHis [13]	História [7]	ReligSoc [9]	EstFem [15]	SocEst [14]	Socios [12]	AmbSoc [8]	% total
Política e economia	20	4,4	3,4		7,7	3,5		60,0	12,0	1,4				7,7							3,5
Recrutamento pol., jur. e bur.	19	2,2	6,9		7,7	7,0				5,4	3,7						13,3	7,1			3,4
Classes e grupos de interesse	10			3,4					4,0	1,4	7,4		1,9	7,7				14,3			1,8
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	2,2		6,8		5,8	16,1		8,0	6,8	11,1		5,8	7,7			20,0	21,4	33,3	12,5	7,4
Revoluções e conflitos civis	3					1,2									14,3						0,5
Segurança pública	19	4,4	3,4	1,7	3,8	7,0	3,2			1,4	14,8			7,7							3,4
Política, Direito e Judiciário	12		3,4	1,7	3,8	7,0	6,5	10,0													2,1
Religião e política	9															88,9		7,1			1,6
Teoria política democrática	39	6,7	6,9	1,7		15,1	19,4		4,0	12,2	7,4		1,9				6,7				6,9
Teoria política moderna	13	2,2	6,9			2,3				10,8											2,3
Teoria política contemporânea	29	2,2	10,3			9,3	6,5		12,0	10,8	7,4		1,9				6,7				5,1
História das ideias	14	4,4	3,4			1,2	6,5				3,7			7,7	57,1		6,7	7,1			2,5
Metodologia	11		10,3	6,8		2,3				1,4			1,9								1,9
Pensamento político brasileiro	12	2,2	3,4				16,1		4,0		7,4			7,7				7,1			2,1
Ensino e pesquisa em CP e RI	1			1,7																	0,2
Total	566	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Qui-quadrado: 1 683,436 | V de Cramer: .368 | Sig. (2-sided): .000 | 618 graus de liberdade.

Notas: 1. Significado das siglas, respectivamente: **RBCS** – Revista Brasileira de Ciências Sociais; **OP** – Opinião Pública; **BPSR** – Brazilian Political Science Review; **RSP** – Revista de Sociologia e Política; **LN** – Lua Nova; **REP** – Revista de Economia Política; **NE** – Novos Estudos; **RBCP** – Revista Brasileira de Ciência Política; **CRH** – Caderno CRH; **CadPes** – Cadernos de Pesquisa; **CiSauCol** – Ciência e Saúde Coletiva; **EstHis** – Estudos Históricos; **ReligSoc** – Religião e Sociedade; **EstFem** – Revista Estudos Feministas; **SocEst** – Sociedade e Estado; **Socios** – Sociologias; **AmbSoc** – Ambiente e Sociedade. * Há um caso indeterminado.

2. Os seguintes periódicos foram omitidos na tabela, pelo N pequeno: (i) *Tempo Social*: “eleições e partidos políticos” (1); (ii) *Estudos Avançados*: “relações intergovernamentais” (1) e “política e economia” (1); (iii) *Saúde e Sociedade*: “governo, burocracia e políticas públicas” (1) e “movimentos sociais e atores coletivos” (2); (iv) *Cadernos Pagu*: “governo, burocracia e políticas públicas” (1), “revoluções e conflitos civis” (1) e “segurança pública” (1).

Tabela 97. Distribuição das áreas, reunidas em classes, por periódico (%) [N entre colchetes]

	A1				A2				B1												
	N	Dados [45]	RBCS [29]	OP [59]	BPSR [26]	RSP [86]	LN [31]	REP [10]	NE [25]	RBCP [74]	CRH [27]	CadPes [14]	CiSauCol [52]	EstHis [13]	História [7]	ReligSoc [9]	EstFem [15]	SocEst [14]	Socios [12]	AmbSoc [8]	% total
Comunicação, repres., comportam.	106	22,2	10,3	57,6	19,2	12,8	6,5		12,0	29,7	3,7			7,7	14,3	11,1		21,4	33,3	50,0	18,7
Instituições políticas	183	37,8	27,6	18,6	57,7	22,1	12,9	30,0	28,0	12,2	33,3	100,0	86,5	15,4	14,3		46,7	14,3	33,3	37,5	32,3
Estado e soc. civil	158	22,2	20,7	13,6	23,1	34,9	32,3	70,0	40,0	23,0	37,0		7,7	61,5	14,3	88,9	33,3	50,0	33,3	12,5	27,9
Teoria, métodos e ideias	119	17,8	41,4	10,2		30,2	48,4		20,0	35,1	25,9		5,8	15,4	57,1		20,0	14,3			21,0
Total	567	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Qui-quadrado: 305,195 | V de Cramer: .424 | Sig. (2-sided): .000 | 66 graus de liberdade.

Nota: os seguintes periódicos foram omitidos na tabela, pelo N pequeno: (i) *Tempo Social*: "Comunicação, representação e comportamento político" (1); (ii) *Estudos Avançados*: "Instituições políticas" (1) e "Estado e sociedade civil" (2); (iii) *Saúde e Sociedade*: "Instituições políticas" (1) e "Estado e sociedade civil" (2); (iv) *Cadernos Pagu*: "Instituições políticas" (1) e "Estado e sociedade civil" (2).

No que se refere às áreas de “Comunicação, representação e comportamento político”, “estudos eleitorais e partidos políticos” concentra-se em *Opinião Pública* (23,7%), ao contrário da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (3,4%) e da *Revista de Sociologia e Política* (2,3%). *Opinião Pública* também concentra casos de “atitudes e cultura política” (20,3%), que também é proeminente em *Ambiente e Sociedade* (25%) e *Sociedade e Estado* (21,4%) (Tabela 96). “Instituições participativas” concentram-se em *Sociologias* (25%) e em *Ambiente e Sociedade* (25%). A maior parte dos estudos de “opinião” são estudos eleitorais, e por esse motivo “comunicação política e opinião pública” tem 3,5% da produção, enquanto “estudos eleitorais e partidos políticos” tem 7,1% – a terceira maior área. Ressalta-se a concentração de mais da metade das áreas de “Comunicação...” em *Opinião Pública*, um periódico importante e com um contingente expressivo (59 artigos). Essa classe também é importante na *Revista Brasileira de Ciência Política* (29,7% de 74 casos).

As áreas de instituições políticas concentram-se ainda mais entre os periódicos A1 e A2, distribuindo-se de forma mais ou menos homogênea entre eles. A exceção é “governo, burocracia e políticas públicas”, que se difunde nos demais periódicos, com 100% de *Caderno CRH*, 86,5% de *Cadernos de Pesquisa* e 46,7% de *Religião e Sociedade*, sendo bem representado em *Brazilian Political Science Review*, com 26,9% dos casos. Essa área também é a maior da produção, com 21,6% do total das publicações (567). Apesar disso, 33,9% de políticas públicas concentra-se nos periódicos B1 – ao contrário das demais áreas de instituições políticas, mais proeminentes nos A1 e A2. Aqui já podemos vislumbrar aspectos da oposição político-societal: governo, burocracia e políticas públicas é uma área estatal, enquanto as demais áreas lidam com instituições políticas em um sentido mais estrito, isto é, *politológico* – mais frequentes nos periódicos mais bem avaliados. As áreas de instituições políticas compreendem juntas 32,3% da produção (Tabela 97).

Entre as áreas de “Estado e sociedade civil”, ressalta-se a concentração de “movimentos, organizações e atores coletivos” em *Estudos Feministas* (20%), *Sociedade e Estado* (21,4%), *Sociologias* (33,3%) e, em menor grau, *Ambiente e Sociedade* (12,5%) e *Lua Nova* (16,1%), manifestando a orientação societal desses periódicos. “Política e economia” compreende 60% da produção de *Revista de Economia Política*. O peso dessas duas áreas não é maior por concentrarem-se em periódicos de menor N e de Qualis inferior. As demais áreas distribuem-se de forma mais homogênea – e também estão presentes nos periódicos A1 e A2, embora menos que as áreas de instituições políticas. “Revoluções e conflitos civis” envolve 14,3% da produção de *História*, indicando a orientação histórica de uma área que é também residual, com 0,5% da produção total.

Entre as áreas de “Teoria, métodos e ideias”, “teoria política democrática”, a maior delas, com 6,9% do total, concentra-se em *Lua Nova* (19,4%), *Revista de Sociologia e Política* (15,1%)¹⁷⁹ e *Revista Brasileira de Ciência Política* (12,2%). A RBCP também tem um contingente expressivo de “teoria política moderna” (10,8%) e “teoria política contemporânea” (10,8%), perfazendo 33,8% de sua produção em teoria política. *Lua Nova* vem a seguir, com 19,4% em “teoria política democrática” e 6,5% em “teoria política contemporânea”, somando 25,9% de teoria política, seguida de perto da RBCS, 24,1% distribuídos entre “teoria política democrática” (6,9%), “teoria política moderna” (6,9%) e “teoria política contemporânea” (10,3%). A maior concentração é a área de “história das ideias”, 57,1% de *História* – constituindo um nicho campo ao concentrar-se em um periódico associado a outra disciplina.

¹⁷⁹ Como visto nas análises de correspondência, a *Revista de Sociologia e Política* não apresenta correspondência com áreas teóricas, ao contrário de *Lua Nova* e *Revista Brasileira de Ciência Política*, por seu contingente de áreas de instituições políticas, não se identificando com tal ou qual área, assim como a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

2. Abordagens nominais nos periódicos

Tabela 98. Distribuição das abordagens nos periódicos (%) [N entre colchetes]

	A1			A2				B1												
	Dados [45]	RBCS [29]	OP [59]	BPSR [26]	RSP [86]	LN [31]	REP [10]	NE [25]	RBCP [74]	CRH [27]	CadPes [14]	CiSauCol [52]	EstHis [13]	História [7]	ReligSoc [9]	EstFem [15]	SocEst [14]	Socios [12]	AmbSoc [8]	Total
Ciência Política																				
Neoinstit. político	13,3	13,8	6,8	26,9	14,0			16,0	4,1	7,4	21,4	30,8				12,5		8,3	12,5	11,8
Neoinstit. escolha racional	22,2	10,3	6,8	7,7	7,0	3,2	10,0	8,0	6,8	7,4		1,9								6,5
Neoinstit. histórico	6,7	10,3		3,8	1,2						14,3	9,6		14,3				16,7		3,2
Cultura política	2,2	3,4	16,9	3,8	3,5	3,2											14,3	8,3	12,5	3,7
Escolha racional					1,2				2,7											,5
Sistêmica									1,4	3,7										,4
Pluralismo			1,7		1,2							1,9								,5
Comportament.		3,4	10,2	11,5																1,8
Redes								8,0	1,4			5,8					7,1		12,5	1,4
<i>Accountability</i>			1,7			3,2														,4
Análise de elites	4,4	6,9	5,1	11,5	7,0				4,1	3,7							21,4			4,1
Jurisprudência política	2,2	3,4		7,7	2,3		10,0													1,2
<i>Interest group theory</i>				3,8			10,0													,4
Empirismo	2,2		16,9	7,7	1,2	3,2		4,0	4,1		14,3	11,5								4,8
Informacional		3,4	6,8		2,3				4,1									8,3		1,9
Feminismo				3,8	7,0				13,5	3,7						50,0		8,3		4,8
Teoria política liberal	4,4	3,4			1,2				2,7											1,1
Deliberacionismo		3,4	1,7		3,5	3,2			4,1			3,8						8,3		2,1
Participativismo					1,2	16,1			4,1	3,7								16,7	12,5	2,5
Pragmatismo	2,2				1,2															,4
Maquiaveliana									12,2											1,6
Contratualismo					1,2			4,0				1,9					7,1			,7
Multiculturalismo		3,4	3,4		2,3	3,2			1,4											1,2
Marxista	4,4	6,9	1,7		2,3	9,7		20,0	5,4	7,4		1,9					7,1			4,2

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

Modernização				2,3	3,2								,5	
Organizações	6,8			10,5	9,7	4,0	3,7	7,7	11,1	7,1	8,3	37,5	5,1	
Atores sociais				6,5		7,4		1,9	22,2	7,1	8,3		1,8	
Praxiológica	2,2	3,4	6,8	5,8	3,2	6,8	7,4	1,9	11,1	6,3			3,9	
Interacionista	2,2	3,4		1,2	3,2	2,7							1,1	
Etnometodol.	3,4			3,2		4,1	11,1	7,1	1,9	11,1	7,1	2,3		
Teoria crítica	2,2					8,0	11,1						1,1	
Memória-imagin. político	2,2			1,2	3,2	1,4	15,4		14,3				1,2	
Histórico-interpretativa	2,2	1,7		4,7	3,2	4,0	1,4	46,2	14,3	6,3			3,2	
Tipos ideais				2,3		4,0	1,4	3,7	33,3			1,6		
Estruturalista	4,4					1,4						8,3	,7	
Historiográfica				1,2		1,4	1,9		30,8	42,9			1,8	
Economia política														
Instit. econômico				3,8	10,0	3,8							,7	
(Neo)desenvolvim.	4,4			1,2	60,0	8,0	7,4						2,5	
Teoria da dependência						4,0							,2	
Hermenêutica	3,4			1,2	3,2	14,3							6,3	,9
Contextualismo linguístico	4,4	3,4		2,3	6,5	1,4	3,7						1,6	
História conceitual	2,2	3,4		2,3	3,2	7,7					7,1	1,2		
Análise de discurso/conteúdo				3,8	1,2	1,4	7,1	5,8	6,3	14,3	12,5	1,9		
Pós-moderna	3,4					5,4	3,7	28,6	3,8	12,5			2,5	
Semiológica	2,2												,2	
Direito														
Constitucionalismo	2,2	3,4				11,1							,5	
Não identificado	4,4	5,1		3,8	2,3	6,5	8,0	3,7	7,1	1,9				

Qui-quadrado: 1 742,572 | V de Cramer: .375 | Sig. (2-sided): .000 | 1 012 graus de liberdade.

Nota: os seguintes periódicos foram omitidos da tabela, pelo N pequeno: (i) *Tempo Social*: “tipos ideais” (um caso); (ii) *Estudos Avançados*: “neoinstitucionalismo” (um caso); “marxismo” (um caso); “tipos ideais” (um caso); (iii) *Saúde e Sociedade*: “neoinstitucionalismo” (um caso); “pragmatismo” (um caso); “organizações” (um caso); (iv) *Cadernos Pagu*: “atores sociais” (um caso); “etnometodológica” (um caso); “histórico-interpretativa” (um caso).

3. Tradições disciplinares dos periódicos

Tabela 99. Tradições disciplinares dos periódicos, com resíduos padronizados e medidas de associação

		Politicista	Politológica	Interm.	Estat	Estatista	Societal	Societalista	Econômica	Economicista	Idealista
A1	Dados	4,4%	33,3%	0,0%	13,3%	13,3%	17,8%	0,0%	4,4%	6,7%	6,7%
	N=45	-,8	1,9	-1,3	1,2	,2	-1,5	-1,7	1,1	1,7	,1
	RBCS	17,2%	24,1%	0,0%	6,9%	10,3%	24,1%	3,4%	3,4%	0,0%	10,3%
	N=29	1,8	,4	-1,0	-,2	-,3	-,6	-,6	,5	-,9	,9
	OP	20,3%	23,7%	22,0%	0,0%	1,7%	28,8%	1,7%	0,0%	0,0%	1,7%
A2	N=59	3,5	,6	7,3	-2,2	-2,3	-,2	-1,5	-1,1	-1,2	-1,4
	BPSR	23,1%	42,3%	0,0%	0,0%	15,4%	15,4%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%
	N=26	2,8	2,5	-1,0	-1,5	,5	-1,4	-,5	-,7	-,8	-1,3
	RSP	3,5%	27,9%	4,7%	12,8%	10,5%	20,9%	9,3%	0,0%	3,5%	7,0%
	N=86	-1,4	1,5	,5	1,5	-,5	-1,6	1,0	-1,3	,5	,3
A2	LN	3,2%	9,7%	0,0%	0,0%	6,5%	54,8%	9,7%	0,0%	0,0%	16,1%
	N=31	-,9	-1,3	-1,1	-1,6	-,9	2,5	,7	-,8	-,9	2,2
	REP	0,0%	40,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	40,0%	0,0%
	N=10	-,9	1,4	-,6	-,9	,7	-1,7	-,8	-,5	7,3	-,8
	NE	4,0%	28,0%	4,0%	12,0%	4,0%	20,0%	0,0%	12,0%	12,0%	4,0%
A2	N=25	-,7	,8	,1	,7	-1,2	-,9	-1,3	3,4	2,9	-,4
	RBCP	2,7%	21,6%	1,4%	2,7%	8,1%	43,2%	16,2%	2,7%	0,0%	1,4%
	N=74	-1,6	,2	-1,1	-1,6	-1,0	2,0	3,3	,3	-1,4	-1,7
	CRH	0,0%	11,1%	0,0%	7,4%	7,4%	51,9%	3,7%	7,4%	0,0%	11,1%
	N=27	-1,4	-1,1	-1,0	-,1	-,7	2,0	-,6	1,9	-,8	1,0
B1	CadPes	7,1%	14,3%	0,0%	14,3%	21,4%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	28,6%
	N=14	-,1	-,5	-,7	,8	1,0	-1,1	-1,0	-,5	-,6	3,4
	CiSauCol	7,7%	7,7%	0,0%	15,4%	48,1%	15,4%	0,0%	1,9%	3,8%	0,0%
	N=52	,0	-2,0	-1,4	1,8	7,4	-2,0	-1,8	-,1	,5	-1,8
	EstHis	7,7%	7,7%	0,0%	23,1%	7,7%	30,8%	7,7%	0,0%	0,0%	15,4%
B1	N=13	,0	-1,0	-,7	1,9	-,5	,0	,2	-,5	-,6	1,3
	História	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	57,1%
	N=7	-,7	-1,2	-,5	-,8	,2	-,1	-,7	-,4	-,4	5,4
	ReligSoc	0,0%	0,0%	0,0%	22,2%	11,1%	44,4%	22,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	N=9	-,8	-1,4	-,6	1,5	-,1	,8	1,8	-,4	-,5	-,7
B1	EstFem	0,0%	6,3%	0,0%	6,3%	6,3%	43,8%	25,0%	0,0%	0,0%	6,3%
	N=15	-,2	-1,3	-,8	-,3	-,7	1,0	2,9	-,6	-,7	,0
	SocEst	14,3%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	50,0%	14,3%	0,0%	0,0%	7,1%
	N=14	,9	-1,7	-,7	,8	-1,3	1,3	1,1	-,5	-,6	,1
	Socios	8,3%	8,3%	16,7%	0,0%	0,0%	58,3%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%
B1	N=12	,1	-,9	2,3	-1,0	-1,2	1,8	,2	-,5	-,6	-,9
	AmbSoc	0,0%	12,5%	0,0%	12,5%	12,5%	62,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	N=8	-,8	-,5	-,5	,4	,0	1,7	-,7	-,4	-,5	-,7
	Total	7,8%	20,5%	3,7%	8,1%	12,2%	30,3%	6,5%	2,1%	2,6%	6,2%

Qui-quadrado: 514,250 | V de Cramer: .317 | Sig. (2-sided): .000 | 198 graus de liberdade.

Nota: os seguintes periódicos foram omitidos na tabela, pelo N pequeno: (i) *Tempo Social*: Politicista (1); (ii) *Estudos Avançados*: politológica (1); estatal (1) e econômica (1); (iii) *Saúde e Sociedade*: politológica (1); societal (2); (iv) *Cadernos Pagu*: Politicista (1); societal (2).

É a tradição societal que predomina no campo, com 30,3% da produção, concentrando-se entre os periódicos B1. As tradições politológicas compreendem 32% da produção, em que politológica tem 20,5%, intermediária 3,7% e politicismo 7,8%, concentradas nos periódicos A1 e A2.

4. Tradições disciplinares das áreas temáticas

Tabela 100. Distribuição das áreas temáticas por tradição disciplinar, com resíduos padronizados e medidas de associação

	Politicista	Politológica	Estatal	Estatista	Societal	Societalista	Econômica	Economicista	Idealista
Comunicação, representação e comportamento político									
Estudos eleitorais e partidos políticos (N=40)	35,0% 6,2	27,5% 1,0	5,0% -,7	0,0% -2,2	5,0% -2,9	12,5% 1,5	0,0% -,9	0,0% -1,0	0,0% -1,6
Atitudes e cultura política (N=30)	10,0% ,4	0,0% -2,5	0,0% -1,6	0,0% -1,9	63,3% 3,3	6,7% ,0	0,0% -,8	0,0% -,9	0,0% -1,4
Comunicação política e opinião pública (N=20)	10,0% ,4	10,0% -1,0	0,0% -1,3	0,0% -1,6	50,0% 1,6	20,0% 2,4	0,0% -,7	0,0% -,7	5,0% -,2
Instituições participativas (N=16)	6,3% -,2	37,5% 1,5	0,0% -1,1	0,0% -1,4	25,0% -,4	0,0% -1,0	0,0% -,6	0,0% -,7	0,0% -1,0
Instituições políticas									
Estudos do Legislativo (N=8)	12,5% ,5	75,0% 3,4	0,0% -,8	0,0% -1,0	0,0% -1,6	12,5% ,7	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Relações Executivo-Legislativo (N=8)	0,0% -,8	100,0% 5,0	0,0% -,8	0,0% -1,0	0,0% -1,6	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Relações intergovernamentais (N=5)	0,0% -,6	100,0% 3,9	0,0% -,6	0,0% -,8	0,0% -1,2	0,0% -,6	0,0% -,3	0,0% -,4	0,0% -,6
Sistemas eleitorais e sistemas partidários (N=16)	0,0% -1,1	100,0% 7,0	0,0% -1,1	0,0% -1,4	0,0% -2,2	0,0% -1,0	0,0% -,6	0,0% -,7	0,0% -1,0
Sistemas governamentais (N=9)	22,2% 1,6	55,6% 2,3	0,0% -,9	22,2% ,9	0,0% -1,6	0,0% -,8	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Análise do processo decisório (N=7)	42,9% 3,3	28,6% ,5	14,3% ,6	14,3% ,2	0,0% -1,5	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7
Governo, burocracia e políticas públicas (N=122)	4,9% -1,1	21,3% ,2	13,9% 2,2	27,9% 5,0	14,8% -3,1	4,1% -1,1	3,3% ,9	5,7% 2,1	4,1% -,9
Estudos do poder local (N=7)	14,3% ,6	42,9% 1,3	14,3% ,6	0,0% -,9	0,0% -1,5	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7
Estado e sociedade civil									
Estrutura e transformação do Estado (N=24)	4,2% -,6	4,2% -1,8	33,3% 4,3	25,0% 1,8	12,5% -1,6	4,2% -,5	8,3% 2,1	4,2% ,5	4,2% -,4
Política e economia (N=20)	0,0% -1,2	20,0% ,0	5,0% -,5	5,0% -,9	20,0% -,8	0,0% -1,1	20,0% 5,5	30,0% 7,5	0,0% -1,1
Recrutamento político, jurídico e burocrático (N=19)	5,3% -,4	5,3% -1,5	10,5% ,4	10,5% -,2	15,8% -1,1	52,6% 7,9	0,0% -,6	0,0% -,7	0,0% -1,1
Classes sociais e grupos de interesse (N=10)	20,0% 1,4	0,0% -1,4	0,0% -,9	0,0% -1,1	70,0% 2,3	10,0% ,4	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -,8
Movimentos, organizações e atores coletivos (N=42)	2,4% -1,3	0,0% -2,9	0,0% -1,8	2,4% -1,8	90,5% 7,1	2,4% -1,1	0,0% -,9	0,0% -1,1	0,0% -1,6
Segurança pública (N=19)	0,0% -1,2	5,3% -1,5	15,8% 1,2	21,1% 1,1	52,6% 1,8	5,3% -,2	0,0% -,6	0,0% -,7	0,0% -1,1
Política, Direito e Judiciário (N=12)	8,3% ,1	16,7% -,3	16,7% 1,0	50,0% 3,8	0,0% -1,9	8,3% ,2	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,9
Religião e política (N=9)	0,0% -,8	0,0% -1,4	11,1% ,3	11,1% -,1	55,6% 1,4	22,2% 1,8	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Teoria política e história das ideias									

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

Teoria política democrática (N=39)	5,1%	17,9%	7,7%	5,1%	53,8%	2,6%	2,6%	0,0%	5,1%
	-,6	-,4	-,1	-1,3	2,7	-1,0	,2	-1,0	-,3
Teoria política moderna (N=13)	0,0%	7,7%	7,7%	23,1%	30,8%	7,7%	0,0%	0,0%	23,1%
	-1,0	-1,0	-,1	1,1	,0	,2	-,5	-,6	2,4
Teoria política contemporânea (N=29)	6,9%	3,4%	10,3%	10,3%	58,6%	0,0%	0,0%	3,4%	6,9%
	-,2	-2,0	,4	-,3	2,8	-1,4	-,8	,3	,2
História das ideias (N=14)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%
	-1,0	-1,7	-1,1	-1,3	-1,6	-1,0	-,5	-,6	13,0
Metodologia (N=11)	9,1%	63,6%	0,0%	18,2%	9,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	,2	3,2	-,9	,6	-1,3	-,8	-,5	-,5	-,8
Pensamento político brasileiro (N=12)	0,0%	0,0%	8,3%	0,0%	16,7%	8,3%	8,3%	0,0%	58,3%
	-1,0	-1,6	,0	-1,2	-,9	,2	1,5	-,6	7,3
Ensino e pesquisa em CP e RI	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	-,3	-,5	-,3	-,3	1,3	-,3	-,1	-,2	-,2
Total	7,8%	20,5%	8,1%	12,2%	30,2%	6,5%	2,1%	2,7%	6,2%

Qui-quadrado: 1 039,933 | V de Cramer: .452 | Sig. (2-sided): .000 | 252 graus de liberdade.

Nota: as seguintes áreas foram excluídas da tabela, pelo N pequeno: (i) instituições governamentais específicas: politológico (1); (ii) revoluções e conflitos civis, estatista (1), societal (1), idealista (1); (iii) ensino e pesquisa em CP e RI, societal (1).

5. Tradições disciplinares das abordagens

Tabela 101. Tradições disciplinares das abordagens, com resíduos padronizados e medidas de associação (N entre parêntesis)

	Politicista	Politológica	Interm.	Estatal	Estatista	Societal	Societalista	Econômica	Economicista	Idealista
Ciência Política										
Neoinstitucionalismo pol. (67)	7,5% -,1	58,2% 6,8	0,0% -1,6	1,5% -1,9	29,9% 4,1	1,5% -4,3	1,5% -1,6	0,0% -1,2	0,0% -1,3	0,0% -2,0
Neoinstit. escolha racional (37)	2,7% -1,1	89,2% 9,2	0,0% -1,2	5,4% -,6	0,0% -2,1	2,7% -3,1	0,0% -1,6	0,0% -,9	0,0% -1,0	0,0% -1,5
Neoinstit. histórico (18)	5,6% -,3	27,8% -,7	0,0% -,8	5,6% -,4	33,3% 2,6	11,1% -1,5	5,6% -,2	0,0% -,6	11,1% 2,2	0,0% -1,1
Cultura política (21)	4,8% -,5	4,8% -1,6	28,6% 5,9	0,0% -1,3	0,0% -1,6	57,1% 2,2	4,8% -,3	0,0% -,7	0,0% -,7	0,0% -1,1
Comportamentalismo (10)	50,0% 4,8	0,0% -1,4	30,0% 4,3	0,0% -,9	0,0% -1,1	10,0% -1,2	10,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -,8
Redes (8)	0,0% -,8	12,5% -,5	12,5% 1,3	0,0% -,8	25,0% 1,0	37,5% -,4	12,5% -,7	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Análise de elites (23)	17,4% 1,7	4,3% -1,7	4,3% -,2	13,0% -,8	17,4% -,7	13,0% -1,5	30,4% 4,5	0,0% -,7	0,0% -,8	0,0% -1,2
Jurisprudência política (7)	14,3% -,6	14,3% -,4	0,0% -,5	14,3% -,6	57,1% 3,4	0,0% -1,5	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7
Empirismo politológico (27)	25,9% 3,4	29,6% 1,1	0,0% -1,0	7,4% -,1	11,1% -,2	11,1% -1,8	3,7% -,6	3,7% -,6	7,4% 1,5	0,0% -1,3
Informacional (11)	9,1% -,2	18,2% -,2	36,4% 5,6	0,0% -,9	0,0% -1,2	18,2% -,7	18,2% 1,5	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -,8
Feminismo (27)	3,7% -,8	3,7% -1,9	0,0% -1,0	3,7% -,8	0,0% -1,8	66,7% 3,4	22,2% 3,2	0,0% -,8	0,0% -,8	0,0% -1,3
Teoria política liberal (6)	0,0% -,7	33,3% -,7	0,0% -,5	0,0% -,7	33,3% 1,5	16,7% -,6	16,7% 1,0	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,6
Deliberacionismo (12)	25,0% 2,1	0,0% -1,6	8,3% -,8	8,3% -,0	0,0% -1,2	58,3% 1,8	0,0% -,9	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,9
Participativismo (14)	7,1% -,1	14,3% -,5	14,3% 2,1	0,0% -1,1	0,0% -1,3	57,1% 1,8	7,1% -,1	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,9
Maquiaveliana (9)	11,1% -,4	11,1% -,6	0,0% -,6	0,0% -,9	33,3% 1,8	44,4% -,8	0,0% -,8	0,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,7
Contratualismo (4)	0,0% -,6	0,0% -,9	0,0% -,4	25,0% 1,2	25,0% -,7	50,0% -,7	0,0% -,5	0,0% -,3	0,0% -,3	0,0% -,5
Multiculturalismo (7)	0,0% -,7	0,0% -1,2	0,0% -,5	0,0% -,8	14,3% -,2	85,7% 2,7	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,7
Sociologia Política										
Marxista (24)	4,2% -,6	4,2% -1,8	0,0% -,9	8,3% -,0	8,3% -,5	45,8% 1,4	0,0% -1,3	8,3% 2,1	20,8% 5,5	0,0% -1,2
Modernização (13)	0,0% -,5	0,0% -,8	0,0% -,3	33,3% 1,5	0,0% -,6	66,7% 1,1	0,0% -,4	0,0% -,3	0,0% -,3	0,0% -,4
Organizações (29)	3,4% -,8	10,3% -1,2	3,4% -,1	17,2% 1,7	13,8% -,3	44,8% 1,4	6,9% -,1	0,0% -,8	0,0% -,9	0,0% -1,3
Atores sociais (10)	10,0% -,3	0,0% -1,4	0,0% -,6	0,0% -,9	10,0% -,2	70,0% 2,3	10,0% -,4	0,0% -,5	0,0% -,5	0,0% -,8
Praxiológica (22)	0,0% -1,3	0,0% -2,1	4,5% -,2	4,5% -,6	9,1% -,4	50,0% 1,7	22,7% 3,0	0,0% -,7	0,0% -,8	9,1% -,6
Interacionista (6)	0,0% -,7	0,0% -1,1	0,0% -,5	16,7% -,7	0,0% -,9	83,3% 2,4	0,0% -,6	0,0% -,4	0,0% -,4	0,0% -,6
Etnometodol. (13)	0,0% -1,0	0,0% -1,6	0,0% -,7	0,0% -1,0	0,0% -1,3	92,3% 4,1	7,7% -,2	0,0% -,5	0,0% -,6	0,0% -,9
Teoria crítica (6)	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

	Politicista	Politológica	Interm.	Estatal	Estatista	Societal	Societalista	Econômica	Economicista	Idealista
	-,7	-1,1	-,5	2,2	-,9	1,6	-,6	-,4	-,4	-,6
Memória-imagin. político (7)	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	42,9%	14,3%	0,0%	0,0%	28,6%
	-,7	-1,2	-,5	,6	-,9	,6	,8	-,4	-,4	2,4
Sociologia Histórica										
Histórico-interpretativa (18)	5,6%	0,0%	0,0%	22,2%	5,6%	44,4%	0,0%	5,6%	0,0%	16,7%
	-,3	-1,9	-,8	2,1	-,8	1,1	-1,1	1,0	-,7	1,8
Tipos ideais (9)	11,1%	0,0%	0,0%	66,7%	11,1%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	,4	-1,4	-,6	6,2	-,1	-1,0	-,8	-,4	-,5	-,7
Estruturalista (4)	25,0%	0,0%	0,0%	25,0%	0,0%	25,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	1,2	-,9	-,4	1,2	-,7	-,2	1,4	-,3	-,3	-,5
Historiográfica (10)	10,0%	10,0%	10,0%	0,0%	30,0%	20,0%	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
	,3	-,7	1,0	-,9	1,6	-,6	,4	-,5	-,5	,5
Economia Política										
Instit. econômico (4)	0,0%	0,0%	0,0%	25,0%	25,0%	25,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%
	-,6	-,9	-,4	1,2	,7	-,2	-,5	3,1	-,3	-,5
(Neo)desenvolvimentismo (14)	0,0%	21,4%	0,0%	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	35,7%	35,7%	0,0%
	-1,0	,1	-,7	-1,1	-,5	-2,1	-1,0	8,6	7,6	-,9
Linguístico-interpretativas										
Hermenêutica (5)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%	0,0%	80,0%
	-,6	-1,0	-,4	-,6	-,8	-,4	-,6	-,3	-,4	6,6
Contextualismo linguístico (9)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	88,9%
	-,8	-1,4	-,6	-,9	-,1	-1,7	-,8	-,4	-,5	10,0
História conceitual (7)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	-,7	-1,2	-,5	-,8	-,9	-1,5	-,7	-,4	-,4	10,0
Análise discurso/conteúdo (11)	9,1%	18,2%	0,0%	27,3%	18,2%	9,1%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	,2	-,2	-,6	2,2	,6	-1,3	1,5	-,5	-,5	-,8
Pós-moderna (14)	0,0%	0,0%	0,0%	7,1%	0,0%	57,1%	0,0%	0,0%	0,0%	35,7%
	-1,0	-1,7	-,7	-,1	-1,3	1,8	-1,0	-,5	-,6	4,4

Qui-quadrado: 1 356,179 | V de Cramer: .516 | Sig. (2-sided): .000 | 414 graus de liberdade.

Nota: as seguintes abordagens foram omitidas, pelo N pequeno: (i) escolha racional: politológica (1); estatista (1) e societal (1); (ii) sistêmica: societal (1) e econômica (1); (iii) pluralismo: politicista (2) e politológica (1); (iv) *accountability*: politicista (1) e politológica (1); (v) *interest group theory*: politológica (1) e economicista (1); (vi) pragmatismo: politológica (1) e societal (1); (vii) teorias da modernização: estatal (1) e societal (2); (viii) teoria da dependência: econômico (1); (ix) semiológica: societal (1); (x) constitucionalismo: estatista (3).

6. Natureza do objeto dos periódicos

Tabela 102. Distribuição, natureza do objeto dos periódicos, com resíduos padronizados e medidas de associação

		N	Empírico	Teórico	Linguístico-ideal
A1	Dados	45	77,8%	15,6%	6,7%
			,3	-1,0	1,0
	Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	55,2%	37,9%	6,9%
			-1,2	1,7	,9
A2	Opinião Pública	59	93,2%	5,1%	1,7%
			1,7	-2,8	-,8
	Brazilian Political Science Review	26	100,0%	0,0%	0,0%
			1,6	-2,4	-1,0
	Revista de Sociologia e Política	86	62,8%	33,7%	3,5%
			-1,2	2,2	-,1
	Lua Nova	31	45,2%	41,9%	12,9%
			-1,9	2,3	2,7
	Revista de Economia Política	10	90,0%	10,0%	0,0%
			,6	-,8	-,6
	Novos Estudos	25	84,0%	16,0%	0,0%
			,6	-,7	-1,0

B1	Revista Brasileira de Ciência Política	74	52,7%	45,9%	1,4%
			-2,1	4,2	-1,1
	Caderno CRH	27	70,4%	25,9%	3,7%
			-,2	,4	0,0
	Cadernos de Pesquisa	14	85,7%	7,1%	7,1%
			,5	-1,2	,7
	Ciência e Saúde Coletiva	52	90,4%	9,6%	0,0%
			1,4	-2,0	-1,4
	Estudos Históricos	13	84,6%	0,0%	15,4%
			,5	-1,7	2,2
	História	7	71,4%	14,3%	14,3%
			-,1	-,5	1,5
	Religião e Sociedade	9	100,0%	0,0%	0,0%
			,9	-1,4	-,6
	Estudos Feministas	15	68,8%	25,0%	6,3%
			-,2	,2	,5
	Sociedade e Estado	14	71,4%	21,4%	7,1%
			-,1	-,1	,7
	Sociologias	12	83,3%	16,7%	0,0%
			,4	-,4	-,7
	Ambiente e Sociedade	8	87,5%	12,5%	0,0%
			,5	-,6	-,5
Proporção na produção total			73,7%	22,6%	3,7%

Qui-quadrado: 108,653 | V de Cramer: .310 | Sig (2-sided): .000 | 44 graus de liberdade.

Nota: os seguintes periódicos foram omitidos da tabela, pelo N pequeno (i) *Tempo Social*: empírico (1); (ii) *Estudos Avançados*: empírico (2) e teórico (1); (iii) *Saúde e Sociedade*: empírico (3); (iv) *Cadernos Pagu*: empírico (1)

A produção da Ciência Política brasileira é eminentemente empírica. Apesar disso, há uma distribuição heterogênea e há concentrações suficientes para sugerir-se a existência de oposições. *Brazilian Political Science Review*, *Opinião Pública* e *Ciência e Saúde Coletiva* são afins a estudos empiricamente orientados e repelem objetos teóricos. A *Revista de Economia Política*, *Novos Estudos*, *Cadernos de Pesquisa*, *Estudos Históricos*, *História* e *Religião e Sociedade* apresentam grande predominância de produção empírica, mas sem apresentarem concentrações significativas, segundo a técnica da padronização dos resíduos. *Lua Nova* é receptiva a estudos teóricos e objetos linguístico-ideais e repele estudos empíricos – embora no limite de significância estabelecido (1,9). Ainda em *Lua Nova*, os percentuais mostram que os estudos empíricos atualmente superam os teóricos, embora 54,8% tratem de ideias (unindo os objetos teóricos e os linguístico-ideais). Isso pode sugerir uma mudança da orientação desse periódico, considerando que, em estudo passado (Leite 2010), referente ao período 2004-2008, a produção de Ciência Política em *Lua Nova* tenha sido mais teórico-conceitual. Em situação semelhante, a *Revista Brasileira de Ciência Política* e *Revista de Sociologia e Política* também apresentaram atração com teórico, embora também haja mais trabalhos empíricos. Os resíduos dependem da distribuição do resto dos periódicos – assim, a distribuição apresentada e LN, RBCP e RSP acabam apresentando receptividade aos estudos teóricos, dada a relativa falta de trabalhos teóricos nos demais – sem deixar de sublinhar que a *Revista de Sociologia Política* é o mais empiricamente orientado dos três. Ainda assim, o fato de predominarem os estudos empíricos nesses periódicos é um atestado da orientação empírica da Ciência Política contemporânea – e, de certa forma, da vitória da visão empírico-politológica da disciplina diante do modelo teórico-humanístico marxista praticado durante as décadas de 1960 e 1970.

7. Natureza do objeto das áreas temáticas

Tabela 103. Distribuição, natureza do objeto das áreas temáticas, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	Empírico	Teórico	Linguístico-ideal
Comunicação, representação e comportamento político				
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	100,0% 1,9	0,0% -3,0	0,0% -1,2
Atitudes e cultura política	30	90,0% 1,0	10,0% -1,5	0,0% -1,1
Comunicação política e opinião pública	20	75,0% ,1	20,0% -2	5,0% ,3
Instituições participativas	10	93,8% ,9	6,3% -1,4	0,0% -8
Instituições políticas				
Estudos do Legislativo	8	75,0% ,0	25,0% ,1	0,0% -5
Relações Executivo-Legislativo	8	100,0% ,9	0,0% -1,3	0,0% -5
Relações intergovernamentais	5	100,0% ,7	0,0% -1,1	0,0% -4
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	87,5% ,6	12,5% -9	0,0% -8
Sistemas governamentais	9	77,8% ,1	22,2% ,0	0,0% -6
Instituições governamentais específicas	7	100,0% ,8	0,0% -1,3	0,0% -5
Governo, burocracia e políticas públicas	122	94,3% 2,6	4,9% -4,1	,8% -1,7
Estudos do poder local	7	100,0% ,8	0,0% -1,3	0,0% -5
Estado e sociedade civil				
Estrutura e transformação do Estado	24	70,8% -2	25,0% ,2	4,2% ,1
Política e economia	20	85,0% ,6	15,0% -7	0,0% -9
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	94,7% 1,1	5,3% -1,6	0,0% -8
Classes e grupos de interesse	10	100,0% 1,0	0,0% -1,5	0,0% -6
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	78,6% ,4	21,4% -2	0,0% -1,2
Segurança pública	19	100,0% 1,3	0,0% -2,1	0,0% -8
Política, Direito e Judiciário	12	83,3% ,4	16,7% -4	0,0% -7

Religião e política	9	100,0% ,9	0,0% -1,4	0,0% -,6
Teoria, métodos e ideias				
Teoria política democrática	39	2,6% -5,2	92,3% 9,2	5,1% ,5
Teoria política moderna	13	0,0% -3,1	84,6% 4,7	15,4% 2,2
Teoria política contemporânea	29	6,9% -4,2	93,1% 8,0	0,0% -1,0
História das ideias	14	14,3% -2,6	21,4% -,1	64,3% 11,8
Metodologia	11	54,5% -,7	45,5% 1,6	0,0% -,6
Pensamento político brasileiro	12	25,0% -2,0	41,7% 1,4	33,3% 5,3
Totais		73,7%	22,6%	3,7%

Qui-quadrado: 503,873 | V de Cramer: .667 | Sig. (2-sided): .000. | 56 graus de liberdade.
 Nota: as seguintes áreas foram omitidas, pelo N pequeno: (i) “Instituições governamentais específicas”: empírico (1); (ii) “Revoluções e conflitos civis”: empírico (2) e teórico (1); (iii) “Ensino e pesquisa em CP e RI”: empírico (1).

As áreas de “Comunicação, representação e comportamento político” e “Instituições políticas” são as mais empiricamente orientadas. Repare-se como “segurança pública”, a área mais próxima de políticas públicas em “Estado e sociedade civil”, é a mais empiricamente orientada dessa classe de áreas. A orientação empírica predomina em “classes e grupos de interesse”, “recrutamento político, jurídico e burocrático” e “religião e política”, expressando a força do empirismo também em áreas de forte tradição societal. A distribuição indica que há associações e oposições entre áreas, envolvendo sua orientação empírica ou teórica.

8. Natureza do objeto das abordagens nominais

Tabela 104. Distribuição das abordagens nominais por natureza do objeto, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	Empírico	Teórico	Linguístico-ideal
Ciência Política				
Neoinstitucionalismo político	67	89,6% 1,5	10,4% -2,1	0,0% -1,6
Neoinstitucionalismo de escolha racional	37	97,3% 1,7	2,7% -2,5	0,0% -1,2
Neoinstitucionalismo histórico	18	94,4% 1,0	5,6% -1,5	0,0% -,8
Cultura política	21	90,5% ,9	9,5% -1,3	0,0% -,9
Comportamentalismo	10	100,0% 1,0	0,0% -1,5	0,0% -,6
Redes	8	87,5% ,5	12,5% -,6	0,0% -,5
Elites	23	91,3% 1,0	8,7% -1,4	0,0% -,9
Jurisprudência política	7	100,0% ,8	0,0% -1,3	0,0% -,5
Empirismo	27	96,3%	3,7%	0,0%

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

		1,4	-2,1	-1,0
Informacional	11	63,6% -4	36,4% 1,0	0,0% -6
Feminismo	27	44,4% -1,8	55,6% 3,6	0,0% -1,0
Teoria política liberal	6	33,3% -1,2	66,7% 2,3	0,0% -5
Deliberacionismo	12	50,0% -1,0	50,0% 2,0	0,0% -7
Participativismo	14	64,3% -4	35,7% 1,0	0,0% -7
Maquiaveliana	9	0,0% -2,6	100,0% 4,9	0,0% -6
Contratualismo	4	25,0% -1,1	75,0% 2,2	0,0% -4
Multiculturalismo	7	0,0% -2,3	100,0% 4,3	0,0% -5
Sociologia Política				
Marxista	24	54,2% -1,1	45,8% 2,4	0,0% -9
Organizações	29	75,9% ,1	24,1% ,2	0,0% -1,0
Atores sociais	10	80,0% ,2	20,0% -2	0,0% -6
Praxiológica	22	72,7% -1	18,2% -4	9,1% 1,3
Interacionista	6	66,7% -2	33,3% ,6	0,0% -5
Etnometodológica	13	100,0% 1,1	0,0% -1,7	0,0% -7
Teoria crítica	6	0,0% -2,1	100,0% 4,0	0,0% -5
Memória-imaginário político	7	71,4% -1	14,3% -5	14,3% 1,5
Sociologia Histórica				
Histórico-interpretativa	18	83,3% ,5	0,0% -2,0	16,7% 2,9
Tipos ideais	9	77,8% ,1	22,2% ,0	0,0% -6
Estruturalista	4	100,0% ,6	0,0% -1,0	0,0% -4
Historiográfica	10	100,0% 1,0	0,0% -1,5	0,0% -6
Economia Política				
Institucionalismo econômico	4	100,0% ,6	0,0% -1,0	0,0% -4
(Neo)desenvolvimentismo	14	85,7% ,5	14,3% -7	0,0% -7
Linguístico-interpretativas				
Hermenêutica	5	20,0% -1,4	60,0% 1,8	20,0% 1,9
Contextualismo linguístico	9	0,0% -2,6	33,3% ,7	66,7% 9,8
História conceitual	7	0,0% -2,3	14,3% -5	85,7% 11,3
Análise de discurso/conteúdo	11	100,0% 1,0	0,0% -1,6	0,0% -6
Pós-moderna	14	35,7%	57,1%	7,1%

		-1,7	2,7	,7
Não identificado	15			
Totais	545	73,7%	22,6%	3,7%
Qui-quadrado: 471,225 V de Cramer: .645 Sig. (2-sided): .000 92 graus de liberdade.				
Nota: as seguintes abordagens foram omitidas, pelo N pequeno: (i) escolha racional, empírico (3); (ii) sistêmica: empírico (1) e teórico (1); (iii) pluralismo: empírico (3); (iv) <i>accountability</i> : empírico (2); (v) <i>interest group theory</i> : empírico (2); (vi) pragmatismo: teórico (2); (vii) teorias da modernização: empírico (2) e teórico (1); (viii) teoria da dependência: empírico (1); (ix) semiológica: empírico (1); (x) constitucionalismo: empírico (2) e teórico (1).				

As abordagens com valores mais expressivos (alto percentual e N>9) foram ressaltadas em negrito. As abordagens mais identificadas com a Ciência Política são claramente divididas entre abordagens empíricas e teóricas. As abordagens mais tradicionais – neoinstitucionalismo, cultura política, comportamentalismo, pluralismo, escolha racional e o empirismo politológico são as mais empiricamente orientadas. Aqui a Ciência Política brasileira claramente assemelha-se à estadunidense. As abordagens dominantes alternaram-se, mas permaneceu a orientação empírica estabelecida pelo *behavioralism* entre as décadas de 1920 e 1940 – período de declínio da “political theory”, que seria alhures declarada “morta” na década de 1950, diante da forte oposição “positivista” (Laslett *apud* Bellamy 1993, p. 1). Aliás, a cisão entre o “científico” e o “filosófico” reproduziu-se dentro da própria “political theory”, em que se passou a distinguir uma “teoria política formal”, baseada na teoria dos jogos, do resto da teoria política, chamada de “political *philosophy*”, uma teoria “normativa” e “filosófica” (Heywood 2000, p. 99). Sua “renovação” na Ciência Política estadunidense, a partir da década de 1970, envolve uma diferenciação semelhante às distinções atuais entre áreas e abordagens na Ciência Política brasileira: “fragmentação da teoria política liberal”, “marxismo”, “teoria política conservadora”, “feminismo”, “comunitarismo” e “ecologismo” (*ibidem*).

As abordagens classificadas sob Sociologia Política são um pouco menos empíricas e não há uma divisão tão forte como entre as classificadas sob Ciência Política. A mais teórica das abordagens de Sociologia Política é o marxismo, donde as distinções, correntes no campo, entre uma “ciência política marxista” e uma “ciência política empírica”. Um caso interessante é a abordagem histórico-interpretativa, que se divide entre 83,3% de objetos empíricos e 16,7% de linguístico-ideais, sem objetos propriamente teóricos, manifestando suas raízes construtivistas.

9. Estilos cognitivos dos periódicos

Tabela 105. Distribuição dos periódicos por estilo cognitivo (agrupados em tradições intelectuais), com resíduos padronizados e medidas de associação

		(Humanística)		(Acadêmica)	(Científica)		
		N	Literário	Militante	Acadêmico	Erístico	Simbólico
A1	Dados	45	2,2%	0,0%	24,4%	68,9%	4,4%
			-1,6	-1,1	-,2	,7	1,7
	RBCS	29	6,9%	0,0%	41,4%	51,7%	0,0%
			-,4	-,9	1,7	-,6	-,6
A2	OP		1,7%	0,0%	6,8%	91,5%	0,0%
		59	-1,9	-1,2	-2,9	3,0	-,9
	BPSR	26	0,0%	0,0%	3,8%	88,5%	7,7%

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

		-1,6	-,8	-2,2	1,8	2,7
RSP	86	7,0%	0,0%	38,4%	54,7%	0,0%
		-,7	-1,5	2,3	-,7	-1,1
LN	31	9,7%	0,0%	51,6%	38,7%	0,0%
		,1	-,9	2,8	-1,6	-,7
REP		0,0%	0,0%	20,0%	70,0%	10,0%
	10	-1,0	-,5	-,4	,4	2,3
NE	25	4,0%	8,0%	20,0%	68,0%	0,0%
		-,9	1,6	-,6	,5	-,6
RBCP	74	5,4%	5,4%	47,3%	40,5%	1,4%
		-1,1	1,5	3,7	-2,2	,0
CRH		11,1%	11,1%	22,2%	55,6%	0,0%
	27	,3	2,7	-,4	-,4	-,6
CadPes	14	7,1%	0,0%	7,1%	85,7%	0,0%
		-,3	-,6	-1,4	1,2	-,4
CiSauCol	52	3,8%	0,0%	13,5%	82,7%	0,0%
		-1,3	-1,2	-1,7	2,0	-,9
EstHis		84,6%	0,0%	0,0%	15,4%	0,0%
	13	8,9	-,6	-1,8	-2,1	-,4
B1 História		71,4%	0,0%	14,3%	14,3%	0,0%
	7	5,4	-,4	-,6	-1,6	-,3
ReligSoc	9	22,2%	0,0%	0,0%	77,8%	0,0%
		1,3	-,5	-1,5	,7	-,4
EstFem	15	37,5%	12,5%	18,8%	31,3%	0,0%
		3,7	2,4	-,6	-1,5	-,5
SocEst	14	14,3%	21,4%	35,7%	28,6%	0,0%
		,6	4,3	,7	-1,5	-,4
Socios		8,3%	0,0%	16,7%	75,0%	0,0%
	12	-,1	-,6	-,6	,6	-,4
AmbSoc		0,0%	0,0%	12,5%	75,0%	12,5%
	8	-,9	-,5	-,7	,5	2,6
Totais		9,3%	25,7%	60,8%	1,4%	2,6%
Qui-quadrado: 355,858 V de Cramer: .396 Sig. (2-sided): .000 88 graus de liberdade. Os seguintes periódicos foram omitidos na tabela, pelo N pequeno: (i) <i>Tempo Social</i> : erístico (1); (ii) <i>Estudos Avançados</i> : acadêmico (1), erístico (1) e simbólico (1); (iii) <i>Saúde e Sociedade</i> : erístico (2); militante (1); (iv) <i>Cadernos Pagu</i> : literário (2) e erístico (1).						

O estilo erístico predomina no campo, com 60,8% dos casos, sendo particularmente proeminente em *Opinião Pública* (91,5%), *Brazilian Political Science Review* (88,5%), *Cadernos de Pesquisa* (85,7%), *Ciência e Saúde Coletiva* (82,7%), *Religião e Sociedade* (77,8%), *Sociologias* (75%), *Ambiente e Sociedade* (75%) e *Novos Estudos* (68%). O estilo acadêmico concentra 25,7% da produção, destacando-se *Lua Nova* (51,6%), a *Revista Brasileira de Ciência Política* (47,3%), a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (41,4%), *Sociedade e Estado* (35,7%) e a *Revista de Sociologia e Política* (38,4%). O estilo literário engloba 9,3% dos artigos, nos quais destacam-se *Estudos Históricos* (84,6%) e *História* (71,4%), e, em menor grau, mas ainda relevantes, *Estudos Feministas*, em que predomina com 37,5% e desvio de 3,7. Há também certa expressão em *Religião e Sociedade*, com 22,2%. O estilo simbólico, expressão de uma concepção mais

ortodoxa de ciência, é ainda residual no campo, com 1,4%. Nessa pequena fração destacam-se *Ambiente e Sociedade* (12,5%, N=8), *Revista de Economia Política* (10%, N=10) e *Brazilian Political Science Review* (7,7%, N=26). Esses valores parecem proféticos, com a BPSR antecipando uma Ciência Política politológica baseada na modelagem matemática, assim como a Economia. Talvez mais do que antecipá-lo, contribui para realizá-lo. Mas a militância ainda supera a modelagem matemática no campo de produção, com 2,6% dos casos, nos quais se destacam *Sociedade e Estado* (21,4%), *Estudos Feministas* (12,5%) e *Caderno CRH* (11,1%) – periódicos interdisciplinares. Perceba-se que o estilo militante está ausente nos periódicos A1 e A2, enquanto grande parte do estilo simbólico concentra-se nesses periódicos, que também concentram mais o estilo erístico – cuja proeminência, aliás, é ainda maior nos periódicos A1 e A2 mais estritamente identificados com a Ciência Política – BPSR e *Opinião Pública*.

10. Estilos cognitivos das áreas temáticas

Tabela 106. Distribuição das áreas temáticas por estilo cognitivo (agrupados em tradições intelectuais), com resíduos padronizados e medidas de associação

		(Humanística)		(Acadêmica)	(Científica)	
	N	Literário	Militante	Acadêmico	Erístico	Simbólico
Comunicação, representação e comportamento político						
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	5,0% -,9	0,0% -1,0	0,0% -3,2	92,5% 2,6	2,5% ,6
Atitudes e cultura política	30	6,7% -,5	0,0% -,9	13,3% -1,3	80,0% 1,3	0,0% -,7
Comunicação política e opinião pública	20	5,0% -,6	10,0% 2,0	30,0% ,4	55,0% -,3	0,0% -,5
Instituições participativas	16	6,3% -,4	6,3% ,9	6,3% -1,5	81,3% 1,0	0,0% -,5
Instituições políticas						
Estudos do Legislativo	8	0,0% -,9	0,0% -,5	25,0% ,0	62,5% ,1	12,5% 2,6
Relações Executivo-Legislativo	8	0,0% -,9	0,0% -,5	0,0% -1,4	87,5% 1,0	12,5% 2,6
Relações intergovernamentais	5	0,0% -,7	0,0% -,4	0,0% -1,1	100,0% 1,1	0,0% -,3
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	0,0% -1,2	0,0% -,7	12,5% -1,0	81,3% 1,0	6,3% 1,6
Sistemas governamentais	9	0,0% -,9	0,0% -,5	22,2% -,2	77,8% ,6	0,0% -,4
Análise do processo decisório	7	0,0% -,8	0,0% -,4	0,0% -1,3	100,0% 1,3	0,0% -,3
Governo, burocracia e políticas públicas	122	7,4% -,7	4,1% 1,0	9,0% -3,6	77,9% 2,4	1,6% ,2
Estudos do poder local	7	0,0% -,8	0,0% -,4	0,0% -1,3	100,0% 1,3	0,0% -,3
Estado e sociedade civil						

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

Estrutura e transformação do Estado	24	37,5% 4,6	4,2% ,5	25,0% -,1	29,2% -2,0	4,2% 1,1
Política e economia	20	10,0% ,1	5,0% ,6	20,0% -,5	65,0% ,2	0,0% -,5
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	0,0% -1,3	0,0% -,7	5,3% -1,8	94,7% 1,9	0,0% -,5
Classes e grupos de interesse	10	20,0% 1,1	0,0% -,5	0,0% -1,6	80,0% ,8	0,0% -,4
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	9,5% ,1	9,5% 2,7	23,8% -,3	54,8% -,5	2,4% ,5
Segurança pública	19	31,6% 3,2	5,3% ,7	0,0% -2,2	63,2% ,1	0,0% -,5
Política, Direito e Judiciário	12	0,0% -1,0	0,0% -,6	25,0% -,1	75,0% ,6	0,0% -,4
Religião e política	9	33,3% 2,4	0,0% -,5	0,0% -1,5	66,7% ,2	0,0% -,4
Teoria, métodos e ideias						
Teoria política democrática	39	0,0% -1,9	0,0% -1,0	94,9% 8,5	5,1% -4,5	0,0% -,7
Teoria política moderna	13	0,0% -1,1	0,0% -,6	92,3% 4,7	7,7% -2,5	0,0% -,4
Teoria política contemporânea	29	0,0% -1,6	0,0% -,9	96,6% 7,5	3,4% -4,0	0,0% -,6
História das ideias	14	28,6% 2,4	0,0% -,6	35,7% ,7	35,7% -1,2	0,0% -,4
Metodologia	11	0,0% -1,0	0,0% -,5	54,5% 1,9	45,5% -,7	0,0% -,4
Pensamento político brasileiro	12	33,3% 2,8	0,0% -,6	50,0% 1,7	16,7% -2,0	0,0% -,4
Totais		9,3%		25,7%	60,8%	1,4%

Qui-quadrado: 423,677 | V de Cramer: .396. | Sig. (2-sided): .000. | 112 graus de liberdade.

Nota: as seguintes áreas foram omitidas, pelo N pequeno: (i) “instituições governamentais específicas”: estilo erístico (1); (ii) “revoluções e conflitos civis”: literário (2) e erístico (1); (iii) “ensino e pesquisa em CP e RI”: erístico (1).

O estilo erístico é mais proeminente nas áreas de “instituições políticas”, onde todas as áreas destacam-se – a menor é “estudos do Legislativo”, com 62,5% - embora outras áreas que envolvem o poder Legislativo sejam mais erísticas, como “relações Executivo-Legislativo” (87,5%) e “sistemas governamentais” (77,8%). A seguir, tem-se as áreas de “Comunicação, representação e comportamento político” à exceção de “comunicação política e opinião pública”, uma área relativamente heterogênea, 55% erística, 5% literária, 30% acadêmica e 10% militante. O estilo erístico também predomina em “Estado e sociedade civil”, embora em menor intensidade. Destacam-se “recrutamento político, jurídico e burocrático” (94,7%), “classes e grupos de interesse” (80%) e “política, Direito e Judiciário” (75%).

O estilo acadêmico domina a produção das áreas de teoria política e predomina nas demais áreas de “teoria, métodos e ideias”: “metodologia” (54,5%), “pensamento político brasileiro” (50%) e “história das ideias” (35,7%, empatado com o estilo erístico). Entre 20%

a 30%, aparece em “comunicação política e opinião pública”, “sistemas governamentais”, “estrutura e transformação do Estado”, “política e economia”, “movimentos, organizações e atores coletivos” e “política, Direito e Judiciário”. Em geral, há mais trabalhos acadêmicos no grupo “Estado e sociedade civil” do que em “instituições políticas” e “comunicação...”.

O estilo literário predomina em “estrutura e transformação do Estado”, com 37,5% dos casos – um desempenho significativo, sobretudo em uma área com 24 casos (4,2% do total) – indicando a presença de abordagens e estudos de orientação histórica; a área, aliás, é bastante próxima de *Estudos Históricos* e permeada por abordagens históricas (III.1.4). Outros casos dignos de nota são “pensamento político brasileiro” (33,3%), “religião e política” (33,3%), “segurança pública” (31,6%), “história das ideias” (28,6%) e “classes e grupos de interesse” (20%). O estilo militante aparece em “comunicação e opinião pública” (10%) e “movimentos, organizações e atores coletivos” (9,5%), e de forma residual em “segurança pública” (5,3%), “política e economia” (5%), “estrutura e transformação do Estado” (4,2%) e “governo, burocracia e políticas públicas” (4,1%).

Cumpra destacar casos relativamente heterogêneos, como “estrutura e transformação do Estado” (37,5% literário, 29,2% erístico, 25% acadêmico, 4,2% simbólico e 4,2% militante), “movimentos, organizações e atores coletivos” (54,8% erístico, 23,8% acadêmico, 9,5% literário, 9,5% militante e 2,4% simbólico), “comunicação política e opinião pública” (55% erístico, 30% acadêmico, 10% militante e 5% literário) e “história das ideias” (35,7% acadêmico, 35,7% erístico e 28,6% literário).

11. Estilos cognitivos das abordagens nominais

Tabela 107. Proporções das abordagens nominais por estilo cognitivo (agregados em tradições intelectuais), com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	(Humanística)		(Acadêmica)	(Científica)	
		Literário	Militante	Acadêmico	Erístico	Simbólico
Ciência Política						
Neoinstitucionalismo político	67	0,0% -2,5	1,5% -,6	13,4% -2,0	85,1% 2,5	0,0% -,1
Neoinstitucionalismo de escolha racional	37	0,0% -1,9	0,0% -,1	2,7% -2,8	81,1% 1,6	16,2% 7,6
Neoinstitucionalismo histórico	18	11,1% ,2	0,0% -,7	5,6% -,1	83,3% 1,2	0,0% -,5
Cultura política	21	0,0% -,1	0,0% -,7	9,5% -,1	90,5% 1,7	0,0% -,5
Escolha racional	3	0,0% -,5	0,0% -,3	0,0% -,9	100,0% ,9	0,0% -,2
Sistêmica	2	0,0% -,4	0,0% -,2	50,0% ,7	50,0% -,2	0,0% -,2
Pluralismo	3	0,0% -,5	0,0% -,3	0,0% -,9	100,0% ,9	0,0% -,2
Comportamentalismo	10	0,0% -,1	0,0% -,5	0,0% -,1	100,0% 1,6	0,0% -,4
Redes	8	0,0% -,9	0,0% -,5	25,0% ,0	75,0% ,5	0,0% -,3
Accountability	2	0,0%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

		-,4	-,2	,7	-,2	-,2
Elites	23	0,0%	0,0%	8,7%	91,3%	0,0%
		-1,5	-,8	-1,6	1,9	-,6
Jurisprudência política	7	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		-,8	-,4	-1,3	1,3	-,3
<i>Interest group theory</i>	2	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
		-,4	-,2	-,7	,7	-,2
Empirismo	27	0,0%	0,0%	3,7%	96,3%	0,0%
		-1,6	-,8	-2,3	2,4	-,6
Informacional	11	0,0%	0,0%	36,4%	63,6%	0,0%
		-1,0	-,5	,7	,1	-,4
Feminismo	27	11,1%	11,1%	51,9%	25,9%	0,0%
		,3	2,7	2,7	-2,3	-,6
Teoria política liberal	6	0,0%	16,7%	66,7%	16,7%	0,0%
		-,7	2,1	2,0	-1,4	-,3
Deliberacionismo	12	0,0%	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%
		-1,1	-,6	2,8	-1,2	-,4
Participativismo	14	0,0%	14,3%	28,6%	50,0%	7,1%
		-1,1	2,7	,2	-,5	1,8
Pragmatismo	2	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
		-,4	-,2	2,1	-1,1	-,2
Maquiaveliana	9	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
		-,9	-,5	4,4	-2,3	-,4
Contratualismo	4	0,0%	0,0%	75,0%	25,0%	0,0%
		-,6	-,3	1,9	-,9	-,2
Multiculturalismo	7	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
		-,8	-,4	3,9	-2,1	-,3
Sociologia Política						
Marxista	24	0,0%	12,5%	45,8%	37,5%	4,2%
		-1,5	3,0	1,9	-1,5	1,1
Modernização	3	0,0%	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
		-,5	-,3	,3	,1	-,2
Organizações	29	0,0%	6,9%	27,6%	65,5%	0,0%
		-1,6	1,4	,2	,3	-,6
Atores sociais	10	10,0%	0,0%	30,0%	60,0%	0,0%
		,1	-,5	,3	,0	-,4
Praxiológica	22	0,0%	0,0%	36,4%	63,6%	0,0%
		-1,4	-,8	1,0	,2	-,6
Interacionista	6	0,0%	0,0%	33,3%	66,7%	0,0%
		-,7	-,4	,4	,2	-,3
Etnometodológica	13	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
		10,7	-,6	-1,8	-2,8	-,4
Teoria crítica	6	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
		-,7	-,4	3,6	-1,9	-,3
Memória-imaginário político	7	28,6%	0,0%	14,3%	57,1%	0,0%
		1,7	-,4	-,6	-,1	-,3
Sociologia Histórica						
Histórico-interpretativa	18	88,9%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%
		11,0	-,7	-2,2	-2,7	-,5

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

Tipos ideais	9	11,1% ,2	11,1% 1,6	22,2% -,2	55,6% -,2	0,0% -,4
Estruturalista	4	0,0% -,6	0,0% -,3	25,0% ,0	75,0% ,4	0,0% -,2
Historiográfica	10	100,0% 9,4	0,0% -,5	0,0% -1,6	0,0% -2,5	0,0% -,4
Economia Política						
Institucionalismo econômico	4	0,0% -,6	0,0% -,3	0,0% -1,0	100,0% 1,0	0,0% -,2
(Neo)desenvolvimentismo	14	0,0% -1,1	0,0% -,6	35,7% ,7	64,3% ,2	0,0% -,4
Teoria da Dependência	1	0,0% -,3	0,0% -,2	0,0% -,5	100,0% ,5	0,0% -,1
Linguístico-interpretativas						
Hermenêutica	5	20,0% ,8	0,0% -,4	60,0% 1,5	20,0% -1,2	0,0% -,3
Contextualismo linguístico	9	11,1% ,2	0,0% -,5	66,7% 2,4	22,2% -1,5	0,0% -,4
História conceitual	7	14,3% ,4	0,0% -,4	14,3% -,6	71,4% ,4	0,0% -,3
Análise de discurso/conteúdo	11	0,0% -1,0	9,1% 1,3	0,0% -1,7	90,9% 1,3	0,0% -,4
Pós-moderna	14	7,1% -,3	7,1% 1,0	57,1% 2,3	28,6% -1,5	0,0% -,4
Semiológica	1	0,0% -,3	0,0% -,2	0,0% -,5	100,0% ,5	0,0% -,1
Direito						
Constitucionalismo	3	0,0% -,5	0,0% -,3	33,3% ,3	66,7% ,1	0,0% -,2
Não identificado	15					
Totais	567	9,3%		25,7%	60,8%	1,4%

Qui-quadrado: 707,769 | V de Cramer: .559 | Sig. (2-sided): .000 | 184 graus de liberdade.

Nota: abordagens residuais (N<4) foram incluídas, mas não foram ressaltados.

As abordagens agregadas sob Ciência Política parecem divididas entre o estilo erístico e o acadêmico. A divisão é homóloga à entre abordagens empiricamente orientadas, de Ciência Política em sentido mais estrito, que aqui são erísticas, e teoricamente orientadas, que aqui são acadêmicas. Há certa proximidade entre o estilo acadêmico e o militante nas abordagens, com feminismo (acadêmico com 51,9% e resíduos em 2,7; militante com 11,1% e resíduos em 2,7), teoria política liberal (66,6% e 2,0; 16,7% e 2,1, respectivamente). Todos os demais, à exceção do participativismo (50% de estilo erístico), identificam-se com o estilo acadêmico: multiculturalismo (100% e 4,4), contratualismo (100% e 1,9), maquiaveliana (100% e 4,4) e deliberacionismo (66,7% e 2,8). Apesar disso, as duas abordagens principais de teoria política democrática, deliberacionismo (33,3%) e participativismo (28,6%), apresentam um percentual não desprezível de trabalhos erísticos. O estilo simbólico detém 16,2% do neoinstitucionalismo de escolha racional, com um desvio extremamente forte de 7,6. Digno de nota também é o contraste entre o neoinstitucionalismo histórico, com 11,1% de trabalhos literários e 83,3% erísticos, e as abordagens históricas típicas da Sociologia

Histórica, como a histórico-interpretativa (88% e 11,0) e historiográfica (100% e 9,4), essencialmente humanísticas.

As abordagens tipicamente identificadas com a Sociologia Política são visivelmente mais heterogêneas, embora também predomine o estilo erístico. As mais acadêmicas são o marxismo (45,8% e desvio de 1,9) e a teoria crítica (100% e 3,6) – lembremos que a teoria crítica provém do marxismo. O marxismo também é significativamente militante, com 12,5% e desvio de 3,0. O marxismo na Ciência Política, contudo, também produz trabalhos erísticos, com 37,5% dos casos: *há um marxismo mais militante, outro mais acadêmico e outro mais erístico* – constatou-se até 4,2% de casos simbólicos, isto é, com modelagem matemática. Na casa dos 30%, tem-se a teoria da modernização (33,3%), atores sociais (30%), praxiológica (36,4%) e interacionista (33,3%). A abordagem etnometodológica é completamente humanística. Memória-imaginário político é 28,6% humanística, 14,3% acadêmica e 57,1% erística – de certa forma manifestando, em sete casos, a cisão epistemológica da Sociologia, atravessada pela literatura, pela cultura acadêmica e pela cultura científica. Repare-se como as abordagens sociológicas mais contemporâneas são as 30%-e-alguma-coisa acadêmicas e 60%-e-alguma-coisa erísticas.

As abordagens agregadas sob Sociologia Histórica são claramente cindidas entre as de orientação humanística (histórico-interpretativa e historiográfica) e a erística (estruturalista, com 75% e nada humanística, embora ressalta-se o N baixo, de 4 casos). É interessante ressaltar que o estruturalismo é a abordagem de Sociologia Histórica mais próxima do neoinstitucionalismo histórico, isto é, ao aproximar-se das abordagens politológicas¹⁸⁰, tende-se ao estilo erístico. Tipos ideais é heterogênea, como seria de se esperar de uma abordagem weberiana (11,1% humanística, 22,2% acadêmica, 55,6% erística, 11,1% militante e nada simbólica, uma espécie de retrato da obra weberiana). As abordagens de Economia Política também são predominantemente erísticas. As linguístico-interpretativas, analogamente às sociológicas, são mais heterogêneas, tendo-se dois casos eminentemente erísticos (a análise de discurso/conteúdo, com 90,9%, e história conceitual, com 71,4%), e outras eminentemente acadêmicas, como a hermenêutica (60%), o contextualismo linguístico (66,7% e desvio de 2,4) e a pós-moderna (57,1% e desvio de 2,3).

12. Natureza do objeto em estilos cognitivos e tradições disciplinares

Tabela 108. Proporções dos estilos cognitivos, agregados em tradições intelectuais, por natureza do objeto (%)

Tradição intelectual	Estilo cognitivo	N	Natureza do objeto		
			Empírico	Teórico	Linguístico-ideal
Humanística	Literário	53	88,7	0,0	11,3
	Militante	15	80,0	20,0	0,0
Acadêmica	Acadêmico	146	12,3	84,9	2,7
Científica	Erístico	345	96,8	0,0	3,2
	Simbólico	8	87,5	12,5	0,0
Totais		567	73,7	22,6	3,7

Qui-quadrado: 452,981 | V de Cramer: 632 | Sig. (2-sided): .000 | 8 graus de liberdade.

¹⁸⁰ Politicista, inclusive. O politicismo é uma tradição politológica.

Nota: os valores ressaltados foram os considerados mais significativos dentro da variável em questão e não representam, necessariamente, o maior valor na categoria em questão.

As associações entre estilos cognitivos e natureza do objeto são produto de uma sobreposição conceitual; *estilos cognitivos incorporam distinções relativas à natureza dos objetos*. O mais teórico é o estilo acadêmico (84,9%), que não é completamente teórico por envolver conjectura e especulação, podendo ter como termo de referência um objeto empírico. O literário, eminentemente empírico (88,7%), é o mais empregado nos estudos cujos objetos são linguístico-ideais (11,3%). A orientação empírica é *necessária* no estilo erístico e *predominante* no literário, que se distinguem em outros aspectos. Além deles, predominam objetos empíricos no estilo simbólico, informando que a matemática foi geralmente empregada em função de um objeto empírico – ao contrário do estilo formal, que ainda inexistia na Ciência Política brasileira, no qual a modelagem matemática não tem referenciais empíricos imediatos. Quanto ao estilo militante, pelo menos no universo estudado, toma mais como objeto problemas concretos do que enfrenta questões ou elabora proposições de caráter abstrato. Discussões teóricas assumem forma acadêmica, *normativa* em vez de programática, típicas das áreas de teoria política. Também há associação entre tradições disciplinares e natureza do objeto, como verifica-se a seguir:

Tabela 109. Distribuição das tradições disciplinares, agregadas em visões de disciplina, por natureza do objeto, com resíduos padronizados e medidas de associação

Visão de disciplina	Tradição disciplinar	N	Empírico	Teórico	Linguístico-ideal
Sentido estrito	Politicista	44	84,1% ,8	15,9% -,9	0,0% -1,3
	Politológica	116	86,2% 1,6	13,8% -2,0	0,0% -2,1
	Politológica intermediária	21	100,0% 1,4	0,0% -2,2	0,0% -,9
	Estatista	69	82,6% ,9	15,9% -1,2	1,4% -1,0
Sentido amplo	Societal	17	62,8% 2	37,2% 4,0	0,0% -2,5
	Societalista	37	89,2% 1,1	10,8% -1,5	0,0% -1,2
	Estatista	46	76,1% ,2	23,9% ,2	0,0% -1,3
Outras	Econômica	12	66,7% -,3	33,3% ,8	0,0% -,7
	Economicista	15	93,3% ,9	6,7% -1,3	0,0% -,7
	Idealista	35	14,3% -4,1	28,6% ,7	57,1% 16,4
	Totais	567	73,7%	22,6%	3,7%

Qui-quadrado: 347,813 | V de Cramer: .554 | Sig. (2-sided): .000 | 18 graus de liberdade

Tabela 110. Distribuição das visões de disciplina por natureza do objeto, com resíduos padronizados e medidas de associação

Visão de disciplina	N	Empírico	Teórico	Linguístico-ideal
Sentido estrito (ciência política)	215	86% 1,5	13,6% -2,9	0,4% 0,7
Sentido amplo (sociologia política)	176	69,0% -1,5	31% 2,9	0,0% -0,7
Outras	171			
Indeterminado	5			
Totais	567	73,7%	22,6%	3,7%

Qui-quadrado: 22,763 | V de Cramer: .212 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade

Ciência política em sentido estrito é mais empírica do que em sentido amplo, sociologia política, embora aqui também predominem objetos empíricos. Considerando a distribuição relativa dos casos, objetos teóricos são atraídos por sociologia política (resíduos padronizados de 2,9) e repelidos por ciência política. Inversamente, ciência política repele objetos teóricos. No que se refere às tradições disciplinares específicas, a politológica repele teórico, com desvio de -2,0, e linguístico-ideal, com desvio de -2,1. Politológico intermediário também repele teórico (-2,2), além de não ter registrado nenhum caso dessa natureza, atestando seu pronunciado empirismo epistêmico. Ao contrário, a tradição societal atrai fortemente objetos teóricos (4,0). Assim como politológico, societal também repele linguístico-ideal (em ambos os casos, dado o N grande de ambos associado à ausência total de casos linguístico-ideais). A tradição idealista repele empírico (-4,1) e praticamente se confunde com linguístico-ideal (16,4). Os 57,1% de linguístico-ideal na tradição idealista corresponde a 95,2% de todos os objetos linguísticos-ideais na produção.

Em virtude da parcela de objetos teóricos ser muito inferior à de objetos empíricos (22,6% contra 73,7%), os resíduos padronizados ficam sensíveis a grandes concentrações relativas de categorias com N menor, havendo, por exemplo, desvios positivos para “teórico” mesmo quando o contingente de objetos desta natureza é menor. O caso mais ilustrativo foi o societalismo, que atrai objetos teóricos ainda que 62,8% sejam empíricos – sua concentração de objetos teóricos é muito significativa, dada a relativa escassez de teórico nas demais categorias. Assim, a concentração de casos teóricos em societal é suficiente para haver uma grande associação.

13. Associações entre estilos cognitivos e tradições disciplinares

A seguir, confere-se a distribuição de estilos cognitivos (agregados em tradições intelectuais) por tradição disciplinar (agregadas em visões de disciplina):

Tabela 111. Proporções das tradições disciplinares (agregadas em visões de disciplina) por estilos cognitivos (agregados em tradições intelectuais), com resíduos padronizados e medidas de associação

Visão de disciplina	Tradição disciplinar	N	(Tradição humanística)		(Acadêmica)	(Científica)	
			Estilo literário	Estilo militante	Estilo acadêmico	Estilo erístico	Estilo Simbólico
Sentido estrito (ciência política)	Politicista	44	4,5% -1,0	0,0% -1,1	18,2% -1,0	77,3% 1,4	0,0% - ,8
	Politológica	116	1,7% -2,7	1,7% - ,6	16,4% -2,0	75,0% 2,0	5,2% 3,4
	Politológica intermediária	21	4,8% - ,7	0,0% - ,7	0,0% -2,3	95,2% 2,0	0,0% - ,5
	Estatista	69	7,2% - ,6	1,4% - ,6	18,8% -1,1	72,5% 1,2	0,0% -1,0
Sentido amplo (sociologia política)	Societal	172	15,1% 2,5	4,1% 1,1	39,5% 3,6	40,7% -3,4	0,6% - ,9
	Societalista	37	8,1% - ,2	0,0% -1,0	16,2% -1,1	75,7% 1,2	0,0% - ,7
	Estatal	46	10,9% ,3	8,7% 2,5	23,9% - ,2	54,3% - ,6	2,2% ,4
Outras	Econômica	12	0,0% -1,1	0,0% - ,6	41,7% 1,1	58,3% - ,1	0,0% - ,4
	Economicista	15	0,0% -1,2	6,7% 1,0	20,0% - ,4	73,3% ,6	0,0% - ,5
	Idealista	7	25,7% 3,2	0,0% -1,0	37,1% 1,3	37,1% -1,8	0,0% - ,7
	Totais	567	9,3%	2,6%	25,7%	60,8%	1,4%
Qui-quadrado: 114,147 V de Cramer: .224 Sig. (2-sided): .000 36 graus de liberdade.							
Nota: os valores ressaltados foram os considerados mais significativos dentro da variável em questão e não representam, necessariamente, o maior valor da categoria em questão.							

Os resultados seguem associando-se com as divisões entre áreas e abordagens. As três tradições politológicas e o estatismo pontuam nos estilos cognitivos mais ou menos como as áreas de “Comportamento político...” e “Instituições políticas” e das abordagens mais identificadas com a Ciência Política, enquanto as tradições societal e societalista seguem os valores apresentados pelas áreas de “Estado e sociedade civil” e “Teoria política e história das ideias”.

Há também um dado interessante. A tradição mais erística da sociologia política, o societalismo, estuda o mesmo objeto da ciência política em sentido estrito, embora o trate como um âmbito dependente de fatores sociais. Quanto às visões disciplinares em particular:

Tabela 112. Distribuição das visões disciplinares por tradições intelectuais, com resíduos padronizados e medidas de associação

Visão disciplinar	N	Humanística	Acadêmica	Científica
Sentido estrito (Ciência Política)	261	5,0% -3,3	18,0% -2,5	77,0% 3,0
Sentido amplo (Sociologia Política)	306	18,0% 3,0	32,4% 2,3	49,7% -2,8
Totais	567	12,0%	25,7%	62,3%

Qui-quadrado: 47,994 | V de Cramer: .291 | Sig. (2-sided): .000 | 2 graus de liberdade

As tradições que compõem a ciência política em sentido estrito concentram a maior parte dos casos erísticos e simbólicos, tendo a maior orientação científica da produção. A visão disciplinar em sentido amplo, Sociologia Política, é mais heterogênea, embora predomine, em menor grau, a orientação científica, entendida em sentido amplo (erística).

14. Amplitude do argumento dos periódicos

Tabela 113. Amplitude do argumento dos periódicos, com resíduos padronizados e medidas de associação

		N	+ Estrutura (objetivista)	+ Agência (subjetivista)
A1	Dados	45	73,3% 1,5	26,7% -1,7
	Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	51,7% -,3	48,3% ,4
	Opinião Pública	59	44,1% -1,2	55,9% 1,4
A2	Brazilian Political Science Review	26	53,8% -,2	46,2% ,2
	Revista de Sociologia e Política	86	61,9% ,7	38,1% -,8
	Lua Nova	31	46,7% -,7	53,3% ,8
	Revista de Economia Política	10	80,0% 1,0	20,0% -1,1
	Novos Estudos	25	72,0% 1,1	28,0% -1,2
B1	Revista Brasileira de Ciência Política	74	54,2% -,2	45,8% ,2
	Caderno CRH	27	55,6% ,0	44,4% ,0
	Cadernos de Pesquisa	14	64,3% ,4	35,7% -,5
	Ciência e Saúde Coletiva	52	75,0% 1,8	25,0% -2,1
	Estudos Históricos	13	7,7% -2,3	92,3% 2,6
	História	7	14,3% -1,5	85,7% 1,7
	Religião e Sociedade	9	22,2% -1,4	77,8% 1,5
	Estudos Feministas	15	56,3% ,0	43,8% ,0
	Sociedade e Estado	14	21,4% -1,7	78,6% 2,0
	Sociologias	12	50,0%	50,0%

		-3	3
Ambiente e Sociedade	8	75,0%	25,0%
		7	-8
Totais	567	56,0%	44,0%

Qui-quadrado: 62,831 | V de Cramer: .334 | Sig. (2-sided): .000 | 22 graus de liberdade.

Nota: Os seguintes periódicos foram omitidos da tabela, pelo N pequeno (i) *Tempo Social*: agência (1); (ii) *Estudos Avançados*: estrutura (3); (iii) *Saúde e Sociedade*: estrutura (1) e agência (2); (iv) *Cadernos Pagu*: agência (3).

A Ciência Política brasileira contemporânea é mais objetivista (56%) do que subjetivista (44%), embora tal predominância não tenha a dimensão dos objetos empíricos na oposição empírico-teórica. Destaca-se *Ciência e Saúde Coletiva*, com 75% de trabalhos mais estruturais e 25% mais agência, havendo desvio negativo quanto à agência, repelindo-a. Ao contrário, tem-se *Sociedade e Estado*, com 78,6% de estudos mais próximos da agência, atraindo-os com desvio de 2,0, e 21,4% de estudos mais próximos da estrutura. A maior oposição é de *Estudos Históricos*, periódico subjetivista com 92,3% de trabalhos mais próximos da agência, com desvio de 2,6, e apenas 7,7% mais estruturais, com desvio de -2,3. Em outras palavras, embora *Ciência e Saúde Coletiva* repila trabalhos subjetivistas, ela não atrai trabalhos estruturais de forma significativa. Esse padrão de oposição é o mesmo de *Sociedade e Estado*, que atrai trabalhos subjetivistas mas não repele trabalhos estruturais. Já *Estudos Históricos* atrai subjetivistas e repele estruturais. Outras concentrações dignas de nota são os periódicos mais estruturais *Revista de Economia e Política* (80%), *Ambiente e Sociedade* (75%), *Dados* (73,3%) e *Novos Estudos* (72%) e *Religião e Sociedade*, com 77,8% de trabalhos mais subjetivistas.

15. Amplitude do argumento nas áreas temáticas

Tabela 114. Amplitude do argumento das áreas temáticas, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	+ Estrutura (Objetivismo)	+ Agência (Subjetivismo)
Comunicação, representação e comportamento político			
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	35,0%	65,0%
		-1,8	2,0
Atitudes e cultura política	30	30,0%	70,0%
		-1,9	2,2
Comunicação política e opinião pública	20	35,0%	65,0%
		-1,3	1,4
Instituições participativas	10	68,8%	31,3%
		7	-8
Instituições políticas			
Estudos do Legislativo	8	37,5%	62,5%
		-7	8
Relações Executivo-Legislativo	8	25,0%	75,0%
		-1,2	1,3
Relações intergovernamentais	5	100,0%	0,0%
		1,3	-1,5
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	68,8%	31,3%
		7	-8
Sistemas governamentais	9	88,9%	11,1%

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

		1,3	-1,5
Análise do processo decisório	7	42,9%	57,1%
		-,5	,5
Governo, burocracia e políticas públicas	122	73,0%	27,0%
		2,5	-2,8
Estudos do poder local	7	28,6%	71,4%
		-1,0	1,1
Estado e sociedade civil			
Estrutura e transformação do Estado	24	66,7%	33,3%
		,7	-,8
Política e economia	20	85,0%	15,0%
		1,7	-1,9
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	31,6%	68,4%
		-1,4	1,6
Classes e grupos de interesse	10	30,0%	70,0%
		-1,1	1,2
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	31,0%	69,0%
		-2,2	2,5
Segurança pública	19	42,1%	57,9%
		-,8	,9
Política, Direito e Judiciário	12	50,0%	50,0%
		-,3	,3
Religião e política	9	100,0%	0,0%
		,9	-1,4
Teoria, métodos e ideias			
Teoria política democrática	39	81,1%	18,9%
		2,0	-2,3
Teoria política moderna	13	61,5%	38,5%
		,3	-,3
Teoria política contemporânea	29	82,8%	17,2%
		1,9	-2,2
História das ideias	14	21,4%	78,6%
		-1,7	2,0
Metodologia	11	100,0%	0,0%
		1,8	-2,0
Pensamento político brasileiro	12	36,4%	63,6%
		-,9	1,0
Totais	567	56,1%	43,9%

Qui-quadrado: 119,734 | V de Cramer: .462 | Sig. (2-sided): .000 | 28 graus de liberdade.

Nota: as seguintes áreas foram omitidas, pelo N pequeno: (i) "Instituições governamentais específicas": estrutura (1); (ii) "Revoluções e conflitos civis": estrutura (1) e agência (1); (iii) "Ensino e pesquisa em CP e RI": agência (1).

Há oposição mais pronunciada na distribuição da amplitude do argumento por áreas. Do lado estruturalmente orientado tem-se “relações intergovernamentais” (100%), “sistemas governamentais” (88,9%), “governo, burocracia e políticas públicas” (74%), “política e economia” (85%), “religião e política” (100%), “teoria política democrática” (81,1%), “teoria

política contemporânea” (82,8%) e “metodologia” (100%). Entre esses, “teoria política contemporânea” (1,9), “teoria política democrática” (2,0 e -2,3) e “governo, burocracia e políticas públicas” (2,5 e -2,8) apresentam concentração positiva para estrutura e negativa para agência. “Política e economia” apenas repele agência (-1,9). As explicações institucionalistas explicam grande parte dessa orientação estrutural. No entanto, as áreas de instituições políticas não são todas mais estruturais, predominando agência em “relações Executivo-Legislativo” (75%), “estudos do poder local” (71,5%) e “análise do processo decisório (57,1%), em virtude da presença do neoinstitucionalismo de escolha racional. A orientação estrutural de áreas de teoria política pode ser uma surpresa, mas aqui a abstração implicou afastamento da ação, privilegiando-se efeitos de arranjos de normas e ideias, mecanismos institucionais e estruturas de dominação.

Do lado subjetivamente orientado, tem-se “estudos eleitorais e partidos políticos” (65%), “atitudes e cultura política” (70%), “relações Executivo-Legislativo” (75%), “estudos do poder local” (71,4%), “classes e grupos de interesse” (70%), “movimentos, organizações e atores coletivos” (69%) e “história das ideias” (78,6%). Entre esses, “atitudes e cultura política” (2,2 e -1,9) e “movimentos sociais e atores coletivos” (2,5 e -2,2) apresentam dupla concentração significativa, atraindo “agência” e repelindo “estrutura”. “História das ideias” (2,0) e “estudos eleitorais e partidos políticos” (2,0) apresentam concentração positiva para “agência”, sem repelir significativamente “estrutura”. As áreas de estudos eleitorais e atitudes e cultura política são historicamente subjetivistas – derivam do comportamentalismo e do individualismo metodológico weberiano e, no contexto da Ciência Política estadunidense, estabelecem-se no campo opondo-se ao institucionalismo histórico-formalista original. Embora fundada em uma ordem de fatores radicalmente distinta, o *homo economicus* das abordagens informadas pela teoria da escolha racional, eminente a partir da década de 1960, conserva a orientação subjetivista da Ciência Política pós-institucionalista – e por esse motivo certas áreas de instituições políticas, como “estudos do Legislativo” e “relações Executivo-Legislativo”, hoje permeadas pelo neoinstitucionalismo de escolha racional, têm orientação subjetivista. O subjetivismo seria atacado sobretudo a partir da década de 1990 com o neoinstitucionalismo normativo e político (Peters 1999, p. 19; Amenta e Ramsey 2010, p. 32-33), estabelecendo e fortalecendo áreas e abordagens mais estruturais e estimulando que a teoria de escolha racional incorporasse instituições políticas.

16. Amplitude do argumento nas abordagens nominais

Tabela 115. Amplitude do argumento das abordagens, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	+ Estrutura (Objetivista)	+ Agência (Subjetivista)
Ciência Política			
Neoinstitucionalismo político	67	94,0% 4,2	6,0% -4,7
Neoinstitucionalismo de escolha racional	37	48,6% -,6	51,4% ,7
Neoinstitucionalismo histórico	18	83,3% 1,5	16,7% -1,7
Cultura política	21	14,3% -2,6	85,7% 2,9
Escolha racional	3	0,0%	100%

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

		-1,3	1,5
Sistêmica	2	100,0% ,8	0,0% -,9
Pluralismo	3	33,3% -,5	66,7% ,6
Comportamentalismo	10	10,0% -1,9	90,0% 2,2
Redes	8	50,0% -,2	50,0% ,3
<i>Accountability</i>	2	50,0% -,1	50,0% ,1
Elites	23	26,1% -1,9	73,9% 2,2
Jurisprudência política	7	57,1% ,0	42,9% ,0
<i>Interest group theory</i>	2	50,0% -,1	50,0% ,1
Empirismo politológico	27	80,8% 1,7	19,2% -1,9
Informacional	11	27,3% -,3	72,7% 1,4
Feminismo	27	53,8% -,2	46,2% ,2
Teoria política liberal	6	50,0% -,2	50,0% ,2
Deliberacionismo	12	41,7% -,7	58,3% ,8
Participativismo	14	57,1% ,1	42,9% -,1
Pragmatismo	2	100,0% ,6	0,0% -,7
Maquiaveliana	9	88,9% 1,3	11,1% -,5
Contratualismo	4	75,0% ,5	25,0% -,6
Multiculturalismo	7	85,7% 1,0	14,3% -,2
Sociologia Política			
Marxista	24	79,2% 1,5	20,8% -,7
Modernização	3	66,7% ,2	33,3% -,3
Organizações	29	72,4% 1,2	27,6% -,3
Atores sociais	10	10,0% -1,9	90,0% 2,2
Praxiológica	22	31,8% -,5	68,2% 1,7
Interacionista	6	16,7% -,3	83,3% 1,5
Etnometodológica	13	0,0% -2,7	100,0% 3,0
Teoria crítica	6	100,0% 1,4	0,0% -,6
Memória-imaginário político	7	71,4% ,5	28,6% -,6
Sociologia Histórica			
Histórico-interpretativa	18	16,7%	83,3%

		-2,2	2,5
Tipos ideais	9	55,6% ,0	44,4% ,0
Estruturalista	4	100% 1,2	0,0% -1,3
Historiográfica	10	10,0% -1,9	90,0% 2,2
Economia Política			
Institucionalismo econômico	4	100,0% 1,2	0,0% -1,3
(Neo)desenvolvimentismo	14	100,0% 2,2	0,0% -2,5
Teoria da Dependência	1	100,0% ,6	0,0% -7
Linguístico-interpretativas			
Hermenêutica	5	0,0% -1,5	100,0% 1,7
Contextualismo linguístico	9	22,2% -1,4	77,8% 1,5
História conceitual	7	28,6% -1,0	71,4% 1,1
Análise de discurso/conteúdo	11	9,1% -2,1	90,9% 2,3
Pós-moderna	14	71,4% ,8	28,6% -9
Semiológica	1	100,0% ,6	0,0% -7
Direito			
Constitucionalismo	3	66,7% ,2	33,3% -3
Não identificado	15		
Totais	567	73,7%	22,6%

Qui-quadrado: 214,958 | V de Cramer: .618 | Sig. (2-sided): .000 | 46 graus de liberdade.
Nota: casos com N < 5 não foram ressaltados.

As abordagens mais estruturalmente orientadas são teoria crítica (100%), (neo)desenvolvimentismo (100%), neoinstitucionalismo político (94%), maquiaveliana (88,9%), multiculturalismo (85,7%), neoinstitucionalismo histórico (83,3%), empirismo politológico (80,8%), marxismo (79,2%), organizações (72,4%), memória-imaginário político (71,4%) e pós-moderna (71,4%). O neoinstitucionalismo político é a abordagem mais polarizada, com desvio de 4,2 para estrutura e -4,7 para agência, seguida pelo (neo)desenvolvimentismo, com 2,2 para estrutura e -2,5 para agência. O empirismo politológico somente apresenta desvio negativo para agência, na magnitude de -1,9. As demais abordagens não apresentam concentrações significativas.

Entre as abordagens subjetivamente orientadas, destacam-se etnometodológica (100%), hermenêutica (100%), análise de discurso/conteúdo (90,9%), comportamentalismo (90%), atores sociais (90%), historiográfica (90%), cultura política (85,7%), histórico-interpretativa (83,3%), interacionista (83,3%), contextualismo linguístico (77,8%), elites (73,9%), informacional (72,7%) e história conceitual (71,4%). As abordagens subjetivamente orientadas parecem opor-se com mais vigor às mais estruturais. A etnometodológica é a mais polarizada, com desvio de 3,0 para agência e -2,7 para estrutura. Cultura política tem desvio de 2,9 para agência e -2,6 para estrutura, em claro contraste com o neoinstitucionalismo político, considerando-se a relação histórica de oposição aguda entre ambos na Ciência

Política. Análise de discurso/conteúdo tem 2,3 para agência e -2,1 para estrutura seguida pela abordagem histórico-interpretativa, 2,2 para agência e -2,2 para estrutura. Com um pouco menos de intensidade, tem-se comportamentalismo, elites, atores sociais e historiográfica, com 2,2 para agência e -1,9 para estrutura.

17. Escopo do argumento nos periódicos

Tabela 116. Escopo do argumento dos periódicos, com resíduos padronizados e medidas de associação

		N	+ Nomotético	+ Idiográfico
	Dados	45	55,6% 1,5	44,4% -1,3
A1	Revista Brasileira de Ciências Sociais	29	48,3% ,6	51,7% -,5
	Opinião Pública	59	60,3% 2,3	39,7% -1,9
	Brazilian Political Science Review	26	61,5% 1,6	38,5% -1,4
A2	Revista de Sociologia e Política	86	49,4% 1,2	50,6% -1,0
	Lua Nova	31	38,7% -,2	61,3% ,2
	Revista de Economia Política	10	50,0% ,4	50,0% -,4
	Novos Estudos	25	40,0% -,1	60,0% ,1
	Revista Brasileira de Ciência Política	74	62,5% 2,9	37,5% -2,4
B1	Caderno CRH	27	19,2% -1,7	80,8% 1,4
	Cadernos de Pesquisa	14	0,0% -2,4	100,0% 2,0
	Ciência e Saúde Coletiva	52	17,3% -2,7	82,7% 2,2
	Estudos Históricos	13	0,0% -2,3	100,0% 1,9
	História	7	0,0% -1,7	100,0% 1,4
	Religião e Sociedade	9	0,0% -1,9	100,0% 1,6
	Estudos Feministas	15	6,3% -2,2	93,8% 1,8
	Sociedade e Estado	14	21,4% -1,1	78,6% ,9
	Sociologias	12	33,3% -,4	66,7% ,3
	Ambiente e Sociedade	8	25,0% -,7	75,0% ,6
	Totais	567	40,9%	59,1%

Qui-quadrado: 98,895 | V de Cramer: .419 | Sig. (2-sided): .000 | 22 graus de liberdade.

Nota: Os seguintes periódicos foram omitidos da tabela, pelo N pequeno (i) *Tempo Social*: idiográfico (1); (ii) *Estudos Avançados*: nomotético (2) e idiográfico (1); (iii) *Saúde e Sociedade*: idiográfico (3); (iv) *Cadernos Pagu*: idiográfico (3).

A orientação mais idiográfica predomina na produção, com 59,1% dos casos; 40,9% são mais nomotéticos. Os periódicos mais nomotéticos são a *Revista Brasileira de Ciência Política* (62,5%), *Brazilian Political Science Review* (61,5%) e *Opinião Pública* (60,3%). Destas, a RBCP apresenta

desvio de 2,9 para nomotético e -2,4 para idiográfico e *Opinião Pública* de 2,3 para nomotético e -1,9 para idiográfico. Embora predominem os trabalhos mais idiográficos, os periódicos B1, mais numerosos, concentram essa produção. Destacam-se *Cadernos de Pesquisa* (100%), *Estudos Históricos* (100%), *História* (100%), *Religião e Sociedade* (100%), *Estudos Feministas* (93,8%), *Ciência e Saúde Coletiva* (82,7%), *Caderno CRH* (80,8%), *Sociedade e Estado* (78,6%), *Ambiente e Sociedade* (75%), *Sociologias* (66,7%), *Lua Nova* (61,3%) e *Novos Estudos* (60%). Há concentrações estatisticamente significativas em *Ciência e Saúde Coletiva* (2,2 idiográfico e -2,7 nomotético), *Cadernos de Pesquisa* (2,0 idiográfico e -2,4 nomotético), *Estudos Históricos* (1,9 idiográfico e -2,3 nomotético) e *Estudos Feministas* (-2,2 nomotético). O predomínio do escopo idiográfico nesses periódicos explica-se em parte pelo foco sobre políticas públicas, com estudos de caso, muitos deles apresentando soluções ou sugestões para problemas específicos de ordem prática.

18. Escopo do argumento nas áreas temáticas

Tabela 117. Escopo do argumento das áreas temáticas, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	+ Nomotético	+ Idiográfico
Comunicação, representação e comportamento político			
Estudos eleitorais e partidos políticos	40	35,0% -,6	65,0% ,5
Atitudes e cultura política	30	60,0% 1,6	40,0% -1,4
Comunicação política e opinião pública	20	35,0% -,4	65,0% ,3
Instituições participativas	10	46,7% ,3	53,3% -,3
Instituições políticas			
Estudos do Legislativo	8	75,0% 1,5	25,0% -1,3
Relações Executivo-Legislativo	8	50,0% ,4	50,0% -,3
Relações intergovernamentais	5	40,0% ,0	60,0% ,0
Sistemas eleitorais e sistemas partidários	16	87,5% 2,9	12,5% -2,4
Sistemas governamentais	9	88,9% 2,2	11,1% -1,9
Análise do processo decisório	7	42,9% ,1	57,1% -,1
Governo, burocracia e políticas públicas	122	17,4% -4,1	82,6% 3,4
Estudos do poder local	7	57,1% ,7	42,9% -,6
Estado e sociedade civil			
Estrutura e transformação do Estado	24	37,5% -,3	62,5% ,2
Política e economia	20	35,0% -,4	65,0% ,3
Recrutamento político, jurídico e burocrático	19	42,1% ,1	57,9% -,1
Classes e grupos de interesse	10	20,0% -1,0	80,0% ,9
Movimentos, organizações e atores coletivos	42	26,2% -1,5	73,8% 1,2

Segurança pública	19	26,3% -1,0	73,7% ,8
Política, Direito e Judiciário	12	50,0% ,5	50,0% -4
Religião e política	9	0,0% -1,9	100,0% 1,6
Teoria, métodos e ideias			
Teoria política democrática	39	78,9% 3,7	21,1% -3,0
Teoria política moderna	13	66,7% 1,4	33,3% -1,2
Teoria política contemporânea	29	75,9% 2,9	24,1% -2,4
História das ideias	14	14,3% -1,6	85,7% 1,3
Metodologia	11	100,0% 2,9	0,0% -2,4
Pensamento político brasileiro	12	16,7% -1,3	83,3% 1,1
Totais	567	41,0%	59,0%

Qui-quadrado: 141,029 | V de Cramer: .501 | Sig. (2-sided): .000 | 28 graus de liberdade.
Nota: as seguintes áreas foram omitidas, pelo N pequeno: (i) "Instituições governamentais específicas": idiográfico (1); (ii) "revoluções e conflitos civis": idiográfico (3); (iii) "ensino e pesquisa em CP e RI": idiográfico (1).

Também há associação entre áreas temáticas e escopo do argumento. As áreas mais nomotéticas são “metodologia” (100%), “sistemas eleitorais e sistemas partidários” (87,5%), “sistemas governamentais” (88,9%), “teoria política democrática” (78,9%), “estudos do Legislativo” (75%), “teoria política contemporânea” (75,9%), “teoria política moderna” (66,7%) e “atitudes e cultura política” (60%). Apresentam concentração significativa “teoria política democrática” (3,7 nomotético e -3,0 idiográfico), “sistemas eleitorais” (2,9 nomotético e -2,4 idiográfico), “teoria política contemporânea” (2,9 nomotético e -2,4 idiográfico) e “metodologia” (2,9 nomotético e -2,4 idiográfico) e “sistemas governamentais” (2,2 nomotético e -1,9 idiográfico). Aqui tem-se duas vertentes – uma orientada para generalizações empíricas, outra para generalizações teóricas.

As áreas mais idiográficas são “religião e política” (100%), “governo, burocracia e políticas públicas” (82,6%), “classes e grupos de interesse” (80%), “movimentos, organizações e atores coletivos” (73,8%), “segurança pública” (73,7%), “estudos eleitorais e partidos políticos” (65%), “comunicação política e opinião pública” (65%), “política e economia” (65%), “estrutura e transformação do Estado” (62,5%) e “relações intergovernamentais” (60%). Apesar dessas predominâncias, só há concentração estatisticamente significativa em políticas públicas (3,4 idiográfico e -4,1 nomotético).

19. Escopo do argumento nas abordagens

Tabela 118. Escopo do argumento das abordagens nominais, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	+ Nomotético	+ Idiográfico
Ciência Política			
Neoinstitucionalismo político	67	40,3% -1	59,7% ,1
Neoinstitucionalismo de escolha racional	37	73,0% 3,0	27,0% -2,5
Neoinstitucionalismo histórico	18	5,6%	94,4%

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

		-2,3	2,0
Cultura política	21	61,9% 1,5	38,1% -1,3
Escolha racional	3	0,0% -1,1	100,0% ,9
Sistêmica	2	50,0% ,2	50,0% -2
Pluralismo	3	33,3% -2	66,7% ,2
Comportamentalismo	10	30,0% -5	70,0% ,4
Redes	8	0,0% -1,8	100,0% 1,5
<i>Accountability</i>	2	50,0% ,2	50,0% -2
Elites	23	43,5% ,2	56,5% -2
Jurisprudência política	7	42,9% ,1	57,1% -1
<i>Interest group theory</i>	2	100,0% 1,3	0,0% -1,1
Empirismo	27	51,9% ,9	48,1% -7
Informacional	11	45,5% ,2	54,5% -2
Feminismo	27	40,0% -1	60,0% ,1
Teoria política liberal	6	83,3% 1,6	16,7% -1,4
Deliberacionismo	12	75,0% 1,8	25,0% -1,5
Participativismo	14	30,8% -6	69,2% ,5
Pragmatismo	2	100,0% 1,3	0,0% -1,1
Maquiaveliana	9	100,0% 2,8	0,0% -2,3
Contratualismo	4	75,0% 1,1	25,0% -9
Multiculturalismo	7	85,7% 1,9	14,3% -1,5
Sociologia Política			
Marxista	24	54,2% 1,0	45,8% -8
Modernização	3	100,0% 1,6	0,0% -1,3
Organizações	29	44,8% ,3	55,2% -3
Atores sociais	10	10,0% -1,5	90,0% 1,3
Praxiológica	22	54,5% 1,0	45,5% -8
Interacionista	6	16,7% -9	83,3% ,8
Etnometodológica	13	7,7% -1,9	92,3% 1,6
Teoria crítica	6	83,3% 1,6	16,7% -1,4

Apêndice 5. Distribuições e medidas de associação

Memória-imaginário político	7	14,3% -1,1	85,7% ,9
Sociologia Histórica			
Histórico-interpretativa	18	5,6% -2,3	94,4% 2,0
Tipos ideais	9	11,1% -1,4	88,9% 1,2
Estruturalista	4	50,0% ,3	50,0% -2
Historiográfica	10	10,0% -1,5	90,0% 1,3
Economia Política			
Institucionalismo econômico	4	50,0% ,3	50,0% -2
(Neo)desenvolvimentismo	14	28,6% -7	71,4% ,6
Teoria da Dependência	1	0,0% -6	100,0% ,5
Linguístico-interpretativas			
Hermenêutica	5	0,0% -1,4	100,0% 1,2
Contextualismo linguístico	9	0,0% -1,9	100,0% 1,6
História conceitual	7	14,3% -1,1	85,7% ,9
Análise de discurso/conteúdo	11	9,1% -1,7	90,9% 1,4
Pós-moderna	14	35,7% -3	64,3% ,3
Semiológica	1	0,0% -6	100,0% ,5
Direito			
Constitucionalismo	3	66,7% ,7	33,3% -6
Totais	567	40,9%	59,1%

Qui-quadrado: 138,806 | V de Cramer: .497 | Sig. (2-sided): .000 | 46 graus de liberdade.

As abordagens mais nomotéticas são a maquiaveliana (100%), multiculturalismo (85,7%), teoria crítica (83,3%), teoria política liberal (83,3%), deliberacionismo (75%), neoinstitucionalismo de escolha racional (73%) e cultura política (61,9%). O neoinstitucionalismo de escolha racional apresenta concentração significativa de 3,0 para nomotético e -2,5 para idiográfico, a maior polarização. Além dela, tem-se as discussões teóricas maquiavelianas, com 2,8 para nomotético e -2,3 para idiográfico. O multiculturalismo apresenta desvio de 1,9 para nomotético. Os cinco primeiros casos reforçam a orientação nomotética da teoria política. Resultados como os de teoria crítica parecem surpreendentes, tendo em vista sua relativização das operações indutivas e do método científico – mas seus argumentos dificilmente restringem-se a casos particulares, na verdade é imanente uma visão sistêmica e até funcional dos mecanismos de poder estudados. A orientação nomotética do neoinstitucionalismo de escolha racional dirige-se à generalização empírica, não raro almejando construir leis.

As abordagens mais idiográficas são redes (100%), hermenêutica (100%), contextualismo linguístico (100%), atores sociais (90%), neoinstitucionalismo histórico (94,4%), histórico-interpretativa (94,4%), etnometodológica (92,3%), análise de

discurso/conteúdo (90,9%), historiográfica (90%), tipos-ideais (88,9%), memória-imaginário político (85,7%), história conceitual (85,7%), interacionismo (83,3%), (neo)desenvolvimentismo (71,4%), comportamentalismo (70%), participativismo (69,2%), pós-moderna (64,3%) e feminismo (60%). Entre essas, o neoinstitucionalismo histórico (2,0 para idiográfico e -2,3 para nomotético), histórico-interpretativa (2,0 para idiográfico e -2,3 para nomotético) e o contextualismo linguístico (-1,9 para nomotético) apresentam concentrações significativas.

A maior surpresa é o comportamentalismo. Uma explicação possível é o alargamento do sentido atribuído ao termo, em certo sentido afastando-o do *behavioralism* original. *Grosso modo*, a lógica consistia em generalizar intenções identificadas por meio de *surveys*. O comportamentalismo da produção consultada, no entanto, focou estudos de uma unidade (oito casos, 80%) – e nenhuma destas unidades são de larga escala (*large-N studies*). Destes oito, três casos são nomotéticos e cinco são idiográficos. É claro, não é obrigatório ter-se um N grande para estabelecer-se generalizações, mas não foi isso o que aconteceu. Os dois casos restantes, um de “poucas unidades” e o último de “muitas unidades” (>10) são ambos idiográficos, isto é, também não foram feitas generalizações para além dos casos estudados no estudo de muitas unidades. Entre as abordagens idiográficas de tradição científica (estilo erístico e simbólico) tem-se redes, neoinstitucionalismo histórico, análise de discurso/conteúdo, (neo)desenvolvimentismo, história conceitual e interacionista. De orientação mais humanística, tem-se hermenêutica, etnometodológica e historiográfica, e acadêmica tem-se participativismo, feminismo e pós-moderna, estas também com certa orientação humanística.

20. Associação entre amplitude e escopo

A distribuição dos periódicos, áreas e abordagens por escopo e amplitude sugerem a existência de associação entre ambas as variáveis. Naturalmente, coloca-se a questão de que se não haveria relação entre categorias como estrutura-nomotético e agência-idiográfico. Essa relação existe, como mostram os dados a seguir.

Tabela 119. A amplitude por escopo do argumento, com resíduos padronizados e medidas de associação

	N	+ Nomotético N=228	+ Idiográfico N=331
+ Estrutura (objetivista)	312	51,3% 2,9	48,7% -2,4
+ Agência (subjetivista)	247	27,5% -3,3	72,5% 2,7
Indeterminado	8		
Totais	567	40,8%	59,2%
Qui-quadrado: 32,202 V de Cramer: .240 Sig. (2-sided): .000 1 grau de liberdade.			

Há polarização entre estrutura-nomotético (+2,9) e agência-idiográfico (+2,7), embora haja maior concentração entre agência e idiográfico (72,5%) do que entre estrutura e nomotético (51,3%). A forte polarização entre nomotético e idiográfico em agência influi a polarização em estrutura, na qual é pequena a diferença entre nomotético e idiográfico (51,3% e 48,7%). Portanto, as associações para agência são mais fortes do que para estrutura. Assim, a atração entre agência e idiográfico e a repulsão entre agência e nomotético são mais fortes do que entre estrutura e nomotético ou idiográfico.

Referências

- Almeida, M. H. T.** 2001. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: Miceli, S. (ed.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- Almond, G.** 1956. Comparative Political Systems. *Journal of Politics*, 18, pp. 391-409.
- _____. 1990. *A Discipline Divided*. Newbury Park: Sage Publications.
- _____. 1991. Political Science: The History of the Discipline. In: Goodin, R.E.; Klingemann, H-D. (eds.) *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press.
- Almond, G.; Coleman, J. S.** 1960. *The Politics of the Developing Areas*. Princeton: Princeton University Press.
- Almond, G.; Verba, S.** 1963. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Amenta, E.; Ramsey, K. M.** 2010. Institutional Theory. In: Leicht, K. T.; Jenkins, J. C. (eds.) *Handbook of Politics: State and Society in Global Perspective*. New York: Springer.
- Araujo, C.** 2013. Wanderley Guilherme dos Santos: ontologia e política. In: Soares D. O. (ed.) *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. Belo Horizonte: UFMG-Perseu Abramo.
- Arruda, M. A. N.** 1995. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: Miceli, S. (ed.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 2. São Paulo: Sumaré.
- _____. 2001. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: Miceli, S. (ed.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- Avritzer, L.** 2002. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2007. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, 50 (3), pp. 443-464.
- Baert, P.** 1997. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35).
- Balbachevsky, E.** 1996. *Atores e estratégias institucionais: a profissão acadêmica no Brasil*. Parte I – Ensino e Extensão. Documento de trabalho n. 1/96. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, USP.
- Ball, T.** 2004. Aonde vai a teoria política? *Revista de Sociologia e Política*, 23, pp. 9-22.
- Baptista, K.** 2010. A. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. *Perspectivas*, 37, pp. 225-248.
- Barber, B.** 1984. *Strong Democracy. Participatory Politics for a New Age*. Berkeley: University of California Press.
- Barker, E.** 1946. *The Politics of Aristotle*. Oxford: Oxford University Press.

- Barnes, S.; Kaase, M.** 1979. *Political Action. Mass Participation in Five Western Democracies*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Barrow, C. W.** *The Intellectual Origins of New Political Science*.
- Barthes, R.** 1964. Éléments de sémiologie. *Communications*, 4 (4), pp. 91-135.
- Bendix, R.** 1996. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Edusp.
- Ben-Dor, G.** 1975. Institutionalization and Political Development: A Conceptual and Theoretical Analysis. *Comparative Studies in Society and History*, 17 (3), pp. 309-325.
- Berger, S.** (ed.) *Organizing Interests in Western Europe*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Bergsteiner, H.** 2012. *Accountability Theory Meets Accountability Practice*. Bingley: Emerald Group.
- Biroli, F.** 2013. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. *Revista de Sociologia e Política*, 21 (48), pp. 127-142.
- Blum, J. M.** 1956. *Woodrow Wilson and the Politics of Morality*. Upper Saddle River: Pearson.
- Bohman, J.** 1996. *Public Deliberation. Pluralism, Complexity, and Democracy*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Boltanski, L.** 2004. *La condition foetale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement*. Paris: Gallimard.
- Bourdieu, P.** 1980. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.
- _____. 1984. *Distinction. A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- _____. 1988. *Homo academicus*. Stanford : Stanford University Press.
- _____. 1989a. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 1989b. Espaço social e gênese das classes. In _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 1989c. Social Space and Symbolic Power. *Sociological Theory*, 7(1), pp. 14-25.
- _____. 1996. *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2011. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 5, pp. 193-216.
- Bourdieu, P.; Wacquant, L.** 1992. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Brader, T.** 2007. *Campaigning for Hearts and Minds*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Brandão, G. M.** 1998. A teoria política é possível. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (36).
- _____. 2005. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, 48 (2), pp. 231-269.
- Braudel, F.** 1979. *Civilization and Capitalism, 15th-18th Centuries*. New York: Harper and Row.

- Brinton, C.** 1965. *The Anatomy of Revolution*. New York: Vintage Books.
- Brunner, O.** 2004 [1972-1997]. *Geschichtliche Grundbegriffe: historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Stuttgart: Klett-Cotta Verlag.
- Bull, H.; Hurrell, A.** 1980. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. New York: Columbia University Press.
- Burke, P.** 2000. *A Social History of Knowledge: from Gutenberg to Diderot*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Burlamaqui, L.** 2010. Knowledge, Governance, Innovation and Development. *Brazilian Journal of Political Economy*, 40 (4), pp. 560-580.
- Buzan, B.** 1993. From International System to International Society: Structural realism and regime theory meet the English school. *International Organization*, 47 (3), pp. 327-352.
- _____. 2004. *From International to World Society? English school theory and the social structure of globalization*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Calhoun, C.** 1995. *Critical Social Theory: Culture, History, and the Challenge of Difference*. London: Blackwell.
- Callon, M.** 1999. Le réseau comme forme emergente et comme modalité de coordination: le cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. In: Callon; M.; Cohendet, P.; Curien, N.; Dalle, J-M.; Eymard-Duvernay; Fray, D.; Schenk, E. (eds.) *Réseau et coordination*. Paris: Economica.
- Calò, L.** *Periódicos SciELO e a classificação Qualis*. Manuscrito.
- Cardoso, F. H.; Faletto, E.** 1970. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Carreirão, Y. S.; Kinzo, M. D. G.** Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, 47 (1), pp. 131-168.
- Carvalho, L. M. G.; Mattos, S. S.** 1995. *Sociólogos e Sociologia: história de suas entidades no Brasil e no mundo*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Castro, C.; Oliveira, L. L.** 2005. Entrevista com Luiz Werneck Vianna. *Estudos Históricos*, 35, pp. 177-191.
- Cepaluni, G.; Galdino, M.; Oliveira, A. J.** 2012. The Bigger the Better: Coalitions in the GATT/WTO. *Brazilian Political Science Review*, 6 (2) pp. 28-55.
- Chapman, R.A.; Hunt, M.** (eds.) 2006. *Open Government in a Theoretical and Practical Context*. Ashgate: Aldershot.
- Chartier, R.** 1990. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil.
- Chauí, M.; Nogueira, M. A.** 2007. O pensamento político e a redemocratização do Brasil. *Lua Nova*, 71, pp. 173-228.
- Chesler, P.** 1997. *Women and Madness*. New York: Four Walls Eight Windows.

- Chiappin, C.; Leister, C.** 2010. O contratualismo como método: política, Direito e neocontratualismo. *Revista de Sociologia e Política*, 18 (35), pp. 9-26.
- Cintra, A. O.** 1966. Sociologia e ciência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 4 (1).
- Coby, P.** 1988. Aristotle's Three Cities and the Problem of Faction. *Journal of Politics*, 50, pp. 896-919.
- Codato, A.** 2008. *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Campinas. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas.
- Cohen, J.** 1989. Deliberation and Democratic Legitimacy. In: Hamlin, A.; Petit, P. (eds.) *The Good Polity: Normative Analysis of the State*. New York, Blackwell.
- Coleman, W.; Sajed, A.** 2012. *Fifty Key Thinkers on Globalization*. London: Routledge.
- Coradini, O. L.** 1997. Origens sociais e princípios de hierarquização escolar: a formação de "intelectuais à brasileira". *Cadernos de Ciência Política*, 6.
- Cortes, S. V.; Gugliano, A.** 2010. Entre neocorporativistas e deliberativos: uma interpretação sobre os paradigmas de análise dos fóruns participativos no Brasil. *Sociologias*, 12 (24), pp. 44-75.
- Dahl, R.** 1972. *Polyarchy: Participation and opposition*. New Haven: Yale University Press.
- Dahlberg, L.** The Internet and Democratic Discourse. Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. *Information, Communication & Society*, 4 (4), pp. 615-633.
- Davies, J.** 1962. Towards a Theory of Revolution. *American Sociological Review*, 27 (1), pp. 5-19.
- Deutsch, K. W.** 1961. Social Mobilization and Political Development. *The American Political Science Review*, 55 (3), pp. 493-514.
- _____. 1963. *The Nerves of Government*. New York: Free Press
- Dewey, J.** 1998. [1937]. "Democracy is Radical". *The Essential Dewey*. Volume I: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press.
- Dilthey, W.** 1996. *Selected Works*. Volume IV: Hermeneutics and the Study of History. Princeton: Princeton University Press.
- Downs, A.** 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row.
- Dryzek, J. S.** 2000. *Deliberative Democracy and Beyond*. Oxford: Oxford University Press.
- Dryzek, J. S.; Farr, J.; Leonard, S. T.** (eds.) 1995. *Political Science in History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Dunn, J.** 1968. The Identity of the History of Ideas. *Philosophy*, 43 (134), pp. 85-104.
- Dworkin, R.** 2000. *Sovereign Virtue: The Theory and Practice of Equality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Easton, D.** 1953. *The Political System: An Inquiry into the State of Political Science*. New York: Alfred A. Knopf.

- _____. 1965. *A Systems Analysis of Political Life*. New York: Wiley.
- _____. 1985. Political Science in the United States: Past and Present. *International Political Science Review*, 6 (1), pp. 133-152.
- Easton, D.; Gunnell, J. G.; Stein, M.** (eds.) 1995. *Regime and Discipline: Democracy and the Development of Political Science*. Ann Arbor: University of Michigan.
- Eggertsson, T.** 1996. A Note on the Economics of Institutions. In: Alston, L. J.; Eggertsson, T.; North, D. *Empirical Studies in Institutional Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Elias, N.** 1965. *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*. London: Frank Cass & Co.
- _____. 1991. *The Society of Individuals*. Oxford: Blackwell.
- Elster, J.** 1989. *Nuts and Bolts for the Social Sciences*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Emyrbayer, M.; Goodwin, J.** 1994. Network Analysis, Culture and the Problem of Agency. *American Journal of Sociology*, 99 (6), pp. 1 411-1 454.
- Faria, L.; Costa, M. C.** 2006. Cooperação científica internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. *Dados*, 49 (1), pp. 159-191.
- Farr, J.** 1988. The History of Political Science. *American Journal of Political Science*, 32 (4), pp. 1175-1195.
- Ferejohn, J.; Pasquino, P.** 2001. A teoria da escolha racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (45), pp. 5-24.
- Feres Jr., J.** 2000. Aprendendo com os erros dos outros O que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, 15, pp. 97-110.
- Field, A.** 2013. *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics*. Los Angeles: Sage Publications.
- Figueiredo Filho, D. B.; Silva Júnior, J. A.** 2010. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. *Opinião Pública*, 16 (1), pp. 160-185.
- Finifter, A.** (ed.) 1983. *Political Science: The State of the Discipline*. Washington, D.C.: The American Political Science Association.
- Fiorina, M.** 1996. *Divided Government*. 2ª ed. Boston: Allyn & Bacon.
- Fishkin, J.** 1995. *The Voice of the People: Public Opinion and Democracy*. New Haven: Yale University Press.
- Forjaz, M. C. S.** 1979. De como a “autonomia do político” aprisionou os cientistas sociais brasileiros. *Cadernos de Opinião*, 14.
- _____. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35).
- Fraser, N.** 1989. *Unruly Practices: Power, discourse, and gender in contemporary social theory*. New York: Polity Press.

- Fraser, A.; Honneth, A.** 2003. *Redistribution or Recognition: A political-philosophical exchange*. London-New York: Verso.
- Frink, D. D.; Klimoski, R. J.** 2004. Advancing Accountability Theory and Practice: Introduction to the Human Resource Management Review. *Human Resource Management Review*, 14, pp. 1-17.
- Fuller, L. L.** 1977. *Anatomy of the Law*. Westport: Praeger Publishers.
- Fung, A.** 2004. *Empowered Participation. Reinventing Urban Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Furtado, C.** 1961. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica.
- Gadamer, H-D.** 2004. *Truth and Method*. New York: Crossroad.
- Garceau, O.** 1958. Interest Group Theory in Political Research. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 319, pp. 104-112.
- Garfinkel, H.** 1967. *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall.
- _____. 2002. *Ethnomethodology's Program: Working Out Durkheim's Aphorism*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Garson, D. G.** 1978. *Group Theories of Politics*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Geer, J. P. V.** 1993. *Multivariate Analysis of Categorical Data: Applications*. London: Sage Publications.
- Geraldo, P. H. B.** 2012. O senador e o bispo: as estratégias de construção identitária nas eleições municipais cariocas de 2004. *Religião e Sociedade*, 32 (1), pp. 97-129.
- Gerring, J.** 2004. What Is a Case Study and What It Is Good for? *The American Political Science Review*, 98 (2), pp. 341-354.
- Gliner, J. A.; Leech, N. L.; Morgan, G. A.** 2002. Problems With Null Hypothesis Significance Testing (NHST): What Do the Textbooks Say? *The Journal of Experimental Education*, 71 (1), pp. 83-92.
- Glynn, D.** No prelo. Correspondence Analysis: Identifying for patterns of correlation. In: Glynn, D.; Robinson, J. (eds.) *Polysemy and Synonymy: Corpus methods and applications in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Giddens, A.** 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Goffman, E.** 1970. *Strategic Interaction*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- _____. 1974. *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*. Lebanon: Northeastern University Press.
- Goldthorpe, J. H.** 1999. Modeling the Pattern of Class Voting in British Elections, 1964-1992. In: Evans, G. (ed.) *The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context*. New York: Oxford University Press.
- Gomes, A. C.** 1996. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, 9 (17), pp. 59-84.

- Gomes, A. C.; D'Araujo, M. C.** 2008. Entrevista com Gláucio Ary Dillon Soares. *Estudos Históricos*, 21 (42), pp. 323-349.
- Goodin, R. E.; Klingemann, H-D.** (eds.) 1996. *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University Press.
- Greenacre, M. J.** 1984. *Theory and Applications of Correspondence Analysis*. London: Academic Press.
- _____. 2006. From Simple to Multiple Correspondence Analysis. In: Greenacre, M.; Blasius, J. (eds.) *Multiple Correspondence Analysis and Related Methods*, 41-76. London: Chapman & Hall
- _____. 2007. *Correspondence Analysis in Practice*. 2^a ed. London: Chapman & Hall.
- Greer, S.** 1969. Sociology and Political Science. In: Lipset, S. M. (ed.) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.
- Gurr, T. R.** 1970. *Why Men Rebel*. Princeton: Princeton University Press.
- Gurvitch, G.** 1955. Le concept de structure sociale. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Nouvelle Série, 19, pp. 3-44.
- Gutmann, A.** 1996. *Democracy and Disagreement*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Habermas, J.** 1984. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 1989. *Teoría de la acción comunicativa*. Buenos Aires: Taurus.
- _____. 1997. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. V. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hacker, J. S.** 1998. The Historical Logic of National Health Insurance: Structure and Sequence in the Development of British, Canadian, and U.S. Medical Policy. *Studies in American Political Development*, 12 (1), pp. 57-130.
- Halbwachs, H.** 1968. *La mémoire collective*. Paris: PUF.
- Hall, P.** 1986. *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. Oxford: Oxford University Press.
- Hall, P.; Taylor, R. C. R.** 2003. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova*: São Paulo, 58.
- Hanneman, R. A.; Riddle, M.** 2005. *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of California.
- Heidegger, M.** 1962. *Being and Time*. New York: Harper & Row.
- Helmke, G.; Levitsky, S.** 2004. Informal Institutions and Comparative Politics: A Research Agenda. *Perspectives on Politics*, 2 (4), pp. 727-740.
- Heywood, A.** 2000. *Key Concepts in Politics*. New York: Palgrave Macmillan.
- _____. 2007. *Politics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Honneth, A.** 1995. *The Struggle for Recognition: The moral grammar of social conflicts*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Huntington, S.** 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- Immergut, E. M.** 1998. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, 26 (1), pp. 5-34.
- Inglehart, R.** 1977. *The Silent Revolutions*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inkeles, A.** 1950. *Public Opinion in Soviet Russia*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- _____. 1959. *The Soviet Citizen*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Inkeles, A.; Smith, D.** 1974. *Becoming Modern: Individual Change in Seven Countries*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Jackson, L. C.** 2007a. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 22 (65), pp. 33-49.
- _____. 2007b. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). *Tempo Social*, 19 (1), pp. 115-130.
- Jackson, R. H.** 2000. *The Global Covenant: Human Conduct in a World of States*. Oxford: Oxford University Press.
- Jakobson, R.** 2001. *Essai de Linguistique General*. Paris: Ed. de Minuit.
- Jaguaribe, H.** 1979. ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, 14, pp. 94-110.
- Jambu, M.** 1991. *Exploratory and Multivariate Data Analysis*. San Diego: Academic Press.
- Janos, A. C.** 1986. *Politics and Paradigms: Changing theories of change in the Social Sciences*. Sanford: Stanford University Press.
- Jensen, R.** 1969. History and the Political Science. In: Lipset, S. M. (ed.) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- Johnson, D.; Johnson, R. T.** 2000. Civil Political Discourse in a Democracy: The Contribution of Psychology. *Peace and Conflict*, 6 (4), pp. 291-317.
- Kaplan, A.** 1964. *The Conduct of Inquiry. Methodology for Behavioral Science*. San Francisco: Chandler.
- Karl, B.** 1974. *Charles E. Merriam and the Study of Politics*. Chicago : University of Chicago Press.
- Katznelson, I.; Weingast, B. R.** 2005. *Preferences and Situations: Points of Intersection Between Historical and Rational Choice Institutionalism*. New York: Russell Sage Foundation.
- Kelsen, H.** 2009. *Pure Theory of Law*. Clark: The Lawbook Exchange.
- Keinert, F. C.; Silva, D. P.** 2010. A gênese da Ciência Política brasileira. *Tempo Social*, 22 (1), pp. 79-98.
- Keohane, R.** 1986. *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press.
- Kirshbaum, C.; Porto, E. C.; Ferreira, F. C. M.** 2004. Neo-institucionalismo na produção acadêmica em administração. *RAE-eletrônica*, 3 (1).

- Kiser, E.; Schneider, J.** 1994. Bureaucracy and Efficiency: Analysis of Taxation in Early Modern Prussia. *American Sociological Review*, 59 (2), pp. 187-204.
- Knight, A.** 1986. *The Mexican Revolution*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Koselleck, R.** 1989. Social History and Conceptual History. *International Journal of Politics, Culture and Society*, 2 (3), pp. 308-325.
- _____. 2002. *The Practice of Conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford: Stanford University Press.
- Krasner, S. D. (ed.)** 1983. *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press.
- Kratochwil, F.** 1989. *Rules, Norms and Decisions, On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Society*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Krehbiel, K.** 1991. *Information and Legislative Organization*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Kress, P. F.** 1973. *Social Science and the Idea of Process: The Ambiguous Legacy of Arthur F. Bentley*. Urbana: University of Illinois Press.
- Kumasaka, H. B.; Barros, L. O. C.** 1988a. Entrevista com Evaristo de Moraes Filho. *História da Ciência*, Arquivo Histórico do CLE/UNICAMP, Campinas, 8 mar.
- _____. 1988b. Entrevista com professor Hélio Jaguaribe de Mattos. *História da Ciência*, Arquivo Histórico do CLE/UNICAMP, Campinas, 9 mar.
- Lamounier, B.** 1982. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: _____. (ed.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UnB.
- Landa, D.; Meirowitz, A.** 2009. Game Theory, Information, and Deliberative Democracy. *American Journal of Political Science*, 53 (2), pp. 427-444.
- Lasswell, H.** 1936. *Politics: Who Gets What, When, How*. Peterborough: Whittlesey House.
- Latour, B.** 2005. *Reassembling the Social: An introduction to actor-network theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Laumann, E. O.; Knoke, D.** 1987. *The Organizational State: Social choice in national policy domains*. University of Wisconsin Press.
- Leca, J.** 1982. A Ciência Política no campo intelectual francês. In: Lamounier, B. (ed.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UnB.
- Leister, C.; Chiappin, J. R. N.** 2007. Experimento Mental I: a concepção contratualista clássica, o modelo da tragédia dos comuns e as condições de emergência da cooperação. Locke, Rousseau e Kant. *Annual Papers*, 060507-1. Berkeley Program in Law & Economics, Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE),
- Leite, F.** 2010. *Divisões temáticas e teórico-metodológicas na Ciência Política brasileira: explicando sua produção acadêmica (2004-2008)*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná.

- _____. 2014. Mapeando a produção acadêmica da Ciência Política brasileira: os trabalhos apresentados no Encontro da ABCP (2008-2012). In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 4-7 ago.
- Leite, F.; Codato, A.** 2013. Autonomização e institucionalização da Ciência Política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, 1 (1), pp. 1-21.
- Lepenies, W.** 1996. *As três culturas*. São Paulo: Edusp.
- Lerner, D.** 1958. *The Passing of Traditional Society: Modernizing the Middle East*. New York: The Free Press.
- Lessa, R.** 2010. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: Martins, C. B.; Lessa, R. (eds.) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Ciência Política*. São Paulo: Anpocs.
- _____. 2011. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova*, 82, pp. 17-60.
- Lieberman, E.S.** 2005. Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research. *The American Political Science Review*, 99 (3), pp. 435-452.
- Linz, J.** 1994. Presidential or Parliamentary Democracy: Does it make a difference? In: Linz, J.; Valenzuela, A. (eds.) *The Failure of Presidential Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lipset, S. M.** 1960. *Political Man: The Social Bases of Politics*. New York: Doubleday & Company.
- _____. 1969. Politics and the Social Sciences: Introduction. In: _____. (ed.) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- Loureiro, M. R.** 1997. *Os economistas no governo*. Rio de Janeiro: FGV.
- Machado, M. D. C.** 2012. Religião, cultura e política. *Religião e Sociedade*, 32 (2), pp. 29-56.
- Maia, R.** 2012. Representação política e atores cívicos: entre a imediatez da experiência e discursos de justificação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (78), pp. 97-112.
- Mansbridge, J.** 1980. *Beyond Adversary Democracy*. Chicago: University of Chicago Press.
- March, J. G.; Olsen, J. P.** 2008 [1984]. Neo-institucionalismo: fatores organizacionais da vida política. *Revista de Sociologia e Política*, 16 (31), pp. 121-141.
- Marcus, G.** 2003. The Psychology of Emotions and Politics. In: Sears, D.; Huddy, L.; Jervis, R. (eds.) *Oxford Handbook of Political Psychology*. Oxford: Oxford University Press.
- Marengo, A.** 2015. The Three Achilles' Heels of Brazilian Political Science. *Brazilian Political Science Review*, 8 (3), pp. 3-38.
- Marques, E. C.** 2006. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (60), pp. 15-41.
- Martins, C. B.; Lessa, R.** (eds.) 2010. *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. Ciência Política*. São Paulo: Anpocs.

- Martins, L.** 1987. A gênese de uma *intelligentsia*. Os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2 (4), pp. 65-87.
- Maxwell, J. A.** 2004. Using Qualitative Methods for Causal Explanation. *Field Methods*, 16 (3), pp. 243-264.
- McFarland, A.** 2010. Interest Group Theory. In: Maisel, S.; Berry, J. M.; Edwards, G. C. (eds.) *The Oxford Handbook of American Political Parties and Interest Groups*. Oxford: Oxford University Press.
- Melo, M. A.** Escolha institucional e a difusão dos paradigmas de política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias. *Dados*, 47 (1), pp. 169-206.
- Merriam, C.** 1925. *New Aspects of Politics*. Chicago: Chicago University Press.
- Meyer, J. W.; Rowan, B.** 1977. Institutionalized Organizations: Formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, pp. 340-363.
- Miceli, S.** 1990. *A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Sumaré.
- _____. 1993. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré.
- _____. 2001. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____. (ed.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- Michels, R.** 1959. [1911]. *Political Parties: A sociological study of the oligarchic tendencies in political aggregations*. New York: Dover Publications.
- Miguel, L. F.** 2005. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. *BIB*, 59, pp. 5-42.
- Miller, F.** 2012. Aristotle's Political Theory. In: Zalta, E.; Nodelman, U.; Allen, C. (eds.) *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: The Metaphysics Research Lab.
- Mitchell, W. C.** 1969. The Shape of Political Theory to Come: From Political Sociology to Political Economy. In: Lipset, S. M. (ed.) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.
- Mitrany, D.** 1966. *A Working Peace System*. Chicago: Quadrangle Books.
- Moore Jr., B.** 1993. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press.
- Morgenthau, H.** 1948. *Politics Among Nations: The struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf.
- Mosca, G.** 1939 [1896]. *The Ruling Class*. New York: McGraw-Hill.
- Motta, L. E.; Serra, C. H. A.** 2014. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. *Revista de Sociologia e Política*, 22 (50), pp. 125-147.
- Mouzelis, N.** 1986. *Politics in the Semi-Periphery: Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America*. London: Macmillan.
- Mulhall, T.; Morais, J. V.** 1998. "Mapeando o reino" da Sociologia Histórica: reflexões acerca do modelo teórico-metodológico de Theda Skocpol. *BIB*, 45 (1), pp. 25-50.

- Munck, G. L.** 2006. *The Past and Present of Comparative Politics*. Working Paper n. 330. The Helen Kellogg Institute for International Studies.
- Nichols, M.** 1992. *Citizens and Statesmen: A study of Aristotle's Politics*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- Nicolau, J.** 2004. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Dados*, 47 (1), pp. 85-129.
- _____. 2005. Partidos na República de 1946: uma réplica metodológica. *Dados*, 48 (3), pp. 589-609.
- North, D.** 1990. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- North, D.; Thomas, R. P.** 1973. *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- O'Donnell, G.** 1999. *Counterpoints: Selected Essays on Authoritarianism and Democratization*. Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- Olesen, J.** 1996. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2002. *Visions of Politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- _____. 2011. *Liberal vs. Conservative History? A comparison between Skinner's and Koselleck's method*. In: Institute of Historical Research Postgraduate and Early Career Seminar, London, 10 Nov.
- Oliveira, L. L.; Ferreira, M. M.; Castro, C.** 1998. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Estudos Históricos*, 22, pp. 357-377.
- Oliveira, L.; Nicolau, J.** 2014. A produção da Ciência Política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos (1966-2013). In: *Anais Eletrônicos do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 4-7 ago.
- Olsen, J. P.** 1983. *Organized Democracy, Political Institutions in a Welfare State – the case of Norway*, Oslo. Oslo: Universitetsforlaget.
- Olson, M.** 1965. *The Logic of Collective Action: Public goods and the theory of groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- _____. 1969. The Relationship Between Economics and the Other Social Sciences: The Province of a "Social Report". In: Lipset, S. M. (ed.) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.
- Onuf, N.** 1998. Constructivism: A User's Manual. In: Kubáľková, V.; Onuf, N. G.; Kowert, P. (eds.) *International Relations in a Constructed World*. Armonk: M.E. Sharpe
- Orren, K.; Skowronek, S.** 1995. Order and Time in Institutional Study: A Brief for the Historical Approach. In: Dryzek, J. S.; Farr, J.; Leonard, S. T. (eds.) *Political Science in History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Ostrom, E.** 1990. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

- Paige, J.** 1975. *Agrarian Revolution: Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*. New York: The Free Press.
- Palonen, K.** 2003. Four Times of Politics: Policy, Polity, Politicking, and Politicization. *Alternatives*, 28, p. 171-186.
- Pasquino, G.** 1982. A Ciência Política italiana: profissionalização lenta e desigual. In: Lamounier, B. (ed.) *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UnB.
- Pateman, C.** 1970. *Participation and Democratic Theory*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Peixoto, F. A.** 2001. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: Miceli, S. (ed.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- Peirce, C.** 1998 [1905]. How to Make Our Ideas Clear. In: _____. *The Essential Peirce*. Volume II (1893-1913). Bloomington: Indiana University Press.
- Peres, P. S.** 2008. Comportamento ou instituições? As bases históricas do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (68), pp. 53-71.
- Perissinotto, R.** 2013. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28 (83), pp. 151-165.
- Pestana, M. H.; Gagueiro, J. N.** 2005. *Análise de dados para Ciências Sociais – a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Peters, G.** 1999. *Institutional Theory in Political Science. The 'New Institutionalism'*. London: Continuum.
- _____. 2000. *Institutional Theory: Problems and Prospects*. In: 69th Reihe Politikwissenschaft, pp. 1-15.
- Petracca, M. P.** 1991. The Rational Choice Approach to Politics: A Challenge to Democratic Theory. *The Review of Politics*, 53 (2), pp. 289-319.
- Philips, A.** 1995. *The Politics of Presence*. Oxford: Oxford University Press.
- Pocock, J.** 1962. The History of Political Thought: A Methodological Enquiry. In Laslett, P.; Runciman, W. G. (eds.) *Philosophy, Politics and Society*. Oxford: Blackwell.
- _____. 1972. *Politics, Language and Time*. London, Methuen.
- Pogrebinski, T.** 2010. Democracia pragmática: pressupostos de uma teoria normativa empiricamente orientada. *Dados*, 53 (3), pp. 657-693.
- Pollak, M.** 1989. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3), pp. 3-15.
- Polsby, N. W.** 1960. How to Study Community Power: The Pluralist Alternative. *The Journal of Politics*, 22 (3), pp. 474-484.
- Portier, P.** 2011. A regulação estatal da crença nos países da Europa Ocidental. *Religião e Sociedade*, 31 (2), pp. 11-28.
- Powell, W. W.; DiMaggio, P. J.** (eds.) 1991. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press.

- Przeworski, A.** 2012. Democracy, Redistribution, and Equality. *Brazilian Political Science Review*, 6 (1), pp. 11-36.
- Przeworski, A.; Stokes, S.; Manin, B.** (eds.) 1999. *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Pulici, C.** 2007. De como o sociólogo brasileiro deve praticar seu ofício: as cátedras de sociologia da USP entre 1954 e 1969. *Perspectivas*, 31, pp. 97-120.
- _____. 2008. *Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950/60*. São Paulo: Edusp.
- Putnam, R.** 1973. *The Beliefs of Politicians*. New Haven: Yale University Press.
- _____. 1993. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.
- Quirino, C.** 1994. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*, 8 (32), pp. 337-348.
- Ragin, C.** 1987. *The Comparative Method*. Berkeley: University of California Press.
- Rawls, J.** 2002. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes.
- Reis, F. W.** 1997. As ciências sociais nos últimos 20 anos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12 (35).
- Reis, B.; Araújo, C.** 2005. A formação do pós-graduando em Ciência Política. In: Martins, C. B. (eds.) *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: Edusc.
- Rezende, F. C.** 2012. Da exogeneidade ao gradualismo: inovações na teoria da mudança institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (78), pp. 114-130.
- Ricci, D.** 1984. *The Tragedy of Political Science*. New Have: Yale University Press.
- Richter, J.** 2003 [1969]. *Metaphysik und Politik*. Berlin: Suhrkamp Verlag KG.
- Ricoeur, R.** 1984-1988. *Time and Narrative*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rigby, B.** Heteronomy and Autonomy in Bourdieu's Les Regles de l'art. *French Cultural Studies*, 4, pp. 271-281.
- Rocha e Silva, M.** 2009. O novo Qualis, que não tem nada a ver com a ciência do Brasil. Carta aberta ao presidente da Capes. *Clinics*, 64 (8), pp. 721-724.
- Rogers, R. E.** 1969. *Max Weber's Ideal Type Theory*. Nova York: Philosophical Library.
- Rokkan, S.** 1966. Norway: Numerical democracy and corporate pluralism. In: Dahl, R. (ed.) *Political Oppositions in Western Democracies*. New Haven: Yale University Press.
- Romm, N.** 2001. *Accountability in Social Research. Issues and debates*. New York: Springer.
- Rothacker, E.** 1920. *Logik und Systematik der Geisteswissenschaften*. München: Oldenbourg München.
- Rueschemeyer, D.; Stephens, E. H.; Stephens, J. D.** 1992. *Capitalist Development and Democracy*. Cambridge, UK: Polity Press.

- Ruggie, J.** 1983. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. In: Krasner, S. D. (ed.) *International Regimes*. Ithaca: Cornell University Press.
- _____. 1998a. What Makes the World Hang Together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. *International Organization*, 52 (4), pp. 855-885.
- _____. 1998b. *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. London: Routledge.
- Salter, L.** 2004. Structure and Forms of Use. A contribution to understanding the 'effects' of the Internet on deliberative democracy. *Information, Communication & Society*, 7 (2), pp. 185-206.
- Santos, A. M.** 2012. Quando comparamos para explicar: desenhos de pesquisa e sequências temporais na investigação de instituições políticas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80), pp. 203-217.
- Santos, T.** 1967. *El Nuevo Caracter de la Dependencia*. Santiago: Centro de Estudios Sócio-Económicos da Universidade do Chile.
- Santos, W. G.** 1967. A Imaginação Político-Social Brasileira, *Dados*, 2-3.
- _____. 1970. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, 7.
- _____. 1980. A Ciência Política na América Latina. *Dados*, 23, pp. 15-27.
- _____. 2002. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Rio de Janeiro : Oswaldo Cruz.
- _____. 2004. Velhas teses, novos dados: uma análise metodológica. *Dados*, 47 (4), pp. 729-762.
- Sartori, G.** 1969. From the Sociology of Politics to Political Sociology. In: Lipset, M. S. (ed.) *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University Press.
- Saussure, F.** 2004 [1916]. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot.
- Scherer-Warren, I.** 2005. *Redes de movimentos sociais*. 3ª ed. São Paulo: Loyola.
- Schleiermacher, F.** 1998 [1838]. *Hermeneutics and Criticism and Other Writings*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Schlozman, K. L.; Verba, S.** 1979. *Injury to Insult: Unemployment, Class, and Political Response*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Schlozman, K. L.; Verba, S.; Brady, H.** 1995. Participation is Not a Paradox: The view from American activists. *British Journal of Political Science*, 25, pp. 1-36.
- Schmitt, C.** 2013 [1921]. *Dictatorship*. London: Polity Press.
- Schmitter, P. C.** 1981. 'Still the Century of Corporatism?' *The Review of Politics*, 36 (1).
- Schumpeter, J.** 1962 [1942]. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Harper Torchbooks.
- Scott, J.** 2005. *Social Network Analysis. A Handbook*. 2ª ed. London: Sage Publications.

- Seidemann, R.** 1993. *Discipline and History. Political Science in the United States*. Ann Arbor: Michigan University Press.
- Seideman, R.; Harpham, E.** 1985. *Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis, 1884-1984*. Albany: State University of New York Press.
- Sewell, J. P.** 1966. *Functionalism and World Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Shapiro, M.** 1993. Public Law and Judicial Politics. In: Finifter, A. (ed.) 1993. *Political Science: The State of the Discipline*. V. II. Washington, D.C.: American Political Science Association.
- Shepsle, K.A.** 1995. Studying Institutions: Some Lessons from the Rational Choice Approach. In: Dryzek, J. S.; Farr, J.; Leonard, S. T. (eds.) *Political Science in History*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Shepsle, K. A.; Weingast, B. R.** (eds.) *Positive theories of Congressional Institutions*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Shugart, M. S.** 2005. Comparative Electoral Systems Research: The Maturation of a Field and a New Challenge Ahead. In: Gallagher, M.; Mitchell, P. (eds.) *The Politics of Electoral Systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Silva, A. O.** 2009. “A sua revista tem Qualis?” *Mediações*, 14 (1), pp. 117-124.
- Silva, R.** 2010. O Contextualismo Linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados*, 53 (2), pp. 299-335.
- Silva, S. J.** 2006. Executivo, Legislativo e sindicatos na Reforma Previdenciária Argentina. *Dados*, 49 (2), pp. 345-377.
- Skinner, Q.** 1969. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, 8 (3), pp. 3-53.
- Skocpol, T.** 1979. *States and Social Revolutions*. New York: Cambridge University Press.
- _____. 1985. Bringing the State Back In: Evans, P. B.; Rueschemeyer, D.; Skocpol, T. (eds.) *Strategies of Analysis in Current Research*. New York: Cambridge University Press.
- Soares, G. A. D.** 2005. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologias*, 48, pp. 27-52.
- Somit, A.; Tanenhaus, J.** 1967. *The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism*. Boston: Allyn and Bacon.
- Steinmo, S.; Thelen, K.; Longstreth, F.** 2012. *Structuring Politics. Historical Institutionalism in Comparative Analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Steinmo, S.** 2001. The New Institutionalism. In: Clark, B.; Foweracker, J. (eds.) *The Encyclopedia of Democratic Thought*. London : Routledge.
- Tavakol, M.; Dennick, R.** 2011. Making Sense of Cronbach’s Alpha. *International Journal of Medical Education*, 2, pp. 53-55.
- Terron, S. L.; Soares, G. A. D.** 2010. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. *Opinião Pública*, 16 (2), pp. 310-337.

- Thèret, B.** 2003. As instituições: entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, 58, pp. 225-254.
- Thomas, P.** 2009. Gramsci and the State as a “metaphysical event” to hegemony as “philosophical fact”. *Radical Philosophy*, 153, pp. 27-36.
- Thompson, G. F.** 2003. *Between Markets and Hierarchy. The logic and limits of network forms of organization*. New York: Oxford University.
- Tibshirani, R.** 2013. Correlation Analysis 1: Canonical correlation analysis. In: _____. *Data Mining: Spring 2013*. Digit. Disponível em: <http://www.stat.cmu.edu/~ryantibs/datamining/>. Acesso em: 18 set. 2014.
- Tilly, C.** 1981. *As Sociology Meets History*. New York: Academic Press.
- _____. 2000. Acción colectiva. *Apuntes de Investigación del CECyP*, 4 (6), pp. 9-32.
- Tobin Grant, J.** 2004. What Divides Us? The Image and Organization of Political Science. *The Society for Political Methodology*, Working Papers, 25.
- Tostes, A. P.** 2006. Por que não uma Constituição Européia? *Dados*, 49 (2), pp. 379-415.
- Touraine, A.** 1987. *El regreso del actor*. Buenos Aires: Eudeba
- _____. 1995. *La producción de la sociedad*. México: Unam-Ifal.
- Trimberger, E. K.** 1978. *Revolution from Above: Military bureaucrats and development in Japan, Turkey, Egypt, and Peru*. New Jersey: Transaction Books.
- Trindade, H.** 2007. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: _____. (ed.) *As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS.
- _____. 2012. *Ciências Sociais no Brasil. Diálogos com mestres e discípulos*. São Paulo: Anpocs.
- Tsebelis, G.** 1990a. *Nested Games: Rational Choice in Comparative Politics*. Berkeley: University of California Press.
- _____. 1990b. Are Sanctions Effective? A Game-Theoretic Analysis. *The Journal of Conflict Resolution*, 34 (1), pp. 3-28.
- Urbinati, N.; Warren, M. E.** 2008. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. *The Annual Review of Political Science*, 11, pp. 387-412.
- Veiga, L.** 1987. *A trajetória de uma geração de cientistas sociais em Belo Horizonte: imagens de anos nem sempre dourados*. Trabalho apresentado no 3º Congresso Nacional de Sociologia, Brasília. Sociedade Brasileira de Sociologia.
- Verba, S.** 1987. *Elites and the Idea of Equality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Verba, S.; Ahmed, B.** 1973. *Caste, Race and Politics*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Verba, S.; Nie, N.** 1972. *Participation in America*. New York: Harper and Row.
- Verba, S.; Nie, N.; Kim, J.** 1978. *Participation and Political Equality*. Cambridge, MA: Cambridge University Press.

- Villas Bôas, G.** 2007. A vocação das Ciências Sociais. um estudo de sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional. 1945-1966. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- Waizbort, L.** 2006. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34.
- Wallerstein, I.** 1974. *The Modern World-System*. New York: Academic Press.
- Waluchow, W.** 2007. Constitutionalism. In: Zalta, E.; Nodelman, U.; Allen, C. (eds.) *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: The Metaphysics Research Lab.
- Waltz, K.** 1979. *Theory of International Politics*. New York: McGraw Hill.
- Weber, M.** 1949. *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe: The Free Press.
- _____. 1968. *Economy and Society*. Berkeley: University of California.
- Weingast, B. R.** 2002. Rational Choice Institutionalism. In: Katznelson, R.; Milner, H. V. (eds.) *Political Science: The State of the Discipline*. New York: W.W. Norton.
- Wellman, B.; Berkowitz, S. D.** (eds.) 1988. *Social Structure: A Network Approach*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Wendt, A.** 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Werneck Vianna, L.** 1997. A institucionalização das Ciências Sociais e a reforma social: Do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. *Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Iuperj.
- Werneck Vianna, L.; Carvalho, M. A. R.; Melo, M. P. C.; Burgos, M. B.** 1998. Doutores e teses em ciências sociais. *Dados*, 41 (3).
- Werneck Vianna, L.; Carvalho, M. A. R.; Melo, M. P. C.** 1994. Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais. *Dados*, 37 (3), pp. 345-535.
- Westen, D.** 2007. *The Political Brain*. New York: Public Affairs.
- Wheeler, N. J.** 2002. *Saving Strangers: Humanitarian intervention in International Society*. Oxford: Oxford University Press.
- Wiarda, H. J.** 1997. *Corporatism and Comparative Politics*. Armonk: M.E. Sharpe.
- Wolf, P.** 1973. International Organization and Attitude Change: A Re-examination of the functionalist approach. *International Organization*, 27, pp. 347-371.
- Wright Mills, C.** 1956. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.
- _____. 1963. *Power, Politics and People*. New York: Galaxy Books.
- Young, I. M.** 1990. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2000. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. 2001. Comunicação e o Outro: além da democracia deliberativa. In: Souza, J. (ed.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática*. Brasília: UnB.

Outras fontes

ABCP. Associação Brasileira de Ciência Política. 2009. Notas sobre a reunião a respeito da avaliação institucional da Capes, realizada em Belo Horizonte, 27 de julho de 2009. *Boletim ABCP*, ago.-set.

Brazilian Political Science Review. 2007. *Objetivos*. Sítio de internet da BPSR. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/objetivos.htm>. Acesso em : 3 mar. 2010.

Capes. *Qualis periódicos: reestruturação do sistema e classificação dos periódicos em 2008*. Instrução/DAV n. 05/2008, 6 maio, 2008.

_____. 2009a. *Roteiro para classificação de livros. Avaliação dos Programas de Pós-Graduação*. 24 ago.

_____. 2009b. *Qualis 2007. Perguntas Mais Frequentes*. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/FAQ_Qualis.pdf. Acesso em: 14 set. 2009.

_____. 2009c. *WebQualis*. Disponível em : <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>. Acesso em: 14 set. 2009.

_____. 2011. *GeoCapes. Dados Estatísticos*. Disponível em: <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>. Acesso em: 3 abr. 2013.

_____. 2012. *Tabela de Áreas de Conhecimento*. Disponível em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. 2013a. *Relatório de avaliação 2010-2012. Trienal 2013*. Área de avaliação: Ciência Política. Disponível em <http://avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/relatorios-de-avaliacao>. Acesso em 29 maio 2014.

_____. 2013b. *Documento de Área de 2013*. Avaliação trienal 2013. Ciência Política e Relações Internacionais.

_____. 2014a. *Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos*. Área de Sociologia. Disponível em <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarConceitoIes&codigoArea=70200009&descricaoArea=SOCIOLOGIA&descricaoAreaConhecimento=SOCIOLOGIA&conceito=TODO>. Acesso em 29 maio 2014.